

INSTITUTO POLÍTICA POR.DE.PARA MULHERES



Gênero e Interseccionalidades

MEMÓRIAS DO IV ENCONTRO DE
PESQUISA POR.DE.SOBRE MULHERES

VOL 1

GRD
EDITORA

Gênero e Interseccionalidades

Memórias do IV Encontro de Pesquisa *por.de.sobre* Mulheres

Volume 1

Coordenadoras

Cynthia Gruendling Juruena

Ana Cristina Aguilar Viana

Priscila Stela Pedroso

Tamira Almeida Martins

Organizadoras

Renata Caleffi

Letícia Regina Camargo Kreuz

Bárbara Mendonça Bertotti

Gabriela Grupp

Prefácio

Ligia Maria Silva Melo de Casimiro

Promoção

Instituto Política por.de.para Mulheres



INSTITUTO POLÍTICA POR.DE.PARA MULHERES



Gênero e Interseccionalidades

MEMÓRIAS DO IV ENCONTRO DE
PESQUISA POR.DE.SOBRE MULHERES

VOL 1

GRD
EDITORA



CIP - Catalogação na Publicação

V614g
2021

Viana, Ana Cristina Aguilar et al (coords.); Kreuz, Letícia Regina Camargo et al (orgs).
Gênero & Interseccionalidades: Memórias do IV Encontro de Pesquisa por.de.sobre Mulheres. vol. 1

Coordenação de Ana Cristina Aguilar Viana; Cynthia Gruending Juruena; Priscila Stela Pedroso; Tamira Almeida Martins;

Organização de Letícia Regina Camargo Kreuz; Renata Caleffi; Bárbara Mendonça Bertotti; Gabriela Grupp - Curitiba:
GRD Editora, 2021. 2v.
415p.; il., 21 x 29,7 cm

ISBN: 978-65-995278-8-3 e-Book (PDF)

DOI: 10.5281/zenodo.5032475

1. Mulheres. 2. Política. 3. Tecnologia. 4. Gênero. 5. Interseccionalidades. 6. Pesquisa.

I. Viana, Ana Cristina Aguilar (coords.). II. Kreuz, Letícia Regina Camargo (orgs). III. TÍTULO.

CDD 305.3

CDU 396

Informações bibliográficas conforme a ABNT NBR 6.023:2018

Para a obra completa:

VIANA, Ana Cristina Aguilar et al (coords.); KREUZ, Letícia Regina Camargo et al (orgs). *Gênero & Interseccionalidades: Memórias do IV Encontro de Pesquisa por.de.sobre Mulheres. vol. 1. Curitiba: GRD Editora, 2021. 2v*

ISBN: 978-65-995278-8-3 DOI: 10.5281/zenodo.4958631

Informamos que é de inteira responsabilidade dos autores colaboradores a emissão de conceitos publicados na obra impressa ou digital e publicizada eletronicamente.

Editores associados:



CC BY-NC-SA. Esta licença permite que outros remixem, adaptem e desenvolvam seu trabalho de maneira não comercial, desde que creditem a você e licenciem suas novas criações sob os mesmos termos.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO

Pesquisa por.de.sobre Mulheres

Ana Cristina Aguilar Viana, Bárbara Mendonça Bertotti, Cynthia Gruendling
Jurueña, Gabriela Grupp, Letícia Regina Camargo Kreuz, Priscila Stela Pedroso,
Renata Caleffi, e Tamira Almeida Martins.....15

Prefácio

Lígia Maria Silva Melo de Casimiro.....23

PARTE I: REPRESENTAÇÕES E SUBJETIVIDADES POLÍTICAS

Mulheres e acesso à cidade: e os jogos continuam vorazes

Lígia Maria Silva Melo de Casimiro.....27

A construção da mulher como sujeita constitucional na história brasileira: a princesa imperial e os direitos políticos

Julia Heliodoro Gitirana, Ana Caroline de Oliveira Chimenez, e
Carina Lamas Roncato.....35

Atuação parlamentar e ideologia partidária de Deputadas Federais (1987-2017): uma análise das propostas de projetos de lei e seus índices de sucesso

Geissa Cristina Franco, Maria Cecília Eduardo, Mariana Lorencetti.....59

Entre Descolonizar e despatriarcalizar: a participação política das mulheres no Estado Plurinacional Boliviano

Mariana Rocha Malheiros.....77

Candidaturas de mulheres às prefeituras e o caso de Ponta Grossa em 2020

Fernanda Cavassana, e Emanuelle Nunes Salatini.....97

Os fins da democracia: inimigo/adversário no campo da política e os discursos de ódio contra pessoas LGBTI+

Andressa Regina Bissoloti Santos.....115

PARTE II: ÓTICAS INTERSECCIONAIS E MIGRAÇÕES

Ser Mulher em Movimento: Aportes do feminismo interseccional nos estudos migratórios

Anna Luiza Ribeiro, Nara Veiga Borges, e Tatyana Scheila Friedrich.....135

Intersecções necessárias para proteção das mulheres migrantes e refugiadas: direito internacional dos direitos humanos, direito humanitário e direito Internacional dos refugiados

Simone Andrea Schwinn.....157

Afroempreendedorismo feminino em Curitiba: reflexões sobre interseccionalidades em campo

Suelen Karini Almeida de Matos..... 177

SUMÁRIO

PARTE III: PRIVAÇÕES E PUNIÇÕES

Práticas sociais, narrativas e instituições: tensionamentos possíveis frente às Mulheres Negras em privação de liberdade

Elaine Barbosa, e Thaís Pinhata de Souza..... 201

Os anseios punitivistas nos movimentos feministas: um diálogo a partir de “Olhos que condenam”

Mariana Garcia Tabuchi.....217

Mulheres, criminologias e o discurso como construção das sujeitas criminosas

Amanda Caroline Generoso Meneguetti.....235

Assassinato ou suicídio? A construção narrativa da RIC sobre a morte de Tatiane Spitzner e o silenciamento sobre um caso de feminicídio

Renata Caleffi, Ariane Carla Pereira, e Nádia Moccelin..... 259

“Militar não tem sexo”: breves considerações de gênero nas Forças Armadas brasileiras

Bárbara Mendonça Bertotti, e Letícia Lopes Santos.....279

PARTE IV: COMUNICADOS

EIXO I: CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Os desafios de gênero na ciência: a vida da pesquisadora no Brasil

Julia Stefanello Pires, Letícia Gregianin, e Mariana Lira de Freitas.....303

Hétero autobiografias e ecofeminismos: narrativas de vida e o ensino de química, ciências e tecnologias

Bruna Adriane Fary, e Angela Marta Pereira das Dores Savioli..... 307

Vozes feministas na ciência: uma discussão sobre a produção do conhecimento científico a partir da crítica feminista

Rubia Renata Ambrosio, e Cíntia de Souza Batista Tortato.....309

Inteligência artificial como auxílio à violência contra a mulher

Larissa Tomazoni, Paula Yurie Abiko, e Ariê Scherreier Ferneda.....312

EIXO II: CRIMINOLOGIAS E VIOLÊNCIAS

Recurso cabível no caso de (in)deferimento de pedido de medida protetiva de urgência da Lei nº 11.340/2006

Maria Paula Miranda Carvalho..... 319

SUMÁRIO

Considerações acerca da natureza da qualificadora “feminicídio” e sua (in)aplicabilidade perante a presente redação legal: um cenário de vigente violência de gênero à mercê de uma lei penal má redigida	
Isadora Oleinik Schmidt, e Roberta Tom Baggio.....	321
Diálogos de poder e marginalização: mulheres e a construção de subjetividades desviantes no Direito	
Letícia Cardoso Ferreira, e Maria Júlia Paschoal Minto.....	325
Levantamento e análise da legislação brasileira sobre violência obstétrica, criminologias e violências	
Ângela Baratto Vicenzi.....	329
Short “tipo Anitta”: colonialidade de gênero, relação corpo e moda e violência	
Bruna Nascimento Rodrigues da Silva, e Júlia Nascimento Rodrigues da Silva.....	331
EIXO III: CORPOS E SUBJETIVIDADES NAS QUESTÕES DE SAÚDE	
Os impactos das demandas sociais no sofrimento psíquico feminino	
Bruna Gabrielle Lopes, Thays Stephanie Costa de Souza, e Valéria de Angelo Ghisi.....	335
Vítimas de abuso sexual e reflexos sobre a sexualidade no ambulatório do hospital de base	
Martins Fabris, e Eliane Tiemi Miyazaki.....	339
Um corpo que sangra: a “pobreza menstrual” como desafio à concretização da igualdade constitucional entre homens e mulheres	
Melina Coelho Garcia.....	343
Mutilação Genital Feminina e o diálogo intercultural na perspectiva dos direitos humanos	
Erika Carvalho Ferreira.....	347
Violência doméstica e sexual contra meninas e mulheres: uma análise das notificações no município de Belém de 2015 a 2018	
Emilia Miranda Senapeschi.....	349
Residir e resistir: a condição das mulheres em situação de rua	
Adriana Moro, Rafaela Prestes de Souza, e Gabriel Lachowicz.....	351
Violência contra a mulher em Irati-PR: um diálogo entre o campo da saúde e os estudos de gênero	
Juliane Nunes Jose, Paula Marques da Silva, e Kátia Alexsandra dos Santos.....	353

SUMÁRIO

EIXO IV: DIREITOS FUNDAMENTAIS

Desconstruindo o sujeito universal do sistema econômico capitalista: reflexões sobre a divisão sexual do trabalho no Brasil a partir das noções de gênero, raça e classe

Gabriela Grupp, e Heloísa Nerone.....359

A realidade do sistema prisional feminino brasileiro e a violação de direitos humanos: os desafios enfrentados pela mulher gestante encarcerada e a luta pela conquista da prisão domiciliar (HC 143641/STF, Leis 13.257/2016 e 13.769/2018)

Diéssica Zonemberg Ferreira, e Isadora Prado Pinheiro.....361

A ineficácia no acesso à saúde pela mulher privada de liberdade e a necropolítica do Estado brasileiro

Mariana Pabis Balan, e Murilo Basso.....365

EIXO V: ELEIÇÕES

Mulheres candidatas a deputadas no Estado do Paraná nas eleições 2018: expectativas e perspectivas da participação feminina na política

Ana Letícia Stori Mendes, Karla Diniz Trevisan, e Rafael Egídio Leal e Silva.....371

Entre descolonizar e despatriarcalizar: a participação política das mulheres no Estado Plurinacional boliviano

Mariana Rocha Malheiros.....373

EIXO VI: HISTÓRIA

O percurso histórico-social e as motivações à discriminação do gênero feminino: uma perspectiva cultural brasileira e a necessidade de emancipação das mulheres com fins de coibir vulnerabilidades

Lorena Medeiros Toscano de Brito.....379

Ópera Carmen em diálogo: corpo feminino e a violência de gênero

Tatiana de Carvalho Castro, e Jéssica Wisniewski Dias.....383

EIXO VII: LITERATURA E LINGUAGENS

Gênero, raça e sexualidade no livro *Bem-vindos ao paraíso*, de Nicole Dennis-Benn

Lívia Verena Cunha do Rosário.....389

EIXO VIII: MÍDIA E COMUNICAÇÃO

Questões de gênero a partir da exposição não consensual de materiais com conteúdo sexual na internet, mídia e comunicação

Flávia Werner Scholz.....395

SUMÁRIO

O diabo está nos detalhes: a relação de *The Handmaid's Tale* com o atual cenário político brasileiro

Fernanda Ramos Crevelin.....399

***Girl boss*: empoderamento feminino ou mercantilização discursiva?**

Juliana Maria da Cruz, e Karoliny Felipe Martins..... 401

Mulheres no poder: barreiras e desafios para a visibilidade feminina nas organizações

Kely Cristina Mendonça Couto..... 405

Tradicionalismo gaúcho e feminismo: uma experiência prática de empoderamento feminino através das mídias sociais

Ana Carla Batista, e Fernanda Aparecida Giongo..... 409

Não, não nos enganemos
nada está em suspenso.
A vida segue teimosamente brotando nas entranhas do mundo.

Os cabelos crescem,
as crianças arriscam os primeiros passos,
flores mortas adubam o solo,
a coluna enverga em uma escoliose,
uma colônia de cupins acaba de construir um palácio em algum desterrado,
e alguém certamente está se apaixonando nesse exato instante.

Não esperemos do que resta,
mas do que surge.
Mesmo que não o vejamos
porque velando
os obituários
em páginas de jornal.

E é preciso velar
é preciso gritar
é preciso revoltar-se contra a apatia apocalíptica
da contagem de corpos,
mas é preciso saber
que toda explosão
é gestada
por uma infinidade de pequenos espasmos subterrâneos.

nós, que habitamos as superfícies,
não nos enganemos.
Preservemos o espanto
e o encanto
únicas possibilidades contra o horror.

(Mariana Imbelloni, Maio de 2020.)

*Apresentação**

Em um ano que questionou nossas esperanças e forças, nós nos aproximamos à distância. Escolhendo alimentar o encanto pelo futuro, garantindo um espaço de acolhimento e de troca entre as pesquisadoras de questões de gênero de todo o Brasil em um período tão emblemático, nós, do Instituto Política *por.de.para* Mulheres, realizamos o *IV Encontro de Pesquisa por.de.sobre Mulheres*, nos dias 01 a 04 de setembro de 2020, pela primeira vez em modalidade inteiramente online.

A presente obra, dividida em dois volumes, resultou de trabalhos apresentados na ocasião do evento, com o objetivo de publicizar investigações acadêmicas e profissionais de relevância no contexto do(s) feminismo(s) e estudos de gênero, bem como de garantir a conexão dos estudos contemporâneos à realidade feminina brasileira, tendo sido de suma importância a preservação do espaço frente à conjuntura dramática de mortalidade e distanciamento social ocasionada pela pandemia do coronavírus e potencializada pelo desgoverno brasileiro.

Temas que perpassam os desafios enfrentados por mulheres e homens trans, pelas populações negra e indígenas, pela comunidade LGBTQI+, e a continuada invisibilização de tantos sujeitos (ou sujeitas), em notório descaso sobre garantias e cidadania, são, portanto, o que movem essa edição. Não por acaso, o título da obra destaca a interseccionalidade: os capítulos a seguir demonstram a grandiosidade que há na pluralidade de vivências, experiências e contextos do ser mulher, reforçando a importância da valorização das nossas diferenças em favor da nossa existência.

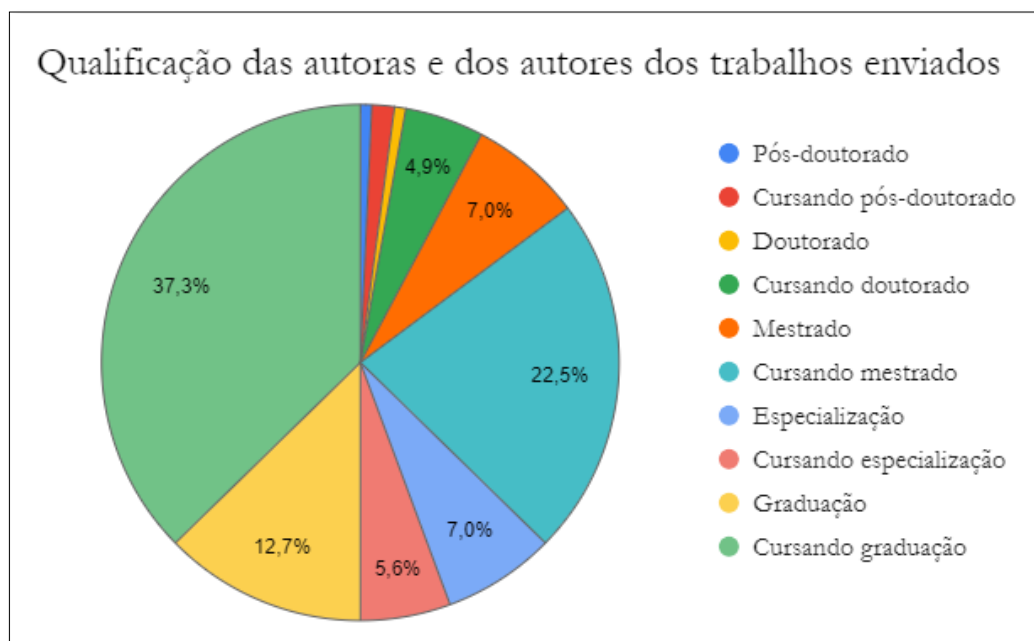
* Todas as organizadoras da obra “Gênero & Interseccionalidades”, que escrevem esta apresentação, integram a presidência/diretoria do Instituto Política *por.de.para* Mulheres e participaram do IV Encontro como avaliadoras ou organizadoras.

Foi oportunizada a participação no IV Encontro em duas modalidades: apresentação oral de comunicados científicos e envio de artigos científicos para o III Concurso de Artigos Científicos “Instituto Política por.de.para Mulheres”, tendo sido recebidos 104 comunicados e 38 artigos científicos, de pesquisadoras, pesquisadores e profissionais, de vários níveis qualificação – Gráfico 1; e vinculadas a 55 instituições¹ brasileiras, sediadas em 17 estados da Federação² e no Distrito Federal (Gráfico 2). Além das brasileiras, havia representação de instituição estrangeira, da *Université Paris Diderot* (França).

¹ Assim sendo: *Paraná* - FAE Centro Universitário, Universidade Estadual do Centro-Oeste (UNICENTRO), Universidade Estadual de Maringá (UEM), Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUCPR), Universidade Federal do Paraná (UFPR), Universidade Paranaense (UNIPAR), Universidade Estadual de Londrina (UEL), Universidade Positivo (UP), Academia Brasileira de Direito Constitucional (ABDConst), Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná (IFPR), Centro Universitário de Araucária (UNIFACEAR), Centro Universitário Centro Universitário Santa Cruz (UNISANTACRUZ), Centro Universitário Internacional (UNINTER), Centro Universitário Autônomo do Brasil (UNIBRASIL), Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA), Universidade Estadual do Paraná (UNESPAR), Centro Universitário Curitiba (UNICURITIBA), Centro Universitário Vale do Iguaçu (UNIGUAÇU), Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG); *Santa Catarina* – Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), Universidade do Contestado (UNC), Centro Universitário para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí (UNIDAVI), Universidade do Extremo Sul Catarinense (UNESC); *São Paulo* – Faculdade de Medicina de São José do Rio Preto (FAMERP), Universidade Paulista (UNP), Universidade Estadual Paulista (UNESP), Universidade de São Paulo (USP); *Bahia* – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), Universidade Federal do Oeste da Bahia (UFOB), Universidade Salvador (UNIFACS); *Minas Gerais* – Faculdade de Direito do Sul de Minas (FDSM), Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP); *Pará* - Universidade Federal do Pará (UFPA), Faculdade Ideal do Pará (FACI), Universidade da Amazônia (UFAM); *Paraíba* – Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Cajazeiras (FAFIC), Universidade Federal da Paraíba (UFPB), Universidade Federal de Campina Grande (UFCG); *Rio Grande do Sul* - Universidade de Passo Fundo (UPF), Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC), Fundação Escola Superior do Ministério Público (FMP/RS); *Rio de Janeiro* - Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro (EMERJ), Escola Nacional de Saúde Pública (ENSP/FIOCRUZ), Universidade Federal Fluminense, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ); *Alagoas* – Universidade Federal de Alagoas (UFAL); *Amapá* – Universidade Federal do Amapá (UFAP); *Ceará* - Universidade Federal do Ceará (UFC); *Distrito Federal* – Universidade de Brasília (UNB); *Espírito Santo* – Universidade Federal do Espírito Santo (UFES); *Goiás* – Universidade Federal de Goiás (UFGO); *Mato Grosso* – Universidade Federal do Mato Grosso (UFMT); *Mato Grosso do Sul* – Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD); *Rio Grande do Norte* – Centro Universitário do Rio Grande do Norte (UNIRN); *Rio Grande do Norte* – Centro Universitário do Rio Grande do Norte (UNIRN); *Rondônia* – Universidade Federal de Rondônia (UFRO).

² O estado do Paraná teve 80 representantes, seguido de São Paulo (9), Rio Grande do Sul (8), Pará (8), Santa Catarina (6), Rio de Janeiro (6), Amapá (5), Bahia (5), Minas Gerais (4) e Paraíba (3). O Distrito Federal e o estado do Ceará tiveram dois representantes cada. Alagoas, Goiás, Mato Grosso, Rio Grande do Norte, Mato Grosso do Sul e Espírito Santo contaram com 1 representante cada.

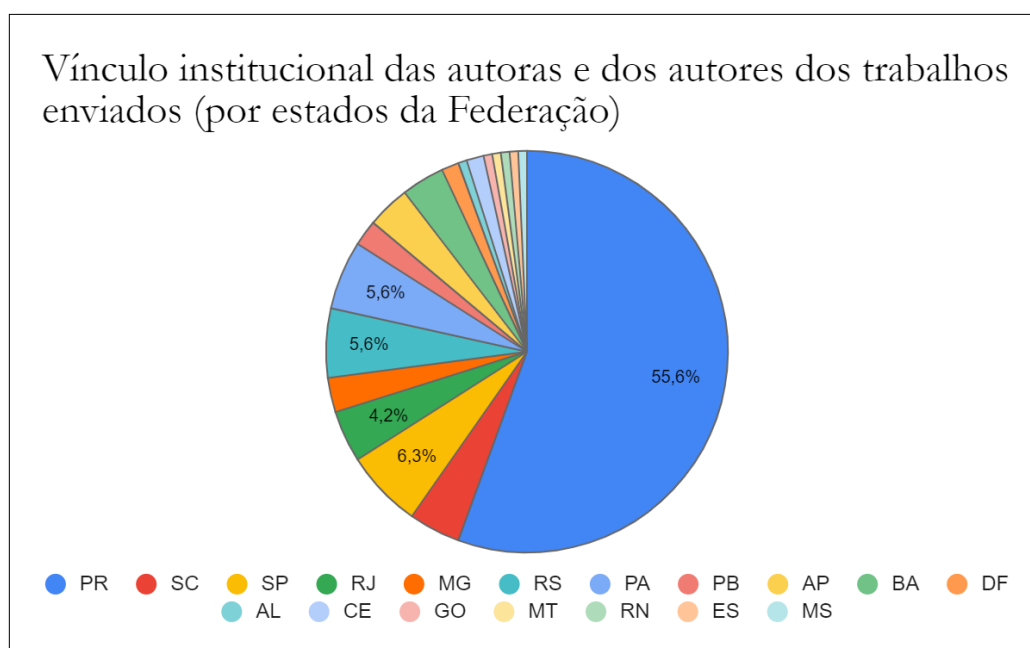
GRÁFICO 1



Com a proposta interdisciplinar do evento, foram aceitos trabalhos relacionados com as seguintes áreas temáticas: Participação e Representação Política, Eleições, Políticas Públicas, Mídia e Comunicação, História, Literatura e Linguagens, Corpos e Subjetividades nas questões de saúde, Migrações, Territorialidade, Acessibilidade e Geografias Plurais, Direitos Fundamentais, Pandemia e vulnerabilidades, Movimentos e Teorias Feministas, Criminologias e Violências, Ciências e Tecnologias, Sustentabilidade e Desenvolvimento.

Nesse contexto, as autoras e os autores das pesquisas apresentadas no IV Encontro desenvolvem pesquisas nos mais diversos ramos do conhecimento, dentre eles: Ciência Política, Comunicação, Direito, Educação, Filosofia, Genética, História, Letras, Linguística, Medicina, Museologia, Psicologia, Química, Relações Internacionais, Serviço Social e Sociologia.

GRÁFICO 2



Ao final do evento, destacaram-se como melhores artigos os seguintes: *“Questões de gênero a partir da exposição não consensual de materiais com conteúdo sexual na internet”*, de Flávia Werner Scholz, *“Mulheres, criminologias e o discurso como construção das sujeitas criminosas”*, de Amanda Caroline Generoso Meneguetti, e *“Recomendação nº 62/200 do Conselho Nacional de Justiça e a (in)visibilidade da detenta provisória gestante ou lactante”*, de Eduarda Espanhol Borba e Emily Emanuele Franco Mewes. Os três artigos compõem a presente obra.

Dos comunicados científicos apresentados oralmente, foram indicados vinte pelas bancas avaliadoras, os quais receberam menção honrosa: *“A ausência de mulheres negras na Assembleia Legislativa do Estado do Pará: o reflexo do racismo institucional”*, de Samara Tirza Dias Siqueira e Cristiane da Silva Gonçalves; *“Movimento das Diretas Já e as mulheres: invisibilizações, reconfigurações e contribuições para a resistência democrática no Brasil”*, de Isabelle Maria Campos Vasconcelos Chehab;

“Um pássaro rebelde: A ópera Carmen em diálogo corpo feminino e a violência de gênero dentro da perspectiva dos poderes”, de Jéssica Wisniewski Dias e Tatiana de Carvalho Castro; *“As violações sexuais e as questões de gênero no período da ditadura civil militar”*, de Carolina Rosa Kader e Júlia Soledade Marquezan; *“A educação como pilar principal para a reintegração social das mulheres institucionalizadas no sistema prisional”*, de Gabrielly de Almeida Gasparotto e Simoni Rodrigues de Almeida;

“Questões de gênero no Tribunal do Júri: Análise da argumentação utilizada pela defesa de acusados em casos de feminicídio em Fortaleza, Ceará”, de Geórgia Oliveira Araújo; *“A realidade do sistema prisional feminino brasileiro e a violação de direitos humanos: os desafios enfrentados pela mulher gestante encarcerada e a luta pela conquista da prisão domiciliar (HC 143641 STF)”*, de Diéssica Zonemberg Ferreira e Isadora Prado Pinheiro;

“Eleições 2020: O impacto da pandemia em pré-candidaturas a vereadoras de mulheres no Brasil”, de Rhoana Lersch Oliveira; *“Atuação parlamentar e ideologia partidária de deputadas federais (1987-2017): Uma análise das propostas de projetos de lei e seus índices de sucesso”*, de Geissa Cristina Franco e Mariana Lorencetti; *“Entre descolonizar e despatriarcalizar:*

A participação política das mulheres no Estado Plurinacional Boliviano (2009-2018)”, de Mariana Malheiros; *“Violência contra a mulher em Irati/PR: Mapeamento da incidência e da rede de enfrentamento”*, de Kátia Alexsandra dos Santos; *“Questões de gênero a partir da exposição não consensual de materiais com conteúdo sexual na internet”*, de Flávia Werner Scholz;

“Um corpo que sangra: a ‘pobreza menstrual’ como desafio à concretização da igualdade constitucional entre homens e mulheres”, de Melina Coelho Garcia; *“Se o machismo acabasse hoje, o que você faria? Considerações acerca da ótica machista no cotidiano masculino”*, de Alexia Pospiesz de Oliveira, João Pedro Simões Pipa André e Luana Falleiro Heller;

“Não apague o que você escreve: um estudo sobre a escrita de mulheres por meio da observação participante”, de Tatiana Carolina Lazzarotto; *“Os anseios punitivistas nos movimentos feministas: um diálogo a partir de ‘Olhos Que Condenam’”*, de Mariana Garcia Tabuchi;

“Mulheres negras, violência doméstica e pandemia da COVID-19”, de Josenilda Rodrigues de Lima e Regina Maria Ferreira da Silva Lima; *“Heteroautobiografias e ecofeminismos: narrativas de vida e o ensino de química”*, de Bruna Adriane Fary e Angela Marta Pereira das Dores Savioli;

“Trabalho doméstico remunerado e não remunerado: O peso que as mulheres carregam”, de Adriana Madeira Coutinho e Giulia Madeira Coutinho de Araújo; e *“Afroempreendedorismo feminino em Curitiba: reflexões sobre interseccionalidades em campo”*, de Suelen Karini Almeida de Matos. Desses comunicados, os últimos doze estão na obra como artigos.

Também compõem a obra *“Gênero & Interseccionalidades”* os seguintes textos de avaliadoras, palestrantes e organizadoras do IV Encontro: *“Mulheres e acesso à cidade: e os jogos continuam vorazes”*, de Lúcia Maria Silva Melo de Casimiro; *“A construção da mulher como sujeita constitucional na história brasileira: a princesa imperial e os direitos políticos”*, de Julia Heliodoro Gitirana, Ana Caroline de Oliveira Chimenez e Carina Lamas Roncato;

“Candidaturas de mulheres às prefeituras e o caso de Ponta Grossa em 2020”, de Fernanda Cavassana e Emanuelle Nunes Salatini; *“Os fins da democracia: inimigo/adversário no campo da política e os discursos de ódio contra pessoas LGBTI+”*, de Andressa Regina Bissoloti Santos; “

Ser Mulher em Movimento: Aportes do feminismo interseccional nos estudos migratórios”, de Anna Luiza Ribeiro, Nara Veiga Borges e Tatyana Scheila Friedrich; *“Intersecções Necessárias para proteção das Mulheres Migrantes e Refugiadas: direito*

internacional dos direitos humanos, direito humanitário e direito Internacional dos refugiados”, de Simone Andrea Schwinn;

“Práticas sociais, narrações e instituições: tensionamentos possível frente às Mulheres Negras em privação de liberdade”, de Elaine Barbosa e Thaís Pinhata de Souza; *“Assassinato ou suicídio? A construção narrativa da RIC sobre a morte de Tatiane Spitzner e o silenciamento sobre um caso de feminicídio*”, de Renata Caleffi, Ariane Carla Pereira e Nádia Moccelin;

“Militar não tem sexo”: breves considerações de gênero nas Forças Armadas brasileiras”, de Bárbara Mendonça Bertotti e Letícia Lopes Santos; *“A Face Feminina da Pandemia de COVID-19*”, de Aline Burni, Eduardo Ryo Tamaki e Denise Nacif Pimenta; *“Grupo virtual de mães: a pandemia da COVID-19 e seus impactos na vida de mulheres mães de alunos do ensino fundamental*”, de Georgiane Garabely Heil Vázquez;

“Coronavírus e aprisionamento feminino: uma análise da invisibilidade da mulher presidiária em meio a pandemia, no Brasil e no Pará”, de Hanna Rayssa Souza do Carmo, Verena Mizerani Verdelho e Juliana Rodrigues Freitas; *“Levando a memória sempre conosco: Ciências e mulheres. Um olhar crítico*”, de Natalina Stamile;

“Binarismo de gênero e a invisibilidade do trabalho reprodutivo: reflexões sobre a apropriação da vida da mulher racializada e a especificidade brasileira”, de Gabriela Grupp e Heloísa Nerone; e *“Inteligência artificial como auxílio à violência contra a mulher*”, de Larissa Ribeiro Tomazoni e Paula Yurie Abiko.

O prefácio e os capítulos trazem pesquisas e opiniões das autoras, a quem foi garantida a liberdade de exposição de suas ideias amplamente. O objetivo da obra é justamente servir como um canal para que as pesquisadoras e pesquisadores possam divulgar suas pesquisas e produzir um conhecimento emancipatório.

A organização do evento reitera os agradecimentos à sua idealizadora, Professora. Dra. Eneida Desiree Salgado, e às apoiadoras e colaboradoras do IV

Encontro de Pesquisa *por.de.sobre* Mulheres, sem as quais não seria possível a concretização do projeto e a publicação desta obra.

As panelistas Ligia Maria Melo de Casimiro, Ilka Teodoro, Andréa Roloff Lopes, Maiane Bittencourt e Maria José Rosado-Nunes, a cantora Janine Mathias, as organizadoras, as monitoras e as avaliadoras dos artigos e dos comunicados, que aceitaram o convite e doaram seu tempo em favor de um projeto tão importante em um período tão emblemático.

Boa leitura a todas e a todos!

Ana Cristina Aguiar Viana

Bárbara Mendonça Bertotti

Cynthia Gruendling Juruena

Gabriela Grupp

Letícia Regina Camargo Kreuz

Priscila Stela Pedroso

Renata Caleffi

Tamira Almeida Martins

Prefácio

O IV Encontro de Pesquisa *por.de.sobre* Mulheres traz para a comunidade acadêmica um novo volume de artigos e comunicados científicos escritos e debatidos com profundidade, durante o conclave que já é uma referência como evento científico. Trata-se de uma obra que pode ser enquadrada como uma das produções mais ricas de temas fundamentais relacionados à condição feminina.

As questões de gênero, ainda que pareça surpreendente, não são suficientemente apreciadas, debatidas e postas em análise pelos mais diversos segmentos sociais. Em que pese os avanços legislativos, as políticas públicas e suas implementações, a condição feminina ainda é sinônimo de minoria, cidadania de 2ª classe, submetida ao machismo estrutural e a um tipo de capitalismo sentimental que usa, vampiriza e ignora, coisificando a mulher e produzindo sofrimentos indescritíveis, relacionados às violências simbólicas e reais.

Longe de projetar um discurso de autopiedade ou de inversão de papéis, relegando o homem à mesma condição, as mulheres têm realizado uma árdua tarefa na luta por tratamento paritário e equiparação nas relações humanas, sociais, culturais e econômicas. E, nessa perspectiva, a caminhada pelo reconhecimento equânime da condição feminina passa pelo debate, pela reflexão das situações diárias, pela construção de novos marcos teóricos tendo a mulher como narradora da sua condição, dialogando *por.de.sobre* mulheres.

É nesse sentido que a obra que se apresenta, resultado de mais um grande encontro científico, destaca temas como as representações e subjetividades políticas da condição feminina; as migrações sob a perspectiva de gênero; as privações e punições submetidas às mulheres; memórias e invisibilidades femininas; violências e desigualdades de tratamento social; saúde feminina e sua relação com a pandemia SARS COVID; mídia e comunicação sobre gênero no Brasil, no século XXI. Essa obra oferece à sociedade um farto material de pesquisa, todo organizado a partir de uma perspectiva feminina, de mentalidade crítica e sociologicamente humanista.

É como muita honra que apresento um livro aglutinador de reflexões produzidas por um número relevante de investigadoras científicas, de leitura essencial para todas.todas.todes que reconhecem a importância do debate por uma mudança definitiva das questões de gênero no Brasil e no mundo.

Lígia Maria Silva Melo de Casimiro

PARTE I
REPRESENTAÇÕES E SUBJETIVIDADES
POLÍTICAS



MULHERES E ACESSO À CIDADE: E OS JOGOS CONTINUAM VORAZES

Lígia Maria Silva Melo de Casimiro ¹²

INTRODUÇÃO

As cidades e as mulheres têm uma relação simbiótica que necessita ser reconhecida formalmente pela sociedade, pelo poder público e político, pelo poder econômico. Os dados apontam para essa máxima e a repetição do discurso se torna enfadonha, não por ser enfadonho, mas porque avançar é preciso. Em especial, a partir da experiência de 2020, é preciso voltar a falar, escrever e reforçar que as cidades e a manutenção da saúde *pública* devem às mulheres, seja no Brasil ou fora dele, um lugar de protagonismo que, mesmo historicamente negado, é seu pela simples razão de ser mulher.³

Em tempos de pandemia da Covid-19 e suas respectivas consequências, que só aprofundam crises já existentes, revela-se que debates centrados nas relações sociais, questões de gênero e raça e no papel do Estado nas searas políticas, sociais, culturais e econômicas continuam sendo o grande desafio da humanidade.⁴ A mulher continua sendo vorazmente consumida pelo papel que a sociedade machista lhe impõe e a cidade continua a lhe ser negada, como um espaço de liberdade segura para ser e estar.

1

2 Lígia Maria Silva Melo de Casimiro, mulher, mãe, companheira, doutora pela PUCPR, professora do departamento de direito público da Universidade Federal do Ceará, diretora do IBDA, Coordenadora regional do IBDU.

3 Um estudo, realizado pelas organizações Gênero e Número e Sempre Viva Organização Feminista (SOF), identificou que metade das mulheres brasileiras passou a cuidar de alguém na pandemia. A pesquisa analisou os impactos da disseminação do novo coronavírus (COVID-19) tendo como foco as mudanças no trabalho e na inserção econômica das brasileiras. Entre as mulheres do campo, o índice das que passaram a cuidar de alguém sobe para 62%. Entre as negras o percentual é de 52%, enquanto entre as brancas ficou em 46%. Disponível em <https://agencia.BRASIL.ebc.com.br/geral/noticia/2020-08/metade-das-mulheres-passou-cuidar-de-alguem-na-pandemia>. Acesso em 8 de fev de 2021.

4 SANTOS, Boaventura de Sousa. A cruel pedagogia do vírus. Coimbra: Almedina, 2020, p.31.

Sendo a cidade a projeção da sociedade em um determinado espaço,⁵ a provocação sobre como a funcionalidade urbana dialoga com a presença feminina é de fundamental importância tendo em vista o desempenho dos inúmeros papéis, em diferentes áreas, impostos ou não, que são desenvolvidos por mulheres. Para nós mulheres, a cidade é um território inóspito, não importa o cabedal de funções que tenhamos que desempenhar a serviço do capital.

Para tanto, o trabalho aponta algumas provocações sobre a relação da mulher com a cidade, considerando também a leitura das previsões normativas que delineiam formalmente uma concepção de acesso à vida urbana e direito à cidade que, materialmente, não está acessível à população feminina, considerando ainda as opressões relacionadas à questão de raça e socioeconômica.

A IMPORTÂNCIA DA URBE. E PARA A MULHER?

As cidades têm uma significativa relação com o uso e a ocupação que o mundo masculino faz delas. Foram idealizadas e erguidas dentro dessa perspectiva, em que a presença da mulher era ignorada e, portanto, desconsiderada no tocante às escolhas sobre que forma e função os espaços públicos teriam e como seriam acessados.

Sendo a cidade o espaço de convivência humana que promete o desenvolvimento social e econômico, o acesso ao lazer, à habitação, serviços, trabalho e circulação livre, seria natural que todos os segmentos sociais fizessem parte da sua concepção, garantindo assim maior atendimento às demandas individuais e coletivas que se apresentam. Infelizmente não é o que se apresenta, pois somente seria possível tal realização se os agrupamentos humanos que se reúnem nas cidades estivessem calcados em bases solidárias de promoção da justiça social, igualdade de gênero, com igualdade de oportunidades para todos e todas. Ora, se a luta para alcançar um patamar mais equilibrado de condições de vida⁶ – na cidade e no campo – tem sido um dos grandes desafios brasileiros, o que requer permitir a participação democrática na discussão sobre as intervenções e políticas públicas feitas em, que dirá garantir que, especialmente, a mulher tenha voz ativa e decisiva nesse processo de produção do espaço urbano.

5 LÉFÈBVRE, Henri. O direito à cidade. São Paulo: Centauro, 2001, p. 56.

6 LÉFÈBVRE, Henri De lo rural a lo urbano. Barcelona: Península, 1973, p. 206.

Ao falar da presença da mulher no âmbito das decisões sobre o uso e a ocupação que se deve dar à cidade, não se destaca tal imperativo tão somente relacionado à segurança e integridade física e psicológica feminina, mas da importância de tal questão para o fortalecimento do Estado democrático garantidor da igualdade sem discriminação. O direito à cidade para todos e todas é uma condição subjetiva inserida em um contexto social, econômico e territorial de relações e interesses difusos, coletivos, conflitantes ou não, direito que reclama o reconhecimento da diversidade como protagonista na conquista do bem comum.

Segundo dados do governo federal,⁷ as mulheres brasileiras são responsáveis pelo sustento de 37,3% das famílias, possuem expectativa de vida de 77 (setenta e sete) anos de idade, equivalendo a 51,4% da população brasileira atual. Quando se indica um percentual de mulheres responsáveis pelo sustento de suas famílias, eclode mais uma questão, a da presença feminina no espaço urbano deslocando-se para o trabalho, para além dos usos tradicionais.

A mulher é, no Brasil, em números, maioria. É a cidadã que mais ocupa os espaços, circulando, habitando, interferindo, voluntaria ou involuntariamente, por meio de sua presença na construção e manutenção da sociedade brasileira. Entre os eleitores, as mulheres também são maioria⁸ e, na perspectiva da democracia, pelo método quantitativo de participação, a explicação para a ausência das mulheres nos espaços políticos, partilhando do debate sobre a cidade e o que ela deve e pode ofertar, não se sustenta, fragilizando assim a possibilidade de um futuro estável, de bem-estar social e vida digna coletiva. A democracia representativa e participativa está ameaçada.

Sob essa perspectiva, a garantia da participação e assento nos espaços decisórios é uma das principais pautas reivindicatórias femininas, que inclui superar, também, a

7 Segundo dados da última pesquisa nacional por amostra de domicílio, divulgada pelo IBGE em 2013. Disponível em <http://www.BRASIL.gov.br/cidadania-e-justica/2015/03/mulheres-sao-maioria-da-populacao-e-ocupam-mais-espaco-no-mercado-de-trabalho>. Acesso em 3 de dezembro de 2020.

8 As mulheres são maioria entre os mais de 38 milhões de eleitores aptos a votar nos 57 municípios em que haverá segundo turno para escolha de novos prefeitos. Juntas, elas somam quase 54% desses eleitores. O retrato dos eleitores consta das estatísticas eleitorais disponíveis no Portal do Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Disponível em <https://agencia.BRASIL.ebc.com.br/eleicoes-2020/noticia/2020-11/mulheres-sao-maioria-no-eleitorado-de-cidades-que-terao-segundo-turno>. Acesso em 5 de janeiro de 2021.

segregação política socioeconômica e racial, aquela que com um *plus* de crueldade exclui de tais espaços a mulher pobre e dentre elas, e com mais peso, as negras.⁹

O debate pelo direito à cidade para as mulheres inclui diversas dimensões, as mesmas que são pilares de sustentação do direito à cidade: a dimensão política, a simbólica e a material. Sob tal perspectiva, cabe destacar que as conflituosas questões de gênero devem ser enfrentadas por homens e mulheres para que a mudança na mentalidade e cultura possa garantir a produção de espaços urbanos mais acolhedores, tais como as ruas amplas, seguras e iluminadas, bem como usos de serviços mais equitativos e efetivos como o transporte público.

O acesso ao direito à moradia para as mulheres é uma pauta excepcional. Pois, a luta pela unidade habitacional para quem é legada ao trabalho doméstico, não remunerado, urge não somente para garantir uma melhora na sua interação com o espaço urbano, mas permitindo o avanço de etapas de fortalecimento e autonomia, de modo a permitir dentre outros direitos de cidadania, segurança e saúde.

A acessibilidade dos serviços públicos, do transporte à oferta de creches não pode ser tratado pelo Poder Público como um número absoluto, relacionado ao quantitativo de unidades postas à disposição dos cidadãos, quando se sabe que as mulheres são as grandes vítimas da ausência de serviços. É preciso um conjunto de políticas públicas verdadeiramente reparatórias e protetivas, considerando em especial a violência urbana a que estão submetidas as mulheres.¹⁰

Os dados que pesquisas sérias nos apresentam,¹¹ indicam que a oferta de serviços às mulheres deve ter atenção especial por parte do poder público, pois necessitam ser postos à disposição de maneira a garantir integridade física e mental para esse segmento.

-
- 9 CASIMIRO, Lígia Maria Silva Melo de; VIANA, Ana Cristina Aguilar: KREUZ, Letícia Regina Camargo. (Sub)representação política feminina e a participação das mulheres em espaços democráticos: examinando conselhos públicos. *Revista Brasileira de Estudos Políticos*. n.120. jan./jun. 2020. Belo Horizonte, p. 275-317.
 - 10 AUCK, Maiara. Direito à moradia para as mulheres sob a ótica da autonomia: atuação e conquistas dos movimentos sociais. In *Introdução crítica ao direito urbanístico. O direito achado na rua* vol. 9. Org. SOUSA JÚNIOR, José Geraldo de ... [et al.]. Brasília: UNB, 2019, p. 266-271.
 - 11 Uma pesquisa foi feita de forma online entre os dias 1º e 14 de setembro de 2020, pelo Instituto Patrícia Galvão e o Locomotiva, registrando a opinião de 2 mil homens e mulheres, com 16 anos ou mais de idade, em todo o BRASIL. O trabalho levantou a percepção sobre as principais formas de violência sofridas pelas mulheres. Do total de entrevistados, 73% apontaram a violência doméstica, 53% o assédio sexual, 43% a desigualdade salarial entre homens e mulheres, 42% o estupro, 38% a violência física, 37% a dupla jornada de trabalho e 14% indicaram ainda o racismo como uma forma de violência sofrida pelas mulheres brasileiras. Disponível em <https://agencia BRASIL. ebc.com.br/geral/noticia/2020-11/pesquisa-aponta-medo-de-mulheres>. Acesso em: 8 fev. 2021.

Para ofertar serviço público para mulheres, é preciso pensar e sentir como uma mulher, é preciso considerar todas as condições que envolvem ser uma mulher no Brasil.

Cidades seguras para todos e todas requerem, ainda e mais uma vez, a garantia da participação ativa da mulher na construção e desenvolvimento desse debate e no enfrentamento da cultura machista, sem a qual não pode haver avanço.

O QUE O DIREITO DIZ SOBRE A CIDADE

O direito às cidades sustentáveis entra no ordenamento jurídico em 2001, com a publicação da lei 10.257/2001, Estatuto da Cidade, que por sua vez segue comandos constitucionais desde o artigo 3º da Constituição até chegar ao artigo 182. Mesmo aliado às previsões sobre os objetivos constitucionais do Estado brasileiro, que envolve a redução das desigualdades regionais e a promoção do bem de todos, sem preconceito de raça, gênero, ainda estamos debatendo a questão de gênero com a utilização de elementos como se fossem frágeis, construídos com a ausência de substratos sociais e científicos. Por quê?

O Estatuto indica diretrizes para a identificação do direito à cidade, dentre elas a indicação de que é direito à cidade o direito à infraestrutura urbana, ao transporte, ao saneamento ambiental, à moradia, aos serviços públicos, ao trabalho e ao lazer, à posse.¹²

Todos esses elementos que compõe o conteúdo de direito à cidade estão relacionados à prestação de serviços públicos e oferta de bens e condições estruturais para o desenvolvimento humano.¹³ E mais, a lei federal, que estabeleceu diretrizes gerais para a política urbana no Brasil também aponta que o pleno desenvolvimento das cidades deve observar a gestão democrática por meio da participação popular e de associações representativas dos vários segmentos da comunidade na formulação, execução e acompanhamento de planos, programas e projetos de desenvolvimento urbano

O artigo da 2º descreve outras diretrizes e todas elas estão vinculadas ao comportamento do poder público, da Administração Pública Municipal, que é o ente

¹² VELOSO, Luiza Lins. O papel das mulheres na luta pelo direito à moradia. In: Instituto Brasileiro de Direito Urbanístico. *Direito à cidade: uma visão por gênero* São Paulo: IBDU, 2017.

¹³ CASIMIRO, Lígia Maria Silva Melo de. A atualidade do debate sobre políticas urbanas para a promoção do direito à cidade. In: MOTTA, Fabrício; GABARDO, Emerson. (Coord). *Desenvolvimento nacional: por uma agenda propositiva e inclusiva*. Curitiba: Íthala, 2020, p.221 - 234.

competente para aprovação do principal instrumento de política de desenvolvimento e expansão urbana.

O Estatuto da Cidade estabelece, portanto, um vínculo entre políticas públicas, atividades administrativa e de direitos fundamentais, assim como outras legislações específicas que tratam da oferta de direitos por meio de serviços públicos. O Estado brasileiro tem o dever, a partir de políticas públicas, de atuar para a realização do acesso e proteção desses direitos. De tal forma que fazer a leitura dos direitos sociais pela ótica do direito à cidade com o recorte do gênero é iniciar uma caminhada analítica de como o Estado deve agir, com indicativos de direção precisos.

De novo, destaca-se que a realização do acesso ao direito à cidade se materializa no acesso à moradia adequada; aos serviços de abastecimento de água potável, limpeza urbana, esgotamento sanitário, manejo de resíduos, serviços de drenagem; serviços de transporte público; serviços de saúde e educação; acesso ao trabalho; acesso ao lazer; acesso à terra urbanizada: envolvendo desenvolvimento econômico, valor acessível à terra, segurança da posse e da propriedade.

O direito à cidade parece sintetizar um conjunto de direitos em uma só nomenclatura, no entanto, entende-se que seria uma simplificação. A compreensão do que representa tal direito passa por reconhecer que seu conteúdo está relacionado à condição da mulher como construtora do espaço urbano, do funcionamento da cidade, da definição de como pode ocupá-la e vivenciá-la, vinculado à ideologia social e, também, jurídica assumida pelo Estado. Não é possível falar em realização do direito à cidade sem falar em como a cidade é planejada e planificada para e por quem a ocupa, de tal forma que sua realização impõe a participação da mulher como protagonista, considerando sua participação na gestão pública, promovendo a noção de participação democrática identificada como modo adequado para a governança das cidades.¹⁴

CONSIDERAÇÕES A TÍTULO DE REFLEXÃO

É fato que os processos de luta por direitos e reconhecimentos não se dão de maneira consensual, devendo se expressar permanentemente na disputa positiva por

¹⁴ PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. Guia da política de governança pública. Brasília: Casa Civil da Presidência da República, 2018, p. 15-24.

projetos coletivos e de concepção diversificada, enfrentando a realidade sobre a mulher e o seu não-acesso à cidade. Cada atuação, pública ou privada, marcada majoritariamente pela visão cultural masculina provoca, na vida da mulher urbana, a negação da sua segurança física e psíquica, do seu bem-estar, provoca dificuldades nos processos pessoais e coletivos de desenvolvimento.

Reconhecer a diferença de gênero como uma qualidade que marca a prática social da vida urbana requer uma capacidade de ir além, muito além dos conceitos e representações que se dispõe atualmente. É preciso avançar em um movimento coletivo de conscientização feito por e para as mulheres, ocupando espaço na agenda pública local, inclusive porque temos previsões no ordenamento jurídico constitucional e infraconstitucional que apontam como objetivo do Estado a redução das desigualdades, a garantia do pleno desenvolvimento, a equidade e justiça social.

A cidade é o espaço construído que recebe o grupo social, formado por uma diversidade complexa de necessidades e interesses. O território urbano é uma projeção reflexiva da sociedade e tem na sua razão de ser a função de ofertar ao ser humano condições de viver com dignidade.¹⁵ Para tanto é preciso ser mais acolhedor da pauta de gênero, é preciso que a agenda pública empreenda ações que permitam a promoção de acesso a direitos, que o planejamento seja qualificadamente social e feminista, pensado para criar condições de avançarmos em processos civilizatórios de cidades justas.

Para tanto, entende-se imperioso reforçar e estimular a elaboração de programas de subsídios para mulheres adquirirem unidades habitacionais adequadas, em bairros urbanizados com oferta de bens e serviços públicos, considerando a disparidade da renda média da mulher em relação aos homens, garantindo foco, em especial, nas mulheres que chefiam suas famílias. A mulher, como uma componente do grupo social, deve ser vista e reconhecida como destinatária de políticas urbanas e ações materiais que acolham as diferenças relativas ao gênero feminino e permitam sua presença em condições de viver, intervir e usufruir igualmente do espaço urbano.

¹⁵ ARAÚJO, James Amorim. Sobre a cidade e o urbano em Henri Lefebvre. GEOUSP: Espaço e Tempo (Online), n. 31, p. 133-142, 2012.

REFERÊNCIAS

- ARAÚJO, James Amorim. Sobre a cidade e o urbano em Henri Lefebvre. *GEOUSP: Espaço e Tempo (Online)*, n. 31, p. 133-142, 2012.
- AUCK, Maiara. Direito à moradia para as mulheres sob a ótica da autonomia: atuação e conquistas dos movimentos sociais. In *Introdução crítica ao direito urbanístico. O direito achado na rua vol. 9*. Org. SOUSA JÚNIOR, José Geraldo de ... [et al.]. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2019,
- CASIMIRO, Lígia Maria Silva Melo de. *A atualidade do debate sobre políticas urbanas para a promoção do direito à cidade*. In: MOTTA, Fabrício; GABARDO, Emerson. (Coord). Desenvolvimento nacional: por uma agenda propositiva e inclusiva Curitiba: Íthala, 2020.
- CASIMIRO, Lígia Maria Silva Melo de; VIANA, Ana Cristina Aguilar; KREUZ, Letícia Regina Camargo. *(Sub)representação política feminina e a participação das mulheres em espaços democráticos: examinando conselhos públicos*. Revista Brasileira de Estudos Políticos, Belo Horizonte, n.120. jan./jun. 2020.
- LÉFÈBVRE, Henri *De lo rural a lo urbano*. Barcelona: Ediciones Península, 1973.
- LÉFÈBVRE, Henri. *O direito à cidade*. São Paulo: Centauro, 2001.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. *A cruel pedagogia do vírus*. Coimbra: Almedina, 2020.
- VELOSO, Luiza Lins. O papel das mulheres na luta pelo direito à moradia. In: *Instituto Brasileiro de Direito Urbanístico. Direito à cidade: uma visão por gênero* São Paulo: IBDU, 2017.

A CONSTRUÇÃO DA MULHER COMO SUJEITA CONSTITUCIONAL NA HISTÓRIA BRASILEIRA: A PRINCESA IMPERIAL E OS DIREITOS POLÍTICOS

Julia Heliodoro Gitirana ¹

Ana Caroline de Oliveira Chimenez ²

Carina Lamas Roncato ³

INTRODUÇÃO

O cenário político e social do Brasil Imperial, sob a vigência da Constituição de 1824, foi marcado por um Estado absolutista e patriarcal, que não considerava a mulher brancas⁴ como cidadãs, ou ainda, sujeitas constitucionais detentoras de direitos. Assim, não havia menção às mulheres no texto Constitucional, excetuando-se a referência à sucessão do trono pela herdeira do gênero feminino (art. 117 da Constituição de 1824) e ao casamento da Princesa Imperial (art. 112 e 120 da Constituição de 1824). Nota-se que a Constituição de 1824, em seu corpo de texto, ao citar apenas a figura das mulheres em espaços muito delimitados, reflete a *divisão sexual do trabalho*⁵ de sua época, em que as mulheres ocupavam os espaços privados,

-
- 1 Doutora em Políticas Públicas pela Universidade Federal do Paraná. Mestra em Ciência Jurídica e Teoria do Estado pela PUC-RJ. Especialista em Direito Penal e Criminologia pelo UTP/ICPC. Bacharela em Direito pela PUC-RJ. Professora no curso de graduação de Direito da FAE Centro Universitário. Coordenadora do Grupo de Pesquisa Observatório dos Direitos de Gênero da FAE Centro Universitário. Diretora Acadêmica do Instituto Política Por/de/para Mulheres. Orientadora do Programa de Apoio à Iniciação Científica (PAIC 2019-2020). Email: julia.gitirana@fae.edu
 - 2 Geógrafa pela UFPR. Aluna do 5º período do curso de Direito da FAE Centro Universitário. Bolsista do Programa de Apoio à Iniciação Científica (PAIC 2019-2020). Email: chimenezana@gmail.com
 - 3 Médica pela UFPR. Aluna do 5º período do curso de Direito da FAE Centro Universitário. Voluntária do Programa de Apoio à Iniciação Científica (PAIC 2019-2020). Email: carina_lamas@yahoo.com.br
 - 4 Faz-se necessário realizar um recorte não apenas de gênero, mas também racial. Uma vez que o Brasil Imperial nesse período continha sua população negra escravizada. Logo, refletir sobre direitos políticos nesse período era algo existente apenas para as pessoas brancas, já que a população negra era tratada como propriedade/coisa. Para mais informações sobre o debate de colonialidade, raça e gênero, ler obras de Ana Luiza Pinheiro Flauzina e Naila Ingrid Chaves Franklin.
 - 5 A divisão sexual do trabalho atribui ao homem o trabalho produtivo, ou ainda aquele alocado no espaço público, Já a figura da mulher se associa ao trabalho reprodutivo, bem como uma atuação direcionada para o espaço privado. O ponto teórico para compreensão desse fenômeno, o qual não se pretende esgotar no presente artigo, situa-se na proposição feita por Bourdieu, ao tomar em conta o projeto de Virgínia Woolf, de que a

com encargos e diligências direcionadas para o cuidado e para a família, enquanto os homens dirigiam o espaço público.

Entretanto, em meados do século XIX, os limites *textuais-formais* impostos às mulheres previstos na Constituição de 1824 foram testados quando a regente do trono Imperial, Princesa Isabel, estava prestes a completar a idade de 25 (vinte e cinco) anos. Tal imbróglio se desenhou tendo em vista que o ordenamento jurídico determinava que o Príncipe Regente, ao atingir tal idade, tinha o direito de assumir um cargo no Senado, ou seja, ser titular e exercer direitos políticos. Em suma, foram nos acontecimentos políticos-jurídicos do Brasil Império que se discutiu institucionalmente pela primeira vez o reconhecimento dos direitos políticos das mulheres com a chegada da Princesa Isabel ao trono, quando se debateu se esta deveria assumir ou não o cargo de Senadora.

Dessa forma, o atual cenário revela a modesta participação política das mulheres, apesar da conquista da igualdade de gênero e do sufrágio universal, o que não corresponde a alterações significativas na representatividade feminina em relação ao período colonial. Diante desse quadro, o presente trabalho tem como objetivo central compreender de que forma foi discutida e recebida a questão do reconhecimento da capacidade política da Princesa Isabel no contexto da Constituição de 1824. Trata-se de uma tentativa de compreender, através da análise de uma questão singular que movimenta a construção histórico-política constitucional brasileira, de que forma foram fixados e construídos os direitos políticos das mulheres, já que estas foram reconhecidas paulatinamente como sujeitas de direitos no ordenamento jurídico brasileiro no decorrer dos anos.

Para tanto, o presente artigo analisa o discurso de dois atores políticos da época que movimentaram os debates sobre o reconhecimento (ou não) da Princesa Isabel como sujeita capaz de ocupar espaço no Parlamento através de cargo no Senado, tais como: José de Alencar e José Antônio Pimenta Bueno. Denota-se que ambos representam personalidades influentes do período regencial e dos debates políticos da época, apresentando no referido caso opiniões antagônicas quanto à capacidade feminina na política. A metodologia do trabalho se apoia em ferramentas qualitativas e descritivas. O método de pesquisa utilizado é qualitativo e descritivo quanto ao objeto, baseado na análise documental de fontes primárias e secundárias, além de

divisão sexual do trabalho como a conhecemos não é recente e pode se constituir “como instrumento de uma verdadeira socioanálise” (BOURDIEU, Pierre. A dominação masculina. 11. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012, p. 9. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/762315/mod_folder/content/0/BOURDIEU_A%20domina%C3%A7%C3%A3o%20masculina.pdf?forcedownload=1. Acesso em: 11 mai. 2020.).

revisão bibliográfica. Entre os principais documentos de fonte primária que serão objeto de análise tem-se *Uma tese constitucional: A Princesa Imperial e o Príncipe Consorte no Conselho de Estado*⁶, *Direito público brasileiro e análise da Constituição de Império*⁷, *a Constituição Política do Império do Brasil*⁸ e a *Lei n. 234 de 23 de novembro de 1841*⁹. Como fontes secundárias serão utilizados diversos exemplares dos *Anais do Império* e do *Arquivo Nacional* do governo federal. A revisão bibliográfica também fará parte da metodologia do presente artigo com destaque para autores como Maria Luzia Miranda Álvares, Adriano Ribeiro Paranhos, Joyce Miranda Leão Martins, entre outros.

Assim, o trabalho será dividido em três partes principais, para além da introdução e da conclusão. Primeiramente será analisada a organização geral do Estado e a situação política do Brasil Imperial na vigência da Constituição de 1824, sob a perspectiva do discurso da incapacidade feminina que emerge neste cenário. Tal debate surgiu devido ao fato da aproximação dos 25 (vinte e cinco) anos de idade da Princesa Isabel, o que a concedia o direito constitucional de assumir o cargo de senadora, enfrentando resistência de políticos influentes da época. Em seguida, serão explorados os discursos de José de Alencar e José Antônio Pimenta Bueno, personalidades influentes do referido contexto político e que possuíam opiniões antagônicas quanto ao exercício do direito da Princesa em exercer o cargo de senadora. Por fim, a terceira parte fará uma reflexão acerca do debate político conduzido pelos autores supracitados, e em que isso contribuiu para a construção da mulher como sujeita de direitos.

TRAÇOS SOBRE A ORGANIZAÇÃO DO ESTADO PREVISTA NA CONSTITUIÇÃO DE 1824: OS TRÊS PODERES E O PODER MODERADOR

Com a independência do Brasil, em 1822, proclamada por D. Pedro I, instaurou-se os preparativos para a construção de um novo Estado Imperial autônomo. Em 1823, sob a tutela

-
- 6 ALENCAR, José de. *Uma tese constitucional: A Princesa Imperial e o Príncipe Consorte no Conselho de Estado*. Rio de Janeiro: Livraria Popular, 1867. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/242445/000051843.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 10 nov. 2019.
 - 7 PIMENTA BUENO, José Antônio. *Direito público brasileiro e análise da Constituição de Império*. J. Villeneuve, Rio de Janeiro, 1857. Disponível em: <http://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/185600>. Acesso em: 01 dez. 2019.
 - 8 BRASIL. Carta de Lei de 25 de Março de 1824. *Constituição Política do Império do Brasil*. Rio de Janeiro, 25 mar. 1824. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao24.htm. Acesso em: 02 dez. 2019.
 - 9 BRASIL. Lei 234 de 23 de novembro de 1841. Criando um Conselho de Estado. Rio de Janeiro, 23 nov. 1841. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/LIM234.htm. Acesso em: 20 mar. 2020.

de D. Pedro I, instalou-se a Constituinte que era formada por duas grandes correntes: os liberais que desejavam um monarca com poderes limitados pela constituição, de outro, os conservadores que apoiavam as pretensões do Imperador de uma atuação mais direta no Estado que se erguia. No dia 3 de maio de 1823, o Imperador proferiu um discurso durante manifestando o descontentamento com o projeto constitucional elaborado pelos parlamentares¹⁰ e, em seguida, dissolveu a Constituinte para instituir um Conselho de Estado com parlamentares de sua confiança para redigir a Constituição¹¹. O documento constitucional orquestrado por D. Pedro I foi outorgado em 23 de março de 1824: a *Constituição Política do Império do Brasil*¹².

Há de ressaltar que nesse contexto histórico, o país contagiado pelos ideais iluministas¹³ e pelas revoluções liberais do final do século XVIII, o que pode ser verificado inclusive pela Revolução Pernambucana (1817) e Confederação do Equador (1824), lideradas por Frei Caneca¹⁴. Também esteve à frente de ambos os movimentos a revolucionária Bárbara de Alencar (1760-1832), mãe de José Martiniano Pereira de Alencar, que lutou pela Proclamação da República e pela abolição da escravatura, sendo considerada a primeira presa

-
- 10 “Disse ao Povo no Dia 1.º de Dezembro do ano próximo passado, em que, Fui Coroado, e Sagrado, Que com a Minha Espada Defenderia a Pátria, a Nação, e a Constituição, se fosse digna do Brasil, e de Mim. Ratifico hoje muito solenemente perante vós esta promessa, e Espero, que Me ajudeis a desempenhá-la, fazendo uma Constituição sábia, justa, adequada, e executável, ditada pela Razão, e não pelo capricho que tenha em vista somente a felicidade geral (...)” (BRASIL. D. Pedro I. Discurso, que o S. M., o Imperador recitou na abertura da Assembleia Geral Constituinte e Legislativa, 03 de maio de 1823. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/ws000041.pdf>. Acesso em: 02 dez. 2019.)
 - 11 D. Pedro I criou um Conselho de Estado, nomeando dez conselheiros vitalícios, com o objetivo de elaborar uma nova Constituição. Nasce assim, em 1824, a primeira Constituição brasileira outorgada pelo Imperador, garantindo-lhe poderes ilimitados (BONAVIDES, Paulo. A evolução constitucional do BRASIL. Estud. av., São Paulo, v. 14, n. 40, dec. 2000, p. 14. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010340142000000300016&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 03 dez. 2019).
 - 12 BRASIL. Carta de Lei de 25 de Março de 1824. Constituição Política do Império...
 - 13 O Iluminismo foi um movimento cultural e científico marcado por ideias liberais, individualistas e constitucionais, que despontou em resposta ao cenário político caracterizado pelo Estado Absolutista. Teve sua expressão máxima no final do século XVIII, sendo representado por pensadores como Descartes, Rousseau, Locke, Montesquieu, entre outros. Os ideais iluministas influenciaram as revoluções liberais como a Revolução Francesa de 1789 e a Revolução Americana de 1776 (WOLKMER, Antônio Carlos. História do Direito - tradição no Ocidente e no BRASIL. Rio de Janeiro: Forense, 11. ed. 2019, p. 154-160. Disponível em: <http://www.institutoveritas.net>. Acesso em: 05 mar. 2020).
 - 14 A difusão das ideias liberais iluministas influenciou a Revolução Pernambucana de 1817. A família real exigia que a capitania enviasse para o Rio de Janeiro, capital do país, os lucros obtidos pelos pernambucanos a fim de sustentar os altos gastos da monarquia absolutista. Como resposta, os revolucionários pernambucanos, liderados pelo Frei Joaquim Rabelo (Frei Caneca) reagiram com o objetivo de instituir uma república na região. O movimento acabou sufocado pela Proclamação da Independência e a consagração do regime monárquico. Pouco anos mais tarde, a dissolução da Assembleia Constituinte por D. Pedro I e a outorga da Constituição de 1824 ensejou os liberais republicanos do nordeste do país, também sob a liderança de Frei Caneca, a rebelarem-se a favor de um movimento republicano e separatista, a Confederação do Equador de 1824 (COSTA, João Paulo Peixoto. Os índios do Ceará na Confederação do Equador. Rev. Bras. de Hist., São Paulo, n. 75, v.37, 2017, p.2-3. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbh/v37n75/1806-9347-rbh-2017v37n7506.pdf>. Acesso em: 06 abr. 2020).

política do país¹⁵. Após a Independência dos Estados Unidos da América, em 1776, e a Revolução Francesa, em 1789, as Constituições Liberais destes Estados, com base na Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão¹⁶ (1789), estabeleceram a limitação dos poderes do soberano e instituíram a tripartição dos poderes, influenciados pela teoria de Montesquieu¹⁷. De forma resumida, é possível dizer que a desconcentração do poder do soberano em funções independentes, autônomas e não hierárquicas entre si marcaram a passagem de um Estado Absolutista para o Estado de Direito.

Nesse diapasão, a Constituição do Império, por sua vez, manteve os três poderes provenientes da teoria de Montesquieu e instituiu, contudo, um quarto poder: o Moderador (art. 10 da Constituição de 1824). O Poder Moderador, exercido exclusivamente pelo Imperador, era isento de responsabilidade, além de ser sagrado e inviolável, conforme art. 99 da Constituição de 1824. Nestes termos, considerado “Chefe Supremo da Nação, e seu Primeiro Representante”(art. 98 da Constituição de 1824), as principais atribuições deste poder estavam atreladas à nomeação de Ministros de Estado, Senadores e Magistrados. Ressalte-se que em casos de conflitos ou divergências entre os três poderes, o Poder Moderador poderia intervir para a manutenção da estabilidade política, dentro dos ditames da Lei Maior, o que caracterizava a forma de governo de “Monarquia Hereditária Constitucional e Representativa”.¹⁸

Para além do Poder Moderador, a Constituição de 1824 apresenta o Poder Judiciário como um órgão exercido por juizes de direito vitalícios e perpétuos, nomeados pelo Imperador

-
- 15 FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL (Brasil). A biblioteca nacional relembra Bárbara de Alencar no Dia Internacional da Mulher. Rio de Janeiro: BNDIGITAL I, 8 mar. 2017. Disponível em: <https://www.bn.gov.br/es/node/2603>. Acesso em: 08 abr. 2020.
 - 16 A Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, elaborada pela Assembleia Nacional Constituinte Francesa, em 1789, após a Revolução Francesa, garantia direitos individuais e coletivos e estabelecia a separação de poderes como um dos pilares para a construção de um Estado de Direito (Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão. Paris, 1789. Disponível em: <http://www.direitoshumanos.usp.br/index.php/Documentos-antiores-à-criação-da-Sociedade-das-Nações-até-1919/declaracao-de-direitos-do-homem-e-do-cidadao-1789.html>. Acesso em: 03 dez. 2019).
 - 17 Montesquieu, filósofo francês, sistematizou a teoria da tripartição dos poderes políticos do Estado em sua obra “O Espírito das Leis” (1748), dividindo-os em Executivo, Legislativo e Judiciário. Cada poder agiria de forma autônoma, independente e harmônica, evitando assim a concentração de poderes nas mãos de um governante (WOLKMER, Antônio Carlos. História do Direito - tradição no Ocidente e no BRASIL. Rio de Janeiro: Forense, 11ª edição, 2019, p. 154 - 160. Disponível em: <http://www.institutoveritas.net>. Acesso em: 05 mar. 2020).
 - 18 A forma de governo está prevista no artigo 3º da Constituição de 1824. Nesta forma de governo é autorizado ao Imperador e a Imperatriz receber do Estado uma dotação financeira reajustável “correspondente ao decoro de Sua Alta Dignidade”, conforme os arts. 107 e 108 da Constituição de 1824. O Estado bancava ainda, segundo os arts 109, 110 e 112, respectivamente: “alimentos ao Príncipe Imperial, e aos demais Príncipes, desde que nascerem”, a remuneração dos mestres dos Príncipes e dos dotes de casamento das Princesas (BRASIL. Carta de Lei de 25 de Março de 1824. Constituição Política do Império...

(art. 102, III) e que por este poderiam ser suspensos a qualquer tempo (art. 153 e 154). Em relação à organização do Poder Judiciário, havia uma corte suprema nacional o *Superior Tribunal de Justiça* (art. 151 e 163). O Poder Executivo, por sua vez, também era exercido pelo Imperador através dos Ministros de Estado, os quais possuíam as seguintes atribuições: nomear bispos, magistrados, comandantes, embaixadores e outros agentes diplomáticos; conceder cartas de naturalização; declarar guerra e fazer a paz; dirigir negociações políticas com as nações estrangeiras; prover a segurança interna e externa do Estado, na forma da lei; entre outros (art. 102, Constituição de 1824).

Porém, o Poder Legislativo, exercido pela Assembleia Geral, sendo formado pela Câmara dos Deputados e pelo Senado (art. 13 e 14), segundo a Constituição de 1824 tinha como principais atribuições: legitimar a Monarquia, estabelecer os orçamentos, autorizar o Governo a contrair empréstimos, decidir sobre a Administração Pública¹⁹(art. 15). Os cargos dos deputados possuíam mandato temporário, equivalente a uma legislatura de 4 anos, enquanto os cargos dos senadores eram vitalícios. Há de se destacar que os membros do legislativo eram escolhidos por meio de eleições indiretas.

Nesta *Monarquia Hereditária, Constitucional e Representativa*, os eleitores eram divididos em três estágios diferentes formados por: “cidadãos ativos”, “eleitores da província” e “representantes da nação e da província” (art. 90). O primeiro grupo, formado por cidadãos brasileiros e estrangeiros naturalizados (art. 91), elegiam o segundo grupo, ou seja, os eleitores das Assembleias Paroquiais, composta por cidadãos com renda anual mínima de cem mil réis, os quais podiam votar nos candidatos do Poder Legislativo (art. 92). De acordo com os arts. 94 e 95, a elegibilidade dos cidadãos exigia um rendimento anual de, no mínimo, oitocentos mil réis para os cargos do Senado, além de idade mínima de quarenta anos; e quatrocentos mil réis para os candidatos a deputados.

Além desses integrantes do Poder Legislativo, a Constituição de 1824, no artigo 46, determinava que os Príncipes da Casa Imperial ocupassem o cargo de senadores, por direito, ao completar vinte e cinco anos. Há de se destacar que nesse período as mulheres não eram consideradas sujeitas de direito no ordenamento jurídico brasileiro, ou seja, estavam excluídas desses espaços de poder, o qual na prática eram ocupados apenas por homens brancos de posses. Na legislação do Brasil imperial, as mulheres não tinham qualquer poder de decisão, sob o

19 Nas províncias, o Poder Legislativo era exercido pelos Conselhos Gerais, cujas decisões necessitavam de aprovação do poder central, conforme definido pelo art. 15 da Constituição de 1824 (BRASIL. Carta de Lei de 25 de Março de 1824. Constituição Política do Império...

ponto de vista jurídico, ou seja, não havia igualdade, se quer formal entre os gêneros no âmbito civil²⁰. Entretanto, a chegada dos 25 anos da herdeira do trono Imperial, Princesa Isabel, em tese, a permitiria empossar-se do cargo de senadora, de acordo com a Carta de 1824, o que gerou conflitos entre os políticos e intelectuais da época a respeito da capacidade política da Princesa por ser mulher.

A problematização da ocupação feminina nos espaços de poder começou a ser discutida a partir do final do séc. XVII por personalidades como Olympe de Gouges, Sojourner Truth e Mary Wollstonecraft, por exemplo. Olympe de Gouges, revolucionária que atuou na defesa dos ideais da Revolução Francesa, propôs a publicação de um documento chamado “Declaração dos Direitos da Mulher e da Cidadã”²¹. O documento era composto por 17 artigos e concedia à mulher a condição de cidadã, com a garantia da igualdade de direitos e deveres entre homens e mulheres. Além disso, a escritora inglesa Mary Wollstonecraft, ativista dos direitos das mulheres, publicou a obra “Reivindicação pelos Direitos da Mulher”²², em 1792, irrompendo assim em movimentos subsequentes em prol do sufrágio feminino.

A emancipação política do gênero feminino também contou com a participação de Sojourner Truth, mulher negra, ex-escravizada, nova iorquina que proferiu um discurso na Convenção dos Direitos da Mulher em Akron, nos Estados Unidos, intitulado “Eu não sou uma mulher?” (1851), contra a opressão de gênero e de raça e em defesa da igualdade de direitos das mulheres negras²³. O Brasil Imperial também contou com movimentos pela emancipação feminina, tendo como um dos destaques a publicação da obra de Nísia Floresta²⁴ intitulada

20 BARRETO, Tobias. Estudos de direito II: edição comemorativa. 2ª ed. Rio de Janeiro: Laemmert, 2. ed., 1991, p.53. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/224199>. Acesso em: 02 abr. /04/2020.

21 GOUGES, Olympe de. Declaração dos Direitos da Mulher e da Cidadã - 1791. Rev. Interdisciplinar Interthesis, Florianópolis, v.4, n.1, 2007. Disponível em: https://docs.google.com/forms/d/e/1FAIpQLSeBASxUgzbzJ87-V6ctsJ81HqnFSGpEi4bXr9G2rKU37bb-dQ/viewform?hr_submission=ChgI9P_ezCkSEAiOseabmAISBwj-gfu23gEQAQ&authuser=0. Acesso em: 07 abr. 2020.

22 MARTINS, Joyce Miranda Leão. Imagens do gênero nas disputas pelo poder na América Latina. Rev. Estud. Fem., Florianópolis, v.27, n.3, 2019. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2019000300801&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 06 abr. 2020.

23 OLIVEIRA, João Manuel de. Os feminismos habitam espaços hifenizados - A Localização e interseccionalidade dos saberes feministas. Ex aequo, Vila Franca de Xira, n. 22, p. 25-39, 2010. Disponível em: http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0874-55602010000200005. Acesso em: 07 abr. 2020.

24 Uma das precursoras do feminismo no Brasil, Nísia Floresta foi uma professora e escritora à frente de seu tempo. Defendeu a igualdade de capacidade intelectual entre os gêneros e criticou a sociedade patriarcal que excluía as mulheres dos postos de comando (CAMPOI, Isabela Candeloro. O livro “Direitos das mulheres e injustiça dos homens” de Nísia Floresta: literatura, mulheres e o Brasil do século XIX. História, Franca, v.30, n.2, p. 196-213, 2011. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-90742011000200010. Acesso em: 08 abr. 2020).

“Direitos das mulheres e injustiças dos homens” (1832), inspirada nos escritos de Wollstonecraft, que defendia a participação feminina social e política. Apesar de alguns movimentos incipientes em favor dos direitos políticos e civis das mulheres eclodirem em alguns países, ainda predominava a concepção da limitação da capacidade da mulher em exercer determinados direitos atribuídos exclusivamente aos homens.

Em face deste cenário, serão analisados a seguir os discursos de José de Alencar e Pimenta Bueno, personalidades influentes do referido período que contribuíram para o debate acerca da compatibilidade de admissão do cargo do senado pela Princesa Isabel. Antes de passar para os diálogos e discursos travados pelos agentes políticos da época sobre a possibilidade da Imperatriz exercer a capacidade política no Senado prevista para “os Príncipes da Casa Imperial”, discorre-se brevemente sobre a trajetória política desses personagens.

JOSÉ DE ALENCAR: ENTRE MULHERES ROMANTIZADAS E PRINCESAS SEM CAPACIDADE POLÍTICA

José Martiniano de Alencar²⁵ (1829-1877) estabeleceu a primeira relação com a política brasileira ainda durante a faculdade de Direito de São Paulo, período de 1846 a 1851 em que se filiou ao partido Conservador²⁶. Após formado, o escritor manteve a relação com o partido, além de participar da elaboração de diversos meios de comunicação com os escritos no Correio Mercantil e no Jornal do Comércio²⁷, alcançando em 1855 o cargo de redator-chefe do

-
- 25 Nasceu em 1 de maio de 1829 em Mecejana no Ceará. Tornou-se um dos maiores romancistas da história da literatura brasileira clássica. Adepto da escrita por pseudônimos - em que a identidade do autor se eclipsa frente a um nome fictício - Alencar teceu diversas críticas à literatura em voga na época, ganhando admiradores e um correspondente de suas cartas, D. Pedro II. Entre 1856 e 1857, publicou romances curtos e outros mais longos no formato de folhetins. Seus escritos tornaram-se cada vez mais difundidos, rendendo-lhe a imagem atual de responsável pela nacionalização da literatura no Brasil e da consolidação do romance brasileiro. Entre suas principais obras destaca-se: *Iracema* (1865), *Senhora* (1875), *Lucíola* (1862), *Cinco Minutos* (1856), *A viuvinha* (1857), entre outro (ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS (ABL). José de Alencar – Biografia. Rio de Janeiro, [ca 2000]. Disponível em: <http://www.academia.org.br/academicos/jose-de-alencar/biografia>. Data de acesso: 01 nov. 2019)
- 26 O partido Conservador existiu no Brasil entre meados de 1836 e se extinguiu com a Proclamação da República em 1889. Foi tido como uma transformação do Partido Restaurador e reuniu os antigos caramurus com uma ala dissidente dos liberais moderados. Estas classes eram compostas, sobretudo, por proprietários de terra, ricos comerciantes e funcionários influentes do governo da época (ARQUIVO NACIONAL. Partidos Políticos. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2016. Disponível em: <http://mapa.an.gov.br/index.php/menu-de-categorias-2/297-partidos-politicos-no-periodo-imperial>. Acesso em: 20 mar. 2020).
- 27 O Correio Mercantil foi publicado na cidade do Rio de Janeiro de 1 de janeiro de 1848 a 15 de dezembro de 1868. Nos anos iniciais da década de cinquenta, o jornal era editado em francês aos domingos. Já o Jornal do Comércio foi fundado em 1ª de outubro de 1827 por Pierre René François de La Noé (CALDEIRA, Jorge Mauá; DIMAS FILHO, Nelson. *Jornal do Comércio*, Rio de Janeiro, 2009. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/JORNAL%20DO%20COM%C3%89RCIO.pdf>. Acesso em: 08 fev. 2020).

Diário do Rio de Janeiro.

Todavia, no ano de 1858, José de Alencar abandona a carreira como jornalista e passa a atuar ativamente na esfera política nacional onde – assim como na literatura – construiu carreira sólida. Filiado ao Partido Conservador, tornou-se Chefe da Secretaria do Ministério da Justiça, chegando a Consultor com o título de Conselheiro²⁸. Já em 1860, o romancista se candidata a deputado no Ceará pelo mesmo partido e permaneceu com esse posto seguidamente por quatro legislaturas. Entre as ações políticas realizadas está o voto contra a Lei do Ventre Livre²⁹, responsável por garantir a liberdade das filhas e filhos de escravizadas nascidos após 1871.

Defensor da monarquia³⁰ e da igreja católica elaborou em 1865 diversas cartas dirigidas ao Imperador com o objetivo de traçar um panorama da situação econômica do país e uma tentativa de fortalecer o partido Conservador³¹. Em 1867 Alencar fundou em conjunto com aliados políticos a União Conservadora, exercendo a posição de secretário e Manuel José Vieira Tosta (Visconde de Muritiba) de presidente, com o objetivo de fortalecer a influência do grupo conservador frente ao Império³².

Já em 1868 e 1869, José de Alencar atuou como Ministro da Justiça do Império e utilizou de sua influência para apresentar reflexões sobre a organização de um código civil para o Brasil³³. O debate em torno da formulação de um código que normatizasse as relações civis

28 PARANHOS, Adriano Ribeiro. Ideias jurídico – Políticas de José de Alencar 1855-1877.2013. 156 p.Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2013. Disponível em: <https://www.historia.uff.br/stricto/td/1703.pdf>. Acesso em: 12 nov.2019.

29 A Lei do Ventre Livre, também conhecida como Lei Rio Branco, foi promulgada em 28 de setembro de 1871 e está inserida no conjunto de medidas que buscavam atenuar a questão escravista no Império, como a Lei Euzébio de Queiroz (1850) e a Lei dos Sexagenários (1885). Seu conteúdo objetivava a transição lenta de uma mão-de-obra escrava para a mão-de-obra livre assalariada, determinando que os filhos e filhas de mulheres escravizadas nascidos a partir da presente data estariam livres. As crianças nascidas a partir daquela data ficariam sob responsabilidade dos senhores de suas mães até completarem oito anos de idade. Após isso, os senhores poderiam entregar o menor ao governo, com direito a uma indenização pela perda da “posse”, ou utilizar seus serviços até os 21 anos. Na prática poucos foram os efeitos da lei (ARQUIVO NACIONAL. Lei do Ventre Livre.Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, 2017. Disponível em: <http://www.arquivonacional.gov.br/br/ultimas-noticias/736-lei-do-ventre-livre>. Acesso em: 28 fev. 2020).

30 Segundo Paranhos, Alencar buscou legitimar a monarquia como o regime natural do Brasil e tinha no imperador a figura do grande patriarca e primeiro cidadão do país. Ainda, o escritor também apontou que o Brasil tinha um povo cordato, invisibilizando o histórico de lutas e revoltas populares que o país já havia enfrentado; PARANHOS, Adriano Ribeiro. Ideias jurídico..., p. 16.

31 Destaca-se que a atividade de problematização de questões políticas e econômicas era comum, já que os veículos de comunicação geralmente adotavam a visão política de um partido, se beneficiando economicamente para isso. PARANHOS, Adriano Ribeiro. Ideias jurídico...

32 PARANHOS, Adriano Ribeiro. Ideias jurídico..., p. 37.

33 PARANHOS, Adriano Ribeiro. Ideias jurídico...

no Brasil Imperial de D. Pedro II – projeto de Teixeira de Freitas³⁴ - ganhou destaque a partir da discussão do tema: casamento. A presença da religião católica como oficial na sociedade imperial da época, conforme o art. 5º da Constituição de 1824, dificultava a compreensão de como essa união deveria ser abordada no código civil. Como um contrato ou como matrimônio sagrado?

A concepção do casamento por José de Alencar e, acrescenta-se, do papel da mulher no Brasil Imperial regido pelo texto Constitucional de 1824, podem ser vislumbrados em diversas obras do romancista e político. No ano de 1855, Alencar abordou o assunto sob o título *Um tema delicado*, crônica publicada no Correio Mercantil. No escrito em tela, ele apresenta a existência de casamentos para diversas finalidades. Entre elas estão o beneficiamento político, a garantia de poder e prestígio, bem como um negócio rentável dependendo do cônjuge escolhido³⁵. Tal visão se distanciava da ideia religiosa do matrimônio sagrado, puro e por amor, de união insolúvel entre as almas. Mas direciona tal instituição para um acordo, contrato entre partes.

No entanto, a visão do autor sobre o casamento e o papel da mulher na sociedade não se restringiu ao âmbito ficcional. No ano de 1867, José de Alencar volta a abordar o tema sob a forma de uma manifestação política em *Uma these constitucional : a Princesa Imperial e o Príncipe Consorte no Conselho de Estado*³⁶. Neste texto, Alencar expressa opinião específica sobre o casamento na família real³⁷ e questionou os poderes políticos que a Princesa Isabel poderia assumir após o casamento com o Conde d’Eu, em especial o cargo político de senadora.

Para Alencar, conforme dispõe Paranhos³⁸, a mulher continha uma condição física e moral inferiores em relação ao homem, sendo incapaz de exercer cargos políticos de maneira

34 Freitas foi o responsável pela consolidação das diversas normas que compunham o arcabouço civil brasileiro. Mesmo após o governo rejeitar seu modelo de Código Civil em 1872, em 1876, ele publicou o “Prontuário das Leis Cíveis”. Em 1877, editou um “Aditamento à Consolidação das Leis Cíveis”. Em 1882, o “Formulário dos Contratos e Testamentos” e as “Regras de Direito Civil”. E, por fim, em 1883, o Brasil termina sendo agraciado com a obra “Vocabulário Jurídico” (VALLADÃO, Haroldo. Teixeira de Freitas, jurista Excelso do Brasil, da América, do Mundo. Oração pronunciada em sessão solene do Instituto dos Advogados Brasileiros, em 21 de Janeiro de 1960. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/direito/article/view/6653>. Acesso em: 19 nov.2019).

35 PARANHOS, Adriano Ribeiro. Ideias jurídico..., p. 69.

36 ALENCAR, José de. Uma tese constitucional...

37 “O matrimônio é instituição puramente civil: não admite este ponto contestação. Modifica-se o contrato de modo a conciliar-se com a necessidade política, mas sem alteração da essência. Esta se resume na posseção mútua, individual e em comum, e na formação da família sob o pátrio poder. O matrimônio da herdeira do throno nas casas reinantes de Portugal, Espanha e Brasil póde bem ser classificado por esta fôrma, um casamento catholico morganático; contrato firmado pelo sacramento, perfeito no ponto de vista religioso, mas produzindo no direito civil unicamente os efeitos essenciais. O principal destes efeitos é, como dissemos, o pátrio poder”. ALENCAR, José de. Uma tese constitucional..., p. 29-30.

38 PARANHOS, Adriano Ribeiro. Ideias jurídico...

ampla, pois sempre estariam ligadas às condições inerentes ao gênero, em que se deve manter o recato por ser mulher. Nesse sentido, as mulheres deveriam ser manter em seu ambiente doméstico, dentro de casa e se ocupar unicamente de atividades condizentes com o recato exigido. Ainda, Alencar considerava que a incapacidade política da mulher era fator reconhecido em povos de diferentes culturas e tal incapacidade explicava a submissão da mulher em relação ao homem.

Assim, para o autor, a Princesa Isabel, mesmo com direito ao cargo de senadora, não poderia ocupá-lo pelo fato de ser mulher. Ele também utilizava o argumento de que o texto constitucional se valia da palavra “Príncipe” e não do substantivo feminino. Em desacordo com José de Alencar, outro personagem político em destaque deste período, José Antônio Pimenta Bueno, apresentou pontos controversos em relação aos argumentos que se opunham ao direito da Princesa Isabel em assumir o cargo de senadora, cujas características serão apresentadas a seguir.

PIMENTA BUENO: ENTRE A DEFESA CONSTITUCIONAL E UMA INTERPRETAÇÃO UNIVERSALISTA DA FIGURA DE PRÍNCIPE

José Antônio Pimenta Bueno (1803-1878), conhecido como o Visconde de São Vicente, foi um jurisconsulto e político que atuou no período do Império e protagonizou, ao lado de José de Alencar e outros senadores, os debates acerca da capacidade política da Princesa Isabel em assumir o cargo de Senadora previsto na Constituição de 1824. Sobre a trajetória profissional, é importante salientar que o mesmo iniciou na carreira jornalística (1827) e, em seguida, formou-se em Direito pela Faculdade de Direito de São Paulo (1832). Diante da imersão no mundo jurídico, Pimenta Bueno, além da produção de diversas obras jurídicas³⁹, centradas sobretudo no campo do Direito Constitucional, ocupou diversos cargos como, por

39 Dentre seus escritos, discorreu a respeito dos artigos constitucionais a fim de auxiliar o entendimento dos cidadãos quanto aos seus direitos e deveres na sociedade. O referido texto denominado “Direito público brasileiro e análise da Constituição de Império”, publicado em 1857, expressa sua posição em relação à capacidade da mulher em exercer direitos políticos como cidadã e à possibilidade da Princesa Isabel assumir o cargo do Senado. No “Capítulo IV - dos Direitos Políticos”, Pimenta Bueno define direitos políticos como garantidores dos direitos individuais e civis, e qualquer obstáculo ao exercício das liberdades políticas asseguradas pela Constituição resultaria em infração ao princípio da liberdade civil, o qual permite que o homem faça tudo o que não é proibido por lei (PIMENTA BUENO, José Antônio. *Direito público brasileiro e análise da Constituição de Império*. J. Villeneuve, Rio de Janeiro, 1857, p. 470. Disponível em: <http://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/185600>. Acesso em: 01 dez. 2019).

exemplo, na magistratura,⁴⁰ tendo sido promovido a desembargador do Maranhão em 1844.

Para além do campo normativo, Pimenta Bueno também exerceu cargos políticos como, por exemplo: deputado de São Paulo (1834), presidente da província do Mato Grosso (1835), presidente da província do Rio Grande do Sul (1850), senador pela província de São Paulo (1852), e em 1859, passou a integrar o Conselho de Estado⁴¹. Defensor da Monarquia, ao atuar como membro do Conselho de Estado, elaborou projetos em favor do movimento abolicionista, influenciando a promulgação da Lei do Ventre Livre de 1871, diferentemente de José de Alencar.

Dentre os escritos do jurisculto, discorreu a respeito dos artigos constitucionais a fim de auxiliar o entendimento dos cidadãos quanto aos direitos e deveres que lhes cabem na sociedade. O referido texto denominado “Direito público brasileiro e análise da Constituição de Império”, publicado em 1857, posiciona-se em relação à capacidade da mulher em exercer direitos políticos como cidadã e à possibilidade da Princesa Isabel assumir o cargo do Senado. No “Capítulo IV - dos Direitos Políticos”, Pimenta Bueno define direitos políticos como garantidores dos direitos individuais e civis, e qualquer obstáculo ao exercício das liberdades políticas asseguradas pela Constituição resultaria em infração ao princípio da liberdade civil, o qual permite que o homem faça tudo o que não é proibido por lei. Por fim, com base no arts. 90 da Constituição de 1824, afirma que na massa de cidadãos ativos que gozam de direitos políticos não estão incluídas as mulheres, “quaisquer que sejam suas capacidades e habilitações”⁴², mas compreendia a capacidade política da Princesa Isabel.

Por esse breve histórico, nota-se que Pimenta Bueno e José de Alencar ocupavam espaços antagônicos na política brasileira imperial. José de Alencar sempre esteve vinculado ao Partido Conservador⁴³, apoiava a manutenção do regime escravocrata e foi um dos principais

40 ARQUIVO NACIONAL. José Antônio Pimenta Bueno, marquês de São Vicente. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2018. Disponível em: <http://mapa.an.gov.br/index.php/publicacoes2/70-biografias/572-jose-antonio-pimenta-bueno-marques-de-sao-vicente>. Acesso em: 20 mar. 2020.

41 O Conselho de Estado foi um órgão instituído pelo Imperador com o objetivo de auxiliá-lo em questões gerais da administração pública, assim como questões relativas a contextos de guerra, relações geopolíticas, etc (ARQUIVO NACIONAL. Conselho de Estado. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2016. Disponível em: <http://mapa.an.gov.br/index.php/menu-de-categorias-2/290-conselho-de-estado>. Acesso em: 20 mar. 2020).

42 PIMENTA BUENO, José Antônio. Direito público brasileiro e análise da Constituição de Império. J. Villeneuve, Rio de Janeiro, 1857, p. 470. Disponível em: <http://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/185600>. Acesso em: 01 dez. 2019.

43 Vale ressaltar que no período Imperial existam apenas dois partidos políticos: o partido Conservador (fundado sobre os preceitos centralizadores) e o partido Liberal que apresentava aspirações descentralizadoras das reformas de 1831 a 1834 (ARQUIVO NACIONAL. Partidos Políticos. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2016. Disponível em: <http://mapa.an.gov.br/index.php/menu-de-categorias-2/297-partidos-politicos-no-periodo-imperial>. Acesso em: 20 mar. 2020).

defensores do discurso sobre a incapacidade política das mulheres na época. A trajetória política de Pimenta Bueno diferiu em alguns aspectos da de Alencar, posto que iniciou no Partido Liberal e sofreu, aos poucos, uma transição para o Partido Conservador. Ainda, como membro do Conselho de Estado, elaborou projetos em favor do movimento abolicionista, influenciando por exemplo a promulgação da Lei do Ventre Livre (1871). Por ser um constitucionalista, defendeu o direito da Princesa Isabel de assumir a posição de senadora, tendo em vista a necessidade de resguardar a supremacia do texto⁴⁴ de constitucional de 1824.

Desse modo, considerando a trajetória e a influência política de tais atores no período Imperial, serão analisados a seguir os debates que surgiram nas proximidades dos 25 anos da Princesa Isabel. Apesar de Alencar e Pimenta Bueno apresentarem concepções opostas no tocante ao direito constitucional de assumir o cargo de senadora, a discussão a respeito da capacidade política da mulher não apresenta controvérsia.

QUEM VEM PRIMEIRO: A MULHER OU A PRINCESA? DISPUTAS DISCURSIVAS ENTRE PIMENTA BUENO E JOSÉ DE ALENCAR

No ano de 1867, o senador Pimenta Bueno propôs um projeto de lei alterando o art. 6º da lei de 23 de novembro de 1841, a qual restabelecia o Conselho de Estado.⁴⁵ O texto original conferia ao Príncipe Imperial o direito de participar do Conselho de Estado ao completar 18 (dezoito) anos, prerrogativa que foi estendida ao Príncipe Consorte, esposo da Princesa Imperial, pelo projeto de lei. Além disso, o Visconde de São Vicente também se referiu em discurso no Senado à Princesa Imperial, que, segundo a leitura constitucional do jurisculto, o Príncipe e a Princesa eram a mesma personalidade, e portanto, aquela deveria estar ocupando um cargo no Conselho por possuir 21 anos de idade. O pronunciamento de Pimenta Bueno gerou conflitos entre os políticos pelo fato de admitir uma mulher no Conselho de Estado, e ainda, porque essa permissão teria como consequência a extensão para o cargo de senadora ao completar 25 anos de idade, ou seja, o reconhecimento de que as mulheres são sujeitas de direito e capazes de exercer funções políticas⁴⁶.

44 ARQUIVO NACIONAL. José Antônio Pimenta Bueno, marquês...

45 “Art.6º. O Príncipe Imperial, logo que tiver dezoito annos completos, será de direito do Conselho de Estado: os demais Príncipes da Casa Imperial, para entrarem no Conselho de Estado, ficam dependentes da nomeação do Imperador, Estes, e o Príncipe Imperial, não entram no número marcado no artigo primeiro, e somente serão convidados para o Conselho reunido; o mesmo se praticou com os antigos Conselheiros de Estado, quando chamados”. BRASIL. Carta de Lei de 25 de Março de 1824. Constituição Política do Império...

46 SIMÕES, David. José de Alencar e o tema da participação feminina no Brasil do século XIX: nuances conceituais. Programa de pós-graduação em Sociologia Política, UFSC, v.14, n.1, jan.jun. 2017, p.46-62.

Os posicionamentos divergentes entre Pimenta Bueno e José de Alencar ficam evidentes quando observados os discursos proferidos no Senado em 1867 e escritos no contexto da disputa sobre a capacidade política da Princesa Isabel. Nesse diapasão, Pimenta Bueno defendeu a prerrogativa desta em assumir o cargo de senadora,⁴⁷ pois conforme o art. 105 da Carta de 1824, o sucessor ou sucessora do Império, o Príncipe ou a Princesa, eram a mesma entidade, e portanto possuíam os mesmos direitos⁴⁸.

Para o jurisconsulto, a legislação da época não fazia distinção entre os gêneros ao tratar das funções do herdeiro ou da herdeira do Imperador, sendo tal personalidade considerada um gênero neutro e universal. Por essa razão, a Princesa deveria assumir o cargo que lhe foi atribuído pela Constituição, pois se um direito da herdeira do trono Imperial fosse preterido, não haveria garantias de que o cidadão comum teria os direitos individuais respeitados⁴⁹. Assim, segundo ele, a restrição de direitos de um dos mais importantes membros da Família Imperial geraria insegurança jurídica no país, o que seria prejudicial para a organização constitucional da sociedade brasileira.

Pimenta Bueno denominou esta forma de violação da lei de “política da incapacidade feminina”⁵⁰, a qual estabelecia uma diminuição da capacidade feminina em exercer determinadas funções públicas. Conforme o jurisconsulto, a condição do gênero feminino era determinada pela lei social, que julgava a mulher inabilitada para os cargos políticos, ou seja, havia um consenso, baseado nos costumes, de que a mulher possuía uma debilidade intelectual em relação ao homem. Segundo essa política, para o bem da própria sociedade, deveria-se aplicar este princípio de forma estrita, salvo se a lei determinasse o contrário; ou seja, a mulher não deveria assumir cargos políticos, seguindo a lei social e a política da incapacidade feminina, a fim de manter o interesse coletivo. Se a vontade do legislador fosse a inclusão da mulher em

Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/emtese/article/view/1806-5023.2017v14n1p46>. Acesso em: 20 nov. 2019.

47 “Art. 105. O Herdeiro presumptivo do Império terá o Título de “Príncipe Imperial” e o seu Primogênito o de “Príncipe do Grão Pará” todos os mais terão o de “Príncipes”. O tratamento do Herdeiro presumptivo será o de “Alteza Imperial” e o mesmo será o do Príncipe do Grão Pará; os outros Príncipes terão o Tratamento de Alteza”. BRASIL. Carta de Lei de 25 de Março de 1824. Constituição Política do Império...

48 SENADO DO IMPÉRIO DO BRASIL, 1867 a, Livro 1, Rio de Janeiro. Anais do Império. Brasília: Senado Federal. Disponível em: http://www.senado.leg.br/publicacoes/anais/asp/IP_AnaisImperio.asp. Acesso em: 02 mar. 2020.

49 SENADO DO IMPÉRIO DO BRASIL, 1867 b, Livro 2, Rio de Janeiro. Anais do Império. Brasília: Senado Federal. Disponível em: http://www.senado.leg.br/publicacoes/anais/asp/IP_AnaisImperio.asp. Acesso em: 02 mar. 2020.

50 SENADO DO IMPÉRIO DO BRASIL, 1867 c, Livro 3, Rio de Janeiro. Anais do Império, p. 98. Brasília: Senado Federal. Disponível em: http://www.senado.leg.br/publicacoes/anais/asp/IP_AnaisImperio.asp. Acesso em: 02 mar. 2020.

determinado artigo constitucional, deveria estar expressamente contido na lei⁵¹.

Portanto, Pimenta Bueno sustentava que o artigo 46 da Constituição de 1824 prescindia da especificação do gênero ao mencionar *Príncipe Imperial*, pois o art. 117, que definia a sucessão do trono imperial, concedia expressamente ao gênero feminino a possibilidade de ascender ao trono. Sendo assim, os arts. 46 e 105, ao referirem-se ao Príncipe Imperial, o faziam de forma geral, estendendo o título tanto ao gênero masculino quanto ao feminino⁵².

Protestou, enfim, contra o juízo de incapacidade política da Princesa Isabel em assumir o cargo político a ela designado por direito, além de ter considerado um ato inconstitucional o impedimento de acesso da herdeira Imperial ao Senado⁵³. Contudo, esta argumentação foi fundamentada na análise constitucional, por meio da interpretação dos artigos e da forma como estes se complementam, preocupando-se com o impacto do descumprimento da norma em um Estado de Direito ainda incipiente, e não na defesa da igualdade de capacidade das mulheres em exercer funções políticas. Para o jurisculto, o fato de ser homem ou mulher não estava em questão, mas a violação do direito de um integrante da Família Real. Comprova-se tal análise ao observar que o projeto de Pimenta Bueno incluía a participação do Conde d'Eu no Conselho de Estado, podendo assim inteirar-se dos negócios do Estado e atuar como conselheiro da futura Imperatriz, como sustentou o senador Furtado⁵⁴, em apoio ao referido projeto.

Em contrapartida, José de Alencar elaborou o manifesto intitulado *Uma these constitucional: a Princeza Imperial e o Príncipe Consorte no Conselho de Estado*. O objetivo de Alencar era refutar com respaldo constitucional e doutrinário os argumentos utilizados pelo Visconde de São Vicente, Pimenta Bueno, que defendiam a capacidade política da Princesa Isabel. Neste documento, em uma primeira análise o romancista e político resgata o art. 6^a da lei de 23 de Novembro de 1841, responsável por restabelecer o Conselho do Estado. O autor defende que os legisladores responsáveis por a elaborar não consideraram a figura da Princesa imperial da época: D. Januária, irmã do Imperador, tendo em vista que a Princesa tinha vinte anos de idade e não foi chamada para participar do Conselho do Estado. Em seguida, Alencar questiona: “É presumível que o pensamento da lei escapasse a seus autores para somente revelar-se vinte e cinco annos depois a um simples intérprete, embora eminente

51 SENADO DO IMPÉRIO DO BRASIL, 1867 c, Livro 3...

52 SENADO DO IMPÉRIO DO BRASIL, 1867 c, Livro 3..., p. 93.

53 SENADO DO IMPÉRIO DO BRASIL, 1867 c, Livro 3..., p. 98.

54 SENADO DO IMPÉRIO DO BRASIL, 1867 c, Livro 3..., p. 90.

jurisconsulto?”⁵⁵.

Nesta observação, o autor complementa destacando que caso os legisladores tivessem cogitado incluir a figura feminina imperial a teriam feito de modo expresso na legislação⁵⁶. Em seguida, o autor inicia a interpretação do texto constitucional de 1824 dizendo que é ponto incontroverso a denominação “Príncipe Imperial” como referência ao título, sem distinção de gênero⁵⁷. É a partir da análise constitucional que José de Alencar apresenta o principal argumento para rechaçar a possibilidade da Princesa Isabel ocupar o cargo de senadora: a sobreposição das leis sociais sobre as leis políticas.

Assim, Alencar defende que a Constituição, como todo arcabouço jurídico da época, se fundamentava em uma lei ainda mais ampla, a qual não se encontra expressa em códigos: a lei social, baseada nos costumes, que rege todo o mundo civilizado. Nas palavras do autor: “a norma inflexível dos costumes”⁵⁸. Segundo ele, a lei dos costumes é extremamente clara em um tema específico: a distinção entre os gêneros quanto à conduta e postura na sociedade. Assim, além das diferenças fisiológicas, componentes da natureza física, haveria também uma natureza moral, que é a filosófica na qual se pressupõe funções distintas para homens e mulheres⁵⁹. A partir dessa reflexão Alencar inicia a abordagem sobre o papel da mulher na sociedade e defende que mesmo uma Princesa Imperial, antes de qualquer cargo político, é uma senhora da sociedade. E sendo senhora, é obrigada a seguir um decoro não compatível com algumas ações de cargos políticos que pressupõem virilidade⁶⁰. O romancista e político acrescenta que “já passou o tempo das Zenobius e Semiramis”⁶¹, ou seja, a rainha poderia ser

55 ALENCAR, José de. Uma tese constitucional..., p. 11.

56 “Esta observação pode estender-se mesmo á redacção do projecto. Existindo aquella epocha uma princeza imperial e não um príncipe imperial, sentiriam os autores da lei a necessidade de fazer menção desta ciro um tância, se tivessem em mente ampliar a disposição legislativa”. ALENCAR, José de. Uma tese constitucional..., p. 12.

57 “Que a nossa lei fundamental falando do príncipe imperial se refere ao título, sem distinção do sexo, é ponto incontroverso. Nem essa generalidade da palavra, peculiar à legislação, se observa unicamente àquele respeito”. ALENCAR, José de. Uma tese constitucional Uma tese constitucional..., p. 12.

58 ALENCAR, José de. Uma tese constitucional..., p. 12.

59 “Em ponto algum, de certo, essa lei universal revela tanta severidade como na distinção social dos sexos. Assim como a natureza physica, a moral, que é a natureza philosophica, assignou ao homem e à mulher missões muito distintas, e portanto funções muito diversas”; ALENCAR, José de. Uma tese constitucional..., p. 12-13.

60 ALENCAR, José de. Uma tese constitucional..., p. 13.

61 Zenobia (240 a.C - 274 d.C) foi rainha do Império de Palmira (atual Egito, Síria e parte da Ásia). Dotada de grande astúcia política e poder de persuasão, colocou em xeque durante um longo período a soberania de Roma sobre o Oriente. Semiramis, rainha no regime neo-assírio do século IX a.C (Mesopotâmia Antiga) e comandou um império que se estendia da Ásia Menor ao que é hoje o oeste do Irã. Ambas foram consideradas grandes guerreiras e não se submetiam às regras patriarcais (PARVIS, Sara. Escavando a misoginia e construindo a história das mulheres: o Livro das Cidades das Senhoras de Christine de Pisan como modelo para a teologia feminista acadêmica. Teol. vida, Santiago, v. 61, n. 1, p. 73-89, mar. 2020. Disponível em:

soberana do próprio marido na vida política, mas na vida social e no lar doméstico, a figura masculina assume o papel central e divino que lhe foi dado, tornando-se o chefe da família, e conclui: “Ainda um argumento, para mostrar que a mulher, pelo facto de subir ao throno não fica isenta daquele recato que é a condição de sua natureza physica e moral”⁶².

É a partir desses princípios que José de Alencar propunha que a Constituição de 1824 fosse interpretada, de acordo com as leis sociais e os costumes. Por isso, segundo o autor uma mulher não poderia ter o cargo de conselheira ou senadora, pois se trata de um cargo impróprio para o gênero e a índole femininos⁶³. O autor ainda refuta o argumento de Pimenta Bueno de que a presença da Princesa Imperial seria importante no Conselho do Estado para que esta aprendesse como governar e sugere que ela poderia acompanhar as sessões sem ter o título político e sem o direito de discussão em debates. Alencar destaca que a Princesa Imperial deveria se manter focada em preparar sua razão para a política e não se dedicar em manejar os negócios administrativos⁶⁴.

Ainda, sob o aspecto da interpretação dos termos gramaticais da Constituição, Alencar defende que a utilização no artigo 46 - sobre a admissão ao Senado - e no artigo 144 - sobre a entrada ao Conselho de Estado - das palavras “Príncipe da Casa Imperial” ao invés de “Príncipe Imperial” ou simplesmente “Príncipe” denota que os legisladores se referiam apenas aos herdeiros homens. E justifica que a exclusão feminina mesmo não presente de forma estrita é óbvia, uma vez que (as Princesas): “Têm ellas de seguir os maridos, que podem exercer altos cargos nos respectivos países; por conseguinte nada aconselhava que se lhes dêsse assento no senado e no conselho de estado, contra os costumes da sociedade”⁶⁵. Em seguida o autor desmistifica o fato do casamento ser o principal motivo de exclusão das Princesas à participação política e volta a ressaltar que trata-se da lei moral que, segundo ele, é superior à soberania nacional⁶⁶.

https://scielo.conicyt.cl/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0049-34492020000100073&lng=es&nrm=iso. Acesso em: 07 mai. 2020).

62 ALENCAR, José de. Uma tese constitucional..., p. 13.

63 ALENCAR, José de. Uma tese constitucional..., p. 14.

64 “Uma senhora, por mais preparada que esteja para o governo do estado, não pode ser um auxiliar útil da administração. Não convém mesmo que ela sobrecarregue e fatigue seu espírito com pequenos assumptos de expediente, que podem inspirar-lhe o tédio da sciencia de governo. Primorosamente educada por seu augusto pai, como foi sua alteza imperial; iniciada em estudos sérios que hão de preparar sua razão para a política; é da mais alta conveniência que não se distraia dessa instrução científica e theorica, para dedicar-se a um manejo precoce dos negócios administrativos”. ALENCAR, José de. Uma tese constitucional..., p. 15.

65 ALENCAR, José de. Uma tese constitucional..., p. 17.

66 “Evada-se o espírito do argucioso o dialético por qualquer fenda, ha de esbarrar-se necessariamente com a poderosa e irrefragável sentença da lei moral. Só ela tem a pujança necessária para restringir os dogmas

Por fim, José de Alencar segue a abordagem negativa quanto à capacidade política da Princesa Isabel até a segunda parte da tese constitucional, a qual relaciona o tema matrimônio a argumentos para distanciar o marido da Princesa, o Conde d'Eu da atuação política, sobretudo do Conselho do Estado. Entre as últimas considerações de Alencar sobre a capacidade política imperial feminina, cabe destacar especialmente o argumento de que a lei política - no caso a Constituição de 1824 - se refere privativamente ao homem como sendo cidadão. O autor reforça a necessidade de haver lei imperativa que apresente direitos políticos das mulheres comparando com a lei que facultou a elas o cargo de professora⁶⁷. É possível extrair do discurso de José de Alencar quanto à capacidade política Princesa:

O direito político ativo na mulher é exceção, e a exceção não existe sem lei positiva. O cargo de conselheiro de estado importa sem dúvida o exercício de um direito político; nessa qualidade só póde caber à mulher, se houve indicação expressa de seu sexo⁶⁸.

Apesar da disputa discursiva travada entre José de Alencar e Pimenta Bueno, é possível perceber mais similitudes do que diferenças entre as posturas adotadas pelos atores políticos. Se de um lado José de Alencar rechaçar a possibilidade da Princesa Isabel assumir o cargo de Senadora por ser mulher e, por consequência, suplantar a lei dos costumes vigente na sociedade da época, de outro, Pimenta Bueno alegava que esta deveria assumir o posto, não porque as mulheres precisavam ser vistas como sujeitas dotadas de capacidade, mas porque fazia-se necessária a preservação da ordem constitucional do Brasil Imperial.

Aparentemente José de Alencar e Pimenta Bueno disputam em seus discursos, supostamente divergentes, quem deve ser considerada primeiro na figura de Princesa Isabel: a mulher incapaz ou a princesa de sangue legítimo cancelado pela Constituição de 1824. Entretanto, no final das contas, este questionamento é irrelevante, pois no plano de fundo da discussão a questão da cidadania das mulheres ou o reconhecimento destas como sujeitas de direito jamais esteve em discussão. Pelo contrário, a preocupação se dirigia para a manutenção

fundamentais da nossa organização política. Só elia é superior à soberania nacional; porque representa a soberania da razão universal". ALENCAR, José de. Uma tese constitucional..., p. 19.

67 "A lei política se refere privativamente ao homem, em quem só reconhece a qualidade ele cidadão. Mas o bem público exige alguma exceção á regra geral; então faz-se mister que o legislador a declare positivamente, outorgando à mulher aquela classe de direitos de que os costumes sociais de acordo com a natureza a privarão. Assim como na esphera regulamentar uma lei facultou à mulher o cargo de professora, e nll esphera constitucional os fundadores da monarchia brasileira permitirão, em falta de herdeiro varão, a sucessão anti saliva; era indispensável uma declaração igual para que li princeza imperial fizesse parte Qlo conselho de estado" (ALENCAR, José de. Uma tese constitucional..., p. 22.

68 ALENCAR, José de. Uma tese constitucional..., p. 22.

do constitucionalismo da época movido por engrenagens patriarcais em que a submissão da mulher ao marido e ao ambiente do lar era condição *sine qua non*.

Tal fato fica evidente visto que, na prática, por pertencer à Família Real, Isabel teve uma participação política no país, porém, de forma superficial e distante de efetividade. Assevera-se, não se tratava dos direitos políticos de Isabel, mas de sua condição por pertencer à Família Imperial. Assim, a Princesa Isabel presidiu algumas reuniões do Conselho de Estado, conforme consta nas atas do Conselho de Estado de 1875-1880⁶⁹. Exerceu a Regência por três vezes, na ausência do Imperador D. Pedro I. A primeira ocorreu em maio de 1871 a março de 1872, período em que sancionou a Lei do Ventre Livre. A segunda ocorreu em março de 1876 a setembro de 1877, e a terceira foi de junho de 1887 a agosto de 1888, no qual participou ativamente do processo de abolição da escravidão, culminando na promulgação da Lei Áurea⁷⁰. Desse modo, ainda que tenha participado da política, jamais foram reconhecidos os direitos políticos da mulher Isabel, apenas efetivados os direitos de um membro da Família Imperial.

Efetivamente, a Princesa Isabel nunca assumiu o cargo no Senado. De fato, a primeira senadora a ser reconhecida no Brasil foi Eunice Michiles, em 1978, eleita pelo partido da Arena, o qual apoiava a ditadura militar. Eunice assumiu o cargo após a morte do senador eleito pelo estado do Amazonas, pois havia ficado em segundo lugar nas urnas⁷¹.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A participação da mulher nos cargos públicos durante o período colonial era rechaçada pela lei social, baseada nos costumes, que estabelecia a incapacidade feminina em desempenhar determinadas funções. Os debates do período imperial a respeito da assunção do cargo do Senado pela Princesa Isabel tiveram início com a proximidade dos 25 anos da herdeira do trono, o que conferia ao Regente a função de senador de acordo com a Constituição vigente. No entanto, as discussões não tiveram como foco os direitos e a capacidade das mulheres, tampouco resultaram em favor da igualdade de gênero, posto que a Princesa não se tornou a primeira

69 ATAS DO CONSELHO DE ESTADO PLENO, Terceiro Conselho do Estado 1875-1880, Rio de Janeiro. Disponível em: https://www.senado.leg.br/publicacoes/anais/pdf/ACE/ATAS10-Terceiro_Conselho_de_Estado_1875-1880.pdf. Acesso em: 06 mai. 2020.

70 INÁCIO, Myrrena. Do silêncio à uma voz: a Princesa Isabel e a participação das mulheres no Império (1822-1899). *Ballot*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, set/dez. 2015, p. 216-335. Disponível em: <http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/ballot>. Acesso em: 06 mai. 2020.

71 WESTIN, Ricardo. Primeira senadora do BRASIL. *Arquivo do Senado*, Brasília, edição 56, 07 de maio de 2019. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/especiais/arquivo-s/1a-senadora-tomou-posse-ha-40-anos-e-foi-recebida-com-flor-e-poesia>. Acesso em: 06 mai. 2020.

senadora do país.

Pouco tempo depois, em conformidade com esse juízo de inaptidão da mulher para funções públicas, o Código Civil de 1916 foi elaborado sob um prisma conservador e patriarcal, submetendo a mulher à condição de relativamente incapaz mediante a consagração do casamento, pois o marido era considerado o chefe da sociedade conjugal. Quase meio século depois, foi promulgada a Lei 4.121/62, estabelecendo o Estatuto da Mulher Casada (BRASIL, 1967), o qual restituiu a capacidade plena da mulher e concedeu o direito ao trabalho mesmo sem a anuência do marido, o que era proibido pela Lei Civil. Porém, dentre as alterações definidas pelo Estatuto, ainda persistiram desigualdades de gênero em detrimento das mulheres, como a permanência do *status* do marido como chefe da família e a obrigação da esposa de assumir o sobrenome do marido. Ou seja, o casamento permitia subtrair parte da personalidade civil da mulher e a transferir ao homem, o qual tinha o direito e o dever de atuar como dirigente, ou como tutor, de sua esposa.

Vinte e três anos após o fim do regime militar e consequente redemocratização, o Brasil teve sua primeira Presidenta da República. Ressalta-se o modo paulatino pelo qual as mulheres adquiriram direitos políticos no país que ainda caminha a passos lentos para aumentar seus números de candidatas nas mais diversas esferas governamentais. Dilma Rousseff iniciou seu mandato em 2011 e em 2016 sofreu um processo de impeachment extremamente agressivo e marcado pela violência de gênero. A maioria das ofensas comumente dirigidas à então Presidenta permeiam a sua condição de mulher, sua aparência, sua sexualidade. Nenhum presidente da história do Brasil teve sua imagem atacada pelo viés estético ou em relação à sua liberdade sexual.

A análise do contexto histórico de 1824 e dos discursos proferidos pelos políticos daquele período sobre a Princesa Isabel revela a proximidade com a realidade contemporânea - marcada pela sub representatividade de mulheres na política, a resistência à voz e ao espaço que estas vêm a ocupar e a vagarosidade desse processo. O Estado Democrático positivou a igualdade entre homens e mulheres, mas a manutenção da ordem patriarcal ainda permanece como uma corrente difícil de romper. Assim, compreender a história constitucional do Brasil quanto à trajetória de aquisição dos direitos das mulheres é fundamental para que práticas antigas e excludentes possam ser identificadas, problematizadas e rechaçadas de modo permanente.

REFERÊNCIAS

ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS (ABL). *José de Alencar* – Biografia. Rio de Janeiro, [ca2000]. Disponível em: <http://www.academia.org.br/academicos/jose-de-alencar/biografia>. Acesso em: 01 nov. 2019.

ALENCAR, José de. *Uma tese constitucional: A Princesa Imperial e o Príncipe Consorte no Conselho de Estado*. Rio de Janeiro: Livraria Popular, 1867. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/242445/000051843.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 10 nov. 2019.

ALENCAR, José de. *O sistema representativo*. Rio de Janeiro: Ed. Garnier, 1868. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/185589>. Acesso em: 10 nov. 2019.

ÁLVARES, Maria Luzia Miranda. Entre eleitoras e elegíveis: as mulheres e a formação do eleitorado na democracia brasileira - quem vota? quem se candidata? *Cad. Pagu*, Campinas, 2014, n.43, p. 119-167. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-83332014000200119&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: 12 nov. 2019.

ARQUIVO NACIONAL. *Conselho de Estado*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2016. Disponível em: <http://mapa.an.gov.br/index.php/menu-de-categorias-2/290-conselho-de-estado>. Acesso em: 20 mar. 2020.

ARQUIVO NACIONAL. *José Antônio Pimenta Bueno, marquês de São Vicente*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2018. Disponível em: <http://mapa.an.gov.br/index.php/publicacoes2/70-biografias/572-jose-antonio-pimenta-bueno-marques-de-sao-vicente>. Acesso em: 20 mar. 2020.

ARQUIVO NACIONAL. *Lei do Ventre Livre*. Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, 2017. Disponível em: <http://www.arquivonacional.gov.br/br/ultimas-noticias/736-lei-do-ventre-livre>. Acesso em: 28 fev. 2020.

ARQUIVO NACIONAL. *Partidos Políticos*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2016. Disponível em: <http://mapa.an.gov.br/index.php/menu-de-categorias-2/297-partidos-politicos-no-periodo-imperial>. Acesso em: 20 mar. 2020.

ATAS DO CONSELHO DE ESTADO PLENO, *Terceiro Conselho do Estado 1875-1880*, Rio de Janeiro. Disponível em: https://www.senado.leg.br/publicacoes/anais/pdf/ACE/ATAS10-Terceiro_Conselho_de_Estado_1875-1880.pdf. Acesso em: 06 maio 2020.

BARRETO, Tobias. Estudos de direito II: edição comemorativa. 2ª ed. Rio de Janeiro: Laemmert, 1991. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/224199>. Acesso em: 02 abr. 2020.

BONAVIDES, Paulo. A evolução constitucional do Brasil. *Estud. av.*, São Paulo, v. 14, n.40, p. 155-176, dec. 2000. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010340142000000300016&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 03 dez. 2019.

BRASIL. Carta de Lei de 25 de Março de 1824. *Constituição Política do Império do Brasil*. Rio de Janeiro, 25 mar. 1824. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao24.htm. Acesso em: 02 dez.2019.

BRASIL. Lei 234 de 23 de novembro de 1841. Criando um Conselho de Estado. Rio de Janeiro, 23 nov. 1841. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/LIM234.htm. Acesso em: 20 mar. 2020.

BRASIL. Lei 4.121, de 27 de agosto de 1967. Dispõe sobre a situação jurídica da mulher casada. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, DF, Brasília, 27 de ago. 1967. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/1950-1969/L4121.htm. Acesso em: 20 maio 2020.

BRASIL. Lei 3.017, de 1º de janeiro de 1916. Código Civil dos Estados Unidos do Brasil. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, DF, 1º de jan. 1916. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L3071.htm. Acesso em: 20 maio 2020.

BRASIL. D. Pedro I. *Discurso, que o S. M., o Imperador recitou na abertura da Assembleia Geral Constituinte e Legislativa*, 03 de maio de 1823. Disponível em: <http://www.dominipublico.gov.br/download/texto/ws000041.pdf>. Acesso em: 02 dez. 2019.

BOURDIEU, Pierre. *A dominação masculina*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 11ª edição, 2012. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/762315/mod_folder/content/0/BOURDIEU_A%20domina%C3%A7%C3%A3o%20masculina.pdf?forcedownload=1. Acesso em: 11 maio 2020.

CALDEIRA, Jorge Mauá; DIMAS FILHO, Nelson. *Jornal do Comércio*, Rio de Janeiro, 2009. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/JORNAL%20DO%20COMÉRCIO.pdf>. Acesso em: 08 fev. 2020.

CAMPOI, Isabela Candeloro. O livro “Direitos das mulheres e injustiça dos homens” de Nísia Floresta: literatura, mulheres e o Brasil do século XIX. *História*, Franca, v. 30, n. 2, p. 196-213, 2011. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-90742011000200010. Acesso em: 08 abr. 2020.

COSTA, João Paulo Peixoto. Os índios do Ceará na Confederação do Equador. *Rev. Bras. de Hist.*, São Paulo, n. 75, v. 37, 2017, p. 2-3. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbh/v37n75/1806-9347-rbh-2017v37n7506.pdf>. Acesso em: 06 abr. 2020.

Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão. Paris, 1789. Disponível em: <http://www.direitoshumanos.usp.br/index.php/Documentos-antiores-à-criação-da-Sociedade-das-Nações-até-1919/declaracao-de-direitos-do-homem-e-do-cidadao-1789.html>. Acesso em: 03 dez. 2019.

FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL (Brasil). A biblioteca nacional relembra Bárbara de Alencar no Dia Internacional da Mulher. Rio de Janeiro: *BNDIGITAL I*, 8 mar 2017. Disponível em: <https://www.bn.gov.br/es/node/2603>. Acesso em: 08 abr. 2020.

GOUGES, Olympe de. Declaração dos Direitos da Mulher e da Cidadã - 1791. *Rev. Interdisciplinar Interthesis*, Florianópolis, v. 4, n. 1, 2007. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/interthesis/article/view/54986>. Acesso em: 07 abr. 2020.

INÁCIO, Myrrena. Do silêncio à uma voz: a Princesa Isabel e a participação das mulheres no Império (1822-1899). *Ballot*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, set/dez. 2015, p. 216-335. Disponível em: <http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/ballot>. Acesso em: 06 maio 2020.

MARTINS, Joyce Miranda Leão. Imagens do gênero nas disputas pelo poder na América Latina. *Rev. Estud. Fem.*, Florianópolis, v. 27, n. 3, 2019. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2019000300801&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 06 abr. 2020.

OLIVEIRA, João Manuel de. Os feminismos habitam espaços hifenizados - A Localização e interseccionalidade dos saberes feministas. *Ex aequo*, Vila Franca de Xira, n. 22, p. 25-39, 2010. Disponível em: http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0874-55602010000200005. Acesso em: 07 abr. 2020.

PARANHOS, Adriano Ribeiro. *Ideias jurídico – Políticas de José de Alencar 1855-1877*. 2013. 156p. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2013. Disponível em: <https://www.historia.uff.br/stricto/td/1703.pdf>. Acesso em: 12 nov. 2019.

PARVIS, Sara. Escavando a misoginia e construindo a história das mulheres: o Livro das Cidades das Senhoras de Christine de Pisan como modelo para a teologia feminista acadêmica. *Teol. vida*, Santiago, v. 61, n. 1, p. 73-89, março/2020. Disponível em: https://scielo.conicyt.cl/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0049-34492020000100073&lng=es&nrm=iso. Acesso em: 07 maio 2020.

PIMENTA BUENO, José Antônio. Direito público brasileiro e análise da Constituição de Império. *J. Villeneuve*, Rio de Janeiro, 1857. Disponível em: <http://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/185600>. Acesso em: 01 dez. 2019.

RIZZO, Ricardo Martins. *Entre deliberação e hierarquia: uma leitura da teoria política de José de Alencar (1829 1877)*. 2007. 253 p. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007. Disponível em: https://teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8131/tde-12022008-115233/publico/DISSERTACAO_RICARDO_MARTINS_RIZZO.pdf. Acesso em: 12 nov. 2019.

SENADO DO IMPÉRIO DO BRASIL, 1867 a, Livro 1, Rio de Janeiro. *Anais do Império*. Brasília: Senado Federal. Disponível em: http://www.senado.leg.br/publicacoes/anais/asp/IP_AnaisImperio.asp. Acesso em: 02 mar. 2020.

SENADO DO IMPÉRIO DO BRASIL, 1867 b, Livro 2, Rio de Janeiro. *Anais do Império*. Brasília: Senado Federal. Disponível em: http://www.senado.leg.br/publicacoes/anais/asp/IP_AnaisImperio.asp. Acesso em: 02 mar. 2020.

SENADO DO IMPÉRIO DO BRASIL, 1867 c, Livro 3, Rio de Janeiro. *Anais do Império*.

Brasília: Senado Federal. Disponível em: http://www.senado.leg.br/publicacoes/anais/asp/IP_AnaisImperio.asp. Acesso em: 02 mar. 2020.

SIMÕES, David. José de Alencar e o tema da participação feminina no Brasil do século XIX: nuances conceituais. *Programa de pós-graduação em Sociologia Política*, UFSC, v. 14, n. 1, jan./jun. 2017, p. 46-62. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/emtese/article/view/1806-5023.2017v14n1p46>. Acesso em: 20 nov. 2019.

VALLADÃO, Haroldo. *Teixeira de Freitas, jurista Excelso do Brasil, da América, do Mundo*. Oração pronunciada em sessão solene do Instituto dos Advogados Brasileiros, em 21 de Janeiro de 1960. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/direito/article/view/6653>. Acesso em: 19 nov. 2019.

WESTIN, Ricardo. Primeira senadora do Brasil. *Arquivo do Senado*, Brasília, edição 56, 07 de maio de 2019. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/especiais/arquivo-s/1a-senadora-tomou-posse-ha-40-anos-e-foi-recebida-com-flor-e-poesia>. Acesso em: 06 maio 2020.

WOLKMER, Antônio Carlos. *História do Direito - tradição no Ocidente e no Brasil*. Rio de Janeiro: Forense, 11. ed. 2019, p. 154-160. Disponível em: <http://www.institutoveritas.net>. Acesso em: 05 mar. 2020.

ATUAÇÃO PARLAMENTAR E IDEOLOGIA PARTIDÁRIA DE DEPUTADAS FEDERAIS (1987-2017): UMA ANÁLISE DAS PROPOSTAS DE PROJETOS DE LEI E SEUS ÍNDICES DE SUCESSO

Geissa Cristina Franco¹

Maria Cecília Eduardo²

Mariana Lorencetti³

INTRODUÇÃO

Estudos sobre comportamento legislativo de parlamentares podem estar relacionados a diferentes abordagens. Uma dessas perspectivas é avaliar a temática do que é produzido por esses e essas legisladoras⁴. Quando observamos as pesquisas que focam na atuação das parlamentares há estudos comparativos sobre quais são as diferenças e semelhanças na produção entre parlamentares homens e mulheres⁵, qual a ideologia partidária e o partido das

-
- 1 Aluna em doutoramento do curso de Ciência Política da Universidade Federal do Paraná. E-mails: geissa.franco@gmail.com; geissa_franco@hotmail.com.
 - 2 Aluna em doutoramento do curso de Ciência Política da Universidade Federal do Paraná. E-mail: mceduardo9@gmail.com.
 - 3 Aluna em doutoramento do curso de Ciência Política da Universidade Federal do Paraná. E-mail: malorencetti@gmail.com.
 - 4 Ver SAINT-GERMAIN, Michelle A. Does Their Differences Make a Difference? The Impact of Women on Public Policy in The Arizona Legislature. *Social Science Quarterly*, v.70, n.4, dec.1989, p.956-969; THOMAS, Sue. The Impact of Women on State Legislative Policies. *The Journal of Politics*, v.53, n.4, Nov.1991, p. 958-976; e HEATH, Roseanna Michelle; TAYLOR-ROBSON, Michelle M. Do Women Legislators Have a Different Priorities that Their Male Colleagues? *Women & Politics*, v. 24, n.4, p.77-101, 2003.
 - 5 Ver SAINT-GERMAIN, Michelle A. Does Their Differences..., p.956-969; e HEATH, Roseanna Michelle; TAYLOR-ROBSON, Michelle M. Do Women...

parlamentares de acordo com o tipo de produção⁶, se as parlamentares produzem mais em autoria individual ou coautoria⁷, e o que as parlamentares produzem para o grupo de mulheres⁸.

O presente texto tem como foco avaliar a produção legislativa das parlamentares brasileiras entre os anos 1987 e 2017 nos temas de economia, orçamento e gestão. É presumido que mulheres são socializadas para atuarem na vida profissional em áreas do cuidado e trariam esse perfil para a política, tendo como foco a legislação em temas voltados ao cuidado⁹. Esta pesquisa intenta apontar a atividade legislativa das parlamentares além do que tradicionalmente já se analisa, de modo hipotético que as mulheres analisadas superam os arquétipos esperados.

Para tal, procura-se observar a taxa de sucesso das deputadas brasileiras nos temas de economia, gestão e orçamento. Os objetivos específicos são: (i) observar qual a filiação partidária e ideológica da qual essas parlamentares fazem parte, e (ii) observar a quantidade de tempo (*seniority*) em que essas parlamentares estão na Câmara Federal. É, portanto, uma investigação empírica e descritiva, buscando averiguar a taxa de sucesso obtida pelas deputadas federais nas agendas econômica, de gestão e de orçamento entre os anos de 1987 a 2017. Além disso, pretende-se entender em que medida o maior tempo de atuação na Câmara é uma possível variável explicativa da aprovação de matérias legislativas nessas áreas. Por fim, é feito um levantamento da ideologia partidária e dos partidos políticos que mais aprovaram matérias legislativas nas áreas em questão.

Quando é observada a probabilidade de um ou uma parlamentar ocupar um cargo nas comissões ou na mesa diretora, uma variável comum de análise é o tempo de atuação na Câmara¹⁰. Nessa tônica, é possível relacionar este aspecto à produção legislativa, por isso, supõe-se que *H1: Quanto mais tempo as parlamentares estão na Câmara, mais elas conseguem aprovar matérias na área econômica, gestão e orçamento.*

Em relação aos partidos políticos, a literatura aponta que os partidos de esquerda têm mais sucesso em sua rotina de recrutamento de parlamentares no período eleitoral, e também

6 NORRIS, Pippa. Women Politicians: Transforming Westminster?Parliamentary Affairs, v.49, n.1, p.89-102, jan. 1996.

7 FRANCESCHET, Susan; PISCOPO, Jennifer M. Gender Quotas and Women's Substantive Representation: Lessons from Argentina. Politics & Gender, vol. 4, p. 393-425, 2008.

8 BENNION, ElizabethA. The Case of Mainstream Gender Politics Studies. Congress & Presidency, v.30, n.2, 2003, 1996.

9 SAINT-GERMAIN, Michelle A. Does Their..., p.956-969.

10 REZENDE, Daniela L. Desafios à Representação Política das Mulheres na Câmara dos Deputados. Estudos Feministas, v.25, n.3, 2017, p.1199-1218.

elegem maior número de legisladoras¹¹. Devido a esse maior incentivo á participação feminina por parte dos partidos de esquerda, presume-se que *H2: As parlamentares de esquerda são as que aprovam mais matérias legislativas nessas áreas do que as de centro e de direita*.

Posto isso, o texto está dividido em quatro seções. Na primeira seção, é exposta uma breve discussão teórica a respeito de como são realizados os estudos sobre comportamento legislativo de parlamentares mulheres. Em seguida, é descrita a metodologia empregada nesta pesquisa. Na terceira seção, é feita a exposição dos dados encontrados. E por fim, na conclusão, são propostas agendas futuras de pesquisa.

OS ESTUDOS SOBRE COMPORTAMENTO LEGISLATIVO DE PARLAMENTARES

A diferença entre o número de homens e mulheres ocupantes de cargos políticos eletivos permanece significativa mundialmente, porém, é constatado um aumento na participação parlamentar feminina nas últimas duas décadas¹². Assim, é possível esperar que o grupo minoritário em questão passe a ser representado nas instâncias de tomada de decisão, o que, por sua vez, é considerado como um sinal de melhora na qualidade da democracia dos países¹³. Muitas pesquisas buscam entender se existe uma diferença entre o comportamento das deputadas federais e de seus pares masculinos, no que se refere à agenda legislativa, assim como se as parlamentares eleitas atuam em favor de pautas consideradas “femininas”¹⁴.

Os estudos sobre a produção legislativa feminina tiveram seu apogeu na década de 1990, em especial aqueles que analisavam, de maneira comparativa, as assembleias legislativas de diferentes estados nos Estados Unidos da América¹⁵. Essas pesquisas buscavam averiguar (i) qual era a agenda das proposições legislativas apresentadas pelas deputadas, (ii) se elas

11 NORRIS, Pippa.; INGLEHART, Ronald. *Gender Equality and Cultural Change around the World*. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.

12 Segundo dados da Inter Parliamentary Union, o percentual de cadeiras parlamentares ocupadas por mulheres é de 25%, contra 11% no ano de 1995 (IPU, 2020).

13 Ver DAHL, Robert. *Democracy and Its Critics*. New Haven and London: Yale University Press, 1989; e LIJPHART, Arend. *Patterns of Democracy: Government Forms and Performance in 36 Countries*. Yale, New Haven: Yale University Press, 1999.

14 Ver HEATH, Roseanna Michelle; TAYLOR-ROBSON, Michelle M. *Do Women...*, p.77-101, 2003; e HOHMANN, Daniel. *When Do Female MPs Represent Women's Interests? Electoral Systems and the Legislative Behavior of Women*. *Political Research Quarterly*, v. 73, n. 4, 2020.

15 SAINT-GERMAIN, Michelle A. *Does their differences...*

tinham interesse na pauta sobre direito das mulheres, e (iii) se havia uma diferença na forma de legislar entre mulheres e homens¹⁶.

O levantamento dos resultados dessas investigações mostra que as deputadas estão mais propensas a produzirem legislações voltadas às temáticas femininas, seja em países industrializados ou não. O que aponta que existe uma priorização por parte das legisladoras de uma agenda que contemple o direito feminino. Essa diferenciação entre a atuação delas e de seus pares masculinos pode ser notada também nas discussões relacionadas a gênero¹⁷. Em relação a esse último ponto, acredita-se que ele ocorre devido ao fato de as mulheres serem mais discriminadas que os homens e, por isso, voltarem sua atenção na produção de matérias legislativas sobre gênero, por entenderem a importância do tema¹⁸.

Tal marginalização é apontada em muitos estudos¹⁹ que trazem um debate questionador sobre a suposta neutralidade com relação a gênero assumida pelas regras organizacionais da dinâmica legislativa e do processo decisório. Como exemplo, temos o caso argentino, no qual a introdução de cotas de gênero fez com que o número de proposições de projetos de lei por parte das parlamentares aumentasse, todavia, são grandes as dificuldades que elas enfrentam na aprovação de seus textos²⁰.

Seguindo essa linha, pesquisas feitas em países que adotam as cotas de gênero mostraram que as deputadas eleitas são mantidas fora de importantes posições de lideranças e também são marginalizadas dos principais comitês legislativos²¹.

Com isso, vemos que a entrada de mulheres nos espaços de tomada de decisão deve ser acompanhada pela garantia de que elas possam realmente ter influência nos mesmos, para que assim possamos concretizar uma igualdade (ou equidade) de gênero. A maior ou menor capacidade das parlamentares de influenciar o processo decisório é um requisito vital para que

-
- 16 Ver HEATH, Roseanna Michelle; TAYLOR-ROBSON, Michelle M. *Do Women...*, p. 77-101, 2003; THOMAS, Sue. *The Impact of Women...*, p. 958-976; e CHODOROW, Nancy. *The Reproduction of Mothering: Psychoanalysis and the Sociology of Gender*. Berkeley, CA: University of California Press, 1978.
 - 17 Ver HEATH, Roseanna Michelle; TAYLOR-ROBSON, Michelle M. *Do Women...*, p.77-101, 2003; FRANCESCHET, Susan; PISCOPO, Jennifer M. *Gender Quotas...*, p. 393-425, 2008; MIGUEL, Luis Felipe. *Policy Priorities and Women's Double Bind in Brazil*. In: FRANCESCHET, Susan; KROOK, Mona Lena; PISCOPO, Jennifer M (Eds.). *The Impact of Gender Quotas*. New York: Oxford University Press, 2012; e SCHWINDT-BAYER, Leslie A. *Still Supermadres? Gender and the Policy Priorities of Latin American Legislators*. *American Journal of Political Science*, v. 50, n. 3, p. 570-85, 2006.
 - 18 SAINT-GERMAIN, Michelle A. *Does their differences...*
 - 19 HEATH, Roseanna Michelle; SCHWINDT-BAYER, Leslie A.; TAYLOR-ROBINSON, Michelle M. *Women on the Sidelines: Women's Representation on Committees in Latin American Legislatures*. *American Journal of Political Science*, v. 49, n. 2, p. 420-36, 2005.
 - 20 FRANCESCHET, Susan; PISCOPO, Jennifer M. *Gender Quotas...*, p. 393-425.
 - 21 Ver HEATH, Roseanna Michelle; SCHWINDT-BAYER, Leslie A.; TAYLOR-ROBINSON, Michelle M. *Women on the Sidelines...*, p. 420-36; e REZENDE, Daniela Leandro. *Desafios...*

a garantia da transversalidade de gênero à representação política de mulheres exista²². Sendo assim, a análise da atuação parlamentar feminina pode nos trazer importantes apontamentos a respeito da dinâmica legislativa e como esta pode estar (ou não) contribuindo para a inclusão de novos grupos.

Uma maneira de observar o comportamento legislativo das mulheres é por meio de seu partido político. Essa observação pode ser feita com a utilização de diferentes modelos e perspectivas: um deles tem como foco a disciplina partidária de parlamentares nas votações nominais. Um segundo modelo consiste em examinar o modo como o partido direciona seus eleitos para as comissões legislativas, e como o partido se conecta à atuação legislativa de seus partidários. Outro aspecto elucidativo seria a conexão existente entre a ideologia partidária e o comportamento legislativo²³. E é sobre essa perspectiva que desenvolvemos a investigação apresentada neste capítulo.

IDEOLOGIA PARTIDÁRIA E TEMPO DE CARREIRA NA ATUAÇÃO PARLAMENTAR (*SENIORITY*)

Na Ciência Política, a ideologia, *per se*, pode ser tratada a partir de diversos vieses, para o nosso propósito o foco está na classificação dos partidos políticos. Em relação ao posicionamento ideológico desses, a classificação pode ser feita por métodos distintos, como *expert survey*, nas quais conta-se com o posicionamento dos partidos no espectro ideológico feito por especialistas na área; auto posicionamento dos seus partidários eleitos, obtido por meio da aplicação de *survey* a seus membros; análise de conteúdo programático, feita por meio do conteúdo partidário presente nas plataformas eleitorais e/ou programas partidários; e também a análise do comportamento e votações de seus parlamentares²⁴.

Neste texto, a construção da variável “ideologia partidária” foi apresentada em três espectros: direita, esquerda e centro²⁵. A literatura aponta que partidos com posições

22 REZENDE, Daniela Leandro. Desafios...

23 Ver NORRIS, Pippa. Women Politicians: Transforming Westminster?Parliamentary Affairs, v.49, n.1, p.89-102, jan. 1996; REZENDE, Daniela Leandro...; CAUL, Mike. Women's representation in parliament: the role of political parties. Sage Social Science Collection. v.5, n.1, p.79-98. 1999; e XYDIAS, Christina. Mapping the Language of Women's Interests: Sex and Party Affiliation in the Bundestag. Political Studies Association, v. 61, n.2, 2013.

24 BABIRESKI, Flávia Roberta, EDUARDO, Maria Cecília e LORENCETTI, Mariana. As mulheres na direita: perfil das deputadas federais de direita no BRASIL. In: I Seminário Discente de Ciência Política da Universidade Federal do Paraná, 2020.

25 Ver CARREIRÃO, Yan de Souza. Ideologia e partidos políticos: um estudo sobre coligações em Santa Catarina. Opinião Pública, Campinas, vol.12, n.1, abril/maio 2016, p.136-163; POWER, Timothy J; ZUCCO,

ideológicas mais liberais podem apresentar discursos e uma pauta política relacionados a temas de direitos e liberdades das mulheres, como por exemplo a regulamentação do aborto e os direitos para mulheres trans. A agenda dos partidos mais conservadores, por sua vez, pode apresentar propostas referentes à maternidade e a educação, por efeito de suas posturas e opiniões mais tradicionais²⁶.

A literatura mostra que o engajamento político feminino tem sido mais estimulado e, de certa forma, condicionado pelos partidos de esquerda. Os partidos foram os primeiros a incluírem algum tipo de norma interna que visasse a ampliação da participação feminina²⁷. Isso devido ao fato de a ênfase na igualitária demandar uma maior inclusão das mulheres, em comparação aos partidos de direita, que tendem a apresentar um posicionamento conservador a respeito do papel feminino na vida pública. As investigações sobre os casos latino-americanos encontraram uma relação positiva entre partidos de esquerda e a eleição de parlamentares mulheres²⁸.

Nas últimas décadas, porém, é possível notar uma disseminação de iniciativas inclusivas desse tema nas agendas de partidos dos demais espectros ideológicos, o que ficou conhecido como “efeito contágio”. Tal efeito pode ser considerado o resultado tanto da pressão exercida pela crescente organização das mulheres, reivindicando o apoio a suas demandas, quanto da descoberta da força eleitoral decisiva que o eleitorado feminino possui, o que faz com que as reivindicações desse grupo não possam ser desconsideradas²⁹.

Outro fator apontado na diferença de atuação dos/as parlamentares são as normas institucionais, mais especificamente o fato de as instituições legislativas frequentemente favorecerem os/as *incumbents*, ou seja, aquelas pessoas que buscam a reeleição. Até mesmo em legislaturas com alta rotatividade existe um pequeno grupo de legisladores que possuem uma

Cesar Junior. Estimating ideology of brazilian legislative parties, 1990-2005. *Latin America Research Review*, vol. 44, n.1, p.217-246, 2009; e CODATO, Adriano; BOLOGNESI, Bruno; ROEDER, Karoline. A nova direita brasileira: uma análise da dinâmica partidária e eleitoral do campo conservador. In: VELASCO E CRUZ, Sebastião; VELASCO E CRUZ, André (Eds.). *As direitas*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2015.

26 CAUL, Mike. Women’s representation in parliament: the role of political parties. *Sage Social Science Collection*. v.5, n.1, p.79-98. 1999.

27 KATZ, Richard; MAIR, Peter. *Party Organizations*. Londres: Sage. 1992.

28 Ver ALLES, Santiago. Ideología partidaria, competencia electoral y elección de legisladoras en cinco democracias latinoamericanas: Argentina, Brasil, Chile, Perú y Uruguay, 1980–2013. *América Latina Hoy*, vol. 66, p. 69–94, 2014; FUNK, Kendall D.; HINOJOSA, Magda; PISCOPO, Jennifer M. Still Left Behind: Gender, Political Parties, and Latin America’s Pink Tide. *Social Politics*, v. 24, n.4, p. 399-424, 2017; e JONES, Mark; SEBASTIAN SAIEGH, Pablo T. Spiller; TOMMASI, Mariano. Amateur Legislators – Professional Politicians: The Consequences of Party-Centered Electoral Rules in a Federal System. *American Journal of Political Science*, v. 46, n. 3, p. 656–69, 2002.

29 ARAÚJO, Clara. Partidos Políticos e Gênero: mediações das rotas de ingresso das mulheres na representação política. *Rev. Sociol. Polít.*, Curitiba, v. 24, jun. 2005, p. 196-197.

carreira mais longa (*seniority*) e que domina os cargos de liderança³⁰. Isso faz com que as pessoas recém-chegadas sejam, de alguma forma, prejudicadas por esse atributo e, muitas vezes, devam esperar vários mandatos para terem sua influência aumentada.

Devido à ocupação exclusivamente masculina, durante muito tempo, dos espaços de poder, o fator *seniority* será muito mais significativo entre homens analisados. Considerando que a presente análise consiste em realizar uma investigação do grupo das deputadas eleitas, este não será um viés preocupante. O atual objetivo é entender em que medida esse quesito, considerado um fator-chave na distribuição de posições de poder dentro dos legislativos³¹, teve influência no processo de aprovação de leis propostas pelas parlamentares.

A PRODUÇÃO LEGISLATIVA DAS DEPUTADAS NOS TEMAS ECONÔMICOS, GESTÃO E ORÇAMENTO

Nesta seção são mostrados os resultados da presente pesquisa. Para tal, é essencial que a metodologia escolhida seja descrita. Após isso, é descrita a produção legislativa das parlamentares. No tocante a metodologia Metodologia: este texto baseia-se, sobretudo, nas abordagens do neoinstitucionalismo racional, considerando o pressuposto que as parlamentares imersas em um ambiente político, agirão de forma a maximizar seus ganhos³². Os dados da investigação foram coletados no site da Câmara Federal, na aba “proposições legislativas”. Conforme mencionado, trata-se de uma pesquisa empírica e descritiva.

Quadro 1 – Variáveis dependentes e independentes utilizadas na pesquisa

Tipo de variável	Variável	Descrição
Variável dependente	Situação da proposição	São separadas as variáveis entre as que foram aprovadas, as que estão tramitando, as rejeitadas e as vetadas, com foco em observar a taxa de sucesso por tema.
Variável de controle	Temática da proposição	Inclusas as matérias legislativas que versam sobre orçamento, economia e gestão, por meio de uma análise de conteúdo.

30 Ver JONES, Mark; SEBASTIAN SAIEGH, Pablo T. Spiller; TOMMASI, Mariano. Amateur Legislators – Professional Politicians: The Consequences of Party-Centered Electoral Rules in a Federal System. *American Journal of Political Science*, v. 46, n. 3, p. 656-69, 2002; e SQUIRE, Peverill. Member Career Opportunities and the Internal Organization of Legislatures. *Journal of Politics*, v. 50, n. 3, p. 726-744, 1988.

31 FRIDKIN, Kim L.; KENNEY, Patrick J. How the Gender of U.S. Senators Influences People’s Understanding and Engagement in Politics. *The Journal of Politics*, v. 76, n. 4, out., p. 1017-1031, 2014.

32 HALL, Peter A; TAYLOR, Rosemary C.R. As três versões do neoinstitucionalismo. *Lua Nova*, n.58, p.193-224, 2003.

Variável independente	Ideologia partidária	Categorias escolhidas consistem em “centro”, “direita” e “esquerda”. Centro - REDE, PSDB e PMDB Direita - DEM/PFL; PDS; PL; PMN; PODE; PP/PPB; PPR; PR; PRB; PRN; PRONA; PRP; PSL; PTB; PTC; PT do B; PTN e PTR. Esquerda - PCdoB; PDT; PPS; PROS; PSB; PT; PSOL; PSTU e PV.
Variável independente	Número de mandatos - seniority	São listados o mandato no qual as parlamentares estavam no momento da aprovação das matérias: assim, classificados em – primeiro, segundo terceiro, quarto, quinto e sexto mandato.

Fonte: Produzida pelas autoras de acordo com a coleta de dados, realizada no site da Câmara Federal.

Para encontrar as temáticas nas matérias legislativas que tratassem sobre gestão, economia e orçamento, foi utilizada a análise de conteúdo³³. Observamos no quadro 2 a classificação das matérias legislativas das três agendas escolhidas nesta pesquisa.

Quadro 2 – Classificação da agenda sobre orçamento, economia e gestão	
Temática	Assuntos que versam as matérias legislativas
Econômico	Proposições legislativas referentes a questões que envolvem empresas nacionais ou internacionais como diminuição ou aumento de impostos como o ICMS. Também sobre investimento de fundos, ou direito do consumidor, criação de micro e pequenas empresas por meio de crédito.
Orçamento	Matérias legislativas que envolve as contas públicas como destinação de recursos a nível federal, estadual e municipal, limitação de despesas de parlamentares, alterações da Lei Orçamentaria, contingência orçamentaria.
Gestão	Proposições legislativas que tratam sobre ‘coisas públicas’ como contratação de pessoal, extinção de cargos, fiscalização de obras, aquisição e doação de bens públicos, regulação fundiária, criação de juizados.

Fonte: Produzida pelas autoras de acordo com a coleta de dados realizadas no site da Câmara Federal.

A respeito da variável dependente “situação da proposição legislativa”, foi calculada a taxa de sucesso³⁴. Esse cálculo corresponde ao total aprovado pelas parlamentares, sobre o total produzido por tais parlamentares. É possível realizar o cálculo avaliando todas as matérias legislativas ou avaliando por temática. Nessa pesquisa, são usados tanto o cálculo geral de todas as matérias, quanto o cálculo de cada temática.

A literatura da Ciência Política brasileira já obteve alguns resultados referentes à taxa de sucesso do Poder Executivo e do Poder Legislativo brasileiro. O Poder Executivo possui uma atuação mais voltada a temas relacionados a economia e administração enquanto o legislativo atua em maior medida em temas sociais³⁵. Os dados comparativos de produção legislativa apontam que o Poder Legislativo aprova mais em temas sociais do que em outros

33 OLIVEIRA, Denize Cristina de. Análise de conteúdo temático categorial: uma proposta de sistematização. Rev. enferm. UERJ, v. 16, n. 4, p. 569-576, 2008.

34 FIGUEIREDO, Argelina Cheibub; LIMONGI, Fernando. Executivo e Legislativo na ordem constitucional. 2 ed. Rio de Janeiro: FGV, 2001.

35 FIGUEIREDO, Argelina Cheibub; LIMONGI, Fernando. Executivo ...

temas³⁶. O Poder Executivo aprova 85% de todas as matérias legislativas transformadas em lei, tendo um índice de sucesso mais elevado do que o legislativo que fica com apenas 15%³⁷. A partir dessa construção metodológica é possível analisar os resultados apresentados na próxima seção.

RESULTADOS SOBRE A PRODUÇÃO LEGISLATIVA

O objetivo principal deste trabalho é observar qual a taxa de sucesso geral das parlamentares nas temáticas econômicas, de gestão e de orçamento como podemos observar na tabela 1.

Tabela 1 – Taxa de Sucesso das Parlamentares na agenda de economia, gestão e orçamento

Temática	Quantidade de matérias legislativas produzidas	Quantidade de matérias legislativas aprovadas	Taxa de sucesso
Econômico, Gestão e Orçamento	1580	35	2,21%
Econômico	944	16	1,69%
Gestão	568	17	2,99%
Orçamento	68	2	2,94%

Fonte: Produzida pelas autoras de acordo com a coleta de dados realizada no site da Câmara Federal.

É possível notar a partir dos dados da Tabela 1 que as parlamentares tiveram uma maior taxa de sucesso na temática de gestão, e que tiveram uma maior produção legislativa na temática econômica. A partir da quantidade da taxa de sucesso obtida, vemos que nesses temas, que tradicionalmente são considerados como temas produzidos por homens, há uma taxa de sucesso que não chega a 3%. Esse dado corresponde ao que é aprovado em geral por parlamentares. É visto que o Executivo tem uma maior taxa de sucesso do que o legislativo: o legislativo produz mais e aprova menos, enquanto o Executivo propõe quase sempre aquilo que terá grandes chances de ser aprovado³⁸.

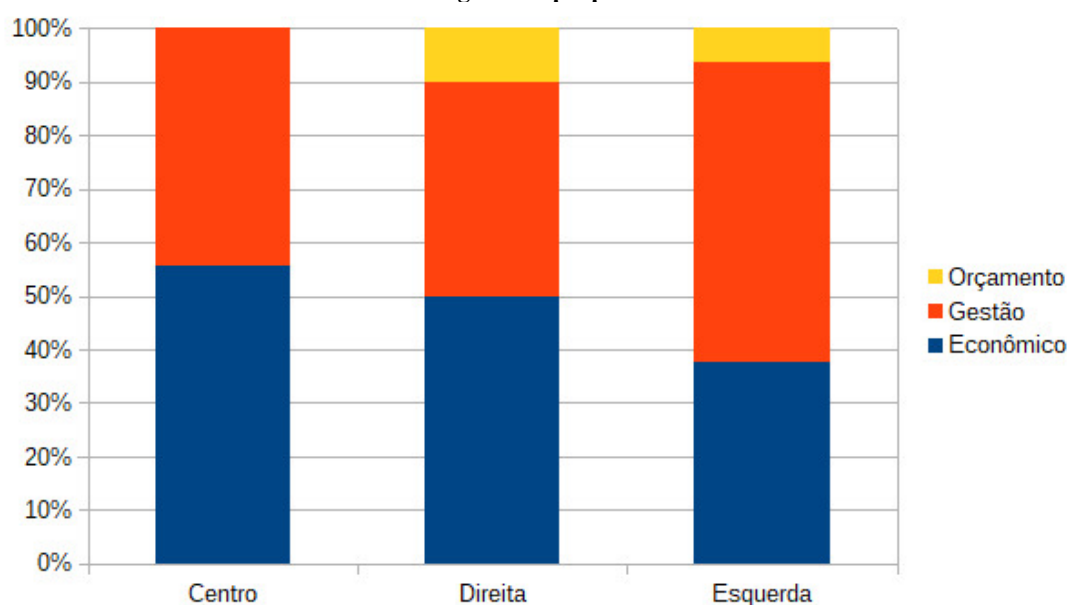
Outro ponto é observar a quantidade de proposições legislativas aprovadas de acordo com a filiação ideológica. Por meio do Gráfico 1, é possível ver que, no tema econômico e de gestão, as parlamentares de esquerda possuem uma maior aprovação. Já no tema de orçamento apenas as parlamentares de esquerda e de direita aprovaram uma proposição legislativa no recorte temporal de 1987 a 2017.

36 GOMES, Fábio de Barros Correia. Produção Legislativa no Brasil: Visão Sistêmica e Estratégica no Presidencialismo de Coalizão. Brasília: Câmara dos Deputados, 2013.

37 FIGUEIREDO, Argelina Cheibub; LIMONGI, Fernando. Executivo...

38 FIGUEIREDO, Argelina Cheibub; LIMONGI, Fernando. Executivo...

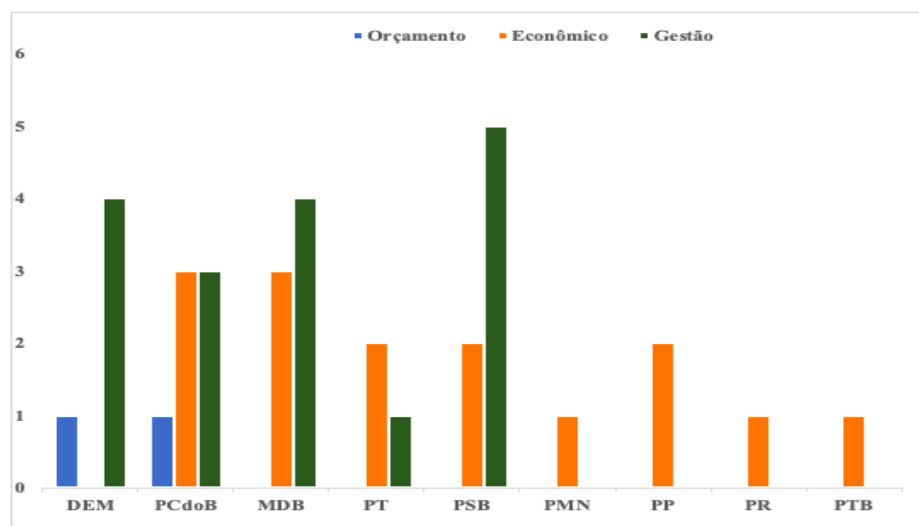
Gráfico 1 – Proporção dos temas das propostas legislativas aprovadas, classificados por posicionamento ideológico das proponentes



Fonte: Produzida pelas autoras de acordo com a coleta de dados realizadas no site da Câmara Federal.

Com o levantamento feito, é possível observar a quais partidos políticos as parlamentares pertenciam quando aprovaram as matérias nessas três agendas. No Gráfico 2, o PSB foi o partido que mais obteve aprovação na área de gestão. No tema econômico, as parlamentares do PCdoB e do MDB produziram três matérias cada. Houve uma concentração de aprovação dessas temáticas em nove partidos. Proposições aprovadas relacionadas à economia foram as mais dispersas entre eles, já nos demais temas, gestão e orçamento, menos partidos tiveram seus textos aprovados.

Gráfico 2 – Partidos políticos das parlamentares que aprovaram na agenda de orçamento, economia e gestão



Fonte: Produzida pelas autoras de acordo com a coleta de dados realizada no site da Câmara Federal.

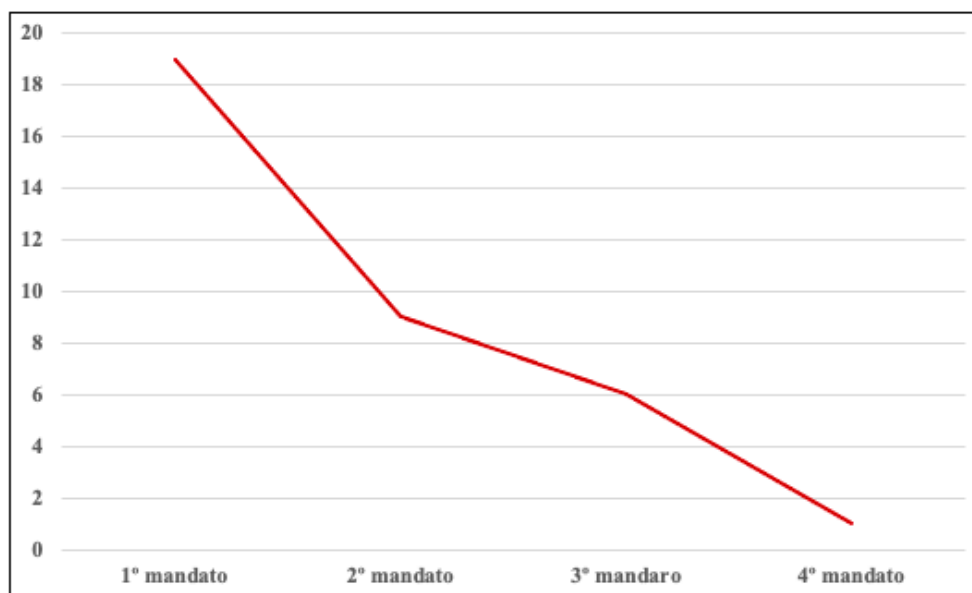
Analisando o tempo que as parlamentares estavam na Câmara quando aprovaram matérias legislativas nesses três temas, é visto que, na temática econômica, 15 parlamentares aprovaram suas propostas, em um total de 16 proposições. No tema de gestão, 14 parlamentares tiveram 17 matérias legislativas aprovadas. Já no tema de orçamento, tivemos duas proposições legislativas aprovadas por duas parlamentares. A partir do quadro 3 podemos observar quantas parlamentares aprovaram matérias legislativas de acordo com os temas de economia, orçamento e gestão. No tema de orçamento há apenas duas parlamentares que aprovaram duas matérias legislativas em uma análise de 30 anos de produção legislativa.

Quadro 3 - Número de proposições analisadas e número de parlamentares proponentes		
Economia	15 parlamentares listadas	16 proposições aprovadas
Gestão	14 parlamentares	17 aprovações
Orçamento	2 parlamentares	2 proposições

Fonte: Produzida pelas autoras de acordo com a coleta de dados realizada no site da Câmara Federal.

No Gráfico 3, apresenta-se quantas legislaturas as parlamentares serviram na Câmara quando aprovaram matérias legislativas nessas três agendas.

Gráfico 3 – Quantidade de parlamentares e em qual mandato estavam quando aprovaram matérias na área de economia, orçamento e gestão



Fonte: Produzida pelas autoras de acordo com a coleta de dados realizada no site da Câmara Federal.

É possível notar que as 19 parlamentares, de um total de 35 (mais da metade), estavam em seu primeiro mandato quando aprovaram matérias legislativas nessas agendas. A renovação parlamentar no parlamento brasileiro é alta³⁹, por volta de 40% em cada legislatura, significando que boa parte dos e das parlamentares não permanecem tanto tempo na Câmara Federal. Uma maior produção legislativa no primeiro mandato se deve à presença de mais parlamentares em seu primeiro mandato, subsequentemente haverá maior número de matérias aprovadas. No entanto, isso não significa maior taxa de sucesso. É necessário observar a quantidade de matérias legislativas produzidas nos mandatos pela quantidade aprovada para de fato observarmos se há um aumento na quantidade em percentual do que é produzido e do que é aprovado, conforme indicado na Tabela 2.

Tabela 2 – Quantidade de proposições legislativas produzidas pela quantidade de proposições aprovadas segundo o mandato das parlamentares nas matérias orçamento, econômico e gestão

		Arquivada	Em tramitação	Aprovada	Vetado Totalmente	Total
Em coautoria	N	46	68	3	1	118

39 Ver FIGUEIREDO, Argelina; LIMONGI, Fernando. Mudança constitucional, desempenho do Legislativo e consolidação institucional. RBCS, São Paulo, v. 10, n. 29, 1995; e SANTOS, André Marenco dos. Não se fazem mais oligarquias como antigamente: recrutamento parlamentar, experiência política e vínculos partidários entre deputados brasileiros [1946-1998]. Tese (Doutorado em Ciência Política). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2000.

	%	39.0%	57.6%	2.5%	0.8%	100.0%
Primeiro mandato	N	504	362	19	1	886
	%	56.9%	40.9%	2.1%	0.1%	100.0%
Segundo mandato	N	248	113	9	2	372
	%	66.7%	30.4%	2.4%	0.5%	100.0%
Terceiro mandato	N	141	72	6	1	220
	%	64.1%	32.7%	2.7%	0.5%	100.0%
Quarto mandato	N	25	44	1	0	70
	%	35.7%	62.9%	1.4%	0.0%	100.0%
Quinto mandato	N	10	15	0	0	25
	%	40.0%	60.0%	0.0%	0.0%	100.0%
Sexto mandato	N	2	5	0	0	7
	%	28.6%	71.4%	0.0%	0.0%	100.0%
Total	N	976	679	38	5	1698
	%	57.5%	40.0%	2.2%	0.3%	100.0%

Fonte: Produzida pelas autoras de acordo com a coleta de dados realizada no site da Câmara Federal.

Avaliando a taxa de sucesso por mandato, observamos que é há um aumento do primeiro ao terceiro mandato, já no quarto mandato há um decréscimo, e no quinto e sexto mandato não há aprovação de nenhuma matéria legislativa, bem como produção menor nessas matérias, tendo como um dos fatores a diminuição no número de parlamentares mulheres que conseguem permanecer na Câmara durante tantos mandatos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesta pesquisa buscamos observar a taxa de sucesso das parlamentares brasileiras nos temas de economia, orçamento e gestão. Essas são agendas consideradas de menor interesse pelas legisladoras, devido às construções psicossociais das mulheres serem diferentes das observadas nos homens. E assim, muitas vezes, as trajetórias dos homens e das mulheres são diferentes em grande medida pela construção social.

Geralmente se observa o que as parlamentares produzem em prol do grupo de mulheres, ou em temas sociais. Nossa pesquisa buscou complementar os estudos já realizados notando o que elas aprovam em áreas que são estereotipadas como sendo masculinas.

Como resultado, observamos que a taxa de sucesso das deputadas é maior no tema de gestão, já que aprovam 2,99% do que produziram nessa área. No geral, a taxa de sucesso feminina variou entre 1,69 a 2,99% nesses três temas. Esses dados nos apontam uma taxa de sucesso inferior ao que os e as parlamentares aprovam em temas relacionados aos temas sociais já apontado pela literatura que estuda produção legislativa, visto que a taxa de sucesso dos

parlamentares brasileiros (homens e mulheres) está em torno de 15% e dessa porcentagem, a maior produção está em temas sociais.

Construímos duas hipóteses de pesquisa. Observamos que os partidos de esquerda das parlamentares analisadas são os que mais aprovam matérias legislativas, confirmando a *H2*. Outro ponto é que as parlamentares que mais aprovaram matérias legislativas estavam em seu primeiro mandato. Todavia, a maior taxa de sucesso (considerando o que é produzido e o que é aprovado) foi no terceiro mandato, e que entre o primeiro até o terceiro mandato houve um aumento substancial na taxa de sucesso das matérias aprovadas. Assim, a *H1* foi confirmada parcialmente.

Futuras pesquisas sobre comportamento legislativo de parlamentares podem avaliar comparativamente a taxa de sucesso nesses temas não tradicionais em diferentes países. Também é possível observar de forma comparativamente a taxa de sucesso que os homens e as mulheres obtêm nessas temáticas.

REFERÊNCIAS

- ALLES, Santiago. Ideología partidaria, competencia electoral y elección de legisladoras en cinco democracias latinoamericanas: Argentina, Brasil, Chile, Perú y Uruguay, 1980–2013. *América Latina Hoy*, vol. 66, pp. 69–94, 2014.
- ARAÚJO, Clara. Partidos Políticos e Gênero: mediações das rotas de ingresso das mulheres na representação política. *Rev. Sociol. Polít.*, Curitiba, v. 24, p. 193-215, jun. 2005.
- BABIRESKI, Flávia Roberta, EDUARDO, Maria Cecília e LORENCETTI, Mariana. As mulheres na direita: perfil das deputadas federais de direita no Brasil. In: I Seminário Discente de Ciência Política da Universidade Federal do Paraná, 2020.
- BENNION, Elizabeth A. The Case of Mainstream Gender Politics Studies. *Congress & Presidency*, v.30, n.2, 2003, 1996.
- CAUL, Mike. *Women's representation in parliament: the role of political parties*. Sage Social Science Collection. v.5, n.1, pp.79-98. 1999.
- CHODOROW, Nancy. *The Reproduction of Mothering: Psychoanalysis and the Sociology of Gender*. Berkeley, CA: University of California Press. 1978.
- CODATO, Adriano; BOLOGNESI, Bruno; ROEDER, Karoline. A nova direita brasileira: uma análise da dinâmica partidária e eleitoral do campo conservador. In: VELASCO E CRUZ, Sebastião; VELASCO E CRUZ, André (Eds.). *As direitas*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2015.
- DAHL, Robert. *Democracy and Its Critics*. New Haven and London: Yale University Press, 1989.
- FIGUEIREDO, Argelina; LIMONGI, Fernando. Mudança constitucional, desempenho do Legislativo e consolidação institucional. *RBCS*, São Paulo, v. 10, n. 29, 1995.
- FIGUEIREDO, Argelina Cheibub; LIMONGI, Fernando. *Executivo e Legislativo na ordem constitucional*. 2 ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001.
- FRANCESCHET, Susan; PISCOPO, Jennifer M. Gender Quotas and Women's Substantive Representation: Lessons from Argentina. *Politics & Gender*, vol. 4, pp. 393–425, 2008.
- FRIDKIN, Kim L.; KENNEY, Patrick J. How the Gender of U.S. Senators Influences People's Understanding and Engagement in Politics. *The Journal of Politics*, v. 76, n. 4, out., pp. 1017–1031, 2014.
- FUNK, Kendall D.; HINOJOSA, Magda; PISCOPO, Jennifer M. Still Left Behind: Gender, Political Parties, and Latin America's Pink Tide. *Social Politics*, v. 24, n.4, pp. 399-424, 2017.
- GOMES, Fábio de Barros Correia. *Produção Legislativa no Brasil: Visão Sistêmica e Estratégica no Presidencialismo de Coalizão*. Brasília: Câmara dos Deputados, 2013.

HALL, Peter A; TAYLOR, Rosemary C.R. As três versões do neoinstitucionalismo. *Lua Nova*, n.58, pp.193-224, 2003.

HEATH, Roseanna Michelle; SCHWINDT-BAYER, Leslie A.; TAYLOR-ROBINSON, Michelle M. Women on the Sidelines: Women's Representation on Committees in Latin American Legislatures. *American Journal of Political Science*, v. 49, n. 2, pp. 420–36, 2005.

HEATH, Roseanna Michelle; TAYLOR-ROBSON, Michelle M. Do Women Legislators Have a Different Priorities that Their Male Colleagues? *Women & Politics*, v. 24, n.4, pp.77-101, 2003.

HOHMANN, Daniel. When Do Female MPs Represent Women's Interests? Electoral Systems and the Legislative Behavior of Women. *Political Research Quarterly*, v. 73, n. 4, 2020.

JONES, Mark; SEBASTIAN SAIEGH, Pablo T. Spiller; TOMMASI, Mariano. Amateur Legislators – Professional Politicians: The Consequences of Party-Centered Electoral Rules in a Federal System. *American Journal of Political Science*, v. 46, n. 3, pp. 656–69, 2002.

KATZ, Richard; MAIR, Peter. *Party Organizations*. Londres: Sage. 1992.

LIJPHART, Arend. *Patterns of Democracy: Government Forms and Performance in 36 Countries*. Yale, New Haven: Yale University Press, 1999.

MIGUEL, Luis Felipe. Policy Priorities and Women's Double Bind in Brazil. In: FRANCESCHET, Susan; KROOK, Mona Lena; PISCOPO, Jennifer M (Eds.). *The Impact of Gender Quotas*. New York: Oxford University Press, 2012.

NORRIS, Pippa. Women Politicians: Transforming Westminster? *Parliamentary Affairs*, v.49, n.1, pp.89-102, jan. 1996.

NORRIS, Pippa.; INGLEHART, Ronald. *Gender Equality and Cultural Change around the World*. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.

OLIVEIRA, Denize Cristina de. Análise de conteúdo temático categorial: uma proposta de sistematização. *Rev. enferm. UERJ*, v. 16, n. 4, p. 569-576, 2008.

REZENDE, Daniela L. Desafios à Representação Política das Mulheres na Câmara dos Deputados. *Estudos Feministas*, v.25, n.3, 2017, pp.1199-1218.

SAINT-GERMAIN, Michelle A. Does Their Differences Make a Difference? The Impact of Women on Public Policy in The Arizona Legislature. *Social Science Quarterly*, v.70, n.4, dec.1989, pp.956-969.

SANTOS, André Marenco dos. Não se fazem mais oligarquias como antigamente: recrutamento parlamentar, experiência política e vínculos partidários entre deputados brasileiros [1946-1998]. Tese (Doutorado em Ciência Política). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2000.

SCHWINDT-BAYER, Leslie A. Still Supermadres? Gender and the Policy Priorities of Latin American Legislators. *American Journal of Political Science*, v. 50, n. 3, pp. 570–85, 2006.

SQUIRE, Peverill. Member Career Opportunities and the Internal Organization of Legislatures. *Journal of Politics*, v. 50, n. 3, pp. 726–44, 1988.

THOMAS, Sue. The Impact of Women on State Legislative Policies. *The Journal of Politics*, v.53, n.4, Nov.1991, pp-958-976.

XYDIAS, Christina. Mapping the Language of Women's Interests: Sex and Party Affiliation in the Bundestag. *Political Studies Association*, v. 61, n.2, 2013.

ENTRE DESCOLONIZAR E DESPATRIARCALIZAR: A PARTICIPAÇÃO POLÍTICA DAS MULHERES NO ESTADO PLURINACIONAL BOLIVIANO

Mariana Rocha Malheiros ¹

*“Todos tenemos un deber de amor que cumplir,
Una historia que hacer,
Una meta que alcanzar.
No escogimos el momento para venir al mundo:
Ahora podemos hacer el mundo
En que nacerá y crecerá
La semilla que trajimos con nosotros”
(Gioconda Belli).*

INTRODUÇÃO

No início do século XXI, após um período de neoliberalismo econômico e instabilidade política, a Bolívia elegeu em 2005 o sindicalista cocaleiro Evo Morales, de origem uru-aimará. A eleição de Morales foi um marco nas lutas de sindicatos de trabalhadoras/es urbanos, mineiros/as, cocaleiros/as, movimentos e associações indígenas que resistiam, desde os períodos da colonização espanhola, ao avanço do capitalismo, das violências contra os corpos não-brancos, destruição da natureza, epistemicídios e genocídios.

A Guerra da Água (2000) e a Guerra do Gás (2003) foram expressões da força de articulação destes grupos. A partir dos povos indígenas e camponeses, a Bolívia construiu uma

¹ Aluna do Mestrado em Integração Contemporânea na América Latina no Programa de Pós-Graduação em Integração Contemporânea na América Latina pela Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA), especialista em Perspectivas Decoloniais e Educação pela Universidade Estadual do Centro-Oeste do Paraná (UNICENTRO), graduada em Direito pelas Faculdades Guarapuava, pesquisadora do ¡DALE! – Decolonizar a América Latina e Seus Espaços. E-mail: mariana.malheiros.62678@gmail.com.

história de resistência que a partir do século XX se articulou com as lutas de trabalhadoras e trabalhadores nos sindicatos².

Sobre este processo vê-se que “son lógicas que se fundamentan en la convergencia, la articulación, el equilibrio y la interrelación, principios y valores necesarios para construir un nuevo orden social donde los individuos, las comunidades, los pueblos y las nacionalidades son integrales a la totalidad³”. Nem a inclusão multicultural do modelo neoliberal, tampouco o essencialismo europeu ao retratar os povos indígenas como “selvagens”. A principal perspectiva era e é de construir novas possibilidades que ainda não estão colocadas nas nossas epistemologias, resgatando os valores ancestrais, mas articulando com a realidade das diversas etnias indígenas, lutas de trabalhadoras e trabalhadores, modos de produção comunais e relação com a natureza.

A partir dessa experiência comum, as mulheres também se organizaram pautando a integralidade de suas lutas, ao mesmo tempo que apontavam o patriarcado indígena e exigiam o cumprimento de pautas específicas junto ao Estado Plurinacional. Por isso, o objetivo deste trabalho é analisar como as pautas comuns das mulheres, a partir da categoria “gênero”, se integraram e articularam tanto na sociedade civil boliviana, quanto nas instituições do Estado Plurinacional, evidenciando a presença das mulheres, tanto nas conquistas políticas sociais, bem como institucionais. Na luta das mulheres bolivianas há uma integralidade e complementariedade que não possibilita fragmentar os avanços sociais dos institucionais, sendo o processo de descolonização e despatriarcalização um todo indivisível.

Assim, o trabalho se divide em duas partes: a primeira, que apresenta a articulação sociopolítica das mulheres após a eleição de Evo Morales durante a Assembleia Constituinte de 2006-2008 a partir das propostas de descolonização e despatriarcalização do Estado, bem como os ganhos jurídicos desse processo, que se refletiram na Constituição Plurinacional de 2009; a segunda, a organização de mulheres dentro do Estado Plurinacional, examinando, a partir de dados quantitativos, sua presença dentro dos Poderes Legislativo, Executivo e

2 Não é o objetivo deste trabalho retomar a história de articulação das diversas organizações e movimentos que se engajaram no enfrentamento ao imperialismo, às ditaduras e crises socioeconômicas na Bolívia antes da consolidação do Estado Plurinacional. Todavia, recomenda-se o livro “‘Oprimidos pero no vencidos’ – Luchas del campesinato aymara y quechwa 1900-1980”, de Silvia Rivera Cusicanqui, socióloga boliviana de origem aimará, que aprofundará as histórias de luta, os aportes teóricos construídos pelos indígenas e as resistências nos cenários de violência que possibilitaram a ascensão do MAS – Movimiento Ao Socialismo e sua principal liderança, Evo Morales.

3 WALSH, Catherine. Interculturalidad, Estado, Sociedad: Luchas (de)coloniales de nuestra época. Quito: Universidad Andina Simón Bolívar/Ediciones Abya-Yala, 2009, p. 18.

Judiciário, com as dificuldades e conquistas frente às compreensões sobre o descolonizar e despatriarcalizar. Por fim, as considerações finais do trabalho.

Cabe destacar que este artigo é parte de pesquisa de mestrado em fase de conclusão na Universidade Federal da Integração Latino-Americana. Esta pesquisa está sendo orientada por duas professoras pesquisadoras do Programa de Pós-Graduação em Integração Contemporânea na América Latina, e todas as referências teóricas neste artigo são mulheres: autoras, pesquisadoras brasileiras e latino-americanas que, com suas teorias e práticas, também promovem caminhos de descolonização e despatriarcalização do conhecimento.

DESCOLONIZAÇÃO E DESPATRIARCALIZAÇÃO A PARTIR DOS MOVIMENTOS DE MULHERES BOLIVIANOS

A descolonização como processo político e filosófico existe na América Latina com as lutas negras e indígenas frente ao genocídio, o domínio europeu e a escravização dos povos no período pós-invasão. Na Bolívia, a partir de 2005, chamou-se de “proceso de cambio”. A descolonização no projeto boliviano propõe “impulsar prácticas políticas colectivas frente a las opresiones que produjeron estas jerarquizaciones como el racismo, el clasismo, la heterosexualidad, el adultocentrismo, entre otras⁴”.

Na Bolívia, a perspectiva de descolonização é importante tanto ao Estado, a partir do reconhecimento institucional da plurinacionalidade, bem como à descolonização da própria sociedade, marcada pelo processo de colonização capitalista.

O processo de descolonização não é somente a inclusão de indígenas nas estruturas do Estado Moderno. Neste modelo “se les otorga un status residual, y de hecho, se las convierte en minorías, encasilladas en estereotipos indigenistas del buen salvaje guardián de la naturaleza⁵”. Este processo se dá na disputa dos povos indígenas, saindo dos estereótipos e essencialismos apontados pelas teorias do Norte Global, e o papel das mulheres, que também sofrem a opressão do patriarcado, é fundamental porque suas práticas possibilitam estabelecer pactos de reciprocidade e convivência entre os diferentes, colocando em cheque os papéis articulados entre o colonialismo e o patriarcado.

4 CURIEL, Ochy. La descolonización desde una propuesta feminista crítica In: CURIEL, Ochy; GALINDO, María. Descolonización y despatriarcalización de y desde los feminismos de Abya Yala – Série Feminista Siempre. España: Agencia Catalana de Cooperación al Desenvolupament, 2015, p. 14.

5 CUSICANQUI, Silvia Rivera. Ch'ixinakax utxiwa: uma reflexión sobre prácticas y discursos descolonizadores. 1 ed. Buenos Aires: Tinta Limón, 2010, p. 59.

Com essa perspectiva, as mulheres dos movimentos e organizações sociais na Bolívia, além dos vínculos estabelecidos com seus próprios movimentos e organizações, também se organizaram em torno de pautas comuns de mulheres, visando que o processo de descolonização institucional pelo qual a Bolívia passava com a eleição de Evo Morales também acolhesse pautas comuns que garantissem seus direitos.

Na Bolívia duas tradições diferentes de lutas das mulheres se destacam: primeira, as lutas contra as elites brancas, protagonizadas por mulheres indígenas, cocaleiras, mineiras e campesinas, com maior expressão na parte leste do país que, além da perspectiva de gênero, pautaram também raça e classe, participando da Revolução de 1952 e todos os processos de resistência desde o período colonial; segunda, os feminismos liberais trazidos especialmente por ONG'S internacionais, e que foram muito importantes na década de 1990, tanto em relação à efetivação de direitos sexuais e reprodutivos, quanto nas alterações eleitorais que promoviam as cotas partidárias às mulheres. Com as mulheres indígenas do oeste do país, o diálogo das ONG'S não encontrou resistências, porém, as mulheres do leste percebiam esse trabalho como um novo modelo colonizador aliado ao neoliberalismo.

O *Movimiento Mujeres Presentes en la Historia*, procurou organizar as convergências destas mulheres. Organizado por mulheres de instituições urbanas, rurais, negras, mineiras, indígenas, cocaleiras, acadêmicas e feministas, percorreu todo o país entre 2006 e 2008 – período em que ocorreu a Assembleia Constituinte. Foram mais de trezentos encontros, e cerca de vinte mil mulheres foram ouvidas. Todavia, “os diferentes pontos de partida das mulheres que se encontraram para a Assembleia Constituinte implicavam em noções diversas, ou até mesmo conflitantes, de opressões e desigualdades”⁶.

Para as mulheres vinculadas às organizações e movimentos que formavam a base do presidente Evo Morales, houve a compreensão da descolonização do Estado como pauta prioritária, apontando o princípio andino do *chachawarmi* que, numa tradução literal do aimará, “representa la complementariedad y armonía entre el hombre y la mujer”⁷.

A dualidade do *chachawarmi* implica dizer que todos têm o seu par: cada ser é incompleto, e precisa de outro ser para formar o todo. “Desde el punto de vista de la pareja;

6 MARQUES, Ananda Winter. Os caminhos para a paridade à paridade como caminho: inclusão democrática, chachawarmi e despatriarcalização do Estado Plurinacional Boliviano. Dissertação (mestrado). Brasília: Universidade de Brasília, Faculdade de Ciência Política, 138p., 2019, p. 79.

7 AYLIN, Rocio Guerrero; MORENO, María Sol Romnán. Chacha-Warmi” y Género: Términos en Disputa. In: Jornada de Investigación Docencia Extensión y Ejercicio Profesional Disputas por el Estado, la democracia y las políticas públicas. Concentración de la riqueza y poder popular. p. 01-08. 2019. GN 11: Organizaciones sociales, participación y género, 2019, p. 02.

humanos, espiritualidad y el entorno, no son iguales, pero cada quien cumple una función importante, la ausencia de un integrante de la pareja implica la inexistencia”.⁸

A complementariedade é mais complexa de se analisar. Numa perspectiva mais objetiva, pensando em homens e mulheres, se coloca como a prática equitativa e igualitária entre ambos, tanto nos espaços públicos e privados. Contudo, por trás dessa equidade podem estar diversas opressões. Ainda que se saiba que não existe o público sem o privado ou o contrário, houve a definição de que uma dessas dualidades é a principal, e a outra, complementar. “La mujer y el hombre no son mitades de un todo, sino el hombre es casi el todo y a la mujer se la considera como una mínima parte que contribuye al todo”⁹. Assim, a mulher somente complementa o homem, principal.

Não se deve cair no essencialismo da descolonização, esquecendo que, antes do período da invasão europeia, existia um patriarcado que também criou relações opressoras às mulheres¹⁰, e que somente o processo de descolonização não é suficiente para a alteração do patriarcado indígena que se alimentou desse processo colonizador patriarcal, racista e heterossexista. Exatamente por sua característica voltada à complementariedade, a ideia do *chachawarmi* foi questionada durante o processo constituinte, tanto pelos grupos de mulheres vinculadas às ONG’S, como também por feministas indígenas: o machismo nas comunidades impedia a complementariedade no sentido original do *chachawarmi* e o papel das mulheres era reduzido a concordar com os homens no debate público.

Na contradição trazida pelo *chachawarmi*, propõe-se a despatriarcalização no processo de descolonização. “Esta propuesta nos permite ubicar la lucha feminista en esta parte del mundo como parte de la lucha de descolonización y al mismo tiempo poner en cuestión los presupuestos de la descolonización a partir de la propuesta de despatriarcalización”¹¹. Não há descolonização sem despatriarcalização, nem despatriarcalização sem descolonização.

Gênero vem antes da condição étnica-racial? Ou a condição étnica-racial vem antes do gênero? Com essa dúvida, as mulheres indígenas do campo popular, assumiram a

8 VILLA, Lourdes Saavedra. “Chacha Warmi”: dualidade y complementariedade - El concepto de “Chacha Warmi” en las prácticas cotidianas de la pareja, en las comunidades de Chhawkha y Wichhuqullu, del pueblo de Orinoca, Oruro – Bolivia. Tesis (magister). Cochabamba: Universidad Mayor de San Simón – Facultad de Humanidades y Ciencias de la Educación, 157p, 2011, p. 60.

9 VILLA, Lourdes Saavedra. “Chacha Warmi”..., p. 64.

10 GALINDO, María. La revolución feminista se llama Despatriarcalización. In: CURIEL, Ochy; GALINDO, María. Descolonización y despatriarcalización de y desde los feminismos de Abya Yala – Série Feminista Siempre. España: Agencia Catalana de Cooperación al Desenvolupament, 2015, p. 40.

11 GALINDO, María. La revolución feminista..., p. 40.

descolonização, marcando um posicionamento a partir da raça. “Sólo Comunidad Mujeres Creando Comunidad sostiene la necesaria interseccionalidad entre la despatriarcalización y la descolonización¹²”.

Ao Feminismo Comunitário Boliviano não era nem a igualdade do feminismo branco burguês das ONG’S, nem a diferença proposta pelo *chachawarmi*, mas a construção de comunidades como alternativas ao individualismo. Todavia, ainda que as mulheres indígenas não se opusessem ao *Mujeres Creando Comunidad*, o grupo não foi maioria dentro da assembleia constituinte, tampouco seria maioria na organização das políticas públicas. As mulheres da base de Evo Morales entenderam que o *chachawarmi*, enquanto princípio, deveria fazer parte do Estado como estratégia para garantir a paridade e alternância dentro dos espaços de poder que se estavam construindo¹³. Essa questão só chegaria num consenso a partir de 2011, com o Plano de Despatriarcalização do Estado assumido pelo Governo Evo Morales. Todavia, é preciso destacar “apesar das desavenças entre as organizações de mulheres indígenas, não há uma diferença tão profunda que as proibam de trabalhar juntas¹⁴”.

CONQUISTAS JURÍDICAS DOS MOVIMENTOS DE MULHERES NA CONSTITUIÇÃO PLURINACIONAL

As organizações de mulheres obtiveram inúmeras conquistas no processo da Constituição Plurinacional. Uma delas foi a linguagem inclusiva. Já no preâmbulo a distinção aparece: “Nosotros, mujeres y hombres, a través de la Asamblea Constituyente y con el poder originario del pueblo, manifestamos nuestro compromiso con la unidad e integridad del país¹⁵”.

Neste sentido, o quadro abaixo apresenta estes direitos conquistados pela luta das mulheres, marcando sua percepção tanto de descolonização quanto de despatriarcalização do Estado. Na perspectiva teórica adotada neste trabalho entende-se que tanto a descolonização quanto a despatriarcalização são interseccionais nas lutas das mulheres bolivianas.

Quadro 01: Direitos das Mulheres na Constituição Plurinacional Boliviana

Direitos	Artigos na Constituição
- Equidade social e de gênero como um dos valores do Estado Plurinacional.	Art. 8, II

12 GIGENA, Andrea Ivanna. Los dilemas de la despatriarcalización en el Estado Plurinacional de Bolivia. Revista Venezolana de Estudios de la Mujer: vol. 19, n. 42, p.111-138, 2014, p.18.

13 GIGENA, Andrea Ivanna. Los dilemas...

14 FERRO, Larissa Cristina de Sousa. O acesso à Justiça para as mulheres indígenas no Estado Plurinacional Boliviano. Dissertação (mestrado). Brasília: Universidade de Brasília – Programa de Pós-Graduação em Estudos Comparados sobre as Américas, 135p, 2019, p. 75.

15 BOLÍVIA, Estado Plurinacional da. Constitución Política del Estado, promulgada em 07.02.2009.

-Adoção das formas de democracia participativa, representativa e comunitária, com a consagração também da equivalência de condições entre homens e mulheres.	Art. 11, I
- Proibição de toda forma de discriminação que prejudique a igualdade entre todas as pessoas, e estão citadas no texto, as baseadas em razão de sexo, cor, idade, orientação sexual, identidade de gênero, origem, cultura, nacionalidade, cidadania, idioma, credo religioso, ideologia, filiação política ou filosófica, estado civil, condição econômica ou social, tipo de ocupação, grau de instrução, deficiência, gravidez e outras.	Art. 14, II
- Particularidade às mulheres, no combate à violência física, sexual e psicológica, em família ou em sociedade e a necessidade de medidas para prevenção e eliminação da violência de gênero e geracional, e também toda ação ou omissão que tenha por objetivo degradar a condição humana, provocar morte, dor, sofrimento físico, sexual ou psicológico, nos espaços públicos ou privados.	Art. 15, II e III
- Educação integral, em todos os níveis de forma gratuita, universal, produtiva, integral e intercultural, sem nenhum tipo de discriminação.	Art. 17
- Igualdade de condições entre homens e mulheres de participar livremente da formação, exercício e controle do poder político, diretamente ou por meio de seus representantes, de maneira individual ou coletiva.	Art. 26, I
- Inclusão da medicina tradicional das nações e povos indígenas no sistema de saúde.	Art. 35, II
- Maternidade segura, com uma visão prática e intercultural, e atendimento especial do Estado no período pré e pós natal.	Art. 45, V
- Incorporação das mulheres ao mundo do trabalho, garantindo a mesma remuneração que os homens, sem discriminação ou demissões por seu estado civil, gravidez, características físicas ou número de filhos e filhas, sendo garantida a imobilidade do trabalho às grávidas e aos progenitores, até que a criança complete um ano de idade.	Art. 48, V e VI
- Garantia da identidade étnica, sociocultural, de gênero e geracional às meninas, meninos e adolescentes da Bolívia.	Art. 58
- Igualdade de direitos e deveres entre meninas, meninos e adolescentes com suas mães e seus pais.	Art. 59
- Igualdade em direitos e deveres no casamento entre homens e mulheres, sendo a união livre entre ambos sendo equiparadas ao matrimônio - desde que não haja impedimentos legais - com a preservação dos direitos pessoais e patrimoniais do casal.	Art. 63, I e II
- Presunção de paternidade ou maternidade de crianças e adolescentes por indicação da mãe ou do pai. Cabe à outra parte a prova em contrário da alegação.	Art. 65
- Exercício de direitos sexuais e reprodutivos às mulheres e homens.	Art. 66
- Promoção da educação vocacional e ensino técnico e humanístico aos homens e mulheres, bem como a incorporação da equidade de gênero como um dos valores presentes na educação e, com acesso, em iguais condições, aos cidadãos e cidadãs da Bolívia.	Arts. 78, IV; 79 e 82
- Acesso à educação em igualdade de condições para meninos e meninas.	Art. 85
- Acesso às atividades desportivas sem distinção de gênero.	Art. 104
- Eleição dos(as) assembleístas com igual participação de homens e mulheres.	Art. 147, I
- Designação de Ministros ou Ministras de Estado respeitando o caráter plurinacional e de equidade de gênero na composição do gabinete presidencial.	Art. 172, 22
- Eleições internas dos e das dirigentes e de candidatos e candidatas dos agrupamentos cidadãos e dos partidos políticos com igual participação de homens e mulheres.	Art. 210, II
- Equidade de gênero como um dos princípios que regem a organização territorial e as entidades territoriais descentralizadas.	Art. 270
- Critérios gerais legais para a eleição de assembleístas departamentais considerando a representação populacional, territorial, de identidade cultural e linguística quando são minorias indígenas originárias campesinas, e paridade e alternância de gênero.	Art. 278, II
- Competência dos governos departamentais autônomos e dos governos municipais, em sua jurisdição, na promoção de projetos e políticas para mulheres.	Arts. 300, 30 e 302, 39
- Reconhecimento do trabalho doméstico como fonte de riqueza, devendo o Estado Boliviano quantificá-lo nas contas públicas.	Art. 338
- Garantia da titularidade, distribuição e redistribuição de terras às mulheres, sem discriminação por estado civil ou união conjugal, bem como políticas que permitam o seu acesso através da titularidade, posse e herança.	Arts. 395, I e 402, 2

Fonte: Elaboração própria a partir da Constituição Plurinacional da Bolívia.

Mesmo diante dessas conquistas e do atendimento de diversas demandas dos movimentos e organizações indígenas, ocorreram algumas omissões, como a falta de um artigo que especificasse a situação das mulheres indígenas¹⁶.

A luta das mulheres conseguiu garantir direitos e, posteriormente, com a Lei do Órgão Eleitoral, a paridade e alternância, que possibilitava a sua presença e participação no processo de descolonização do Estado Boliviano, para que esse processo não só incluísse as mulheres nos poderes do Estado, mas que sua participação possibilitasse processos institucionais e sociais de descolonização e despatriarcalização do Estado.

As mulheres bolivianas continuaram organizadas frente o cenário que se desenhava e, naquele processo, e entendiam que, para além da Constituição Plurinacional era necessária também a articulação política dentro do Estado Plurinacional, com a presença das mulheres nos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário. Sua presença foi fundamental para a elaboração e sanção da Lei 243, de 2012, que combate a violência política contra as mulheres e a Lei 348, de 2013, que visa garantir uma vida livre de violência às mulheres¹⁷.

Cabe destacar ainda que a mobilização das mulheres, suas organizações tanto com pautas feministas quanto em pautas comuns com homens, foram fundamentais durante o processo de golpe vivenciado pela Bolívia entre 2019 e 2020, e esta organização se refletiu no cenário eleitoral, conforme se apresentará no próximo tópico. Para as mulheres, era necessário ocupar as funções do Estado Plurinacional.

PRESENÇA DAS MULHERES NO ESTADO PLURINACIONAL: DESCOLONIZAÇÃO, DESPATRIARCALIZAÇÃO OU INCLUSÃO LIBERAL?

Os índices de inclusão das mulheres nos espaços de poder e decisão foram os mais significativos na Bolívia dentro de uma perspectiva de equidade de gênero.

A partir dos indicadores quantitativos apresentados pelo Instituto Nacional de Estatística da Bolívia (INE)¹⁸, do Órgão Eleitoral Plurinacional¹⁹ (OEP), e com informações do Ministério

16 FERRO, Larissa Cristina de Sousa. O acesso à Justiça...

17 FERRO, Larissa Cristina de Sousa. O acesso à Justiça...

18 INE – Instituto Nacional de Estadística. Censos de población y vivienda. 2012. Disponível em <https://www.ine.gob.bo/index.php/estadisticas-sociales/vivienda-y-servicios-basicos/censos-vivienda/> Acesso em 28.08.2020.

19 OEP – ÓRGANO ELECTORAL PLURINACIONAL. Publicación de resultados – Elecciones Generales 2020. La Paz: TSE Bolívia, 2020.

do Governo²⁰, é possível perceber que a luta das mulheres neste processo possibilitou uma alteração quantitativa na presença das mulheres nos três principais órgãos em que o Estado Plurinacional se organiza e estrutura seu poder.

Cabe destacar, entre as conquistas legislativas após a promulgação da Constituição Plurinacional, a Lei nº 18 de 16 de junho de 2010²¹, que regulamenta o Órgão Eleitoral Plurinacional, constituindo entre seus princípios a Plurinacionalidade, a Interculturalidade, a Complementariedade e a Equivalência, que promove a equidade de gênero e igualdade de oportunidades entre mulheres e homens (art. 4 – 1,2,4 e 6), bem como a aplicação obrigatória e alternância na eleição e designação de todas as autoridades, desde as eleições internas dos partidos e organizações, sendo esta conquista fruto do debate do resgate do *chachawarmi*, visando a alternância e a paridade entre homens e mulheres, sendo o princípio da complementariedade parte deste processo.

PODER LEGISLATIVO

Dentre os Poderes Institucionais, o que mais avançou na presença de mulheres foi o Legislativo. Em âmbito plurinacional, a Assembleia Legislativa Plurinacional é composta pela Câmara de Senadores (as) e Câmara de Deputados (as). Conforme a Constituição, é a única com o poder de aprovar e sancionar leis válidas em todo o território boliviano (art. 145).

A Câmara de Senadores é composta por trinta e seis membros, em que cada Departamento elege quatro senadores(as), respeitando os critérios da proporcionalidade e paridade de modo que, para cada eleito (a), seu suplente seja do sexo oposto. Com base nesses critérios foi possível a eleição paritária, considerando titulares e suplentes.

Quadro 02: Cargos de Senadoras (es) por ano de eleição, titularidade e sexo

Eleição (ano)	Titulares (%)	Mulheres (%)	Homens (%)	Suplentes	Mulheres (%)	Homens (%)
1993	27 (100)	01 (3,7)	26 (96,3)	27 (100)	01 (3,7)	26 (96,3)
1997	27 (100)	01 (3,7)	26 (96,3)	27 (100)	07 (25,9)	20 (74,1)
2002	27 (100)	04 (14,8)	23 (85,2)	27 (100)	09 (33,3)	18 (66,7)
2005	27 (100)	01 (3,7)	26 (96,3)	27 (100)	10 (37,0)	17 (63,0)
2009	36 (100)	16 (44,4)	20 (55,6)	36 (100)	20 (55,6)	16 (44,4)

20 MINISTÉRIO DE GOBIERNO ESTADO PLURINACIONAL DE BOLIVIA. Gabinete Ministerial. Disponível em <http://www.mingobierno.gob.bo/index.php?r=page/detail&id=37> Acesso em 20.12.2020.

21 BOLÍVIA, Estado Plurinacional da. Lei nº 18, sancionada em 16.06.2010.

2014	36 (100)	16 (44,4)	20 (55,6)	36 (100)	20 (55,6)	16 (44,4)
2016	36 (100)	16 (44,4)	20 (55,6)	36 (100)	20 (55,6)	16 (44,4)
2020	36 (100)	20 (55,6)	16 (44,4)	36 (100)	16 (44,4)	20 (55,6)

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do INE e do OEP.

Ainda, nas eleições de 2014, cumpre ressaltar que entre os cargos titulares, os únicos departamentos que não alcançaram a paridade no Senado foram Cochabamba e Potosí, elegendo três homens e uma mulher. Todavia, no geral, considerando titularidade e suplência, houve o pleno cumprimento da paridade. Em 2020, pela primeira vez, mulheres se tornaram maioria no Senado.

A Câmara de Deputados (as), com cento e trinta assentos, também determinou a paridade, conforme disposição da Lei 18/2010, e a igual participação de homens e mulheres, conforme o art. 147 da Constituição:

Quadro 03: Cargos de Deputadas (os) por ano de eleição, titularidade e sexo

Eleição (ano)	Titulares (%)	Mulheres (%)	Homens (%)	Suplentes	Mulheres (%)	Homens (%)
1993	130 (100)	11 (8,5)	119 (91,5)	130 (100)	16 (12,3)	114 (87,7)
1997	130 (100)	20 (15,4)	110 (84,6)	130 (100)	33 (25,4)	97 (74,6)
2002	130 (100)	22(16,9)	108 (83,1)	130 (100)	28 (21,5)	102 (78,5)
2005	130 (100)	22(16,9)	108 (83,1)	130 (100)	40 (30,8)	90 (69,2)
2009	130 (100)	29 (22,3)	101 (77,7)	129 (100)	94 (72,9)	35 (72,9)
2014	130 (100)	64 (49,2)	66 (50,8)	130 (100)	66 (50,8)	64 (50,8)
2016	130 (100)	64 (49,2)	66 (50,8)	130 (100)	66 (50,8)	64 (50,8)
2020	130 (100)	61 (47)	69 (53)	130 (100)	69 (53)	61 (47)

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do INE e do OEP.

Em 2020, o número de deputadas caiu, todavia, ainda assim, as mulheres quase garantiram a paridade. A alternância também foi mantida, ainda em 2020.

Nos departamentos, a presença de mulheres também aumentou.

Quadro 04: Cargos Gerais de Assembleístas Departamentais por ano de eleição, titularidade e sexo

Eleição –	Titulares	Mulheres	Homens	Suplente	Mulheres	Homens
-----------	-----------	----------	--------	----------	----------	--------

ano	(%)	(%)	(%)	s	(%)	(%)
2010	243 (100)	67 (27,6)	176 (72,4)	243 (100)	176 (72,4)	67 (27,6)
2015	241 (100)	110 (45,64)	131 (54,36)	241 (100)	131 (54,36)	110 (45,64)

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do INE²².

Porém, ocorreram nos Legislativos Municipais as melhoras mais significativas. A partir de 2010, já com o Estado Plurinacional, que ocorreram as principais mudanças:

Quadro 05: Conselheiras e Conselheiros Eleitos nos municípios para o Legislativo por sexo:			
Eleição o (ano)	Número total de cargos de Conselheiros e Conselheiras em disputa - (%)	Mulheres (%)	Homens (%)
2010	1830 (100)	780 (42,6)	1050 (57,4)
2015	1972(100)	1007 (51,1)	965 (48,9)

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do INE.

Nas eleições de 2015, houve uma alteração neste quadro: na disputa pelos mil novecentos e setenta e dois cargos de conselheiras e conselheiros municipais, mil e sete foram ocupados por mulheres, o que corresponde a 51,1% dos cargos de conselheiras municipais.

No geral, as suplências possibilitaram a paridade exigida pela Lei 18/2010, o que é, efetivamente, um ganho jurídico, mas não político. A paridade é garantida porque mulheres ocupam a maior parte das suplências. Contudo, o poder de decisão está efetivamente nas mãos dos homens que ocupam cargos titulares.

Ainda que esse regime de alternância possa ser visto como uma prática do *chachawarmi*, analisar por esse prisma, considerando a existência de um patriarcado ancestral, é ignorar a realidade de silenciamento político das mulheres, especialmente as indígenas. O *chachawarmi* pode ser tanto uma forma de inclusão das mulheres com poder de decisão efetivo nesses espaços, como também a manutenção da ideia de participação secundária, complementar ou meramente para concordar com as decisões masculinas. “Todavia reconhecer ambiguidades no uso do *chachawarmi* não significa desprovê-lo das suas potencialidades para a descolonização e despatriarcalização”²³. Possivelmente, um dos grandes desafios às lutas das mulheres na

22 Conforme a Resolução 334 de 10 de novembro de 2020, do Tribunal Supremo Eleitoral, as eleições para as funções Legislativas e Executivas nos nove departamentos e nos municípios ocorrerão em 07 de março de 2021. Por isso, os dados referentes às funções departamentais e municipais não estão atualizados.

23 MARQUES, Ananda Winter. Os caminhos para..., p. 128.

Bolívia é diminuir o número de suplências e criar mecanismos mais efetivos para que a alternância se dê também na titularidade.

PODER EXECUTIVO

Enquanto o Legislativo foi o órgão plurinacional que mais apresentou avanços na inclusão de mulheres, o Executivo, ao contrário, não obteve os mesmos êxitos. Dois homens foram eleitos presidentes: Evo Morales (2009²⁴, 2014 e 2019²⁵) e Luis Alberto Arce Catacora (2020) e outros dois homens foram eleitos vice-presidentes: Álvaro García Linera (2009, 2014 e 2019) e David Choquehuanca Céspedes (2020), todos filiados ao Movimento Ao Socialismo - MAS.

Em novembro de 2019, após a renúncia de Evo Morales em novembro, a senadora Jeanine Áñez se auto proclamou presidenta, sendo homologada pelo Tribunal Supremo Eleitoral, assumindo o cargo máximo do Executivo no Estado Plurinacional. Em janeiro de 2020, Leonilda Zurita, dirigente da Confederação Nacional de Mulheres Campesinas Bartolina Sisa – organização base do Governo Evo Morales e integrante do *Movimiento Mujeres Presentes en la Historia* – afirmou que, para As Bartolinas, Morales continuava sendo presidente²⁶. Considerando a situação enfrentada na Bolívia, em que as organizações e movimentos vinculados ao Governo Evo Morales denunciavam um golpe de Estado, não é possível afirmar que há um reconhecimento da função de Áñez. Formalmente Áñez foi reconhecida presidenta, mas o exercício da sua função não se deu na legitimidade do voto popular, e não é possível afirmar que houve apoio massivo das organizações e movimentos de mulheres.

Saindo das funções do Executivo Central e analisando os nove departamentos, nas eleições departamentais em 2010 e 2015, nenhuma mulher foi eleita para a função de governadora. Quando se trata das funções de chefia dos Executivos Municipais as mulheres estão incluídas, mas com uma presença tímida, quase insignificante. Conforme dados do Instituto Nacional de Estatística, dos trezentos e trinta e seis cargos de Executivo Municipal

24 A eleição de 2005 foi realizada antes da mudança constitucional na Bolívia que a colocou como Estado Plurinacional.

25 A eleição de 2019 foi cancelada por suspeitas de fraude, o que não se confirmou.

26 DIGITAL, Los Tiempos. Bartolinas: Áñez tiene que dejar el mandato el 22 de enero. Publicado el 10.01.2020. Disponível em <https://www.lostiempos.com/actualidad/pais/20200110/bartolinas-anez-tiene-que-dejar-mandato-22-enero> Acesso em 15.12.2020.

disputados nas eleições de 2010, somente vinte e dois foram ocupados por mulheres (o equivalente a 6,55% das vagas)²⁷. Nas eleições de 2015, foram disputados trezentos e trinta e nove cargos de prefeitos municipais, e somente vinte e oito mulheres foram eleitas, perfazendo 8,26% dos cargos.

Dentro dos cargos do Poder Executivo, a presença das mulheres não é medida somente nos cargos eletivos, mas também na liderança dos Ministérios, conforme dispõe o levantamento a seguir:

Quadro 06: Cargos em Gabinetes Ministeriais por período e sexo (1993-2016)

Período	Número de cargos	Cargos de Mulheres	Cargos de Homens	Mulheres (%)	Homens (%)
1993-1997	10	00	10	00	100,0
1997-2001	16	01	15	6,3	93,8
2002	18	02	16	11,1	88,9
2003	15	01	14	6,7	93,3
2003-2005	16	04	12	25,0	75,0
2006-2009	20	04	16	20,0	80,0
2010	20	10	10	50,0	50,0
2011	20	08	12	40,0	60,0
2012	20	07	13	35,0	65,0
2013	20	10	10	50,0	50,0
2014	21	07	14	33,3	66,7
2015	21	06	15	28,6	71,4
2016	20	04	16	20,0	80,0
2020 ²⁸	16	03	13	19,0	81,0

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do INE e do Ministério de Governo.

Somente nos anos de 2010 e 2013 houve paridade na distribuição desses cargos. Em 2016, no último ano tabelado, a porcentagem de mulheres no Executivo era inferior aos últimos anos de governos neoliberais (2003-2005).

O processo de inclusão, com alternância e paridade não aconteceu no Executivo da mesma forma que no Legislativo, o que reflete muito a dificuldade das mulheres em assumir os principais cargos de disputa nos partidos políticos. Nas dificuldades de acesso às mulheres ao

27 INE – Instituto Nacional de Estadística. Censos de población y vivienda. 2012. Disponível em <https://www.ine.gob.bo/index.php/estadisticas-sociales/vivienda-y-servicios-basicos/censos-vivienda/> Acesso em 28.08.2020.

28 Estes dados foram elaborados são após a posse de Luís Arce. Durante o mandato de Áñez alguns Ministérios foram desativados e nesse momento o presidente encontra-se organizando a equipe. Todavia, conforme informações do Ministério de Governo em 20.12.2020, estes são os dados quantitativos de Ministros e Ministras.

espaço político institucional, aponta-se a organização e articulação conjunta de grupos ligados ao agronegócio e fundamentalistas religiosos, atuando diretamente sobre os corpos das mulheres e avançando efetivamente sobre suas pautas²⁹.

Dentro de uma disputa eleitoral, mesmo no Estado Plurinacional, há um modelo de disputa liberal, em que prevalece uma lógica meritocrática e de viabilidade eleitoral aos/as eleitores/as, e, sendo o espaço público profundamente masculino, a tendência é que esse masculino seja de maior viabilidade para uma eleição. Todavia, é inequívoco apontar que as mulheres não atuam nestes processos. “Não cabe dizer que essa atuação ocorre a despeito da baixa presença nos espaços formais de representação, mas, sim, que assume formas que têm relação direta com ela, e que produz efeitos concretos³⁰”.

Na Bolívia, houve uma atuação de fora para dentro, tanto da sociedade civil quanto da forte presença de legisladoras dialogando com o Executivo, o que possibilitou avanços na consolidação de direitos conquistados com o marco da Constituição Plurinacional. Entretanto, pensando a descolonização e despatriarcalização do Estado, é necessária a inclusão de mulheres dentro do Executivo para que cada vez mais seja possível o enfrentamento às violências institucionais do Poder Executivo.

PODER JUDICIÁRIO

O número de mulheres que ocupam as principais funções do Poder Judiciário no Estado Plurinacional avançou. Nos cargos eletivos da Magistratura, com eleições em 2011, houve a garantia da paridade (dos cinquenta e seis cargos em disputa, a metade foi ocupada por mulheres), Ainda assim, a maior parte das mulheres estavam nos cargos de suplência. Entre os vinte e oito titulares, dezesseis (57%) eram homens e doze (43%) mulheres (INE, 2020).

É importante destacar que em 2008, antes da Bolívia se tornar um Estado Plurinacional, as mulheres ocupavam 25% dos cargos destinados à Magistratura Superior. Somente com as eleições de 2011 houve uma melhora no seu acesso ao Poder Judiciário. O quadro abaixo demonstra a presença das mulheres como membros efetivos e suplentes em cada um dos tribunais. Como podemos observar, em todos os Tribunais, as mulheres ocupam ao menos um terço das funções, a paridade ainda não é uma realidade:

29 BIROLI, Flávia. *Gênero e Desigualdades – limites da democracia no BRASIL*. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2018.

30 BIROLI, Flávia. *Gênero e Desigualdades...*, p. 175.

Quadro 07: Cargos Eletivos da Magistratura Boliviana por Tribunal e Sexo

Condição, Tribunal e Titularidade nos Cargos Eletivos dos Tribunais Bolivianos	Cargos Totais	Mulheres	Homens	Mulheres (%)	Homens (%)
<i>Membros Efetivos (Geral)</i>	28	12	16	43	57
Tribunal Supremo de Justiça	09	03	06	33	67
Tribunal Agroambiental	07	03	04	43	57
Tribunal Constitucional Plurinacional	07	04	03	57	43
Conselho da Magistratura	05	02	03	40	60
<i>Membros Suplentes (Geral)</i>	28	16	12	57	43
Tribunal Supremo de Justiça	09	06	03	67	33
Tribunal Agroambiental	07	04	03	57	43
Tribunal Constitucional Plurinacional	07	03	04	43	57
Conselho da Magistratura	05	03	02	60	40

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do INE.

Ainda que o Estado Plurinacional tenha avançado no processo de descolonização a partir da eleição para as principais funções do Judiciário, ainda há marcas coloniais no tecnicismo exigido para exercer estas funções, o que dificulta ainda mais o acesso das mulheres. Para que mais mulheres possam ocupar estas e outras funções técnicas vinculadas também ao Executivo é necessário promover um acesso ainda mais amplo à educação, que atenda estas demandas e capacite mulheres para estas funções.

CONSIDERAÇÕES (IN)CONCLUSIVAS

Neste trabalho destacou-se a construção e participação política das mulheres na Bolívia, tanto no âmbito da organização social, articulando interna e externamente para a construção de direitos, quanto na efetivação e promoção destes direitos nos cargos institucionais.

Na primeira parte, apresentou-se o trabalho realizado por organizações e movimentos de mulheres para a construção de uma pauta comum que pudesse ser contemplada na Assembleia Constituinte que consolidaria o Estado Plurinacional, a partir da organização da sociedade civil com um projeto de descolonização que, a partir da argumentação dos movimentos, se faz impossível se não ocorrer a despatriarcalização, tendo como resultado jurídico o reconhecimento de direitos na Constituição de 2009. Na segunda parte, examinou-se como as mulheres estão ocupando os cargos eletivos para a efetivação destes direitos,

verificando se as mesmas possibilitam o avanço da descolonização e despatriarcalização do Estado pela via da inclusão.

Entende-se que a categoria “mulher” não representa a diversidade de mulheres na Bolívia que são indígenas, cocaleiras, mineiras, brancas, negras, artistas, lésbicas, trans, jovens, idosas. São muitas as especificidades que somente esta categoria articulada não consegue contemplar. Todavia, visando a análise dos indicadores apresentados (que não apresentam especificidades da interseccionalidade) e considerando também que “gênero”, com toda a complexidade e divergência na construção do conceito, ainda é fator de unidade entre todas essas diferenças que envolvem a construção de pautas descolonizadoras e despatriarcalizadoras, é possível afirmar: não há descolonização sem despatriarcalização, nem despatriarcalização sem descolonização.

De alguma forma, em todos os principais órgãos institucionais houve a inclusão de mulheres: inclusão significativa no Legislativo (com paridade ou próximo disso), melhorias no acesso ao Judiciário e inclusão tímida no Executivo. Além desta inclusão dentro do Estado, é importante ressaltar o processo de mobilização constante e articulação, a partir do gênero, que possibilitou a resistência frente um período de instabilidade democrática que, pela primeira vez, elegeu um senado majoritariamente feminino em 2020.

Exatamente por conseguirem se reinventar, entre as experiências de violências internas e a invisibilidade das estruturas coloniais/patriarcais, não se pode menosprezar esses dados quantitativos que foram fruto da luta dos diversos movimentos de mulheres na Bolívia, inclusive os indígenas. Analisar numa perspectiva teórica revela que a paridade e a alternância não conseguiram alterar as estruturas coloniais e patriarcais do Estado porque descolonizar e despatriarcalizar são mais que a mera inclusão, porém, dentro dos “procesos de cambio”, é necessário entender a inclusão como uma das partes que forma o todo dos passos necessários tanto à descolonização quanto despatriarcalização. As perspectivas de descolonização provocam a deixar somente a análise teórica e assumir práxis, caso contrário não há sentido. A ocupação de funções dentro do Estado Plurinacional não é somente inclusão, mas a possibilidade de novas práticas no espaço político, em que o patriarcado, o classismo, o machismo e a heteronormatividade não prevaleçam.

O trabalho das mulheres, especialmente das que estão nos movimentos indígenas, cocaleiros e mineiros, é de se apropriar das pautas da descolonização para a despatriarcalização, bem como apresentar que a despatriarcalização é inerente ao próprio processo de descolonização, tanto nas instituições estatais, quanto na sociedade. Ocupar os Poderes do Estado, ainda que com todas as suas limitações de instituição colonizada e patriarcal, permite

abrir caminhos para o diálogo, e a partir daí, promover a descolonização e despatriarcalização, tanto de fora pra dentro, quanto de dentro para fora.

REFERÊNCIAS

AYLIN, Rocio Guerrero; MORENO, María Sol Romnán. Chacha-Warmi” y Género: Términos en Disputa. In: *Jornada de Investigación Docencia Extensión y Ejercicio Profesional Disputas por el Estado, la democracia y las políticas públicas. Concentración de la riqueza y poder popular*. p. 01-08. 2019. GN 11: Organizaciones sociales, participación y género, 2019.

BIROLI, Flávia. *Gênero e Desigualdades – limites da democracia no Brasil*. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2018.

BOLÍVIA, Estado Plurinacional da. *Constitucion Política del Estado*, promulgada em 07.02.2009.

_____. *Lei nº 18*, sancionada em 16.06.2010.

CURIEL, Ochy. La descolonización desde una propuesta feminista crítica In: CURIEL, Ochy; GALINDO, María. *Descolonización y despatriarcalización de y desde los feminismos de Abya Yala – Série Feminista Siempre*. España: Agencia Catalana de Cooperación al Desenvolupament, 2015.

CUSICANQUI, Silvia Rivera. *Ch'ixinakax utxiwa: uma reflexão sobre práticas y discursos descolonizadores*. 1 ed. Buenos Aires: Tinta Limón, 2010.

DIGITAL, Los Tiempos. *Bartolinas: Añez tiene que dejar el mandato el 22 de enero*. Publicado el 10.01.2020. Disponível em <https://www.lostiempos.com/actualidad/pais/20200110/bartolinas-anez-tiene-que-dejar-mandato-22-enero> Acesso em 15.12.2020.

FERRO, Larissa Cristina de Sousa. *O acesso à Justiça para as mulheres indígenas no Estado Plurinacional Boliviano*. Dissertação (mestrado). Brasília: Universidade de Brasília – Programa de Pós-Graduação em Estudos Comparados sobre as Américas, 135p, 2019.

GALINDO, María. La revolución feminista se llama Despatriarcalización. In: CURIEL, Ochy; GALINDO, María. *Descolonización y despatriarcalización de y desde los feminismos de Abya Yala – Série Feminista Siempre*. España: Agencia Catalana de Cooperación al Desenvolupament, 2015.

GIGENA, Andrea Ivanna. Los dilemas de la despatriarcalización en el Estado Plurinacional de Bolivia. *Revista Venezolana de Estudios de la Mujer*: vol. 19, n. 42, p.111-138, 2014.

INE – Instituto Nacional de Estadística. *Censos de población y vivienda*. 2012. Disponível em <https://www.ine.gob.bo/index.php/estadisticas-sociales/vivienda-y-servicios-basicos/censos-vivienda/> Acesso em 28.08.2020.

MARQUES, Ananda Winter. *Os caminhos para a paridade à paridade como caminho: inclusão democrática, chachawarmi e despatriarcalização do Estado Plurinacional Boliviano*. Dissertação (mestrado). Brasília: Universidade de Brasília, Faculdade de Ciência Política, 138p., 2019.

MINISTÉRIO DE GOBIERNO ESTADO PLURINACIONAL DE BOLIVIA. *Gabinete Ministerial*. Disponível em <http://www.mingobierno.gob.bo/index.php?r=page/detail&id=37> Acesso em 20.12.2020.

OEP – ÓRGANO ELECTORAL PLURINACIONAL. *Publicación de resultados – Elecciones Generales 2020*. La Paz: TSE Bolivia, 2020.

TSE – TRIBUNAL SUPREMO ELECTORAL. *Resolución 0334 de 10.11.2020*. Disponível em <http://chuquisaca.oep.org.bo/procesos-electorales-y-consultas/democracia-representativa/elecciones-subnacionales-2021/> Acesso em 17.12.2020.

VILLA, Lourdes Saavedra. “*Chacha Warmi*”: *dualidade y complementariedade - El concepto de “Chacha Warmi” en las prácticas cotidianas de la pareja, en las comunidades de Chhawkha y Wichhuqullu, del pueblo de Orinoca, Oruro – Bolivia*. Tesis (magister). Cochabamba: Universidad Mayor de San Simón – Facultad de Humanidades y Ciencias de la Educación, 157p, 2011.

WALSH, Catherine. *Interculturalidad, Estado, Sociedad: Luchas (de) coloniales de nuestra época*. Quito: Universidad Andina Simón Bolívar/Ediciones Abya-Yala, 2009.

CANDIDATURAS DE MULHERES ÀS PREFEITURAS E O CASO DE PONTA GROSSA EM 2020

Fernanda Cavassana¹

Emanuelle Nunes Salatini²

INTRODUÇÃO

Para além da pandemia de Covid-19, o ano de 2020 foi marcado politicamente pela realização das eleições municipais no Brasil. Há de se ressaltar que a cada quatro anos, em todo o país, tem-se uma articulação importante das instituições, grupos, forças sociais e políticas para decidir pela manutenção ou renovação dos poderes locais. Em 2020, além de mudanças específicas na organização do evento por conta da pandemia, novas regras passaram a valer para as disputas municipais, dadas as últimas minirreformas aprovadas em anos anteriores pelo Congresso Nacional. Em relação a isso, as campanhas proporcionais não se estruturam mais por coligações e os partidos tiveram que aplicar diretamente em sua listagem à vereança a regra dos 30% para cada sexo. Novas regras de financiamento também passaram a valer, com a estipulação de tetos de gastos, regras para divisão de fundos públicos, inclusive por gênero.

Embora ainda não resultem no fim da sub-representação feminina – histórica no Brasil – tais iniciativas visam incentivar e aumentar a participação das mulheres na política institucional e representam conquistas feministas da jovem democracia brasileira. Diante desse contexto, este capítulo aborda o volume de participação de mulheres às disputas pelo Poder Executivo em seus municípios nas eleições de 2020. De forma mais qualitativa, realiza-se um estudo do único caso em que houve formação do segundo turno por duas candidatas em 2020: Ponta Grossa, município do interior do Paraná, com atuais 239.611 eleitores aptos a votarem.

1 Pesquisadora de pós-doutorado (bolsa CAPES/Brasil) no Instituto de Estudos Sociais e Políticos (IESP-UERJ), onde integra o Laboratório de Estudos de Mídia e Esfera Pública (Lemep). Doutora em Ciência Política (UFPR). Pesquisadora associada do grupo CPOP-UFPR. E-mail: cavassanaf@gmail.com.

2 Aluna do curso de bacharelado em Jornalismo da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG), onde é pesquisadora nas áreas de Jornalismo, Comunicação e Política. E-mail: manuhnunes@gmail.com.

A análise empírica, de forma exploratória, é realizada por meio de abordagens qualitativas. Primeira e quantitativamente, são expostos dados das candidaturas às prefeituras nas eleições de 2020, ressaltando a comparação pelas variáveis sexo, região e estado a partir do banco de dados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Após, analisa-se qualitativamente as campanhas das duas principais candidaturas à Prefeitura Municipal de Ponta Grossa. As candidatas Mabel Canto (PSC) e Elizabeth Schmidt (PSD) decidiram a eleição no segundo turno, derrotando, antes, outros três candidatos homens. Para isso, observa-se principalmente os perfis oficiais das duas candidatas na plataforma Instagram – rede social digital que agrega conteúdos visuais e audiovisuais, amplamente utilizados pelas duas campanhas. Destaca-se que não é objetivo do capítulo realizar uma análise explicativa do caso escolhido, mas utilizá-lo como exemplo na discussão sobre candidaturas de mulheres no contexto das eleições majoritárias de 2020.

Justifica-se a escolha da eleição de Ponta Grossa como caso a ser detalhado por ser o único município do país em que o 2º turno foi disputado por duas mulheres em 2020. Também, por ser a primeira disputa, nessa cidade, em que houve uma candidatura feminina para prefeitura. Já a escolha de observar a campanha de ambas em uma plataforma digital se justifica pelo ineditismo da regulamentação do uso de impulsionamento de publicações na Internet no pleito municipal. Além disso, as duas candidaturas exploraram, em toda a campanha, tais redes. O Instagram, ainda, é uma rede que além de posts nativos da plataforma, peças visuais especificamente elaboradas para ela, também agrega vídeos das campanhas, inclusive aqueles veiculados no horário eleitoral na televisão.

O capítulo se estrutura em outras quatro seções. A primeira aborda teoricamente a relevância da participação das mulheres na política e questões pontuais acerca de campanhas – e consequentemente da comunicação política – executadas por elas. Depois, tem-se breve análise quantitativa expondo alguns dados a partir da base do TSE. Após, aborda-se o caso de Ponta Grossa, apresentando as duas candidatas que decidiram a eleição no segundo turno e uma análise qualitativa das campanhas a partir de posts no Instagram das duas candidatas. Por fim, têm-se as considerações finais.

MULHERES NA POLÍTICA

A política ainda é concebida como um âmbito masculino. No país, a história e a cultura brasileira garantiram às mulheres papéis marginalizados nas esferas pública e política. A

compreensão socialmente compartilhada, ao longo de muito tempo, que a atuação das mulheres se vincula e se limita à esfera privada, ao lar, à família, sempre foi um obstáculo à conquista de espaços por essa parcela da população com importantes consequências, entre os quais está a sub-representação feminina na política. Temos, pois, um machismo estruturado culturalmente, que perpassa e sustenta relações nos mais diversos âmbitos, mais e menos institucionais. É de encontro a ele que o debate e a luta pela ampliação do papel político e social das mulheres devem ganhar relevância e constante evidência no debate público.

No Brasil, as mulheres foram inclusas no escopo do eleitorado há menos de um século. Somente em 1934, a Constituição passou a garanti-lo nacionalmente, após ser inserido no Código Eleitoral de 1932, e, ainda assim, limitava essa participação às mulheres que exercessem funções públicas remuneradas, o que só foi alterado na década de 1960. Tudo isso só foi alcançado após luta de mulheres que reivindicavam seus direitos civis e políticos³. Por exemplo, com a formação do Partido Republicano Feminino, fundado em 1910, e a Liga da Emancipação da Mulher, criada em 1919, além do protagonismo de lideranças sufragistas como Leolinda de Figueiredo Daltro e Bertha Lutz. É sempre importante destacar a vanguarda da luta feminista no Rio Grande do Norte⁴, primeiro estado a garantir o direito da participação política – ao voto, às candidaturas e à eleição – a todos e a todas as cidadãs, sem distinção por sexo, em sua lei eleitoral em 1927. Também foi o primeiro estado a eleger uma mulher prefeita na América Latina.

Especificamente sobre o Poder Executivo, só tivemos uma presidenta na história do país e poucas são as governadoras a cada eleição brasileira. Na própria composição das administrações, de âmbitos locais ao federal, há poucas mulheres em cargos importantes como Ministérios e Secretarias. Não é diferente nas disputas municipais, em que poucas são as candidatas e prefeitas eleitas. O desempenho do Brasil na promoção da participação política feminina é bastante precário. Também é consequência da dicotomia entre os espaços público e privado e constante e significativo entendimento histórico de que o papel da mulher é limitado socialmente ao âmbito privado, enquanto ao homem cabem os papéis na esfera pública. O destaque é da mais recente Constituição, de 1988, que alargou os direitos civis, além de

3 KARAWEJCZYK, Mônica. O feminismo em boa marcha no BRASIL. Estudos Feministas, Florianópolis, v. 2, n. 26, 2018.

4 ROCHA, Paula Melani; BOROSKI, Marcia; DE CARVALHO, Fernanda Cavassana. Os problemas da presidência pela perspectiva de gênero: o segundo mandato de Dilma Rousseff na cobertura negativa das revistas brasileiras. Revista Comunicação Midiática, v. 12, n. 1, p. 83-99, 2017.

fortalecê-los e garanti-los constitucionalmente, impactando também, na garantia da cidadania das mulheres no país⁵.

O que é importante ressaltar é que os avanços, por menores que sejam, ainda são resultados de movimentos e lutas pela maior participação política das mulheres. A adoção das cotas nas eleições, por exemplo, é diretamente associada à campanha “Mulheres sem Medo do Poder”, promovida pela bancada feminina do Congresso Nacional⁶. Bem como os ajustes mais recentes – como por exemplo a garantia de distribuição de parte do Fundo Eleitoral a campanhas femininas – decorrem de avaliações empíricas dos incentivos à participação a partir dos resultados das urnas e das prestações de contas das campanhas. Assim, é de se esperar que a cada novo pleito e novas discussões sobre reformas eleitorais, haja espaço no debate público para ampliação de incentivos que garantam, na prática, os direitos e a maior participação das mulheres na política.

Embora no âmbito jurídico assegure-se a plena igualdade entre os gêneros no exercício dos direitos políticos⁷, cabe ressaltar ainda que as mulheres que participam da disputa política enfrentam mais obstáculos em campanha. Considera-se, aqui, que as campanhas importam principalmente do ponto de vista da comunicação, uma vez que é por meio delas que candidatos e candidatas buscam conquistar o apoio, e o voto, do eleitorado. Institucionalmente, o primeiro aspecto de barreira às campanhas de mulheres a se destacar é a divisão dos recursos – não restritos a dinheiro, mas considerando este o principal – que não se dá de modo igualitário entre as candidaturas femininas e masculinas. Outros recursos partidários como o Horário Gratuito de Propaganda Eleitoral também não são distribuídos de forma equânime, especialmente nas disputas proporcionais em que são poucas as candidatas que aparecem ou têm direito à fala nesse espaço⁸. Destaca-se que embora haja o aumento no número de candidaturas femininas nas eleições, isso está distante de se traduzir em sucesso eleitoral.

Os obstáculos seguem fora das instituições. Em relação às manifestações da opinião pública, candidatas mulheres também são mais cobradas e recebem ataques sob viés de gênero que candidatos homens não enfrentam durante a disputa. Lima e Panke, por exemplo,

5 PIOVESAN, Flávia. Direitos Humanos, Cíveis e Políticos: A conquista da cidadania feminina. In: O Progresso das Mulheres no BRASIL. 2018.

6 PIOVESAN, Flávia. Direitos Humanos...

7 PIOVESAN, Flávia. Direitos Humanos...

8 CARVALHO, Fernanda Cavassana de; KNISS, Andressa Buttore; FONTES, Giulia Sbaraini. Representação feminina na propaganda eleitoral partidária no Brasil: as candidatas a deputada federal pelo Paraná na TV. Estudos em Comunicação, Covilhã, v. 1, n. 26, p. 231-246, maio 2018.

identificaram que as críticas direcionadas à Dilma Rousseff, em comentários no Instagram da candidata durante as eleições de 2014, desvinculavam-se de conteúdos políticos e continham termos pejorativos buscando prejudicar a imagem da presidenta⁹. Segundo as pesquisadoras, a maioria dos comentários direcionados à Dilma, em seu próprio perfil, era de cunho machista e sexista. Tais achados vão ao encontro da pesquisa de Massuchin, Mitozo e Carvalho que, ao analisarem a mesma eleição, mas a partir de comentários no Facebook de jornais brasileiros, identificaram comentários mais radicalizados direcionados a Dilma com críticas no tom de ofensas, com apelos pejorativos¹⁰. Cabe destacar que Dilma, desde a primeira eleição em 2010, tornou-se alvo de ataques enquanto mulher¹¹. E isso se seguiu durante seus mandatos até o processo de impeachment que a tirou do poder.

Assim, outro aspecto a se destacar aqui, vincula-se diretamente às novas formas de campanha eleitoral, exploradas principalmente na fase pós-web, com importante espaço das plataformas e redes sociais digitais. Inclusive, a eleição de 2020 foi a primeira municipal em que uso de propaganda on-line – como o impulsionamento de postagens nas redes sociais – esteve regulamentado legalmente. Sobre isso, cabe destacar que diferentes estudos já foram desenvolvidos analisando, especificamente, campanhas de mulheres nessas plataformas. Marques, por exemplo, identifica como Manuela D’ávila, candidata à vice-presidência do Brasil em 2018, explorou estereótipos de gênero como estratégia na sua campanha digital¹². Sobre isso, o artigo¹³ de Panke e Iasulaitis debate como os estereótipos de gênero podem ser explorados estrategicamente por candidaturas femininas. Segundo as autoras, a campanha de Dilma em 2014 – em comparação a outras presidentas eleitas na América Latina no século XXI – foi uma das que mais explorou isso como recurso.

Entre os resultados de Marques, identifica-se que a política feminista Manuela D’ávila – que em 2020 foi uma das poucas a chegar ao 2º turno na disputa pela prefeitura de Porto

9 PANKE, Luciana; LIMA, Alice. Instagram e a desqualificação do feminino nas eleições presidenciais brasileiras em 2014. *Revista Observatório*, v. 3, n. 1, p. 84-104, 2017.

10 MASSUCHIN, Michele Goulart; MITOZO, Isabele Batista; CARVALHO, Fernanda Cavassana de. Eleições e debate político on-line em 2014: os comentários no Facebook do jornal O Estado de S. Paulo. *Revista Brasileira de Ciência Política*, n. 23, p. 295-320, 2017.

11 FRANÇA, Vera; CORRÊA, Laura Guimarães. Dilma Rousseff: transição de imagens no processo de construção de uma mulher presidencial. *Transformações da Midiatização Presidencial: corpos, relatos, negociações, resistências*. São Caetano do Sul, SP: Difusão, 2012.

12 MARQUES, Gabriella dos Santos. Eleições e redes sociais: Uma análise das postagens da candidata Manuela D’Ávila no Facebook. *CSOnline - Revista Eletrônica de Ciências Sociais*, v. 19, n. 31, 2020.

13 PANKE, Luciana; IASULAITIS, Sylvia; Mulheres no poder: aspectos sobre o discurso feminino nas campanhas eleitorais. *Opinião Pública*, v. 22, n. 2, agosto, 2016

Alegre – pautou a representatividade, o mercado de trabalho e a violência ao se dirigir de forma a temáticas que envolvam a mulher em seu Facebook durante a campanha presidencial de 2018. Assim, a comunicação eleitoral – e as possibilidades de sua execução em âmbito digital, inclusive com maior liberdade – é de suma importância para essas candidatas desenvolverem suas estratégias de campanha bem como darem visibilidade a temas, inclusive àqueles da agenda feminista.

Nesse sentido, é possível avaliar mudanças na legislação brasileira como avanços importantes para promoção da participação política institucional de mulheres, embora nem por isso já tenha se garantido a equidade política de gênero. Especificamente sobre a cota de 30% para participação mínima por sexo na corrida eleitoral, lembra-se que a regra é restrita às disputas proporcionais, nas quais cada partido apresenta diversas candidaturas aos cargos do Legislativo. No caso das disputas majoritárias, a disputa também tem menor participação e nível de competição porque resumem-se em poucos candidatos e candidatas concorrendo, inclusive com a promoção de coligações pelas quais diversas agremiações apoiam um mesmo nome para a prefeitura do município.

PANORAMA DAS CANDIDATURAS FEMININAS NAS DISPUTAS ÀS PREFEITURAS EM 2020

Esta primeira etapa da análise é quantitativa e possibilita uma leitura macro da participação de mulheres nas disputas às prefeituras em 2020, principalmente por partido e por região do país. Neste tópico, expõe-se como a eleição no Brasil, especialmente ao Executivo, ainda é majoritariamente um evento masculino, com baixa participação das mulheres em candidaturas na comparação direta aos homens.

Utilizamos os dados disponibilizados pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE) para candidaturas registradas como “aptas”, ao cargo de prefeito(a) e a disputa em 1º turno. Aqui, cabe um adendo de que, casos em que a situação detalhada cancelado com recurso, cassado com recurso, indeferido com recurso, pedido não conhecido e pendente de julgamento também constam no grupo de aptas. Estamos centradas, portanto, à participação na disputa, em 1º turno, e não ao sucesso eleitoral. A primeira informação a se destacar é que, como esperado, a disputa ao Executivo municipal é majoritariamente masculina. Das 18.604 candidaturas aptas às prefeituras brasileiras em 2020, 16.076 eram homens (86%) e 2.528 eram mulheres (14%).

Observamos os dados, agora, sob a perspectiva partidária. O objetivo específico aqui é analisar comparativamente se há partidos que concentraram ou ausentaram significativamente

a participação de mulheres que pleitearam o cargo de prefeita. Para isso, elaborou a Tabela, explorando os percentuais e os resíduos padronizados, medida estatística que permite fazer comparações diretas na tabela de contingência, levando em consideração tanto os demais partidos quanto a outra categoria (masculino) na comparação. A cor verde na tabela indica resíduos com concentração estatisticamente significativa e vermelho ausência significativa da característica para aquele grupo.

Os partidos estão listados em ordem decrescente no número de candidaturas. Com isso, podemos observá-los em três grupos (tercis) daqueles que mais totalizaram candidaturas aos que menos concorreram às prefeituras em 2020. No primeiro tercil, apenas o Partido dos Trabalhadores (PT) destaca-se, comparativamente, no número de candidatas mulheres, com significância estatística (4,27). Em sentido oposto, ainda no primeiro grupo dos partidos, o PSL foi o partido que, comparativamente, menos colocou mulheres à frente das chapas para prefeituras (-2,31).

Tabela 1 – Comparação de candidaturas aptas às prefeituras em 2020 por gênero e partido

Partido	Masculino			Feminino			Total
	n	%partido	RP	n	%partido	RP	
1 MDB	1.625	85,7%	-0,35	272	14,3%	0,89	1.897
2 PSD	1.372	86,1%	-0,15	222	13,9%	0,37	1.594
3 PP	1.264	86,1%	-0,13	204	13,9%	0,32	1.468
4 PSDB	1.120	87,3%	0,34	163	12,7%	-0,86	1.283
5 PT	1.011	81,9%	-1,69	223	18,1%	4,27	1.234
6 DEM	984	87,5%	0,41	140	12,5%	-1,03	1.124
7 PDT	820	88,5%	0,67	107	11,5%	-1,69	927
8 PL	798	85,1%	-0,44	140	14,9%	1,11	938
9 PSB	733	86,4%	0,01	115	13,6%	-0,02	848
10 REPUBLICANOS	701	86,3%	-0,02	111	13,7%	0,06	812
11 PSL	623	89,6%	0,92	72	10,4%	-2,31	695
12 PTB	620	85,6%	-0,22	104	14,4%	0,57	724
13 PODE	511	90,6%	1,07	53	9,4%	-2,70	564
14 PSC	440	87,8%	0,34	61	12,2%	-0,86	501
15 CIDADANIA	433	85,1%	-0,33	76	14,9%	0,82	509
16 SOLIDARIEDADE	420	86,6%	0,04	65	13,4%	-0,11	485
17 PATRIOTA	386	92,1%	1,26	33	7,9%	-3,17	419
18 AVANTE	367	88,0%	0,35	50	12,0%	-0,89	417
19 PRTB	265	90,1%	0,69	29	9,9%	-1,73	294
20 PSOL	264	77,4%	-1,79	77	22,6%	4,50	341
21 PROS	248	84,9%	-0,27	44	15,1%	0,69	292
22 PV	245	87,2%	0,14	36	12,8%	-0,35	281
23 PC do B	214	81,4%	-0,88	49	18,6%	2,22	263
24 PTC	141	94,6%	1,08	8	5,4%	-2,72	149
25 DC	121	92,4%	0,73	10	7,6%	-1,85	131

26 REDE	112	86,8%	0,05	17	13,2%	-0,13	129
27 PMN	106	94,6%	0,94	6	5,4%	-2,36	112
28 PMB	43	75,4%	-0,89	14	24,6%	2,25	57
29 PSTU	29	60,4%	-1,94	19	39,6%	4,89	48
30 NOVO	28	96,6%	0,59	1	3,4%	-1,48	29
31 PCO	15	83,3%	-0,14	3	16,7%	0,35	18
32 UP	11	73,3%	-0,54	4	26,7%	1,37	15
33 PCB	6	100,0%	0,36	0	0,0%	-0,90	6
Total	16.076	86%		2.528	14%		18.604

Fonte: elaboração própria com dados do TSE (2020).

No meio da tabela, observa-se que o Podemos (-2,70) e o Patriota (-3,17) também tiveram significativamente menos candidatas às prefeituras, sendo este último aquele que apresentou maior resíduo negativo para mulheres. Ou seja, diante dos demais partidos e proporcionalmente aos totais, foi a agremiação que menos deu espaço às mulheres na disputa ao Poder Executivo municipal. Em sentido oposto, PSTU (4,89) e PSOL (4,50) foram os partidos que, comparativamente, tiveram mais candidaturas femininas. PMB (2,25) também apresenta resíduo positivo significativo, indicando concentração de candidaturas femininas diante do todo.

A participação das mulheres na corrida pelas prefeituras do país também pode ser observada geograficamente na comparação direta entre os estados. Conforme a Tabela 2, é possível verificar que há regiões do país em que há menor participação de mulheres nas disputas majoritárias locais. Os estados que totalizaram maior número de candidaturas nas disputas pelas prefeituras (primeiro tercil), em sua maioria tiveram ausência significativa de candidaturas femininas, com resíduos negativos para gênero feminino em MG, RS, PR e SC. A exceção é o Maranhão que, com 749 candidaturas concorrendo pelas prefeituras de seus municípios, também ficou no primeiro grupo, mas apresentou o maior resíduo padrão positivo para feminino (5,87) e o único que apresentou resíduo padronizado negativo, com significância estatística, para o gênero masculino (-2,33). Nele, 21,5% das candidaturas eram de mulheres, 78,5% homens.

Tabela 2 – Comparação de candidaturas aptas às prefeituras em 2020 por gênero e Unidade da Federação

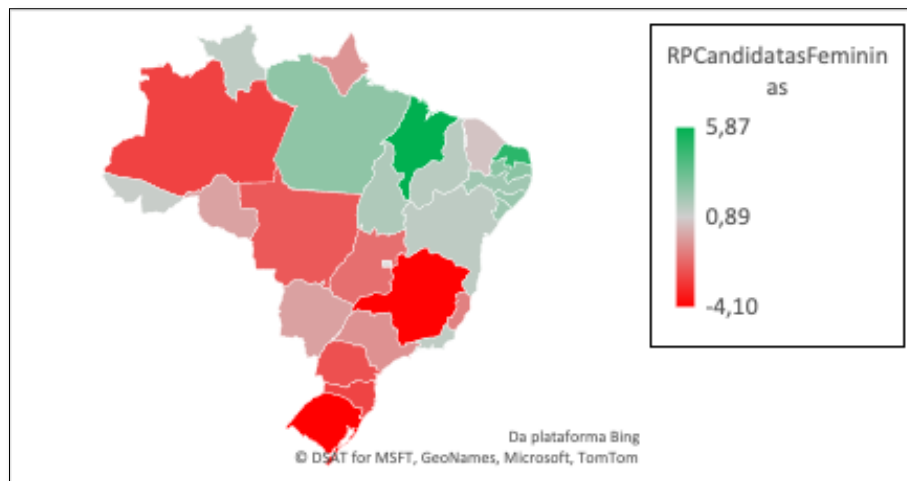
UF	Masculino			Feminino			Total
	n	%UF	RP	n	%UF	RP	
1 MG	2.406	89,3%	1,62	288	10,7%	-4,08	2.694
2 SP	2.243	86,8%	0,23	340	13,2%	-0,59	2.583
3 RS	1.215	90,5%	1,63	127	9,5%	-4,10	1.342
4 PR	1.160	88,6%	0,86	149	11,4%	-2,16	1.309

5	BA	1.110	85,1%	-0,53	195	14,9%	1,33	1.305
6	SC	811	89,4%	0,97	96	10,6%	-2,45	907
7	GO	740	88,2%	0,56	99	11,8%	-1,41	839
8	MA	588	78,5%	-2,33	161	21,5%	5,87	749
9	PA	520	82,8%	-0,97	108	17,2%	2,45	628
10	PE	519	83,4%	-0,80	103	16,6%	2,01	622
11	PB	502	82,6%	-1,02	106	17,4%	2,57	608
12	CE	488	85,5%	-0,24	83	14,5%	0,61	571
13	PI	485	84,2%	-0,57	91	15,8%	1,44	576
14	RJ	476	84,4%	-0,51	88	15,6%	1,30	564
15	MT	420	89,7%	0,78	48	10,3%	-1,96	468
16	RN	384	78,4%	-1,92	106	21,6%	4,83	490
17	TO	346	83,4%	-0,67	69	16,6%	1,68	415
18	ES	324	88,3%	0,39	43	11,7%	-0,97	367
19	AL	262	81,9%	-0,87	58	18,1%	2,20	320
20	AM	252	92,0%	0,99	22	8,0%	-2,50	274
21	MS	245	86,9%	0,08	37	13,1%	-0,21	282
22	SE	203	81,5%	-0,83	46	18,5%	2,09	249
23	RO	179	86,9%	0,07	27	13,1%	-0,19	206
24	AC	74	82,2%	-0,43	16	17,8%	1,08	90
25	AP	70	88,6%	0,21	9	11,4%	-0,53	79
26	RR	54	80,6%	-0,51	13	19,4%	1,29	67
Total		16.076	86%		2.528	14%		18.604

Fonte: elaboração própria com dados do TSE (2020).

No segundo tercil, Pará (2,45), do Norte, e estados da região Nordeste – Pernambuco (2,01), Paraíba (2,57) e Rio Grande do Norte (4,83) – também apresentam concentração significativa de candidaturas femininas. No último tercil, Alagoas (2,2) e Sergipe (2,09) também tiveram, significa e comparativamente, mais candidatas mulheres disputando a prefeitura em seus municípios, o que reforça a importância regional. Por fim, Amazonas (-2,50) teve, significativamente, menos candidatas. Para visualizar de melhor forma essa comparação regional, a figura abaixo representa as UFs do Brasil a partir de seus resíduos padronizados. Lembra-se que os dados aqui dizem respeito ao primeiro turno, que contempla todos os municípios brasileiros.

Figura 1 – Mapa para candidaturas femininas às prefeituras em 2020 por UF (RP)



Fonte: elaboração própria com dados do TSE (2020).

Como visto na Figura 1, a região Sul reúne estados que mais apresentaram ausência significativa de candidatas a prefeitas dos municípios, enquanto o Nordeste, predominantemente, é a região que mais apresentou candidatas mulheres em 2020, do ponto de vista comparativo. De modo mais específico, também é possível observar na coloração dos estados de Minas Gerais, Maranhão e Rio Grande do Norte, o tom mais forte dos maiores resíduos padronizados.

Enquanto 175 homens disputaram o segundo turno por todo o país, apenas 53 mulheres foram candidatas a prefeitas ou vice-prefeitas na segunda etapa do pleito. A seção a seguir é dedicada ao único caso de município brasileiro que levou duas mulheres para o segundo turno. Trata-se de Ponta Grossa, no interior do Paraná. Quarta maior Unidade da Federação em número de candidaturas, o estado da região Sul apresentou resíduo padronizado negativo significativo (-2,16) para candidatas mulheres na comparação direta com candidaturas masculinas às prefeituras e às demais UFs. Isso também é evidenciado na figura 1, com o tom vermelho do Paraná na comparação direta aos demais estados, ressaltando a ausência significativa de candidaturas femininas às prefeituras nesse estado. A análise mais qualitativa do caso está na seção a seguir.

O SEGUNDO TURNO ENTRE DUAS MULHERES EM PONTA GROSSA

Como anteposto, Ponta Grossa (PR) decidiu a eleição de 2020 em 2º turno, após duas candidatas obterem melhores resultados que os outros três candidatos homens na disputa pela Prefeitura Municipal. As candidaturas de ambas já ganhavam evidência por si só por ser a

primeira vez que uma mulher concorria ao cargo na cidade. Para além do gênero, ambas tinham mais em comum que diferenças. As duas são de partidos de direita e com capital político e familiar, na cidade e no estado do Paraná.

Elizabeth Schmidt, candidata pelo Partido Social Democrático (PSD), tem 69 anos e é empresária e professora aposentada, mestra e especialista em educação. Em 2000, iniciou na carreira política como candidata a vice-prefeita de Ponta Grossa, junto com Carlos Tavarnaro. Entre 2005 e 2012, foi secretária de Cultura e Turismo da cidade. De 2013 a 2016 compôs a pasta de Administração e Recursos Humanos. Em 2014, foi candidata a deputada federal e em 2016 candidata à vice-prefeita, com Marcelo Rangel, eleitos. Nas eleições de 2020, recebeu apoio do atual prefeito, do deputado federal e secretário de Infraestrutura e Logística, Sandro Alex, e do governador do Paraná, Ratinho Junior. Na campanha apostou na representação de uma continuidade da antiga gestão e uma parceria entre o executivo municipal e estadual.

Mabel Canto, filha do Jocelito Canto – radialista, que já foi eleito deputado estadual (1994, 2002 e 2006) e prefeito de Ponta Grossa (1996) –, é graduada em direito, desde 2010, e seguiu os passos do pai, sendo radialista, desde 2000 e ingressando na política. Fez parte da Assessoria Jurídica no gabinete do Jocelito Canto e na Secretaria de Segurança Pública do Estado. Foi a primeira mulher eleita deputada por Ponta Grossa e está na Assembleia Legislativa do Paraná desde 2019. Em 2020, sua candidatura conta com o apoio da família, o pai e a irmã – que concorreu ao legislativo municipal. No segundo turno, Márcio Pauliki (Solidariedade) e Professor Edson (PT), apoiaram sua candidatura. Recebeu apoio também do senador Álvaro Dias, do prefeito de Castro, Moacyr Fadel, da prefeita eleita de Carambeí, Elisângela Pedroso, do prefeito eleito de Ipiranga, Douglas Modesto e dos vereadores reeleitos Dr. Zeca e Geraldo Stocco.

A Professora Elizabeth Schmidt teve sua candidatura confirmada no dia 16 de setembro, na convenção do PSD. Dia 27 de setembro fez sua primeira publicação política no Instagram, um vídeo anunciando o começo de sua campanha. Foram 242 postagens no feed do Instagram em todo o período eleitoral, 171 feitas durante o primeiro turno e 71 no segundo. A candidata apostou nas três hashtags #elizabeth55, #voucontigoprofessora e #otrabalhonãopodeparar. No começo de sua campanha pela rede social, as postagens se centraram em apresentar a candidata e o vice, Capitão Saulo. Além de trazer vídeos, em formato de *igtv*, sobre algumas de suas propostas. Publicações de antes e depois de certos pontos da cidade também foram uma estratégia usada pela candidata, com o intuito de trazer a continuidade da gestão atual como uma forma positiva.

Com uma média de 5 a 6 postagens por dia, seu perfil no Instagram traz uma variedade de publicações e *reposts* de conteúdos já divulgados em outros meios. A propaganda eleitoral televisiva é altamente perpetuada pela candidata no seu perfil na rede social. O atual prefeito, Marcelo Rangel (PSD), é uma das figuras frequentes nas publicações da candidata. Presente quase que na totalidade das propagandas por vídeo, aparece também em registros de campanhas feitas nas ruas, junto à Elizabeth e à população. Conforme a aproximação da data do primeiro turno das eleições, as postagens de propostas, para as diversas áreas da cidade, foram ficando mais frequentes. Saúde, segurança, meio ambiente, educação, turismo, assistência social, esporte, infraestrutura e lazer são as políticas públicas que tem destaque na página da candidata.

No segundo turno, as republicações da propaganda eleitoral televisiva continuaram de forma constante. A candidata passou a assumir uma posição de mais destaque, as publicações priorizavam a imagem da professora e do vice, em detrimento de apoiadores políticos, como governador do estado e atual prefeito. Destaca-se também, as postagens de propostas, mas de uma forma mais informal. Assim como, a constante reafirmação de Elizabeth como uma mulher presente no âmbito familiar, como sua principal prioridade, seus netos. Apenas uma das 242 publicações traz uma proposta de política pública específica para as mulheres. No dia 25 de novembro, no dia de combate à violência contra a mulher, a publicação trouxe propostas da candidata para a ampliação da Patrulha Maria da Penha e a criação da Casa da Mulher.

Figura 2



Fonte: Instagram, perfil @professoraelizabeth55 (2020)

A candidata do Partido Social Cristão (PSC), Mabel Canto, iniciou sua campanha pelo Instagram no dia 27 de setembro. A publicação consiste em uma imagem, com a foto da

candidata e do vice e uma mensagem, referindo-se ao que será apresentado durante o período eleitoral e convidando o eleitor a acompanhar a página. O uso de hashtags dentro das publicações não foi feito de forma padronizada, nem constante, em algumas postagens eram usadas #MabelDeVerdade, #Agoraé20 e #MabelCantoPrefeita. O Instagram da candidata teve 315 publicações durante o período eleitoral, sendo 218 no primeiro turno e 97 no segundo. A primeira publicação da rede após a confirmação da candidatura é um vídeo de Mabel recebendo apoio de seu pai Jocelito Canto, seu patrono político.

A campanha de Mabel, diferente da de Elizabeth, voltou-se muito mais a uma conversa mais informal com a população, do que com a apresentação de propostas já definidas. Desde o começo, apostou-se em fotos com a população, em meio a passeatas em bairros, como forma de trazer a imagem de Mabel como uma política “do povo”. O tom informal também serviu de apoio à candidata para conversar com os jovens, diversas postagens foram pensadas nesse diálogo entre Mabel e o público mais novo. O uso de memes e piadas com a própria candidata é recorrente no perfil. O eleitorado universitário também teve destaque na página.

No decorrer do primeiro turno, publicações sobre os feitos da candidata enquanto deputada estadual, projetos aprovados e votados foram destaque no seu perfil. O ataque à candidata adversária, Professora Elizabeth, foi mais recorrente em seu perfil do que o contrário, desde o primeiro turno. O Instagram também foi usado constantemente como forma de divulgação da agenda de Mabel Canto, das lives realizadas no Facebook, dos debates e entrevistas. As propagandas gratuitas não foram tão disseminadas em seu perfil, comparando com a outra candidata.

Figura 3





Fonte: Instagram, perfil @masbelcanto (2020)

Mabel Canto, deferente da adversária de segundo turno, compartilhou posts sobre a importância de eleger mulheres e outros com uma perspectiva de gênero, porém sem citar o feminismo de forma direta. Mabel, assim como Elizabeth, se coloca como uma “mulher de família”, destacando seu papel de esposa e mulher dentro do Instagram.

As duas candidatas tiveram semelhanças dentro das estratégias de publicações no Instagram. Datas comemorativas foram altamente usadas nas postagens tanto de Mabel Canto, quanto de Elizabeth. As diversas pesquisas de opinião também, porém eram postadas somente pesquisas em que a candidata dona do perfil estivesse em primeiro lugar. A disputa pela prefeitura de Ponta Grossa em 2020 se encerrou com a eleição de Elizabeth Schmidt com 52,38% dos votos válidos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ainda que de forma sucinta e exploratória, o capítulo buscou contribuir com a discussão sobre a importância da participação de mulheres nas disputas políticas brasileiras e a analisar características específicas da recente disputa eleitoral. À despeito da sub-representação e das desigualdades históricas políticas sob o viés de gênero, as conquistas são significativas e a cada novo evento político observam-se os avanços e as brechas que precisam ser ajustadas institucionalmente na busca por equidade.

Na exposição dos dados registrados no TSE sobre as candidaturas aptas às prefeituras em 2020 a partir dos gêneros Feminino e Masculino, mostrou-se empiricamente como as

disputas majoritárias municipais são essencialmente masculinas. Contudo, foi possível observar diferenças significativas entre os partidos. Enquanto o Patriota teve mulheres em apenas 7,9% das suas candidaturas às prefeituras, PSOL colocou as mulheres à frente das disputas em 22,6% das suas candidaturas. Do mesmo modo, notou-se diferenças geográficas, com evidente destaque da região Nordeste, cujos estados apresentaram resíduos positivos significativos para o gênero feminino. Os resultados indicam, ainda, a importância histórica da luta pelos direitos civis e políticos das mulheres, uma vez que o Rio Grande do Norte, estado pioneiro no voto feminino, foi um dos que mais se destacou no número de candidatas mulheres.

Ao vincularmos as duas etapas de análise explorada nesse capítulo, podemos perceber a particularidade da eleição em segundo turno de Ponta Grossa em dois aspectos principais para além do sucesso das duas mulheres na disputa. Primeiramente, em relação aos partidos, Professora Elizabeth, prefeita eleita, é do PSD, partido de direita, o segundo do país em número de candidaturas, das quais 13,9% eram de mulheres, indicando comportamento esperado, resíduo próximo a zero. Mabel é do PSC, outro partido que também não registrou significância estatística na análise dos resíduos, mas um número um pouco menor de candidatas ao cargo de prefeita em 2020, 12,2% de suas candidaturas. A outra é geográfica, uma vez que o Paraná é um dos estados que apresentou maior resíduo negativo, com significância estatística, para o gênero feminino. Isso indica a ausência acima da esperada na comparação com demais estados e candidatos homens.

Procurou-se ainda ilustrar como as duas candidatas exploraram seus perfis na rede social Instagram em suas campanhas. Novamente, constatou-se que ambas utilizaram estratégias próximas e poucas vezes recorreram à agenda feminista (não explicitamente). Em dado momento as duas comemoraram a ida ao segundo turno evidenciando o ineditismo do feito para Ponta Grossa, que nunca elegeu uma mulher ao cargo. Observou-se que, na comparação direta entre as duas, ficou mais evidente na campanha de Mabel Canto recorrer à temática da representação feminina como estratégia em posts do Instagram e também a usufruir de estereótipos de gênero como estratégia discursiva.

Ressalta-se por fim as limitações desse estudo de caráter exploratório e descritivo. Tanto os dados do TSE podem ser analisados sob diferentes perspectivas de modo mais aprofundado, quanto o próprio exemplo de Ponta Grossa pode ser investigado de forma mais sistemática, explorando de fato o estudo de caso como metodologia para essa disputa e campanha. Ressalta-se ainda a limitação das referências abordadas aqui, considerando que é crescente a literatura da área e as pesquisas desenvolvidas sobre o tema. Além disso, cada candidatura e cada

município apresenta particulares importantes que devem ser consideradas em análises sobre a participação das mulheres nas disputas pelos cargos políticos em todo o país. Ou seja, a partir dessa exposição, há muito o que se estudar.

REFERÊNCIAS

- CARVALHO, Fernanda Cavassana de; KNISS, Andressa Butture; FONTES, Giulia Sbaraini. Representação feminina na propaganda eleitoral partidária no Brasil: as candidatas a deputada federal pelo Paraná na TV. *Estudos em Comunicação, Covilhã*, v. 1, n. 26, p. 231-246, maio 2018.
- FRANÇA, Vera; CORRÊA, Laura Guimarães. *Dilma Rousseff: transição de imagens no processo de construção de uma mulher presidenciável. Transformações da Midiatização Presidencial: corpos, relatos, negociações, resistências*. São Caetano do Sul, SP: Difusão, 2012.
- KARAWCZYK, Mônica. O feminismo em boa marcha no Brasil. *Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 2, n. 26, 2018.
- MARQUES, Gabriella dos Santos. Eleições e redes sociais: Uma análise das postagens da candidata Manuela D'Ávila no Facebook. *CSOnline - Revista Eletrônica de Ciências Sociais*, v. 19, n. 31, 2020.
- MASSUCHIN, Michele Goulart; MITOZO, Isabele Batista; CARVALHO, Fernanda Cavassana de. Eleições e debate político on-line em 2014: os comentários no Facebook do jornal O Estado de S. Paulo. *Revista Brasileira de Ciência Política*, n. 23, p. 295-320, 2017.
- PANKE, Luciana; LIMA, Alice. Instagram e a desqualificação do feminino nas eleições presidenciais brasileiras em 2014. *Revista Observatório*, v. 3, n. 1, p. 84-104, 2017.
- PANKE, Luciana; IASULAITIS, Sylvia; Mulheres no poder: aspectos sobre o discurso feminino nas campanhas eleitorais. *Opinião Pública*, v. 22, n. 2, agosto, 2016
- PIOVESAN, Flávia. Direitos Humanos, Cíveis e Políticos: A conquista da cidadania feminina. In: *O Progresso das Mulheres no Brasil*. 2018.
- ROCHA, Paula Melani; BOROSKI, Marcia; DE CARVALHO, Fernanda Cavassana. Os problemas da presidência pela perspectiva de gênero: o segundo mandato de Dilma Rousseff na cobertura negativa das revistas brasileiras. *Revista Comunicação Midiática*, v. 12, n. 1, p. 83-99, 2017.
- TAVARES, Camilla Quesada; MASSUCHIN, Michele Goulart. Comunicação, gênero e política no Brasil: As candidatas do Paraná na propaganda eleitoral televisiva. *Chasqui: Revista Latinoamericana de Comunicación*, n. 135, p. 39-54, 2017.

OS FINS DA DEMOCRACIA: INIMIGO/ADVERSÁRIO NO CAMPO DA POLÍTICA E OS DISCURSOS DE ÓDIO CONTRA PESSOAS LGBTI+

Andressa Regina Bissolotti dos Santos¹

INTRODUÇÃO

O contexto político de realização² das eleições presidenciais de 2018, marcado por um debate orientado na lógica da necessidade de derrota dos ‘inimigos da nação’, instaurou entre diversos grupos a sensação de que a democracia brasileira se encontra sob assalto. A toada que se tem adotado desde o primeiro dia de exercício do atual governo parece reforçar essa percepção. As preocupações, seja do ponto de vista teórico ou político, partem do questionamento acerca da possibilidade de sobrevivência da democracia, dentro de um léxico político marcado pela separação entre amigo/inimigo, no qual a supressão da existência (social ou mesmo biológica) de uns é apresentada como condição da existência e segurança de outros.

Este capítulo parte da necessidade de pensar essa oposição e sua relação com a democracia, num esforço ensaístico de questionar os limites dessa relação. Para tanto, utiliza-se da reflexão foucaultiana acerca da relação da política moderna com a forma guerreira de pensar as relações humanas. Foucault inverte a conhecida frase ‘A guerra é a política continuada por outros meios’ para, através da articulação de uma série de autores que têm pensado a política a partir da guerra, demonstrar que na modernidade é a política que parece ser uma continuação da guerra por outros meios.

-
- 1 Aluna do Doutorado e Mestra em Direitos Humanos e Democracia pelo Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade Federal do Paraná. Pesquisadora visitante do Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, no período de janeiro a junho de 2021, com Bolsa da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Professora da Faculdade de Pinhais. Integrante da ANAJUDH-LGBTI e da Rede LesBi. Professora universitária e advogada.
 - 2 O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

Tal percepção encontra especial destaque na filosofia schmittiana, que coloca na oposição amigo/inimigo o cerne da política³. Juntamente com essa oposição, a força da *decisão*, especialmente aquela sobre o Estado de Exceção, dá o tom de uma política pensada em um léxico guerreiro, de ‘nós’ e ‘eles’, de vitória ou derrota; uma política em sua crueza, que demonstra a absoluta precariedade e superficialidade de quaisquer discursos de direito e legitimidade⁴. Na filosofia schmittiana, a política aparece como nunca em termos de continuação da guerra, nos termos formulados por Foucault.

Articulando essa política como guerra com um Estado intensamente biopolítico, e com uma biopolítica que mostrou e mostra constantemente sua face negativa, os conflitos internos vividos pelas democracias contemporâneas podem ser interpretados a partir de uma chave analítica específica, que permite refletir acerca do problema que foi enunciado. Dentre os diversos discursos que têm trabalhado a oposição aqui questionada, trabalhar-se-á especificamente os discursos que têm sido produzidos a guisa de ‘defesa da família’ e a forma como eles cortam o tecido social e produzem aquela divisão entre *amigo/inimigo*, que Schmitt identifica como característica da política.

Articulando também o conceito de Mouffe⁵ sobre democracia, bem como os discursos de *ódio a democracia* problematizados por Rancière⁶, a ideia de *fins da democracia* será pensada, em suas conotações.

Dialoga-se, nessa reflexão, com uma percepção trazida pela quadrinista iraniana Marjane Satrapi⁷; nos quadrinhos autobiográficos *Persépolis*, a autora narra uma cena por ela vivida, em que sua família se reúne no exato momento em que um dia qualquer, que começara com o tom cotidiano de todos os dias, transforma-se no dia que marca o início da guerra. A autora sentencia: “*A guerra sempre nos pega desprevenidos*”⁸.

Se a política pode ser pensada como a guerra continuada por outros meios e se, de fato, a guerra sempre nos pega desprevenidos em meio ao cotidiano, pretende-se pensar os limiares da democracia em meio aos discursos de amigo/inimigo que têm marcado nosso cotidiano, e o

3 SCHMITT, Carl. O conceito do político: Teoria do Partisan. Trad. Geraldo de Carvalho. Belo Horizonte: Del Rey, 2008.

4 SCHMITT, Carl. Teologia política. Trad. Elisete Antoniuk. Belo Horizonte: Del Rey, 2008.

5 MOUFFE, Chantal. O regresso do político: trajetórias. Trad. Ana Cecília Simões. Lisboa: Gradiva Publicações, 1996.

6 RANCIÈRE, Jacques. O ódio à democracia. Trad. Mariana Echalar. São Paulo: Boitempo, 2014.

7 SATRAPI, Marjane. *Persépolis*. Trad. Paulo Werneck. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

8 SATRAPI, Marjane. *Persépolis*..., p. 88.

quanto a política, ela mesma, tem nos pegos desprevenidos e questionado a solidez de nossas percepções de legitimidade e direitos de forma geral.

O objeto, especificamente, serão os discursos construídos ao redor do pânico moral em relação à inocência da criança e à santidade da família que é capaz de protegê-la, os quais constituem mulheres feministas e população LGBTI+ em geral como ameaças. Os momentos cruciais que levaram à elaboração desse trabalho e que, por isso mesmo, são lembrados já em seu título, foram os protestos realizados no contexto de realização da palestra de Judith Butler no Brasil, intitulada “*Os fins da democracia*”, nos quais a autora foi simbolicamente queimada como bruxa em virtude de seus escritos sobre a necessária construção de um mundo mais igualitário em relação à diversidade de experienciar o gênero e a sexualidade.

Aponta-se, no entanto, que a reflexão sobre a forma oposicional na qual tem se dado a política brasileira contemporânea vai muito além do objeto específico que será analisado, de forma que o mesmo quadro analítico certamente poderia oferecer interpretações possíveis para outras oposições em operação.

POLÍTICA COMO CONTINUAÇÃO DA GUERRA: DEMARCANDO FRONTEIRAS ENTRE AMIGO/INIMIGO

No curso Em Defesa da Sociedade, Foucault⁹ analisa a construção de um discurso específico de tipo guerreiro, que caracterizaria a política na Modernidade. Ele identifica na transformação da sociedade medieval através da inserção da existência do Estado e da Lei que lhe concerne, não uma espécie de pacificação social, mas a emergência de um discurso da guerra que se dá em outros termos.

Uma guerra travada cada vez mais internamente, cada vez mais no âmbito dos próprios membros do grupo político. Cada vez mais trata-se de uma guerra travada não contra uma raça estrangeira, mas a partir de um corte interno ao grupo social, capaz de estabelecer aqueles que são titulares da norma e aqueles que, estando fora e contrários a essa norma, se constituem como uma ameaça à continuidade da sociedade, devendo, portanto, ser eliminados. Essa operação, que nos termos de Foucault “*vai servir à estratégia global dos conservadorismos sociais*”¹⁰, o autor nomeou *racismo de Estado*:

9 FOUCAULT, Michel. Em defesa da sociedade: curso no Collège de France (1975-1976). Trad. Maria Ermantina Galvão. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2010.

10 FOUCAULT, Michel. Em defesa da..., p. 52.

um racismo que uma sociedade vai exercer sobre ela mesma, sobre os seus próprios elementos, sobre os seus próprios produtos; um racismo interno, o da purificação permanente, que será uma das dimensões fundamentais da normalização social.¹¹

Mas esse *racismo* é pensado por Foucault de forma ampla, não se restringindo a cortes realizados a partir de marcadores do tipo racial. O racismo é pensado como tecnologia, a partir do efeito concreto que produz no corpo social; esse efeito, outros discursos também o produzem.

Através do *racismo*, Foucault se refere a todos os discursos capazes de introduzir na população o corte entre aqueles que devem viver e aqueles que devem (ou podem) morrer. O efeito que nos faz identificar o racismo é o processo de fragmentação do contínuo da espécie humana em diferentes grupos, que permite que alguns grupos sejam defasados em relação a outros. Trata-se, nessa defasagem, do estabelecimento de uma relação entre a continuidade da existência sadia de uns e a eliminação da existência de outros¹².

Aqui, parte da população passa a ser identificada como encarnando a *norma*, como constituindo a normalidade da raça humana em si mesma. A diversidade de outras formas de *ser humano* é negada e estabelecida como risco à existência dos demais, como possível ameaça que se deve neutralizar¹³.

A realização desse corte é extremamente sensível quando se dá exatamente no contexto da tomada da vida pela política; num contexto em que a política, cada vez mais, coloca como seu problema central a questão da continuidade e permanência da vida humana em seu sentido mais biológico, mais corpóreo¹⁴. Nesse contexto, é apenas através da operação desse corte

11 FOUCAULT, Michel. Em defesa da..., p. 53

12 Uma relação que se dará nos seguintes termos: “quanto mais as espécies inferiores tenderem a desaparecer, quanto mais os indivíduos anormais forem eliminados, menos degenerados haverá em relação à espécie, mais eu – não enquanto indivíduo mas enquanto espécie – viverei, mais forte serei, mais vigoroso serei, mais poderei proliferar.” FOUCAULT, Michel. Em defesa ..., p. 215.

13 Que se deve neutralizar e da qual seria necessário se imunizar, se quiséssemos usar os conceitos de um outro autor que deu continuidade ao legado foucaultiano da biopolítica, o italiano Roberto Esposito. Ver: ESPOSITO, Roberto. Bios: biopolítica e filosofia. Trad. M. Freitas de Coua. Lisboa: Edições 70, 2010.

14 A biopolítica é um dos polos da tomada do poder sobre a vida, que se realiza na Modernidade nos termos da filosofia foucaultiana. Se caracteriza pela tomada do corpo humano enquanto corpo-especie. A preocupação se torna reger, governar, a população (que para Foucault é um sujeito que emerge nesse cenário) naquilo que ela tem de mais vital, de mais biológico: processos de natalidade, mortalidade, ciclos de doenças, longevidade, etc. No contexto geral do biopoder, trata-se daquela passagem à modernidade em que “o velho direito de causar a morte ou deixar viver foi substituído por um poder de causar a vida ou devolver à morte.” FOUCAULT, Michel. História da Sexualidade: a vontade de saber. Trad. Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. São Paulo: Paz e Terra, 2014. p. 292-293.

realizado por aquilo que Foucault chamou *racismo de Estado*, que será possível compreender o paradoxo entre um Estado que pode assegurar, garantir, proteger a vida de parte de sua população e, a um só tempo, continuamente expor ou diretamente causar a morte de uma outra parte.

O expor ou causar a morte¹⁵ passa a ser interpretado como parte necessária da proteção da vida daqueles estabelecidos como corpos a serem protegidos, naquele corte que se realiza. Deixa de haver paradoxo, assim, para se compreender que essa desigualdade na atuação estatal não se dá *apesar* da biopolítica, mas no contínuo mesmo de sua realização.

É a partir da existência dessa guerra *interna*, da mobilização desse léxico guerreiro no interior mesmo da sociedade, que põe em constante operação uma biopolítica de tipo negativa, que será possível pensar a política como continuação da guerra. Uma guerra que já agora se trava de novas maneiras, a partir de novas estratégias, no seio do grupo político.

O conceito schmittiano de político traz em si essa relação guerreira da política; de fato, para ele, a categoria essencialmente política, a qual é capaz de fornecer uma definição conceitual do político, é a diferenciação entre *amigo* e *inimigo*. O autor é claro, ademais, ao dizer que tais conceitos não devem ser tomados como metáforas, mas em seu sentido concreto e existencial¹⁶.

A política, para ele, se dá apenas no sentido de uma contraposição intensa e extrema, na oposição absoluta entre o amigo e o inimigo; o inimigo, nesse contexto, pode ser compreendido como um conjunto de pessoas com as quais se está *em combate*. O inimigo, nas palavras do autor:

é precisamente o outro, o desconhecido e, para sua essência, basta que ele seja, em um sentido especialmente intenso, existencialmente algo diferente e desconhecido, de modo que, em caso extremo, sejam possíveis conflitos com ele, os quais não podem ser decididos nem através de uma normalização geral empreendida antecipadamente, nem através da sentença de um terceiro ‘não envolvido’ e, destarte, ‘imparcial’.¹⁷

15 Quando Foucault aborda o mecanismo do racismo de Estado, expõe ser através dele que um poder responsável por fazer viver se torna também capaz de tirar a vida. Mas com tirar a vida, expõe explicitamente não estar falando apenas do assassino direto, mas tudo aquilo que pode ser considerado indiretamente como ‘expor ou causar à morte’. Desde o fato de multiplicar para uns o risco de morte em relação aos demais, até pura e simplesmente a morte política. Ver: FOUCAULT, Michel. Em defesa ...

16 SCHMITT, Carl. O conceito ...

17 SCHMITT, Carl. O conceito..., p. 28.

Essa oposição fundamental não pode ser resolvida senão pela *decisão*, pela extrema decisão soberana¹⁸, que se localiza fora de qualquer consideração do tipo jurídica. É essa decisão que resolve, num contexto político concreto, a oposição insolúvel entre amigo-inimigo; não no sentido de neutralizá-la, mas também no sentido mais *concreto e existencial* de que a contraposição extrema não pode ser solucionada senão mediante uma decisão também tão limítrofe e tão absoluta quanto a própria oposição.

Daí a famosa sentença: “soberano é quem decide sobre o estado de exceção”¹⁹. Na filosofia schmittiana, é apenas no momento em que a política se mostra em sua categoria essencial, na oposição absoluta do amigo-inimigo, que a soberania é capaz de se fazer ver.

Vê-se, portanto, o exemplo perfeito da política pensada como continuação da guerra por outros meios, nos termos do que foi analisado por Foucault. Schmitt é, de fato, um dos autores pelos quais passa Foucault em sua genealogia. O autor é o exemplo perfeito, ainda, porque a forma de Schmitt pensar a política marcou a filosofia política de nosso tempo, através da utilização que dela fizeram autores como Agamben²⁰ ou Chantal Mouffe²¹.

A política, para Schmitt, é a oposição absoluta entre uma espécie de *nós*, compreensível, conhecido, próximo (encarnando a norma, nos termos foucaultianos), e um *Outro*, desconhecido, estranho, com quem se está em constante conflito. Trata-se, portanto, na política schmittiana, de encarar aquele corte identificado por Foucault como realizado por uma biopolítica de tipo negativa, como elemento constitutivo da própria política. Para Schmitt, não é a política moderna, mas sim a natureza da própria política tomada em si, que estabelece o corte entre amigo/inimigo, entre aqueles que reconheço como iguais e cuja segurança e continuidade depende do combate em relação àqueles que não sou capaz de reconhecer.

Em relação à forma como esse *nós* e esse *Outro*, esse *eles*, se constitui, cabe chamar a filosofia de Judith Butler. A autora se refere às diversas formas através das quais estabelecemos esse corte; às diversas maneiras através das quais as normas culturais de reconhecimento interferem na forma como experienciamos nossa vivência coletiva.

De fato, uma série de enquadramentos normativos estabelecem os limiares daquilo que é por nós compreendido como *mais humano*, pois da norma mais próximo, mais semelhante, ou *menoshumano*, dada sua distância daqueles enquadramentos. Através da atuação desses

18 A qual só se mostra em sua soberania no momento exato em que se realiza.

19 SCHMITT, Carl. Teologia ..., p. 7.

20 AGAMBEN, Giorgio. Homo sacer: o poder soberano e a vida nua I. Trad. Henrique Burigo. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002.

21 MOUFFE, Chantal. O regresso...

enquadramentos no momento do reconhecimento que faço do Outro, é que se pode compreender de que forma se constituem corpos humanos que *importam* em relação a corpos que *não importam*, cuja vida pode, portanto, ser descartada sem gerar processos de indignação e luto públicos²².

Especificamente em relação às normas relativas às experiências de gênero e sexualidade, a autora se dedicou longamente. A *matriz heteronormativa* é identificada como a matriz de normatividade cultural que estabelece a normalidade das experiências heterossexuais e cisgêneras²³ e, em consequência, a *abjeção* das experiências não-heterossexuais²⁴ e transgêneras. Essa matriz interfere diretamente nas possibilidades de inteligibilidade daquilo que é humano e, portanto, daquilo que parecerá estranho, monstruoso, incompreensível, *abjeto*. Estabelece as condições de reconhecimento dos corpos humanos, visto que nos constituímos como sujeitos em sociedade apenas e através de percepções generificadas de nós mesmos²⁵. A partir disso a *humanidade* dos corpos subversivos, em seus diferentes graus, não é reconhecida e passa a ocupar aquela posição do Outro, do desconhecido, daquele com o qual o grupo normativo está em *combate*, ainda que eventual.

Realiza-se, portanto, o corte de que trata Foucault ao pensar a biopolítica no contexto da política como continuação da guerra, bem como a separação entre amigo/inimigo que caracteriza para Schmitt a política como conceito singular. Em qualquer desses autores a constituição desses corpos *normais* e *anormais*, e a sua radical separação, não pode ser compreendida senão como *política*.

22 BUTLER, Judith. Quadros de Guerra: quando a vida é passível de luto? Trad. Sérgio Lamarão e Arnaldo Marques da Cunha. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

23 A autora não chega a usar o termo cisgênero. Esse termo foi formulado pelo movimento social de defesa dos direitos de pessoas trans, para contrapor o termo transgênero. Assim, se o 'transgênero' surge como termo a nomear as experiências de transgressão ao gênero normativamente conforme ao corpo biológico, a palavra 'cisgênero' surge como forma de nomear aquelas pessoas que vivem experiências conforme a essa norma, adequando-se ao gênero com o qual nasceram. A importância do uso desse termo é o ato de nomear o comportamento normativo, de forma a retirá-lo de sua posição de invisibilidade (garantida pela normalidade) e pontuá-lo como uma forma específica e particular de experimentar o gênero. Butler não usa esse conceito, mas ao elaborar a matriz heteronormativa, ou a matriz da heterossexualidade compulsória, está se referindo tanto às normas que regem a constituição dos corpos em relação àquilo que compreendemos como orientação sexual, quanto àquelas normas que estabelecem a experiência cisgênera como padrão, deslocando a transgeneriedade para aquela posição do Outro, do desconhecido, do abjeto, para utilizar o termo de Butler.

24 Uso o termo 'não-heterossexual' como forma de se referir amplamente à diversidade de experiências que não se encaixam na heterossexualidade. Tais experiências não se deixam englobar apenas pelo uso de termos conhecidos como 'homossexual' ou 'bissexual', de forma que optei por referenciá-las dessa forma.

25 BUTLER, Judith. El género en disputa: El feminismo y la subversión de la identidad. Trad. Antonia Muñoz. Barcelona: Espasa Libros, 2007.

Enuncia-se aí algo como a natureza da oposição que vemos se conformando no contexto político brasileiro da contemporaneidade. Necessário a seguir perguntar de que forma é possível pensar a nossa experiência política (inscrita em um regime que é, ao menos em tese, democrático) a partir de um léxico que estabelece divisões extremas e uma espécie de política que se exerce como guerra. É possível pensar a democracia nos termos *amigo/inimigo*? Se concordarmos que a política moderna e contemporânea se realiza como continuação da guerra, ou nos termos da oposição irresolúvel do amigo/inimigo, que espaço sobra para a democracia? Não dependeria a democracia de um deslocamento desses termos, da realização desse combate em um contexto em que a única solução possível para ele é o mútuo reconhecimento (na diversidade) e o compartilhamento do espaço?

Pensar essas questões é passo necessário para que possamos realizar a interpretação do presente a partir da chave analítica selecionada e nos questionar, assim, sobre os ‘fins da democracia’.

POLÍTICA COMO CONTINUAÇÃO DA GUERRA E DEMOCRACIA: DESLOCAMENTOS NECESSÁRIOS

Como pensar, então, a relação entre a oposição amigo/inimigo e a democracia? Poderíamos enunciar como *fim* (no sentido de finalidade) da democracia a dissolução dessa oposição? Poderíamos, por outro lado, anunciar o *fim* (no sentido de finalização) da democracia a partir de sua constituição no tecido político?

Para refletir sobre essas questões, a teoria de Chantal Mouffe parece ser especialmente útil. A autora pensará o problema da democracia exatamente a partir do questionamento do conceito de político trazido por Schmitt. Ela dialoga com seu conceito para construir um conceito diverso, que mantenha a ideia do conflito como elemento fundamental de uma política democrática, mas que desloca a categoria do *inimigo*, inserindo no jogo político a categoria do *adversário*²⁶.

A autora nega, em primeiro lugar, a possibilidade de pensar uma democracia sem o elemento do antagonismo. Nos termos colocados por ela, a democracia permanentemente exige o antagonismo e o conflito, para que verdadeiramente se realize de maneira plural e radical. Para essa democracia radical que ela propõe, a ideia de uma resolução final dos conflitos não é vista como um objetivo da democracia, mas sim como algo que a coloca em risco. De fato, uma

26 MOUFFE, Chantal. O regresso ...

resolução final (uma *decisão* soberana, se quiséssemos pensar nos termos schmittianos) deturparia a democracia em fascismo, ao excluir dela o elemento de pluralidade e diversidade que lhe é constitutivo.

É necessário, portanto, que o antagonismo, sinal da efetiva existência da pluralidade, permaneça e se desenvolva. Os termos desse antagonismo, no entanto, necessitam ser deslocados para que ele possa se realizar em um contexto democrático.

A questão se torna, assim, como criar e manter uma ordem democrática pluralista nessas condições essenciais da existência e permanência do antagonismo. Para a autora, a chave dessa questão se localiza na distinção entre o *inimigo*, de Schmitt, e o *adversário*²⁷.

Trata-se de manter vivo o antagonismo, mas deslocar a posição do *inimigo*, transformando-o em adversário. O adversário, ao contrário do inimigo, é reconhecido em sua existência; o opositor torna-se assim não um inimigo a destruir, mas um adversário que deve ser tolerado e cuja existência é considerada legítima, no contexto mesmo do combate travado. Assim, o conflito permanece como essencial, escapando-se à ilusão do consenso proposto pela democracia liberal, mas os seus termos são deslocados e afastados do léxico guerreiro que caracteriza a *política como continuação da guerra* que pode ser encontrada em Schmitt.

Para que o projeto de democracia radical de Mouffe se realize seria necessário ainda, no entanto, que a forma como pensamos o *sujeito* fosse também deslocada. Mouffe acerta ao identificar nas absolutizações das identidades a raiz do problema da construção das oposições de amigo/inimigo, da realização do corte identificado por Foucault no contexto do racismo de Estado. Uma democracia radical e pluralista requereria, portanto, que se desenvolvesse “*uma teoria do sujeito como um agente descentrado e não total, um sujeito construído no ponto de intersecção de uma multiplicidade de posições subjectivas, entre as quais não existe uma prioridade ou relação necessária e cuja articulação é o resultado de práticas hegemônicas*”²⁸.

O descentramento do sujeito, o deslocamento das posições identitárias absolutas, poderia talvez oferecer ao problema dos enquadramentos, conforme identificado por Butler, uma resposta possível. A percepção de cada indivíduo em sua singularidade múltipla, e não mais nos termos de identidades altamente intermediadas por enquadramento normativos, pode ser uma forma de borrar as divisões entre *nós* e *eles*, e possibilitar a nossa relação com nossos opositores nos termos do *adversário* e não mais do *inimigo*.

27 MOUFFE, Chantal. O regresso ..., p. 15.

28 MOUFFE, Chantal. O regresso ..., p. 26.

Mas quais são as condições de realização dessa empreitada, no contexto das oposições políticas vivenciadas no Brasil contemporâneo? Os discursos produzidos pelos grupos que se autoproclamam ‘defensores da família’ foram escolhidos para pensar a produção de *inimigos* políticos e, assim, as dificuldades enfrentadas para a realização de uma democracia radical.

Nessas discussões, que a nível legislativo podem ser representadas por dois Projetos de Lei²⁹, está em jogo a definição mesma do que seja família; os ‘defensores da família’ proclamam a legitimidade e mesmo *existência* de uma única forma de constituir família, considerada a verdadeira família natural, em relação a qual todas as demais estruturas familiares seriam desagregações, ou mesmo tachadas como *antinaturais*.

Mais do que isso, as famílias que se constituem de forma diversa daquela erigida como a única verdadeira e existente, passam a se configurarem como ameaças das quais é necessário proteger esta última³⁰, em especial na sua função de garantidora da transmissão da cultura através da formação de crianças e adolescentes *sadios*.

De fato, o ponto maior de articulação desses discursos é em torno da segurança das crianças, as quais estariam constantemente em perigo frente a possibilidade de experiências familiares, sexuais e de gênero, diversas das estabelecidas no contexto da matriz heteronormativa.

Esse pânico moral³¹ criado em torno da possibilidade de destruição da família (e com ela, de toda a sociedade), em sua particular expressão articulada com a infância, ficou especialmente em destaque nos últimos anos. As discussões sobre os planos de educação, a nível nacional, estadual e municipal, foram dominadas por uma preocupação crescente em

29 Vários projetos de lei tocam nessa questão atualmente. Mas os dois principais, que tem organizado a polarização no âmbito legislativo, são o Estatuto da Família (PL 6583/2013) que procura conceituar a família como o núcleo formado por um homem e uma mulher, necessariamente, e o Estatuto das Famílias (PLS 470/2013) que procura atribuir à família uma conceituação mais ampla, focando não no gênero ou orientação sexual dos componentes, mas na presença da afetividade como elemento diferenciador.

30 Vide artigo abordando o Estatuto das Famílias, publicado no jornal Gazeta do Povo, ironicamente intitulado “O estatuto destruidor das famílias” o qual, em tom alarmante, aduz que a relativização do conceito tradicional de família realizado pelo dito estatuto “pode abrir as portas para a legalização da poligamia e do incesto e trazer danos para crianças e adolescentes.” Ver em: SILVA, Regina Beatriz Tavares da. O estatuto destruidor das famílias. Gazeta do povo, artigos. Publicado em 27 de set de 2017. Disponível em: <http://www.gazetadopovo.com.br/opinio/artigos/o-estatuto-destruidor-das-familias-9buuoz0waq95ilctpi8n096x>. Consulta em 18 de fev de 2018.

31 Utilizo aqui o conceito de pânico moral conforme utilizado por Richard Miskolci. Nos termos do autor: “Vivemos em um período em que é preciso debater e renegociar a toda hora os limites morais da coletividade. Nos momentos de renegociar esses limites, aumenta a preocupação com certo tipo de comportamento, ao que se segue maior hostilidade com relação a ele até se chegar a um consenso sobre um grupo ou categoria social. O pânico moral fica plenamente caracterizado quando a preocupação aumenta em desproporção ao perigo real e gera reações coletivas também desproporcionais.”. MISKOLCI, Richard. Pânicos morais e controle social – reflexões sobre o casamento gay. In: Cadernos Pagu, n. 28, Campinas: jun./jul. 2007. p. 101-128. p. 114.

relação à segurança da saúde das crianças diante do que foi nomeado como *ideologia de gênero*. Na arte, da mesma forma, quaisquer manifestações que questionem a forma padrão e normativa de sexualidade foi identificada com comportamentos de extrema apelação negativa, especialmente a pedofilia.

Desde as mudanças nos quadros governamentais a partir de 01 de janeiro de 2019, por outro lado, tornou-se política de governo o combate ao que foi chamado de *ideologia de gênero*, numa espécie de guarda-chuva protetor da normalidade ainda pouco previsível em termos da extensão de seus ataques à existências sexuais e de gênero diversas. Especificamente em relação aos planos de educação, convém se deter. Sob a alcunha de *ideologia de gênero*, qualquer proposta que vise a inclusão ou combate à discriminação de pessoas com experiências de gênero e desejo diversas da heteronormativa, foi completamente rechaçada, gerando a edição de diversas normas locais (municipais e estaduais), as quais visavam proibir qualquer debate acerca de gênero ou diversidade em sala de aula³².

O argumento utilizado foi de que as crianças correriam grave perigo, de serem ‘doutrinadas’ e ‘sexualizadas’, afastadas dos parâmetros da sexualidade hetero-cis-sexual natural, através de políticas que visariam expor conteúdos inadequados à sua idade, colocando-as também em risco em relação à pedofilia³³.

Uma das consequências mais imediatas dessa estratégia de combate à promoção da diversidade na escola, é exatamente a negação implícita da existência de *crianças* que não se enquadram nos padrões protegidos; ou, por outro lado, a afirmação implícita de que essas crianças merecem menor proteção do que as demais, devendo seus direitos serem sacrificados em nome da segurança do outro grupo, ele sim encarnando a norma.

O fato de que o maior pânico é produzido exatamente no ponto em que se articula a relação entre família e criança, não pode ser ignorado. Analisando os debates em torno da

32 Sobre esse ponto, é importante ressaltar que em 2020 o Supremo Tribunal Federal firmou entendimento acerca da inconstitucionalidade formal e material dessas proibições, através do julgado da ADPF 457. O mesmo entendimento se repetiu também em julgamentos posteriores no mesmo ano, que seguiram declarando a inconstitucionalidade de Leis Municipais proibitórias dos debates de gênero e diversidade em sala de aula. Ainda assim, destaca-se que o discurso de perigo e o pânico moral a ele relacionado permanece em franca operação no cenário político.

33 A pedofilia constantemente aparece como elemento extremo de criação de pânico social, quando se pensa a possibilidade de experiências sexuais diversas da heteronormativa. A possibilidade de discutir com crianças acerca da existência (legítima) de pessoas não-cisheterossexuais passa a ser tachada, assim, como forma de perversão dessas crianças e absoluto risco para sua saúde e bem-estar. Fica evidente, assim, o quão abjetas ainda são consideradas essas experiências diversas, ao ponto de gerarem pânico apenas a partir da possibilidade de serem abordadas com crianças, com o intuito de diminuir a discriminação daquelas crianças que não se encaixam nos padrões.

aprovação da parceria civil entre pessoas do mesmo sexo no contexto francês, Butler aborda especificamente essa preocupação crescente com a segurança da criança, que era constantemente utilizada pelos discursos contrários à parceria civil. A questão central, conforme identificada pela autora, parece ser a de que a criança encarna a continuidade da cultura, e que o parentesco heterossexual é identificado por esses discursos como o único capaz de assegurar a existência e continuidade da cultura e civilização humanas³⁴. Na preocupação extremada com a exposição das crianças à existência de experiências sexuais não heterossexuais reside, portanto, a pressuposição de uma necessária ligação entre cultura humana e família heterossexual.

Em suma, o que é produzido nesses diversos discursos de preocupação com a *destruição da família*, teoricamente visada por todos aqueles que não vivem em famílias hetero-cis-sexuais, é exatamente aquele corte que Foucault abordou no conceito de racismo de Estado. Ao estabelecer uma relação de *perigo* e de *ameaça* entre todos aqueles não-cisheterossexuais e o desenvolvimento ‘natural’ e ‘saudável’ da criança (e não de *todas* as crianças, mas daquelas que *importam*), estabelece-se, igualmente, a diferenciação entre o amigo/inimigo, aquela oposição fundamental que não pode ser resolvida senão através de uma *decisão*, uma *decisão* de caráter absoluto que conclui pela necessária eliminação do perigo.

A querela política (e *essencialmente* política) entre os ‘defensores da família’ e aqueles que defendem a possibilidade e legitimidade de uma existência não-cisheterossexual, nos coloca, portanto, frente àquela forma de fazer política ligada ao léxico da guerra; aqui, vemos em operação a política do amigo/inimigo, da necessária eliminação do opositor. Vemos aquele corte realizado pela biopolítica de tipo negativa, que estabelece a necessária contenção e combate de um grupo, em nome da proteção e promoção da vida (*sadia*) de outro.

Nesse sentido é que se torna razoável e necessário nesses discursos negar todo e qualquer direito de uma população, seja à educação, ao reconhecimento, ou mesmo à integridade física. Essa população é vista e recortada como *perigosa*, ela mesma, por sua mera existência, à continuidade saudável dos demais. Passa a ser necessário que a *sociedade* se defenda daqueles que, a partir desses discursos, se constituem como seus inimigos.

Está inscrita, portanto, a relação amigo/inimigo, quando pensamos na forma como se realiza o debate político acerca do conceito de família e dos limites da liberdade sexual. Dessa forma, a realização daquela democracia radical de Mouffe, em que o opositor não é mais o

³⁴ BUTLER, Judith. O parentesco é sempre tido como heterossexual? Cadernos Pagu (21) 2003: p. 219-260.

inimigo, mas o adversário (o qual é necessário reconhecer e tolerar), e em que as identidades não são mais absolutizadas, mas deslocadas, parece estar em absoluta suspensão.

Cabe nos questionar sobre as possibilidades de realizar essa democracia radical e sobre a sua centralidade, para evitar que a negação *discursiva* colocada em curso pelo Estado brasileiro torne-se cada vez mais *corpórea* e cotidiana.

A POLÍTICA SEMPRE NOS PEGA DESPREVENIDOS: RESISTÊNCIAS EM TEMPOS DE POLÍTICA COMO GUERRA

Na linha da quadrista citada no início deste trabalho, inicia-se agora construindo uma percepção comparativa. Se, como ela bem apontou, a guerra sempre nos pega desprevenidos, então também a política, quando funciona em termos de continuação da guerra por outros meios, pega-nos sempre de surpresa.

De fato, como Chantal Mouffe³⁵ bem apontou, muitos foram os teóricos da democracia liberal que, crendo terem os totalitarismos ficado no século XX, se viram surpreendidos pelo acirramento de toda sorte de antagonismos em pleno século XXI. O que se acreditara ter sido a vitória final da democracia liberal se mostra, hoje, como o risco de que a democracia deixe de ser um valor apreciado.

Jacques Rancière³⁶, em seu ‘O ódio à democracia’, aborda uma série de discursos que pretendem denunciar a democracia como o pior acontecimento que acometeu a humanidade. Nesses discursos, a igualdade e as liberdades democráticas são identificadas com as formas de relações ‘iguais’ que se estabelecem no mercado, entre um cliente e seu prestador de serviços; a democracia se torna assim um âmbito de uma igualdade pautada no consumo ávido, no apetite irrefreável, no desejo de tudo obter sem nada oferecer.

O ‘homem democrático’ passa a ser relacionado a uma concepção de sujeito egoísta, que exige todos os direitos para si, sem se sentir compelido a nada oferecer à comunidade. A democracia foi reduzida a uma espécie de estado da sociedade, percebida como uma espécie de catástrofe antropológica. Uma catástrofe antropológica em que uma humanidade madura, adulta, respeitadora da autoridade e ciente de suas responsabilidades, estaria desmoronando frente a uma sociedade formada por ‘indivíduos democráticos’, seres imaturos, consumidores embriagados de igualdade, cuja carta magna é os direitos humanos.

35 MOUFFE, Chantal. O regresso...

36 RANCIÈRE, Jacques. O ódio...

Nesses discursos as exigências por direitos, quaisquer que sejam elas, são todas agrupadas sob uma única percepção negativa, de que se originariam de uma espécie de imaturidade profunda que levaria à incapacidade de aceitar a autoridade e a tradição, bem como de um egoísmo absoluto, através do qual o indivíduo se tornaria consumidor insaciável de direitos, ao passo que negaria seus deveres. Nas palavras do próprio autor: “*É assim que toda a política é creditada a uma antropologia que conhece apenas uma única oposição: entre uma humanidade adulta, fiel à tradição que a institui como tal, e uma pueril, cujo sonho de se engendrar como nova conduz à autodestruição.*”³⁷

Nesse contexto, a exigência de direitos de liberdade sexual ocupa uma posição especialmente delicada. O cerne dos discursos contrários a esses direitos é, como bem pontuou Butler, exatamente a continuidade da cultura nos termos normativos da tradição, que os grupos de pessoas não-heterocissexuais colocariam em risco, ao exigir o direito a serem diferentes e a se constituírem fora dos limites da autoridade patriarcal que sustenta essa família.

Constantemente, portanto, esses grupos são representados na forma do indivíduo democrático dos discursos analisados por Rancière, como adolescentes pueris, consumindo prazeres de forma desenfreada e condenados à própria destruição, além de colocar em risco de destruição a sociedade como um todo. Os direitos exigidos, mesmo quando eminentemente liberais (no sentido de se circunscreverem a uma exigência de não interferência estatal nas formas de se viver), são acusados de serem *privilégios*, já que perpassam a possibilidade de dizer não ao que seria visto como *deveres* de todos os demais.

Quão avessos aos direitos humanos são os discursos que dominam o contexto político brasileiro contemporâneo, também o sabemos. Os direitos no geral têm sido identificados como se padecessem de um ‘excesso’, tornando o país ‘ingovernável’. Trata-se, portanto, da mobilização ampla de uma forma de política antidemocrática, que vê nos direitos e na igualdade um mal a ser combatido, o qual se encarna naqueles sujeitos que hoje exigem dividir o espaço da existência e o direito a experimentar novas formas de vida, dizendo não à tradição.

Uma forma de política antidemocrática, portanto, que se configura na oposição amigo/inimigo e que, aliás, parece cada vez mais disputar um conceito de democracia que se resume a afirmar um direito absoluto da maioria³⁸, afastando-a, portanto, de qualquer

37 RANCIÈRE, Jacques. O ódio ..., p. 42.

38 O que nos coloca, novamente, na clássica discussão acerca dos necessários limites ao controle majoritário nas democracias, com a consequente necessidade de que existam garantias básicas às minorias sociais, especialmente do tipo cultural ou étnico. Sobre essa discussão: COSTA, Pietro. Poucos, muitos, todos: lições de história da democracia. Trad. Luiz Ernani Fritoli. Curitiba: UFPR, 2012.

perspectiva radical ou pluralista, conforme colocado por Mouffe. Aproximando-a, paradoxalmente, de diversas experiências de governo de tipo autoritário vistas no século XX, as quais contavam com ampla aderência popular por um lado e, por outro, baixa ou nenhuma tolerância ao dissenso.

Anula-se também a possibilidade de operação nos termos do *adversário*, visto que os discursos que a um só tempo infantilizam e demonizam aqueles que buscam o novo estão bem longe de se inscreverem em um contexto de tolerância do opositor, e muito mais próximos de formas de anulação da existência política do *inimigo*, inscrevendo no horizonte o sempre consequente risco de anulação de sua existência corpórea.

Em suma, a natureza dos debates políticos contemporâneos sobre os direitos de gênero e sexualidade parecem nos inscrever muito mais em um esquema de política como continuação da guerra do que em um funcionamento democrático da política. A partir disso podemos, e em verdade devemos, nos perguntar acerca dos ‘fins’ da democracia; dos fins no sentido da função que ela ainda tem a cumprir, ao impedir que a oposição atual leve à(o aumento da) negação corpórea dos sujeitos que subvertem a heteronorma, mas também das dificuldades que ela enfrenta hoje, para se realizar e resistir.

Volta-se, novamente, à Persépolis; nos quadrinhos, a resistência decisiva dos personagens ao regime totalitário em que se veem colocados é principalmente a resistência cotidiana, que lhes permite buscar e manter suas formas de experimentar a subjetividade humana, para além dos desígnios do regime totalitário em que vivem. A resistência, nesse sentido, parece não poder jamais residir apenas em formas também guerreiras de travar o combate, mas necessita se realizar nos constantes e cotidianos atos de não se permitir anular.

A questão é como participar do debate político, como participar do antagonismo democrático, quando seu assento na ágora não está garantido, mas negado. Quando sua existência enquanto ser político é, de início, desconsiderada. É de se questionar, nos debates acerca dos perigos que sofrem as crianças frente à ‘ideologia de gênero’, quem ocupará a cadeira vazia das crianças LGBTI+, que parecem não ter qualquer existência e, portanto, nenhuma possibilidade de participar do debate.

Como chegar, afinal, a ser adversário, quando se é inimigo? Como chegar, enfim, a ser *humano*, quando se é *abjeto*? Como trazer a sua pluralidade, a sua diversidade, para um debate marcado por posições de sujeito pré-estabelecidas, absolutizadas, negadoras de sua subjetividade e de sua corporalidade?

Essas perguntas, entretanto, não são passíveis de uma resposta final. Parece ser necessário resgatar a importância de deslocar as posições identitárias absolutizadas, deslocando

assim quais são as ‘cadeiras’ estabelecidas no debate, bem como ‘quem’ pode se proclamar como digno de ocupá-las.

Necessário mobilizar a filosofia de Butler, que afirma a absoluta corporalidade das construções de direitos; a absoluta corporalidade da tomada do espaço público em movimento, da disputa coletiva acerca de quem afinal faz parte daquele *nós* que constitui a comunidade³⁹. De fato, como bem pontua a autora, a tomada do espaço público e político daqueles corpos que são apontados como não existentes, ou não (tão) humanos, é condição prévia da construção do espaço democrático como estabelecido por Mouffe, pois que questiona e reconfigura as normas que o organizam e que estabelecem quem pode e o que se pode debater à guisa de construção política.

Ao fim, a política permanece sendo, como pontua Arendt⁴⁰, o espaço em que o *milagre* pode se realizar. E isso porque é dela de onde pode sair o novo, e onde a humanidade pode vir a retrair seus contornos e seus horizontes. Mas para que tal milagre aconteça, parece necessário que a política deixe de ser pensada como continuação da guerra; bem como deixe de ser pensada como aquilo que se realiza apenas quando da superação do reino das necessidades humanas.

Como novamente Butler coloca, não há política despida da corporalidade, bem como não há corporalidade que se inscreva fora do âmbito da precariedade⁴¹, que é o âmbito da necessidade. Não há política senão a partir das necessidades humanas, e nada é tão político quanto a definição de quais necessidades serão supridas, quais corpos serão protegidos, quais vidas serão choradas e quais, por seu lado, não serão.

Se é esse o caso, retomemos a discussão acerca do reconhecimento, dos limites de reconhecimento que estabelecem os limiares entre o inteligível e o abjeto. E essa discussão, por claro, não se dará nos termos de uma democracia liberal calcada em um debate de tipo

39 BUTLER, Judith. Notes toward a performative theory of assembly. London, England: Harvard University Press, 2015.

40 ARENDT, Hannah. O que é política? 3. ed. Trad. Reinaldo Guarany. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

41 A precariedade surge no pensamento de Butler como consequência de que viver é sempre viver socialmente; e isso porque a vida requer que várias condições sociais e econômicas sejam atendidas para que seja mantida enquanto uma vida. A precariedade nos marca a todos porquanto vivos, ou seja, expostos à morte. Ela é, também, profundamente social, no sentido de que se distribui de maneira desigual a depender dos enquadramentos em operação. Determinadas pessoas – ou grupos de pessoas – são expostas a condições econômicas e sociais menos favoráveis, ou seja, expostas à morte de forma muito mais intensa do que as demais. Dessa forma, a precariedade é um contexto social, intensamente imerso em um mundo e em uma história de distribuição desigual de recursos. Ver: BUTLER, Judith. Quadros de Guerra: quando a vida é passível de luto? Trad. Sérgio Lamarão e Arnaldo Marques da Cunha. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

racionalista e universalista, mas apenas nos termos de uma democracia radical, corpórea, que se realize a partir da multiplicidade da experiência humana. Uma política que seja também, portanto, uma política da necessidade, bem como uma política dos afetos.

Em meio aos discursos que negam a diversidade das existências, é de se responder afirmando-a; é de se responder com a coragem mais física que se pode exercer. É de se ocupar o espaço público e, afirmando-se, realocar as regras que determinam os termos do debate em operação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É na diversidade e na multiplicidade de seres singulares, que reside a possibilidade do exercício de uma democracia radical e pluralista, conforme proposta por Mouffe. Em um contexto de intensa negação da existência dessa diversidade, e em que a percepção dos direitos e da democracia em si mesma parece cada vez mais deturpada e demonizada, a maior resistência parece ser cada vez mais permanecer na afirmação dessa diversidade.

É preciso que se permaneça disputando aquele *nós* em risco que os discursos negadores da diversidade constroem; disputando-o, denunciar o corte que é realizado, a separação que se institui entre indivíduos de acordo com a norma, e, portanto, passíveis de proteção (amigos), e indivíduos que a subvertem, tornando-se perigos dos quais é necessário proteger a sociedade (inimigos).

Tal disputa, no entanto, não será realizada no âmbito das discussões racionalistas apregoadas pela democracia liberal. Será realizada, muito mais, na disputa dos afetos, na mobilização do sentimento de *reconhecimento* que é capaz de nos conectar enquanto seres em comum, compartilhando o mesmo espaço, embora com percepções não tão compartilhadas sobre a existência.

Pontua-se, enfim, que em resposta aos discursos antidemocráticos formulados por nossos *adversários* políticos, nossa melhor resistência seja a construção de uma política dos afetos e dos corpos em sua necessidade. Uma política que responda àquele *nós* restrito, com a construção cotidiana de um *nós* muito mais amplo e profundamente mais diverso.

REFERÊNCIAS

AGAMBEN, Giorgio. *Homo sacer: o poder soberano e a vida nua I*. Trad. Henrique Burigo. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002.

ARENDT, Hannah. *O que é política?*. 3. Ed. Trad. Reinaldo Guarany. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

BUTLER, Judith. *El género en disputa: El feminismo y la subversión de la identidad*. Trad. Antonia Muñoz. Barcelona: Espasa Libros, 2007.

_____. *Notes toward a performative theory of assembly*. London, England: Harvard University Press, 2015.

_____. *O parentesco é sempre tido como heterossexual?* Cadernos Pagu (21) 2003: p. 219-260.

_____. *Quadros de Guerra: quando a vida é passível de luto?* Trad. Sérgio Lamarão e Arnaldo Marques da Cunha. 1ª Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

COSTA, Pietro. *Poucos, muitos, todos: lições de história da democracia*. Trad. Luiz Ernani Fritoli. Curitiba: Editora UFPR, 2012.

DA SILVA, Regina Beatriz Tavares. *O estatuto destruidor das famílias*. Gazeta do povo, artigos. Publicado em 27 de set de 2017. Disponível em: <http://www.gazetadopovo.com.br/opiniaio/artigos/o-estatuto-destruidor-das-familias-9buuozo0waq95i1ctpi8n096x>. Consulta em 18 de fev de 2018.

ESPOSITO, Roberto. *Bios: biopolítica e filosofia*. Trad. M. Freitas de Coua. Lisboa: 70, 2010.

FOUCAULT, Michel. *Em defesa da sociedade: curso no Collège de France (1975-1976)*. Trad. Maria Ermantina Galvão. 2. Ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2010.

_____. *Historia da Sexualidade: a vontade de saber*. Trad. Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. São Paulo: Paz e Terra, 2014.

MISKOLCI, Richard. *Pânicos morais e controle social – reflexões sobre o casamento gay*. In: Cadernos Pagu, n. 28, Campinas: Jun/Jul 2007. p. 101-128.

MOUFFE, Chantal. *O regresso do político: trajectos*. Trad. Ana Cecília Simões. Lisboa: Gradiva Publicações, 1996.

RANCIÈRE, Jacques. *O ódio à democracia*. Trad. Mariana Echalar. São Paulo: Boitempo, 2014.

SATRAPI, Marjane. *Persépolis*. Trad. Paulo Werneck. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

SCHMITT, Carl. *O conceito do político: Teoria do Partisan*. Trad. Geraldo de Carvalho. Belo Horizonte: Del Rey, 2008a.

PARTE II
ÓTICAS INTERSECCIONAIS E MIGRAÇÕES



SER MULHER EM MOVIMENTO: APORTES DO FEMINISMO INTERSECCIONAL NOS ESTUDOS MIGRATÓRIOS

Anna Luiza Ribeiro ¹

Nara Veiga Borges ²

Tatyana Scheila Friedrich ³

INTRODUÇÃO

Apesar de o fenômeno migratório sempre ter contado com a participação feminina, recentemente tem se falado em “feminização da migração” para expressar o número cada vez mais expressivo de mulheres que migram, sendo que este incremento do movimento transnacional é tido como motivado pela chamada “feminização da pobreza”⁴, mas, também, por outros variados fatores, dentre os quais, para fins exemplificativos, destacam-se as catástrofes naturais, guerras e perseguições. O termo ainda é utilizado para trazer à tona a importância do reconhecimento das mulheres enquanto atrizes (não coadjuvantes) da migração, além das especificidades que permeiam este trânsito realizado por elas⁵.

-
- 1 Aluna do curso de Direito na Universidade Federal do Paraná (UFPR). Pesquisadora pelo Programa Institucional de Apoio à Inclusão Social, Pesquisa e Extensão Universitária, sob a orientação da Profa Dra Tatyana Scheila Friedrich - 2020/2021. E-mail: annaluliza99@gmail.com.
 - 2 Aluna do curso de Direito na Universidade Federal do Paraná (UFPR). Pesquisadora pelo Programa Institucional de Apoio à Inclusão Social, Pesquisa e Extensão Universitária, sob a orientação da Profa Dra Tatyana Scheila Friedrich - 2020/2021. E-mail: naraveigaborges@gmail.com.
 - 3 Doutora, Professora de Direito Internacional Privado, Direito da Migração e Refúgio e Direito do Sul Global, na UFPR, Coordenadora da Cátedra Sérgio Vieira de Mello na UFPR e do Programa Política Migratória e Universidade Brasileira. Líder do Grupo de Pesquisa Nupesul (CNPQ). E-mail: tatyana@ufpr.br
 - 4 LISBOA, Teresa Kleba. Gênero e Migrações: trajetórias globais, trajetórias locais de trabalhadoras domésticas. Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana, [online], v. 14, n. 26 e 27, 2006. Disponível em: <http://www.csem.org.br/remhu/index.php/remhu>. Acesso em 02 dez. 2020.
 - 5 MARINUCCI, Roberto. Feminization of migration?. Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana. [online]. v. 15, n. 29, 2007. Disponível em: <http://remhu.csem.org.br/index.php/remhu/article/view/55>. Acesso em: 02 dez. 2020.

Num momento pretérito nos estudos migratórios, a transposição de fronteiras realizada por mulheres foi tratada como condicionada à migração masculina ou familiar, ao que se colocou, assim, a mulher migrante em uma posição de dependência. Tal ponto de vista, não obstante a própria nocividade de um discurso teórico que obscurece a autonomia das ações migratórias femininas, pode ter sérias consequências no plano fático, uma vez que situar a mulher em um *locus* de dependência a um membro da sua família (masculino, geralmente o companheiro) que migra pode ensejar situações diversas de opressão, como, por exemplo, a restrição de direitos ou de condições materiais de acesso a eles⁶, ou a conformação com abusos e violências realizadas contra si, tanto na esfera da do trabalho, quanto no âmbito doméstico. Neste último cenário, a mulher pode ser levada ao confinamento em um lar no qual ela é vítima de violência doméstica, como demonstraram Magalie Gafner e Irène Schmidlin, ao tratar da política migratória Suíça⁷, assunto já previamente abordado por Kimberle Crenshaw; isso porque, conforme explanam essas autoras, o medo de deportação (especialmente reforçado para aquelas com status migratório irregular) é tal que, para muitas, a submissão à agressão pode parecer a melhor opção, visto que a busca por ajuda (que, por vezes, sequer sabem ser uma opção) pode implicar na sua remoção forçada do país que escolheu para (re)construir sua vida ou um novo capítulo dela⁸.

Felizmente, por meio dos esforços teóricos e políticos de diversas mulheres, os estudos migratórios caminharam para o rumo do reconhecimento da migração feminina enquanto movimento autônomo, portanto realizado a partir da vontade da mulher, do qual a ela é a personagem principal, e, ainda, foi mais além, alcançando a capacidade de perceber a migração feminina como dotada de especificidades para as quais é necessário se atentar.

Sem dúvidas, isso não representou o fim da jornada de desenvolvimento de uma epistemologia migratória preocupada com o gênero: recentemente, em 2018, o Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA) chamou a atenção para a temática e elaborou uma

-
- 6 DENIS, Ann. Developing a Feminist Analysis of Citizenship of Caribbean Immigrant Women in Canada: Key Dimensions and Conceptual Challenges. In: DOBROWLSKY, Alexandra; TASTSOGLU, Evangelia (org). Women, migration, and citizenship: making local, national, and transnational connections. Inglaterra: Ashgate, 2006, p. 37-59.
 - 7 GAFNER, Magalie; SCHMIDLIN Irène. Le genre et la législation suisse en matière de migration. Nouvelles Questions Féministes, Lausanne, vol. 26, p. 16-37, 2007/1. Disponível em: <https://www.cairn-int.info/revue-nouvelles-questions-feministes-2007-1-page-16.htm>. Acesso em: 5 dez. 2020.
 - 8 CRENSHAW, Kimberle. Mapping the Margins: Intersectionality, Identity Politics, and Violence against Women of Color. Stanford Law Review, Stanford, vol. 43, n. 6, p.1241-299, 1991. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/1229039?seq=1>. Acesso em: 4 dez. 2020.

lista contendo cinco motivos pelos quais a migração é uma questão feminista, quais sejam, a alta proporção de mulheres migrando internacionalmente; a maior exposição que elas enfrentam no tráfico de pessoas para fim de exploração sexual (junto com crianças, mulheres são os principais alvos), além de serem, constantemente, vítimas de diferentes formas de violência (tanto no país de origem, como no de acolhimento); elas sofrem com a discriminação pelo fato de serem mulheres, a qual se soma à discriminação por serem migrantes, deixando-as em uma posição de vulnerabilidade reforçada; elas enfrentam dificuldades de acesso a serviços relacionados à gestação quando estão em trânsito, e, por vezes, quando já se fixaram no país de destino (riscos gestacionais de mulheres migrantes se revelaram maiores em face de mulheres que não o são), além de outros problemas de saúde, como a maior exposição a contaminação por HIV, isso devido, principalmente, à dificuldade de terem seus direitos sexuais e reprodutivos garantidos e efetivados⁹. Também é importante falar das questões hormonais da mulher, menstruação, higiene pessoal e da necessidade de usar absorventes higiênicos mensalmente, os quais nem sempre estão disponíveis e geralmente têm alto valor no mercado, tornando-se de difícil acesso durante a trajetória migratória e nos países de destino, sem contar que muitas culturas ainda tratam do tema como tabu..

Não se pode olvidar, contudo, que o progresso que tem sido alcançado nesse ramo é notório e que ele foi possível, em grande medida, pelos estudos feministas, que apontaram e apontam a necessidade de se falar de gênero enquanto construção social geradora de opressões que moldam a vida de cada mulher¹⁰. Diante disso é que o presente artigo, a partir do método de revisão bibliográfica e pautado no marco teórico do feminismo interseccional, pretende analisar os aportes do feminismo nos estudos sobre migração, a fim de e consagrar e revelar a importância da perspectiva feminista enquanto método de análise válido e eficaz nos debates migratórios, além de expor problemas atuais que esse tipo de estudo particular nos permite colocar em questão. Assim, o trabalho se inicia com a abordagem da proposta feminista interseccional, passando, em seguida, a delinear as questões que envolvem o ser

9 UNFPA. Five reasons migration is a feminist issue. United Nations: New York, 9 abr. 2020. Disponível em: <https://www.unfpa.org/news/five-reasons-migration-feminist-issue>. Acesso em: 2 dez. 2020.

10 CRENSHAW, Kimberle. Mapping the...

mulher em trânsito internacional e, por fim, sem querer esgotar o assunto, visto a imensidão do tema, aborda algumas das contribuições feministas no campo dos estudos migratórios.

UMA PROPOSTA INTERSECCIONAL DO FEMINISMO

A teoria feminista interseccional remonta do feminismo negro, com incidência marcada também no feminismo lésbico e no feminismo chicano, sendo Kimberly Crenshaw a feminista a atribuir propriamente a nomenclatura “interseccional” ao tipo determinado de estudo que se atenta para as múltiplas relações de opressão a que as mulheres são submetidas¹¹. Cada mulher se encontra imersa em diferentes relações sociais de poder¹², as quais se entrelaçam e moldam suas experiências de vida¹³. Uma perspectiva interseccional do feminismo cuida das imbricações dessas diferentes formas de dominação exercidas sobre a mulher, dentre as quais as que costumam ser mais citadas são gênero, classe, raça e sexualidade. Assim, uma análise pelo prisma da interseccionalidade trabalha com a interligação das dominações vividas por diferentes mulheres. Ainda, o feminismo interseccional se erige e se contrapõe ao próprio feminismo fundado sob o alicerce de uma racionalidade de mundo racista, classista e eurocentrada, a qual tende a reproduzir. Esse feminismo que se combate promove a universalização da condição do ser mulher e, desta forma, acaba por obscurecer as múltiplas realidades vivenciadas por aquelas que, além de mulheres, são negras, orientais, pobres, migrantes, enfim, indivíduos que enfrentam a diminuição de seu valor de vários lados e de diversas formas, e, que têm suas vozes e demandas silenciadas por integrarem uma minoria no movimento, que é ignorada¹⁴.

A interseccionalidade como proposta metodológica implica, ainda, no reconhecimento de que essas diferentes formas de opressão, que são entrelaçadas, não se

-
- 11 OLIVEIRA, João Manuel de. Os feminismos habitam espaços hifenizados: A Localização e Interseccionalidade dos saberes feministas. *Ex aequo*, Vila Franca de Xira, n. 22, p. 25-39, 2010. Disponível em: http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0874-55602010000200005&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 01 dez. 2020.
 - 12 MARTIN, Hélène; ROUX, Patricia. Recherches féministes sur l'imbrication des rapports de pouvoir: une contribution à la decolonization des saviors. *Nouvelles Questions Féministes*, Lausanne, vol. 34, p. 4-11, 2015/1. Disponível em: <https://www.cairn.info/revue-nouvelles-questions-feministes-2015-2-page-4.htm>. Acesso em: 4 dez. 2020.
 - 13 CRENSHAW, Kimberle. Mapping the...
 - 14 DELPHY, Christine. Antisexisme ou antiracisme? Un faux dilemme. *Nouvelles Questions Féministes*, Lausanne, vol. 25, p. 59-83, 2006/1. Disponível em: <https://www.cairn-int.info/revue-nouvelles-questions-feministes-2006-1-page-59.htm>. Acesso em: 20 set. 2020..

sobressaem umas às outras, mas se retroalimentam para criar um corpo estigmatizado, desrespeitado e, por fim, violentado. Dessa forma, a luta não deve ser segregada, de modo a dar preferência a esta ou àquela determinada relação social, mas feita de um modo total, abrangendo, assim, os problemas em suas especificidades ocasionadas por essas múltiplas relações imbricadas¹⁵. Quanto a isso, textos feministas, ou mesmo textos sobre migração permeados pela epistemologia feminista de consideração do gênero enquanto fator de opressão, promovem uma análise do fenômeno migratório voltada para essa intersecção¹⁶ e tecem, diante dela, importantes provocações.

IMPLICAÇÕES DO SER MULHER EM MOVIMENTO

Ao constatar as implicações do ser mulher em movimentos migratórios, tratar-se-á, em primeira instância, sob a perspectiva da interseccionalidade. O conceito desenvolvido por Kimberlé Crenshaw, como brevemente abordado, refere-se a marcadores de desigualdade social que correlacionados implicam em contornos mais severos ao preconceito, ou seja, nuances de estigmas sociais sobrepostos que se tornam produtos de um resultado, aqui representado pela violência. Nesse sentido, a mulher é sujeita - sendo mulher e a depender de sua raça, orientação sexual, classe social, idade, nacionalidade, entre outros - a mais ou menos descrédito.

Ela, migrante ou não migrante, é historicamente inferiorizada, durante muito tempo foi considerada comumente enquanto incapaz - inclusive perante a lei, que legitimava tais violências¹⁷, e além disso, impossibilitada de estudar, trabalhar ou viver em favor de si, haja vista a necessidade de representação masculina, geralmente empregada ao pai ou ao marido na esfera social. E mais, o imaginário popular ainda reflete traços desse pensamento

15 CRENSHAW, Kimberle. Mapping the...

16 Essa intersecção pode se desdobrar em diferentes categorias, como gênero e migração, propriamente, e, ainda, gênero e refúgio, gênero e nacionalidade, dentre outras que podem, também, se amalgamar com o racismo, o classismo, a sexualidade, etc.).

17 As Ordenações Filipinas, legislação portuguesa trazida para o Brasil, que teve sua vigência por 350 anos, explicitava algumas características da vida social da mulher. A lei concedia inclusive o assassinato de mulheres por seus maridos em caso de adultério. Ainda mais, o Código Civil de 1916, por exemplo, tratava enquanto incapaz de praticar os atos da vida civil a mulher casada, sendo representada pelo marido. Tudo isso revela um sistema de leis patriarcal que legitimava, e legitima de certa forma, a violência contra mulher.

patriarcal. Nesse sentido, o processo de legitimação da mulher enquanto inferior vive e assola todas as relações, independentemente do teor.

Em consequente, ao tratar dessas implicações especificamente para com as mulheres migrantes, uma série de características próprias surgem do contexto de múltiplas vulnerabilidades a qual elas estão inseridas. Primeiramente, a condição de não-nacional. Ocorre que a migrante ocupa uma posição de não-humana no pensamento nativo, ou seja, é vista como diferente, indigna ou nada, e consequentemente está sujeita a maus tratos, como por exemplo violência física, verbal, patrimonial ou psicológica.

Em segundo lugar, uma questão importante a se tratar é a vulnerabilidade linguística. Migrar, independentemente das razões, é um desafio, principalmente no que concerne à comunicação. Nesse contexto, mulheres que não falam ou entendem com fluência a língua do país de destino estão sujeitas a grandes privações, dentre elas destacam-se: 1. a privação no que cerne as relações, ou seja, sujeita à solidão; 2. a privação no que cerne as iniciativas públicas, ou seja, não possuir acesso a informação sobre seus direitos e serviços disponíveis; 3. a privação no que cerne o pedido de ajuda, sendo a comunicação o principal objeto da denúncia e da troca de informações.

A migrante, além de outras complicações anteriormente explanadas, ainda está sujeita à desvalorização de sua cultura e memória. Justamente por ocupar a posição de não nacional anteriormente explanada, tem sua identidade cultural minada no país escolhido como destino. Ocorre que por inúmeros motivos - como por exemplo a vontade de se encaixar em uma nova sociedade ou o medo de sofrer injúria - a mulher deixa sua identidade cultural, entretanto, não deixa de ser uma migrante, ocupando, portanto, um limbo entre seu país de origem e destino.

Contudo, as implicações dos movimentos migratórios estão intimamente ligadas à violência contra mulher migrante e suas especificidades, inclusive considerando o olhar interseccional, reduzindo-as a um espaço de privações. Há de se considerar também a insuficiência, e inexistência em dados aspectos, de ações públicas efetivas de integração da mulher com o espaço, além de mais oportunidades de migração regular – fatores que, dessa forma, perpetuam o processo de violação, violência, migração irregular e privação. Por fim, urge que a mulher seja reconhecida enquanto ser merecedora de respeito e reconhecimento, tanto no âmbito social quanto no âmbito político.

APORTES DO FEMINISMO NOS ESTUDOS MIGRATÓRIOS: MULHERES COMO ATRIZES DA MIGRAÇÃO

Durante muito tempo as mulheres foram tratadas com invisibilidade perante o movimento migratório, vistas apenas enquanto coadjuvantes de suas próprias histórias. Ocorre que a migrante não era representada como trabalhadora, mas sim como acompanhante dos pais, do marido ou dos filhos. Ainda mais, deveria ser guardiã da casa e das proles enquanto os homens eram representados como trabalhadores e protagonistas. Esse é, sem dúvidas, um dos reflexos do patriarcado instaurado no imaginário dos povos que influenciou o que mais tarde seria marcado pelo rosto feminino, a migração.

Todavia, hoje as mulheres representam a maior parte do fluxo migratório, e ainda mais, são protagonistas desse processo. Os motivos que a levam a aderir ao projeto migratório são diversos, dentre eles se pode citar o sustento da família, a busca por melhores condições de vida ou oportunidades de trabalho e estudo, bem como a liberdade no que cerne a tradição cultural de dado lugar. Nesse sentido, a ausência de um marco legal, ou seja, ações públicas efetivas que atendam a necessidade dessas mulheres as tornam ainda mais vulneráveis e expostas aos riscos decorrentes da mobilidade feminina.

Em suma, é de extrema importância que se reconheçam os inúmeros motivos que levam a mulher à migração e também as múltiplas vulnerabilidades às quais elas são sujeitas no processo. Hoje a migrante é protagonista do processo migratório, e com isso está inserida em dados aspectos. A partir de agora, passa-se a abordagem de questões migratórias específicas que vêm sendo debatidas no âmbito dos estudos feministas.

A DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO NO CONTEXTO MIGRATÓRIO

Uma temática migratória tratada em grande escala pelas análises feministas é a do “trabalho do *care*” que consiste na atuação laboral de mulheres nos chamados serviços de cuidado, atuando, assim, como cuidadoras de idosos, babás, enfermeiras ou trabalhadoras domésticas. Muitas mulheres migrantes que partem para outro país em busca de melhores condições de vida optam ou acabam por ser segregadas ao desempenho deste tipo de atividade. Grande parte dessas mulheres é proveniente do Sul global e parcela considerável delas tem bom nível de qualificação profissional (formal), além de integrarem classes sociais

não tão desfavorecidas¹⁸. Elas partem, em geral, rumo a países do Norte global para suprir a demanda destes países por serviços de cuidado, a qual, segundo Arlie Russel Hochschild, teria sido inflamada pela forte ascensão das mulheres dos países do Norte global ao mercado de trabalho em carreiras desenvolvidas sob moldes masculinos, que obstaculizam o desempenho de funções de cuidado que, sob uma ótica patriarcal, lhes são atribuídas. Assim, surge a necessidade de pessoas que desempenhem essa atividade, a qual passa a ser suprida por mulheres que migram para tentar adquirir melhores salários do que aqueles que poderiam receber em seu país de origem; tal fenômeno possibilita a formação de uma verdadeira “indústria do cuidado”¹⁹.

As mulheres migrantes que realizam esse tipo de trabalho tanto podem migrar já com esta finalidade em mente ou o engajamento nele pode ser o resultado da dificuldade de inserção no mercado de trabalho ou em atividades compatíveis com a sua área de formação, em decorrência tanto do ser mulher, quanto do ser migrante (divisão sexual e internacional do trabalho²⁰). Ocorre que, ao migrar, as mulheres são submetidas a discriminações por variados motivos (gênero, classe, raça, nacionalidade, dentre outros), o que recorrentemente acarreta na diminuição do leque, já atenuado para mulheres, de possibilidades de emprego²¹ e, desta forma, os trabalhos destinados a elas costumam corresponder àqueles atribuídos às mulheres em geral na esfera privada²², os quais tendem a ser desvalorizados.

Um ponto importante que cumpre ser destacado nesta análise é o trazido por Jean Pyle através do conceito “flip side”²³, utilizado para expressar o outro lado das migrações transnacionais de mulheres que desempenham trabalhos de cuidado: ao migrar, muitas

-
- 18 PYLE, Jean L. Globalization and the increase in transnational care work: the flip side. In: VISVANATHAM, Nalini; DUGGAN, Lynn; NISONOFF, Laurice; WIGERSMA, Nan (edit.). *The women, gender and development reader*. Nova York: Zed Books, 2011. p. 252-269.
 - 19 HOCHSCHILD, Arlie Russell. *Le nouvel or du monde*. *Nouvelles Questions Féministes*, Lausanne, vol. 23, p. 59-74, 2004/3. Disponível em: <https://www.cairn.info/revue-nouvelles-questions-feministes-2004-3-page-59.htm>. Acesso em: 20 set. 2020.
 - 20 MASSON, Sabine. Sexe/genre, classe, race: décoloniser le féminisme dans un contexte mondialisé: Réflexions à partir de la lutte des femmes indiennes au Chiapas. *Nouvelles Questions Féministes*, Lausanne, vol. 25, p. 56-75, 2006/3. Disponível em: <https://www.cairn-int.info/revue-nouvelles-questions-feministes-2006-3-page-56.htm>. Acesso em: 05. Dez. 2020.
 - 21 PYLE, Jean L. *Globalization...*, p. 252-269.
 - 22 DAHINDEN, Janine; ROSENDE, Magdalena; BENELLI, Natalie; HANSELMANN, Magaly; LEMPEN, Karine. *Migrations: genre et frontières – frontières de genre*. *Nouvelles Questions Féministes*, Lausanne, vol. 26, p. 4-14, 2007/1. Disponível em: <https://www.cairn-int.info/revue-nouvelles-questions-feministes-2007-1-page-4.htm>. Acesso em: 25 set. 2020.
 - 23 PYLE, Jean L. *Globalization...*, p. 252-269.

mulheres se separam de seus filhos e famílias, quando estes permanecem no país de origem (*children “left behind”*), e isso pode lhes ocasionar sofrimento, seja pela distância em si e as consequências emocionais dela ou pelos julgamentos da família por ela ter negligenciado seu papel de cuidadora dentro de seu próprio contexto familiar; ainda, também os familiares podem padecer com esse distanciamento. Seguindo essa linha, outra questão importante é a das remessas de dinheiro feitas por essas mulheres aos familiares que permanecem no país de origem. Tais valores, para os países de origem, representam fonte de receita²⁴, para os familiares, podem significar o sustento ou melhores condições de vida e, para as mulheres que as enviam, podem adquirir a forma de compensação pela distância.

REFÚGIO E GÊNERO

Uma contribuição da teoria feminista que se pode observar na seara dos estudos sobre migração é o debate do gênero como ensejador do status de refugiada. Explica-se: o refúgio é concedido àqueles/àquelas que sofrem com o fundado temor de perseguição por “motivos de raça, religião, nacionalidade, grupo social ou opiniões políticas²⁵” ou, também, conforme a Declaração de Cartagena de 1984, por graves violações de direitos humanos. Nas análises migratórias, sob um viés feminista, tem-se buscado uma abordagem do instituto do refúgio que parta da perspectiva de gênero, tanto na esfera internacional, como na esfera nacional (onde as disposições sobre refúgio são efetivamente aplicadas), e, neste sentido, luta-se para que o gênero possa ser percebido enquanto motivo de perseguição digno de previsão de resguardo da pessoa que a sofre por meio desse instituto.

As interpretações atuais de dispositivos normativos internacionais (nomeadamente, o Estatuto dos Refugiados de 1951 e seu Protocolo Adicional de 1967, a Declaração de Cartagena) e a doutrina internacional já tratam o gênero como tacitamente incluso nas previsões relativas ao refúgio (tem-se que o gênero se enquadraria nos casos de perseguição

24 SASSEN, Saskia. L’exportation organisée des travailleuses migrantes et le trafic de femmes: d’importants circuits financiers. In: VERSCHUUR, Cristine; REYSOO, Fenneke (Eds.). *Genre, nouvelle division internationale du travail et migrations*. Paris: Graduate Institute Publications, 2005, p. 237-246. Disponível em: <https://books.openedition.org/iheid/5746>. Acesso em: 10 dez. 2020.

25 ACNUR. Convenção de 1951 Relativa ao Estatuto dos Refugiados. Disponível em: https://www.pucsp.br/IIIseminariocatedrasvm/documentos/convencao_de_1951_relativa_ao_estatuto_dos_refugiados.pdf. Acesso em: 02 dez. 2020.

baseada na pertença a grupo social específico²⁶). Todavia, são muitas as razões pelas quais, não obstante a importância teórica de uma afirmação desta natureza, a discussão deve continuar a ser fomentada. Primeiramente, porque a maioria dos textos normativos internacionais que tratam do tema não fazem menção expressa ao gênero, o que deixa ampla margem de arbitrariedade estatal que tende ao seu não reconhecimento ou a um reconhecimento ainda tímido²⁷.

Primeiramente, cumpre pontuar o entendimento internacional sobre o assunto. O ACNUR, em suas Diretrizes Sobre Proteção Internacional n. 1, que melhor especificam a abrangência do instituto do refúgio, pormenorizando as questões que devem ser levadas em consideração na aferição de cada caso, deixaram clara a importância da análise dos fatores de gênero no pedido de refúgio, tendo em vista que ele pode influir na perseguição e violência praticada contra mulheres, e, ainda, esclareceram a possibilidade da atribuição do status de refugiada às mulheres que realizam solicitações baseadas em perseguições por razões de gênero, mas isto nos casos em que restar comprovada a perseguição motivada pelas demais razões efetivamente dispostas no Estatuto. Diante dessa abordagem, conforme imperativo se faz, as Diretrizes definem o conceito de gênero adotado, qual seja, “relações entre mulheres e homens baseada em identidades definidas e construídas social ou culturalmente”²⁸. As referidas diretrizes elucidam, ainda, que o alcance de tal entendimento só foi possível diante do desenvolvimento de estudos centrados em gênero e sexo, os quais estimularam debates desta natureza também no campo dos estudos migratórios e provocaram a percepção de que o instituto do refúgio foi concebido sob moldes masculinos que obscurecem as particularidades da realidade migratória das mulheres, as quais, conforme hoje se vislumbra, devem ser consideradas para uma aplicação coesa e eficiente do instituto.

-
- 26 ACNUR. Diretrizes Sobre Proteção Internacional n. 02. “Pertencimento a um grupo social específico” no contexto do Artigo 1A(2) da Convenção de 1951 e/ou seu Protocolo de 1967 relativos ao Estatuto dos Refugiados. Documento HCR/GIP/02/02. Genebra: 7 mai. 2002. Disponível em: <https://www.acnur.org/fileadmin/Documentos/BDL/2014/9741.pdf?file=file->. Acesso em: 02 dez. 2020.
- 27 TVEDT, Johanna Norshus. Accounting for Gender in International Refugee Law: A Close Reading of the UNHCR Gender Guidelines and the Discursive Construction of Gender as an Identity. Tese (Mestrado em Estudos Internacionais) – Faculdade de Estudos Internacionais da Universidade de São Francisco. São Francisco, 114 p., 2013. Disponível em: <https://repository.usfca.edu/thes/119>. Acesso em: 10 dez. 2020.
- 28 ACNUR. Diretrizes Sobre Proteção Internacional n. 01. Perseguição baseada no Gênero, no contexto do Artigo 1A(2) da Convenção de 1951 e/ou Protocolo de 1967 relativos ao Estatuto dos Refugiados. Documento HCR/GIP/02/01. Genebra: 7 mai. 2002. Disponível em: <https://www.acnur.org/fileadmin/Documentos/BDL/2014/9738.pdf->. Acesso em: 02 dez. 2020.

Para aclarar potenciais casos em que o refúgio em razão de perseguição de gênero pode ser reconhecido, as Diretrizes traçaram um rol exemplificativo com base no que se tem observado no plano fático; nele estão inclusas “violência sexual, violência doméstica/familiar, planejamento familiar forçado, mutilação genital feminina, punição em razão de uma transgressão dos costumes sociais”²⁹, além da discriminação em nível tal que prejudique consideravelmente a vida da mulher e o tráfico de pessoas para exploração sexual. Ademais, elas esclarecem que as perseguições podem ser assim percebidas quando realizadas pelo Estado ou por particulares, sendo assim considerada nos casos em que o Estado não tome as devidas providências para coibi-la (situação particularmente relevante para mulheres, uma vez que a violência doméstica, por exemplo, integra a relação exposta acima).

Como já enunciado, as Diretrizes deixam a desejar quanto à consideração do gênero como base da perseguição para fins de refúgio, ao que o condiciona a outras razões de perseguição; para salientar onde reside de fato o problema, pode-se averiguar os debates desenvolvidos por Julie Middleton, que, ao analisar a perseguição por razões de gênero no contexto da África do Sul, avaliou que apesar de haver, no contexto regional, legislação sobre refúgio que traz previsões acerca do gênero, o quadro local de aplicação de tais disposições se apresentava problemático já que as decisões sobre a concessão do refúgio para mulheres cujos pedidos se pautam em perseguições por gênero se revelaram “arbitrárias e inconsistentes”, principalmente pela falta de capacitação dos decisores para promover uma análise centrada e preocupada com o gênero³⁰.

Mais recentemente, o Relatório Sobre os Direitos de Mulheres e Meninas Solicitantes de Asilo na União Europeia (tradução livre para “*Report on the legal rights of women and girl asylum seekers in the European Union*”) evidenciou que situação similar é verificada no âmbito da União Europeia: o estudo revelou que, destarte a compreensão de que existem desigualdades em decorrência do gênero e que elas ensejam situações específicas de perseguição, não existe, no contexto europeu, um conceito compartilhado que

29 ACNUR. Diretrizes Sobre Proteção Internacional n. 01...

30 MIDDLETON, Julie. Barriers to Protection: Gender-Related Persecution and Asylum in South Africa. Tese (Mestrado em Estudos de Migração Forçada) – Faculdade de Humanidades da Universidade de Witwatersrand. Johannesburg, 74 p., 2009. Disponível em: <http://wiredspace.wits.ac.za/handle/10539/7344>. Acesso em: 03 dez. 2020.

definissem e explicassem a abrangência da perseguição baseada em gênero; a análise também expôs que as mulheres que sofrem com esse tipo de perseguição se veem na necessidade de comprovar que ela se deu dentro das razões de perseguição listadas pelo Estatuto do Refugiado e que tenha ocorrido a inércia do Estado de origem em garantir sua proteção. Desta forma, o reconhecimento da perseguição baseada em gênero se torna de difícil aplicação para fins de concessão de refúgio³¹.

Resta, então, evidente como, apesar do reconhecimento internacional que vem sendo construído através de múltiplos e constantes esforços, a perseguição pautada em gênero é passível de ser mitigada ou não reconhecida tanto pela falta de expressa previsão, quanto pela despreparação dos agentes migratórios locais que participam do processo de concessão do refúgio. Complementando o raciocínio até aqui desenvolvido, Betina Carine Post expressa que: “A falta de dados específicos também faz com que os Estados não elaborem programas de prevenção adequados, pois visualizam o problema como sendo de menor proporção. (...) É fundamental que os Estados admitam que as mulheres estão sendo vítimas de perseguições, atos de violência e abusos sexuais”³².

A autora Françoise Stichelbaut abordou o tema com enfoque em refugiadas lésbicas, e diante da constatação de que o conceito de refúgio foi formulado com enfoque no “homem refugiado, adulto e heterossexual”³³, ela destaca a necessidade da promoção da igualdade no acesso ao refúgio, e, também, a atenção às diferenças legais que incidem sobre mulheres e homens, além de indicar que a melhor estratégia para se alcançar este objetivo seria a capacitação e conscientização dos julgadores dos casos de refúgio quanto às implicações dos casos que envolvem gênero para que, assim, possam avaliar cada caso de forma adequada.

-
- 31 UN WOMEN. Report on the legal rights of women and girl asylum seekers in the European Union. United Nations: Istambul, mar. 2017, 58 p. Disponível em: <https://www.refworld.org/pdfid/59201c884.pdf>. Acesso em: 02 dez. 2020.
- 32 POST, Betina Carine. Violência de gênero e concessão e refúgio no contexto internacional e brasileiro. Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito parcial à obtenção do grau de Bacharel em Direito pela Faculdade de Direito da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. 2016. Disponível em: https://www.pucrs.br/direito/wp-content/uploads/sites/11/2017/03/betina_post_2016_2.pdf. Acesso em: 04 dez. 2020.
- 33 STICHELBAUT, Françoise. L’application de la Convention sur les réfugiés aux demandeuses d’asile lesbiennes: de quel genre parlons-nous?. Nouvelles Questions Féministes, Lausanne, vol. 28, p. 66-79. Disponível em: <https://www.cairn-int.info/revue-nouvelles-questions-feministes-2009-2-page-66.htm>. Acesso em: 30 nov. 2020.

Já Jane Freedman analisou a articulação entre entidades feministas transnacionais e nacionais para tratar da recepção do gênero enquanto categoria integrante das previsões de refúgio. Em sua obra, inicialmente, ela aponta que foi em 1980 que as discussões de gênero levantaram a percepção da necessidade de uma proteção sob a modalidade de refúgio voltada para as mulheres, percepção esta que, segundo a autora, se deu graças a presença feminina em campos de refugiados e o tratamento que elas lá recebiam, o qual chamou a atenção de organizações internacionais que passaram a promover campanhas sobre o tema e, ainda, devido à constatação das vulnerabilidades particulares que integram o movimento de transposição de fronteiras realizado por mulheres³⁴.

Apesar da visibilidade que o assunto ganhou no âmbito internacional, a autora frisa que poucos foram os países em que tal percepção foi refletida no ordenamento nacional. Analisando tal cenário, ela afirma que a adoção de diretrizes internacionais depende da força de atuação de organizações não estatais no país, particularmente, neste caso, de organizações feministas, da predisposição cultural para o debate de questões de gênero e o modo como o país lida com o instituto do refúgio (neste último quesito a autora pontua a tendência de enrijecimento das políticas concernentes ao refúgio, em nome da segurança nacional). Nesse sentido, a autora fala que as “estruturas discursivas de oportunidade³⁵” impactam a reprodução de normas internacionais. Essas estruturas consistem no espaço local para realização de debate e pleitos concernentes à igualdade e obtenção/fortificação de direitos para mulheres nos contextos nacionais e devem ser levadas em consideração na formulação de estratégias de atuação específicas, condizentes com cada realidade.

As iniciativas locais são fundamentais não só para a implementação concreta dos direitos previstos nas normas internacionais e nacionais, como também para a realização de ações transformadoras que compreendam a prevenção e repúdio a quaisquer formas de vulnerabilização da mulher migrante, além de acompanhamento e encaminhamento para os casos específicos de sofrimento de todas as formas de violência.³⁶

34 FREEDMAN, Jane. Les mobilisations féministes autour du droit d’asile en France et au Royaume-Uni: des normes internationales au droit national. *Nouvelles Questions Féministes*, Lausanne, vol. 29, p. 46-60, 2010/1. Disponível em: <https://www.cairn-int.info/revue-nouvelles-questions-feministes-2010-1-page-46.htm>. Acesso em: 03 dez. 2020.

35 FREEDMAN, Jane. Les mobilisations...

36 Sobre o tema e a iniciativa da UFPR nesse sentido, ver: RAGNINI, Elaine Cristina Schmitt, e FRIEDRICH, Tatyana Scheila. “Mulheres Regulamentadas, Cidadania Condicionada”: um olhar sobre a situação das mulheres migrantes durante a pandemia da COVID 19 a partir da atuação do projeto AMMAR-UFPR

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A mulher migrante é protagonista de uma série de relações cujos produtos, representados por suas especificidades, culminam em alguns resultados. No presente artigo estão descritas as implicações que recaem sobre elas desde o momento de sua partida, trajeto e chegada, incluindo suas relações de trabalho, além de um panorama geral sobre a perspectiva feminina nos estudos da migração. Esses horizontes de abordagem permitem a confirmação da percepção de que a mulher migrante é alvo das múltiplas faces da violência por estar inserida em um contexto de inúmeras vulnerabilidades.

Em consequente, a interseccionalidade tem papel importante no que concerne à maneira pela qual se enxerga a mulher perante a sociedade, por ser mulher migrante e também em função de sua raça, classe social, escolaridade, idade, entre outros. E esses fatores influenciarão as suas diversas relações sociais, incluindo seu papel perante o Estado de acolhida, seu trabalho, estudo, família, acesso a serviços públicos e a própria participação cidadã na luta por seus direitos.

Deve-se considerar, antes de tudo, a mulher como o centro da discussão, reconhecendo-se o universo de múltiplas vulnerabilidades e contextos em que a migrante está inserida, bem como sua importância, enquanto protagonista, nos ciclos migratórios. Além disso, não se pode olvidar a importância dos estudos feministas nesse processo de reconhecimento, de modo que a realização de análises sobre o tema, a elaboração das políticas públicas específicas e sua execução, sejam sempre pautadas sob a perspectiva de gênero e a abordagem das interseccionalidades.

Falar do “ser mulher em movimento”, enfim, exige a apreensão dos aportes do feminismo nos estudos migratórios, com a percepção das mulheres como protagonistas da migração, em qualquer das dimensões de que se trata, incluindo o aspecto da divisão sexual do trabalho no contexto migratório ou mesmo as situações específicas do reconhecimento da condição de refugiada, dois fatores que se pretendeu abordar no presente trabalho.

(Aliança Mulheres Migrantes, Apátridas e Refugiadas). In *As Múltiplas Faces de um Vírus*. no prelo. Ver também RAGNINI, Elaine Cristina Schmitt; FORTINI, Priscila. et al.. *A pandemia invisível: um olhar sobre a violência de gênero contra mulheres migrantes e refugiadas em tempos de COVID-19*, a partir da experiência de um projeto de extensão universitária. In: Ezilda Melo; Carla Estela Rodrigues; Maria Julia Poletine. (Orgs.). *Pandemia e Mulheres*. Salvador: Studio Sala de Aula, 2020, v. 2, p. 63-77.

REFERÊNCIAS

ACNUR. Convenção de 1951 Relativa ao Estatuto dos Refugiados. Disponível em: https://www.pucsp.br/IIIseminariocatedrasvm/documentos/convencao_de_1951_relativa_a_o_estatuto_dos_refugiados.pdf. Acesso em: 02 dez. 2020.

ACNUR. Diretrizes Sobre Proteção Internacional n. 01. Perseguição baseada no Gênero, no contexto do Artigo 1A(2) da Convenção de 1951 e/ou Protocolo de 1967 relativos ao Estatuto dos Refugiados. Documento HCR/GIP/02/01. Genebra: 7 maio 2002. Disponível em: <https://www.acnur.org/fileadmin/Documentos/BDL/2014/9738.pdf>. Acesso em: 02 dez. 2020.

ACNUR. Diretrizes Sobre Proteção Internacional n. 02. “Pertencimento a um grupo social específico” no contexto do Artigo 1A(2) da Convenção de 1951 e/ou seu Protocolo de 1967 relativos ao Estatuto dos Refugiados. Documento HCR/GIP/02/02. Genebra: 7 maio 2002. Disponível em: <https://www.acnur.org/fileadmin/Documentos/BDL/2014/9741.pdf?file=file->. Acesso em: 02 dez. 2020.

CRENSHAW, Kimberle. Mapping the Margins: Intersectionality, Identity Politics, and Violence against Women of Color. *Stanford Law Review*, Stanford, vol. 43, n. 6, p.1241-299, 1991. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/1229039?seq=1>. Acesso em: 4 dez. 2020.

DAHINDEN, Janine; ROSENDE, Magdalena; BENELLI, Natalie; HANSELMANN, Magaly; LEMPEN, Karine. Migrations: genre et frontières – frontières de genre. *Nouvelles Questions Féministes*, Lausanne, vol. 26, p. 4-14, 2007/1. Disponível em: <https://www.cairn-int.info/revue-nouvelles-questions-feministes-2007-1-page-4.htm>. Acesso em: 25 set. 2020.

DELPHY, Christine. Antisexisme ou antiracisme? Un faux dilemme. *Nouvelles Questions Féministes*, Lausanne, vol. 25, p. 59-83, 2006/1. Disponível em: <https://www.cairn-int.info/revue-nouvelles-questions-feministes-2006-1-page-59.htm>. Acesso em: 20 set. 2020.

DENIS, Ann. Developing a Feminist Analysis of Citizenship of Caribbean Immigrant Women in Canada: Key Dimensions and Conceptual Challenges. In: DOBROWLSKY, Alexandra; TASTSOGLU, Evangelia (org). *Women, migration, and citizenship: making local, national, and transnational connections*. Inglaterra: Ashgate, 2006, p. 37-59.

FREEDMAN, Jane. Les mobilisations féministes autour du droit d'asile en France et au Royaume-Uni: des normes internationales au droit national. *Nouvelles Questions Féministes*, Lausanne, vol. 29, p. 46-60, 2010/1. Disponível em: <https://www.cairn-int.info/revue-nouvelles-questions-feministes-2010-1-page-46.htm>. Acesso em: 03 dez. 2020.

GAFNER, Magalie; SCHMIDLIN Irène. Le genre et la législation suisse en matière de migration. *Nouvelles Questions Féministes*, Lausanne, vol. 26, p. 16-37, 2007/1. Disponível em: <https://www.cairn-int.info/revue-nouvelles-questions-feministes-2007-1-page-16.htm>. Acesso em: 5 dez. 2020.

HOCHSCHILD, Arlie Russell. Le nouvel or du monde. *Nouvelles Questions Féministes*, Lausanne, vol. 23, p. 59-74, 2004/3. Disponível em: <https://www.cairn.info/revue-nouvelles-questions-feministes-2004-3-page-59.htm>. Acesso em: 20 set. 2020.

LISBOA, Teresa Kleba. Gênero e Migrações: trajetórias globais, trajetórias locais de trabalhadoras domésticas. *Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana*, [online], v. 14, n. 26 e 27, 2006. Disponível em: <http://www.csem.org.br/remhu/index.php/remhu>. Acesso em 02 dez. 2020.

MARINUCCI, Roberto. Feminization of migration?. *Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana*, [online], v. 15, n. 29, 2007. Disponível em: <http://remhu.csem.org.br/index.php/remhu/article/view/55>. Acesso em: 02 dez. 2020.

MARTIN, Hélène; ROUX, Patricia. Recherches féministes sur l'imbrication des rapports de pouvoir: une contribution à la decolonization des saviors. *Nouvelles Questions Féministes*, Lausanne, vol. 34, p. 4-11, 2015/1. Disponível em: <https://www.cairn.info/revue-nouvelles-questions-feministes-2015-2-page-4.htm>. Acesso em: 4 dez. 2020.

MASSON, Sabine. Sexe/genre, classe, race: décoloniser le féminisme dans un contexte mondialisé: Réflexions à partir de la lutte des femmes indiennes au Chiapas. *Nouvelles Questions Féministes*, Lausanne, vol. 25, p. 56-75, 2006/3. Disponível em: <https://www.cairn-int.info/revue-nouvelles-questions-feministes-2006-3-page-56.htm>. Acesso em: 05. Dez. 2020.

MIDDLETON, Julie. *Barriers to Protection: Gender-Related Persecution and Asylum in South Africa*. Tese (Mestrado em Estudos de Migração Forçada) – Faculdade de Humanidades da Universidade de Witwatersrand. Johannesburg, 74 p., 2009. Disponível em: <http://wiredspace.wits.ac.za/handle/10539/7344>. Acesso em: 03 dez. 2020.

OLIVEIRA, João Manuel de. Os feminismos habitam espaços hifenizados: A Localização e Interseccionalidade dos saberes feministas. *Ex aequo*, Vila Franca de Xira, n. 22, p. 25-39, 2010. Disponível em: http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0874-55602010000200005&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 01 dez. 2020.

POST, Betina Carine. *Violência de gênero e concessão e refúgio no contexto internacional e brasileiro*. Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito parcial à obtenção do grau de Bacharel em Direito pela Faculdade de Direito da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. 2016. Disponível em: https://www.pucrs.br/direito/wp-content/uploads/sites/11/2017/03/betina_post_2016_2.pdf. Acesso em: 04 dez. 2020.

PYLE, Jean L. Globalization and the increase in transnational care work: the flip side. In: VISVANATHAM, Nalini; DUGGAN, Lynn; NISONOFF, Laurice; WIGERSMA, Nan (edit.). *The women, gender and development reader*. Nova York: Zed Books, 2011. p. 252-269.

SASSEN, Saskia. L'exportation organisée des travailleuses migrantes et le trafic de femmes: d'importants circuits financiers. In: VERSCHUUR, Cristine; REYSOO, Fenneke (Eds.). *Genre, nouvelle division internationale du travail et migrations*. Paris: Graduate Institute Publications, 2005, p. 237-246. Disponível em: <https://books.openedition.org/iheid/5746>. Acesso em: 10 dez 2020.

RAGNINI, Elaine Cristina Schmitt, e FRIEDRICH, Tatyana Scheila. “Mulheres Regulamentadas, Cidadania Condicionada”: um olhar sobre a situação das mulheres migrantes durante a pandemia da Covid 19 a partir da atuação do projeto AMMAR-UFPR (Aliança Mulheres Migrantes, Apátridas e Refugiadas). In *As Múltiplas Faces de um Vírus*. no prelo.

RAGNINI, Elaine Cristina Schmitt; FORTINI, Priscila Ferreira et al.. A pandemia invisível: um olhar sobre a violência de gênero contra mulheres migrantes e refugiadas em tempos de Covid-19, a partir da experiência de um projeto de extensão universitária. in: MELO, Ezilda et al. (Orgs.). *Pandemia e Mulheres*. 1ed. Salvador: Studio Sala de Aula, 2020, v. 2, p. 63-77.

STICHELBAUT, Françoise. L'application de la Convention sur les réfugiés aux demandeuses d'asile lesbiennes: de quel genre parlons-nous?. *Nouvelles Questions Féministes*, Lausanne, vol. 28, p. 66-79. Disponível em: <https://www.cairn-int.info/revue-nouvelles-questions-feministes-2009-2-page-66.htm>. Acesso em: 30 nov. 2020.

TVEDT, Johanna Norshus. *Accounting for Gender in International Refugee Law: A Close Reading of the UNHCR Gender Guidelines and the Discursive Construction of Gender as an Identity*. Tese (Mestrado em Estudos Internacionais) – Faculdade de Estudos Internacionais da Universidade de São Francisco. São Francisco, 114 p., 2013. Disponível em: <https://repository.usfca.edu/thes/119>. Acesso em: 6 dez. 2020.

UN WOMEN. *Report on the legal rights of women and girl asylum seekers in the European Union*. United Nations: Istambul, mar. 2017, 58 p. Disponível em: <https://www.refworld.org/pdfid/59201c884.pdf>. Acesso em: 02 dez. 2020.

UNFPA. *Five reasons migration is a feminist issue*. United Nations: New York, 9 abr. 2020. Disponível em: <https://www.unfpa.org/news/five-reasons-migration-feminist-issue>. Acesso em: 2 dez. 2020.

ALMEIDA DE FARIA, Guélmer Júnior; ALVES FERREIRA, Maria da Luz; NARCISO ROCHA DE PAULA, Andrea Maria. Nós, as meninas da minha família, sempre vamos muito cedo para lá: Trajetórias migracionais, redes sociais e espaços de vida das domésticas migrantes. *Cidades*, Lisboa, n. 40, p. 15-32, jun.2020. Disponível em http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S218230302020000100004&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 18 out. 2020.

ASSIS, Gláucia de Oliveira. Mulheres migrantes no passado e no presente: gênero, redes sociais e migração internacional. *Rev. Estud. Fem.*, Florianópolis, v. 15, n. 3, p. 745-772, dez. 2007. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104026X2007000300015&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 29 ago. 2020.

BALESTRO, Ana Cristina; PEREIRA, Telma. Língua E Cultura Na Feminização Das Migrações No Brasil. *Trab. linguist. apl.*, Campinas, v. 58, n. 2, p. 779-794, ago. 2019. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-18132019000200779&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 17 out. 2020.

BERTOLDO, Jaqueline. Migração com rosto feminino: múltiplas vulnerabilidades, trabalho doméstico e desafios de políticas e direitos. *Rev. Katálisis*, Florianópolis, v. 21, n. 2, p. 313-323, mar. 2018. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S141449802018000200313&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 16 ago. 2020.

CARRERAS, Laetitia. Travailleuses domestiques “sans papier” en Suisse: comment s’en sortir, rester et résister?. *Nouvelles Questions Féministes*, Lausanne, vol. 27, p. 84-98, 2008/2. Disponível em: <https://www.cairn-int.info/revue-nouvelles-questions-feministes-2008-2-page-84.htm>. Acesso em: 10 nov. 2020.

CASAS, Laura Oso. *Femmes, actrices des mouvements migratoires In: Genre, nouvelle division internationale du travail et migrations en ligne*. Genève: Graduate Institute Publications, 2005. Disponível em: <http://books.openedition.org/iheid/5701>. Acesso em: 27 nov. 2020.

CRENSHAW, Kimberle. Demarginalizing the intersection of race and sex: A black feminist critique of antidiscrimination doctrine, feminist theory and antiracist politics. *University of Chicago Legal Forum*: Chicago, vol. 1989, p. 139-67, 1989. Disponível em: <https://chicagounbound.uchicago.edu/uclf/vol1989/iss1/8/>. Acesso em: 27 nov. 2020.

CURIEL, Ochy. La lutte politique des femmes face aux nouvelles formes de *racisme*: Vers une analyse de nos stratégies. *Nouvelles Questions Féministes*, Lausanne, vol. 21, p. 84-103, 2002/3. Disponível em: <https://www.cairn.info/revue-nouvelles-questions-feministes-2002-3-page-84.htm>. Acesso em: 03 out. 2020.

DALLERA, Corinne. Éclairage sur la migration féminine économique en Suisse: trois parcours. *Nouvelles Questions Féministes*, Lausanne, vol. 26, p. 54-69, 2007/1. Disponível em: <https://www.cairn-int.info/revue-nouvelles-questions-feministes-2007-1-page-54.htm>. Acesso em: 25 set. 2020.

DEL PRIORE, Mary. *Histórias e Conversas de Mulher*. 1ª, ed, São Paulo: Planeta, 2013.

DELCROIX, Catherine. Entre volonté de s'en sortir et discrimination, une trajectoire éclairante. *Nouvelles Questions Féministes*, Lausanne, vol. 26, p. 82-100, 2007/3. Disponível em: <https://www.cairn-int.info/revue-nouvelles-questions-feministes-2007-3-page-82.htm>. Acesso em: 27 set. 2020.

DUTRA, Delia. Marcas de uma origem e uma profissão: trabalhadoras domésticas peruanas em Brasília. *Cad. CRH*, Salvador, v. 28, n. 73, p. 181-197, abr. 2015. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010349792015000100181&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 06 set. 2020.

FERNÁNDEZ, Juan Labbé; ALLENDEZ, Vivian Díaz; SANHUEZA, Tatiana Aguirre; O'RYAN, Valentina Cortínez. Mujeres colombianas en Chile: discursos y experiencia migratoria desde la interseccionalidad. *Revista Colombiana de Sociología*, Bogotá, v. 43, n. 1, p.17-36, jul. 2020. Disponível em: http://www.scielo.org.co/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0120159X2020000100017&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 27 nov. 2020.

GIANETTONI, Lavinia; SIMON-VERMOT, Pierre. Quand la menace d'exclusion professionnelle renforce le genre: représentations et identités de genre auprès de jeunes sans emploi. *Nouvelles Questions Féministes*, Lausanne, vol. 29, p. 76-90, 2010/3. Disponível em: <https://www.cairn-int.info/revue-nouvelles-questions-feministes-2010-3-page-76.htm>. Acesso em: 17 out. 2020.

LEMERCIER, Élise. Travail et femmes migrantes: invisibilisation des qualifications, utilité sociale et parcours d'émancipation. *Nouvelles Questions Féministes*, Lausanne, vol. 27, p. 12-24, 2008/2. Disponível em: <<https://www.cairn-int.info/revue-nouvelles-questions-feministes-2008-2-page-12.htm>>. Acesso em: 10 out. 2020.

MBEMBE, Achille. *A ideia de um mundo sem fronteiras*. São Paulo: Instituto Moreira Salles, 2019. Disponível em: <https://revistaserrrote.com.br/2019/05/a-ideia-de-um-mundo-sem-fronteiras-por-achille-mbembe/>. Acesso em: 29 nov. 2020.

OLIVEIRA, Kleber Fernandes; JANNUZZI, Paulo de Martino. Motivos para migração no Brasil: padrões etários, por sexo e origem/destino. *São Paulo em Perspectiva*, São Paulo, v. 19, n. 4, p. 134-143, out/dez 2005. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/spp/v19n4/v19n4a09.pdf>. Acesso em: 16 nov. 2020.

ORDENAÇÕES FILIPINAS, Livro V. Universidade de Coimbra. Disponível em: <http://www1.ci.uc.pt/ihti/proj/filipinas/ordenacoes.htm>. Acesso em: 30 nov. 2020.

RIBEIRO, Djamila. *O ódio aos imigrantes*. Portogente, 2017. Disponível em: <https://www.portogente.com.br/noticias/opiniao/95344-o-odio-aos-imigrantes>. Acesso em: 30 nov. 2020.

INTERSECÇÕES NECESSÁRIAS PARA PROTEÇÃO DAS MULHERES MIGRANTES E REFUGIADAS: DIREITO INTERNACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS, DIREITO HUMANITÁRIO E DIREITO INTERNACIONAL DOS REFUGIADOS

Simone Andrea Schwinn ¹

INTRODUÇÃO

Historicamente, a proteção aos indivíduos no plano internacional tem evoluído, na medida em que instituições internacionais se desenvolvem na esteira de uma série de violações a diferentes direitos. Relativamente a proteção à dignidade da pessoa humana, o desenvolvimento do Direito Internacional dos Direitos Humanos, do Direito Internacional Humanitário e do Direito Internacional dos Refugiados tem sido um marco importante, assim como a defesa pela aplicação complementar destas três vertentes de proteção.

As violências a que estão submetidas as mulheres em todo mundo tomam diferentes dimensões para aquelas que são forçadas a migrar: cultural, social, psicológica e, a mais perversa de todas, a sexual. A violência sexual usada como arma de guerra ou como forma de assédio ou exploração é o momento em que todas as violências se encontram, provocando danos muitas vezes irreversíveis.

¹ Doutora em Direito pelo Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade de Santa Cruz do Sul-UNISC, Área de concentração Direitos Sociais e Políticas Públicas, linha de pesquisa Diversidade e Políticas Públicas, com Bolsa PROSUC/CAPES. Mestra em Direito pelo mesmo programa na linha de pesquisa Constitucionalismo Contemporâneo, com Bolsa CNPq. Pós Doutoranda em Educação pelo PPGEdu UNISC. Pesquisadora no grupo de Pesquisa “Direito, Cidadania e Políticas Públicas”, coordenado pela Prof.^a Dra. Marli M. M. da Costa e vinculado ao PPGD da Unisc e do grupo de Pesquisa “Identidade e Diferença na Educação”, coordenado pelo Prof. Dr. Mozart Linhares da Silva, vinculado ao PPGEdu Unisc. Integrante da Cátedra Sérgio Vieira de Mello da UFRGS, do Núcleo de Pesquisas em Migrações da Região Sul-MIPESUL e do Grupo de Trabalho em Apoio a Refugiados e Imigrantes – GTARI UNISC. E-mail: ssimoneandrea@gmail.com.

Diante deste cenário, o presente trabalho defende que as três vertentes de proteção da pessoa humana, com vistas à proteção e promoção de sua dignidade, devem também se encontrar de forma complementar para a proteção das mulheres migrantes e refugiadas.

No momento em que os conflitos armados em várias partes do mundo, aliados a condições econômicas precárias e catástrofes ambientais, entre outros fatores, permitem uma série de violações a direitos humanos e produzem milhares de migrantes e refugiados diariamente, um número cada vez maior de mulheres acaba vitimada pelas consequências desta dura realidade global. Assim, se faz necessário o aperfeiçoamento de formas de proteção a estas mulheres, onde um dos meios encontra-se na intersecção entre os instrumentos de proteção trazidos pelo Direito Internacional dos Direitos Humanos, do Direito Internacional Humanitário e do Direito Internacional dos Refugiados.

AS TRÊS VERTENTES DE PROTEÇÃO DA DIGNIDADE HUMANA

No ano de 2002, o Secretário Geral das Nações Unidas, Kofi Annan, em relatório distribuído à Assembleia Geral, afirmou que acreditava ser o momento de lançar um olhar mais abrangente e compreensivo sobre as diferentes dimensões da questão da migração, que envolve milhares de pessoas e afeta países de origem, trânsito e destino. Ressaltou a necessidade de uma melhor compreensão sobre as causas dos fluxos internacionais de pessoas e sua complexa inter-relação com o desenvolvimento².

Essa afirmação revela a preocupação das Nações Unidas para com o fenômeno das migrações, que havia adotado ainda em 1990 a Convenção Internacional sobre a Proteção dos Direitos de todos os Trabalhadores Migrantes e dos Membros das suas Famílias, que somente entrou em vigor em 2003, sendo que, até o momento, apenas 47 países aderiram a ela.

No atual momento dos fluxos migratórios internacionais, com o aumento da entrada de não nacionais nos países europeus, aliado à crise econômica mundial, o que se presencia é um fortalecimento nas agendas políticas dos partidos de plataformas racistas e xenófobas, cujo pretexto é o combate ao terrorismo e a imigração ilegal e a defesa do nacionalismo. No Brasil, com a entrada de milhares de haitianos pelo estado do Acre a partir de 2010, e, mais recentemente com um maior influxo de estrangeiros vindos especialmente de países africanos

2 UNITED NATIONS. United Nations Secretariat. Strengthening of the United Nations: an agenda for further change. New York, 9 set. 2002. Report of the Secretary-General, A/57/387. 2002. Disponível em: <<http://unpan1.un.org/intradoc/groups/public/documents/un/unpan005675.pdf>>. Acesso em 02 dez. 2020.

e da Venezuela, se proliferam os discursos discriminatórios. Aliado a isso, as práticas governamentais de tratar a questão da imigração como problema, sem uma política migratória definida, acaba por marginalizar ainda mais um numeroso contingente de pessoas com língua e cultura diferentes. Está em xeque aqui, um princípio fundamental da proteção internacional à pessoa humana: o princípio da não discriminação.

O que aparentemente está em conflito com o desejo, ou a necessidade, dessa *natalidade*, termo cunhado por Hannah Arendt que aponta para a ação que provocou um novo começo, o início de algo novo, no contexto das migrações, é o respeito ou a aceitação da pluralidade, que “é a condição da ação humana pelo fato de sermos todos os mesmos, sem que ninguém seja exatamente igual a qualquer pessoa que tenha existido, exista ou venha a existir.”³ Trata-se de um pressuposto perigoso para os que não aceitam a igualdade como condição da relação entre homens ou entre povos, uma vez que pode levar a situações como as descritas anteriormente, com traços fortemente racistas e excludentes do outro, do diferente, afetando diretamente a dignidade das pessoas.

Annoni e Valdes observam que a proteção à integridade física e moral é o que define a dignidade humana, mas, que por se tratar de um conceito complexo, não se limita àquilo que pode ser definido pelo respeito às necessidades humanas, nem à preservação dos instintos humanos.⁴ Remetem as autoras à concepção de dignidade humana trazida por Sarlet como sendo a que mais se aproxima de um conceito completo que abarca a complexidade do tema, que não pode ser resumido a uma fórmula abstrata e genérica:

[...] não restam dúvidas de que a dignidade da pessoa humana engloba necessariamente o respeito e a proteção da integridade física e corporal do indivíduo, do que decorrem, por exemplo, a proibição da pena de morte, da tortura, das penas de natureza corporal, da utilização da pessoa humana para experiências científicas, limitações aos meios de prova (utilização de detector de mentiras), regras relativas aos transplantes de órgãos, etc. Neste sentido, diz-se que, para a preservação da dignidade da pessoa humana, se torna indispensável não tratar as pessoas de tal modo que se lhes torne impossível representar a contingência de seu próprio corpo como momento de sua própria, autônoma e responsável individualidade.⁵

3 ARENDT, Hannah. A condição humana. 9. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, p. 16, 1999.

4 ANNONI, Dannielle; VALDES, Lysian Carolina. O Direito Internacional dos Refugiados e o BRASIL. Curitiba: Juruá, 2013.

5 SARLET, Ingo Wolfgang. A eficácia dos Direitos Fundamentais: uma teoria geral dos direitos fundamentais na perspectiva constitucional. Porto Alegre: Livraria do Advogado, p. 103-104, 2010.

Existe ainda outra dimensão da dignidade humana, intimamente relacionada com a

garantia de condições justas e adequadas de vida para o indivíduo e sua família, contexto no qual assumem relevo de modo especial os direitos sociais ao trabalho, a um sistema efetivo de seguridade social, em última análise, à proteção da pessoa contra as necessidades de ordem material e a assecuração de uma existência com dignidade. Para além disso, constitui pressuposto essencial para o respeito da dignidade da pessoa humana a garantia de isonomia de todos os seres humanos, que não podem ser submetidos a tratamento discriminatório e arbitrário, razão pela qual são intoleráveis a escravidão, a discriminação racial, perseguição por motivos religiosos, etc.⁶

Nesta linha, Annoni e Valdes asseveram que a compreensão do que seja a dignidade da pessoa humana é pressuposto essencial para compreensão do que pode ser conceituado enquanto direitos humanos, pressuposto, portanto, que vai além da investigação dos fatos históricos (embora estes não possam ser desconsiderados).⁷

Apesar das diferentes terminologias adotadas para designar esse grupo de direitos, como direitos morais, direitos fundamentais, direitos naturais, liberdades públicas, entre outros, por *direitos humanos* entende-se aquele conjunto de direitos do ser humano, positivados ou não, que guardam relação com o Direito Internacional por fazerem referência àquelas “posições jurídicas que reconhecem o ser humano como sujeito de direitos, de direitos humanos, sem sua vinculação com o reconhecimento desses mesmos direitos pela ordem constitucional ou infraconstitucional de determinado Estado”.⁸ Cançado Trindade entende o Direito Internacional dos Direitos Humanos como

o *corpus juris* de salvaguarda do ser humano, conformado, no plano substantivo, por normas, princípios e conceitos elaborados e definidos em tratados e convenções, e resoluções de organismos internacionais, consagrando direitos e garantias que têm por propósito comum a proteção do ser humano em todas e quaisquer circunstâncias, sobretudo em suas relações com o poder público, e, no plano processual, por

6 SARLET, Ingo Wolfgang. .A eficácia..., p. 104.

7 ANNONI, Dannielle; VALDES, Lysian Carolina. O Direito Internacional...

8 ANNONI, Dannielle; VALDES, Lysian Carolina. O Direito Internacional..., p. 31. Ainda, segundo as autoras, “Se, por um lado, a expressão direitos humanos faz menção ao Direito Internacional, de outro, a expressão direitos fundamentais encontra guarida no Direito Constitucional, referindo-se àqueles direitos do ser humano que foram reconhecidos e positivados pelo direito constitucional de determinado Estado.”

mecanismos de proteção dotados de base convencional ou extraconvencional, que operam essencialmente mediante os sistemas de petições, relatórios e investigações, nos planos tanto global como regional.⁹

A segunda vertente de proteção da pessoa humana é o Direito Internacional Humanitário – DIH, também chamado de “direito de guerra”, ramo autônomo do Direito Internacional, relativamente antigo, “cujo principal ator de difusão de suas normas ainda é o Comitê Internacional da Cruz Vermelha”.¹⁰ De forma bastante simplificada, trata-se de um conjunto de normas que, por razões humanitárias, busca limitar os efeitos dos conflitos armados, sendo o Estado o principal destinatário da normativa humanitária, e as pessoas humanas as beneficiárias desse direito.¹¹

De acordo com Deyra, o Direito Internacional Humanitário é um ramo do Direito Internacional Público, encontrando-se submetido à iniciativa e boa vontade dos Estados, mas como um direito de coordenação e não subordinação. Em sua relação com o Direito Internacional dos Direitos Humanos, tratam-se de ramos complementares, sendo que se um dos sistemas não for aplicado, o outro poderá se aplicado de forma autônoma, uma vez que “os direitos humanos aplicam-se nas situações em que o direito humanitário não é aplicável. Por sua vez o DIH aplica-se quando o Estado interessado invocou as cláusulas de derrogação à aplicação dos direitos humanos, já que nessa hipótese existe normalmente um conflito armado”.¹²

Já o Direito Internacional dos Refugiados, terceira vertente de proteção, é o ramo do Direito Internacional que trata da questão dos refugiados, pessoas que por motivos de perseguição por motivações políticas, raciais, pertencentes a grupos sociais, nacionalidade e religião são obrigadas a sair de seu país de origem e buscar refúgio em outro país, conforme texto da Convenção de 1951, relativa ao Estatuto dos Refugiados. Como lembram Annoni e Valdes, “esta espécie de deslocamento humano é caracterizada pelo fato de se constituir em

9 CANÇADO TRINDADE, Antônio Augusto. Desafios e conquistas do Direito Internacional dos Direitos Humanos no início do século XXI. 2006, p. 412. Disponível em: <https://www.oas.org/dil/esp/407-490%20cancado%20trindade%20OEA%20CJI%20%20.def.pdf>. Acesso em 02 dez. 2020.

10 BORGES, Leonardo Estrela. O Direito Internacional Humanitário. Belo Horizonte: Del Rey, p. 39, 2006.

11 BORGES, Leonardo Estrela. O Direito Internacional...

12 DEYRA, Michel. Direito Internacional Humanitário. Portugal: Gabinete de Documentação e Direito Comparado Procuradoria Geral da República, p. 29, 2001.

grupos de pessoas que são obrigadas a fugir de seus países de origem por temerem por suas vidas, liberdades ou seguranças”.¹³

Fernández-Maldonado afirma que o respeito aos direitos humanos nos atuais deslocamentos de refugiados, é condição necessária para prevenir e solucionar movimentos involuntários. Todos os solicitantes de refúgio e refugiados, sem exceção, gozam de direitos e liberdades fundamentais, expressos em instrumentos internacionais de direitos humanos. Por outro lado, a proteção aos refugiados deve estar contemplada em um contexto mais amplo de proteção aos direitos humanos.¹⁴

Essas três vertentes de proteção convergem na medida em que têm por finalidade a proteção da dignidade da pessoa humana, cuja aplicação simultânea pode fazer com que os beneficiários usufruam ao máximo dos mecanismos internacionais de proteção.

3 Instrumentos legais/internacionais de proteção

No campo de proteção a direitos, existe uma sistemática internacional de proteção aos Direitos Humanos, com forte impulso a partir do pós - segunda guerra mundial. De acordo com Vieira, “a proteção internacional da pessoa humana, como cerne do constitucionalismo contemporâneo é, assim, uma concepção ampliada da Teoria Constitucional, que abrange a proteção da pessoa humana indiferentemente de sua nacionalidade”.¹⁵

Assim, de acordo com De Paula e Proner, “As normas de proteção internacional dos direitos humanos possibilitam reivindicação a qualquer tempo e em qualquer lugar, respeitando os limites de vinculação do Estado ao direito internacional”.¹⁶ Nesta seara, o conjunto de normas internacionais de proteção aos direitos da pessoa humana pode ser dividido em sistema universal, referente ao conjunto de normas trazidas pela Organização das Nações Unidas – ONU e sistemas regionais de proteção.¹⁷

13 ANNONI, Dannielle; VALDES, Lysian Carolina. O Direito Internacional..., p. 82.

14 FERNÁNDEZ-MALDONADO, Guillermo. (2011). La protección internacional de refugiados en las Américas. Apresentação. Equador: ACNUR/OACDH, 2011.

15 VIEIRA, Gustavo Oliveira. Inovações em Direito Internacional: um estudo de caso a partir do Tratado de Ottawa. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, p. 14, 2006.

16 PAULA, Vera Cecília Abagge de; PRONER, Carol. Convergência e complementaridade entre as vertentes de proteção internacional dos direitos humanos. Revista da Faculdade de Direito UFPR. Curitiba, n. 48, p. 219-241, 2008. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/direito/article/view/15750>. Acesso em: 02 dez. 2020.

17 Existem atualmente três sistemas regionais de proteção: o Europeu, o Interamericano e o Africano, que se vinculam ao entendimento ocidental sobre direitos humanos. De outra parte, o Sistema Islamo-Árabe de proteção aos direitos humanos está alicerçado sobre textos religiosos, como o Alcorão e a Sharia, sofrendo por

Os principais documentos internacionais referentes ao Direito Internacional dos Direitos Humanos são: a Carta das Nações Unidas de 1945; a Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948; o Pacto Internacional de Direitos Civis e Políticos de 1966 e o Pacto Internacional de Direitos Sociais, Econômicos e Culturais também de 1966. Como observa Vieira (2006, p. 15), “Os quatro documentos enumerados formam a base do *International Bill of Rights*.”¹⁸

Vieira lembra que o sistema universal tem ainda uma fase de especialização, donde fazem parte os seguintes instrumentos: Convenção Para a Prevenção e Repressão do Crime de Genocídio (1948); Convenção Internacional sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial (1965); Convenção contra a Tortura e Outros Tratamentos ou Penas Cruéis, Desumanos ou Degradantes (1984); Convenção Sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra a Mulher (1979) e Convenção Sobre os Direitos da Criança (1989).¹⁹

Em complemento ao plano universal de Direitos Humanos, que tem como marco jurídico as Nações Unidas, também existem os planos regionais [...] que desenvolvem convenções internacionais (e.g. Contra a Tortura, contra a Discriminação contra a Mulher, etc.) e estabelecem tribunais subsidiários permanentes (Corte de São José da Costa Rica) com vista a implementação dos Direitos Humanos.²⁰

O conjunto de tratados e costumes internacionais relativos ao Direito Internacional Humanitário – DIH remonta às formas antigas de se fazer e de se limitar a guerra, atravessa os tempos resgatando valores e princípios humanitários em cada sociedade”²¹ e tem como marcos

isso, diversas críticas. Ver: MENDES, Natália Rodrigues. 2008. Islã e direitos humanos: uma questão de (in)compatibilidade? Disponível em: http://www.dhnet.org.br/direitos/sip/ligaarabe/mendes_islam_%20e_direitos_humanos.pdf. Acesso em: 03 dez. 2020.

18 Paula e Proner afirmam que “O sistema universal revela-se um marco contraditório. Por um lado, simboliza a conquista de valores comuns, consensuais e a partir dos quais os sistemas regionais e nacionais passarão a ser estruturados, influenciados pelo desejo de paz e de cooperação internacional nascido no concerto do período pós Segunda Guerra. Por outro lado, simboliza a eleição de valores culturais compatíveis com um mundo profundamente desigual. Mesmo com as releituras e as revisões trazidas pela Convenção de Viena de 1993, os direitos humanos pactuados tanto no sistema universal como nos sistemas regionais privilegiam direitos civis e políticos em detrimento dos direitos econômicos, sociais e culturais e estabelecem metas e expectativas em torno dos direitos de liberdade e de cidadania”. PAULA, Vera Cecília Abagge de; PRONER, Carol. Convergência...

19 VIEIRA, Gustavo Oliveira. Inovações em...

20 VIEIRA, Gustavo Oliveira. Inovações em...

21 PAULA, Vera Cecília Abagge de; PRONER, Carol. Convergência....

normativos a Convenção de Genebra de 1864²², da qual derivam a Convenção de Genebra de 1949 para a proteção de Pessoas Civis em Tempo de Guerra, com atualizações pelo Protocolo I de 1977, sobre a Proteção das Vítimas dos Conflitos Armados Internacionais. Adicionalmente, foram adotadas Convenções que englobam o direito ao desarmamento ou controle de armas, ramo do Direito Humanitário que objetiva “manter a estabilidade militar mediante a limitação ou eliminação do número ou dos tipos de armas que podem ser armazenadas, fabricadas ou transferidas”.²³

Deste repertório fazem parte a Convenção de Haia de 1899 Sobre Gases Asfixiantes; o Protocolo de Genebra de 1925 que proíbe o emprego de gases asfixiantes, tóxicos ou similares e de meios bacteriológicos durante guerras; a Convenção das Nações Unidas sobre Proibições ou Restrições Do Emprego de Certas Armas Convencionais que Possam Considerar-se Excessivamente Nocivas ou de Efeitos Indiscriminados de 1980 e seus Protocolos. Em 1968 foi elaborado o Tratado de Não – proliferação das Armas Nucleares e, em 1972 a Convenção Sobre Armas Biológicas; em 1993 foi assinada a Convenção sobre a Proibição de Armas Químicas.²⁴ Ainda, relativamente à proteção às vítimas em combate pode-se citar a

revisão e desenvolvimento da Convenção de Genebra de 1929 e a Convenção de Genebra relativa ao Tratamento dos Prisioneiros de Guerra; em 1949 as Convenções de Genebra, a I Convenção para Melhorar a Situação dos Feridos e Doentes das Forças Armadas em Campanha, a II Convenção para Melhorar a Situação dos Feridos, Doentes e Náufragos das Forças Armadas do Mar e a III Convenção relativa ao Tratamento dos Prisioneiros de Guerra; em 1977, o Protocolo Adicional às Convenções de Genebra de 1949, o I Protocolo relativo à Proteção das Vítimas em Conflitos Armados Internacionais e o II Protocolo relativo à Proteção das Vítimas em Conflitos Armados Não Internacionais.²⁵

22 “A primeira convenção internacional sobre a matéria foi a Convenção de Genebra de 1864. Desde então, inúmeras convenções, pactos e novos costumes vão delinear não apenas as regras do *jus in bello*, como também do chamado *jus post bellum*, direito que regula o julgamento dos acusados que cometeram violações das normas humanitárias”. PAULA, Vera Cecília Abagge de; PRONER, Carol. *Convergência...*

23 VIEIRA, Gustavo Oliveira. *Inovações...*, p. 21.

24 VIEIRA, Gustavo Oliveira. *Inovações...*, p. 21.

25 PAULA, Vera Cecília Abagge de; PRONER, Carol. *Convergência...* Existe ainda um conjunto de normativas para limitar os meios e métodos de combate em conflitos armados, que não serão elencados aqui em razão dos limites deste trabalho. Para saber mais, consultar: PAULA, Vera Cecília Abagge de; PRONER, Carol. *Convergência...*, p. 219-241, 2008. Ainda, BORGES, Leonardo Estrela. *O Direito Internacional Humanitário*. Belo Horizonte: Del Rey, 2006.

Cabe observar que, se no tocante à promoção e proteção ao Direito Internacional dos Direitos Humanos os responsáveis são as Nações Unidas e os sistemas regionais de proteção, o Direito Humanitário tem sua promoção e difusão capitaneada pelo Comitê Internacional da Cruz Vermelha – CICV, “organização humanitária com sede em Genebra e com mandato da comunidade internacional para servir de guardião desse direito”.²⁶

No campo da proteção internacional aos refugiados, figuram dois documentos essenciais: a Convenção sobre o Estatuto dos Refugiados de 1951 e o Protocolo de 1967. Mas a Declaração Universal de Direitos Humanos, de 1948, já trazia em seu texto, artigo 13, § 2 que “Toda pessoa tem o direito de deixar qualquer país, inclusive o próprio, e a este regressar”, e ainda, o artigo 14, § 1 traz que “Toda pessoa, vítima de perseguição, tem o direito de procurar e de gozar asilo em outros países.” O artigo 15, § 1 da Declaração, garante que “Toda pessoa tem direito a uma nacionalidade”.²⁷

Além dos documentos acima citados, existem diferentes tratados referentes à nacionalidade e apatridia, como a Convenção Relativa ao Estatuto dos Apátridas de 1954 e a Convenção Relativa à Redução dos casos de Apatridia de 1959; a Declaração sobre os Direitos Humanos dos indivíduos que não são nacionais do país em que vivem de 1985; a Declaração sobre Asilo territorial de 1967.²⁸

O órgão responsável pela coordenação da questão dos refugiados em âmbito universal é o Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados, o ACNUR, agência da ONU, com especiais atribuições no trato do assunto. Ligado à mesma instituição que centra o tema dos Direitos Humanos.²⁹

Podem ainda ser citados os Tratados Regionais e as legislações nacionais para proteção às diferentes formas de migração humana. Por outro lado, salienta-se que, em razão do aumento considerável dos conflitos armados em diferentes regiões, existe uma relação também com o Direito Humanitário, que remete às Convenções de Haia, de Genebra e de Nova Iorque. No âmbito das fontes do direito internacional dos direitos humanos, além dos tratados, devem ainda

26 PAULA, Vera Cecilia Abagge de; PRONER, Carol. Convergência..., p. 219-241.

27 BITTAR, Eduardo Carlos Bianca; ALMEIDA, Guilherme Assis de. (org.). Minicódigo de direitos humanos. Brasília: Secretaria Especial de Direitos Humanos, 2010.

28 BITTAR, Eduardo Carlos Bianca; ALMEIDA, Guilherme Assis de. (org.). Minicódigo...

29 VIEIRA, Gustavo Oliveira. Inovações em..., p. 18.

ser considerados o costume internacional, os princípios gerais do direito, as decisões judiciais e a doutrina.³⁰

Existem ainda, diferentes documentos que visa à garantia da proteção aos direitos humanos de grupos específicos, como mulheres e crianças, que vão desde Tratados Internacionais até resoluções de Agências específicas, como Unicef e ACNUR.

PROTEÇÃO DE MULHERES MIGRANTES E REFUGIADAS A PARTIR DA INTERSECÇÃO DOS INSTRUMENTOS INTERNACIONAIS

As causas das migrações femininas constituem-se de múltiplos fatores, que se não têm sempre o mesmo peso, em alguns casos apresentam-se de maneira inter-relacionada como a reunificação familiar, a busca por trabalho, refúgio, asilo, melhores condições econômicas e profissionais, maior independência familiar e ainda, a fuga da violência doméstica.³¹

Infere-se assim que, em razão da distância de suas origens e referências (local de nascimento, moradia, família); da indiferença oficial, com pouca ou nenhuma proteção governamental; dos abusos (sobretudo sexuais) e da estigmatização em razão da condição de mulher e refugiada, são diferentes as dimensões da violência e desigualdades sofridas pelas mulheres, que tem influência direta sobre o processo de adaptação a uma nova realidade.

Não é surpresa então, que o gênero está profundamente enraizado na determinação de quem se move, em como esses movimentos acontecem e o futuro resultante das mulheres e das famílias migrantes. Se a teoria da migração internacional se dispuser a incorporar as questões de gênero apropriadamente e efetivamente, deverá levar em conta os fatores sutis, bem como os óbvios que se unem para criar experiências diferentes ao longo do espectro da migração. Uma definição e compreensão mais aprofundadas destas forças e resultados irá aumentar muito o fundamento teórico da migração internacional em geral e as experiências individuais das mulheres migrantes em todo o mundo.³²

Uma questão importante a ser analisada é que, apesar de um sistema internacional de proteção, da ratificação de diversos tratados pelos diferentes países, os efeitos produzidos ao

30 JUBILUT, Liliana Lira. O direito internacional dos refugiados e sua aplicação no ordenamento jurídico brasileiro. São Paulo: Método, 2007.

31 SCHOUTEN, Maria Johanna. Una sociologia do género. Portugal: Húmus, 2011.

32 BOYD, Monica; GRIECO, Elizabeth. Women and Migration: Incorporating Gender into International Migration Theory.2013. Disponível em: <http://www.migrationpolicy.org/article/women-and-migration-incorporating-gender-international-migration-theory>. Acesso em: 02 dez. 2020.

longo de décadas de vigência destes instrumentos “ainda não foram suficientes para eliminar a discriminação e garantir a igualdade de gênero.”³³ Igualdade esta entendida como a não subordinação e o respeito às diferenças de minorias e o combate às discriminações³⁴, por um lado, e por outro, a igualdade de oportunidades e partilha de responsabilidades por mulheres e homens.³⁵ Trata-se então de reconstruir os direitos humanos das mulheres migrantes e refugiadas, uma vez que no caminho pela sobrevivência, onde se encontram diferentes tipos de violência, necessário lembrar, como reproduz Hannah Arendt,

Perdemos nossos lares, o que significa a familiaridade da vida cotidiana. Perdemos nossas ocupações, o que significa a confiança de que temos alguma utilidade no mundo. Perdemos nossa língua, o que significa a naturalidade das reações, a simplicidade, dos gestos, a expressão dos sentimentos.³⁶

Essa situação remete ao que Lafer chama de “desconcerto diante do mundo no qual o ser se vê jogado”³⁷, levando a um processo cada vez maior de exclusão, uma vez que, frequentemente, o Estado trata migrantes e refugiados como “problema de polícia”, o que leva a desigualdade perante a lei e ausência estatal na garantia de direitos fundamentais dessa população.

Lafer lembra ainda que para Hannah Arendt, os direitos humanos são fruto da ação, que se perfectibiliza pelo direito à vida pública.³⁸ Como se pode observar, diante das limitações impostas pela condição de ser mulher e ser migrante ou refugiada, e ante as restrições impostas pela própria lei, necessária uma revisão, no âmbito interno e internacional, do que são os direitos humanos para Hannah Arendt: o direito a ter direitos.

A forma como as mulheres são definidas em uma política migratória também pode afetar outros direitos, incluindo a capacidade de obter cidadania legal rapidamente, ter acesso a aulas

33 ARAÚJO, Marinella Machado. A proteção das mulheres: direitos com força normativa ou simbólica? In: JUBILUT, Liliana Lira. (org.). *Direito à diferença: aspectos de proteção específica às minorias e aos grupos vulneráveis*. São Paulo: Saraiva, p. 312, 2013.

34 FRASER, Nancy. Da Redistribuição ao Reconhecimento? Dilemas da Justiça na Era Pós Socialista. In: SOUZA, Jessé (org.). *Democracia hoje. Novos desafios para a teoria democrática contemporânea*. Brasília: Editora UnB, 2001 e FRASER, Nancy. Políticas feministas na era do reconhecimento: uma abordagem bidimensional da justiça de gênero. In: BRUSCHINI, Cristina; UNBEHAUM, Sandra (orgs.). *Gênero, democracia e sociedade brasileira*. São Paulo: Ed.34, p. 59 – 78, 2002.

35 SAFFIOTI, Heleieth. *O poder do macho*. São Paulo: Moderna, 1987.

36 ARENDT, Hannah. *We refugees*. In: *Altogether Elsewhere: Writings on Exile*. San Diego: Havest, 1996.

37 LAFER, Celso. *Hannah Arendt: pensamento, persuasão e poder*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

38 LAFER, Celso. *Hannah Arendt...*

de línguas, obter treinamento profissional e ter acesso a programas de renda. Por esta razão, estudos sobre mulheres migrantes argumentam que elas com mais frequência do que os homens têm negada sua cidadania plena, isto é, os direitos e responsabilidades civis, políticos e sociais completos que normalmente vêm com a participação em uma sociedade.³⁹

Oliva lembra que “paralelamente à concepção da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher (1979), o tema dos refugiados precisou ser avaliado sob uma nova ótica: a da proteção aos direitos da mulher” (p. 480). Observa ainda a autora que a Convenção dos Refugiados de 1951 foi idealizada e escrita por homens, não prevendo a proteção em razão de gênero, sendo que nos últimos anos tem se discutido se a perseguição em razão de gênero deva fazer parte da Convenção de 1951.⁴⁰

As Nações Unidas têm adotado estratégias de proteção às mulheres em situação de migração, refúgio e vítimas dos conflitos armados. O ACNUR, por exemplo, assumiu cinco compromissos, a serem aplicados especialmente nos campos de refugiados, onde se encontra grande parte das mulheres e meninas refugiadas, quais sejam: a promoção da participação ativa de mulheres refugiadas em funções representativas nos campos de refugiados, alcançando uma taxa de 50%; a oferta de registro e documentação individual adequada para todas as mulheres e homens refugiados; o desenvolvimento de estratégias integrais que combatam a violência sexual e de gênero; a garantia de participação de mulheres refugiadas a distribuição e gestão de produtos alimentícios e não alimentícios e o fornecimento assistência sanitária para todas as mulheres e meninas refugiadas.⁴¹

Além disso, o Alto Comissariado aposta em outras formas de intervenção que beneficiam todos os refugiados, mas tem impacto, sobretudo, na vida das mulheres refugiadas:

Respostas de emergência para situações que exigem resposta imediata, através da mobilização de especialistas para oferecer ajuda emergencial aos civis em deslocamento³⁷⁹; **soluções duradouras** que visam assegurar direitos e o bem estar dos refugiados através da repatriação voluntária, integração local e reassentamento em um

39 BOYD, Monica; GRIECO, Elizabeth. Women and Migration: Incorporating Gender into International Migration Theory. 2013. Disponível em: <http://www.migrationpolicy.org/article/women-and-migration-incorporating-gender-international-migration-theory>. Acesso em: 02 dez. 2020.

40 OLIVA, Thiago Dias. Direito de refúgio das minorias sexuais. In: JUBILUT, Liliana Lira. Direito à diferença. São Paulo: Saraiva, p. 479-503, 2013.

41 ACNUR. Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados.. Os 5 compromissos do ACNUR com mulheres refugiadas. 2011. Disponível em: <http://www.acnur.org/portugues/quem-ajudamos/dmr-20110/os-5-compromissos-do-acnur-com-mulheres-refugiadas/>. Acesso em: 03 dez. 2020.

terceiro país; **incentivo à promoção de Políticas Públicas** que atendam refugiados ou inserção nas políticas existentes; **diálogos Regionais com Mulheres e Meninas**, aconteceram entre novembro de 2010 e maio de 2011, onde as refugiadas tiveram a oportunidade de expor suas problemáticas, que foram levadas à atenção da comunidade internacional durante a reunião ministerial que aconteceu em dezembro de 2011 em Genebra e **campanhas**: o ACNUR incentiva e divulga campanhas de combate à violência contra mulheres (16 Dias de Ativismo pelo Fim da Violência contra as Mulheres, que acontece no Brasil todos os anos, por exemplo).⁴² [Grifos no original].

Por outro lado, em relação às mulheres vítimas de conflitos armados, o Conselho de Segurança das Nações Unidas aprovou a Resolução 1325, no ano de 2000, sobre Mulheres, Paz e Segurança com o objetivo de

proteger os direitos de mulheres e meninas durante conflito armado, combater a impunidade em crimes de gênero, promover a igualdade de gênero em operações de manutenção da paz, e aumentar a participação das mulheres nas atividades de pacificação, antes, durante e depois do conflito armado.⁴³

Em termos históricos, Araújo lembra que as ações da ONU em favor das mulheres se dividem em duas fases: “As primeiras três décadas principalmente dedicadas à codificação dos direitos legais e civis das mulheres e ao levantamento de dados sobre a situação das mulheres no mundo”.⁴⁴ Ao passo em que,

42 SCHWINN, Simone Andrea; COSTA, Marli Marlene Moraes da. (2017). As violências de gênero subjacentes à realidade social das mulheres refugiadas: desafios às políticas públicas. Anais IX Seminário Internacional de Direitos Humanos. Desafios e Perspectivas da Democracia na América Latina. João Pessoa: CCTA, p. 1636, 2017.

43 FRITZ, Jan Marie. Mulheres, Resolução do Conselho de Segurança das Nações Unidas 1325 e a necessidade de planos nacionais. Sociologias. Porto Alegre, ano 12, nº p. 340-353, 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/soc/n23/12.pdf>. Acesso em: 03 dez. 2020. “A Resolução faz recomendações aos Estados membro das Nações Unidas para proteção à meninas e mulheres em situação de conflitos, além de pedir que tais ações sejam monitoradas. No entanto, em 2004, o relatório do Secretário Geral sobre Mulheres, Paz e Segurança afirmou que, apesar dos esforços, os problemas ainda eram significativos. FRITZ, Jan Marie. Mulheres....; Isso fez com que o Conselho de Segurança aprovasse outras resoluções, com vista a fortalecer os esforços para acabar com crimes sexuais em áreas de conflito: 1820 de 2008; 1888 de 2009; 1960 de 2010 e a 2106 de 2013”. SCHWINN, Simone Andrea; COSTA, Marli Marlene Moraes da. (2017). As violências de gênero subjacentes à realidade social das mulheres refugiadas: desafios às políticas públicas. Anais IX Seminário Internacional de Direitos Humanos. Desafios e Perspectivas da Democracia na América Latina. João Pessoa: CCTA, p. 1637, 2017.

44 ARAÚJO, Marinella Machado. A proteção das mulheres: direitos com força normativa ou simbólica? In: JUBILUT, Liliana Lira. (org.). Direito à diferença: aspectos de proteção específica às minorias e aos grupos vulneráveis. São Paulo: Saraiva, p. 313, 2013.

a partir de meados dos anos 1970, a constatação de que a regulação de direitos não seria suficiente para garantir o avanço das mulheres, a ONU passa a focar seus esforços no desenvolvimento de estratégias e planos de ação para o avanço das mulheres que são pactuados em quatro conferências mundiais: Cidade do México, 1975; Copenhague, 1980; Nairobi, 1985; e Beijing/Pequim, 1995.⁴⁵

A partir destes apontamentos, percebe-se então, que existe uma complementaridade entre os diferentes campos de proteção da pessoa humana, também no que se refere a proteção às mulheres migrantes e refugiadas. Senão vejamos: o momento em que mais ocorrem violações aos direitos humanos das mulheres, sobretudo o direito à vida e à integridade física e psíquica, é durante os conflitos armados que têm gerado um movimento maciço de pessoas, e produzido um grande número de refugiados, inclusive milhares de mulheres.

Cabe lembrar como fazem De Paula e Proner que, apesar de se tratar de vertentes de proteção com regras distintas, estas podem ser aplicadas alternadamente ou em sobreposição, de acordo com cada situação. Ainda, existem princípios comuns às três vertentes de proteção que derivam de direitos irrevogáveis em qualquer circunstância, como é o caso da “inviolabilidade da pessoa humana, o respeito à vida (compreendendo o respeito à integridade física, mental e aos atributos da personalidade), o princípio da não-discriminação”, entre tantos outros.⁴⁶ Mas sobretudo, o que une estas três vertentes de proteção, que também reconhecem as especificidades de cada grupo, como é o caso das mulheres migrantes e refugiadas, é a proteção da dignidade da pessoa humana.

CONCLUSÕES

De acordo com o Instituto de Migrações e Direitos Humanos-IMDH a migração não é um fenômeno novo, mas que historicamente, se repete com frequência e intensidade variadas. “Os grandes movimentos migratórios ocorridos em outras épocas tiveram sua causa nas invasões, conquistas, êxodos, mudanças sazonais, fome, superpopulação de determinadas regiões, entre outras”.⁴⁷ Atualmente, tais motivos são agravados pela globalização, a

45 ARAÚJO, Marinella Machado. A proteção..., p. 313.

46 PAULA, Vera Cecília Abagge de; PRONER, Carol. Convergência...

47 IMDH. Instituto Migrações e Direitos Humanos. Migrantes: quem são?2014.Disponível em: <http://www.migrante.org.br/index.php/migrantes-quem-sao>. Acesso em: 02 dez, 2020.

demografia de determinados países ou regiões, a violação de direitos, desemprego, perseguições, discriminação, xenofobia, a desigualdade econômica entre as diferentes regiões globais, a violência e as catástrofes naturais, para citar algumas causas.

No que diz respeito às mulheres migrantes e refugiadas, frequentemente vítimas de violência sexual e de gênero, que envolve situações em que há generalizadas violações a direitos humanos, estas muitas vezes estão vinculadas a relações desiguais de gênero dentro de comunidades ou abusos de poder. Sendo assim, “Ela pode assumir a forma de violência sexual ou perseguição por parte das autoridades ou pode ser o resultado da discriminação incorporada na legislação, bem como em normas e práticas sociais predominantes”. Essa forma de violência pode ser a causa do deslocamento forçado ou ainda, uma parte intolerável do processo de deslocamento.⁴⁸ (ACNUR, 2011, p. 6).

Portanto, no campo da proteção internacional, objeto deste trabalho, necessária a intersecção dos diferentes campos de proteção, eis que tem como objetivo final a proteção da dignidade da pessoa humana e, nas palavras de Ingo Sarlet,

[...] onde não houver respeito pela vida e pela integridade física do ser humano, onde as condições mínimas para uma existência digna não forem asseguradas, onde a intimidade e identidade do indivíduo forem objeto de ingerências indevidas, onde sua igualdade relativamente aos demais não fora garantida, bem como onde não houver limitação do poder, não haverá espaço para a dignidade da pessoa humana, e esta não passará de mero objeto de arbítrio e injustiças.⁴⁹

Na medida em que o Direito Internacional dos Direitos Humanos se ocupa da proteção a qualquer tempo e lugar da dignidade da pessoa humana; que o Direito Internacional Humanitário volta sua preocupação com a proteção a garantias das vítimas de conflitos armados; e que o Direito Internacional dos Refugiados atua na garantia de direitos das pessoas em situação de refúgio, estas três dimensões devem convergir na garantia da dignidade humana de mulheres migrantes e refugiadas.

48 ACNUR. Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados. Os 5 compromissos do ACNUR com mulheres refugiadas. 2011. Disponível em: <http://www.acnur.org/portugues/quem-ajudamos/dmr-20110/os-5-compromissos-do-acnur-com-mulheres-refugiadas/>. Acesso em: 03 dez. 2020.

49 SARLET, Ingo Wolfgang. .A eficácia dos Direitos Fundamentais: uma teoria geral dos direitos fundamentais na perspectiva constitucional. Porto Alegre: Livraria do Advogado, p. 104, 2010.

REFERÊNCIAS

ACNUR. Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados. *Os 5 compromissos do ACNUR com mulheres refugiadas*. 2011. Disponível em: <http://www.acnur.org/portugues/quem-ajudamos/dmr-20110/os-5-compromissos-do-acnur-com-mulheres-refugiadas/>. Acesso em: 03 dez. 2020.

ANNONI, Dannielle; VALDES, Lysian Carolina. *O Direito Internacional dos Refugiados e o Brasil*. Curitiba: Juruá, 2013.

ARAÚJO, Marinella Machado. A proteção das mulheres: direitos com força normativa ou simbólica? In: JUBILUT, Liliana Lira. (org.). *Direito à diferença: aspectos de proteção específica às minorias e aos grupos vulneráveis*. São Paulo: Saraiva, 2013.

ARENDT, Hannah. *A condição humana*. 9 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1999.

ARENDT, Hannah. We refugees. In: *Altogether Elsewhere: Writings on Exile*. San Diego: Havest, 1996.

BITTAR, Eduardo Carlos Bianca; ALMEIDA, Guilherme Assis de. (org.). *Minicódigo de direitos humanos*. Brasília: Secretaria Especial de Direitos Humanos, 2010.

BORGES, Leonardo Estrela. *O Direito Internacional Humanitário*. Belo Horizonte: Del Rey, 2006.

BOYD, Monica; GRIECO, Elizabeth. Women and Migration: Incorporating Gender into International Migration Theory. 2013. Disponível em: <http://www.migrationpolicy.org/article/women-and-migration-incorporating-gender-international-migration-theory>. Acesso em: 02 dez. 2020.

CANÇADO TRINDADE, Antônio Augusto. *Desafios e conquistas do Direito Internacional dos Direitos Humanos no início do século XXI*. 2006. Disponível em: <https://www.oas.org/dil/esp/407-490%20cancado%20trindade%20OEA%20CJI%20%20.def.pdf>. Acesso em 02 dez. 2020.

DEYRA, Michel. *Direito Internacional Humanitário*. Portugal: Gabinete de Documentação e Direito Comparado Procuradoria Geral da República, 2001.

DE PAULA, Vera Cecília Abagge; PRONER, Carol. Convergência e complementaridade entre as vertentes de proteção internacional dos direitos humanos. *Revista da Faculdade de Direito UFPR*. Curitiba, n. 48, pp. 219-241, 2008. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/direito/article/view/15750>. Acesso em: 02 dez. 2020.

FRASER, Nancy. Da Redistribuição ao Reconhecimento? Dilemas da Justiça na Era Pós Socialista. In: SOUZA, Jessé (org.). *Democracia hoje*. Novos desafios para a teoria democrática contemporânea. Brasília: Editora UnB, 2001.

FRASER, Nancy. Políticas feministas na era do reconhecimento: uma abordagem bidimensional da justiça de gênero. In: BRUSCHINI, Cristina; UNBEHAUM, Sandra (orgs.). *Gênero, democracia e sociedade brasileira*. São Paulo: Ed.34, pp. 59 – 78, 2002.

IMDH. Instituto Migrações e Direitos Humanos. *Migrantes: quem são?* 2014. Disponível em: <http://www.migrante.org.br/index.php/migrantes-quem-sao>. Acesso em: 02 dez, 2020.

FERNÁNDEZ-MALDONADO, Guillermo. (2011). *La protección internacional de refugiados en las Américas*. Apresentação. Equador: ACNUR/OACDH, 2011.

FRITZ, Jan Marie. Mulheres, Resolução do Conselho de Segurança das Nações Unidas 1325 e a necessidade de planos nacionais. *Sociologias*. Porto Alegre, ano 12, nº pp. 340-353, 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/soc/n23/12.pdf>. Acesso em: 03 dez. 2020.

JUBILUT, Liliana Lira. *O direito internacional dos refugiados e sua aplicação no ordenamento jurídico brasileiro*. São Paulo: Método, 2007.

LAFER, Celso. *Hannah Arendt: pensamento, persuasão e poder*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

MENDES, Natália Rodrigues. 2008. *Islã e direitos humanos: uma questão de (in)compatibilidade?* Disponível em: http://www.dhnet.org.br/direitos/sip/ligaarabe/mendes_islam_%20e_direitos_humanos.pdf. Acesso em: 03 dez. 2020.

OLIVA, Thiago Dias. Direito de refúgio das minorias sexuais. In: JUBILUT, Liliana Lira. *Direito à diferença*. São Paulo: Saraiva, pp. 479-503, 2013.

SAFFIOTI, Heleieth. *O poder do macho*. São Paulo: Moderna, 1987.

SARLET, Ingo Wolfgang. *A eficácia dos Direitos Fundamentais: uma teoria geral dos direitos fundamentais na perspectiva constitucional*. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2010.

SCHOUTEN, Maria Johanna. *Una sociologia do género*. Portugal: Húmus, 2011.

SCHWINN, Simone Andrea; COSTA, Marli Marlene Moraes da. (2017). As violências de gênero subjacentes à realidade social das mulheres refugiadas: desafios às políticas públicas. *Anais IX Seminário Internacional de Direitos Humanos. Desafios e Perspectivas da Democracia na América Latina*. João Pessoa: CCTA, 2017.

UNITED NATIONS. United Nations Secretariat. *Strengthening of the United Nations: an agenda for further change*. New York, 9 set. 2002. *Report of the Secretary-General, A/57/387*. 2002. Disponível em: <http://unpan1.un.org/intradoc/groups/public/documents/un/unpan005675.pdf>. Acesso em 02 dez. 2020.

VIEIRA, Gustavo Oliveira. *Inovações em Direito Internacional: um estudo de caso a partir do Tratado de Ottawa*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2006.

AFROEMPREENDEDORISMO FEMININO EM CURITIBA: REFLEXÕES SOBRE INTERSECCIONALIDADES EM CAMPO

Suelen Karini Almeida de Matos¹

INTRODUÇÃO

Início minha trajetória acadêmica no curso de design de moda no ano de 2013, passando por um projeto de iniciação científica que me fez querer trabalhar com pesquisa e ensino. Ao ingressar no último ano do curso, pensando em qual tema trabalhar na pesquisa de conclusão, onde ao mesmo tempo eu estava passando por um processo de auto reconhecimento como mulher negra, resolvi lavar a temática racial para o debate, falei sobre moda afro-brasileira em diferentes regiões do país, entrevistei e analisei peças de uma designer de Curitiba, outra de São Paulo e outra Salvador. Este trabalho tem um valor emocional muito particular para mim, foi o que me fez estar aqui hoje falando sobre este tema.

Nas minhas idas a campo, procurando por marcas de moda construídas por mulheres negras, durante o trabalho final de curso, notei a ausência delas em determinados espaços. Era 2016, Curitiba estava começando a construir uma identidade de economia colaborativa, espaços voltados para esta prática estavam surgindo, mas sempre na região central e/ou em bairros nobres. O número baixo ou ausência de empreendedoras negras começou a me incomodar, foi então que comecei a questionar este fato para os donos dos espaços, alguns diziam que não conheciam pessoas negras que

¹ Aluna do mestrado em Antropologia (PPGA-UFPR), especialista em Africanidades e Cultura Afro-brasileira (UNOPAR) e graduada em Design de Moda (UP). Pesquisadora vinculada à Universidade Federal do Paraná financiada pela Coordenação de Aperfeiçoamento Pessoal de Nível Superior (CAPES).

tivessem marcas, comecei a duvidar e fui procurar onde estavam essas pessoas, principalmente estas mulheres.

Foi onde comecei a me envolver com o movimento negro de Curitiba, alguns da área de moda, outros não. Aos poucos fui conhecendo afroempreendedores locais, mas, sua grande maioria eram mulheres. A quantidade foi aumentando, conheci designers de moda, artesãs, cabelereiras, trancistas, confeitadeiras e até algumas que vendem perucas e apliques, todas articulando o agenciamento da estética negra e africana em seus produtos e serviços. Poucas possuíam um espaço próprio para atender ou vender, a maioria participava de feiras. Descobri que, esporadicamente, acontecia uma Feira do Afroempreendedor no Memorial de Curitiba, localizado no Largo da Ordem, região central da cidade, era bem difícil saber de fato qual era a data pois não tinha uma programação fixa, eu só sabia que acontecia em algum final de semana do mês. Um belo domingo, enquanto andava pela clássica “feirinha do Largo da Ordem”, resolvi entrar no Memorial e vi a feira acontecendo. Aquilo me chamou muito a atenção, além das mesas dispostas, onde a maioria dos expositores eram de afroempreendedoras, também estava acontecendo apresentações culturais no palco. Naquele momento eu percebi que a ausência daquelas mulheres nos espaços de economia colaborativa não era porque elas não existiam, havia algo muito mais profundo que eu precisava descobrir, afinal, estamos em uma cidade que se denomina como a “Europa brasileira”.

Ingressei no mestrado em Antropologia em 2019, comecei a realizar o trabalho de campo em julho do mesmo ano, naquele mês não teve a feira no Memorial, então resolvi começar por um outro espaço, a Feira do Afroempreendedor que acontece um domingo por mês na Praça Zumbi do Palmares, no bairro Pinheirinho. Meu orientador fez a mediação entre mim e organizadora do evento, Will Amaral. Conversamos via mensagens de texto pelo celular, onde ela me disse quando seria a próxima feira.

Como era mês de julho, a edição do evento estava muito especial. No dia 25 se comemora o dia da Mulher Afro Latino-americana Caribenha, e desde 2014, aqui no Brasil, é denominado dia da Mulher Negra e de Tereza de Benguela. Por conta disso, estava acontecendo uma homenagem para diversas mulheres negras de Curitiba que tem contribuído nos últimos anos para o movimento negro local. Me recordo daquele dia como se fosse ontem, havia muitas mulheres, tanto sendo homenageadas quando expondo, conforme os meses foram passando, percebi que a presença de mulheres negras

era forte. Conversando com minhas interlocutoras, tive a certeza de aquele espaço era destinado para elas, a Praça Zumbi dos Palmares estava se constituindo como um lugar de resistência política, afinal, elas, (...) com sua força e corajosa capacidade de luta pela sobrevivência, transmite-nos a nós, suas irmãs mais afortunadas, o ímpeto de não nos recusarmos à luta pelo nosso povo.²

APRESENTANDO CAMPO: A PRAÇA ZUMBI DOS PALMARES

A praça Zumbi dos Palmares foi inaugurada em 1991, durante governo Jaime Lerner. A história do surgimento da praça foi bem emblemática, ao meu ponto de vista. Greca sempre teve o discurso da pluralidade, mas na prática não é bem assim que as coisas acontecem. Segundo Mário SANCHES (1995)³, em sua dissertação sobre a invisibilização do negro em Curitiba, a construção da praça surgiu (...) no contexto das instalações de equipamentos urbanos durante o tricentenário, homenagearia os negros de Curitiba. Esta praça foi conquista do Consul do Senegal junto à prefeitura e erigida em lugar do portal Africano por ele reivindicado. Após a construção, a praça ficou por certo tempo abandonada, se tornando um espaço destinado para uso e venda de drogas, além da grama alta e muros pixados, até que. Em 2010, passou por uma revitalização, ganhando vida novamente e em 2017 sendo ocupada pela Feira Cultural e do Afroempreendedorismo.

INSTITUTO AFRO-BRASILEIRO DO PARANÁ

O Instituto Afro Brasileiro do Paraná surgiu em abril de 1996, sob o comando de um grupo de homens negros da militância local que tinham como objetivo trabalhar de forma conjunta e organizada no fomento da cultura africana e afro-brasileira em Curitiba. Dentre eles estavam médicos, engenheiros e professores. Com o passar dos anos, esses homens foram atingindo idades avançadas, criando assim, um desejo de passar o Instituto para um outra chapa que pudesse dar continuidade aos trabalhos. Will Amaral era sobrinha de um dos fundadores que a convidou para assumir o cargo de presidente do

² GONZALEZ, Lélia. A Mulher Negra na Sociedade Brasileira: uma abordagem político-econômico. In: LUZ, Madel T. (org.). O Lugar da Mulher. Rio de Janeiro. Edições Graal. P.87-104. 1982.

³ SANCHES, Mário Antônio. O negro em Curitiba: a invisibilidade cultural do visível. 1995. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 1995.

Instituto e recebendo o poder de colocar que bem quisesse. Sendo assim, Will assume a presidência e atribui aos principais cargos suas 4 primas, mulheres negras, e sua cunhada, única mulher branca, estando neste lugar justamente pelo vínculo familiar que possui com a presidente, afirmação realizada a mim pela própria Will. A ideia é de que os eventos coordenados pelo Instituto sejam criados e organizados por mulheres negras, pois o desejo é de dar voz e espaço para esse grupo de atores sociais que são tão marginalizados e o poder nas tomadas de decisões de um evento tão importante para o movimento negro local.

FEIRA CULTURAL E DO AFROEMPREENDEDORISMO

A *Feira Cultural do Afroempreendedorismo* nasceu em 2017, Will Amaral, que é presidente do Instituto Afro-brasileiro do Paraná, me conta que a ideia surgiu com a finalidade de evidenciar a produção de bens e serviços de pessoas negras, fortalecer e fazer girar uma economia denominada movimento *black money*, além de enaltecer a produção cultural de artistas negros locais, afinal, além dos empreendedores, a feira conta com apresentações árticas e culturais em todas as suas edições.

Uma feira semelhante acontece, esporadicamente, no Memorial de Curitiba, ponto turístico localizado na região central, mas Will quis projetar algo que possuísse uma fixação de data, se tornando uma agenda cultural negra. Junto com isso, a escolha pela praça do Zumbi dos Palmares partiu da necessidade de se apropriar de um espaço físico para que os membros da militância negra curitibana pudessem se sentir em casa, de certa forma, “aquilombados”. A praça também havia passado por uma reforma no ano de 2016, onde os muros receberam pinturas, as lâmpadas foram trocadas, deixando o ambiente mais acolhedor. Realizar os eventos neste espaço também seria uma forma de movimentar a região.

Will me conta que quando começou a movimentar a construção da feira, seu intuito era dar visibilidade para afroempreendedoras negras, ou seja, continuar seu trabalho de visibilização e empoderamento para mulheres negras, assim como já vinha fazendo e ainda faz no Instituto. Mas, conforme as coisas foram se encaminhando, surgiu a necessidade de abrir espaços para, o que ela denomina como empreendedores étnicos, que são pessoas que se auto declaram como não negras mas que produzem peças e/ou serviços que articulam o agenciamento da estética negra, um exemplo é Alessandra,

mulher branca que é casada com um homem negro da militância local, também é a responsável pelo espaço de economia colaborativa Afro Mundo Mix. Ela produz bonecas de pano utilizando tecidos de origem africana, as temáticas são sempre de imagens de orixás e outros personagens pertencentes ao imaginário africano e afro-brasileiro. Alessandra me diz que entende seu lugar como mulher branca dentro do espaço da feira, mas por ser casada com um homem negro e acompanhar a militância de perto, se sente parte da luta e simpatizante pelas causas raciais.

Grande parte dos expositores são mulheres negras, dentre os serviços e produtos disponíveis estão venda de roupas novas quanto brechó, acessórios, tranças, doces, artesanato e objetos de decoração. São dispostas cerca de 10 barracas, sendo que em algumas delas eram expostas mais de uma marca. As afroempreendedoras nunca estavam sozinhas, durante exposição dos produtos, elas ficavam com seus familiares e amigos, tanto homens, quanto mulheres. A presença de homens brancos era mínima, tanto expondo quanto participando do evento como visitante ou telespectadores das apresentações, percebi, nas cinco edições que acompanhei, que este espaço estava sendo ocupado, principalmente, por mulheres negras.

A feira acontece um domingo por mês, das 14 horas até às 18 horas. Nas cinco edições que acompanhei, cheguei por volta das 14 horas, teve apenas uma vez em que a estrutura física não estava completamente montada ou havia alguns empreendedores que ainda não haviam chegado, ou artistas que se atrasaram. Normalmente, o evento se inicia com uma fala sobre o tema da feira daquele mês e sobre os objetivos da existência do evento que é feita por uma das principais representantes do Instituto Afro, são elas, Will Amaral, Maureen Reis e Márcia Reis. As três revezam as falas em diversos momentos durante toda programação da tarde, as apresentações acontecem, com intervalos entre elas que levam de 15 minutos até 30 minutos, em algumas edições foram realizados sorteios onde houve interação com o público que estava assistindo, houve homenagens e apresentações que levantaram debates políticos e sociais.

Para expor seus produtos e serviços, tanto os afroempreendedores quanto os empreendedores étnicos, pagam uma taxa simbólica no valor de trinta reais, algo bem abaixo do mercado, pois existem eventos que chegam a cobrar o valor de trezentos reais para que se possa participar. Os custos de barraca, transporte de equipamentos e aluguel dos equipamentos de som são feitos com o dinheiro disposto pela Fundação Cultural de

Curitiba através de uma lei de incentivo para feiras locais. No ano que realizei a pesquisa de campo, que foi em 2019, a feira recebeu da Fundação o valor de dezoito mil reais para dar conta de dez edições da feira durante o ano. Will me diz que este valor não é o suficiente para realizar o evento, pois elas possuem vários gastos, mas ela dão um jeito das coisas funcionarem. No final do ano de 2019, me disse que sentia muito medo de como seria o próximo ano, pois o edital que normalmente abria para feiras não havia sido aberto elas não sabiam como iriam conseguir realizar os eventos.

A estrutura física da feira foi um dos pontos que mais me chamaram a atenção logo que fiz minha primeira visita. Como descrevi anteriormente, a praça foi construída com a finalidade de ser um anfiteatro a céu aberto, logo, o formato da praça é em círculo, onde de um lado tem uma escadaria remetendo a uma arquibancada que dá acesso ao memorial da África, e do outro lado, completando o círculo, está o palco, logo atrás um mural com imagens que remetem a Zumbi dos Palmares. As barracas se organizam desta forma em semi círculo, de frente para o palco, completando um círculo. Ao redor das barracas existem cadeiras de praia e banquinhos, em todas as edições que fui, me deparei com os feirantes e seus familiares sentados ao redor das barracas, alguns levam até caixas de cerveja. A sensação que tive foi de o evento ser uma extensão do almoço de família do domingo, até que na edição do mês de dezembro minha suposição se tornou real, pois um churrasco das famílias pretas foi realizado durante o evento.

AFROEMPREENDEDORISMO, LIBERDADE E TRANSFORMAÇÃO: O QUE É EMPREENDER?

Antes de buscarmos entender como se constitui o afroempreendedorismo feminino na feira do Afroempreendedores da Praça Zumbi dos Palmares, é importante entender sobre o que significa o ato de empreender e o que acontece quando esta ação é atravessada por marcadores sociais como raça e gênero. O empreendedor seria (...)aquele que inicia algo novo, que vê o que ninguém vê, enfim, aquele que realiza antes, aquele que sai da área do sonho, do desejo, e parte para a ação.⁴ Ela continua dizendo que o empreendedor é alguém que possui uma visão focada no futuro, na inovação e na

⁴ POMBO. Adriane Alvarenga da Rocha. O que é ser Empreendedor?.Documento Adquirido na Biblioteca Temática do Empreendedor – SEBRAE. Sem ano.

tecnologia. Também apresenta algumas características que são pertencentes aqueles que buscam empreender como realização pessoal, sonho e desejo de independência. Já Gláucia Maria Vasconcellos, em seu ensaio sobre as origens e práxis do ato de empreender, traz um apanhado de autores e suas percepções do que classificaria como empreendedor, resultando na configuração de uma pessoa que é dotada (...) de capacidade de inovação; de espírito de iniciativa; que assume riscos em um negócio (...)⁵.

Outro ponto importante sobre o entendimento sobre o que constitui alguém em empreendedor é trazido pela Maria Angélica dos Santos em seu livro “O Lado Negro do Empreendedorismo”, onde ela traz como uma das características (...) a dimensão individual quanto a relacional, impactando e economia em alguma medida e de forma insubmissa às relações de dominação impostas pelo mercado de trabalho”, ou seja, ela traz a busca pelo equilíbrio entre as categorias individual e relacional dentro de uma sociedade capitalista.⁶

AFROEMPREENDEDORISMO E SUAS RAMIFICAÇÕES

Seguindo o raciocínio apresentando anteriormente sobre que vem a ser o empreendedorismo, encontramos uma ramificação deste conceito, que é um dos temas desta dissertação, o afroempreendedorismo. O afroempreendedorismo, em sentido amplo, diz respeito ao movimento empreendedor realizado por negras e negros⁷. Esses movimentos, segundo ela, podem ser focado em um negócio que pense de forma ampla, como por exemplo abrir um supermercado, uma loja de roupas ou um restaurante, mas também pode ser um modelo de negócio focado como público alvo pessoas negras, que envolva apenas pessoas negras em todo processo produtivo, marketing, funcionários negros, etc. Ambas as modalidades autora classifica como “*latu sensu* (sentido amplo) (...) e (...) *scripto sensu* (sentido estrito)”⁸.

⁵ VALE. Gláucia Maria Vasconcellos. Empreendedor: origens, concepções teóricas, dispersão e integração. (In.) RAC, Rio de Janeiro, v. 18, n. 6, p. 874-891, Nov./Dez. 2014.

⁶ SANTOS. Maria Angélica dos. O Lado Negro do Empreendedorismo: afroempreendedorismo e movimento black money. Belo Horizonte. Letramento. 2019.

⁷ SANTOS. Maria Angélica dos. O Lado...

⁸ SANTOS. Maria Angélica dos. O Lado...

Mais do que “apenas” um corpo negro frente a um negócio, o afroempreendedorismo articula posicionamentos ideológicos e políticos, o afroempreendedorismo enquanto fenômeno em desenvolvimento e que carrega uma gama de variáveis sociológicas como racismo, antirracismo, identidade, trabalho, renda, educação, entre outras (...)⁹, onde esses fatores entram em diálogo com o modelo de negócio proposta. Ser um afroempreendedor se constitui como algo além de apenas obter lucros e/ou forma de subsistência.

Da mesma forma que apresentei no tópico anterior alguns pontos que caracterizem o que vem a ser um empreendedor, o afroempreendedorismo também segue o mesmo caminho, categorizando –se como princípios reitores¹⁰. Dentre eles, chamo atenção para a “unidade racial”, que seria a carga política que esse modelo de negócio carrega, “rompendo com práticas coloniais”, e ainda,

(...) fazendo-se necessário que se estabeleçam relações mais próximas entre negros empreendedores, de modo a permitir através de uma união de forças aconteça uma maior circulação de renda entre negros e que estes possam ocupar melhores lugares na pirâmide social. (SANTOS, 2019, p. 40).

Outra categoria que a autora trabalha se refere a relação do modelo de negócio com a “valorização da ancestralidade”, onde ela traz a reponsabilidade de enaltecer a história dos antepassados que marca a existência do afroempreendedor, pois, segundo ela, “esse movimento pela valorização da ancestralidade também repercute na construção da autoestima negra e na conformação de identidade (...)”¹¹. Esse processo é materializado quando percebemos o agenciamento da estética negra nos produtos e serviços ofertados por empreendedores negros, pois assim, o discurso se torna visual, criando uma comunicação clara e objetiva.

Nos últimos anos, tem-se visto uma crescente no número de pesquisas acadêmicas e institucionais sobre afroempreendedorismo em todo território nacional, um

⁹ OLIVEIRA. Tais Silva. Redes Sociais na Internet e a Economia Étnica: Um estudo sobre o Afroempreendedorismo no BRASIL. 2019. 135f. Dissertação (Mestrado em Ciências Humanas e Sociais) – Universidade Federal do ABC, São Paulo. 2019.

¹⁰ SANTOS. Maria Angélica dos. O Lado...

¹¹ SANTOS. Maria Angélica dos. O Lado...

exemplo é o Projeto Brasil Afroempreendedor vinculado ao Instituto Adolpho Bauer que fez em 2016 um levantamento sobre o perfil do afroempreendedorismo brasileiro seguindo a metodologia de monitoramento dos pequenos negócios comandados por pessoas negras e pensar em políticas públicas para o fortalecimento desse tipo de modelo de negócio. Dentre os resultados obtidos, de 1.277 afroempreendedores que foram entrevistados, 748 eram mulheres (cerca de 59%), com a faixa etária entre 30 e 40 anos, classe média, tiveram acesso ao ensino superior, mas haviam aberto seu próprio negócio por necessidade. Outro dado interessante é que, a partir do número total de entrevistados, os produtos e serviços mais ofertados são das áreas de moda e confecção, artesanato e comércio varejista, “(...) sendo que mais de 57% correspondem de empresas familiares, enquanto mais de 48% com a participação da família nuclear (cônjuge e/ou filhos). Outro dado apresentado pela pesquisa diz respeito à origem do afro negócio, onde (...) a maior parte não foi criada por necessidade (apenas 23,4% o foram), mas por oportunidade (39,5%) ou outras motivações (37%)¹². Diante deste cenário, podemos dizer que além do racismo, existe um outro fator que implica no ato de empreender, como estamos falando de um cenário composto em sua maioria por mulheres, o machismo em interseção faz com que essas mulheres negras e empreendedoras sofram duplamente a opressão e sintam com mais força a discriminação.

Esse perfil apresentado pelo Projeto Brasil Afroempreendedor vai de encontro com dados apresentados em uma etnografia produzida na década de 80 pela antropóloga Ângela FIGUEIREDO (2012) em “Classe Média Negra: trajetória e perfis”, onde ela busca traçar um cenário econômico, de trabalho e classe da população negra em Salvador, ela traz em um capítulo a questão do empreendedorismo negro (termo que se refere ao afroempreendedorismo) onde após entrevistar alguns empresários negros e pardos, ela traz o que seria o perfil do afroempreendedor naquele momento e contexto.

(...) podemos esboçar o perfil do empresário negro como um indivíduo do sexo masculino, casado, que tem entre 25 e 45 anos de idade, chefe de família, possui o primeiro grau incompleto e é filho de trabalhadores manuais ou agrícolas.

¹² MICK, Jacques. Relatório final de pesquisa – PBAE Igualdade racial, desenvolvimento, empreendedorismo e solidariedade: desafios para o Brasil Contemporâneo. 2016. Disponível em: <http://www.institutoiab.org.br/relatorio-final-de-pesquisa-pbae/>. Acesso em 18 de agosto de 2020.

Eles são proprietários de pequenas e médias empresas instaladas fora da residência, provavelmente são donos de um comércio no ramo da alimentação e trabalham com duas a cinco pessoas, dentre as quais podem estar incluídos os membros da família. Comparados ao grupo branco, os empresários negros são mais jovens e menos escolarizados. (FIGUEIREDO, 2012, p.109)

Outro trabalho interessante que aborda essa questão do afroempreendedorismo, com um contexto mais semelhante ao que iremos abordar neste artigo é o da Gleicy Mailly da Silva em sua tese de doutorado em antropologia, onde ela produziu uma etnografia sobre a Feira Preta em São Paulo, um evento criado por uma mulher negra e que tem ganhado nos últimos anos grandes proporções. Neste trabalho, autora traz relatos da criadora da feira, Adriana Barbosa, e algumas outras afroempreendedoras que participam do evento, ela também traz a potencialidade política que esse evento possui, como se constitui em um espaço de mobilidade social feminina, onde autora traça um perfil de uma empreendedora da cultura, pois assim, se tornou possível trabalhar a “(...) complexidade e seriedade dos projetos que mulheres desenvolvem na construção de carreiras e vínculos sociais”.¹³

Em campo, percebi que na feira existem duas categorias de empreendedorismo que se articulam, das mulheres que estão ali de fato pela ausência de oportunidades de emprego por conta do racismo estrutural de nosso país que criou a categoria “boa aparência” como estratégia de violência e exclusão, e uma outra modalidade é das afroempreendedoras atuantes por militância, que é caso das organizadoras, por exemplo, pois são mulheres que possuem um trabalho de sustento em outras áreas ou são aposentadas e estão ali pela causa. Mas o afroempreendedorismo ele tem se mostrado como algo que vai para além do vender, ele é apenas um caminho para que as mulheres negras exerçam outros fatores, como valorização dos seus produtos e serviços no momento da precificação, iniciando um processo de empoderamento através da convivência entre elas no espaço de feira, o início de uma consciência racial, afinal

¹³ SILVA. Gleysi Mailly. Empreendimentos Sociais, Negócios Culturais: Uma etnografia das relações entre economia e política a partir da Feira Preta em São Paulo. 2017. 290f. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

quando estão juntas compartilham suas histórias encontrando pontos de intersecção, gerando assim, um encontro e comunhão de forças.

EMPREENDER, GÊNERO E RAÇA

Como já mencionado aqui, o conceito de empreendedorismo, desde sua origem teórica até sua práxis, não possui uma compreensão quando o assunto é recorte de gênero, “(...) visto que as características empreendedoras podem ser encontradas tanto em homens quanto em mulheres, ainda que suas primeiras definições contemplassem quase exclusivamente o público masculino¹⁴, mas nos últimos anos é possível perceber uma crescente no número de mulheres empreendedoras no Brasil, onde, segundo dados, o país está em sétimo lugar no mundo com maior quantidade de empreendedoras em estágio inicial, ou seja, quando os modelos de negócios estão em seus primeiros 42 meses de existência”.¹⁵

Os estudos sobre empreendedorismo sob a ótica do recorte de gênero têm sido realizado desde os anos 1970 em todo mundo, isso se dá pelo fato de que no mesmo período estávamos vivendo a explosão da segunda feminista, que se inicia dez anos antes, onde os debates sobre mulher no mercado de trabalho estavam em efervescência devido a pluralidade que o corpo do movimento feminista estava tomando forma. As primeiras “produções que se atenderam a falar sobre a temática surgem na Europa, tendo como objetivo pensar (...) a motivação, características de personalidade e perfil das empreendedoras, bem como as dificuldades enfrentadas por elas na criação de suas empresas”¹⁶. Já no Brasil, o estudo se intensifica no início dos anos 2000, com finalidade de compreender a origem e os motivos que levaram mulheres a abrirem seus próprios negócios.

¹⁴ STROBINO. Márcia Regina de Campos. TEIXEIRA. Rivanda Meira. Empreendedorismo Feminino e o Conflito Trabalho-família: estudo de multi casos no setor de comércio de material de construção da cidade de Curitiba. São Paulo Revista da Administração, v. 49, n. 01, p. 59-76, jan/fev/mar. 2014.

¹⁵ SEBRAE. Relatório Especial: empreendedorismo feminino no BRASIL. 2019. Disponível em https://datasebrae.com.br/wp-content/uploads/2019/03/Empreendedorismo-Feminino-no-Brasil-2019_v5.pdf. Acesso em 02 de setembro de 2020.

¹⁶ GIMENEZ. Fernando Antônio Prado. FERREIRA. Jane Mendes. RAMOS. Simone Cristina. Empreendedorismo Feminino no Brasil: gênese e formação de um campo de pesquisa. 2017. Revista de Empreendedorismo e Gestão de Pequenas Empresas, v. 06, n. 01, p. 40-74, jan/abr. 2017

As motivações para que mulheres comecem a adentrar ao mundo dos negócios se dá por diversos motivos. Segundo dados do GEM (2019), dentre eles estão o alto índice de desemprego no país que atinge as mulheres brasileiras,¹⁷ essa afirmação foi dada por cerca de 90% das empreendedoras entrevistadas. Outros dados interessantes dizem respeito ao grau de escolaridade das mulheres, onde apenas 8% possuem acesso ao ensino superior e a faixa etária varia entre 35 a 54 anos.

No que diz respeito aos ramos mais trabalhados, em primeiro lugar está comércio de roupas, serviços domésticos (este possui um recorte racial mais acentuado), serviços de buffet e festas, salões e estabelecimentos na área da beleza como loja de cosméticos e restaurantes. Interessante que esses modelos de negócios fazem parte de um imaginário patriarcal de tarefas destinadas a mulher e são empreendimentos que não necessitam de um investimento tão alto, pois existe uma dificuldade para mulheres conseguirem empréstimos em bancos. Outro dado que é apresentado, fala do tempo médio de trabalho das mulheres em relação aos homens, elas chegam a trabalhar cerca de 18 horas a menos, por conta das jornadas duplas ou até mesmo triplas de trabalho que envolvem o trabalho doméstico e o cuidado dos filhos em concomitância com cuidar do negócio.¹⁸

Quando afunilamos ainda mais os dados, pensando por um viés da interseccionalidade a categoria raça, os dados são mais alarmantes. Em agosto de 2019, o SEBRAE publicou uma pesquisa com dados complementares ao que apresentei anteriormente, que foi divulgado em março do mesmo ano, onde a questão racial é abordada para se compreender o cenário do empreendedorismo feminino brasileiro. As comparações da situação da mulher negra no mundo dos negócios são feitas em relação ao homem branco, que é o topo da pirâmide social, seguido por mulheres brancas e homens negros. As diferenças encontradas entre os atores sociais deixam explícitas as dificuldades que mulheres negras possuem no mercado de trabalho e quando resolvem abrir seus próprios negócios.¹⁹

Segundo dados, o número de empreendedoras no Brasil no ano de 2019 somam quase 35%, sendo que mais da metade são mulheres negras. Um dos principais fatores

¹⁷ Monitoramento de empreendedorismo global ou GEM (sigla do inglês global entrepreneurship monitor) é o maior estudo unificado de atividade empreendedora no mundo.

¹⁸ SEBRAE. Relatório Especial...

¹⁹ SEBRAE. Relatório Especial...

que resultam nessa busca das mulheres negras por abrirem seus próprios negócios é fato de que desemprego no país atinge com mais força este grupo social²⁰.

Outros dados apresentados por essa mesma pesquisa apontam outras características importantes presentes no perfil das afroempreendedoras brasileiras. O Paraná é o estado do sul do país que mais possuem afroempreendedoras, sua faixa etária varia entre 35 e 44 anos, possuem menos escolaridade em relação a mulheres brancas mas, um pouco maior do que em relação aos homens. Também assumem com mais frequência a posição de chefes de casa, cerca de 80% trabalham na informalidade, ou seja, sem CNPJ, enquanto 58% das mulheres brancas trabalham nas mesmas condições. As mulheres negras também trabalham, em sua grande maioria, sem sócios e sem funcionários, trabalham cerca de 7 horas a menos em relação as mulheres brancas, possuem uma renda quase 50% menor, tem como espaço de trabalho suas próprias residências, empreendem mais por necessidade do que por oportunidades, afinal e seus principais ramos de trabalho são serviços domésticos de salões de beleza, isso em comparação com mulheres brancas.

“AQUILOMBAR-SE”: KILOMBO/ QUILOMBO

O conceito denominado de “quilombismo” tem sido muito usado por diversos movimentos militantes da atualidade. É comum escutar falas como “aquilombe-se” ou “vamos nos aquilombar”, mas antes de falar sobre o que ele representa, é importante pontuar sua origem. O termo surge de um conceito africano de “Kilombo”, onde segundo a historiadora Beatriz Nascimento, é uma instituição africana que “(...) cortava transversalmente as estruturas de linhagem e estabelecia uma nova centralidade de poder frente às outras instituições de Angola²¹. Ou seja, dentro da organização social de alguns estados da África que, dentre tantos objetivos, também possuía como finalidade a resistência perante os colonizadores portugueses. Esse modelo de estrutura social nasce com personagem histórica *Nzinga*, uma mulher que governou o reino de *Ndongo* durante

²⁰ SEBRAE. Relatório Especial...

²¹ NASCIMENTO. Maria Beatriz do. A Terra é meu Quilombo: terra, território e territorialidade. In: RATTS. Alex. Eu sou Atlântica: sobre trajetória de vida de Maria Beatriz do Nascimento. São Paulo. Editora Imprensa Oficial. P. 51-59. 2006.

quase 40 anos. Como símbolo de resistência, deixou os colonizadores incrédulos com a possibilidade de uma mulher estar à frente de um Estado. Dentro das políticas locais, a imagem feminina era a que estava no poder, segundo Ana Carolina Souza, *Nzinga* preferia enfrentar as tropas portuguesas a submeter-se e a tornar-se uma mulher sem poderes²². Mesmo resistindo por muitos anos, ela teve que ver centenas de africanos sendo sequestrados e levados para a América como escravos, até que na segunda metade do século XVI, os portugueses com apoio da religião católica conseguem tomar conta de diversas regiões, incluído Angola, com isso, mudanças culturais foram realizadas, alterando a estrutura social de centenas de povos.

Cruzando os mares, sob regime de escravidão, a população africana começa a ser organizar novamente, mas mesmo com nomes parecidos, o que chamamos de “Quilombo” no Brasil possui mais diferenças do que semelhanças ao modelo original. Abdias Nascimento em seu livro “O Quilombismo”, traz como definição

Quilombo não significa escravo fugido. Quilombo quer dizer reunião fraterna e livre, solidariedade, convivência, comunhão existencial. Repetimos que a sociedade quilombola representa uma etapa no progresso humano e sócio-político em termos de igualitarismo econômico.²³

Sendo assim, é importante desmistificar a ideia que muitas vezes é imposta duramente nosso processo de aprendizagem no período escolar de que os quilombos eram espaços compostos por um pequeno grupo de pessoas desorganizadas e que estavam fugindo de algo. É claro que de o contexto histórico do qual estamos falando foi de extremo sofrimento para a população negra e que a construção dos quilombos simboliza um raio de esperança em suas vidas.

Os primeiros registros históricos datam o surgimento do primeiro quilombo no ano de 1559, mas somente duzentos anos depois, após diversas guerras e embates violentos por parte dos portugueses contra essas populações que o termo de fato foi definido por autoridades brancas europeias como toda a habitação de negros fugidos que

²² SOUZA. Bárbara Oliveira. Aquilombar-se: panorama histórico, indentitário, e político do movimento quilombola brasileiro. 2008. 204 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Universidade Federal de Brasília, Distrito Federal. 2008.

²³ NASCIMENTO. Abdias. O Quilombismo. São Paulo. Editora Perspectiva. 2019.

passem de cinco, em parte desprovida, ainda que não tenham ranchos levantados nem se achem pilões neles²⁴. Mesmo com essa definição, é importante ressaltar a grandiosidade que os quilombos foram, ao contrário do que os portugueses afirmavam, essas organizações espaciais e sociais eram compostas por mais 30 mil pessoas, chegando em alguns casos em mais de 50 mil africanos e afro descendentes. Nos dias atuais, ainda é possível encontrar cidades completamente formadas em um espaço onde antes se encontravam quilombos.

Dentre tantos, o mais marcante foi o Quilombo dos Palmares, liderado por Zumbi, figura marcante na história de luta e resistência do povo negro no Brasil. Denominado pelos pesquisadores do tema como República de Palmares, este quilombo contava com a participação de mais de 30 mil habitantes, em um espaço físico comparado com cerca de um terço do território de Portugal, espaço este que era pertencente a toda a população, fazendo assim da República de Palmares (...) numa organização avançada que integrava muitos quilombos²⁵, mas, mais do que integrar grupos de pessoas negras, esses espaços se constituíam como (...) unidades de protesto e de experiência social, de resistência e reelaboração dos valores sociais e cultura dos africanos e seus descendentes (...) ²⁶. Depois de Palmares, outros tantos quilombos continuam existindo e resistindo, muitos, hoje, abrigam diversos remanescentes que lutam para manter suas tradições e estruturas intactas.

QUILOMBISMO

Diante do movimento de resistência dos descendentes quilombolas, surge o termo “quilombismo”, conceito que nasce a partir de uma espécie de prática de libertação da população afrodescendente, onde espaços e redes de conexão são criados pela população negra com diversas finalidades. Ainda, segundo ele,

²⁴ NASCIMENTO. Maria Beatriz do. A Terra é meu Quilombo: terra, território e territorialidade. In: RATTI. Alex. Eu sou Atlântica: sobre trajetória de vida de Maria Beatriz do Nascimento. São Paulo. Editora Imprensa Oficial. P. 51-59. 2006.

²⁵ NASCIMENTO. Abdias. O Quilombismo...

²⁶ SOUZA. Bárbara Oliveira. Aquilombar-se...

O quilombismo se estruturava em formas associativas que tanto podiam estar localizadas no seio de florestas de difícil acesso, que facilitava sua defesa e organização econômico-social própria, como também assumiram modelos de organização permitidos ou tolerados, frequentemente com ostensivas finalidades religiosas (católicas), recreativas, beneficentes, esportivas, culturais ou de auxílio mútuo. Não importam as aparências e os objetivos declarados: fundamentalmente, todas elas preencheram uma importante função social para a comunidade negra, desempenhando um papel relevante na sustentação da comunidade africana. Genuínos focos de resistência física e cultural. Objetivamente, essa rede de associações, irmandades, confrarias, clubes, grêmios, terreiros, centros, tendas, afoxés, escolas de samba, gafieiras foram e são os quilombos legalizados pela sociedade dominante; do outro lado da lei, erguem-se os quilombos revelados que conhecemos. Porém tanto os permitidos quanto os "ilegais" foram uma unidade, uma única afirmação humana, étnica.²⁷

Essa “sustentação da comunidade africana”, se dá por diversos pilares que constituem esse conceito dentro da prática do quilombismo até os dias atuais, de forma utópica ou literal. O afroempreendedorismo curitibano possui uma espécie de rede que integra os afroempreendedores e empreendedores étnicos em um mesmo grupo. Alessandra Oliveira, mulher branca mas que é esposa de um homem negro, faz parte do grupo de empreendedores étnicos que expõe nas duas feiras do afroempreendedorismo que acontecem em Curitiba, na Praça Zumbi dos Palmares e no Memorial de Curitiba, além de ser a idealizadora do Afro Mundo Mix, localizado dentro do espaço gastronômico Mercado Sal. Inclusive, a oportunidade de criar um espaço de economia colaborativa surgiu justamente da ausência de um coletivo de afroempreendedores na cidade. Alessandra conta que foi procurada por um dos responsáveis pelo espaço pois existia um desejo em trazer empreendedores locais, de diversas etnias, para integrar uma rede de economia local dentro do espaço gastronômico, ele informou a Alessandra que já havia encontrado grupos de empreendedores e artesãos de coletivos italiano, alemão, polonês, entre outros, mas quando chegou até a descendência africana, sentiu dificuldades. Um amigo dele, que fazia parte da Fundação Cultural indicou Alessandra, neste momento ela

²⁷ NASCIMENTO. Abdias. O Quilombismo...

percebeu que era necessário criar um coletivo de empreendedores negros e étnicos para fortalecer essa rede.

Com esse relato, se percebe que existem pontos que conectam os afroempreendedores e empreendedores étnicos na cidade, pelo menos aqueles que expõem em feiras, pois existem alguns profissionais que possuem seus próprios espaços ou comercializam seus produtos exclusivamente pelas redes sociais. Essa organização composta por afrodescendentes é defendida dentro do conceito de quilombismo, junto com a conscientização, como instrumentos fundamentais para a execução deste projeto emancipatório de um coletivo.

Então, o quilombismo, como utopia aplicada neste contexto no qual estamos trabalhando, pois não se diz respeito a um quilombo de forma literal, mas como um posicionamento político de resistência e união entre pessoas negras em Curitiba, é possível identificar pressupostos que fazem existir essa identificação e simbologia que o conceito trabalha, como finalidade de se constituir como um processo

(...) dinâmico na estratégia e na tática de sobrevivência e progresso das comunidades de origem africana. Com efeito, o quilombismo tem se revelado fator capaz de mobilizar disciplinadamente o povo afro-brasileiro por causa do profundo apelo psicossocial cujas raízes estão entranhadas na história, na cultura e na vivência dos afro-brasileiros.²⁸

Outro ponto importante é quando o autor fala sobre jamais as organizações políticas dos afro-brasileiros deverão permitir o acesso aos brancos não quilombistas aposições com autoridade para obstruir a ação ou influenciar as tomadas de posição teóricas e práticas em face da luta²⁹. Quando Will Amaral traz que ao assumir o Instituto uma de suas prioridades foi colocar, nas cadeiras principais de organização, apenas mulheres, sendo que apenas uma é branca, é possível perceber esse processo de centralidade do “poder” para os negros, pensando sob uma perspectiva interseccional, onde o gênero entra em articulação com raça, essa decisão representa uma tentativa de dar o poder aqueles que na sociedade não os possuem. Esse poder é representado pelo ato

²⁸ NASCIMENTO. Abdias. O Quilombismo...

²⁹ NASCIMENTO. Abdias. O Quilombismo...

de fala, onde mesmo as decisões sendo deliberadas em conjunto com os afroempreendedores.

Esse poder que falo, é classificado como “poder quilombista”, que quer dizer, a Raça Negra no Poder (...), poder Negro será um poder democrático³⁰. Como “poder democrático” parto do pressuposto onde os afroempreendedores participam dos debates sobre a organização da feira, ou seja, como a própria Márcia relata acima, existe uma tomada de decisões que se baseiam no coletivo, onde todos participam de forma igualitária na organização da feira.

Por fim, trago o último verbete, Zumbi: fundador do quilombismo³¹, onde estamos falando de um conceito que nasce com força durante a construção do Quilombo do Palmares, uma espaço que ultrapassa o conceito de refúgio, mas uma rede física e simbólica de resistência, um novo modo de vida, que se auto gestora sob a figura de Zumbi dos Palmares, o mesmo que é homenageado pela praça que se constitui como uma espaço físico de resistência, localizada às margens de uma cidade onde a ideia de branquitude é ovacionada. Zumbi vem como símbolo da consolidação de um “quilombo” urbano, localizado no bairro Pinheirinho, uma utopia cheia de esperança de um grupo marginalizado que sonha e ocupar seu espaço e reconhecimento como pertencentes a cidade de Curitiba.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como a pesquisa está em andamento, muitas questões ainda estão em aberto, mas alguns fatores já são possíveis de serem observados. Logo de primeira, é evidente a importância que a construção da praça Zumbi dos Palmares possui na cidade de Curitiba, se tornando, nos dias de hoje, um espaço de resistência e empoderamento da população negra. A forma como o Instituto e suas organizadoras de apropriaram deste espaço é de extrema importância, tornando o afroempreendedorismo, especialmente para as mulheres, algo que transcende o que entendemos por empreender, atuando como uma

³⁰ NASCIMENTO. Abdias. O Quilombismo...

³¹ NASCIMENTO. Abdias. O Quilombismo...

ferramenta de transformação e liberdade para a vida delas em um abito individual, quanto coletivo.

Tal movimento intitulado como afroempreendedorismo deve ser visto fora das lentes do neoliberalismo, que categoriza o ato de abrir seu próprio negócio numa perspectiva capitalista, pois quando estamos falando de uma população que é excluída por esse sistema, não faz sentido olhar desta forma. Essa prática diz respeito a uma nova forma de existência, assim como o conceito de quilombo nos mostra, para além da fuga, mas criar um novo mundo, uma nova economia, um novo sistema de vida.

O racismo estrutural é violento e conosco, mulheres negras, é duplamente violento. O afroempreendedorismo é, também, uma forma de tentar burlar as dificuldades de nos inserirmos no mercado de trabalho e o fator “boa aparência” que impede a presença de pessoas negras, principalmente mulheres, ocupando cargos de emprego. O sistema racista opera dentro das instituições como ferramenta de exclusão e o fato “boa aparência” é uma das práticas e regras adotadas para que a violência aconteça, (...) ou seja, no caso do racismo antinegro, as pessoas brancas, de modo deliberado ou não, são beneficiárias das condições criadas por uma sociedade que se organiza baseando-se em normas e padrões prejudiciais à população negra³². Esse conceito do racismo estrutural é de extrema importância pois com ele é possível perceber como a prática discriminatória não opera somente no nível individual, mas transcende, alcançando o coletivo sendo representado por espaços, seja o próprio governo e empresas privadas, instituições que se apropriam do poder, este que (...) combinado com o preconceito forma o que entendemos como racismo³³.

Mas o que eu quero deixar como mensagem final deste texto é que por mais que estejamos submersos numa violência institucional e estrutural que é o racismo, a existência da FERIA Cultural e do Afroempreendedorismo é uma ferramenta potente de luta e resistência nessa cidade que se orgulha em se chamar como “Europa Brasileira”, pois já diz Grada Kilomba, (...) a opressão forma as condições de resistência³⁴.

³² ALMEIDA, Silvio Luiz. Racismo Estrutural. São Paulo. Polén. 2019.

³³ KILOMBA, Grada. Memórias da Plantação: episódios de racismo cotidiano. Tradução Jess Oliveira. São Paulo. Cobogó. 2019.

³⁴ KILOMBA, Grada. Memórias...

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA. Silvio Luiz. Racismo Estrutural. São Paulo. Polén. 2019.
- _____. Mulher negra trabalha quase o dobro do tempo para obter salário de homem branco. 2019. Disponível em <https://www.brasildefato.com.br/2019/11/22/mulher-negra-trabalha-quase-o-dobro-do-tempo-para-obter-salario-de-homem-branco>. Acesso em 31 de julho de 2020.
- GEM. Empreendedorismo no Brasil – 2019. Disponível em <https://datasebrae.com.br/wp-content/uploads/2020/06/GEM-2019-Sexo.pdf>. Acesso em 02 de setembro de 2020.
- _____. Empreendedorismo no Brasil: recorte temático cor/raça- 2019. Disponível em <https://datasebrae.com.br/wp-content/uploads/2020/06/GEM-2019-Ra%C3%A7a-Cor.pdf>. Acesso em 03 de setembro de 2020.
- GIMENEZ. Fernando Antônio Prado. FERREIRA. Jane Mendes. RAMOS. Simone Cristina. Empreendedorismo Feminino no Brasil: gênese e formação de um campo de pesquisa. 2017. Revista de Empreendedorismo e Gestão de Pequenas Empresas, v. 06, n. 01, p. 40-74, jan/abr. 2017
- GONZALEZ. Lélia. A Mulher Negra na Sociedade Brasileira: uma abordagem político-econômico. In: LUZ. Madel T. (org.). O Lugar da Mulher. Rio de Janeiro. Edições Graal. 1982. P.87-104.
- KILOMBA. Grada. Memórias da Plantação: episódios de racismo cotidiano. Tradução Jess Oliveira. São Paulo. Cobogó. 2019.
- MICK. Jacques. Relatório final de pesquisa – PBAE Igualdade racial, desenvolvimento, empreendedorismo e solidariedade: desafios para o Brasil Contemporâneo. 2016. Disponível em: <http://www.institutoiab.org.br/relatorio-final-de-pesquisa-pbae/>. Acesso em 18 de agosto de 2020.
- NASCIMENTO. Abdias. O Quilombismo. São Paulo. Editora Perspectiva. 2019.
- NASCIMENTO. Maria Beatriz do. A Terra é meu Quilombo: terra, território e territorialidade. In: RATTS. Alex. Eu sou Atlântica: sobre trajetória de vida de Maria Beatriz do Nascimento. São Paulo. Editora Imprensa Oficial. 2006. P. 51-59.
- OLIVEIRA. Tais Silva. Redes Sociais na Internet e a Economia Étnica: Um estudo sobre o Afroempreendedorismo no Brasil. 2019. 135f. Dissertação (Mestrado em Ciências Humanas e Sociais) – Universidade Federal do ABC, São Paulo. 2019.
- POMBO. Adriane Alvarenga da Rocha. O que é ser Empreendedor? Sem ano. Documento Adquirido na Biblioteca Temática do Empreendedor – SEBRAE.

SANCHES. Mário Antônio. O negro em Curitiba: a invisibilidade cultural do visível. 1995. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 1995.

SANTOS. Maria Angélica dos. O Lado Negro do Empreendedorismo: afroempreendedorismo e movimento black money. Belo Horizonte. Editora Letramento. 2019.

SEBRAE. Relatório Especial: empreendedorismo feminino no Brasil. 2019. Disponível em https://datasebrae.com.br/wp-content/uploads/2019/03/Empreendedorismo-Feminino-no-Brasil-2019_v5.pdf. Acesso em 02 de setembro de 2020.

_____. Relatório Especial (adendo ao relatório de março/19): Empreendedorismo Feminino no Brasil. Atualizações de dados e novas aberturas (por “gênero” e “raça/cor”). Disponível em <https://datasebrae.com.br/wp-content/uploads/2020/07/Empreendedorismo-Feminino-no-Brasil-2019-agosto2019.pdf>. Acesso em 02 de setembro de 2020.

SILVA. Gleysi Mailly. Empreendimentos Sociais, Negócios Culturais: Uma etnografia das relações entre economia e política a partir da Feira Preta em São Paulo. 2017. 290f. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

SOUZA. Bárbara Oliveira. Aquilombar-se: panorama histórico, indetentário, e político do movimento quilombola brasileiro. 2008. 204 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Universidade Federal de Brasília, Distrito Federal. 2008.

STROBINO. Márcia Regina de Campos. TEIXEIRA. Rivanda Meira. Empreendedorismo Feminino e o Conflito Trabalho-família: estudo de multi casos no setor de comércio de material de construção da cidade de Curitiba. São Paulo Revista da Administração, v. 49, n. 01, p. 59-76, jan/fev/mar. 2014.

VALE. Gláucia Maria Vasconcellos. Empreendedor: origens, concepções teóricas, dispersão e integração. (In.) RAC, Rio de Janeiro, v. 18, n. 6, pp. 874-891, Nov./Dez. 2014.

PARTE III
PRIVAÇÕES E PUNIÇÕES



PRÁTICAS SOCIAIS, NARRAÇÕES E INSTITUIÇÕES: TENSIONAMENTOS POSSÍVEL FRENTE ÀS MULHERES NEGRAS EM PRIVAÇÃO DE LIBERDADE

Elaine Barbosa¹

Thaís Pinhata de Souza²

INTRODUÇÃO

Nos últimos anos, o descontrole estatal, por vezes intencional, sobre o sistema prisional foi evidenciado. O encarceramento em massa, a superlotação dos estabelecimentos prisionais, as diversas violências produzidas em espaços de confinamento como as prisões, tem sido um grande desafio institucional contemporâneo, onde o Brasil ocupa o terceiro lugar no ranking de países com maior população carcerária no mundo. A crise desencadeada no sistema penitenciário foi reconhecida pelo Supremo Tribunal Federal (STF), no julgamento da Ação de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) 347 MC/DF, em 2015.

Nesse sentido, o STF reconheceu expressamente a existência, no sistema penitenciário brasileiro, do “Estado de Coisas Inconstitucional”, expressão originária da Corte Constitucional da Colômbia, em 1997. A origem do reconhecimento do Estado de coisas inconstitucionais, surgido na Corte Constitucional Colombiana na “Sentencia de unificación – SU 559, de 06/11/1997” como forma de identificar violações generalizadas e contínuas, sofridas por grupos de professores que estavam tendo seu direito de previdência negado por agentes estatais, buscando por intermédio de medidas cautelares, por tempo

-
- 1 Aluna do Curso de Doutorado em Direito pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (FND/UFRJ). Mestre em Educação pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO). Coordenadora do Curso de Extensão Mulheres Encarceradas do Laboratório de Direitos Humanos da FND/UFRJ. Advogada de Direitos Humanos. Diretora do Departamento Jurídico do Instituto de Cultura e Consciência Negra Nelson Mandela.
 - 2 Aluna do Curso de Doutorado e Mestra em Filosofia e Teoria Geral do Direito pela Universidade de São Paulo (USP). Professora do Curso de Extensão Mulheres Encarceradas do Laboratório de Direitos Humanos da FND/UFRJ. Advogada Criminalista. Membro do Instituto de Cultura e Consciência Negra Nelson Mandela.

razoável, a solução de problemas estruturais geradas pelo poder estatal diante da omissão.³ A declaração do Estado de Coisas Inconstitucional, em nosso contexto, foi “uma forma de chamar atenção para o problema de fundo, de reforçar o papel de cada um dos poderes e de exigir a realização de ações concretas para a solução do problema”⁴.

Diversas medidas provisórias (em casos ainda não submetidas à jurisdição da Corte IDH) e medidas cautelares foram adotadas pela Corte Interamericana de Direitos Humanos (Corte IDH) e pela Comissão de Direitos Humanos (CIDH), respectivamente. Não obstante o reconhecimento do Estado de Coisas Inconstitucional, rebeliões e massacres nos sistemas penitenciários tem sido marcante no Brasil, sejam visíveis ao conhecimento público, ou não. As medidas institucionais para se pensar táticas de contenção para todos os problemas reais e marcantes que envolvem o sistema penitenciário se fizeram presentes e são urgentes.

O retrato das prisões traz desafios ao sistema de justiça penal, à política criminal e à política de segurança pública, e principalmente aos Direitos Humanos. Faz-se necessário a junção de esforços entre os operadores jurídicos, organizações da sociedade civil e os três Poderes da República, em todos os níveis da Federação, para a busca conjunta de eixos de atuação, visando soluções para os problemas desumanizadores instaurados no sistema prisional.

Afinal, segundo informações do Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias (INFOPEN), produzido pelo Departamento Penitenciário Nacional⁵ constatou-se que o perfil das pessoas presas é majoritariamente composto de homens negros, jovens, de baixa escolaridade e de baixa renda. Um perfil bem demarcado e diagnosticado para que se possa pensar em alternativas relacionadas à políticas públicas para esta população.

E no que tange às Penitenciárias femininas, o diagnóstico da população marcada pelas opressões de classe, raça e gênero se repetem. As mulheres criminalizadas no Brasil,

-
- 3 MAGALHÃES, Breno Baía. O Estado de Coisas Inconstitucional na ADPF 347 e a sedução do Direito: o impacto da medida cautelar e a resposta dos poderes políticos. *Rev. direito GV*, São Paulo, v. 15, n. 2, e1916, 2019. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1808-2432019000200203&lng=en&nrm=iso. Acesso em 20 Dec. 2020. Epub July 15, 2019. <https://doi.org/10.1590/2317-6172201916>
 - 4 LIMA, George Marmeistein. Estado de Coisas Inconstitucional- ECI: apenas uma nova onda do verão constitucional? Disponível em: <https://direitosfundamentais.net/2015/10/02/o-estado-de-coisas-inconstitucional-eci- apenas-uma-nova-onda-do-verao-constitucional/>. Acesso em: 31 de outubro. 2016
 - 5 INFOPEN. Sistema integrado de informações penitenciárias. População Carcerária 2000-2014. Disponível em www.portal.mj.gov.br. Último acesso: dez/2020, p. 6

ainda carregam sobre si, diversos marcadores sociais não observados pela justiça criminal herdados pelo processo de escravização de mulheres pretas desde a época colonial. Estas ainda, em dias contemporâneos, são as que ocupam os mais baixos estratos da sociedade, ocupam os serviços com baixa remuneração e ainda responsáveis, muitas das vezes, por gerir suas famílias integralmente.

Com o compromisso de pensar os Direitos Humanos numa perspectiva crítica retomo reivindicações centrais advindas das Organizações da Sociedade Civil, como possibilidade de denúncia a partir das cartas escritas dentro das prisões femininas e remetidas ao Instituto de Cultura e Consciência Negra Nelson Mandela. O referido instituto desenvolve ações em prol de pessoas encarceradas, sobreviventes do sistema penitenciário e seus familiares no Estado do Rio de Janeiro e uma das atividades centrais é a orientação sociojurídica através das narrativas escritas em cartas.

Importante mencionar, a necessidade da contextualização histórica da trajetória de uma instituição que se constituiu pela urgência das pautas alinhadas aos movimentos sociais, em especial o Movimento Negro. Pensamos na contribuição com as agendas políticas de resistência dos povos afrodescendentes visibilizando experiências outras no campo jurídico. Questões que atravessam o entendimento dos direitos como parte da luta dos movimentos sociais que clamam por emancipação social, que segundo Herrera Flores:

Os direitos humanos não são conquistados apenas por meio das normas jurídicas que propiciam seu reconhecimento, mas também, e de modo muito especial, por meio das práticas sociais de ONGs, de Associações, de Movimentos Sociais, de Sindicatos, de Partidos Políticos, de Iniciativas Cidadãs e de reivindicações de grupos, minoritários (indígenas ou mulheres), que de um modo ou de outro restaram tradicionalmente marginalizados do processo de positivação e de reconhecimento institucional de suas expectativas⁶.

Neste âmbito, consideramos o instituto como um importante mediador ao acesso à justiça para diversas pessoas encarceradas a partir das ações de resistências desempenhadas pelos agentes atuantes no instituto.

6 Herrera Flores, Joaquín. A reinvenção dos direitos humanos. / Joaquín Herrera Flores; tradução de: Carlos Roberto Diogo Garcia; Antônio Henrique Graciano Suxberger; Jefferson Aparecido Dias – Florianópolis: Fundação Boiteux, 2009, p. 71.

Partindo das reflexões sobre as mulheres privadas de liberdades e seus impactos sociais e institucionais é que pretendo me debruçar a partir das narrativas que partem do cárcere feminino. De forma pragmática sugiro articular três categorias que compõem o “Diamante ético” mobilizado pelo autor Herrera Flores para focalizar categorias centrais que se relacionam com o desenvolvimento da tese de doutoramento em curso.

Insta informar que o “Diamante ético” de Herrera Flores (2009), pode ser entendido como um marco pedagógico de ação a partir da imagem representativa dos elementos que compõem a concepção dos Direitos Humanos como elementos conceituais e materiais. No entanto, para o desenvolvimento do referido artigo, os elementos conceituais como instituições e narrações e o elemento material como as práticas sociais serão mobilizados com a intencionalidade em propor reflexões aos componentes que integram os Direitos Humanos segundo Herrera Flores.

Como a temática de pesquisa que vislumbramos desenvolver impõem-se diversos desafios e atravessamentos das estruturas sociais coloniais que se perpetuam na construção da humanidade, opto por mobilizar as Práticas sociais que se constituem como as formas de organização de ação a favor ou contra às situações de acesso aos bens que se pretende obter. Aqui, encontro possibilidades exploratórias tanto de táticas de resistências e de lutas de grupos considerados subalternizados, aqui considero esse grupo como sendo as mulheres em privação de liberdade, que se reinventam em seus cotidianos para sobreviverem ao espaço prisional e que por outras práticas sociais hegemonicamente estabelecidas são criminalizadas e estigmatizadas intensificado cada vez a situação de exclusão e perdas de direitos, onde se põem em xeque até mesmo do Direito à vida destas determinadas mulheres.

Inevitavelmente, dialogar com as instituições se faz necessário, acreditando na impossibilidade de tratar as questões sobre o encarceramento, sem tensionar as instituições que articulam as hierarquias de poder em conformidade com uma expectativa hegemônica de reforçar as estruturas de opressão. E aqui é uma excelente oportunidade de mobilização dos conceitos imbricados entre gênero, raça e classe, como escopo de problematizações existentes no que tange aos corpos das mulheres em privação de liberdade. Daí tratar a importância da luta político/institucional para levar à prática nossas ideias críticas sobre os direitos.

Por fim, pretendo mobilizar as narrações, escritas em cartas por mulheres/escritoras encarceradas a partir da forma de como se definem as situações e percepções da participação

das relações sociais. Embora eu esteja frente a um quantitativo de narrativas escritas significativas, aqui opto por subscrever e tecer considerações de no máximo três narrativas de mulheres em privação de liberdade que sejam capazes de enunciar provocações às garantias de direitos que não são estáticas, que nos obriguem a aproximação à pluralidade em narrações que sobre elas encontramos em diferentes culturas e formas de vida. Trazer esses escritos como posicionamento político que escancara o problema colonial que negam historicamente a possibilidade dos povos oprimidos contarem entre si suas próprias narrações, suas próprias histórias. E que esse mundo servil e colonial não só impediu o acesso do desenvolvimento econômico de determinado grupo, mas também silenciou suas vozes. Se tornando extremamente importante incorporar esse conjunto de narrações ao conhecimento, ao ensino e à prática dos direitos humanos.

Para a construção deste trabalho vislumbro enunciar estas três características mencionadas em dialogia com as correntes teóricas atravessadas pelos aportes da decolonialidade, numa perspectiva metodológica feminista e antirracista que se aproximem das práticas de resistências sociais emanando as vozes que partem de um lugar de desumanização e extrema negação do outro, que são as prisões.

A CRIMINALIZAÇÃO QUE RECAI SOBRE MULHERES NEGRAS. DE QUEM É A CULPA?

*Quanta hipocrisia! Cadeia é comprovado que é
somente para negro, pobre, favelado e cabelo duro!
(Dandara⁷)*

Não é novidade que o sistema penitenciário é regido pela opressão e crueldade, nele pode-se atestar diversas violações aos Direitos Humanos, sem levantar muitos questionamentos sobre os seus efeitos e consequências para a mulher encarcerada.

A estrutura institucional, os Direitos Humanos que visam proteger os direitos fundamentais da pessoa são tensionados quando nos defrontamos com cartas que denunciam violações aos mesmos. Verificamos que dentro dos preceitos hegemônicos de poder, o Estado Democrático de Direito não se afeta com as violações cotidianas no cárcere.

7 Nome fictício. Carta escrita em 2016.

Portanto é de extrema importância, enunciar de quem estamos falando neste âmbito do encarceramento, que torna a situação das mulheres criminalizadas no Brasil extremamente grave. O número de mulheres em situação de cárcere aumentou aproximadamente 455% desde o começo do milênio, perfazendo o número de 37.828 detentas até o final de 2017, segundo dados mais recentes do Infopen Mulheres. Embora seja um número inferior à quantidade absoluta de homens presos, é necessário lançar luz ao crescimento acelerado do aprisionamento de mulheres.

Mulheres com perfil bem específico, em uma das visitas realizadas por mim em um dos presídios femininos na cidade do Rio de Janeiro, que é o estado do qual me aproximo desta realidade, visualmente constata-se que o cárcere feminino tem cor, e esta cor é preta. Não à toa, segundos os mesmos dados declarados pelo Infopen Mulheres 2017, 63,55% das mulheres encarceradas se declaram negras frente aos percentual de 35,59% destas mulheres que se declaram brancas. Importante também informar a faixa etária das presidiárias, 47,33% da população carcerária feminina é jovem possuem entre 20 e 29 anos e com baixa escolaridade, 44,42% sequer chegou a completar o ensino fundamental, aproximadamente 59,98% destas foram aprisionadas por algum crime relacionados ao tráfico de drogas flagradas com pequenas quantidades de drogas, e mais de 70% destas mulheres são mãe e como é sintomático em todo país quase a metade destas estão em prisão provisória, ou seja, condenadas em se quer terem sido julgadas. Ou seja, o encarceramento feminino brasileiro reflete o abismo social no qual estamos inseridos.

Ao pretendermos dialogar com as categorias tanto das práticas sociais quanto o tensionamento das instituições, é importante informar que o encarceramento feminino representa um produto de dois fatores de opressão: o patriarcado e o cárcere. Ambos são vigentes na sociedade sob convivência estatal, ainda que operados de forma naturalizada, como se não houvesse outra forma de reger o Estado.

A soma de uma sociedade patriarcal com a negligência estatal para com as mulheres presas reflete uma realidade de misoginia e exclusão feminina que ocorre também fora dos muros das prisões. Ou seja, a violação de direitos das mulheres vivenciada dentro das penitenciárias femininas reflete a violação de direitos das mulheres, em todas as outras esferas sociais. Existem tensões importantes nestas esferas, para nos aproximarmos de uma discussão qualificada e específica do encarceramento feminino, deve-se analisar toda a

lógica de hierarquização dos sexos por trás do próprio cárcere e as opressões representadas nos espaços prisionais femininos.

O encarceramento de mulheres em nosso século se espraia pela concepção institucional de que a prisão feminina serviria a função de domesticação de seus corpos rebeldes. Não obstante, quanto mais as mulheres ingressam no âmbito público da sociedade, percebe-se que o encarceramento delas aumenta, marcando a ampliação do controle e dominação sobre seus corpos⁸. Basta refletirmos que neste cenário do encarceramento, o controle instituído sobre os corpos das mulheres amplia, visto que elas passam a questionar os padrões patriarcais, hierárquicos e eurocêtricos⁹.

Inegavelmente, são muitas complexidades envolvidas nesta temática que não serão esgotadas neste momento, mas enunciativas. Tanto nas cadeias femininas quanto nas masculinas, encontramos por unanimidade a especificidade do determinado grupo social: são pobres. Em relação à etnia, estudos qualitativos e quantitativos, tais como, os promovidos pelos órgãos da justiça e pesquisas acadêmicas nos indicam: são negros. Ao pensar sobre a seletividade operacionalizada pelo sistema penal que encarcera em maior número o perfil já mencionado, a autora Vera Regina Andrade, nos indica que:

A seletividade é, portanto, a função real e lógica estrutural de funcionamento do sistema penal, comum às sociedades capitalistas patriarcais. E nada simboliza melhor a seletividade do que a clientela na prisão, ao revelar que a construção (instrumental e simbólica) da criminalidade- a criminalização- incide seletiva e de modo estigmatizante sobre a pobreza e exclusão social, majoritariamente de cor não branca e masculina, e apenas residualmente (embora de forma crescente) feminina¹⁰.

De acordo com o pensamento de Andrade, a seletividade é operacionalizada de forma regulada e “direcionada para homens jovens, pertencentes aos mais baixos estratos sociais e em grande medida não brancos”, e venho a acrescentar a problematização do crescente encarceramento de mulheres que compõem este mesmo perfil. A desigualdade na

8 BORGES, Juliana. O que é: encarceramento em massa? Belo Horizonte: Letramento Justificando, 2018.

9 DAVIS, Angela Y. Are Prisons Obsolete? New York: Seven Stories Press, 2003.

10 ANDRADE, Vera Regina Pereira de. Pelas mãos da criminologia: o controle penal para além da (des)ilusão. Rio de Janeiro: Revan; ICC, 2012, p. 138

operacionalização do sistema jurídico penal, discrimina e reafirma o racismo existente nas esferas institucionais e no imaginário do senso comum em nossa sociedade.

Rita Segato, considera que a cor da prisão é a da raça, não no sentido de pertencer a um determinado grupo étnico, mas sim como uma marca de uma história colonial que continua até hoje. A autora faz uma crítica ao ambiente prisional latino-americano ocupado pela população não branca como reflexo de um mundo colonial¹¹. Também de acordo com a obra “Cor e Criminalidade” de Carlos Antônio Ribeiro:

Segundo autores, como Nina Rodrigues e Euclides da Cunha, os pretos e pardos têm uma propensão biológica para o crime. Já Nelson Hungria e Arthur Ramos afirmam que os pretos e pardos têm mais tendências criminais porque se encontram num estado de “atraso cultural”. Todos esses autores, assim como o pensamento do senso comum na sociedade brasileira, acreditam que negros e pobres cometem mais crimes do que brancos e ricos¹².

O referido autor desenvolveu um estudo crítico entre as décadas de 1900 e 1930 sobre cor e criminalização a partir de vários processos judiciais no Estado do Rio de Janeiro e ainda constatou que a “representação social que relaciona “cor ou raça e criminalidade” contribuía para aumentar as probabilidades de condenação de pretos e pardos e diminuir as chances de condenação entre brancos acusados de um mesmo delito”¹³.

De acordo com as premissas mencionadas, sugerir que pobres e pretos são mais propensos ao crime do que ricos e brancos é parte de um processo colonial e racista que se perpetua por séculos não apenas no Brasil, mas no mundo. Para tanto, reflete-se sobre a importância epistêmica e acadêmica na percepção dos danos que causam a permanência da *colonialidade* na sociedade. A aura colonial permanece operacionalizando a desumanização de determinados grupos racial e economicamente excluídos e também afeta o sistema de justiça brasileiro vigente. Segundo Rita Segato, pode-se considerar a existência da

11 SEGATO, Rita. La Crítica de la Colonialidad en ocho ensayos y una Antropología por demanda. – La ed. – Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Prometeo Libras, 2013, p.258.

12 RIBEIRO, Carlos Antônio Costa. Cor e Criminalidade; estudo e análise da justiça no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1995, p. 143.

13 RIBEIRO, Carlos Antônio Costa. Cor e Criminalidade; estudo e análise da justiça no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1995, p. 144

“*colonialidade* da justiça” orientado ao encarceramento de sujeitos *racializados* nos países da América Latina:

Negar la racialización de las cárceles sería contradecir la experiencia. Es por eso que necesitamos, para poder tratar este secuestro de la raza, una teoría de la colonialidad, de la continuidad de la estructura colonial en el presente. Era inevitable el cruzamiento, más tarde o más temprano, entre la crítica criminológica, con sus importantes análisis de la selectividad de la justicia, y la perspectiva de la colonialidad.¹⁴.

Lidar com a perspectiva da *colonialidade* ajuda a pensar a negação absoluta do outro, que, segundo Catherine Walsh¹⁵, apresenta problemas reais em torno da liberdade, do ser e da história do indivíduo subalternizado por uma violência epistêmica. Frente a este pensamento, Walsh propõe processos a partir da *decolonização* de conceitos através do *pensamento-outro*, que teria como princípio a luta contra a não-existência, a existência dominada e a desumanização.

Trilhar estratégia potentes que dialoguem com diversos saberes que se convergem o campo da criminologia crítica e suas abordagens, tais como, a criminalização da pobreza a partir da seletividade penal direcionado ao olhar que incrimina mulheres no Brasil concomitantemente com a análise das teorias críticas decoloniais imbricadas nas categorias de gênero, raça e classe podem nos proporcionar o diálogo estrutural que problematiza corpos de mulheres racialmente encarcerados.

Para tanto, temos que aos presos é garantido o Direito Constitucional da escrita de cartas, de acordo com Thula Pires: “As cartas enquanto ferramentas políticas têm como principal fundamento constitucional o direito de petição.”¹⁶ e esse instrumento vem sendo ressignificado pelas pesquisas acadêmicas, pelos movimentos sociais e abrindo brechas para travar disputas discursivas em diversos campos de estudo. Acreditamos que os escritos das

14 SEGATO, Rita. La Crítica de la Colonialidad en ocho ensayos y una Antropología por demanda. – La ed. – Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Prometeo Libras, 2013, p.258

15 WALSH, Catherine. Interculturalidad, conocimientos y decolonialidad. In: Signo y pensamiento 46. V. XXIV. Jan/Jun 2005.

16 PIRES, Thula; FREITAS, Felipe (orgs). Vozes do cárcere: ecos de resistência política. Rio de Janeiro: Kitabu, 2018, p. 176.

mulheres em privação de liberdade possam ajudar na construção de novos paradigmas a serem enfrentados pela justiça criminal e social

Afinal, a quê ou a quem se devem tais conformações sociais e institucionais de cunho tão cruéis ou degradantes? Enunciamos como premissa reflexiva o apontamento sugestivo de que não podemos iniciar qualquer debate substancial sobre estes grupos, sem antes considerar que a colonização subalterniza os mesmos, tornando urgente a recondução epistemológica a partir da perspectiva emancipatória, contra hegemônica e decolonial. Inegavelmente as pesquisas em países localizados na América Latina, avançam na busca de uma outra compreensão do mundo a partir de uma concepção que visibilize as opressões de determinados povos racializados. Porém as resistências de grupos hegemônicos ao reconhecimento desses povos, ainda é um grande desafio a ser vencido e re-existido.

O ESPAÇO PRISIONAL SOB A PERSPECTIVA DAS MULHERES EM PRIVAÇÃO DE LIBERDADE: O QUE PRETENDEM NOS CONTAR?

Para o Senhor Nelson Mandela! Espero que esta carta chegue a tuas mãos logo, pois preciso de ajuda, vou escrever como fui presa e minha situação. Eu vim presa no dia 07 de setembro de 2014, estava na mudança de uma amiga e eu estava com 13 gramas de cocaína, o policial deu batida e viu. Essa pouca droga era do meu marido, eu estava guardando para ele de uso próprio. Vim grávida de 9 meses, tive minha filha na prisão, fiquei 6 meses com ela e foi embora agora em março de 2015, foi muito triste, enlouqueci! E hoje nem sei com quem está minha filha. Tudo isso por 13 gramas? Acha isso justo?
(Conceição)¹⁷

Conceição, nos conta em um dos trechos de sua carta que é reincidente no crime de Tráfico de Drogas e Associação ao tráfico e que foi “pega” pela polícia nas imediações de sua residência na comunidade onde morava prestes a parir sua filha aos 9 meses de gestação. Lamenta pela situação que vivencia e pede ajuda para localizar sua filha.

A narrativa acima mencionada descreve uma das diversas realidades dos aprisionamentos de mulheres no Brasil. A partir da proposta de nos aproximarmos da realidade vivida por estas mulheres em situação de cárcere e envolvidas no ambiente criminal a imbricação de gênero, raça, pobreza e outras fontes de subordinação que nos

17 Carta escrita em 2015.

indicam a seletividade penal, a criminalização da pobreza também sugerem como centrais como centrais para entender as práticas sociais e os regimes de criminalização institucionais¹⁸.

Nas referidas cartas, encontramos relatos marcantes sobre estas violações. A partir das narrações contidas nas cartas direcionadas ao Instituto Nelson Mandela, foi possível perceber que as escritoras indicam seu nome, idade, e qual a cela onde estão abrigadas no presídio de origem. No entanto, são nas narrativas que contam o cotidiano cruel vivenciado no cárcere feminino onde somos informados sobre os vestígios das diversas violações aos direitos humanos e nos informam a urgência de refletirmos criticamente sobre esse corpo enclausurado e como se refletem na sociedade.

Importe informar que a partir da leitura e releitura das cartas de mulheres apenas, nos reportamos aos meios metodológicos e as práticas sociais acadêmicas hegemônica e a necessidade intelectual de pontuarmos atravessamos contra hegemônicos. Há o esforço na tentativa de não constituir o outro e o subalterno apenas como objeto de conhecimento e sim assumir o compromisso político intelectual de criar espaços de fala para essas mulheres, que através de suas narrativas, compõem os estudos, sujeitas estas que são em sua grande maioria mulheres subalternizadas, consideradas ocupantes do terceiro mundo e associadas às “camadas mais baixas da sociedade constituídas pelos modos específicos de exclusão dos mercados, da representação política e legal, e da possibilidade de se tornarem plenos no estrato social dominante”¹⁹.

Os relatos que encontramos nas cartas vilipendiam frontalmente os preceitos de proteção aos direitos humanos e nos ensinam que precisamos pensar criticamente sobre essa tendência, assim como encontramos no relato a seguir:

Senhores do Instituto, aguardando Deus tocar no senhor Ricardo Lewandowski para me conceder o benefício de sair deste lugar e voltar ter uma vida normal e ser gente novamente, porque estar neste lugar é ser tratada igual bicho, um verdadeiro animal, como estou doente com H1N1 e a cadeia não tem remédios, não tem uma

18 COLLINS. Patricia Hills. Em direção a uma nova visão: Raça, classe e gênero como categorias de análise e conexão. In: Reflexões e práticas de transformação feministas/ Renata Moreno (org.) São Paulo: SOF, 2015.

19 SPIVAK, Gayatri Chakravorty. Pode o subalterno falar? Trad. Sandra Regina Goulart de Almeida; Marcos Pereira Feitosa; André Pereira Feitosa –Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

alimentação adequada ou seja , não tem nada, nem remédios, imagina uma cadeia feminina não ter sabonete, absorvente, papel higiênico, etc...isso é o começo para o senhor saber o que passamos aqui... (Anastácia)²⁰

No relato da escritora acima, temos como tentativa de interlocução com um Ministro do Supremo Tribunal Federal. A narrativa baseia-se na tentativa para conseguir a concessão do “Perdão de Pena” a partir de diversos argumentos que vão da tipificação do delito cometido, à necessidade de cuidar dos filhos menores até às condições de precarização da vida dentro do ambiente prisional feminino. Não nos cabe aqui, analisar a aplicabilidade do referido instituto, mas refletir criticamente as intencionalidades dessas mulheres processadas que dialogam com as instituições não governamentais como instrumento para provocarem os órgãos de justiça. Entendo que o perdão judicial penal não deve ser entendido como impunidade ou favorecimento a uma determinada apenada, mas que possa ser a oportunidade para o acatamento aos princípios democráticos de acordo com os direitos fundamentais básicos.

Na narrativa exposta, há a indicação de denúncias graves. A atual constituição brasileira prevê diversas garantias para proteger a dignidade da pessoa humana e os direitos humanos como um todo. Em seu artigo 5º, encontramos uma série de direitos fundamentais a serem considerados, a título de exemplo principal, o inciso III, segundo o qual “ninguém será submetido à tortura nem a tratamento desumano ou degradante” e o inciso XLIX: “é assegurado aos presos o respeito à integridade física e moral”. E tais direitos não se restringem a letra da lei. O Brasil é signatário de vários tratados e convenções internacionais relacionados a proteção dos direitos humanos, tais como: A Declaração Universal dos Direitos Humanos; a Convenção contra a tortura e tratamentos cruéis, desumanos e degradantes; a Convenção Interacional sobre eliminação de todas as formas de Discriminação Contra a Mulher; a Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher (Convenção de Belém do Pará) e ainda encontramos as Regras de Bangkok que informam medidas especificamente direcionadas às mulheres submetidas à medidas privativas e não privativas de liberdade.

20 Carta escrita em 2016.

Portanto, são muitos os direcionamentos relacionados à proteção da vida da mulher, inclusive da mulher encarcerada. Nada mais eficaz para um sistema penal punitivista que a mortificação física e psíquica da apenada para mantê-la sob a égide do controle. Afinal, o poder hegemônico considera que ela foi capaz de infringir todas as regras impostas pelo patriarcado, logo, a punição ao extremo ultrapassa os limites da condenação imposta. Acredito que a situação relacionada à saúde e as péssimas condições de subsistência nos presídios femininos é um indício do genocídio anunciado, do controle social que eterniza as máculas das moléstias carcerárias no corpo e mente daquelas expostas ao sistema penitenciário. A seguir exponha-se o depoimento de desumanização extrema dentro de uma das penitenciárias femininas brasileira:

Peço que intercedam por mim, pois me tornei deficiente física dentro do sistema carcerário, perdendo o movimento parcial da mão esquerda, trabalhando dentro do presídio para remir minha pena. Onde sofri este acidente em uma máquina masculina e de corte, que para manusear seria necessário um curso técnico o qual eu não obtive. Estava grávida de 5 meses de gestação quando fiz uma micro amputação e uma micro restauração no dedo polegar e indicador da mão esquerda devido essa máquina da firma que trabalhava ter engolido minha mão. Não fui indenizada. (Elisa)²¹

Neste relato, confrontamo-nos com a ausência absoluta do Estado frente ao desrespeito com a vida da referida apenada. Evidencia-se o endurecimento do sistema frente às particularidades da apenada, que relata ter sido submetida ao trabalho inadequado e sem a mínima perícia contra a possibilidade de acidentes sob a tutela estatal.

Portanto, acreditamos que o fomento da violência, de qualquer ordem, também faz parte do escopo do controle social que reforça as chagas da subalternidade. Neste caso em específico do fragmento da carta acima mencionada, a escritora vivenciou a gravidez dentro cárcere, indicou as dificuldades em cuidar de seu filho recém-nascido com a falta de mobilidade em uma das mãos e chora ausência dos filhos.

Quando referenciamos o corpo feminino aprisionado, encontramos o estado gravídico como protagonista em diversas narrativas que nos indicam marcas do suplício que estas mulheres experimentam, desde as dificuldades estruturais dos presídios para acolher as

21 Carta escrita em 2016.

mulheres grávidas, as condições que são submetidas ao parto e até mesmo, em alguns casos, a perda do recém-nascido.

Como será perder um filho para o Estado? Será que só há este destino para as mulheres, jovens e pobres neste país? São questões que parecem não haver interesse em ser debatido e nem se quer solucionado quando direcionados à massa carcerária feminina. Em todas as cartas mencionadas encontramos a confirmação de um “sistema carcerário do abandono”. e as narrativas que denunciam as violações relacionadas aos direitos humanos mostram o sistema que opera de forma multifacetada, pensada para punir àquelas que ali se encontram. Convém ressaltar que existem várias outras cartas que relatam a desumanização sofrida. Não obstante, percebe-se que não se pode negar as outras formas de operacionalização da justiça que se diferencia da justiça que é dita para todos, o que vai na contramão do discurso oficial conhecido da área.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As narrativas/gritos que perpassam os muros do Sistema Penitenciário Nacional ganham outros agenciamentos e encontram-se nas trincheiras em disputa política de poder quando estas mulheres, por próprio punho, denunciam toda forma de opressão. Estas cartas que tiveram como destinatário o Instituto de Cultura e Consciência Negra Nelson Mandela, entre os anos de 2010 e 2016, nos mostram a urgência de elevarmos o debate relacionado às mulheres encarceradas no Brasil que são criminalizadas, em sua maioria, enclausuradas por longos e longos anos na esfera pública através da punição por delitos de menor potencial. Ainda há que se considerar as mulheres em reclusão sem sentença condenatória transitada em julgado, que infringe o Princípio constitucional de presunção da inocência, porém é uma forma de encarceramento legitimada pelas instituições e pela sociedade.

O estudo a partir das cartas produzidas por mulheres encarceradas, (re)educam o olhar para o segmento feminino e para os riscos que as afetam sobremaneira. Suas trajetórias escritas nas cartas, revelam um passado de opressão e um presente de desumanização. São mulheres, jovens, pobres, em sua maioria negras, pouco escolarizadas e condenadas por crimes relacionados ao mundo do tráfico de drogas. Relatam o suplício da vida no cárcere. São mães, provedoras de seus lares e seus escritos indicam diversos problemas sociais que as levaram para o “mundo do crime”. Essas mulheres, privadas de liberdade, frente à responsabilidade de prover o sustento de seus lares e, em outras circunstâncias, a punição ao

se associarem aos crimes praticados por seus companheiros. São relatos comuns encontrados nas correspondências das cartas analisadas.

Um dos objetivos, com todo o processo de estudo desenvolvido, foi pelo investimento de desvelar a prisão de cunho político imputado a diversas mulheres que ocupam o cárcere a partir do entendimento que as mesmas são encarceradas essencialmente pela vontade política estatal em criminalizar, tipificar e maximizar as penas relacionadas às drogas e a vontade política em criminalizar a pobreza. Em ambas as hipóteses, encontra-se nas especificidades da mulher negra, empobrecida, com suas vidas precarizadas pelo estado, ou seja, o alvo crescente que sugere o superencarceramento desenfreado de mulheres no Brasil.

A partir das categorias de análise escolhidas calcadas nos parâmetros descritos por Herrera Flores ao situar o “diamante ético” como ferramenta para fomentar possibilidades em situar a discussão sobre Direitos Humanos, foi possível alcançar essas vozes e indicar o que insistem em contar. As narrações em cartas, exploram de forma contundente as crises existentes no plano institucional do sistema carcerário e revelam práticas sociais que tanto homogeneizam as mulheres encarceradas como subalternizadas, tanto quanto reforçam o discurso da punibilização ao espaço privado desses corpos.

As breves trajetórias de vida tecidas nas cartas, é a denúncia “nua e crua” do pesadelo vivido de olhos abertos por essas mulheres que pretendem, com as cartas, acalmar os seus gritos de desesperos, que variam de uma simples orientação de como está sua vida processual, até o clamor para averiguação de maus tratos sofridos por seus corpos.

Portanto, estamos frente aos enunciados de estudo que não apresenta um fim em si mesma, mas que aponta para a (re)significação de vozes emergentes, ensejando a proposta de abertura ao diálogo acadêmico, que tragam percepções de outros conhecimentos, outros agenciamentos e culturas até então silenciados pelos saberes falocêntricos e eurocêntricos.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Vera Regina Pereira de. *Pelas mãos da criminologia: o controle penal para além da (des)ilusão*. Rio de Janeiro: Revan; ICC, 2012.

INFOPEN. Sistema integrado de informações penitenciárias. População Carcerária 2000-2014. Disponível em www.portal.mj.gov.br. Último acesso em: 20 dez 2020.

INFOPEN-Mulher. Sistema integrado de informação penitenciária. População Carcerária Feminina 2017. Disponível em www.portal.mj.gov.br. Último acesso: 20 dez. 2020.

BORGES, Juliana. *O que é: encarceramento em massa?* Belo Horizonte. Letramento: Justificando, 2018.

COLLINS. Patrícia Hills. Em direção a uma nova visão: Raça, classe e gênero como categorias de análise e conexão. In: *Reflexões e práticas de transformação feministas*/ Renata Moreno (org.) São Paulo: SOF, 2015.

DAVIS, Angela Y. *Are Prisons Obsolete?* Seven Stories Press. New York, 2003.

HERRERA FLORES, Joaquín. *A reinvenção dos direitos humanos*. / Joaquín Herrera Flores; tradução de: Carlos Roberto Diogo Garcia; Antônio Henrique Graciano Suxberger; Jefferson Aparecido Dias – Florianópolis: Fundação Boiteux, 2009

PIRES, Thula; FREITAS, Felipe (orgs). *Vozes do cárcere: ecos de resistência política*. Rio de Janeiro: Kitabu, 2018.

RIBEIRO, Carlos Antônio Costa. *Cor e Criminalidade*; estudo e análise da justiça no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1995.

SEGATO, Rita. *La Crítica de la Colonialidad en ocho ensayos y una Antropología por demanda*. – La ed. – Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Prometeo Libras, 2013.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. *Pode o subalterno falar?* Trad. Sandra Regina Goulart de Almeida; Marcos Pereira Feitosa; André Pereira Feitosa –Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

WALSH, Catherine. Interculturalidad, conocimientos y decolonialidad. *Signo y pensamiento* 46. V. XXIV. Jan/Jun 2005.

OS ANSEIOS PUNITIVISTAS NOS MOVIMENTOS FEMINISTAS: UM DIÁLOGO A PARTIR DE “OLHOS QUE CONDENAM”

Mariana Garcia Tabuchi¹

INTRODUÇÃO

A série “Olhos que condenam” ou, no original, “When They See Us” (Quando eles nos veem), dirigida por Ava DuVernay, produzida pela Netflix e estreada em 2019, trouxe ao cinema o caso estadunidense conhecido como “Central Park’s Five”. Dividida em quatro episódios e baseada em um caso real, a série retrata a condenação injusta de cinco adolescentes negros pelo crime de estupro cometido contra uma mulher branca, convidando os telespectadores a refletirem acerca da maneira cruel que o sistema punitivo norte-americano trata corpos negros.

A narrativa começa com o retrato da noite de 19 de abril de 1989, quando quatro adolescentes estavam no parque de Nova York, mesma noite em que Patrícia Meili foi brutalmente violada naquele local. Assim que o corpo da vítima foi localizado, buscas foram realizadas e o grupo de jovens conduzido à delegacia, junto ao quinto adolescente, que sequer estava no local no momento do crime.

No plano de fundo da série, então, uma questão urge: a justiça pelo corpo violado de uma mulher branca. É este o impulso que orienta as ações da promotoria na busca incessante por culpados. Na unidade policial, então, a história ganha corpo, sendo que os jovens são intimidados e coagidos a confessarem o estupro, o que, posteriormente, dá base para a instauração do processo e a condenação criminal desses indivíduos.

¹ Aluna do mestrado em Direitos Humanos e Políticas Públicas pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUCPR). Especialista em Direito Penal e Criminologia pelo Instituto de Criminologia e Política Criminal (ICPC). Graduada em Direito pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). E-mail: mariana.tabuchi@gmail.com.

Após a estreia de “Olhos que condenam”, a diretora Ava Duvernay, em entrevista concedida à Oprah, afirmou que o objetivo da série era “criar algo que estimulasse uma conversa”, uma vez que o entretenimento pode servir para “incentivar as pessoas a agirem e a avaliarem o que pensam e como se comportam no mundo”².

Levando adiante a proposta da cineasta, é que neste trabalho busca-se avivar e acalorar uma conversa. A par de todas as problemáticas importantes retratadas nesta produção cinematográfica, procura-se em especial travar esse diálogo com os movimentos de mulheres que ainda depositam esperança na repressão estatal como solução para as desigualdades de gênero.

Nesses termos, o objetivo da pesquisa é analisar em que medida os anseios punitivistas expressos nos movimentos feministas contemporâneos podem contribuir para o reforço do caráter racista e também sexista do sistema penal, traçando-se similitudes entre o caso norte-americano e o brasileiro.

Elege-se, desse modo, o cinema como instrumentário de debate, já que a arte está muito mais atenta à complexidade e pluralidade da vida que um processo judicial ou do que a dogmática jurídica. Aqui, a série auxilia na identificação de problemas-chave e, sobretudo, na sensibilização às experiências do *outro*. As narrativas cinematográficas, literárias e artísticas, de um modo geral, cumprem papel fundamental, tendo em vista que possibilitam o acesso a experiências não vivenciadas pelo expectador e se valem de *forma e conteúdo* que o Direito não dá conta explicar³.

Assim, utilizando-se das provocações trazidas por essa obra artística e das ferramentas teóricas forjadas por Angela Davis, pelas contribuições das criminologias feministas e pelo feminismo decolonial, retorna-se às discussões da dependência do pensamento político feminista em relação aos aparatos repressivos do Estado. Tal questão se mostra pertinente para a compreensão do atual sistema punitivo brasileiro, que também é marcado por questões de classe, raça e gênero, superencarcerando corpos negros, pobres e marginalizados.

2 DUVERNAY, Ava. Oprah Apresenta: Olhos que Condenam. Entrevista concedida à Oprah Winfrey. Netflix, 2019.

3 CHUEIRI, Vera Karam. Direito e literatura. In: BARRETO, Vicente de Paulo (Coord.). Dicionário de filosofia do direito. Rio de Janeiro: Renovar, 2006, p. 234.

Para tanto, busca-se, em um primeiro momento, analisar a relação das mulheres com o sistema de justiça criminal, principalmente quando estão no papel de vítimas. Averigua-se como se dá o processo de seleção vitimizante entre as próprias mulheres, haja vista que outros marcadores são determinantes para eleger quais corpos podem ser ofendidos e quais corpos são apenas abjetos. Na sequência, busca-se verificar quais corpos serão mais afetados pelos processos de criminalização, em especial a partir do mito do estuprador negro, e as formas que os discursos de animalização desses sujeitos foram incorporados no Brasil. Por fim, analisa-se como os elementos de um sistema androcêntrico, classista e racista são reiterados nas demandas dos movimentos feministas contemporâneos.

EM NOME DA VÍTIMA

– Ia deixar que possíveis testemunhas de um estupro fossem para a Vara de Família? Acorde esses meninos e tente conseguir algo. Uma mulher violada está à beira da morte⁴.

– Que limite, Elizabeth? Qual é o limite para Patrícia? Estou cansada dessa merda. Qual é o limite para ela? Abandonada no frio, em uma poça de seu próprio sangue que saía do corpo minuto por minuto nos malditos arbustos. Ela se viu desvanecer. Qual é o limite?⁵

A primeira parte de “Olhos que condenam” retrata a forma como jovens negros deixaram de ser “possíveis testemunhas” de um crime para se tornarem os autores cruéis e animalizados de um estupro. Os diálogos travados entre as promotoras e outros policiais indicam o ponto central que guia todo o processo de convencimento pela punição dos adolescentes: fazemos isso pela vítima, em nome da vítima.

Ocorre que o discurso encampado pelas mulheres que conduziram o processo do “Central Park’s Five” não é uma exceção. Ao contrário, a defesa da vítima para o aumento da repressão estatal e como justificativa para as demandas por mais penalização guardam relação com o moderno Direito Penal, no qual, a orientação pelas consequências deixa de

4 Fala da personagem da promotora Linda Fairstein a um dos policiais envolvidos no caso, na série “Olhos que condenam”.

5 Diálogo travado entre as personagens das promotoras Linda Fairstein e Elizabeth Lederer durante o julgamento do caso, na série “Olhos que condenam”.

ser subsidiária e se torna central⁶. A instrumentalização das vítimas para incorporar na legislação mais tipos penais, reprimendas mais duras, normas mais severas e maior punição, se tornou uma política, investindo-se emocionalmente no crime.

Garland denomina esse movimento como “complexo do crime da pós-modernidade”, pelo qual a preocupação com as vítimas dominam as políticas públicas. Assim, “si las víctimas fueron alguna vez el resultado olvidado y ocultado del delito, ahora han vuelto para vengarse, exhibidas publicamente por políticos y operadores de los medios masivos de comunicación que explotan permanentemente la experiencia de la víctima em función de sus propios intereses”⁷.

Refletindo acerca dessas dinâmicas no Brasil, aponta-se como, nos últimos anos, a imagem das vítimas se tornou um mote importante para a aprovação de leis federais no âmbito criminal. A valoração e a projeção dessas figuras no contexto brasileiro influenciaram na ampliação do Estado de polícia e no recrudescimento da legislação penal. Não à toa, diversas leis homenagearam o nome de vítimas no último período, sobretudo de mulheres que de alguma forma foram violadas⁸.

Importante salientar que essas narrativas são abraçadas por parte de setores progressistas, feministas e de esquerda. Conforme exposto por Maria Lúcia Karam, na história recente, o interesse da esquerda por reivindicações de ação punitiva surgem com a atuação de movimentos populares e movimentos feministas, que, a partir da década de 1970, incluíram em suas pautas a busca por punições de atos violentos praticados contra as mulheres⁹.

Todavia, ao se distanciar das correntes abolicionistas e de intervenção mínima, esses movimentos reforçaram os papéis repressores do sistema penal, sendo este um

-
- 6 Como explica Hassemer, o Direito Penal moderno, se afastando dos preceituários do Direito Penal clássico, desloca o centro da política criminal, que deixa de priorizar a igualdade e a retribuição do injusto, para estabelecer o Direito Penal como instrumento de pedagogia popular, como forma de sensibilização das pessoas. Assim, “a tendência progressiva de instituir o Direito Penal não mais como último, mas como *sola* ou *prima ratio* para a solução dos problemas sociais, é, nesse contexto, um bom exemplo de uma fecunda orientação pelas consequências” HASSEMER, Winfried. Características e crises do moderno direito penal. Revista de estudos criminais, n. 8, 2003, p. 58.
 - 7 GARLAND, David. La cultura del control: crimen y orden social em la sociedade contemporánea. Barcelona: Gedisa, 2005, p. 241.
 - 8 DE SOUSA, Analicia Martins. Leis em (com) nomes de vítimas: a ampliação do Estado polícia e a produção de subjetividades na contemporaneidade. Estudos e Pesquisas em Psicologia, v. 17, n. 3, p. 951-969, 2017.
 - 9 KARAM, Maria Lúcia. A esquerda punitiva. Discursos sediciosos, v. 1, n. 1, p. 79-92, 1996, p. 79.

instrumento poderoso de manutenção e reprodução da dominação e da exclusão, atributos da própria formação capitalista¹⁰.

O complexo industrial-prisional e o encarceramento em massa, longe de incidirem nas estatísticas oficiais de criminalidade e serem eficazes na combatividade dos delitos, se conformam como resposta para problemas socioeconômicos. Em verdade, “corporações associadas à indústria da punição lucram com o sistema que administra os prisioneiros e passam a ter claro interesse no crescimento contínuo das populações carcerárias”¹¹. Além disso, o sistema prisional se estrutura através de formas solidificadas de racismo, posto que a prisão é pensada como o destino reservado a “criminosos” e “malfeitores”, os quais, no imaginário popular, são idealizadas como pessoas de cor. Não por acaso, nos Estados Unidos, os afro-americanos representam a grande maioria dos custodiados nas prisões estaduais e federais¹².

Olhando para o Brasil, o cenário não é diferente. Dados levantados pelo Departamento Penitenciário Nacional indicam que em junho de 2017, havia 726.354 pessoas privadas de liberdade no país, sendo majoritariamente jovens (29,9% possuíam entre 18 a 24 anos e 24,1% entre 25 a 29 anos), não brancos (46,2% pardos e 17,3% pretos), com baixa escolaridade (51,3% não possuíam o ensino fundamental completo)¹³.

Note-se, contudo, que este sistema não está só marcado por indicadores de classe e raça, mas também de gênero. Em que pese os homens constituam a ampla maioria dos prisioneiros no mundo, não se deve ignorar as importantes nuances da operação da punição estatal quando as agentes são mulheres, em especial porque estas estão sendo encarceradas proporcionalmente em escalas mais altas do que os homens. Entre 2000 e 2012 no Brasil, a população carcerária feminina cresceu 246% enquanto a masculina cresceu 130%. Em 2012, existiam 32.072 mulheres encarceradas no Brasil, porém, daquele ano para 2016, esse número aumentou em 656%¹⁴.

10 KARAM, Maria Lúcia. A esquerda punitiva. Discursos..., p. 79.

11 DAVIS, Angela. Estarão as prisões obsoletas? Rio de Janeiro: Difel, 2020, p. 17.

12 DAVIS, Angela. Estarão..., p. 21.

13 BRASIL, Ministério da Justiça e Segurança Pública. Departamento Penitenciário Nacional. Levantamento nacional de informações penitenciárias, atualização junho de 2017. Brasília: Ministério da Justiça e Segurança Pública, Departamento Penitenciário Nacional, 2019.

14 BRASIL, Ministério da Justiça e Segurança Pública. Departamento Penitenciário Nacional. Levantamento nacional de informações penitenciárias. INFOPEN Mulheres. Brasília: Ministério da Justiça, Infopen, 2017.

E, apesar do presente fenômeno do superencarceramento feminino, as unidades presidiárias continuam sendo ambientes que não comportam e não atendem as necessidades de corpos femininos, sendo uma questão latente e problemática, por exemplo, a questão das mulheres mães e grávidas do sistema penal, ainda não resolvida¹⁵.

Contudo, o que se quer destacar aqui são os aspectos androcêntricos desse sistema não só quando se prende mulheres, mas quando se pretende tutelá-las. Afinal, o direito penal brasileiro se preocupou com as mulheres para enquadrá-las como sujeitos passivos dos delitos sexuais, como seres fragilizados, reforçando, nesse processo, a dicotomia e a assimetria entre feminino-masculino¹⁶.

O que se observa, por conseguinte, é que o sistema de justiça criminal foi construído e desenvolvido a partir de premissas sexistas e machistas, que ratificam esses discursos. Não só a história dos códigos penais brasileiros demonstram tal fato, mas o próprio Código Penal de 1940 (ainda vigente), o qual foi forjado em uma sociedade na qual a mulher é vinculada à servidão, docilidade, fragilidade e ao ambiente doméstico¹⁷.

Assevera-se que até 2005, este diploma legal criminalizava, em seu artigo 215, a conduta de “ter conjunção carnal com mulher honesta, mediante fraude”. Não obstante a expressão “mulher honesta” tenha sido revogada com a Lei 11.106/05 e o tipo penal alterado com a Lei 12.015/09, a construção desse ideário – da existência de uma mulher “decente” – esteve presente no ordenamento jurídico brasileiro desde 1890 e permanece orientando o tratamento diferenciado dado às mulheres.

Um outro exemplo a ser citado na tratativa desse sistema em relação ao gênero feminino é que até 1997, quando da entrada em vigor da Lei 9.520, existiam dispositivos no processo penal brasileiro que impediam a mulher casada de exercer o direito de queixa criminal, o qual poderia se dar apenas com o consentimento do marido¹⁸.

Mas, em que pese a tratativa das mulheres no sistema criminal tenha sido a redução dela enquanto ser dócil e frágil – majoritariamente no papel de vítima – é importante pontuar

15 TABUCHI, Mariana Garcia. Maternidade e cárcere: uma análise das decisões do Tribunal de Justiça do Paraná frente a Lei nº 13.769/2018. *Revista Eletrônica de Direito Penal e Política Criminal*, v. 8, n. 1, 2020.

16 DE VASCONCELOS, Isadora Cristina Cardoso; SOUZA, Luciana Correa. A desigualdade de gênero na lei penal brasileira. *Revista Eletrônica de Direito Penal e Política Criminal*, v. 4, n. 1, p. 41.

17 DE VASCONCELOS, Isadora Cristina Cardoso; SOUZA, Luciana Correa. *A desigualdade...*, p. 39.

18 BIANCHINI, Alice; BAZZO, Mariana; CHAKIAN, Silvia. *Crimes contra mulheres*. Salvador: JusPodivm, 2019, p. 33.

que esse sistema se propõe a proteger uma mulher muito específica, a mulher honesta, que não é senão o ideário da mulher branca, heterossexual, cisgênera, casada.

A constituição de um ideal de mulher, dessa forma, exclui e define as mulheres fora desse padrão. É ele o critério de definição de identidade e corpos *outros*, anormais e perigosos. Quem se encontra fora do campo da normalidade de sexualidade e moralidade – heterossexual, monogâmica e procriativa – são tidas necessariamente como degeneradas.

Como informa Butler, esses sujeitos são forjados através do ímpeto da exclusão e da abjeção, tendo em vista que “essa matriz excludente pela qual os sujeitos são formados exige, pois, a produção simultânea de um domínio de seres abjetos, aqueles que ainda não são ‘sujeitos’, mas que formam o exterior constitutivo relativamente ao domínio do sujeito”¹⁹.

Nesse sentido, a constituição de corpos coerentes em termos de “corpo (sexo) – gênero – desejo” produz corpos e identidades que se encontram fora dessa conformidade. Ainda segundo Butler: “a formação de um sujeito exige uma identificação com o fantasma normativo do sexo: essa identificação ocorre através de um repúdio que produz um domínio de abjeção, um repúdio sem o qual o sujeito não pode emergir”²⁰.

Portanto, as mulheres outras – prostitutas, travestis, negras, lésbicas, bissexuais – se encontram fora dessa inteligibilidade e quando vistas pelo direito penal não são dignas de tutela. Um estudo realizado por Serra, na análise de acórdãos do Tribunal de Justiça de São Paulo que envolviam travestis, aponta justamente para essa questão. Nos casos analisados, os discursos empreendidos nas decisões judiciais eram muito mais balizados pela legitimidade desses sujeitos no processo do que pelas provas em si. Quando autoras de delitos, travestis eram consideradas como “pessoas afeitas ao crime” e detentoras de “periculosidade”²¹, sendo que, por outro lado, quando vítimas, suas palavras eram analisadas com menor valor²². Ou seja, independente do lugar que ocupem nos procedimentos judiciais

19 BUTLER, Judith. Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do sexo. IN: LOURO, Guacira Lopes (orga.) O corpo educado: pedagogias da sexualidade. 3ª ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013, p. 151-172, p. 155.

20 BUTLER, Judith. Corpos..., p. 156.

21 SERRA, Victor Siqueira. Pessoa afeita ao crime: criminalização de travestis e o discurso judicial criminal paulista. Dissertação. Universidade Estadual Paulista, 2018, p. 59.

22 SERRA, Victor Siqueira. Pessoa afeita..., p. 66.

– sejam como vítimas sejam como autoras – esses sujeitos são menos legítimos e atribuídos necessariamente ao campo da criminalidade.

Traz-se ao diálogo, nesse ponto, a própria figura do feminicídio, aprovada em 2015 e celebrada por parte dos movimentos feministas, que renunciou ao termo “gênero”, substituído pelo termo “sexo”, com a clara intenção de se restringir a aplicabilidade da lei a mulheres transexuais e travestis²³.

Ainda, em outro estudo acerca do tratamento das vítimas nos casos penais, verificou-se, das diversas sentenças analisadas, que o *comportamento* da ofendida foi fundamental para a conclusão do processo. Em um dos casos analisados, a absolvição foi prolatada ao argumento de que a vítima teria dado causa à violência sexual, já que tinha ingerido bebida alcóolica na noite. Por sua vez, em outro processo, em que a única prova era a palavra da vítima, a condenação foi justificada porque a mulher violentada fazia dois estágios na época e frequentava a faculdade à noite. Ou seja, dependendo de qual “categoria de mulher” em se que encaixe, o tratamento da vítima é diferenciado no processo penal²⁴.

Essa reflexão é de fundamental importância porque se questiona justamente que “tipo” de mulher o direito penal visa proteger, para qual “tipo” de mulher está-se a reivindicar mais proteção e que mulheres estarão totalmente fora dessa tutela. Afinal, de qual vítima está-se a falar quando se reivindica mais punição?

Retornando ao caso retratado na série “Olhos que condenam”, destaca-se a importância da figura e da identidade da vítima – uma mulher branca que estava praticando atividades físicas no parque mais famoso de Nova York – para a prolação de uma sentença condenatória, mesmo que sem provas. A profunda comoção e busca por culpados no caso de Patrícia Meili deve ser vista para além da própria gravidade dos fatos.

Indo mais a fundo, uma outra reflexão é necessária. Mesmo que a vítima, no caso do “Central Park’s Five,” tenha sido reivindicada a todo tempo e que seu nome tenha sido usado para a busca dos culpados, os sistemas legais e ordenamento jurídico não tinham

23 CASTILHO, Ela Wiecko V de. Sobre o feminicídio. Instituto Brasileiro de Ciências Criminais. ano 23, n. 270; 2015.

24 SIMÕES, Heloísa Vieira. Direito Penal como instrumento de luta contra a violência de gênero: possibilidades de aproximação entre feminismos e abolicionismo penal. Seminário Internacional Fazendo Gênero 11 & 13º Women’s Worlds Congress (Anais Eletrônicos), Florianópolis, 2017, p. 5-6.

qualquer estrutura para sua acolhida. Isso fica evidente quando se percebe que a participação de Patrícia Meili durante todo o processo é apenas e tão somente testemunhal.

Na cena em que a vítima aparece na série, entrando no Tribunal, com clara dificuldade para andar e se locomover, ela presta o depoimento sobre o ocorrido, reconhece as provas enumeradas (a roupa e o tênis que estava vestindo no dia) e relata os traumas sofridos da violência que sofreu. A cena se encerra, então, com a declaração da promotora: “nada a acrescentar, Excelência”.

Note-se, portanto, que o sequestro de sua dor e sua neutralização é expressão do direito punitivo, da forma como o direito penal responde à vítima e de como, a pretexto de evitar uma justiça privada, anula completamente a sua dor. Nas palavras de Zaffaroni, “la característica diferencial del poder punitivo es la confiscación del conflicto, o sea, la usurpación del puesto del damnificado o víctima por parte del señor (poder público), degradando a la persona lesionada o víctima a la condición de puro dato para la criminalización”²⁵.

Isso se dá, justamente, porque no sistema de justiça criminal a vítima não é parte processual e sim material probatório. Ou seja, não há possibilidade de abrigo dentro de sua normativa. Essa reflexão se torna de especial relevância para um questionamento real de onde e por quais meios, fora do sistema de justiça criminal, se pode buscar instrumentos para um verdadeiro acolhimento e escuta real das vítimas nesses casos.

O que se visualiza, então, é que mesmo que a proposta dos discursos punitivistas seja a defesa da vítima e o combate às violências de gênero, o processo de seleção de quais corpos estão autorizados a ocuparem esse papel é perverso. Por outro lado, ainda que as pessoas ofendidas sejam o mote para o aumento da repressão estatal, estão elas longe de serem acolhidas por esse sistema.

CORPOS A SEREM PUNIDOS

- Todo jovem negro que estava no parque ontem à noite é suspeito de estuprar aquela mulher que luta para viver agora²⁶.
- E aqui em cima brutalmente estupraram uma mulher e a descartaram como lixo. Abandonaram-na sangrando, amarrada...

25 ZAFFARONI, Eugenio Raúl. *El enemigo en el Derecho Penal*. Buenos Aires: Ediar, 2009, p. 30.

26 Fala da personagem da promotora Linda Fairstein, na série “Olhos que condenam”.

nua. E pensar que íamos mandar esses *animais* à vara da família e coloca-los de volta nas ruas²⁷.

A série “Olhos que condenam” provoca, ainda, uma outra indagação. Para além da questão do papel da vítima no processo penal, pergunta aos expectadores quais corpos devem ser punidos a qualquer custo. No mesmo sentido que a identidade da vítima não pode ser menosprezada no caso vertente, menos ainda devem ser ignoradas as identidades dos adolescentes condenados injustamente, isto é, jovens negros em um país marcado fundamentalmente pela escravidão e segregação racial.

Como já explanado, o direito penal se estrutura e se alicerça no racismo. Isso é facilmente demonstrável pela simples composição racial do cárcere. Mas, quer se ressaltar aqui um ponto mais profundo desse racismo estrutural que permeia as estruturas do sistema de justiça criminal, em especial nos crimes de violação sexual, em que se reforça o estereótipo do homem negro como agressor e violador.

Conforme aponta Angela Davis, nos Estados Unidos, inicialmente, as leis contra estupro foram, no geral, criadas para proteger homens brancos das classes dominantes, posto que suas filhas e esposas poderiam de ser violadas. Via de consequência, poucos homens brancos são processados por esses delitos e a acusação de violação sexual é indiscriminadamente orientada aos homens negros, sejam eles culpados ou inocentes, decorrendo daí o mito do estuprador negro²⁸.

Assim, quando se empreende violência e terror contra as comunidades negras, esse mito é invocado sistematicamente como sua justificativa. Algumas teóricas dos movimentos antiestupro, inclusive, ignoram o papel do racismo na construção dessa figura e chegam a argumentar que homens de minorias étnicas são mais propensos a cometer violência sexual contra mulheres²⁹.

Ocorre que mulheres negras vítimas de estupro não foram abarcadas nesse movimento contra os crimes sexuais, sendo, em sua grande maioria, violadas por homens brancos e togados³⁰. Verifica-se, em verdade, um padrão do abuso sexual institucionalizado praticado contra mulheres negras, que sobreviveu ao período da escravatura. Inclusive,

27 Fala da personagem da promotora Linda Fairstein, na série “Olhos que condenam”.

28 DAVIS, Angela. Mulheres..., p. 177.

29 DAVIS, Angela. Mulheres..., p. 182.

30 DAVIS, Angela. Mulheres..., p. 178.

“estupros coletivos, perpetrados pela Ku Klux Klan e outras organizações terroristas do período posterior à Guerra Civil, tornaram-se uma arma política clara no esforço para inviabilizar o movimento pela igualdade negra”³¹.

Além disso, a violência sexual sofrida por mulheres negras se manifesta, não rara as vezes, de forma não tão aberta e pública. O racismo se configura, nesse sentido, também nos estupros incontáveis e anônimos cometidos por abusadores brancos convencidos de que sua atitude é natural. Davis expõe, daí, a complexidade de como o racismo alimenta o sexismo e de como mulheres brancas também são atingidas indiretamente por essa opressão:

O racismo sempre encontrou forças em sua habilidade de encorajar a coerção sexual. Embora as mulheres negras e suas irmãs de minorias étnicas tenham sido os alvos principais desses ataques de inspiração racista, as mulheres brancas também sofreram. Uma vez que os homens brancos estavam convencidos de que podiam cometer ataques sexuais contra as mulheres negras impunemente, sua conduta em relação às mulheres de sua própria raça não podia permanecer ilesa. O racismo sempre serviu como um estímulo ao estupro, e as mulheres brancas dos Estados Unidos necessariamente sofreram o efeito indireto desses ataques³².

O que se depreende, portanto, é que não é possível compreender os crimes de violação sexual sem estar atento para as dinâmicas e articulações existentes entre gênero, classe e gênero, tendo em vista o insistente apagamento dos estupros cometidos contra mulheres negras, a racialização da imagem do agressor e a operacionalização do aparato repressivo através desses ideários.

Salienta-se que o argumentado por Angela Davis vai ao encontro do representado na produção cinematográfica aqui analisada, uma vez que os discursos de animalização dos jovens negros foram utilizados, implícita e explicitamente, para o convencimento de suas punições. Aliás, a série retrata justamente a forma como aqueles indivíduos deixaram se ser crianças a serem encaminhadas para a Vara da Família para se tornarem homens negros abusadores.

31 DAVIS, Angela. *Mulheres...*, p. 180.

32 DAVIS, Angela. *Mulheres, raça e classe*. 1ª ed. São Paulo: Boitempo, 2016, p. 181.

Outrossim, em que pese Davis esteja refletindo sobre as especificidades da realidade norte-americana, deve se ter presente que os discursos de bestialização e animalização dos sujeitos negros foi incorporado no Brasil. O próprio processo de constituição da América foi marcado pela acepção da ideia raça e, por conseguinte, pela desumanização dos povos que aqui se encontravam.

Esse processo foi produzido através da diferenciação ontológica entre a “zona do ser” e a “zona do não ser”³³. Explica Lugones que, a partir dessas linhas demarcatórias, os povos indígenas das Américas e os povos africanos escravizados eram lidos como espécies não humanas. Nisso, eram classificados como seres bestiais, animais, sexualmente incontroláveis, hipersexualizados e, por isso, não gendrados. Ou seja, pessoas colonizadas tornaram-se machos e fêmeas, sendo o gênero uma característica exclusivamente humana³⁴.

No mesmo sentido, Vergès explica que a diferenciação sexual foi utilizada por naturalistas para a construção da ideia de raça. Os povos indígenas e escravizados foram classificados como seres com temperamentos patogênicos, efeminados e fracos. Assim, a definição de “temperamento de sexo” foi instrumentalizada também para conceituar “temperamento de raça” e o ideário feminino da mulher branca, maternal e saudável foi colocado em oposição às sexualidades e feminilidades degeneradas³⁵.

Note-se, nesse sentido, que o Brasil é herdeiro histórico das ideologias de classificação social, racial e sexual, caracterizando-se como uma sociedade hierárquica e racialmente estratificada³⁶. Dito isso, é evidente que a visão dos homens negros como seres naturalmente incontroláveis sexualmente e bestiais é também um marcador nos processos criminais brasileiros. Assim, são eles afetados mais drasticamente, e de forma perversa, quando ocupam a posição de réus nos processos criminais, além de serem já perseguidos sistematicamente como autores de crimes pela própria formação racista do Estado brasileiro.

Nesse contexto é que se defende a impossibilidade de dissociação do racismo e do próprio sexismo para uma leitura coerente do sistema penal, que é calcado nessas estruturas

33 MALDONADO-TORRES, Nelson. Transdisciplinaridade e decolonialidade. *Sociedade e estado*, v. 31, n. 1, p. 75-97, 2016, p. 84.

34 LUGONES, María. Rumo a um feminismo descolonial. *Estudos feministas*, Florianópolis, 22(3): 320, 2014, p. 937.

35 VERGÈS, Françoise. Um feminismo decolonial. São Paulo: Ubu Editora, 2020, p. 55.

36 GONZALEZ, Lélia. Por um feminismo afro-latino-americano. In: HOLLANDA, Heloísa Buarque de (org). *Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020, p. 43.

de poder. “É que as opressões entre gênero, sexualidade, raça, classe e colonialidade se imbricam de maneira complexa e reforçam imagens construídas ainda no período escravagista e renovadas na colonialidade contemporânea. São estruturas institucionalizadas que se retroalimentam”³⁷.

Por isso, é que se sustenta que o sistema penal como solução dos problemas de gênero é uma falsa resposta dada por parcela dos movimentos feministas, haja vista que é ele mesmo um reprodutor e produtor de desigualdades e violências. Aliás, as cenas agonizantes trazidas pela série “Olhos de condenam” – a violência psicológica, a coação dos policiais para uma falsa confissão, o acompanhamento doloroso do processo no júri, as violências mais brutais no interior do cárcere, o isolamento absoluto de suas famílias e comunidades, os anos de sofrimento e solidão – sensibilizam para o questionamento se a forma como esse sistema opera é válido, se se deve ser visto como natural o enclausuramento de pessoas dessa forma. Desse modo,

Isso implica recusar o feminismo carcerário e punitivo que se satisfaz com uma abordagem judicial das violências, sem questionar a morte de mulheres e homens racializados/as, uma vez que elas são apresentadas como “naturais”, consideradas um fato da cultura, um acidente, uma triste contingência em nossas democracias. É necessário denunciar a violência sistêmica contra as mulheres e os transgêneros, mas sem opor as vítimas umas às outras; é preciso analisar a produção dos corpos racializados sem esquecer a violência que tem por alvo os/as transgêneros/as e os/as trabalhadores/as do sexo; desnacionalizar e decolonizar a narrativa do feminismo branco burguês sem ocultar as redes feministas antirracistas internacionalistas; prestar atenção às políticas de apropriação cultural, desconfiar do interesse das instituições de poder pela “diversidade”³⁸.

Note-se que não se trata apenas de rechaçar as formas como as prisões funcionam, mas de dizer também que esse sistema está longe de contribuir com a emancipação feminina. Ao contrário, ele mesmo reforça estereótipos de gênero, reconduz as mulheres ao papel de servidão e fragilidade, apaga as violências cometidas contra corpos racializados e reproduz

37 ANDRADE, Mailô de Menezes Vieira. Perspectivas feministas em criminologia: a interseccionalidade entre gênero, raça e classe na análise do estupro. *Revista Brasileira de Ciências Criminais*, v. 2018, p. 08-31, 2018, p. 10.

38 VERGÈS, Françoise. *Um feminismo decolonial*. São Paulo: Ubu Editora, 2020, p. 40-41

as mais cruéis das opressões da sociedade brasileira. Optar pelo uso de seus aparatos nas lutas feministas significa legitimar não só um Estado penal policialesco e violento, mas um Estado misógino, classista, racista e sexista.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os elementos expostos na série “Olhos que condenam” provocam e sensibilizam os seus expectadores para refletirem as formas como o sistema de justiça criminal incide sobre corpos negros, mesmo quando inocentes. No presente trabalho, buscou-se, a partir dessa criação do cinema, dar atenção para dois pontos chaves, no intuito de (re)pensar se esse aparato pode contribuir de algum modo para o combate às desigualdades e violências de gênero.

O primeiro ponto trabalhado centra-se na vítima, que, como se viu, também é selecionada de forma diferenciada no direito penal. A figura da “mulher honesta” no ordenamento jurídico brasileiro, conduz à definição de mulheres degeneradas, não autorizadas a ocuparem o papel de vítimas. Ou seja, o sistema criminal procura tutelar e proteger uma mulher muito específica, haja vista que é construído a partir de premissas androcêntricas e sexistas. Nesse sentido, ele próprio reforça estereótipos de gênero e legitima a mulher branca, heterossexual, cisgênera e procriativa, como a mulher ideal e universal.

Por outro lado, ao se pensar sobre os corpos a serem punidos, deve se refletir sobre a sistemática perseguição empreendida contra pessoas racializadas. Em especial, nos crimes de estupro, em que homens negros são categorizados e lidos como naturalmente agressores e mulheres negras são os principais alvos desses crimes, também naturalizados.

Assim, ao refletirmos sobre os anseios punitivistas pelos movimentos feministas, para a resolução dos problemas decorrentes das relações de gênero, o que ocorre, em verdade, é a reivindicação de instituições que nutrem e perpetuam a opressão e a desigualdade, de gênero inclusive. Em suma, ao recorrer à tutela penal, recorre-se à ampliação do Estado de polícia, que só opera e só existe a partir dessa lógica: sexista, classista e racista.

Apona-se, desse modo, para a insuficiência de uma abordagem simples de gênero, reivindicando-se, por outro lado, um feminismo que desmascare o modo como a raça, a classe, o gênero e a sexualidade impregnam as relações de dominação e também o sistema

de justiça criminal. Faz-se necessário partir de discussões interseccionais e decoloniais para que seja possível avançar em debates criminológicos que se preocupem, verdadeiramente, com a emancipação das mulheres e de todos os sujeitos oprimidos e subalternizados.

REFERÊNCIAS

- ANDRADE, Mailô de Menezes Vieira. Perspectivas feministas em criminologia: a interseccionalidade entre gênero, raça e classe na análise do estupro. *Revista Brasileira de Ciências Criminais*, v. 2018, p. 08-31, 2018.
- BRASIL, Ministério da Justiça e Segurança Pública. Departamento Penitenciário Nacional. *Levantamento nacional de informações penitenciárias, atualização junho de 2017*. Brasília: Ministério da Justiça e Segurança Pública, Departamento Penitenciário Nacional, 2019.
- BRASIL, Ministério da Justiça e Segurança Pública. Departamento Penitenciário Nacional. *Levantamento nacional de informações penitenciárias*. INFOPEN Mulheres. Brasília: Ministério da Justiça, Infopen, 2017.
- BIANCHINI, Alice; BAZZO, Mariana; CHAKIAN, Silvia. *Crimes contra mulheres*. Salvador: Editora JusPodivm, 2019.
- BUTLER, Judith. Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do sexo. IN: LOURO, Guacira Lopes (org.) *O corpo educado: pedagogias da sexualidade*. 3ª ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013, pp. 151-172.
- CHUEIRI, Vera Karam. Direito e literatura. In: BARRETO, Vicente de Paulo (Coord.). *Dicionário de filosofia do direito*. Rio de Janeiro: Renovar, 2006.
- DAVIS, Angela. *Estarão as prisões obsoletas?* Rio de Janeiro: Difel, 2020.
- DAVIS, Angela. *Mulheres, raça e classe*. 1ª ed. São Paulo: Boitempo, 2016.
- DE CASTILHO, Ela Wiecko V. Sobre o feminicídio. *Boletim do Instituto Brasileiro de Ciências Criminais*. ano 23 – n. 270; 2015.
- DE SOUSA, Analicia Martins. Leis em (com) nomes de vítimas: a ampliação do Estado polícia e a produção de subjetividades na contemporaneidade. *Estudos e Pesquisas em Psicologia*, v. 17, n. 3, p. 951-969, 2017.
- DE VASCONCELOS, Isadora Cristina Cardoso; SOUZA, Luciana Correa. A desigualdade de gênero na lei penal brasileira. *Revista Eletrônica de Direito Penal e Política Criminal*, v. 4, n. 1.
- DUVERNAY, Ava. *Oprah Apresenta: Olhos que condenam*. Entrevista concedida à Oprah Winfrey. Netflix, 2019.
- GARLAND, David. *La cultura del control: crimen y orden social en la sociedad contemporánea*. Barcelona: Gedisa, 2005.
- GONZALEZ, Lélia. Por um feminismo afro-latino-americano. In: HOLLANDA, Heloísa Buarque de (org). *Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020.

HASSEMER, Winfried. Características e crises do moderno direito penal. *Revista de estudos criminais*, n. 8, 2003.

KARAM, Maria Lúcia. A esquerda punitiva. *Discursos sediciosos*, v. 1, n. 1, p. 79-92, 1996.

LUGONES, María. Rumo a um feminismo descolonial. *Estudos feministas*, Florianópolis, 22(3): 320, 2014.

MALDONADO-TORRES, Nelson. Transdisciplinaridade e decolonialidade. *Sociedade e estado*, v. 31, n. 1, p. 75-97, 2016.

SERRA, Victor Siqueira. *Pessoa afeita ao crime: criminalização de travestis e o discurso judicial criminal paulista*. Dissertação. Universidade Estadual Paulista, 2018.

SIMÕES, Heloísa Vieira. Direito Penal como instrumento de luta contra a violência de gênero: possibilidades de aproximação entre feminismos e abolicionismo penal. *Seminário Internacional Fazendo Gênero 11 & 13º Women's Worlds Congress (Anais Eletrônicos)*, Florianópolis, 2017.

TABUCHI, Mariana Garcia. Maternidade e cárcere: uma análise das decisões do Tribunal de Justiça do Paraná frente a Lei n13.769/2018. *Revista Eletrônica de Direito Penal e Política Criminal*, v. 8, n. 1, 2020.

VERGÈS, Françoise. *Um feminismo decolonial*. São Paulo: Ubu Editora, 2020.

ZAFFARONI, Eugenio Raúl. *El enemigo en el Derecho Penal*. Buenos Aires: Ediar, 2009.

MULHERES, CRIMINOLOGIAS E O DISCURSO COMO CONSTRUÇÃO DAS SUJEITAS CRIMINOSAS

Amanda Caroline Generoso Meneguetti¹

INTRODUÇÃO

Os papéis de gênero sempre estiveram presentes ao longo da história, apresentando-se de maneira mais ou menos acentuada a depender da época e do local a ser analisado; foram a partir de moldes e do discurso que os justificaram que se criou o espectro de mulher perfeita que se coaduna precisamente com o padrão de mulher burguesa moderna, qual seja, passível, frágil, responsável pelos cuidados domésticos e familiares e mergulhada em um ideal que romantizou a maternidade.

As mulheres que não se portassem desse modo e representassem algum tipo de anomia social e moral, eram tidas como desviantes. Sempre retratadas como perigosas, malvadas, loucas e criminosas, sua primeira aparição como objeto de análise criminal, dita científica, se deu com a teoria positivista de Cesare Lombroso, em seu livro *“La donna delinquente: la prostituta e la donna normale”*, em que o autor se propôs a analisar as causas da criminalidade feminina, chegando a categorizar os ‘tipos’ de criminosas, até o arquétipo de criminosa nata, a figura mais conhecida de Lombroso.

Essa mulher, rebelde, insana, avessa à maternidade, apresentava os comportamentos de um criminoso homem, mas sofreu mais retaliações que seu congênere em razão disto. Por realçar esse padrão de “anormalidade” é que, junto com os papéis de gênero, o positivismo lombrosiano criou no imaginário social o perfil de mulher que não merece piedade nem empatia, resultando assim, em um completo abandono físico, moral, estrutural e psicológico da mulher que delinque, refletido até nos dias atuais.

¹ Bacharela em Direito pela Universidade Estadual de Maringá, no Paraná. E-mail: amanddameneguetti@gmail.com.

Partindo dessa análise, propõe-se uma investigação das consequências de uma criminologia criada por e para homens, sobre mulheres, buscando desmistificar, a partir de um olhar interseccional, essa rotulação acerca das sujeitas delinquentes. Através de consultas bibliográficas de autores como Simone de Beauvoir, Michel Foucault, Gabriel Ignacio Anitua, Angela Davis, entre tantos outros, bem como da análise de dados censitários, pode-se debater sobre o papel do gênero e da prisão e como estes dois institutos se relacionam, concluindo-se que o peso do discurso jurídico, médico, moral e social recai muito mais sobre as mulheres, resultando em sofrimentos que sequer são imaginados pelos homens. Assim, neste trabalho busca-se a reflexão relativamente à condição das mulheres lidas como criminosas e os efeitos de seu encarceramento.

AS MULHERES E AS CRIMINOLOGIAS

Para que seja possível a construção de qualquer narrativa, é imprescindível que o questionamento inicial seja: de onde estamos partindo? Por trás de toda produção humana, necessariamente tem-se um discurso, em geral socialmente predominante, que serve de alicerce não somente para uma teoria, mas também para a edificação de uma dada realidade prática. Essa construção do discurso não escapa às ciências, incluindo-se nela, evidentemente, as Criminologias. Assim, tal fenômeno se apresenta como um ato de poder. Saber é poder. Neste sentido, destaca Anitua:

Os discursos não são "naturais", não estiveram ali desde sempre, mas têm, isso sim, uma origem histórica claramente determinada. Nesses momentos, às vezes de ruptura - como quando esses discursos se convertem em dominantes -, produz-se o ato de criar realidade ou de incorporar aspectos dessa realidade a um âmbito de conhecimento. Essas atividades, e eu quero ressaltar isso aqui, são atos de poder. Todo o ato discursivo (toda forma de conhecimento) é um ato de poder. E isso dá-se particularmente dessa forma nos "pensamentos" que passarei a denominar "criminológicos".²

2 ANITUA, Gabriel Ignacio. Histórias dos pensamentos criminológicos. Tradução de Sérgio Lamarão. Rio de Janeiro: Revan: Instituto Carioca de Criminologia, 2008, p. 22.

Dessa forma, se o conhecimento é poder, as Criminologias, entendidas aqui não como um movimento único, e sim como as diversas escolas e paradigmas que não se sobrepõem umas às outras, mas se complementam³ (daí o sentido plural), acabam se mostrando como peça fundamental do discurso que constrói a figura do delinquente, esta figura mesma que pode variar e ser mais ou menos repreendida e castigada, a partir do que, em dado *status quo*, é entendido como delito digno de tal punição. Assim, as Criminologias aparecem como a ciência que destaca o indivíduo que é “anormal” ou desviante, traçando um paralelo entre este e os “cidadãos normais”, ou seja, aqueles que cumprem as regras pré-determinadas, seja do direito ou da moral vigente.

Dessa forma, o que se pretende demonstrar é que em todos os níveis dos discursos criminológicos, que abrangem o discurso jurídico, médico, moral e religioso, a figura do criminoso, em geral, é assentada em um viés marginalizador que, por vezes, reduz o indivíduo ao fato delituoso cometido por este. Esse fenômeno ocorre, uma vez que os estudos criminológicos não estão inertes dentro das sociedades. Seus estudiosos fazem parte de uma dinâmica político-social em que produzem saber, ainda que dentro de um paradigma científico, a partir do contexto em que estão inseridos, a partir e para um determinado grupo dominante. Dessa forma, o paradigma, os métodos e a epistemologia que ali são desenvolvidos não só refletem as prerrogativas dessa classe dominante, mas também as validas.

Por conseguinte, é a partir deste modelo de validação que se dá o nascimento do paradigma etiológico, assentado em um biologicismo racista e misógino e sustentado em um darwinismo social no qual se justificam os preconceitos por meio de uma classificação de “tipos” de raças, colocando o povo europeu, branco, burguês e heterossexual como o modelo perfeito de humanidade. Conforme destaca Anitua, “a nova moral burguesa forneceria o modelo do que se denominará desde então “normalidade”. Aquilo que dela se afastasse seria uma demonstração de algo que devia ser tratado, para poder passar a ser “normal”, “moral”, “civilizado” ou “são”.⁴

3 MENDES, Soraia da Rosa. Criminologia Feminista: novos paradigmas. 2ª ed. São Paulo: Saraiva, 2017, p. 19.

4 ANITUA, Gabriel Ignacio. Histórias..., p. 245.

A mulher, neste contexto de criação de uma suposta normalidade, é duramente moldada como a versão humana do que se entende por degeneração. Cesare Lombroso, considerado por muitos como o “pai” da Criminologia, é quem dá início a uma “cientificação” do discurso etiológico e, assim, justifica o tratamento das mulheres como cidadãos de segunda classe.

Para o autor, a mulher é naturalmente inferior ao homem, e utiliza da biologia para explicar tal argumento, quando, por exemplo, relata que “[...] antes da puberdade, encontramos a mulher com força igual ou mesmo superior ao homem, o mesmo ocorrendo com o desenvolvimento físico, e por vezes inclusive em inteligência; mas pouco a pouco este predomínio se interrompe e é superado, deixando para trás, nessa momentânea superioridade, uma prova de que a precocidade é algo comum às raças inferiores.”⁵

Dessa maneira, a biologia se torna a grande arma nas mãos de alguns autores, para os quais as ciências biológicas apenas demonstrariam de maneira objetiva e “imparcial” que o tratamento dado às mulheres, social e juridicamente, é reflexo apenas de sua condição instintiva: a natureza a fez assim. A partir disto, os autores homens designaram o que *são* as mulheres, não como um ser próprio, mas em relação a eles. Portanto, “a mulher determina-se e diferencia-se em relação ao homem, e não este em relação a ela; a fêmea é o inessencial perante o essencial. O homem é o Sujeito, o Absoluto; ela é o Outro.”⁶

Classificando a mulher “normal” como o ser incompleto e degenerado em relação ao homem, a teoria etiológica traça o perfil da criminosa como sendo aquela que deriva do que é imperfeito, portanto, tão mais defeituosa quanto à primeira em todos os aspectos de sua identidade, seja em relação à moral, ética, que se afasta de um padrão burguês, seja em relação à sua sexualidade, tão mais exacerbada e viciosa. Este perfil, de acordo com a etiologia, não se desenvolve em razão de questões externas ou sociais, puramente, mas principalmente de algo intrínseco àquela mulher, que nasce com ela e pode se desenvolver a partir das suas experiências de vida.

É a partir desta lógica que, não só Lombroso, mas também outros autores positivistas tão lembrados, como Raffaele Garófalo e Enrico Ferri, deram vida e sustentação ao ideal de

5 LOMBROSO, Cesare; FERRERO, Guglielmo. A mulher delinquente: a prostituta e a mulher normal. Trad. Antonio Fontoura, Curitiba, 2017, p. 7.

6 LOMBROSO, Cesare; FERRERO, Guglielmo. A mulher..., p. 12-13.

que há algo de natural na origem do criminoso. Isto posto, os pensadores do paradigma etiológico encerraram todos aqueles que não condiziam com o padrão de normalidade, em especial as mulheres, em uma categoria de “Outro”. Assim, aquele que difere do sujeito principal (homem, branco, burguês, heterossexual e escolarizado) é designado como a célula doente do organismo social.

Assim, a pena e a punição estatais figuram como a adequação do corpo doente à massa produtiva e engedrada da sociedade, buscando tornar o desviante hábil a participar do organismo social através do castigo. Aponta Foucault, que “as leis então nada mais são que aquilo que dá a tais organismos de vigilância a possibilidade de intervir e agir no nível da moralidade.”⁷ Assim, com base em todo este aparato biológico, social, médico, jurídico e moral que nascem as categorias de delinquentes, desenvolvidas principalmente por Lombroso, mas também aperfeiçoadas por Ferri, em que se vislumbra a classe dos criminosos habituais, ocasionais e passionais, e por fim, o mais incorrigível destes, o criminoso nato. Lombroso reproduziu esta mesma categorização com as mulheres, sendo a criminosa nata, da mesma forma, a pior configuração da delinquente.

Partindo desta teorização, Lombroso, em especial, nos apresenta a criminosa habitual, como sendo aquela que possui uma tendência ao delito, mas nada que influa em sua estrutura orgânica. A criminosa ocasional, que comete crimes em razão de sua fraqueza diante da oportunidade de cometê-los. A criminosa passional, que se diferencia da ocasional apenas por sua facilidade em exaltar-se, ou seja, por sua personalidade histérica e, por fim, a criminosa nata, o biotipo mais famoso de Lombroso, que se caracteriza pelo grau máximo de degeneração hereditária e que, portanto, não pode ser ressocializada⁸. Isto porque, para além de uma tendência natural e desenfreada ao delito, esta mulher se revelaria vingativa e rancorosa, praticando o mal pelo simples prazer. Neste sentido, aponta o autor, “a mulher se revela na vingança, cujo sentimento, e também em seu sentido moral - como veremos - sendo mais vivo que aquele dos homens, e muitas vezes mais cruel, tortura e martiriza. Lança aos poucos seus tormentos sobre a vítima, por um longo tempo, e por vezes faz isso brincando”⁹.

7 FOUCAULT, Michel. A sociedade punitiva. São Paulo: Martins Fontes, 2015, p. 102.

8 ANITUA, Gabriel Ignacio. Histórias..., p. 312.

9 LOMBROSO, Cesare; FERRERO, Guglielmo. A mulher..., p. 77-78.

Além desta análise psicológica, em que busca performar a criminosa como uma mulher completamente insana, Lombroso corrobora sua tese, tentando trazer cientificidade a sua pesquisa, ao analisar também as estruturas físicas das delinquentes, pesando seus cérebros, medindo seus crânios, aferindo se existe um volume ‘comum’ nas mãos das ladras, elaborando uma relação entre a idade em que a menina menstruou com a possibilidade desta ser uma criminosa, estimando se a cor dos olhos e dos cabelos poderia ter influência sobre sua delinquência, enfim, buscando qualquer vestígio corpóreo que embase uma simetria entre características estruturais e o cometimento de crimes.

À mulher criminosa, portanto, conforme já ressaltado, lhe falta tudo: piedade, compaixão e moralidade. Contudo, é intrínseco nela a sua inferioridade e deficiência física e psíquica, até para realizar crimes. Para Lombroso, no entanto, não há degeneração maior, e por isso mesmo torna a criminosa nata o exemplo incorrigível de mulher, do que a rejeição à maternidade. É exatamente o sentimento materno que diferencia a delinquente nata das demais. Nesta, conforme defende o autor, não há qualquer sinal de amor maternal.

Diante desta exaltação do sentimento materno, torna-se imperioso questionar qual a real intenção por de trás desse discurso moralizante. O que faz do *ser* mãe algo quase divino, capaz de sanar a delinquência ocasional e devolver à sujeita as mais puras qualidades? Volta-se a salientar, todo discurso atende a uma necessidade socialmente pré-determinada, e neste caso, não seria diferente.

Ao renegar a maternidade, a criminosa nata afasta-se da única qualidade que ainda lhe caracteriza como mulher e a lembra de que não é um homem: a possibilidade de gerar vida. Utilizar-se de privilégios sexuais não para o fim de se reproduzir, mas puramente por prazer, é a maior afronta que poderia expressar. Lombroso destaca que, “se, no entanto, os caracteres sexuais são mais numerosos e complicados (vulva, útero, ovários, etc.) eles são, em grande parte, não para a vida sexual, mas para a maternidade; [...] todo este aparato é, em contraste com as características sexuais masculinas, não voltado à vida sexual, mas ao desenvolvimento e a nutrição do novo ser.”¹⁰

Isto posto, a todo tempo, Lombroso faz questão de contrapor a sexualidade dos dois gêneros e demonstrar como a mesma atitude, qual seja, a prática sexual, é, há um tempo, gloriosa ao homem e depravada à mulher. Como destaca Beauvoir, “os antifeministas não

10 LOMBROSO, Cesare; FERRERO, Guglielmo. A mulher..., p. 117.

têm dificuldade em demonstrar que as mulheres não são homens”.¹¹ Por isso mesmo, a prostituta encarna o espírito desviante com maestria, pois não só vive dos prazeres carnaais, como, de acordo com o pensador, recusa a maternidade. Assim, a face da criminosa nata tem simetria direta com a da prostituta.

A prostituta, portanto, é psicologicamente voltada à criminalidade, e só não comete delitos mais agressivos, pois é fisicamente fraca e intelectualmente incapaz de fazê-lo. Assim, ela se assemelha quase que perfeitamente ao criminoso nato, também estudado por Lombroso, que relata, “a mesma falta de sentido moral, a mesma dureza do coração, o mesmo gosto precoce pelo mal, a mesma indiferença à infâmia social, são comuns a um criminoso e a mulher perdida.”¹²

Por conseguinte, o perfil da criminosa nata é de uma mulher transgressora não só das leis penais, mas do que é entendido pelos homens sobre o que é ser uma mulher. Ela foge do exemplo de boa moça, goza da plenitude de sua vida, e não pode ser encerrada no mundo privado da vida doméstica, desafia esse padrão e é penalizada por isso. Esta é a personagem criada pelos positivistas: a da mulher perigosa, louca, degenerada, deficiente. Todavia, esse perfil fabricado diz mais sobre os homens que o formularam do que com a realidade do cárcere feminino, como se verá.

CONSOLIDAÇÃO DO DISCURSO POSITIVISTA SOBRE A MULHER CRIMINOSA: AS PROSTITUTAS

O período moderno no qual são desenvolvidas as teorias positivistas é eivado pelos ideais higienistas que, em boa parte, não só sustentavam um viés de exclusão dos desviantes, como também estavam dispostos de maneira a enaltecer o modelo burguês europeu, conforme destacado anteriormente.

Assim, partindo desse paradigma, o controle recaiu sobre as mulheres no que diz respeito, principalmente, à sua sexualidade. A presença da prostituição nos grandes centros urbanos tornou-se uma afronta ao ideal de família burguês-cristão, bem como ao que era entendido como correto sobre a prática sexual feminina, que deveria ser restrita ao ambiente

11 BEAUVOIR, Simone de. O segundo sexo: fatos e mitos. Tradução de Sérgio Millet. 3ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2016, p. 10.

12 LOMBROSO, Cesare; FERRERO, Guglielmo. A mulher..., p. 485 e 486.

doméstico e ao parceiro que teria ‘exclusividade’ ao débito conjugal através do contrato de casamento.

No Brasil do fim do século XIX tal ideário de moralidade e controle também se fazia presente, sendo que houve defensores da criação de um sistema que regulamentasse a prostituição, no entanto, conforme afirma Carrara, “o sistema não visava prioritariamente o combate às doenças venéreas; antes, buscava combater a libertinagem, proteger a moral das famílias, moralizar e disciplinar o espaço público”.¹³ Assim, através do discurso médico acerca da preocupação com a disseminação de doenças como a sífilis, a prostituição tornara-se um alvo das autoridades sanitárias e policiais.¹⁴

Isto posto, a prostituição era colocada como um mal, algo que infectaria o corpo social preordenado. Destaca Anitua que “o higienismo sempre esteve impregnado de uma intenção moralizadora, mediante a qual seriam impostos modelos "corretos" de sexualidade e de vida cotidiana, uma das partes mais evidentes dos seus objetos. É por isso que a prostituição feminina ia ser considerada especialmente como fator de morbidade e de degradação do corpo social.”¹⁵ Partindo do mesmo viés higienista, Lombroso destaca que a verdadeira degeneração de uma mulher, não está na criminalidade, como as ladras, homicidas, etc., mas sim na prostituição, uma vez que, de acordo com o autor, o pudor é um dos sentimentos mais fortes nas mulheres e, aquela que nasce com ele, porém o perde durante a vivência, “deve ser mais profundamente anormal que a mulher que, sob grandes tentações, perde o respeito à propriedade alheia.”¹⁶

Partindo do pressuposto de que as mulheres que são prostitutas possuem algum tipo de anomalia, Lombroso, como fez também com o grupo de criminosas, promoveu estudos acerca das medidas dos crânios de tais mulheres, buscando, mais uma vez, provar que o desvio moral é algo intrínseco ao indivíduo. Dessa forma, concluiu que as degenerações estão presentes em maior número nas prostitutas do que em criminosas, destacando, por exemplo, que “em 51,5% das prostitutas, mais de cinco anomalias estarão presentes,

13 CARRARA, Sérgio. A luta antivenérea no Brasil e seus modelos. In: PARKER, Richard; BARBOSA, Regina Maria (Org.). Sexualidades brasileiras. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1996, p. 17.

14 CARRARA, Sérgio. A luta antivenérea no Brasil e seus modelos. In: PARKER, Richard; BARBOSA, Regina Maria (Org.). Sexualidades brasileiras. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1996, p. 18.

15 ANITUA, Gabriel Ignacio. Histórias..., p. 244.

16 LOMBROSO, Cesare; FERRERO, Guglielmo. A mulher..., p. 498.

enquanto o mesmo número é encontrado apenas em 27% das criminosas. A média entre prostitutas é de cinco anomalias por crânio contra quatro entre criminosas.”¹⁷

No entanto, ainda que próxima da criminosa nata, a prostituição feminina era menos temida do que a delinquência masculina, isto porque, apesar de ser vista como um mal que adoce a sociedade, a leitura de Lombroso era de que a prostituta poderia ser a “válvula de escape masculina”, ou seja, o “esgoto” que é privado de toda a dignidade humana. Relata Anitua que, “eles [os autores] não só acreditavam que a prostituição raramente era perigosa para a sociedade, como chegavam a afirmar que ela realizava uma função social de válvula de escape da sexualidade masculina que podia, inclusive, evitar delitos.”¹⁸

Assim sendo, a prostituta encerra em si a velha dicotomia entre os erros, depravação e imoralidade que recaem sobre o corpo feminino, mas também, este mesmo corpo que representa o perdimento masculino quando se trata de prazeres sexuais. A diferença entre esta criatura e a mulher ‘honesta’ e casada é apenas de que esta última ainda é respeitada como pessoa. Ainda que Lombroso tenha construído o perfil de prostituta com base na semelhança desta com o criminoso nato, adjetivando-a como amoral, maldosa, indiferente à infâmia social, ociosa, que ama os prazeres fáceis, as orgias e as bebidas fortes¹⁹, essa personagem criada nada mais é a mulher que ousou ter as mesmas liberdades que um homem. Ela ganha a vida independente de uma figura masculina para lhe tutelar, vive no meio deles e está livre dos costumes de uma senhora casada.

Conclusivamente, a prostituta, aparece, então, como a inversão de valores, não só morais e sociais, como também em relação aos homens. Ao cobrar pelos serviços sexuais e ver no homem apenas um meio de ganhar dinheiro, ela o instrumentaliza²⁰, retira dele algo que nunca foi concedido a ela: dignidade. Por todo o exposto, também as prostitutas, assim como as criminosas dão vida a uma inimiga social que causa repulsa e acaba por ser perseguida e punida por seus atos, mas também por sua existência. O incômodo, assim, é pelo desvio do perfil entendido como ‘normal’ e ‘correto’. É, portanto, o ódio a mulher livre. Resume-se, desse modo, em misoginia.

17 LOMBROSO, Cesare; FERRERO, Guglielmo. A mulher..., p. 249.

18 ANITUA, Gabriel Ignacio. Histórias..., p. 307.

19 LOMBROSO, Cesare; FERRERO, Guglielmo. La donna delinquente: la prostituta e la donna normale. Turim, Roma (Itália): L. Roux e C., 1893. Trad. Antonio Fontoura, Curitiba, 2017, p. 486.

20 BEAUVOIR, Simone de. O segundo sexo: fatos e mitos. v. 2. Tradução de Sérgio Millet. 3ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2016, p. 379.

PENA ETERNA: A CONDIÇÃO DE MULHER

Conforme visto até aqui, a mulher, ao não se adequar ao modelo previamente instituído do que seria o ‘ideal’ de feminilidade, é punida, independente de qual padrão se está infringindo; se prostituta, é punida por utilizar-se de sua sexualidade para fins que não sejam a satisfação sexual do marido e a constituição de família, com a consequente manutenção de patrimônio através de herdeiros; se criminosa, é punida não só penalmente, mas por ser mulher e ter cometido um delito, comparando-se, assim, com um homem. Percebe-se, desse modo, que o maior crime de uma mulher é ser desobediente, insubordinada, incontrolável e, acima de tudo, se colocar como párea de um homem.

Diante de tais circunstâncias, o Direito se fez inicialmente para as mulheres apenas como o texto legitimador dos tratamentos recebidos por elas, como a submissão de seu ser ao poder de uma figura masculina, a não administração de seus bens, ou, por vezes, não admissão sequer de que possua bens, bem como a visão de que são incapazes, ou seja, crianças grandes. Desse modo, designando o papel de insignificância, incompletude e de servidão ao corpo feminino, o que o Direito burguês criou foi um modelo de mulher que deveria ser o exato oposto do homem, a quem eram resguardadas as liberdades sexuais, políticas, ideológicas, de propriedade, mas, principalmente a liberdade de ser. Às mulheres tiraram o que, humanamente, lhe deveria ser intrínseco: o poder de escolher e de ditar sua própria vida.

Destaca Mendes que o Direito, então, buscou assegurar as diferenças entre homens e mulheres, para mantê-las dispostas ao padrão exigido, assim, “os direitos conferidos às mulheres nesta época “iluminada”, não tinham outro objetivo senão o de torná-las melhores mães e esposas. E, é neste sentido, que o direito buscou assegurar a “diferença”. Ou seja, tendo, por exemplo, a maternidade como uma das réguas a partir da qual se determinava um padrão de mulher “normal” ou de “criminosa”.”²¹

Portanto, ao colocar-se como ser, como alguém que também escolhe, as mulheres sentiram as consequências penais de maneira distinta daquela sentida por um homem. Sabe-

21 MENDES, Soraia da Rosa. *Criminologia Feminista: novos paradigmas*. 2ª ed. São Paulo: Saraiva, 2017, p. 36.

se que o Código Penal e suas normas incriminadoras refletem aquilo que dada sociedade entende como delito, e tal entendimento está, inevitavelmente, atrelado a questões sociais, morais, históricas. O pessoal, portanto, é político. É isto que se vê na Justiça criminal e nas políticas de encarceramento; a grande parte dos condenados e das condenadas possui classe social, cor, situação econômico-financeira e escolaridade bem definidos, como se verá adiante.

A condição feminina, assim, assume a forma de punição que atravessa o ato cometido por ela e recai sobre seu gênero. A mulher “normal” já é vista, em uma sociedade patriarcal e moralista, como um objeto a servir aos prazeres e necessidades masculinas; não é à toa o grande número de violências vividas pelas mulheres²². Assim, quando falamos sobre a mulher que desvia do que é ‘normal’, a condição e a objetificação desta figura torna-se cada vez mais violenta e desumana. De acordo com Michel Foucault, “[...] se pode concluir que a moral não está dentro da cabeça das pessoas: está inscrita nas relações de poder, e apenas a modificação das relações de poder pode trazer a modificação da moralidade.”²³

O crime e a criminosa, portanto, são percebidos de maneira distinta do seu congêneres masculino; este também é punido pela sociedade, mas de modo bem mais brando, uma vez que no sujeito homem suas ações são vistas como consequência de seu sexo: é homem, dizem. Enquanto que na mulher espera-se a passividade, o não-fazer. Ela, então, quebra um padrão de espera, um padrão de gênero; e é por essa quebra que a criminosa é punida mais severamente²⁴, como será visto no item seguinte.

AS MULHERES DELINQUENTES E O RANÇO LOMBROSIANO

A mulher delinquente, segundo Cesare Lombroso, possui atributos bastante negativos, como a falta de sendo moral, o apreço por coisas mundanas, e, acima de tudo, em relação à criminosa nata, a rejeição da maternidade, como já exposto anteriormente. Dessa forma, a teoria etiológica do delito transformou a mulher que desvia do comportamento

22 WAISELFISZ, Julio Jacobo. Mapa da Violência 2015: homicídio de mulheres no BRASIL. 1ª Edição. Brasília: FLACSO, 2015.

23 FOUCAULT, Michel. A sociedade punitiva. 1ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2015, p. 106.

24 DAVIS, Angela. Estarão as prisões obsoletas? Tradução de Marina Vargas. 1ª ed. Rio de Janeiro: Difel, 2018, p. 71.

‘normal’ de mulher burguesa, em uma inimiga social. Assim, ao elencar os estereótipos da criminosa, tornou mais fácil o seu controle por meio do judiciário, uma vez que, já haveria um alvo predeterminado.

Insta ressaltar que, tais perfis fizeram parte de um discurso que buscava (e ainda busca) combater a criminalidade por meio da eliminação daquele que não faz parte da ‘harmonia social’. Por isso mesmo é que esses pensamentos continuam se fazendo presentes até hoje, pois alimentam o imaginário de que a pessoa que delinque é responsável pelas mazelas dos justos, criando, assim, um ambiente de vingança coletiva típico das sociedades contemporâneas. Para além de questões jurídico-criminais, a vivência das mulheres, o modo como são vistas e como se veem no mundo, bem como seu pertencimento nele apresentam-se de maneira diversa dos homens. Dessa forma, é necessário que seja analisada a realidade das mulheres encarceradas para compreendermos de que forma o estereótipo de criminosa nascido das teorias positivistas, juntamente com a desigualdade de gênero resulta em um desamparo social, material e afetivo de mulheres em situação de cárcere.

PERFIL DO SISTEMA CARCERÁRIO

Os dados a serem analisados foram retirados do levantamento nacional, Infopen, vinculado ao Departamento Penitenciário Nacional (DEPEN), pertencente ao Ministério da Justiça e Segurança Pública que, desde 2004 coleta informações sobre os estabelecimentos penais e a população prisional.

De acordo com os dados do Infopen Mulheres de 2017 (o mais recente), o número de mulheres que se encontravam privadas de sua liberdade era de 37.828²⁵, e, em que pese ser um número alto, apenas 25,15% dos estabelecimentos prisionais têm capacidade estrutural para custodiá-las, desse total, somente 6,97% são exclusivos para a população feminina²⁶. Com relação à faixa etária, população carcerária é majoritariamente jovem,

25 BRASIL. Departamento Penitenciário Nacional. Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias - Mulheres - Junho de 2016, p. 7. Disponível em: http://depen.gov.br/DEPEN/depen/sisdepen/infopen-mulheres/copy_of_Infopenmulheresjunho2017.pdf. Acesso em: 17 de julho de 2020.

26 BRASIL. Departamento Penitenciário Nacional. Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias - Mulheres - Junho de 2016, p. 15. Disponível em: http://depen.gov.br/DEPEN/depen/sisdepen/infopen-mulheres/copy_of_Infopenmulheresjunho2017.pdf. Acesso em: 17 de julho de 2020.

sendo que 25,22% são pessoas de 18 a 24 anos²⁷. No que tange à etnia, vemos que há muito mais mulheres negras, aqui entendidas as mulheres pretas e pardas, do que brancas encarceradas. O contraste é nítido: 63,55% das sujeitas detidas são negras, enquanto 35,59% são brancas.²⁸

Quanto à escolaridade, os números são alarmantes e nos dizem muito sobre questões sociais como acesso a empregos qualificados e oportunidades que essas mulheres (não) encontraram durante a vida. Vejamos: 44,42% das mulheres encarceradas possuem apenas o ensino fundamental incompleto, enquanto, do outro lado da balança, somente 1,46% possui ensino superior completo.²⁹

Em relação aos filhos, o número de mulheres em situação de cárcere que são mães contabiliza 99%, sendo que 28,91% possui 1 filho; 28,27% possuem 2 filhos; 21,07% possuem 3 filhos, 10,73% possuem 4 filhos; 4,75% possuem 5 filhos e, finalmente, 6,26% possuem 6 filhos ou mais³⁰.

No que diz respeito ao tipo penal infringido, seja na modalidade consumada ou tentada, 59,9% das mulheres encarceradas estão privadas de sua liberdade em razão do cometimento do crime de tráfico de drogas. Em seguida, aparecem roubo (12,90%), furto (7,80%).³¹

O panorama que encontramos, portanto, é precisamente aquele denunciado pelos movimentos negros, abolicionistas e de outros setores críticos: a população carcerária é majoritariamente jovem, negra, de baixa escolaridade e, por isso, altamente vulnerável, e,

-
- 27 BRASIL. Departamento Penitenciário Nacional. Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias - Mulheres - Junho de 2016, p. 29. Disponível em: http://depen.gov.br/DEPEN/depen/sisdepen/infopen-mulheres/copy_of_Infopenmulheresjunho2017.pdf. Acesso em: 17 de julho de 2020.
 - 28 BRASIL. Departamento Penitenciário Nacional. Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias - Mulheres - Junho de 2016, p. 31. Disponível em: http://depen.gov.br/DEPEN/depen/sisdepen/infopen-mulheres/copy_of_Infopenmulheresjunho2017.pdf. Acesso em: 17 de julho de 2020.
 - 29 BRASIL. Departamento Penitenciário Nacional. Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias - Mulheres - Junho de 2016, p. 34. Disponível em: http://depen.gov.br/DEPEN/depen/sisdepen/infopen-mulheres/copy_of_Infopenmulheresjunho2017.pdf. Acesso em: 17 de julho de 2020.
 - 30 BRASIL. Departamento Penitenciário Nacional. Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias - Mulheres - Junho de 2016, p. 44. Disponível em: http://depen.gov.br/DEPEN/depen/sisdepen/infopen-mulheres/copy_of_Infopenmulheresjunho2017.pdf. Acesso em: 17 de julho de 2020.
 - 31 BRASIL. Departamento Penitenciário Nacional. Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias - Mulheres - Junho de 2016, p. 46. Disponível em: http://depen.gov.br/DEPEN/depen/sisdepen/infopen-mulheres/copy_of_Infopenmulheresjunho2017.pdf. Acesso em: 17 de julho de 2020.

em razão da pouca ou nenhuma oportunidade, acaba por se envolver em delitos que são altamente rentáveis, como o tráfico de drogas³².

Dessa forma, faz-se necessário pensar a partir de uma perspectiva interseccional que envolve classe, raça e gênero, uma vez que, é com base nesses demarcadores que a política criminal de guerra às drogas cresce e coloca cada vez mais pessoas dentro do sistema carcerário. Com relação às mulheres encarceradas, como apontado acima, são uma maioria de meninas que estão em situação de vulnerabilidade, boa parte delas são mães e de origem pobre. Ainda, é importante ressaltar que 58,55% das mulheres presas declararam ser solteiras³³, demonstrando que, estando sozinhas e tendo filhos, essas mulheres representavam a chefia de suas famílias, sendo que, por vezes o tráfico de drogas apresentava-se como uma fonte de renda àquelas que precisam sustentar seus filhos em meio às adversidades.

Assim, para além de questões sociais e afetivas, o abandono de crianças por seus genitores homens sobrecarrega as mães que ficam responsáveis por todo o cuidado físico, material, emocional, psicológico e econômico de seus filhos. Dessa forma, as famílias chefiadas por mulheres acabam, por vezes, apresentando uma maior dificuldade financeira, não só por ter apenas uma pessoa que provém renda, mas também em razão da baixa valorização do trabalho feminino e/ou das diferenças salariais entre homens e mulheres.

Destaca Costa *et al.* que, “as famílias chefiadas por mulher, além de contarem somente com um provedor de renda, podem estar numa situação pior que as de chefia masculina, em razão das inúmeras desvantagens sofridas pelas mulheres na sociedade, e, em especial, no mercado de trabalho.”³⁴

Em suma, o perfil da população carcerária feminina reflete a realidade das pessoas marginalizadas dentro da estrutura social por sua cor, classe e gênero. Mulheres que muitas das vezes encontram-se desamparadas por suas famílias e companheiros antes, durante e

32 ÁVILA, Gustavo Noronha de. Direitos Humanos e o tráfico de drogas: a repercussão do caso “Matemático” nas redes sociais desde um debate concreto. In: ÁVILA, Gustavo Noronha de; GUILHERME, Vera M. Abolicionismos Penais. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2015, p. 11.

33 BRASIL. Departamento Penitenciário Nacional. Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias - Mulheres - Junho de 2016, p. 7. Disponível em: http://depen.gov.br/DEPEN/depen/sisdepen/infopen-mulheres/copy_of_Infopenmulheresjunho2017.pdf. Acesso em: 17 de julho de 2020.

34 COSTA, Joana S.; PINHEIRO, Luana; MEDEIROS, Marcelo; QUEIROZ, Cristina. A face feminina da pobreza: sobre-representação e feminização da pobreza no BRASIL. Brasília: IPEA, 2005, p. 8. http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_1137.pdf. Acesso em: 21 de novembro de 2019.

após o cárcere. A prisão, portanto, reforça situações de violência e de machismo vivenciadas por estas mulheres, uma vez que, seu sofrimento tem raízes distintas em relação aos homens, como se verá no próximo tópico.

GÊNERO E PRISÃO

Assim como ressaltado no início deste artigo, é necessário que sejam relatadas as experiências de mulheres, que se distinguem das dos homens em diversos aspectos da identidade e vivências femininas, sendo que no cárcere não seria diferente.

O Estado encerra o corpo feminino em uma situação de exclusão que ultrapassa os limites do que é entendido penalmente como reclusão. Aponta Michel Foucault que, “com respeito ao sexo, o poder jamais estabelece relação que não seja de modo negativo: rejeição, exclusão, recusa, barragem ou, ainda, ocultação e mascaramento. O poder não “pode” nada contra o sexo e os prazeres, salvo dizer-lhes não; se produz alguma coisa, são ausências e falhas.”³⁵

No aspecto familiar, por exemplo, as visitas são raras, e quando ocorrem se tornam dificultosas, uma vez que, das penitenciárias exclusivamente femininas, apenas 56% destas têm infra-estrutura adequada para receber os familiares das detentas³⁶, o que agrava o problema de abandono destas mulheres. Afirma Varela:

De todos os tormentos do cárcere, o abandono é o que mais aflige as detentas. Cumprem suas penas esquecidas pelos familiares, amigos, maridos, namorados e até pelos filhos. A sociedade é capaz de encarar com alguma complacência a prisão de um parente homem, mas a da mulher envergonha a família inteira. Enquanto estiver preso, o homem contará com a visita de uma mulher, seja a mãe, esposa, namorada, prima ou a vizinha, esteja ele num presídio de São Paulo ou a centenas de quilômetros. A mulher é esquecida.³⁷

35 FOUCAULT, Michel. *História da Sexualidade I: a vontade de saber*. Rio de Janeiro: Graal, 1988, p. 81.

36 BRASIL. Departamento Penitenciário Nacional. *Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias - Mulheres* - Junho de 2016, p. 19. Disponível em: http://depen.gov.br/DEPEN/depen/sisdepen/infopen-mulheres/copy_of_Infopenmulheresjunho2017.pdf. Acesso em: 17 de julho de 2020.

37 VARELLA, Drauzio. *Prisioneiras*. São Paulo: Companhia das Letras, 2017. (Ebook).

Segundo dados do Infopen Mulheres, o número de visitas aos encarcerados homens é de 4,55 por pessoa ao longo de um semestre, sendo que em relação às mulheres encarceradas, esse número cai para 4,45 por pessoa em presídios exclusivamente femininos, enquanto nos presídios mistos, essa taxa reduz para 2,63 por custodiada.³⁸

No mesmo sentido, as visitas íntimas também encontram barreiras estruturais, uma vez que apenas 56% dos estabelecimentos prisionais exclusivamente femininos têm capacidade para a realização de tais visitas³⁹. Ressalte-se que o direito às visitas, é um benefício previsto na Lei de Execuções Penais (Lei nº 7.210/84), em seu artigo 41, inciso X, que faz parte, inclusive, da ressocialização da presa e a garantia de sua dignidade. Além disto, é fundamental para a manutenção de vínculos, bem como da saúde mental da detenta. Varella destaca que, “as visitas íntimas são essenciais para a manutenção dos vínculos afetivos com os companheiros e para impedir a desagregação familiar. Isolar a mulher na cadeia por anos consecutivos causa distúrbios de comportamento, transtornos psiquiátricos e dificulta a ressocialização.”⁴⁰

São a partir dessas instâncias de controle do corpo que insistimos em apontar que as consequências da prisão são muito mais pesadas para as sujeitas, uma vez que carregam consigo o marcador de gênero do qual não podem se desvencilhar.

Um outro grande entrave que é enfrentado pelas detentas é em relação à maternidade; essa experiência, diferente daquela narrada por Cesare Lombroso em que tal condição passa por um viés romantizado, que liberta e cura a criminosa, as mulheres reais do cárcere encontram barreiras estruturais e de permanência com seus filhos, uma vez que, só lhe é permitido, em caso de regime fechado, ficar junto da criança até esta completar 6 meses de idade, conforme artigo 82, §2º da Lei de Execuções Penais⁴¹.

38 BRASIL. Departamento Penitenciário Nacional. Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias - Mulheres - Junho de 2016, p. 19. Disponível em: http://depen.gov.br/DEPEN/depen/sisdepen/infopen-mulheres/copy_of_Infopenmulheresjunho2017.pdf. Acesso em: 17 de julho de 2020.

39 BRASIL. Departamento Penitenciário Nacional. Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias - Mulheres - Junho de 2016, p. 19. Disponível em: http://depen.gov.br/DEPEN/depen/sisdepen/infopen-mulheres/copy_of_Infopenmulheresjunho2017.pdf. Acesso em: 17 de julho de 2020.

40 VARELLA, Drauzio. Prisioneiras. São Paulo: Companhia das Letras, 2017. (Ebook).

41 Em que pese o mencionado artigo prever o prazo “mínimo” de 6 meses, a realidade dos presídios é outra, em que a mulher acaba por ficar, quando muito, apenas este período semestral com a criança. (v. mais em VARELLA, Drauzio. Prisioneiras. São Paulo: Companhia das Letras, 2017. (Ebook).

Além do curto período, apenas 0,66% das unidades prisionais mistas e femininas possuem creches com capacidade para receber crianças com até 2 anos de idade⁴². Assim, o momento da separação entre mãe e filho é torna-se bastante cruel para a maioria das presidiárias, uma vez que, muitas das vezes os filhos ficarão espalhados em casas de parentes ou sob a guarda do Conselho Tutelar.

Ademais, as estatísticas do Infopen Mulheres apontam que a quantidade de penitenciárias que possuem estrutura para receber mulheres gestantes e lactantes é extremamente baixa: apenas 14,2% das unidades em todo o país.⁴³

Esses dados revelam que, apesar da população carcerária feminina ter crescido, passando de 5,6% em 2000 para 37,83% em 2017⁴⁴, as mulheres em situação de cárcere seguem esquecidas e invisibilizadas em suas necessidades e dificuldades particulares e que se distinguem dos homens.

No que tange aos crimes cometidos, conforme já exposto no item anterior, a maior parte das mulheres está cumprindo pela prática do delito de tráfico de drogas ou crimes associados. Os motivos quase sempre se repetem: falta de emprego, baixos salários, fácil acesso através de parentes ou conhecidos ou através de pedidos de namorados e maridos que solicitam que a companheira entre no presídio com entorpecentes escondidos dentro do canal vaginal ou anal. Vê-se poucas as que são grandes traficantes, posição normalmente ocupada por homens⁴⁵. Questionamento bastante pontual é o que faz Varela ao falar da punição destas mulheres que servem de “ponte” e acabam por receber sentenças com penas de anos, sendo que a quantidade de drogas transportadas por elas foi ínfimas:

O que a sociedade ganha trancando essas mulheres por anos consecutivos? O que representa, no volume geral do tráfico, a quantidade de droga que cabe na vagina de uma mulher? Que futuro

42 BRASIL. Departamento Penitenciário Nacional. Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias - Mulheres - Junho de 2016, p. 23 e 24. Disponível em: http://depen.gov.br/DEPEN/depen/sisdepen/infopen-mulheres/copy_of_Infopenmulheresjunho2017.pdf. Acesso em: 17 de julho de 2020.

43 BRASIL. Departamento Penitenciário Nacional. Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias - Mulheres - Junho de 2016, p. 20. Disponível em: http://depen.gov.br/DEPEN/depen/sisdepen/infopen-mulheres/copy_of_Infopenmulheresjunho2017.pdf. Acesso em: 17 de julho de 2020.

44 BRASIL. Departamento Penitenciário Nacional. Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias - Mulheres - Junho de 2016, p. 9. Disponível em: http://depen.gov.br/DEPEN/depen/sisdepen/infopen-mulheres/copy_of_Infopenmulheresjunho2017.pdf. Acesso em: 17 de julho de 2020.

45 MENDES, Soraia da Rosa. Criminologia Feminista: novos paradigmas. 2ª ed. São Paulo: Saraiva, 2017, p. 168.

terão crianças criadas com mãe e pai na cadeia? Quantas terão o mesmo destino? [...] Qualquer solução seria mais sensata do que a atual: elas vão para a cadeia, os filhos ficam abandonados em situação de risco e o homem que encomendou a droga arranja outra ponte para manter o fluxo de caixa.⁴⁶

Diante dos dados levantados e da literatura exposta, verifica-se que o cárcere, penoso e indesejado por todos, possui pesos e consequências distintos para as mulheres, que suportam adversidades por vezes sequer imaginadas pelos homens. Essa penalização ultrapassa a esfera judicial, em que é imposta a pena a qualquer cidadão que pratique fato tipificado penalmente, e atinge questões morais e de gênero, resultando em uma punição que lhe recai por ser mulher.

O controle e o poder, exercidos sobre esses corpos femininos encarcerados, possuem diversas fontes, cada uma maculando um aspecto diverso da vivência de mulheres lidas como delinquentes. São discursos advindos da sociedade, da família e do Poder Judiciário que se coadunam e atingem as mulheres, reforçando, assim, sua situação de vulnerabilidade. Destaca Foucault, que o controle “se produz a cada instante, em todos os pontos, ou melhor, em toda relação entre um ponto e outro. O poder está em toda parte; não porque englobe tudo e sim porque provém de todos os lugares.”⁴⁷

Esse poder recai sobre as sujeitas justamente pelo seu gênero, uma vez que, ao cometer um crime, ela é considerada pior do que o homem. Essa quebra de paradigma é lembrada com desprezo por aqueles que estão à sua volta, conforme ressalta Varella:

Talvez porque a prisão de uma filha ou da mãe envergonhe mais do que a de um filho ou do pai, já que a expectativa da sociedade é ver as mulheres “no seu lugar”, obedientes e recatadas. O preconceito sexual faz parte desse contexto. O bandido pode ser considerado mau-caráter, desalmado, perverso, mas ninguém questiona sua vida sexual. A mulher, além dos mesmos rótulos, recebe o de libertina, ainda que virgem. Fica subentendido que se ela rouba, trafica ou assalta é sexualmente promíscua.⁴⁸

46 VARELLA, Drauzio. *Prisioneiras*. São Paulo: Companhia das Letras, 2017. (Ebook).

47 FOUCAULT, Michel. *História da Sexualidade I: a vontade de saber*. Rio de Janeiro: Graal, 1988, p. 89.

48 VARELLA, Drauzio. *Prisioneiras*. São Paulo: Companhia das Letras, 2017. (Ebook).

Diante deste contexto, assim como a mulher que delinque quebra os padrões impostos a ela, é necessário que seja analisada a partir de uma criminologia que também represente uma quebra de paradigma e que lhe situe como sujeito completo, autônomo, desmistificando, assim, a figura criada pelos positivistas, como será visto.

CRIMINOLOGIA FEMINISTA: NOVOS OLHARES

Até aqui, buscou-se apontar para a situação das mulheres criminalizadas e encarceradas, averiguando de que forma as teorias positivistas, em especial de Cesare Lombroso, colaboraram para o estereótipo de mulher delinquente como sendo aquela que é má, insana, imoral e degenerada.

No entanto, em que pese a dedicação lombrosiana em perfilar a sujeita dentro do sistema penal, pouco se falou dentro das criminologias acerca do lugar de pertencimento da mulher e como esta se relaciona com o Direito Penal. Nos dizeres de Soraia da Rosa Mendes, “[...] a criminologia nasceu como um discurso de homens, para homens, sobre mulheres. E, ao longo dos tempos, se transformou em um discurso de homens, para homens e sobre homens.”⁴⁹

Após a pequena passagem pela criminologia positivista, a mulher que delinque acabou esquecida até mesmo pela tão importante criminologia crítica, de viés marcadamente marxista, que apesar de analisar o fator classe, acabou, por vezes, deixando em segundo plano ou sequer mencionando questões relacionadas ao gênero.

Dessa forma, a criminologia crítica rejeitou o determinismo biológico e adotou a análise de reação social e da criminalização de determinados grupos de indivíduos, sem, no entanto, de maneira preponderante, examinar os reflexos dessa marginalização em outra categoria de pessoas vulneráveis: as mulheres.⁵⁰

Assim sendo, em razão das peculiaridades e das diversas dificuldades enfrentadas de modo exclusivo pelas mulheres, é que se faz necessário uma epistemologia que, quando

49 MENDES, Soraia da Rosa. *Criminologia Feminista: novos paradigmas*. 2ª ed. São Paulo: Saraiva, 2017, p. 157.

50 GERMANO, Idilva Maria Pires; MONTEIRO, Rebeca Áurea Ferreira Gomes; LIBERATO, Mariana Tavares Cavalcanti. *Criminologia Crítica, Feminismo e Interseccionalidade na Abordagem do Aumento do Encarceramento Feminino*, p. 33. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/pcp/v38nspe2/1982-3703-pcp-38-spe2-0027.pdf>> Acesso em 21 de novembro de 2019.

digne-se a tratar das criminosas, o faça considerando seu gênero, sua etnia e sua classe, em uma análise interseccional e autônoma, como é realizada pela criminologia feminista⁵¹.

Isto porque, conforme assinala Davis, “a combinação destrutiva de racismo e misoginia, por mais que tenha sido combatida pelos movimentos sociais, pelas bolsas de estudos e pela arte nas últimas décadas, mantém todas as suas terríveis consequências nas prisões femininas”.⁵²

Como visto acima, o perfil da população carcerária feminina brasileira reproduz as desigualdades presentes na sociedade como um todo, e, dessa forma, é essencial entender que o peso do discurso e do Direito recairá sobre o corpo do indivíduo de maneira mais acentuada de acordo com o número de demarcadores que o próprio corpo carrega e do meio a que pertence; as repressões que incidem sobre o homem branco, burguês e heterossexual serão totalmente opostas daquelas incidentes sobre a mulher negra, pobre e não-hetero.

Da mesma forma, quando se analisa quem é a sujeita que delinque, e porque o título de criminosa é atribuído a ela, vemos que o rótulo será taxado a partir de questões de gênero, sociais e também raciais, destaca Angela Davis que, “quando consideramos o impacto da classe e da raça, podemos dizer que, para mulheres brancas e ricas, essa equalização tende a servir como evidência de transtornos emocionais e mentais, mas para as mulheres negras e pobres, indica criminalidade.”⁵³

Portanto, é partindo dos inúmeros discursos que se entrelaçam e constroem a figura da mulher criminosa que a criminologia feminista busca fazer sua crítica e ressaltar que, assim como as considerações da criminologia crítica de viés marxista se fizeram importantes ao ressaltar as dificuldades enfrentadas pelos trabalhadores e a forma como as circunstâncias de classe têm influência sobre o cometimento de crimes, e que, sem dúvidas, fora um passo fundamental dentro da concepção criminológica, a criminologia de viés feminista também contribui para o estudo de como funciona o sistema penal, sobre o corpo de quais mulheres recai a punição, bem como as consequências do cárcere para além do sistema penal em si.

51 MENDES, Soraia da Rosa. *Criminologia Feminista: novos paradigmas*. 2ª ed. São Paulo: Saraiva, 2017, p. 13.

52 DAVIS, Angela. *Estarão as prisões obsoletas?* Tradução de Marina Vargas. 1ª ed. Rio de Janeiro: Difel, 2018, p. 89.

53 DAVIS, Angela. *Estarão as prisões obsoletas?* Tradução de Marina Vargas. 1ª ed. Rio de Janeiro: Difel, 2018, p. 73.

Assim, a criação, através do discurso jurídico, médico, moral e burguês do modelo de mulher desviante, só é possível e sustentável a partir da naturalização e interiorização do que é entendido como aceitável dentro do poder. Como visto previamente, tornou-se comum o abandono das mulheres encarceradas, bem como a visão de que as mulheres que cometem crimes são piores do que os homens, nas mesmas condições.

Dessa forma, é de maneira sutil que o discurso do poder e próprio poder se instalam, para que seja aceito, para que seja normal. De acordo com Michel Foucault, “é somente mascarando uma parte importante desse mesmo que o poder é tolerável. Seu sucesso está na proporção daquilo que consegue ocultar dentre seus mecanismos. O poder seria aceito se fosse inteiramente cínico? O segredo, para ele, não é da ordem do abuso.”⁵⁴

Conclusivamente, em razão do discurso de poder recair de maneira distinta e cada vez mais acentuada conforme os marcadores sociais, de raça e gênero vão se fazendo presentes, é que torna cada vez mais necessária e pontual a análise do crime e da criminosa a partir de uma criminologia que se construa e desenvolva as pesquisas com base nessas diferenciações. É distinta a consequência do crime para homens e mulheres, bem como para mulheres brancas e mulheres negras, e ainda de mulheres burguesas e mulheres pobres.

Fazer com que a existência e a voz dessas mulheres sejam vistas e ouvidas é trazer de maneira mais justa a realidade da criminalidade feminina, despojada dos pré-conceitos que a envolvem.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante da análise realizada neste trabalho, dentre as leituras e exposições de diversos autores, conclui-se que, ainda que não da mesma maneira como exposto por Cesare Lombroso, o qual designou como criminosas as mulheres que não apenas desviavam do padrão de feminilidade burguês, mas também que apresentavam “anomalias” físicas, sintoma da degeneração, como visto, as mulheres ainda sofrem os efeitos da estigmatização, principalmente enquanto estão em situação de cárcere.

É certo que nos pensamentos criminológicos atuais tende-se a não atribuir as causas da criminalidade a questões puramente hereditárias e morais, como anteriormente se fez;

54 FOUCAULT, Michel. *História da Sexualidade I: a vontade de saber*. Rio de Janeiro: Graal, 1988, p. 83.

ocorre que, dentro do discurso jurídico e social, o cometimento de crimes por mulheres ainda é tido como uma depravação do ser, uma vez que, a conduta desviante feminina não foi naturalizada como ocorreu com os homens. Dessa forma, as normas penais, que, em tese, recaem sobre todos igualmente, têm efeitos diversos em relação às sujeitas, uma vez alinhadas com o discurso moralizante e de gênero, que buscam na mulher uma figura passiva e inerte, acaba por punir este corpo com maior severidade se comparado com os homens.

Conforme visto acima, as mulheres encontram problemas como o abandono afetivo-familiar, a falta de estrutura estatal adequada para abrigá-las, a quebra de vínculo com os filhos, os problemas na gestação, e tantos outros, que são respostas à sua indisciplina, afinal, não é este o lugar que se esperava para elas. O discurso de punição vivo na sociedade as censura como se dissesse: você é pior do que um homem; afinal, este é o grande crime/pecado de uma mulher, ousar não ser o que prescreveram a ela.

Esse paradigma, portanto, só pode ser quebrado a partir das teorias feministas que, dentro do estudo criminológico, busca retirar esse caráter pejorativo das mulheres que delinquem, bem como analisa de que forma o fator de gênero, raça e classe estão presentes nas motivações e consequências do crime.

Dessa forma, o presente trabalho mostra-se como um pequeno ponto de partida para a continuação e aprofundamento do debate quanto o lugar da mulher e os efeitos da sua existência no sistema penal, e a importância de expor o marcador de gênero, raça e classe nestas discussões.

REFERÊNCIAS

ANITUA, Gabriel Ignacio. *Histórias dos pensamentos criminológicos*. Tradução de Sérgio Lamarão. Rio de Janeiro: Revan: Instituto Carioca de Criminologia, 2008.

ÁVILA, Gustavo Noronha de. Direitos Humanos e o tráfico de drogas: a repercussão do caso “Matemático” nas redes sociais desde um debate concreto. In: ÁVILA, Gustavo Noronha de; GUILHERME, Vera M. *Abolicionismos Penais*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2015.

BEAUVOIR, Simone de. *O segundo sexo: fatos e mitos*. Tradução de Sérgio Millet. 3ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2016.

BRASIL. Departamento Penitenciário Nacional. *Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias - Mulheres - Junho de 2016*, p. 7. Disponível em: <http://depen.gov.br/DEPEN/depen/sisdepen/infopen-mulheres/copy_of_Infopenmulheresjunho2017.pdf>.

CARRARA, Sérgio. A luta antivenérea no Brasil e seus modelos. In: PARKER, Richard; BARBOSA, Regina Maria (Org.). *Sexualidades brasileiras*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1996.

COSTA, Joana S.; PINHEIRO, Luana; MEDEIROS, Marcelo; QUEIROZ, Cristina. *A face feminina da pobreza: sobre-representação e feminização da pobreza no Brasil*. Brasília: IPEA, 2005, p. 8. http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_1137.pdf>.

DAVIS, Angela. *Estarão as prisões obsoletas?* Tradução de Marina Vargas. 1ª ed. Rio de Janeiro: Difel, 2018.

FOUCAULT, Michel. *A sociedade punitiva*. 1ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2015.

_____. *História da Sexualidade I: a vontade de saber*. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

GERMANO, Idilva Maria Pires; MONTEIRO, Rebeca Áurea Ferreira Gomes; LIBERATO, Mariana Tavares Cavalcanti. *Criminologia Crítica, Feminismo e Interseccionalidade na Abordagem do Aumento do Encarceramento Feminino*, p. 33. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/pcp/v38nspe2/1982-3703-pcp-38-spe2-0027.pdf>>.

LOMBROSO, Cesare; FERRERO, Guglielmo. *A mulher delinquente: a prostituta e a mulher normal*. Tradução de Antonio Fontoura, Curitiba, 2017.

MENDES, Soraia da Rosa. *Criminologia Feminista: novos paradigmas*. 2ª ed. São Paulo: Saraiva, 2017.

VARELLA, Drauzio. *Prisioneiras*. São Paulo: Companhia das Letras, 2017. (Ebook).

WASELFISZ, Julio Jacobo. *Mapa da Violência 2015: homicídio de mulheres no Brasil*. 1ª Edição. Brasília: FLACSO, 2015.

ASSASSINATO OU SUICÍDIO? A CONSTRUÇÃO NARRATIVA DA RIC SOBRE A MORTE DE TATIANE SPITZNER E O SILENCIAMENTO SOBRE UM CASO DE FEMINICÍDIO

Renata Caleffi¹

Ariane Carla Pereira²

Nádia Moccelin³

INTRODUÇÃO: 22 DE JULHO DE 2018

Guarapuava, Paraná, 22 de julho de 2018. Era madrugada quando uma mulher de classe média-alta caiu de um prédio na região central da cidade. Pouco tempo depois, a polícia chega e na frente do edifício encontram apenas vestígios de sangue. Não existe corpo e poucas testemunhas que explicassem o que havia acontecido no local. As investigações iniciam ainda na madrugada, e a sequência da história tendo suas peças encaixadas dia após dia. Tatiane Spitzner, 29 anos, advogada, era casada desde 2013 com Luís Felipe Manvailer – biólogo e professor. Evidências no local apontam para feminicídio logo no início das investigações policiais por dois motivos: O primeiro é o fato de logo após a queda, o corpo ser levado pelo marido da advogada para o apartamento, no quarto andar do prédio. O acusado carrega o corpo pelo elevador, solta o mesmo no chão da sala, troca de roupa e volta para o prédio para limpar as manchas de sangue dos corredores, hall e do elevador. Ao sair, tranca a porta do apartamento com Tatiane lá dentro, morta, sem prestar qualquer socorro ou demonstrar algum cuidado com a mulher que ele dizia amar.

-
- 1 Doutora em Políticas Públicas, mestra em comunicação, jornalista. Docente do Curso de Comunicação Social do Centro Universitário Campo Real. Recaleffi88@gmail.com.
 - 2 Doutora em Comunicação e Cultura, mestra em Letras, jornalista. Docente titular do curso de Comunicação Social da Universidade Estadual do Centro-Oeste. Ariane_carla@uol.com.br.
 - 3 Mestra em Comunicação. Jornalista. Nadiamoccelin@gmail.com.

O segundo fator que coloca Luís Felipe como acusado da morte está na sua fuga. Quando a polícia está chegando ao local, às 3h04 da manhã, conforme mostram imagens da câmera de segurança do prédio, ele sai, sem ser visto, pelo portão da garagem, com o carro da vítima. Isso tudo acontece poucos minutos após a queda da advogada. O marido inicia sua viagem às 3h08 e segue dirigindo durante a madrugada pela BR-277 em direção ao Paraguai. Enquanto Luís Felipe fugia, a família de Tatiane era avisada da morte da advogada. O automóvel capotou quando estava a 45 quilômetros da fronteira dos dois países. O motorista, que poucas horas antes havia levado a mulher morta para dentro do apartamento em que moravam há um ano e meio, sai do carro e segue caminhando em direção ao país vizinho a pé, até que é encontrado pela polícia vagando pelas margens da rodovia.

No dia 31 de julho Luís Felipe é preso e inicia sua defesa, alegando sempre que Tatiane teria cometido suicídio. A Polícia, no entanto, acusa o professor de homicídio com as qualificadoras de asfixia mecânica, motivo torpe e femicídio, além de cárcere privado e fraude processual. Desde então a cobertura midiática – principalmente a televisiva - tem sido importante para o andamento do processo e também para a mobilização da opinião pública. Em pesquisas anteriormente realizadas⁴ foi observada como a Globo fez a cobertura da morte e, ao mesmo tempo, como demorou para destacar que este era um caso de feminicídio. Desde então o caso é tratado como feminicídio e conta com entrevistas da família de Tatiane e, do lado do acusado, apenas as versões oficiais de seus advogados.

Passados dois anos da morte da advogada, o julgamento do caso foi marcado para dezembro de 2020 e, pela primeira vez em todo o andamento do processo, Luís Felipe concedeu entrevista a uma emissora de televisão. Não foi para a Globo, onde observou-se anteriormente a utilização do termo feminicídio para tratar do caso. A entrevista exclusiva para a RIC coloca em dúvida as afirmações da defesa de Tatiane e apresentam a versão do acusado sobre o julgamento. A dúvida instituída na construção narrativa auxilia a colocar também mais porquês em parte da população que tem interesse no caso – justamente por se tratar de um tema que repercutiu nacionalmente e afetou, em especial, a população da cidade de Guarapuava, no interior do Paraná. Nessa perspectiva, essa pesquisa tem como objetivo compreender como aconteceu a construção narrativa da notícia feita pela RIC TV poucos

4 PEREIRA, Ariane; CALEFFI, Renata. (In)Visibilidade? A pauta feminicídio no programa telejornalístico fantástico. Anais 18. Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo. 2020.

dias antes do julgamento do caso⁵ no Domingo Espetacular, bem como compreender a continuidade da informação por meio da narrativa em segunda tela, com reportagem complementar postada apenas nos meios digitais da emissora. Há diferenças na construção da notícia para ambas as mídias? A violência contra mulher é destacada? O feminicídio é citado em alguma das reportagens?

Partindo desses questionamentos sobre a reportagem e seguindo os conceitos da Análise da materialidade audiovisual, apresentados por Iluska Coutinho⁶, a qual destaca que para fazer análise de produtos audiovisuais precisamos fazer a escolha do objeto como ponto de partida. Neste sentido, a escolha é o conteúdo produzido pela RIC, sob o comando do repórter Roberto Cabrini e divulgado em duas plataformas: Televisão e Internet. Seguimos pela metodologia estabelecendo as perguntas que auxiliem a compreender o problema de pesquisa. E aí cabe a quem irá realizar a pesquisa um olhar integrado no objeto empírico que permita compreender toda a complexidade do material audiovisual, revelando as estratégias, modo de dizer e sentidos das narrativas audiovisuais, que serão explicitados ao longo da análise da materialidade visual desse conteúdo. Destaca-se, este trabalho visa também compreender a necessidade de pensar no jornalismo como uma ferramenta de construção social que tem o poder de transformar realidades e auxiliar na construção de uma sociedade mais equânime – e para isso precisa destacar e combater todos os tipos de violência.

PRIMEIRA TELA: A CONSTRUÇÃO NARRATIVA NO DOMINGO ESPETACULAR E A AUSÊNCIA DO USO DO FEMINICÍDIO

É a televisão que informa significativamente grande parte da população brasileira. Uma pesquisa divulgada pela Meio Mensagem⁷ realizada pela Kantar Thermometre mostrou que vídeos são o formato de conteúdo preferido no Brasil – sendo que 99% da população disse ter consumido algum tipo de conteúdo por esse formato nos últimos 30 dias. O número não apresenta que esses conteúdos foram consumidos apenas pela televisão, indicando que

5 O julgamento estava marcado para dezembro de 2020, mas em decorrência de um dos advogados do réu estar com sintomas de Covid-19, o mesmo foi adiado já por duas vezes, até a data da postagem desse capítulo, em janeiro de 2020.

6 COUTINHO, Iluska. O telejornalismo narrado nas pesquisas e a busca por cientificidade: A análise da materialidade audiovisual como método possível. In: Intercom, 2016, São Paulo. Anais eletrônicos.

7 Disponível em <https://www.meioemensagem.com.br/home/opiniao/2020/04/02/a-tv-em-tempos-da-covid-19.html> (último acesso em dezembro de 2019)

há possibilidades de receber também via streaming, redes sociais, etc., mas os mesmos dados destacam que a televisão é o meio mais confiável para receber informações para 77% da população. Isso significa que ainda hoje, apesar do crescimento significativo do uso de plataformas digitais, ainda temos na televisão um grau de confiabilidade representativo e importante para a sociedade.

Há de se confirmar então que os meios de comunicação exercem um papel de destaque nas discussões políticas e formação de opinião pública no Brasil há muito tempo, e a televisão teve desde seu surgimento um papel de destaque neste processo. Isso aconteceu porque a construção da agenda pública, conforme explica Cervi⁸, teve a influência da mídia presente desde o início do século XX e se misturou às transformações de opiniões das pessoas, que passaram a ser cada vez mais voláteis e passíveis de modificações. O autor ressalta ainda que a mídia ajudou na mutabilidade de opiniões ao longo do tempo e segue até hoje, pois ela consegue individualizar e atomizar a recepção de informações, que antes era feita mais intensamente pelos grupos e agora pode ser completada pelas informações e opiniões transmitidas pelos meios de comunicação.

A relevância da chamada “primeira tela” é comprovada. E tais informações foram reforçadas em 2020 durante a pandemia de Covid-19, muito porque as pessoas permaneceram mais tempo em casa e para evitar notícias falsas e informações inverídicas postadas nas redes sociais, destinaram ainda mais atenção ao meio em questão. E é essa primeira tela que tem papel relevante na construção da informação do caso da morte de Tatiane Sptizner.

O retorno de Roberto Cabrini para a emissora RIC em dezembro de 2020 é anunciada em conjunto com a entrevista exclusiva com Luís Felipe. Intitulada “Cabrini estreia no Domingo Espetacular com reportagem sobre crime que chocou o Brasil”, a veiculação iniciou uma semana antes do programa ir ao ar. Já o conteúdo completo com a entrevista exclusiva, denominada “Roberto Cabrini entrevista com exclusividade o marido acusado de empurrar a mulher do alto de prédio”⁹ foi veiculada no domingo (29/11).

8 Cervi, Emerson. Opinião pública e política no Brasil: O que o brasileiro pensa sobre política e porque isso interessa à democracia. Rio de Janeiro, 2006.

9 Reportagem disponível no link: <https://recordtv.r7.com/domingo-espetacular/videos/roberto-cabrini-entrevista-com-exclusividade-o-marido-acusado-de-empurrar-a-mulher-do-alto-de-predio-29112020>

A data é importante na construção da narrativa porque a Opinião Pública já estava mais latente. Isso aconteceu porque a semana que iniciava era marcada pelo julgamento de Luís Felipe¹⁰. Essa opinião pública construída anteriormente ao julgamento é demonstrada como importante por Walter Lippmann¹¹, ao destacar que é uma construção de impressões que nos chegam ao mundo muito por intermédio dos meios de comunicação e também pelo número de vezes que vemos um assunto. São realizadas, segundo ele, em formas de sugestão que nós precisamos:

(...) e se nós não a encontramos nas notícias nos voltamos aos editoriais ou a um conselho confiável. O devaneio, se nos sentimos implicados, é desconfortável até que nós saibamos onde estamos, ou seja, até que os fatos tenham sido formulados de forma que sintamos o sim ou o não com relação a eles

A construção da narrativa começa com o questionamento apresentado no título deste artigo e que segue em alguns momentos da entrevista exclusiva. A primeira delas está na cabeça¹² da grande reportagem em que o apresentador coloca a questão que permeia toda construção da reportagem: “(...) O júri de Guarapuava, no Paraná, vai decidir se a advogada Tatiane Spitzner morreu ao pular do prédio onde morava ou foi jogada pelo marido”.

O jornalismo está intimamente ligado ao seu resultado final (produto), e este não é uma criação aleatória, ficção, inventada pelo redator daquela informação. Tem-se como premissa que as vozes desses discursos são reais, que o relato é um fragmento preciso e correto da realidade; e o jornalista usa sua capacidade técnica para reconstruir uma história da maneira mais fiel e responsável – buscando a verdade, objetividade e imparcialidade do fato.

O feminicídio é o homicídio praticado contra a mulher em razão de ela ser mulher, uma forma de discriminação de gênero e que está previsto em lei no Brasil (Código Penal, Lei 13.104/15, colocando o feminicídio como qualificadora do homicídio). O feminicídio é, portanto, é uma modalidade de morte, de assassinato. No Brasil, são registrados, por hora, 536 casos de violência contra a mulher, segundo pesquisa realizada em fevereiro de 2019

10 Que estava marcado para o dia 3 e 4 de dezembro de 2020, mas que foi adiado para fevereiro de 2021.

11 Lippmann, Walter. Opinião Pública. 2ª Edição, ed. Vozes. Petrópolis, 2010, p. 205

12 Texto lido por quem apresenta o telejornal que introduz a reportagem que será apresentada na sequência. Geralmente contém o lead da notícia.

pelo Datafolha a pedido da ONG Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP). Nos 12 meses anteriores ao levantamento de dados, foram registrados 1,6 milhão espancamentos de mulheres. Já a 8ª edição da Pesquisa Nacional sobre Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, do Instituto de Pesquisa DataSenado e do Observatório da Mulher contra a Violência^a, mostra que 27% do percentual de mulheres declararam já ter sofrido algum tipo de agressão de gênero.

Aí temos como problemática o questionamento sobre o que aconteceu de fato com Tatiane realizado na cabeça da reportagem ficando também intimamente ligada ao próprio discurso de defesa de Manvailer, ao apontar que não foi um caso de femicídio, mas de suicídio. Vivendo em um país que registra um caso de feminicídio (crime de ódio motivado pela condição de gênero da vítima e do agressor) a cada 7 horas, a importância da nomenclatura é fundamental para a construção da informação – e que não aparece na cabeça da notícia.

Desde o início da reportagem há um insert na barra de caracteres que coloca em dúvida o fato: “Cabrini: suicídio ou assassinato ou suicídio?”. Nem na complementação da reportagem é citado o feminicídio como uma qualificadora do caso. O insert muda apenas no minuto 3’57”, e novamente não aparece a palavra feminicídio (Cabrini fala com o acusado do crime”).

Mais adiante, no minuto 13’50”, o repórter faz uma passagem entrando no apartamento 403, onde o casal morava há um ano e meio. Ele chega até a sacada, olha para a câmera e pergunta, como se direcionasse a questão também para os telespectadores: “Daqui, as 2 horas e 53 minutos, o corpo de Tatiane, com ela ainda viva, caiu em direção àquela parte de gramado perto da calçada. Trata-se de um caso de assassinato, onde o marido assassinou a própria esposa, ou de um caso de suicídio?”.

O questionamento de Cabrini reforça a violência contra a mulher: tanto a cometida pelo seu então marido, como a violência do próprio repórter, que não denomina a morte de Tatiane como um feminicídio.

Nomear como feminicídio é um fator relevante para a construção da narrativa e também da opinião pública sobre o caso. Quando desvelamos a violência e escancaramos seu nome, estamos auxiliando a combater as mortes de mulheres, e alertando para o problema

da violência, como ela se manifesta, a existência de leis e mecanismos de proteção da vítima¹³.

Ao darmos visibilidade para o crime de feminicídio, também ajudamos a redefinir qual voz irá se valorizar na construção de uma sociedade mais equitativa, como aponta Sonit¹⁴. “Ao redefinirmos qual a voz há de se valorizar, redefinimos a nossa sociedade e os seus valores” (p.87). É isso, portanto, que as leis de proteção às mulheres fizeram. Caracterizaram as agressões, as tipificaram criminalmente e, assim, deram voz às mulheres e alteraram os padrões de noticiabilidade referentes à violência doméstica e ao feminicídio, na medida em que expressam que “a violência contra as mulheres agora é uma questão pública” (p.89).

Na mesma intensidade, quando não tratamos da violência como um ato assim, desconstruímos o discurso sobre a importância de políticas públicas de defesa às mulheres, bem como aumentamos a intensidade da falta de credibilidade para com a voz feminina. Assim, nas políticas públicas, o papel determinante da mídia está intimamente ligado ao despertar de interesse público em assuntos específicos, ou construir a opinião desse público diante de um fato. O silêncio, o não falar sobre, o não tornar público os casos de violência, de acordo com a autora estadunidense, “foi o que permitiu que os predadores atacassem ao longo de décadas, sem impedimentos”¹⁵.

Quando somos invisibilizadas e silenciadas pela mídia diante de uma sociedade que exclui a participação de mulheres em diferentes espaços, também excluimos de outras mulheres a possibilidade de ter informação sobre algo que pode salvar sua própria vida. Além disso, reduzimos a possibilidade de disseminação de um tema fundamental em tempos de pandemia, onde a violência contra as mulheres subiu significativamente. Dados da ONU Mulheres mostram que houve um aumento das denúncias ou ligações de violência doméstica no mundo inteiro – incluindo o Brasil, que registrou 648 feminicídios no primeiro semestre do ano de 2020, quase 2% a mais que no ano anterior. Silenciar a violência é um ato de violência simbólica, principalmente porque estamos em desvantagens claras e evidentes em diferentes esferas sociais e políticas.

13 PEREIRA; Ariane. CALEFFI, Renata. 2020. (In)Visibilidade? A pauta feminicídio no programa telejornalístico fantástico. Anais 18. Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo. 2020.

14 Rebecca Sonit. A mãe de todas as perguntas. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

15 Rebecca Sonit, A mãe de todas as perguntas. São Paulo: Companhia das Letras, 2017, p.33

Cabrini volta a praticar o negacionismo do feminicídio em nova passagem, aos 28'48". Ao chegar no IML, ele diz: "Este aqui é o Instituto Médico Legal de Guarapuava, para onde foi trazido o corpo de Tatiane Sptizner, às 3h50 da madrugada, de 22 de julho de 2018. Saiu daqui o laudo que incrimina Luis Felipe Manvailer pela morte de sua esposa". Ao destacar o laudo e o motivo pelo qual o acusado segue na prisão, o repórter novamente não faz menção ao termo feminicídio, silenciando outra vez a necessidade de falar sobre o tema.

Sobre o mesmo caso da advogada morta e a sua importância para romper barreiras de silenciamento feminino, temos a construção de uma política pública no Estado do Paraná que faz referência ao caso. A morte de Tatiane no dia 22 de julho de 2016 tornou a data emblemática para a criação do Dia Estadual de Combate ao Feminicídio, uma lei estadual de autoria da Deputada guarapuavana Cristina Silvestri. A lei 19873/2019 foi promulgada e teve como justificativa para sua criação a morte de Tatiane em Guarapuava. No projeto, a deputada destaca:

Queremos garantir um dia de luta em que a sociedade e as instâncias públicas vão se reunir em torno de ações, de conferências de políticas de combate ao feminicídio. A data escolhida foi a data da morte trágica, de repercussão nacional da advogada Tatiane Spitzner que ocorreu em Guarapuava. Tatiane foi encontrada morta no dia 22 de julho de 2018, no apartamento onde morava com o marido. O laudo do exame de necropsia do Instituto Médico Legal (IML) apontou que a advogada foi morta por asfixia mecânica. Câmeras de segurança do prédio mostram o marido agredindo Tatiane por mais de 20 minutos antes da queda. Segundo a acusação, ele matou Tatiane por esganadura, a jogou pela sacada e, em seguida, recolheu o corpo para o apartamento. Ele nega as acusações. Sabemos que todos os casos são importantes, mas decidimos essa escolher a data como um marco que não devia nem existir, mas que não pode ser esquecido ¹⁶.

A construção dessa política pública no Paraná reforça a necessidade de discutir o tema violência de gênero em todas as esferas – e inclui a televisão, sendo que esta é uma das fontes mais consumidas pelos brasileiros e de grau extremo de confiabilidade. Ao não fazer

16 PARANÁ, Lei 19873/2019, disponível em http://portal.alep.pr.gov.br/modules/mod_legislativo_arquivo/mod_legislativo_arquivo.php?leiCod=82036&tipo=I (último acesso em janeiro de 2021).

isso, a mídia se torna cúmplice de uma sociedade machista e estruturada na invisibilidade feminina e negacionismo. E aqui enfatizamos que esta também é também uma forma de violência contra as mulheres – mas ela não acaba no silenciamento sobre se a morte de Tatiane foi um caso de feminicídio – ou, como a própria construção narrativa conduz, de assassinato ou suicídio.

As lembranças também tratadas por Walter Lippmann como simbólicas e sujeitas a lembranças, geralmente implicam num equilíbrio de interesses, e elas se apresentam no início da reportagem de Cabrini. Ele começa seu primeiro Off¹⁷ da reportagem destacando: “Resgatamos imagens preciosas, inéditas, e percorremos as cenas dessa história”. A história de uma advogada encontrada morta em sua casa, após discussões com seu marido.

Como destaca Jill Radford¹⁸, quando uma mulher é assassinada, sua história é enterrada junto com ela e sua voz. O que temos são depoimentos e documentos oficiais que identificam sua morte, mas ela mesma não está mais ali para nos contar como e o que de fato aconteceu. Ao mesmo tempo, quando há apenas a violência (muitas vezes em forma de agressão), tem-se a voz feminina aparecendo, no entanto, muitas vezes ela é colocada em xeque ao transformar sua realidade em uma culpa. No caso de Tatiane, temos as duas relações expostas durante a reportagem veiculada na RIC.

O elevador, um dos locais mais emblemáticos do caso, faz parte de toda a construção imagética da reportagem, tanto na rememoração do caso quanto na construção nova da narrativa. A mesma narrativa segue lembrando que Tatiane era “bela e promissora advogada”, filha de uma das mais tradicionais famílias da cidade. Nesses trechos, o repórter começa a dar indícios do caso para os telespectadores com auxílio de imagens feitas pela produção atualmente, mas também com imagens de apoio com fotografias da vítima e de câmeras de segurança do dia da morte de Tatiane – é a construção de personificação da vítima, mas que é, ao mesmo tempo, também permeada de possibilidades para elementos de culpabilização de sua própria morte.

A advogada é mostrada em fotos de arquivo pessoal, sorridente, ao lado da família, sozinha ou na companhia de Luís Felipe. Lola Aronovich¹⁹ afirma que a mídia, assim como

17 Texto lido pelo repórter com apoio de imagens que constroem a narrativa da notícia.

18 Jill Radford; Russell, Diana E. H. *Femicide: The Politics of Woman Killing*. Great Britain: Open University Press: 1992

19 Lola Aronovich. *Mídia e Mulher*. In *O Direito Achado na Rua*. Vol. 5, 125-128, 2012

grande parcela da sociedade brasileira, vê a mulher (ou pensa que a mulher deve ser/se portar) como a descrita pela reportagem: um ser maternal e que tem como papel social: ser bonita e/ou terem filhos.

A jovem, “amante da vida e dos esportes”, nas palavras do repórter, é construída com essas características. Para além delas, sua descrição também indica para alguns conceitos patriarcais: “ela trabalhava no escritório do pai”, podendo gerar a impressão de que era jovem de família tradicional e que seguia os passos da profissão paterna e, ao mesmo tempo, denotando dependência da figura masculina para seguir seus próprios passos também na profissão que escolheu.

Tatiane é retratada ainda como uma mulher ciumenta, que ao ver uma foto no celular do marido se descontrola e vai embora da comemoração de aniversário do marido. “Se fosse o seu aniversário também estaria respondendo as mensagens dos seus amigos”, disse Manvailer, ao ser perguntado sobre os motivos da briga entre o casal durante a festa. A essa afirmação temos a reafirmação da ideia de que mulheres são impulsivas e dominadoras. Tatiane é construída como essa mulher com ciume excessivo do marido.

Reflexo de uma sociedade patriarcal, a afirmação de Lola é ressaltada em outros trechos, como na afirmação de Cabrini “o casal não tinha filhos”, e também durante a entrevista ao perguntar se o acusado era “infel” ter como resposta de Manvailer – após afirmação da prima, Bruna Spitzner, que a advogada queria a separação porque estava infeliz e ele não aceitava -, que ela tinha “uma autoestima muito baixa, mesmo sendo a mulher mais linda que eu já tinha visto”, reforçando o próprio discurso machista culpando a esposa pelo ato que ele comete na sequência.

Seguindo na construção para direcionamento da opinião pública para os fatos que aconteceram no apartamento 403 (ênfático novamente pelo repórter), a equipe entra no apartamento em que o crime aconteceu. Da sacada em que o crime acontece é filmada a rua em que Tatiane caiu morta ou, nas palavras ditas por Cabrini, teve uma queda, “a queda de uma jovem que amava a vida, como mostram as imagens que localizamos”. As imagens são cobertas por efeitos para esconder o corpo de Tatiane, respeitando os princípios éticos do jornalismo.

Consequente, a construção se aprofunda a mais pontos sensíveis. Em afirmativa, o repórter diz que advogada caiu “ainda com vida” do quarto andar do apartamento. A afirmação é contestada pelo próprio IML, que atesta morte por asfixia e indica que a jovem

já estava sem vida quando caiu do prédio. Ao mesmo tempo, essa é a versão apresentada pela defesa do réu e que é determinante para os indícios de suicídio apresentados.

Ao assumir um lado na versão do caso – mesmo essa informação sendo imprecisa –, o repórter tende a se aproximar mais do que está no discurso do réu do que da vítima (novamente silenciada). Outro ponto sensível e que pode ser realizado de diferentes maneiras e é auxiliado pelo jornalismo na construção de políticas públicas está na captura da atenção. Isso não é algo fácil nem definido, até porque são vários grupos com o mesmo interesse: solucionar seu problema, resolver seu conflito, ganhar visibilidade.

No caso da morte da advogada guarapuavana, interesses mais latentes entre as famílias da vítima e do acusado também são pujantes, assim como suas versões para o caso. Há também os interesses da emissora na busca pela audiência, no entanto não falaremos sobre a questão neste ponto. Sobre as primeiras relações de interesses privados na construção da narrativa temos a presença das fontes na reportagem. De um lado o pai da vítima, o advogado Jorge Spitzner, juntamente com sua filha Luana Spitzner e a sobrinha, Bruna Spitzner. Há também a presença do assistente de acusação do caso, Gustavo Scandelari, consultado sobre informações do processo a partir da perspectiva da promotoria. Do outro, a mãe de Luis Felipe, Rita Manvailer, os advogados Adriano Brettas e Claudio Dalledone Junior, da perita contratada pela defesa, Jussara Joeckel, e do próprio réu, Luís Felipe.

Sobre a utilização das fontes na construção dessa notícia temos duas perspectivas: a da confirmação e refutação das evidências, fatos e provas. Quando a família da vítima aparece, eles são utilizados para reforçar a imagem de Tatiane e garantir que ela estava infeliz com o casamento. A fala do pai ao final da narrativa inclusive despontam para esse sentido, de que jamais ela estará de volta e que há uma falta eterna.

As demais fontes aparecem, geralmente, para refutar ou confirmar as informações que estão no processo e/ou os discursos construídos no processo e na opinião pública. Confirmando o que Lippmann diz para a construção efetiva da opinião, temos essa confusão de imagens do mundo e cheia de ruídos e nós, sedentos para compreender, acabamos por pegar o que a nossa cultura pré-definida, nos tendenciando a perceber aquilo que já captamos como forma estereotipada para nós e por nossa cultura²⁰. É justamente sobre essa cultura

20 Walter Lippman, 2010 p. 85.

tendencialmente machista que a construção da narrativa é realizada. Vejamos um destes pontos na determinação dos discursos das fontes estampados na tabela abaixo.

Tabela 01 – Informações do processo e as respostas que defendem Manvailer

Informação apresentada	Resposta
- OFF: Testemunhas escutaram Tatiane gritar e, afirmam que de 4 a 5 minutos depois não ouviram mais nada, indicando que a advogada foi morta no apartamento.	- Advogado: As testemunhas mudaram seus depoimentos dias depois do primeiro depoimento, mudando completamente a versão do acontecimento.
- Assistente de Acusação: Isso é algo criado pela acusação para desacreditar as pessoas que testemunharam a ação.	- Luís Felipe: Eu devolvo a pergunta: Qual é a explicação para mudança de fato tão repentina?

O repórter introduz o fato, não ouve as testemunhas e nem a defesa da vítima. Primeiro apresenta a informação, depois, utiliza duas fontes para desconstruir o que foi dito. Ele coloca a dúvida sobre o depoimento em aproximadamente um minuto de reportagem. Finalizando, em menos de 15 segundos o assistente de acusação defende o ponto de vista da vítima.

Sendo um crime que chocou o Brasil, como a própria reportagem fala, há muitos critérios para deixar por mais tempo a fala do réu e da defesa do que da vítima. A construção de estereótipos e culpabilização da vítima são latentes na sociedade – novamente estampando o machismo estrutural existente e aparecem nesses trechos da grande reportagem.

Ao mesmo tempo, o próprio repórter desconstrói seu discurso no minuto 23” em um OFF. Ele apresenta o laudo do IML em que confirma que Tatiane foi morta antes de cair do prédio. Mostra também fotografias que apresentam sinais de esganadura no pescoço e de unha na nuca da advogada. Em resposta rápida, entra a entrevista de Luís Felipe reafirmando: “Eu não asfixiei a Tatiane, eu não matei a Tatiane, eu não matei a minha esposa”.

Corroborando com o discurso de Manvailer, a reportagem segue novamente para um caminho de dúvida sobre o feminicídio, ao falar que foi apurado (como apresentam as provas da defesa do réu) uma alteração nos trâmites e encaminhamentos do corpo no IML, com pré-diagnóstico, envio do corpo à funerária e posterior retorno do corpo para o Instituto. No discurso do repórter, ele enfatiza detalhes do primeiro laudo apontando para suicídio, e no retorno, com segundo exame, diz: “dessa vez, aparecem as conclusões que apontam a morte ainda no apartamento”. O próprio repórter comenta que essas “idas e vindas” são o combustível da defesa de Luis Felipe.

No contexto do audiovisual, há falta de ética em vários momentos. Para Karam, o direito a informação não deve seguir apenas os interesses mercadológicos, políticos ou individuais. Mas se observar os detalhes de uma reportagem veiculada em meio televisivo de conglomerados midiáticos brasileiros, será possível observar a falta de diversidade de vozes, fontes e propriedade dos próprios veículos. Isso já é um conflito com o propósito da profissão. Deste modo, percebe-se que a utilização de fontes (predominantemente masculina) na construção da notícia prejudica a narrativa. Há excesso de informações oriundas de sujeitos homens e, ao mesmo tempo, as únicas vozes femininas presentes em um caso de suspeita de feminicídio são de curta duração.

Justamente por isso temos a construção de um jornalismo sem nenhuma perspectiva de equidade de gênero. Não há como falar em feminicídios sem ouvir as pessoas impactadas pelo caso. A predominância do homem prejudica também quem está assistindo ao conteúdo, porque só recebem a visão predominantemente masculinizada.

É o advogado de Luís Felipe, Claudio Dalledone Jr., que cita a palavra feminicídio pela primeira vez em toda a grande reportagem. Isso acontece apenas no minuto 24'23". Isso acontece logo depois de ele mostrar as incongruências no processo e nos fatos apresentados pela defesa de Tatiane relacionadas ao IML. A palavra só retorna ao VT na última passagem do repórter, em frente ao Fórum, dizendo: "Luís Felipe responde por homicídio, com qualificadora de feminicídio e fraude processual".

Em defesa à vítima, algumas construções na narrativa são ao seu favor. A primeira delas aparece no início da reportagem, enquanto Cabrini ainda está apresentando o fato, ao retratar Manvailer como um homem "já não tão forte como aquele que usava bombas e anabolizantes, que praticava taekwondo e jiu-jitsu". A sua masculinidade também é retratada mais vezes no discurso, quando durante a entrevista exclusiva o repórter diz que ele era "forte" e que "lutava", tendo uma aparência jovem e melhor. Outro ponto que coloca em dúvida a resposta de Manvailer sobre o suicídio ou assassinato é o uso das imagens das câmeras de segurança mostrando Luis Felipe chutando a advogada na garagem do apartamento. Mas neste ponto, voltamos a questionar a imparcialidade do repórter ao questionar o acontecimento dizendo "parece chutar", ou nas respostas de Manvailer "não foram golpes traumáticos".

SEGUNDA TELA: SEQUÊNCIA DA NARRATIVA NAS REDES SOCIAIS COM A ENTREVISTA EXCLUSIVA

A informação não está mais sendo captada e adaptada somente voltada ao enquadramento de tempo e espaço do meio para qual será divulgada. Isso para o audiovisual é fundamental de ser pensado. Há muitos produtos que poderiam ter mais extensões, a fim de que o público compreenda mais o que acontece e tenha mais detalhes da informação, e que, por questões de tempo e espaço elas acabam encurtadas nas telas da televisão.

Neste sentido temos o que estabelece Henry Jenkins²¹ como novas diretrizes para pensar linguagens, estruturas e formas de apresentação de conteúdo em diferentes narrativas e suportes midiáticos. Convive-se com a informação veloz, que rompe barreiras geográficas para chegar ao público com mais precisão. Para além das reconfigurações dos meios (também expostos por Jenkins), chega-se ao cenário em que a tecnologia impacta diretamente nos procedimentos da produção jornalística, no trabalho dos profissionais, na oferta informativa e no modelo dos produtos e formato de conteúdo. Os processos de convergência foram incorporados, portanto, à apuração, produção, distribuição e consumo do conteúdo jornalístico. Para Jorge Pedro Souza²² a mudança na notícia não acontece sem transformações no processo de quem faz a notícia (os jornalistas), no que é feito (conteúdo das notícias e no conhecimento) e em quem consome tudo (os leitores). Assim, o ciclo de mudança da convergência afeta diretamente a notícia.

Como hoje é possível participar da mesma esfera online, a qual os mais variados atores podem produzir e trocar informações em múltiplos sentidos, o jornalismo acaba entrelaçado com os personagens, atores e espectadores da notícia, em uma sociedade em rede que horizontaliza os fluxos de informação. Ao mesmo tempo em que a atualidade e o imediatismo dessa convergência assustam, também servem como combustível de retroalimentação da atividade jornalística.

A convergência possibilitou ao jornalismo online, principalmente, uma construção da notícia sem limitações de tempo ou espaço, com capacidade de atualização contínua e recursos altamente exploráveis (incluindo a hipertextualidade, personalização, memória,

21 Henry Jenkins A cultura da convergência. Editora Aleph, 2015.

22 Jorge Pedro Souza, A teoria do agendamento e as responsabilidades do jornalista ambiental: uma perspectiva ibérica, 2007.

etc.). Isso aconteceu porque integrou ferramentas, espaços de trabalhos e linguagens antes separados.

O discurso jornalístico, também impactado pela convergência, teve consequência, segundo Barbosa²³ a alternância na ordem do roteiro da informação, ou seja, foi preciso mudar a relação ao planejamento da narrativa (porque o jornalismo multiplataforma é diferente). Os nexos de um texto, com o processo da convergência, acabam conectados a outros lexos internos, possibilitando ao leitor uma multilinearidade e multisequencialidade estabelecidas por essa nova forma de fazer comunicação. Há também, conforme explica Jenkins, uma propagabilidade das notícias (também denominadas de notícias virais).

Com a fragmentação do público e as várias plataformas de mídia, acabamos por ter várias ajudas no processo de construção de um novo jornalismo. Há uma mudança na forma de construir títulos das matérias, por exemplo, com ferramentas que dão aos jornalistas as palavras mais buscadas no Google durante a semana. Sem contar a possibilidade de pautas, textos e até mesmo investigações estarem dentro das redes sociais.

É neste sentido de novas telas e mais possibilidades da construção da informação que a reportagem do caso é continuada e anunciada sua sequência para dispositivos digitais. Em um anexo ao conteúdo apresentado e na busca por mais informações sobre o acontecimento, o telespectador é convidado a entrar no que denominamos segunda tela, localizada na palma da sua mão: o celular, tablet ou qualquer computador com acesso à internet.

O apresentador, ao final da reportagem diz o link de acesso para assistir a entrevista completa de Cabrini com Manvailer, e é sobre essa continuidade da narrativa que seguiremos o artigo. Como consequência clara dessas novas perspectivas temos o engajamento público a fim de conquistar a participação e o engajamento dos receptores como uma decisão editorial.

A reportagem está no canal do youtube da emissora, e é intitulada “Roberto Cabrini ficou frente a frente com Luis Felipe Manvailer, acusado de matar a mulher, Tatiane Spitzner. A advogada caiu da sacada. Suicídio ou assassinato? Aperte o play e veja detalhes exclusivos da entrevista”²⁴. São mais de 760 mil visualizações, mais de 5 mil comentários e 22 mil curtidas até janeiro de 2020, demonstrando real engajamento com a publicação.

23 Suzana Barbosa. *Jornalismo Digital em base de Dados*. 2013

24 Entrevista disponível em https://www.youtube.com/watch?v=sDpBvtHReM8&feature=emb_rel_pause

Mesmo com a troca de plataforma e a possibilidade de complementar o conteúdo apresentado no jornalismo de televisão, novamente há um silenciamento por parte da emissora perante ao caso de feminicídio.

O vídeo no Youtube tem 21'41" de duração e começa com aspectos característicos do telejornalismo para plataformas móveis. Em conversa com o público, o repórter informa o Lead da entrevista e coloca novamente em dúvida o que aconteceu na noite de 22 de julho de 2018. De um lado, a defesa de Luís Felipe, que sustenta o suicídio. De outro, a acusação falando que o réu matou Tatiane antes de jogá-la do quarto andar. Nota-se novamente que o repórter não fala em feminicídio, silenciando (por mais uma vez) o fato e a acusação.

A entrevista é realizada no presídio onde Manvailer está preso desde quando foi encontrado após fugir. Como é uma exclusiva e trata-se apenas de uma entrevista com o réu, não há presença de outras vozes que não a de Luís Felipe Manvailer e de Roberto Cabrini. Algumas questões são mais aprofundadas durante a exclusiva. Uma delas é busca para compreender os motivos pelos quais Luís se declara inocente.

Como apoio há apenas imagens do acusado dentro do presídio, ao falar sobre a sua "injusta" prisão há mais de dois anos. Ao final, também abre um sorriso ao repórter para dizer que está feliz com o resultado da entrevista, com o que falou, mas que ficará ainda mais com a imparcialidade do juri e as evidências, que estão ao seu favor.

Não há um encerramento do conteúdo postado nas redes sociais, nem mais informações que levem ao caminho reverso da reportagem. Ou seja, a RIC apresenta o caminho do youtube como o final da construção narrativa do conteúdo. Neste ponto há um pecado crucial para as plataformas digitais: a possibilidade de ampliar e e direcionar caminhos com a construção de redes. O encerramento da notícia tem como palavra final a do réu, sem sequer dar possibilidade de voz para quem representa a vítima, que já foi silenciada no estrangulamento e na sua morte.

A entrevista exclusiva com Manvailer é um complemento para a informação da narrativa muito mais para o lado da defesa do réu, que tem sua voz exposta a mais pessoas e que, ao mesmo tempo, conseguem colocar novamente a voz da vítima em dúvida. O título da reportagem questionando se foi um assassinato ou suicídio é por muitas vezes escancarada para o lado de Manvailer ao dar muito mais tempo, voz e informações que questionam a versão da família e da defesa de Tatiane.

CONCLUSÕES

A credibilidade do discurso jornalístico conquista diariamente sua legitimidade ao relatar os acontecimentos do mundo. Quem está recebendo esse conteúdo, dotado de suas subjetividades, consegue ter uma proximidade maior a outros discursos, em um processo que Não é sempre que temos a possibilidade de uma construção narrativa crítica e que possibilite a quem está recebendo o conteúdo a moderação dos fatos a fim de observar que as afirmações postas na notícia não são verdades absolutas. A essa leitura crítica – que pode não ter sido observada por todos que assistiram às narrativas da RIC – é que construímos esse paper, porque a exposição do fato é fundamental para a construção da opinião.

Acreditamos que o feminicídio não é/foi simplesmente um problema legal, que precisava de um nome próprio ou de uma lei (ou várias) para ser notícia. Defendemos que ele recebeu designação própria, tornou-se lei e também recebeu valor-notícia pelo mesmo motivo: porque passou a ser reconhecido como uma problemática de fundo, simultaneamente, social e cultural. Se não falamos em feminicídios, mesmo antes do julgamento de Manvailer, estamos silenciando milhares de vítimas que morrem diariamente nas mãos de seus companheiros, em um ciclo de violência que também está na mídia.

Quando perguntamos no início deste paper se havia diferenças na construção da notícia, a hipótese era de que a complementação da informação, ainda sendo aprimorada pelos veículos de comunicação no Brasil, tivesse mais amplas possibilidades, principalmente por discutir um tema tão relevante para as mulheres. No entanto, o ciclo de violência, as questões de gênero e a própria nomenclatura de que se tratava de uma acusação de feminicídio foram escondidas e não trabalhadas pela equipe de reportagem da RIC.

Não pode ser uma premissa nem uma verdade absoluta, mas o que se percebe é que tratar casos de violência contra a mulher e de feminicídios percorre mais barreiras do que se pode imaginar. Ao mesmo tempo, nota-se que os espaços ocupados em outros meios contestam essas estruturas de poder e de patriarcado construídas ao longo do tempo. Ao digitar Tatiane Spitzner no site de buscas Google, por exemplo, encontramos diferentes sites que tratam o caso como feminicídio, incluindo os portais conceituados do G1, IstoÉ e UOL.

Toda ferida que se abre, tem que ser fechada. Ao silenciar o feminicídio nas telas, abrimos novas feridas enraizadas em uma sociedade ainda patriarcal e que mata, todos os dias, mulheres. Só iremos construir uma sociedade mais equitativa e com perspectiva de gênero, a partir do momento em que todos os cenários e espaços sejam ocupados por

mulheres. Ao mesmo tempo, teremos mais equidade de gênero como um todo (mas especialmente na comunicação) quando compreendermos a necessidade de combater discursos estruturais e apresentando noções e informações sobre a violência de gênero.

REFERÊNCIAS

ARONOVICH, L. *Mídia e Mulher*. In O Direito Achado na Rua. Introdução Crítica ao Direito das Mulheres. JUNIOR, J. G. S.; APOSTOLOVA, B. S.; FONSECA, L. G. D., (Orgs.). Vol. 5, 125-128, 2012

BARBOSA, Suzana. *Jornalismo digital em base de dados: Um paradigma para produtos jornalísticos dinâmicos*. Salvador, Bahia, tese de doutorado, 2007.

CERVI, Emerson. *Opinião pública e política no Brasil: O que o brasileiro pensa sobre política e porque isso interessa à democracia*. Rio de Janeiro, 2006.

LIPPMANN, Walter. *Opinião Pública*. 2ª Edição, ed. Vozes. Petrópolis, 2010

ONU Mulheres Brasil. *Diretrizes Nacionais para Investigar, Processar e Julgar com perspectiva de Gênero as Mortes Violentas de Mulheres – Femicídios*. Brasília: ONU Mulheres, 2016.

PARANÁ, Estado do. *Lei 19873/2019*. Disponível em http://portal.alep.pr.gov.br/modules/mod_legislativo_arquivo/mod_legislativo_arquivo.php?leiCod=82036&tipo=I (último acesso em janeiro de 2021).

PEREIRA, Ariane; CALEFFI, Renata. *(In)Visibilidade? A pauta feminicídio no programa telejornalístico fantástico*. Anais. 18. Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo. 2020.

RADFORD, Jill; Russell, Diana E. H. *Femicide: The Politics of Woman Killing*. Great Britain: Open University Press: 1992

SOUZA, Jorge Pedro. *A teoria do agendamento e as responsabilidades do jornalista ambiental: uma perspectiva ibérica*, Universidade Fernando Pessoa, 2007.

“MILITAR NÃO TEM SEXO”: BREVES CONSIDERAÇÕES DE GÊNERO NAS FORÇAS ARMADAS BRASILEIRAS

Bárbara Mendonça Bertotti¹

Letícia Lopes Santos²

INTRODUÇÃO

“Militar não tem sexo” é um jargão comum no ambiente da caserna. Ele passou a ser utilizado quando as mulheres começaram a ingressar nas Forças, geralmente para indicar que as mulheres podem fazer tudo que os homens fazem. Assim, quando as mulheres são excluídas de alguma atividade, usualmente se comenta que se “militar não tem sexo”, elas deveriam também estar presentes. Essa expressão de uso comum carrega um tom de ironia. É como se se afirmasse repetidamente que, já que as mulheres ingressaram nas Forças, elas agora teriam que mostrar que conseguem desempenhar as mesmas atividades que os homens. É contraditório, mas o termo, no fundo, demonstra uma preocupação com uma igualdade formal³ na medida em que as mulheres devem ser formalmente iguais aos homens, sendo desconsideradas as peculiaridades fisiológicas entre os sexos.

Ocorre que, formalmente, as mulheres são restritas ou impedidas de integrarem atividades e inclusive de ingressarem nas Forças em alguns setores. Por exemplo, as mulheres não podem realizar o alistamento militar obrigatório. Na Academia da Força

-
- 1 Doutoranda e mestra em Direito pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Especialista em Direito Público pela Escola da Magistratura Federal do Paraná e em Direito Administrativo pelo Instituto de Direito Romeu Felipe Bacellar. Bacharela em Direito pela UFPR. Vice-presidenta do Instituto Política por.de.para Mulheres. E-mail: barbarabmmab@gmail.com
 - 2 Aluna da pós-graduação em História Contemporânea e Relações Internacionais pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Bacharela em Direito pela UFPR. E-mail: lelopessantos@gmail.com
 - 3 Enquanto a igualdade formal preocupa-se com uma isonomia no ponto de partida, a igualdade material cuida de assegurá-la no ponto de chegada.

Aérea, uma escola de formação de oficiais, elas não podem prestar o concurso para o quadro de infantaria.

Além disso, para as que ingressam são inúmeras as dificuldades, como, por exemplo, a incompatibilização da gravidez com o processo seletivo de ingresso e dentro das escolas de formação⁴. Diante desse cenário e da necessidade de investigação da temática, tendo em vista sua pouca exploração, o objetivo do presente artigo é, em um primeiro momento, apresentar um histórico de admissão de mulheres nas Forças Armadas brasileiras, bem como um panorama atual. Após, serão trazidos alguns desafios das pessoas transgêneras. A metodologia utilizada é a lógico-dedutiva.

BREVE HISTÓRICO E PANORAMA DE INGRESSO DE MULHERES NAS FORÇAS ARMADAS BRASILEIRAS

A luta pela igualdade no Brasil é incessante. O hino nacional brasileiro já refletia este anseio ao expressar que com força e coragem, o Brasil havia conquistado sua independência de Portugal, tornando-as assim nações hierarquicamente iguais.⁵ Após esta vitória, a luta pela igualdade persistiu. E ainda persiste. Internamente, dentre as lutas travadas está a de igualdade de gênero. Historicamente a desigualdade imperou em distintos campos. O voto feminino, por exemplo, só foi permitido em 1932.⁶ Em 1941 foi editado um Decreto⁷ que vedava às mulheres a prática de esportes incompatíveis com as condições de sua natureza. Até 1962, as mulheres casadas só podiam trabalhar fora de casa e receber herança

-
- 4 Sobre o tema é relevante destacar que em novembro de 2018 o Supremo Tribunal Federal (STF) reconheceu o direito de candidatas gestantes à remarcação de testes de aptidão física em concursos públicos, independentemente de haver previsão no edital, sendo aprovada a seguinte tese de repercussão geral: “é constitucional a remarcação do teste de aptidão física de candidata que esteja grávida à época de sua realização, independentemente da previsão expressa em edital do concurso público”. STF. Notícias STF. STF reconhece direito de candidata gestante à remarcação de teste de aptidão física. Disponível em: <http://www.stf.jus.br/portal/cms/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=396322>. Acesso em: 09 jan. 2021.
 - 5 Trecho do hino nacional brasileiro: “[...] Se o penhor dessa igualdade conseguimos conquistar com braço forte[...]”.
 - 6 O direito ao voto feminino foi permitido com o decreto nº 21.076, de 24 de fevereiro de 1932 (Código Eleitoral).
 - 7 BRASIL. Decreto-Lei nº 3.199/1941. Estabelece as bases de organização dos desportos em todo o país. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-3199-14-abril-1941-413238-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 09 jan. 2021.

A primeira força a admitir mulheres foi a Marinha, no ano de 1980.¹⁰ Dois anos depois, em 1982, elas ingressaram na Força Aérea por meio do Corpo Feminino da Reserva da Aeronáutica.¹¹ Somente em 1992¹² ingressaram as primeiras mulheres no Exército, em que pese estarem autorizadas legalmente desde 1889.¹³ A admissão, contudo, era para atuação em áreas subsidiárias das Forças, e não para suas atividades fins.

- ## Gênero & Interseccionalidades

na Marinha, pioneira na admissão de mulheres, e uma mulher Brigadeiro na Força Aérea Brasileira. Segue uma tabela para, didaticamente, se vislumbrar em quais níveis hierárquicos há a presença de mulheres.

Artigo 61 do Estatuto dos Militares: “a fim de manter a renovação, o equilíbrio e a regularidade de acesso nos diferentes Corpos, Quadros, Armas ou Serviços, haverá anual e obrigatoriamente um número fixado de vagas à promoção, nas proporções abaixo indicadas: I - Almirantes-de-Esquadra, Generais-de-Exército e Tenentes-Brigadeiros - 1/4 (um quarto) dos respectivos Corpos ou Quadros; II - Vice-Almirantes, Generais-de-Divisão e Majores-Brigadeiros - 1/4 (um quarto) dos respectivos Corpos ou Quadros; III - Contra-Almirantes, Generais-de-Brigada e Brigadeiros - 1/4 (um quarto) dos respectivos Corpos ou Quadros”. BRASIL. *Lei nº 6880/1980*. Dispõe sobre o Estatuto dos Militares. IV - Capitães-de-Mar-e-Guerra e Coronéis - no mínimo 1/8 (um oitavo) dos respectivos Corpos, Quadros, Armas ou Serviços; V - Capitães-de-Fragata e Tenentes-Coronéis - no mínimo 1/15 (um quinze avos) dos respectivos Corpos, Quadros, Armas ou Serviços; VI - Capitães-de-Corveta e Majores - no mínimo 1/20 (um vinte avos) dos respectivos Corpos, Quadros, Armas ou Serviços; e VII - Oficiais dos 3 (três) últimos postos dos Quadros de que trata a alínea b do inciso I do art. 98, 1/4 para o último posto, no mínimo 1/10 para o penúltimo posto, e no mínimo 1/15 para o antepenúltimo posto, dos respectivos Quadros, exceto quando o último e o penúltimo postos forem Capitão-Tenente ou capitão e 1º Tenente, caso em que as proporções serão no mínimo 1/10 e 1/20, respectivamente.

Interessante salientar que para os postos de oficiais-generais, há um número de vagas fixado anualmente. Isso implica dizer que o ingresso nas Forças Armadas como oficial-subalterno não garante que chegará a oficial-general. Por exemplo, no caso da Força Aérea, a cada ano apenas 1/4 dos coronéis que cumpram os requisitos para promoção será promovido à Brigadeiro, de modo que os que não forem promovidos à Brigadeiro naquele ano, podem (ou não) serem promovidos nos anos seguintes. Caso não sejam, finalizarão sua carreira como Coronel. Dentre os Brigadeiros promovidos, anualmente somente 1/4 será promovido à Major-Brigadeiro. Da mesma forma acontece para promoção à Tenente-Brigadeiro. Com os oficiais superiores acontece situação similar para promoção de Major (no mínimo 1/20), Tenente-Coronel (no mínimo 1/15) e coronel (no mínimo 1/8).

Tabela 1: Presença das mulheres por grau hierárquico nas Forças Armadas do Brasil

	Grau hierárquico (do mais alto para o mais baixo)		
	Marinha do Brasil	Exército Brasileiro	Força Aérea Brasileira
Oficiais-Generais	Almirante	Marechal	Marechal-do-Ar ²²
	Almirante de esquadra	General de Exército	Tenente-Brigadeiro
	Vice-Almirante	General de Divisão	Major-Brigadeiro
	Contra-Almirante	General de Brigada	Brigadeiro
Oficiais-Superiores	Capitão de Mar e Guerra	Coronel	Coronel
	Capitão de Fragata	Tenente-Coronel	Tenente-Coronel
	Capitão de Corveta	Major	Major
Oficiais-Intermediários	Capitão-Tenente	Capitão	Capitão
Oficiais-Subalternos	Primeiro Tenente	Primeiro Tenente	Primeiro Tenente
	Segundo Tenente	Segundo Tenente	Segundo Tenente
	Guarda- Marinha	Aspirante	Aspirante
Praças ou Graduados	Suboficial	Subtenente	Suboficial
	Primeiro-Sargento	Primeiro-Sargento	Primeiro-Sargento
	Segundo-Sargento	Segundo-Sargento	Segundo-Sargento
	Terceiro-Sargento	Terceiro-Sargento	Terceiro-Sargento
	Cabo	Cabo	Cabo
	Marinheiro/Soldado	Soldado	Soldado
Legenda – (Amarelo) Não há mulheres Azul) Há mulheres			

Fonte: autoras, 2020.

22 Artigo 16, §2º, Estatuto dos militares: “Os postos de Almirante, Marechal e Marechal-do-Ar somente serão providos em tempo de guerra”. BRASIL. Lei nº 6880/1980. Dispõe sobre o Estatuto dos Militares. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L6880.htm. Acesso em: 09 jan. 2021.

Tabela 2.1: Histórico da admissão das mulheres nas principais escolas militares brasileira – Marinha

Marinha do Brasil		
Serviço militar obrigatório	As mulheres são isentas do serviço militar obrigatório	
Escolas preparatórias	Colégio Naval	
Admite mulheres? ²³	Não	
Escolas de formação graduados /praças	CIAA ²⁴	EAM ²⁵
Admite mulheres?	Depende do curso	Não ²⁶
Escolas de formação de Oficiais	CIAW ²⁷	EN ²⁸
Admite mulheres?	Sim	desde 2014

Fonte: autoras, 2020.

- 23 O último concurso realizado mantém a restrição ao ingresso de mulheres no Colégio Naval, em que pese decisão da Justiça Federal da 1ª Região garantir, em tutela de urgência, a inscrição de mulheres no certame. DISTRITO FEDERAL. Justiça Federal da 1ª Região. Ação Civil Pública nº 1027811-68.2019.4.01.3400, da 9ª Vara. Autor: Ministério Público Federal. Réu: União Federal, Comando da Marinha. Juiz: Renato Coelho Borelli. Brasília - DF, 19 de agosto de 2020. Disponível em: <http://www.mpf.mp.br/df/sala-de-imprensa/docs/decisao-colegio-naval>. Acesso em: 13 dez. 2020.
- 24 O Centro de Instrução Almirante Alexandrino tem o propósito de capacitar Praças dos diversos Corpos e Quadros para o exercício, na paz e na guerra, das funções previstas nas Organizações Militares da Marinha. BRASIL. Marinha do BRASIL. Disponível em: <https://www.marinha.mil.br/ciaa/missao>. Acesso em: 09 jan. 2021.
- 25 As Escolas de Aprendizes-Marinheiros são a porta de entrada para aqueles que pretendem ser praças da Marinha do BRASIL. Enquanto estiver no curso, o aluno é considerado Grumete e após a sua formatura torna-se Marinheiro. BRASIL. Marinha do BRASIL. Disponível em: https://www.marinha.mil.br/ensino/escola-aprendizes/eam_princ. Acesso em: 09 jan. 2021.
- 26 No site oficial da Marinha consta que “como parte do contínuo processo de atualização e aprimoramento da administração do seu pessoal (...) a partir de 2022, as mulheres também ingressarão nas Escolas de Aprendizes-Marinheiros, como integrantes no Corpo de Praças da Armada (CPA), permitindo o embarque concomitante de Oficiais e Praças nas fileiras operativas”. BRASIL. Marinha do BRASIL. Disponível em: <https://www.marinha.mil.br/mulher-na-marinha>. Acesso em: 13 dez. 2020.
- 27 O Centro de Instrução Almirante Wandenkolk tem o propósito de capacitar os Oficiais dos diversos Corpos e Quadros para o exercício, na paz e na guerra, das funções previstas nas Organizações Militares da Marinha. BRASIL. Marinha do BRASIL. Disponível em: <https://www.marinha.mil.br/ciaw/missao>. Acesso em: 09 jan. 2021.
- 28 A Escola Naval é a mais antiga instituição de ensino de nível superior do BRASIL. Foi criada em 1782, em Lisboa, Portugal, por carta régia da rainha D. Maria I sob a denominação de academia real de guardas-marinha. Com a vinda da família real para o Brasil, a academia desembarcou no rio de janeiro em 1808, trazida a bordo da nau “Conde d. Henrique”. Instalada primeiramente no mosteiro de São Bento, lá permaneceu até 1832, e a partir daí sofreu inúmeras mudanças de instalações, tendo funcionado inclusive a bordo de navios. Finalmente, em 1938, a Escola Naval veio fixar-se na ilha de Villegagnon. BRASIL. Marinha do BRASIL. Disponível em: <https://www.marinha.mil.br/en/historia>. Acesso em: 09 jan. 2021.

Tabela 2.2: Histórico da admissão das mulheres nas principais escolas militares brasileira – Exército

Exército Brasileiro				
1. Serviço militar obrigatório	As mulheres são isentas do serviço militar obrigatório			
2. Escolas preparatórias ²⁹	EsPCEX			
3. Admite mulheres? ³⁰	Sim, desde 2017			
4. Escolas de formação graduados /praças	EsSLog ³¹	ESA ³²		
5. Admite mulheres?	Sim, desde 2018	Sim ³³		
6. Escolas de formação de Oficiais	IME ³⁴	EsFCEX ³⁵	EsSEX ³⁶	AMAN ³⁷
7. Admite mulheres?	desde 1996	Sim	desde 1996	desde 2017

Fonte: autoras, 2020.

Com relação ao ingresso das mulheres nas escolas de formação de oficiais de carreira, são relativamente recentes, nas três Forças.

Tabela 2.3: Histórico da admissão das mulheres nas principais escolas militares brasileira – Aeronáutica

Força Aérea Brasileira	
1. Serviço militar obrigatório	As mulheres são isentas do serviço militar obrigatório

- 29 A Escola Preparatória para Cadetes do Exército dá início à formação do oficial combatente do Exército Brasileiro, preparando o futuro cadete da Academia Militar das Agulhas Negras. BRASIL. Exército brasileiro. Disponível em: <http://www.espcex.eb.mil.br/index.php/a-escola-hoje>. Acesso em: 09 jan. 2021.
- 30 No primeiro edital, foram reservadas para mulheres apenas 40 vagas, das 440 disponíveis.
- 31 Escola de Sargentos de Logística é o Estabelecimento de Ensino do Exército Brasileiro responsável pela formação e o aperfeiçoamento dos sargentos de Material Bélico (Manutenção de Viatura Auto, Manutenção de Armamento e Mecânico Operador), Intendência, Topografia, Manutenção de Comunicações, Saúde e Música. Além do curso de especialização em Mestre de Música e aperfeiçoamento dos sargentos da qualificação militar aviação. BRASIL. Exército brasileiro. Disponível em: http://www.eb.mil.br/web/ingresso/escolas-militares-rm/-/asset_publisher/Hu01BuhccNZ8/content/escola-de-sargentos-de-logistica-esslog-?inheritRedirect=false. Acesso em: 09 jan. 2021.
- 32 A Escola de Sargentos das Armas é o Estabelecimento de Ensino de Nível Superior (Tecnólogo) do Exército Brasileiro, responsável pela formação de Sargentos Combatentes de Carreira das Armas de: Infantaria, Cavalaria, Artilharia, Engenharia e Comunicações. BRASIL. Exército brasileiro. Disponível em: <http://www.eb.mil.br/web/ingresso/essa>. Acesso em: 09 jan. 2021.
- 33 Até 2015 as mulheres podiam concorrer somente às vagas nas áreas de saúde e música. A partir de 2016 elas também puderam entrar na disputa nas áreas de combatente/logística-técnica/aviação.
- 34 O Instituto Militar de Engenharia é um estabelecimento de ensino do Departamento de Ciência e Tecnologia (DCT) responsável, no âmbito do Exército Brasileiro, pelo ensino superior de Engenharia e pela pesquisa básica. BRASIL. Exército brasileiro. Disponível em: <http://www.ime.eb.mil.br/pt/ime.html>. Acesso em: 09 jan. 2020.
- 35 A Escola de Formação Complementar do Exército destina-se à formação dos oficiais do Quadro Complementar, em diversas áreas de interesse do Exército (Administração, Ciências Contábeis, Comunicação Social, Direito, Economia, Enfermagem, Estatística, Informática, Magistério, Psicologia, Pedagogia e Veterinária). BRASIL. Exército brasileiro. Disponível em: <http://www.esfcex.eb.mil.br/index.php/o-curso-cfo>. Acesso em: 09 jan. 2021.
- 36 A Escola de Saúde do Exército é um estabelecimento de ensino de formação de grau superior, da linha de Ensino Militar de Saúde que forma oficiais do quadro de médicos, farmacêuticos e dentistas do serviço de saúde para o serviço ativo do Exército. BRASIL. Exército brasileiro. Disponível em: <http://www.essex.eb.mil.br/missao-essex>. Acesso em: 09 jan. 2021.
- 37 Academia Militar das Agulhas Negras é a instituição de ensino superior responsável pela formação dos oficiais combatentes de carreira do Exército Brasileiro. BRASIL. Exército brasileiro. Disponível em: <http://www.aman.eb.mil.br/institucional>. Acesso em: 09 jan. 2021.

2. Escolas preparatórias	EPCAR ³⁸		
3. Admite mulheres?	Sim, desde 2017 ³⁹		
4. Escolas de formação graduados /praças	EEAR ⁴⁰		
5. Admite mulheres?	Sim, desde 2002		
6. Escolas de formação de Oficiais	ITA ⁴¹	CIAAR ⁴²	AFA ⁴³
7. Admite mulheres?	Sim, desde 1995	Sim	Sim, desde 1995

Fonte: autoras, 2020.

Tabela 3: Histórico de ingresso de mulheres nas três principais escolas de formação de oficiais

Marinha do Brasil			
Escola de Formação	Escola Naval		
Ano de ingresso	2014	2019	
Quadro de Ingresso	Corpo de Intendentes	Corpo da Armada e Fuzileiros Navais	
Exército Brasileiro			
Escola de Formação	Academia Militar das Agulhas Negras		
Ano de ingresso	2018		
Quadro de Ingresso	Oficiais das armas (material bélico ou intendentes) ⁴⁴		
Força Aérea Brasileira			
Escola de Formação	Academia da Força Aérea		
Ano de ingresso	1996	2003	Proibido
Quadro de Ingresso	Oficiais Intendentes	Oficiais Aviadores	Oficiais de Infantaria

Fonte: autoras, 2020.

- 38 A Escola Preparatória de Cadetes do Ar é uma instituição militar de ensino médio, com a missão de preparar os Alunos para ingresso no Curso de Oficiais Aviadores. BRASIL. Força Aérea Brasileira. Disponível em: <http://www2.fab.mil.br/epcar/index.php/missao-visao-e-valores>. Acesso em: 09 jan. 2021.
- 39 Em 2016, a Aeronáutica abriu sua primeira seleção pública para formação de cadetes mulheres após 67 anos. Apesar do avanço tardio, a seleção reservou apenas 11% do total de vagas para candidatas (foram reservadas para mulheres apenas 20 vagas das 180 disponíveis) e, segundo o edital, caso todas as vagas oferecidas para mulheres não fossem preenchidas, elas seriam completadas pelos candidatos homens.
- 40 A Escola de Especialistas de Aeronáutica tem por finalidade a formação e o aperfeiçoamento de Graduados da Aeronáutica. BRASIL. Força Aérea Brasileira. Disponível em: <http://www2.fab.mil.br/eear/index.php/2015-06-02-14-05-56>. Acesso em: 09 jan. 2021.
- 41 O Instituto Tecnológico de Aeronáutica é uma instituição universitária pública ligada ao Comando da Aeronáutica especializado nas áreas de ciência e tecnologia no Setor Aeroespacial. BRASIL. ITA. Disponível em: <http://www.ita.br/info>. Acesso em: 09 jan. 2021.
- 42 O Centro de Instrução e Adaptação da Aeronáutica capacita militares para o desempenho da função como Oficial subalterno e intermediário na FAB. BRASIL. Força Aérea Brasileira. Disponível em: <http://www2.fab.mil.br/ciaar/index.php/sobre-o-ciaar/missao-visao-e-valores>. Acesso em: 09 jan. 2021.
- 43 A Academia da Força Aérea tem como missão formar Oficiais de Carreira da Aeronáutica dos Quadros de Oficiais Aviadores (CFOAV), Intendentes (CFOINT) e de Infantaria da Aeronáutica (CFOINF). BRASIL. Força Aérea Brasileira. Disponível em: <http://www2.fab.mil.br/afa/index.php/sobre-a-afa/missao-visao-e-valores>. Acesso em: 09 jan. 2021.
- 44 Em 2018, 34 mulheres concluintes da Escola Preparatória foram as primeiras cadetes da AMAN, as quais foram admitidas no concurso para a EsPCEx em 2016. Já o primeiro edital para o ingresso de mulheres direto na AMAN foi aberto em 2018. Das 445 vagas oferecidas, apenas 45 foram destinadas a elas. BRASIL. Ministério da Defesa. Edital nº 02/SCONC, de 08 de maio de 2018. Disponível em: http://www.espcex.eb.mil.br/downloads/Edital_PS_2018.pdf. Acesso em: 09 jan. 2021.

Outro ambiente em que as mulheres militares estão ausentes é no Superior Tribunal Militar. Dos quinze ministros que compõem o STM atualmente, a civil Dra. Maria Elizabeth Guimarães Teixeira Rocha é a única mulher, tendo sido indicada em 2007 pelo então presidente Luiz Inácio Lula da Silva, em vaga destinada a membro da advocacia. Não poderia ser diferente, visto que a Constituição Federal de 1988 determina que os dez militares que integram o STM sejam oficiais-generais que ocupem o posto mais elevado da carreira. Treze anos após a indicação da primeira mulher a ministra do STM, ainda não há nenhuma mulher militar que cumpra os requisitos constitucionais para o cargo.⁴⁵

OS DESAFIOS DAS PESSOAS TRANSGÊNERAS NAS FORÇAS ARMADAS BRASILEIRAS

A cada dia, pessoas LGBTQIA+⁴⁶ conquistam e ocupam mais espaços, públicos e privados. Apesar de notáveis os avanços na legislação e até mesmo na prática, a luta ainda está longe do fim. Na caserna, ambiente notadamente conservador, os desafios se apresentam ainda maiores. Aqui, pretende-se realizar uma breve análise da situação jurídica e da realidade das pessoas transgêneras nas Forças Armadas brasileiras.

Nunca é demais lembrar que o direito à igualdade e a vedação à discriminação de qualquer tipo estão previstos na Constituição Federal de 1988⁴⁷ e, por isso, devem ser observados em toda e qualquer norma do ordenamento jurídico brasileiro, bem como nas práticas, especialmente da Administração Pública. Neste sentido, o Decreto nº 8.727, de 28 de abril de 2016, veio para garantir o uso do nome social e o reconhecimento da identidade de gênero de pessoas travestis e transexuais no âmbito da administração pública federal

45 Em 2020 o STM publicou o documento “Conhecendo a Proteção Jurídica à Mulher Militar”, uma publicação que objetiva disseminar os conhecimentos ligados à proteção jurídica das mulheres integrantes das Forças Armadas, já que com o advento da Lei n. 13.491/2017, a Justiça Militar da União passou a ter competência para processar e julgar, além dos crimes tipificados no Código Penal Militar, aqueles previstos no Código Penal e na legislação extravagante. AQUINO, Mariana; ASSAD, Camila Barbosa. Queiroz. Conhecendo a proteção jurídica à mulher militar. Brasília, DF: Superior Tribunal Militar, Diretoria de Documentação e Gestão do Conhecimento, 2020.

46 LGBTQIA+: pessoas lésbicas, gays, bissexuais, trans e travestis, queers, intersexuais, assexuais e todas as demais existências de gêneros e sexualidades.

47 Artigo 5º: Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes: I - homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações, nos termos desta Constituição. BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do BRASIL. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

direta, autárquica e fundacional, bem como para reforçar a vedação à utilização de expressões pejorativas e discriminatórias para referir-se a pessoas travestis ou transexuais.⁴⁸

Em 2018, o Supremo Tribunal Federal, na Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 4275, ajuizada pela Procuradoria-Geral da República a fim de que fosse dada interpretação conforme a Constituição Federal ao artigo 58 da Lei 6.015/1973, entendeu ser possível a alteração de nome e gênero no registro civil sem a necessidade de realização de procedimento cirúrgico de transgenitalização ou de tratamentos hormonais ou patologizantes. Para efetuar tal modificação, não é necessária decisão judicial, bastando averbação no registro original em cartório.⁴⁹ No Recurso Extraordinário nº 670422, julgado meses depois, o STF reiterou seu entendimento quanto ao direito subjetivo à alteração do nome e da classificação de gênero no assento de nascimento, independentemente de cirurgia de procedimento cirúrgico de redesignação.⁵⁰

Na esteira destas decisões, o Ministério da Defesa tem entendido que homens transgêneros de até 45 anos, com registro civil alterado, devem se alistar independentemente da realização de cirurgias. O prazo para alistamento é de até 30 dias da mudança do registro civil, em uma aplicação analógica da norma vigente para os brasileiros naturalizados ou por opção. A partir dos 46 anos de idade, não há obrigatoriedade de alistamento, entretanto é necessário emitir o Certificado de Dispensa da Incorporação. Já a mulher trans que altere seus documentos antes de completar 18 anos passa a ser isenta de alistamento militar. Aquelas que realizem a modificação do registro civil após esta idade, e já tenham se alistado, devem procurar a Junta Militar para dar baixa no documento de alistamento.⁵¹

-
- 48 Artigo 2º: Os órgãos e as entidades da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, em seus atos e procedimentos, deverão adotar o nome social da pessoa travesti ou transexual, de acordo com seu requerimento e com o disposto neste Decreto. Parágrafo único. É vedado o uso de expressões pejorativas e discriminatórias para referir-se a pessoas travestis ou transexuais. Decreto nº 8.727, de 28 de abril de 2016. Dispõe sobre o uso do nome social e o reconhecimento da identidade de gênero de pessoas travestis e transexuais no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional. Diário Oficial da República Federativa do BRASIL. Brasília, DF, 28 abr. 2016.
- 49 SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 4.275 / DF - Distrito Federal. Relator: Ministro Marco Aurélio. Data de julgamento: 01/03/2018. Data de Publicação no DJe: 07/03/2019. Disponível em: <https://jurisprudencia.stf.jus.br/pages/search/sjur399205/false>. Acesso em: 13 dez. 20.
- 50 SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. Recurso Extraordinário nº 670.422 / RS - Rio Grande do Sul. Relator: Ministro Dias Toffoli. Data de julgamento: 15/08/2018. Data de Publicação no DJe: 10/03/2020. Disponível em: <https://jurisprudencia.stf.jus.br/pages/search/sjur420306/false>. Acesso em: 13 dez. 20.
- 51 REDAÇÃO LADO A. Pessoas trans devem regularizar os documentos no serviço militar; confira as regras. Lado A. 08 mar. 2019. Disponível em: <https://revistaladoa.com.br/2019/03/noticias/pessoas-trans-devem-regularizar-os-documentos-no-servico-militar-confira-as-regras/>. Acesso em: 13 dez. 20.

O que acontece na prática, contudo, é que homens trans encontram dificuldades para prestar o serviço militar quando assim o desejam. Ao se apresentarem para o alistamento, ainda que demonstrem a vontade de efetivamente servir às Forças Armadas, acabam por apenas receber cartas de dispensa.⁵² Pode-se argumentar que as Forças não têm condições de incorporar todos os voluntários, inclusive entre os homens cisgêneros, ou que, a depender da idade do homem trans, não seja mais possível sua incorporação. Seja qual for o motivo, nota-se que a previsão legal não é o suficiente para efetivação do direito daqueles que desejem se alistar.

No que se refere às mulheres trans, alguns casos são simbólicos de como as instituições ainda não estão totalmente alinhadas às regras de inclusão e de não discriminação. Em 2015, uma adolescente trans compareceu ao quartel de sua cidade para regularizar sua situação militar. No local, além de receber seu certificado de dispensa, foi fotografada sem autorização por militares que posteriormente divulgaram suas imagens, bem como a certidão contendo seus dados pessoais, em redes sociais. A partir de então, a mulher passou a ser vítima de “piadas” e ameaças. Diante disto, o Tribunal Regional Federal da 3ª Região decidiu em 2018 pela manutenção de sentença de pagamento de indenização, pela União, por danos morais causados à vítima. A decisão, além de apontar a inviolabilidade da imagem da pessoa humana assegurada na Constituição Federal de 1988 e a possibilidade de reparação por dano moral ainda que não haja ofensa à reputação do indivíduo, destaca que a situação causou flagrante ofensa às regras do Estatuto Militar e aos direitos da adolescente previstos no Estatuto da Criança e do Adolescente.⁵³

Caso emblemático é o da cabo da Aeronáutica Maria Luiza da Silva, a primeira pessoa transexual das Forças Armadas brasileiras, que foi considerada incapaz para o serviço militar após passar pela cirurgia de redesignação de sexo, mesmo já contando com 22 anos de carreira à época, ano 2000. O parecer emitido por junta médica da FAB a declara “incapaz definitivamente para o serviço militar” ao mesmo tempo em que afirma que a cabo “não está impossibilitado (sic) total e permanentemente para qualquer trabalho”. A partir disto, Maria

52 REPÓRTER BRASIL. Estudante transexual é reprovado no alistamento militar. TV BRASIL. 26 mar. 2018. Disponível em: <https://tv-brasil.ebc.com.br/node/128162>. Acesso em: 13 dez. 20.

53 SÃO PAULO. Tribunal Regional Federal da 3ª Região. APELAÇÃO CÍVEL Nº 0049184-73.2015.4.03.6144/SP, da 6ª Turma. Relator: Desembargador Federal Johnson Di Salvo. São Paulo, 05 de julho de 2018. Disponível em: <http://web.trf3.jus.br/acordaos/Acordao/BuscarDocumentoGedpro/6931481>. Acesso em: 09 dez. 20.

Luiza foi aposentada compulsoriamente, passando a receber aposentadoria proporcional ao tempo de serviço.

A militar então acionou a Justiça solicitando ser reintegrada ao serviço e, somente em 2016, o Tribunal Regional Federal da 1ª Região entendeu que “a orientação sexual não pode ser considerada incapacidade definitiva” e decidiu pela anulação do ato que ordenou a reforma de Maria Luiza. A esta altura, entretanto, ela já não poderia retornar ao serviço, visto ter alcançado a idade limite para o posto de cabo. Passou então a solicitar o recebimento de aposentadoria integral, com direito às promoções que poderia ter, caso não tivesse sido reformada compulsoriamente, pleitos que lhe foram concedidos em decisão do Superior Tribunal de Justiça de 2020.⁵⁴ Em caso recente é possível vislumbrar certo avanço no tratamento dado às pessoas trans dentro das Forças Armadas. Em julho de 2020, veio a público a história de Renata Gracin, Major da ativa do Exército, que foi vítima de ofensas por parte de militares em redes sociais, após revelar ser mulher trans. Aqui, o imbróglio estaria no fato de que ainda não há oficiais femininos na infantaria, já que a Academia Militar das Agulhas Negras só admite mulheres desde 2018, com formatura prevista para 2021, e somente para Oficiais das armas, nas áreas de material bélico ou intendência. Apesar disto, Renata obteve apoio psiquiátrico e psicológico dentro do Exército, foi incorporada ao segmento feminino e segue trabalhando em funções administrativas.⁵⁵ Outras mulheres trans, como Bianca Figueira, Capitão de Corveta da Marinha, e Bruna Benevides, Sargento da Marinha, lutaram e ainda lutam pelo direito de permanecer trabalhando no segmento feminino de suas corporações.⁵⁶

CONSIDERAÇÕES FINAIS

-
- 54 ALVES, Pedro. Após 20 anos, 1ª transexual da FAB ganha na Justiça direito de se aposentar como subtenente. G1 DF. 03 jun. 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/df/distrito-federal/noticia/2020/06/03/apos-20-anos-1a-transexual-da-fab-ganha-na-justica-direito-de-se-aposentar-como-subtenente.ghtml>. Acesso em: 13 dez. 2020.
- 55 SACONI, João Paulo; MENEZES, Maiá. Major trans atacada nas redes afirma que continuará servindo o Exército. EXTRA. 02 ago. 2020. Disponível em: <https://extra.globo.com/noticias/brasil/major-trans-atacada-nas-redes-afirma-que-continuara-servindo-exercito-24563133.html>. Acesso em: 15 dez. 20.
- 56 NICOLAV, Vanessa. A luta das mulheres trans nas Forças Armadas Brasileiras. RÁDIO BRASIL DE FATO. 24 ago. 2020. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2020/08/24/a-luta-das-mulheres-trans-nas-forcas-armadas-brasileiras>. Acesso em: 11 jan. 2021.

A evolução das mulheres nas Forças Armadas tem conquistado consideráveis avanços, tanto no aspecto qualitativo (a admissão das mulheres tem se estendido para vários quadros), quanto no quantitativo (os números de mulheres nas Forças têm aumentado. Até abril de 2017, as mulheres representavam 7,6% do efetivo total de militares brasileiros – 28 mil em um universo de 368 mil⁵⁷), observando-se uma valorização do papel da mulher nas Forças Armadas, ainda que restrita a certas armas e especialidades.

As vagas destinadas às mulheres, em muitas das escolas militares, é consideravelmente inferior às destinadas aos homens. Nas três principais escolas de oficiais optou-se inicialmente por uma quota feminina de 10%, que seria somada ao total de vagas. O argumento utilizado foi o de que para viabilizar a entrada de mulheres, seria importante que a princípio elas não disputassem as vagas dos homens. A Escola Naval é a única que ainda mantém a quota (no concurso de 2020: 10 (dez), exclusivas para o sexo masculino e 12 (doze) específicas para candidatas do sexo feminino). Isso significa que, apesar da possibilidade de acesso aos cargos, não há igualdade de acesso, visto que há diferenciação do número de vagas e a concorrência se dá apenas entre pessoas do mesmo sexo (mulheres e homens concorrem entre si).

O acesso das mulheres aos graus hierárquicos mais elevados se dará naturalmente com o decurso do tempo, já que o Estatuto dos militares prevê que “o acesso na hierarquia militar, fundamentado principalmente no valor moral e profissional, é seletivo, gradual e sucessivo e será feito mediante promoções [...]”.⁵⁸ É provável que, ao ocuparem espaços decisórios, as vozes femininas ecoem e repercutam em várias esferas, ampliando direitos e adaptando normas existentes.

Em razão da vedação das mulheres no Serviço Militar Obrigatório, a ausência de mulheres como cabos e soldados é marcante. O fato de se ter avanços não significa que se chegou ao patamar desejado. Há muito ainda que se trilhar. Pode-se citar a situação da gestação, que era entendida ser incompatível com vida militar. Alguns editais de ingresso já

57 LAMBERT, Nádia. Mulheres representam somente 7,6% das Forças Armadas no BRASIL. Disponível em: <https://www.em.com.br/app/noticia/politica/2017/04/10/interna_politica,861034/mulheres-representam-somente-7-6-das-forcas-armadas-no-BRASIL.shtml>. Acesso em: 09 jan. 2021.

58 Artigo 59 do Estatuto dos Militares. BRASIL. Lei nº 6880/1980. Dispõe sobre o Estatuto dos Militares. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L6880.htm. Acesso em: 09 jan. 2021.

preveem a possibilidade de gravidez para as candidatas, sem a exclusão do certame,⁵⁹ bem como já há entendimentos que gravidez no curso de formação não é motivo de desligamento.⁶⁰ A falta de previsão legal para mulheres em alguns postos, como soldado, cabo e oficiais, também traz imbróglis jurídicos para pessoas que passem pelo processo de redesignação de sexo após ingresso nas Forças Armadas.

Apesar de notável evolução na legislação, desafios ainda são impostos para a efetivação dos direitos das pessoas trans. Em vários casos, o reconhecimento destes direitos acontece somente após judicialização e não de forma natural. Contudo, já é possível perceber certo avanço na tratativa do tema pelas instituições, com a incorporação de pessoas trans no segmento adequado a sua identidade de gênero. Por fim, observa-se que a produção intelectual não acompanhou esse avanço na mesma proporção, de modo que há pouquíssima produção científica sobre a temática.

59 G1. Justiça manda Marinha alterar edital que veta casados, pais e grávidas. Disponível em: <<http://g1.globo.com/distrito-federal/noticia/2015/05/justica-manda-marinha-alterar-edital-que-veta-casados-pais-e-gravidas.html>>. Acesso em: 09 jan. 2021.

60 MIGALHAS. Gestante poderá permanecer em curso da Aeronáutica. Disponível em: <http://www.migalhas.com.br/Quentes/17,MI275020,101048-Gestante+podera+permanecer+em+curso+da+Aeronautica>. Acesso em: 09 jan. 2021.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Vítor Hugo de Araújo. *Mulheres nas Forças Armadas brasileiras: situação atual e perspectivas futuras*. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/a-camara/documentos-e-pesquisa/estudos-e-notas-tecnicas/areas-da-conle/tema21/2015_291_estudo-sobre-mulheres-nas-forcas-armadas-vitor-hugo>. Acesso em: 09 jan. 2021.

ALVES, Pedro. *Após 20 anos, 1ª transexual da FAB ganha na Justiça direito de se aposentar como subtenente*. G1 DF. 03 jun. 2020. Disponível em: <<https://g1.globo.com/df/distrito-federal/noticia/2020/06/03/apos-20-anos-1a-transexual-da-fab-ganha-na-justica-direito-de-se-aposentar-como-subtenente.ghtml>>. Acesso em: 13 dez. 2020.

AQUINO, Mariana; ASSAD, Camila Barbosa. Queiroz. *Conhecendo a proteção jurídica à mulher militar*. Brasília, DF: Superior Tribunal Militar, Diretoria de Documentação e Gestão do Conhecimento, 2020.

BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL. *Decreto nº 8.727, de 28 de abril de 2016*. Dispõe sobre o uso do nome social e o reconhecimento da identidade de gênero de pessoas travestis e transexuais no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional. Diário Oficial da República Federativa do Brasil. Brasília, DF, 28 abr. 2016.

BRASIL. *Decreto-Lei nº 3.199/1941*. Estabelece as bases de organização dos desportos em todo o país. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-3199-14-abril-1941-413238-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 09 jan. 2021.

BRASIL. *Exército brasileiro*. Disponível em: <<http://www.aman.eb.mil.br/institucional>>. Acesso em: 09 jan. 2021.

BRASIL. *Exército brasileiro*. Disponível em: <http://www.eb.mil.br/web/ingresso/escolas-militares-rm/-/asset_publisher/Hu01BuhccNZ8/content/escola-de-sargentos-de-logistica-esslog-?inheritRedirect=false>. Acesso em: 09 jan. 2021.

BRASIL. *Exército brasileiro*. Disponível em: <<http://www.eb.mil.br/web/ingresso/essa>>. Acesso em: 09 jan. 2021.

BRASIL. *Exército brasileiro*. Disponível em: <<http://www.esfcex.eb.mil.br/index.php/o-curso-cfo>>. Acesso em: 09 jan. 2021.

BRASIL. *Exército brasileiro*. Disponível em: <<http://www.espcex.eb.mil.br/index.php/a-escola-hoje>>. Acesso em: 09 jan. 2021.

BRASIL. *Exército brasileiro*. Disponível em: <<http://www.essex.eb.mil.br/missao-essex>>. Acesso em: 09 jan. 2021.

BRASIL. *Exército brasileiro*. Disponível em: <<http://www.ime.eb.mil.br/pt/ime.html>>. Acesso em: 09 jan. 2021.

BRASIL. *Força Aérea Brasileira*. Disponível em: <<http://www2.fab.mil.br/ear/index.php/2015-06-02-14-05-56>>. Acesso em: 09 jan. 2021.

REDAÇÃO LADO A. Pessoas trans devem regularizar os documentos no serviço militar; confira as regras. *Lado A*. 08 mar. 2019. Disponível em: <<https://revistaladoa.com.br/2019/03/noticias/pessoas-trans-devem-regularizar-os-documentos-no-servico-militar-confira-as-regras/>>. Acesso em: 13 dez. 20.

REPÓRTER BRASIL. *Estudante transexual é reprovado no alistamento militar*. TV Brasil. 26 mar. 2018. Disponível em: <<https://tvbrasil.ebc.com.br/node/128162>>. Acesso em: 13 dez. 20.

SACONI, João Paulo; MENEZES, Maiá. *Major trans atacada nas redes afirma que continuará servindo o Exército*. EXTRA. 02 ago. 2020. Disponível em: <<https://extra.globo.com/noticias/brasil/major-trans-atacada-nas-redes-afirma-que-continuara-servindo-exercito-24563133.html>>. Acesso em: 15 dez. 20.

SÃO PAULO. Tribunal Regional Federal da 3ª Região. *APELAÇÃO CÍVEL Nº 0049184-73.2015.4.03.6144/SP, da 6ª Turma*. Relator: Desembargador Federal Johonsom Di Salvo. São Paulo, 05 de julho de 2018. Disponível em: <<http://web.trf3.jus.br/acordaos/Acordao/BuscarDocumentoGedpro/6931481>>. Acesso em: 09 dez. 20.

SPERB, Paula. *Enfermeiras brasileiras marcaram protagonismo feminino na 2ª Guerra Mundial*. FOLHA DE S. PAULO. 08 mar. 2020. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2020/03/enfermeiras-brasileiras-marcaram-protagonismo-feminino-na-2a-guerra-mundial.shtml>>. Acesso em: 15 dez. 2020.

STF. Notícias STF. *STF reconhece direito de candidata gestante à remarcação de teste de aptidão física*. Disponível em: <<http://www.stf.jus.br/portal/cms/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=396322>>. Acesso em: 09 jan. 2021.

ZUCATTO, Giovana Esther. *Participação feminina nas Forças Armadas: a Marinha do Brasil*. Disponível em: <<http://www.congressoalacip2017.org/arquivo/downloadpublic2?q=YToyOntzOjY6InBhcmFtcyI7czozNToiYToxOntzOjEwOiJJRF9BUlFVSzZPIjtzOjQ6IjI5NTIiO30iO3M6MT0iaCI7czozMjoiNTc4Zjc0NzUwM2NIN2IxYWwRiNDkxMmExMWE4ZWU2MTgiO30%3D>>. Acesso em: 09 jan. 2021.

PARTE IV
COMUNICADOS



EIXO I
CIÊNCIA E TECNOLOGIA



OS DESAFIOS DE GÊNERO NA CIÊNCIA: A VIDA DA PESQUISADORA NO BRASIL

Julia Stefanello Pires ¹

Letícia Gregianin ²

Mariana Lira de Freitas ³

Segundo o estudo “Gender in the Global Research Landscape: Analysis of research performance through a gender lens across 20 years”, analisou-se a pesquisa sob a ótica de gênero. No Brasil entre 1996 e 2000 as mulheres representavam 38% dos pesquisadores, sendo que entre 2011 e 2015 já ocupavam 49% do setor. Dos países analisados, apenas Portugal apresenta igual taxa de pesquisadoras, sendo que os demais países registram uma menor proporção de mulheres na pesquisa. Apesar de ocuparem um espaço cada vez maior na academia, as mulheres ainda enfrentam obstáculos causados pela desigualdade de gênero, que as impedem, ou dificultam, uma ascensão na carreira de pesquisa. Contudo, as políticas pensadas para a promoção da pesquisa no Brasil, ignoram as questões de gênero. Ou seja, permite-se que as mulheres ocupem tais espaços, desde que se encaixem nos padrões determinados pelos moldes masculinos. Historicamente colocada na posição de esposa-companheira, a mulher teve seu papel social traçado como responsável pela manutenção do lar, do bem-estar do marido e dos filhos, e embora a emancipação feminina em muito tenha ajudado nessas questões, esse arquétipo continua bastante solidificado no imaginário social. Dessa forma, a mulher inserida no mercado de trabalho e no ambiente de pesquisa, além de assumir papéis dentro desses espaços, também carrega a invisível carga de responsabilização pela preservação da esfera privada. O objetivo do artigo é apresentar as dificuldades e a (ausência) de políticas específicas que considerem as questões de gênero na vida acadêmica, o que acaba refletindo na inclusão de mulheres na ciência, ou na dificuldade destas em seguir e manter uma carreira na área. Para isso, a metodologia utilizada foi a revisão bibliográfica de literatura acerca do tema, bem como pesquisas empíricas que analisam o desempenho das mulheres pesquisadoras no Brasil. Como o gênero, a ciência também é um instrumento social e histórico, e por isso, mesmo atualmente integrando mulheres em seu corpo, não traz espaço suficiente para que seu paradigma androcêntrico predominante seja eliminado, embora as tentativas de escondê-lo sejam constantes. Em síntese, entende-se que não basta somente integrar a mulher à ciência: a ciência precisa comportar a mulher e existir de acordo com suas especificidades.

-
- 1 Aluna em doutoramento em Direito Socioambiental pela PUC/PR. Mestra em Direitos Humanos e Fronteiras pela UFGD (2019). Advogada. Professora. Membro da Cátedra Sérgio Vieira de Melo (UFGD). Integrante da Global Business And Human Rights Scholars Association. E-mail: juliastefanello27@gmail.com.
 - 2 Aluna do curso de Direito na Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD). E-mail: leticiasgregianin@gmail.com.
 - 3 Aluna do curso de Direito na Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUC/PR). Graduanda em Letras pela Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR). E-mail: mariana.lirafreitas@gmail.com.

Segundo Bell Hooks, a produção acadêmica de mulheres reflete diretamente no avanço do pensamento feminista “quando exigiu respeito pelo trabalho acadêmico de mulheres, reconhecimento desse trabalho do passado e do presente e o fim dos preconceitos de gênero em currículos e na pedagogia”. Portanto, valorizar a voz e o conhecimento produzido pela mulher é essencial para que ela ocupe seu lugar de direito na sociedade. Em pesquisa recente a *Parents in Science*, instituição que se dedica a discutir os efeitos da maternidade e paternidade na ciência, fez um levantamento com discentes de pós-graduação, pós-doutorado, docentes e pesquisadores acerca da produção acadêmica durante a pandemia de COVID-19. Segundo levantamento, mulheres negras e mulheres brancas com filhos foram os grupos mais atingidos em termos de produtividade acadêmica, enquanto homens, principalmente sem filhos, tiveram a produtividade menos afetada. Como uma iniciativa de inclusão as pautas de gênero na pesquisa, a Lei n. 13.536, sancionada apenas em dezembro de 2017, permite a prorrogação de prazos a pós-graduandas bolsistas e veda a suspensão das bolsas durante o período, o qual pode-se equiparar à uma licença maternidade. Porém, das cinco principais universidades públicas do Brasil, a partir do Ranking Universitário Folha, que analisa a pesquisa, ensino, mercado, internacionalização e inovação de cada universidade, apenas no Regimento Geral da Pós-Graduação da Universidade de São Paulo (USP) há disposição expressa acerca da licença maternidade a todas as estudantes dos programas vinculados à universidade. Além da obrigatoriedade, os exemplos de boas práticas são poucos, primeiramente por serem quase inexistentes, e também pelo fato de que muitos editais saem do ar após o período de vigência, ficando difícil registrar as ações afirmativas adotadas. Neste ponto, se destacam algumas universidades públicas como Universidade do Pampa (UNIPAMPA), Universidade de Pelotas (UFPel), Federal do Rio Grande (FURG), Instituto Federal do Rio Grande do Sul (IFRS), passaram a contabilizar o período de licença maternidade na análise de currículo das pesquisadoras para distribuição de bolsas. Fica claro que, apesar de uma maior ocupação das mulheres na área acadêmica, as políticas de fomento à ciência não levam em consideração as particularidades das questões de gênero, o que acaba por dificultar, ou afastar, a participação e ascensão das mulheres na ciência. O espaço acadêmico, onde se produz e se consome conhecimento, ciência e educação, é um local de extrema relevância e sua ocupação por minorias é urgente, as particularidades e necessidades destes grupos possam ser analisadas, criando-se uma revolução no conhecimento, a partir de seus membros outrora marginalizados.

PALAVRAS-CHAVE: Pesquisa; Mulheres na ciência; Desigualdade de gênero; CAPES; Pós-Graduação.

REFERÊNCIAS Bibliográficas

ELSEVIER. *Gender in the Global Research Landscape: Analysis of research performance through a gender lens across 20 years, 12 geographies, and 27 subject áreas*. 2017. Disponível em: http://www.iff.fiocruz.br/pdf/elsevier_genderreport_final_for_web.pdf. Acesso em 30 de julho de 2020.

FOLHA DE S. PAULO. RUF - Ranking de Universidades 2019. Disponível em <https://ruf.folha.uol.com.br/2019/ranking-de-universidades/principal/>. Acesso em 15 de julho de 2020.

HOOKS, Bell. 1952. *O feminismo é para todo mundo*: políticas arrebatadoras. Tradução: Bhuvi Lianio - 10a ed. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2020.

MARTINS, C. B. A CAPES e a formação do sistema nacional de pós-graduação. In: *CAPES 50 anos*. Rio de Janeiro: FGV, 2003.

SCIENCE IN PARENTS. *Produtividade acadêmica durante a pandemia*: efeitos de gênero, raça e parentalidade. 2020. Disponível em https://327b604e-5cf4-492b-910b-e35e2bc67511.filesusr.com/ugd/0b341b_81cd8390d0f94bfd8fcd17ee6f29bc0e.pdf?index=true. Acesso em 17 de julho de 2020.

HETEROAUTOBIOGRAFIAS E ECOFEMINISMOS: NARRATIVAS DE VIDA E O ENSINO DE QUÍMICA

Bruna Adriane Fary ¹

Angela Marta Pereira das Dores Savioli ²

Houve um tempo, durante o processo de doutoramento, que saía de casa com o olhar arguto para com a produção de saberes que envolvessem técnicas, práticas e políticas para o Ensino de Química. Nessas caminhadas, fui me aventurar na capoeira, com um grupo formado por mulheres, em um espaço comunitário, chamado “casa da vila”, que abrigava diversas ideias e ações. Entre uma ginga e outra, encontrei muitos desses saberes que procurava. Os que chamaram minha atenção, eram realizados, divididos, multiplicados e compartilhados *por.de.para* mulheres. Elas cambiavam e comercializavam, em formato de feiras, seus diversos conhecimentos e produtos: alimentos orgânicos, cosméticos naturais, florais, artesanatos, aromaterápicos. Foi neste espaço coletivo que encontrei potência para pensar em questões ambientais voltadas para abordagens no Ensino de Química, como nos usos de plásticos e agrotóxicos, substâncias que desequilibram o corpo e a natureza. Como professora e pesquisadora, busquei ir em direção às histórias de vida autobiográficas dessas mulheres. Assim, neste trabalho tenho como objetivo traçar considerações dos desdobramentos de como realizei uma heteroautobiografia, por meio da narrativa de vida de duas mulheres. Para conhecer como elas percebiam suas técnicas, práticas e políticas em nossa contemporaneidade, realizei entrevistas semiestruturadas, levando em consideração aspectos da ciência, ecológicos e de gênero. Ancorada pelo conceito de heteroautobiografia, que consiste em “uma escrita de si que se dá através da reinscrição das vidas de outras mulheres” (RAGO, p.17, 2013), um questionário foi elaborado para guiar as entrevistas com: a) a mulher da cosmetologia natural; e b) a da agroecologia. As perguntas realizadas foram elaboradas de modo que as repostas pudessem ser exemplos e relatos de suas vidas. Ao total foram 17 perguntas, alocadas em dois eixos: i) as bruxas de Gaia; e ii) química menor – regionalidades de uma ciência ambulante. Os relatos de vida mostraram um outro modo de lidar com o corpo, a natureza, a economia e os saberes científicos/químicos, que pode ser atrelado ao ecofeminismo, uma vez que a reflexão feminista e o pensamento ecológico são indispensáveis para pensar nos desafios do século XXI (PULEO, 2011). As narrativas também remeteram à imagem das mulheres bruxas da Idade Média, donas de seus saberes, parteiras, curandeiras, tintureiras, químicas que cultivavam a arte do cuidado com seus corpos, com a natureza da qual fazem parte e o domínio do feminino, dividindo e multiplicando seus conhecimentos. Outra característica, que relaciona a caça às bruxas, tem relação com a depredação do

1 Aluna do curso de Doutorado do Programa de Ensino de Ciências e Educação Matemática da Universidade Estadual de Londrina. Licenciada em Química pela Universidade Tecnológica Federal do Paraná, campus Apucarana. Professora na Educação Básica. E-mail: fary.bruna@gmail.com

2 Doutora em Matemática pela Universidade de São Paulo. Bacharel em Matemática pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho. Professora associada da Universidade Estadual de Londrina. E-mail: angelamartasavioli@gmail.com

químicas que cultivavam a arte do cuidado com seus corpos, com a natureza da qual fazem parte e o domínio do feminino, dividindo e multiplicando seus conhecimentos. Outra característica, que relaciona a caça às bruxas, tem relação com a depredação do meio ambiente, exploração capitalista da natureza e das mulheres (FEDERICI, 2017). Ou seja, há nessas narrativas um outro modo de produzir ciência, outra epistemologia para compreensão do fazer ciência e outra ontologia presente nesses modos de vida. Além disso, elas criam linhas de fuga, fraturas em relação ao capitalismo, ao controle científico e biológico. Talvez, então, essas mulheres façam muito mais do que ciência, façam magia (STENGERS, 2017; STARHAWK, 2018). E a minha responsabilidade, enquanto mulher, professora e pesquisadora, é narrar esses saberes e modos de vida para as interlocutoras e interlocutores do e no Ensino de Química, uma vez que a Educação é um dos pilares que constitui a sociedade.

PALAVRAS-CHAVE: ensino de ciências; educação ambiental; mulheres bruxas.

REFERÊNCIAS

FEDERICI, Silvia. *Calibã e a bruxa. Mulheres, corpo e acumulação primitiva*. Trad. de Coletivo Sycorax, São Paulo: Elefante, 2017.

PULEO, Alicia. *Ecofeminismo para otro mundo posible*. Madrid: Cátedra, Colección Feminismos, 2011.

RAGO, Margareth. *A aventura de contar-se: Feminismos, escrita de si e invenções da subjetividade*. Campinas, SP: Unicamp, 2013.

STARHAWK. Magia, visão e ação. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*. Brasil, n. 69, p. 52-56, abr, 2018.

STENGERS, Isabelle. *Reativar o animismo*. Trad. Jamille Pinheiro. Chão de Feira: Belo Horizonte, 2017.

VOZES FEMINISTAS NA CIÊNCIA: UMA DISCUSSÃO SOBRE A PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO CIENTÍFICO A PARTIR DA CRÍTICA FEMINISTA

Rubia Renata Ambrosio¹

Cíntia de Souza Batista Tortato²

Durante séculos, as mulheres estiveram ausentes e desprezadas das comunidades científicas, tanto da produção acadêmica e institucional, como da impraticabilidade de desaproveitar e tecer críticas sobre a elaboração e difusão dos conteúdos e atividades científicas. Na contemporaneidade, ainda se constitui a disputa pela presença das mulheres nos estudos acadêmicos e científicos, atravessando uma complexidade na superação das estruturas hierarquizantes e inflexíveis, sobretudo, da insuficiência de compreender a realidade das mulheres, muitas vezes na condição materna e em famílias chefiadas pelas mesmas. Outro pressuposto marcante sobre a exclusão da mulher no mundo científico é a respeito da baixa admissão do grupo em algumas áreas do conhecimento. Os principais campos disciplinares atingidos pela predominância masculina, concentra-se nas ciências naturais e nas exatas. Essa evidência aumenta na medida em que se efetiva uma análise interseccional, em que as mulheres negras são ainda menos vistas e representadas nessas áreas. Por isso, tal ausência requer o dever de repensarmos às questões, especialmente no plano científico e institucional, no que se refere ao baixo percentual acadêmico e profissional das mulheres, que caminha para manter-se na vida das futuras gerações de meninas e mulheres em suas escolhas acadêmicas. Nesse sentido, os pressupostos históricos da construção da ciência, além de tecer a ideia de uma autoridade senão a da razão e da objetividade, projetada e difundida por um sujeito masculino – universal, tornou-se predominante em diversos campos do conhecimento, como a psicologia, a biologia, a filosofia, as ciências sociais e as engenharias, de modo que sua influência legitimou a presença predominante masculina nesses campos disciplinares e, ao mesmo tempo, conteúdos e teorias relacionadas aos interesses do grupo, o que corroborou com um claro projeto científico alinhado aos códigos masculino, que além

-
- 1 Aluna do Mestrado em Ciência, Tecnologia e Sociedade no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná – IFPR Campus Paranaguá. Licenciada em Ciências Sociais e Filosofia. Professora na Rede Pública Estadual do Paraná. ambrosio.rub@gmail.com.
 - 2 Doutora em Tecnologia e Sociedade pela Universidade Tecnológica do Paraná. Docente nos cursos de graduação em Licenciatura em Física e em Ciências Sociais e no curso de Mestrado em Ciência, Tecnologia e Sociedade – PPGCTS do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná – IFPR Campus Paranaguá. cintia.tortato@ifpr.edu.br.

de produzir a marginalização da participação das mulheres na produção científica, muitos destes conteúdos científicos justificou e reproduziu algumas concepções androcêntricas sobre as mulheres como: a) a naturalização da subordinação e inferioridade atribuída a capacidade feminina; b) as relações sociais baseadas das diferentes sexuais e a consequente divisão sexual do trabalho e c) o reforço da ciência em teorias alinhadas a uma concepção determinista e naturalista sobre a mulher. Dessa forma, é necessário percebemos que, desde seu surgimento, a ciência esteve inserida numa epistemologia racionalista e mecanicista; movida por um ideal experimental e enraizada numa cultura científica de extrema objetividade, neutralidade e desprezo pelo reconhecimento das particularidades e subjetividades - entendida aqui como o reconhecimento das emoções, do não concreto, das experiências singulares e vinculadas aos processos sociais, históricos e políticos. Por isso, afirmar que há uma neutralidade no fazer científico e na figura do cientista (esta que foi construída como a imagem do homem cis-hétero e branco), significa negar todo o *modus operandi* da construção da ciência, na medida em que a própria ciência produziu e legitimou preconceitos e opressões, como por exemplo as teorias que afirmavam a superioridade de raças, fortalecendo assim, ideias e comportamentos racistas. Da mesma forma, houve estudos que comprovaram uma suposta inferioridade feminina comparando-as aos homens, afirmando sua baixa capacidade intelectual devido a menor extensão craniana feminina. Essas e outras questões serviram de base para que o movimento feminista inaugurasse uma concepção de ciência feminista e de crítica aos parâmetros científicos. A epistemologia do ponto de vista feminista impõe-se a partir dos conflitos em torno da mudança do modelo de conhecimento, questionando alguns conteúdos científicos e também o baixo empreendimento de mulheres em algumas áreas e nas carreiras científicas. Esses desdobramentos do pensamento feminista têm possibilitado a inserção de literaturas e/ou narrativas que nunca estiveram presentes ou que tiveram pouco impacto nos campos disciplinares. A ausência das mulheres, principalmente das mulheres negras dentro das comunidades científicas, trouxe não só prejuízos epistemológicos, como também fatores estimulantes no que tange à própria composição das *desigualdades* que estruturam toda a sociedade.

PALAVRAS-CHAVE: ciência; epistemologia feminista; estudos de gênero e feminista.

REFERÊNCIAS

BANDEIRA, Lourdes M. A contribuição da crítica feminista à ciência. *Revista Estudos Feministas* (UFSC. Online). 2008, vol.16, n.1, pp.207-228. ISSN 0104-026X. <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-026X2008000100020>.

HARDING, Sandra. Objetividade mais forte para ciências exercidas a partir de baixo. *Em Construção: arquivos de epistemologia histórica e estudos de ciência*, n. 5, 2019.

MATOS, Marlise. Teorias de gênero e teorias e gênero? Se e como os estudos de gênero e feministas se transformaram em um campo novo para as ciências. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 16, n. 2, p. 333-357, 2008

MAFFIA, Diana. Crítica feminista à Ciência. In: *Feminismo, Ciência e Tecnologia*. p. 25–38. 2002.

SARDENBERG, Cecilia M.B. Da crítica feminista à Ciência a uma Ciência Feminista? In: COSTA, A.A. e SARDENBERG, C.M.B. (orgs.) *Feminismo, Ciência e Tecnologia*. Salvador, Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisa sobre Mulher e Relações de Gênero (REDOR), Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher (NEIM), Universidade Federal da Bahia, vol.8 Coleção Bahianas, 2002.

INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL COMO AUXÍLIO À VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER

Larissa Tomazoni¹
Paula Yurie Abiko²
Ariê Scherreier Ferneda³

O presente trabalho busca fazer uma análise de como a inteligência artificial (IA) pode auxiliar no combate à violência contra a mulher. Percebe-se em demasiadas situações que o lar não é um lugar seguro para as mulheres, isso porque um estudo realizado pelo Raio-X do Feminicídio em São Paulo revelou que 66% dos feminicídios consumados ou tentados foram praticados na casa da vítima (240 casos de um total de 364 casos registrados entre março de 2016 a março de 2017). Assim, observa-se um cenário de grande risco para as mulheres em razão do isolamento da vítima, maior propensão ao consumo de álcool e drogas, comportamento controlador do agressor em tempo integral e o desemprego. Ademais, pontua-se que, de acordo com o Núcleo de Gênero do MPSP, o número de registro de boletins de ocorrência poderá diminuir consideravelmente durante o isolamento em razão do receio da vítima e dos demais fatores já apontados, realizando uma análise sobre o momento atual de pandemia global do COVID 19. Diversas ações tem sido realizadas para a conscientização e luta contra à violência doméstica, a mais recente lançada pelo Conselho Nacional de Justiça, devido ao aumento exacerbado de casos de violência contra a mulher no período de pandemia global do COVID 19. A campanha consiste em basicamente

-
- 1 Mestra em Direito pelo Uninter na linha de pesquisa Jurisdição e Processo na Contemporaneidade. Especialista em gênero e sexualidade pela Unyleya. Bacharel em Direito pelo Unibrasil Centro Universitário. Advogada inscrita na OAB-PR sob o número 83.635. Professora na pós graduação EAD do Uninter. Pesquisadora do Núcleo de Constitucionalismo e Democracia (UFPR), do Núcleo de Direitos Humanos (UFPR). Foi membro do Núcleo de Estudos Filosóficos do Programa de Pós Graduação em Direito da UFPR (NEFIL) e do grupo de pesquisa Jurisdição Constitucional Comparada: método, modelos e diálogos (UNINTER). Colunista e revisora no site Sala de Aula Criminal Email: larissa.ribeiro.tomazoni@gmail.com.
 - 2 Aluna da Pós-Graduação em Direito Penal e Processual Penal pela Academia Brasileira de Direito Constitucional. Aluna da Pós-Graduação em Direito Digital (CERS). Graduada em Direito pela FAE Business School. E-mail: paula_abiko@hotmail.com. Membro do Neurolaw, Grupo de pesquisas de Direito Penal e Neurociências, Membro do GEA, Grupo de estudos avançados, teoria de delito IBCCRIM, Membro do International Center For Criminal Studies, Colunista do Sala de Aula Criminal e Canal Ciências Criminais.
 - 3 Aluna do curso de Direito da Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Membro do Grupo de Estudos em Análise Econômica do Direito. Coordenadora Adjunta do Grupo de Estudos Trabalhistas. Fundadora do NÔMA – Norma e Arte. Pesquisadora de Iniciação Científica 2019-2020. E-mail: ariefernedaxx@gmail.com.

desenhar um “ X ” na mão com batom, e apresentar na farmácia mais próxima, os farmacêuticos estão orientados a prestar auxílio quando deparar-se com esses pedidos. Ainda conforme os dados do Conselho Nacional de Justiça, o aumento no Acre de violência doméstica foi de 300%, no estado de São Paulo, os dados do Ministério Público revelaram um aumento de 51% nos casos e mais de 30% nos pedidos de medidas protetivas de urgência. O CNJ lançou plataforma atualizada por estado, também com o intuito de mapear os casos de violência contra a mulher, possibilitando a adoção de medidas cabíveis e urgentes. Desse modo, uma alternativa viável capaz de registrar eventos de violência doméstica, sem que, necessariamente, a vítima tenha de acionar a autoridade competente, é o uso de aplicativos que se utilizam da inteligência artificial. Citam-se como exemplo o aplicativo proposto por Fernanda Amorim que visa fiscalizar o cumprimento de medida protetiva de urgência para evitar novas agressões, e o aplicativo *HEAR - Helping Everyone to Actively React*, o qual capta sons do ambiente para identificar palavras ou qualquer ruído que possam ter sido produzidos em um contexto de violência. Identificados sons de possível violência doméstica, o aplicativo notifica a rede de usuários próximos ao local da suposta agressão. A inteligência artificial pode, portanto, auxiliar nos casos de violência doméstica, devendo ser ressaltado que não é a solução, pois a Lei Maria da Penha, embora com grandes avanços legislativos de proteção às mulheres, ainda não inibe o aumento das agressões e, em casos mais graves, dos feminicídios. É fundamental o debate e reflexão sobre o tema, em demasia no momento de pandemia global atual, no qual os índices de violência aumentaram no Brasil e no mundo. Dessa forma, a utilização destes aplicativos, e especificamente do *Hear* e inteligência artificial, pode mostrar-se um auxiliar a proteção e tutela de direitos dessas mulheres.

PALAVRAS-CHAVE: Violência; Mulher; Coronavírus; Quarentena; Distanciamento Social.

REFERÊNCIAS

AMORIM, Fernanda Pacheco. *Nenhuma a menos: a inteligência artificial no combate à violência contra a mulher*. 119f. 2018. Dissertação (Mestrado). Universidade do Vale do Itajaí – UNIVALI. Itajaí, 2018.

MONTENEGRO, Marília. *Lei Maria da Penha. Uma análise criminológico crítica*. Rio de Janeiro, Revan. 2015.

SÃO PAULO. Ministério Público de São Paulo. Nota Técnica. *Raio-X da violência doméstica durante isolamento*. Um retrato de São Paulo. Disponível em: http://www.mpsp.mp.br/portal/pls/portal/!PORTAL.wwpob_page.show?_docname=2659985.PDF. Acesso em: 23 maio 2020.

SÃO PAULO. Ministério Público de São Paulo. Núcleo de Gênero. *Raio-X do feminicídio em São Paulo*. É possível evitar a morte. Disponível em: http://www.mpsp.mp.br/portal/page/portal/Nucleo_de_Genero/Feminicidio/RaioXFeminicidioC.PDF. Acesso em: 23 maio 2020.

MAPA DA VIOLÊNCIA:

https://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2015/MapaViolencia_2015_mulheres.pdf>, acesso em 25 de maio de 2020.

EIXO II
CRIMINOLOGIAS E VIOLÊNCIAS



RECURSO CABÍVEL NO CASO DE (IN)DEFERIMENTO DE PEDIDO DE MEDIDA PROTETIVA DE URGÊNCIA DA LEI Nº 11.340/2006

Maria Paula Miranda Carvalho¹

As medidas protetivas de urgência, previstas pela Lei 11.340/2006, popularmente conhecida como Lei Maria da Penha, desempenham um importante papel na proteção da integridade física, mental, moral, patrimonial e sexual da vítima de violência doméstica e familiar. Tais medidas não se aplicam somente ao agressor, mas também à ofendida, conforme os ditames do artigo 23 da lei e possuem natureza diversificada, ao apresentarem caráter civil, criminal, administrativo e até mesmo trabalhista. Desta forma, as medidas protetivas de urgência previstas na lei em questão formam um amplo e ativo sistema. Sistema esse que além de proteger todos os aspectos da vida da ofendida e de seus dependentes, previne o início e a perpetuação da violência doméstica e familiar, coibindo novos casos de feminicídios, e incentiva a educação de gênero, principalmente em relação ao agressor e a criação de políticas públicas para a educação da sociedade como um todo em desfavor da violência doméstica e familiar. A partir da leitura do artigo 18 da lei, verifica-se que, por meio de decisão judicial, as medidas protetivas de urgência, descritas nos artigos 22 e seguintes, podem ser concedidas ou não. Contudo, apesar de se tratar de uma decisão proferida por juiz, não há previsão legislativa de qual recurso apropriado para combatê-la. Por efeito dessa falta de previsão, é válida a discussão do tema, a fim de expor os caminhos de outras fontes do Direito que não a lei para solucioná-la. A Lei Maria da Penha é extremamente fundamental no cenário brasileiro atual, no qual, segundo relatório publicado em 20 de abril de 2020 pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP), apenas no estado de São Paulo, durante a pandemia de COVID-19, o número de socorros prestados saltou de 6.775 (março de 2019) para 9.817. Vale também ressaltar a pesquisa feita pelo Ministério Público de São Paulo, realizada no estado de São Paulo, que indicou que 66% dos feminicídios, tanto consumados quanto tentados, foram praticadas na casa da própria vítima. Esses dados são relativos apenas a um estado da federação. Portanto, a presente pesquisa demonstra a necessidade em discorrer sobre uma lei de tamanho impacto e diagnosticar as suas possíveis falhas, como o problema descrito, para que as vítimas de violência doméstica e familiar possam receber todo suporte e amparo necessário, sem interferência de lacunas processuais. O objetivo geral desta pesquisa é identificar os posicionamentos apresentados por estudiosos e aplicadores do Direito perante a omissão do legislador sobre qual recurso aplicável, tantos nos casos de deferimento ou indeferimento das medidas protetivas de urgência contidas na

¹ Bacharela em Direito pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUCPR), popmpmc@hotmail.com. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0999265380816978>

Lei 11.340/2006. Diante dos objetivos específicos pretende-se, por meio do método de pesquisa hipotético dedutivo, analisar as hipóteses contidas em obras da doutrina especializada e em julgamentos proferidos pelos tribunais para a solução da problemática detectada. Com a prévia investigação do tema, foi possível observar, ao menos, há sete posicionamentos existentes, sendo estes, três da doutrina especializada, que trazem como possibilidade o agravo de instrumento, o recurso em sentido estrito e a apelação, e quatro, derivados da jurisprudência. Dentre essas quatro opções percebidas nos julgados, uma discorre sobre a apelação e o recurso em sentido estrito, a segunda traz a possibilidade de se utilizar a correção parcial, enquanto as duas últimas trazem sobre a aplicação dos remédios constitucionais, como o mandado de segurança e o *habeas corpus*, que, apesar de diferirem do termo inicial da pesquisa, também serão abordados e avaliados.

PALAVRAS-CHAVE: Lei Maria da Penha; Medida Protetiva de Urgência; Violência Doméstica e Familiar; Recursos; Remédios Constitucionais.

REFERÊNCIAS

AGÊNCIA BRASIL. *SP: violência contra mulher aumenta 44,9% durante pandemia*. São Paulo, 20 abr. 2020. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2020-04/sp-violencia-contra-mulher-aumenta-449-durante-pandemia>. Acesso em: 30 jul. 2020.

BIANCHINI, Alice; BAZZO, Mariana; CHAKIAN, Silvia. *Crimes contra mulheres*. 2ª Ed. Salvador: Editora JusPodivm, 2020.

BRASIL. *Lei nº 11.340/2006*. Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; altera o Código de Processo Penal, o Código Penal e a Lei de Execução Penal; e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111340.htm. Acesso em: 30 jul. 2020.

BRASIL. Ministério Público do Estado de São Paulo. *Nota técnica: RAIO X da violência doméstica durante o isolamento, um retrato de São Paulo*. Disponível em: http://www.mpsp.mp.br/portal/pls/portal/!PORTAL.wwpob_page.show?_docname=2659985.PDF. Acesso em: 30 jul. 2020.

DIAS, Maria Berenice. *A Lei Maria da Pena na justiça*. 6ª ed. Salvador: Editora JusPodivm, 2019.

CONSIDERAÇÕES ACERCA DA NATUREZA DA QUALIFICADORA “FEMINICÍDIO” E SUA (IN)APLICABILIDADE PERANTE A PRESENTE REDAÇÃO LEGAL: UM CENÁRIO DE VIGENTE VIOLÊNCIA DE GÊNERO À MERCÊ DE UMA LEI PENAL MÁ REDIGIDA

Isadora Oleinik Schmidt¹

Roberta Tom Baggio²

Como destacam Luanna Thomaz Souza e Thula Pires (2019), o enfrentamento às violências cometidas contra as mulheres, principalmente no espaço privado, é uma das principais pautas dos movimentos feministas e de mulheres, especialmente a partir das décadas de 1970 e 80. Dentre muitos avanços institucionais, é possível identificar proteções normativas específicas para tratar violências domésticas e familiares como a Lei Maria da Penha (Lei 11.340/2006) e Lei do Feminicídio (Lei 13.104/15), a qual nomeia pela primeira vez no país os assassinatos de mulheres (SOUZA, PIRES, 2019). Apesar dos avanços no campo das políticas públicas para as mulheres, no que diz respeito à dogmática penal, é possível observar que a redação legal que prevê a qualificadora do “feminicídio”, exposta no artigo 121, §2º, inciso VI, e §2º-A, do Código Penal, abre a possibilidade para dúvidas acerca da aplicação do dispositivo legal nos casos concretos. Pode-se perceber que há uma confusão gerada pelo legislador, eis que há uma duplicidade de naturezas nas ditas condições para a configuração do Feminicídio, sendo que a primeira “violência doméstica e familiar” é objetiva, de maneira que se trata de um meio/modo de execução do delito, e a segunda “menosprezo ou discriminação à condição de mulher” é subjetiva, de modo que as razões de gênero e a condição feminina da vítima são o motivo abjeto e discriminatório que leva ao raciocínio do crime; logo, ao verificar os incisos do §2º-A, do art. 121 do referido Códex, nota-se que um é de natureza objetiva e outro é de natureza subjetiva. Portanto, há um problema na aplicação

-
- 1 Acadêmica do 6º período do curso de Direito da FAE Centro Universitário. Integrante do curso de Direito em período integral FAE Law Experience. Membro do Núcleo de Pesquisa em Tribunal do Júri da FAE (NUPEJURI - <http://tribunaldojuri.com.br/>). Membro do Grupo de Pesquisa em Finanças, Economia, Empresas e Direito da FAE (FAE FEED - <http://faefeed.com/>) E-mail: schmidt.isadora@mail.fae.edu.
 - 2 Acadêmica do 6º período do curso de Direito da FAE Centro Universitário. Integrante do curso de Direito em período integral FAE Law Experience. Membro do Núcleo de Estudos em Ciências Criminais da FAE (NECCRIM). Integrante da diretoria do Núcleo de Pesquisa em Tribunal do Júri da FAE (NUPEJURI - <http://tribunaldojuri.com.br/>). E-mail: roberta.baggio@mail.fae.edu.

da qualificadora sob análise, de forma que a *contradictio in terminis* presente na redação gera problemas desde o momento da imputação do tipo penal até a realização da dosimetria da pena, o que é inadmissível em matéria penal. Diante desse cenário, é notória a ausência de pacificidade na aplicação do dispositivo legal em epígrafe, de modo que a tão esperada segurança jurídica pode restar insatisfeita. Assim, o presente estudo visa explorar, em termos de exegese jurídica, a dita “morte da mulher por razões da condição de sexo feminino” e esmiuçar o texto normativo, explorando a(s) natureza(s) da qualificadora (objetiva e subjetiva), os incisos que narram os requisitos para a configuração do feminicídio (verificando se estes são alternativos ou cumulativos), e quais os reflexos de tais abordagens normativas diante dos casos concretos. Nessa toada, partindo-se de uma análise do cenário de violência contra a mulher, atrelada a um estudo dogmático penal acerca do dispositivo legal, o presente artigo visa: (i) analisar o emergente cenário de violência de gênero, trazendo breves considerações históricas e uma perspectiva social acerca da desigualdade e da violência com relação à mulher - ainda vigentes em tempos atuais -, de modo a vislumbrar uma melhor compreensão do bem jurídico em questão; (ii) apresentar uma abordagem constitucional do tema juntamente a uma visão de eficácia da norma penal, no que tange, principalmente, ao fato do direito penal simbólico estar longe de garantir igualdade e de significar efetiva diminuição dos casos de violência doméstica e feminicídio; (iii) trazer à tona uma análise relativa ao surgimento/criação do dispositivo penal do feminicídio, verificando os objetivos e a visão do legislador de necessidade de criação de tal norma penal, explorando a terminologia e evolução legislativa; (iv) examinar a problemática do dispositivo penal do feminicídio - proveniente, essencialmente, de sua má redação legal -, os caminhos e as consequências das suas possíveis formas de imputação, mostrando a consequente ausência de pacificação na jurisprudência; (v) apontar conclusões acerca da natureza dúplice da qualificadora do feminicídio e sua (in)aplicabilidade perante a redação legal atual. Com efeito, a presente pesquisa pretende explorar o tipo penal relativo ao feminicídio, apontando, essencialmente, as falhas legislativas e a consequente problemática da aplicação da referida qualificadora. Nesse sentido, vale destacar que se espera do ordenamento jurídico brasileiro, diante de tantas violações e violências, uma pacificidade jurisprudencial e uma correta atuação jurídica frente a um dispositivo legal - isto é: a mínima segurança jurídica. Afinal, apesar de a tutela do Direito penal não ser a solução a todos os problemas, há uma urgente necessidade: que a norma penal seja, vitalmente, bem redigida e, fatalmente, bem aplicada pelos operadores e operadoras do direito.

PALAVRAS-CHAVE: Feminicídio - natureza da qualificadora - imputação - redação legal - segurança jurídica.

REFERÊNCIAS

BERTOLIN, Patrícia T. M. et al. *Feminicídio – quando a desigualdade de gênero mata: mapeamento da Tipificação na América Latina*. Joaçaba: Editora Unoesc, 2020.

BIANCHINI, Alice. *A Qualificadora do Feminicídio é de Natureza Objetiva ou Subjetiva?* Disponível em:

<http://www.tjse.jus.br/portaldamulher/arquivos/documentos/artigos/feminicidio.pdf>>
Acesso em: 31 jul. 2020.

BRASIL. Decreto-Lei 2.848, de 07 de dezembro de 1940. Código Penal. Diário Oficial da União, Rio de Janeiro, 31 dez. 1940.

BUSATO, Paulo César. *Direito Penal - Vol. 2 - Parte Especial, 3ª edição*. São Paulo: Editora Atlas, Grupo GEN, 01/2017.

SOUZA, Luanna Thomaz; PIRES, Thula. *É possível compatibilizar abolicionismos e feminismos no enfrentamento às violências cometidas contra as mulheres?*; 2019; Disponível em:
<http://srvapp2s.santoangelo.uri.br/seer/index.php/direitosculturais/article/view/3274/1944>>
Acesso em: 31 jul. 2020.

DIÁLOGOS DE PODER E MARGINALIZAÇÃO: MULHERES E A CONSTRUÇÃO DE SUBJETIVIDADES DESVIANTES NO DIREITO

Letícia Cardoso Ferreira¹

Maria Júlia Paschoal Minto²

O presente comunicado científico foi elaborado a partir dos resultados de duas pesquisas realizadas no âmbito do Núcleo de Estudo e Pesquisa em Aprisionamentos e Liberdades (NEPAL), grupo de pesquisa da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da UNESP. Seguimos as pistas das teorias críticas do Direito, alicerçadas na epistemologia feminista, para analisar os discursos do sistema de justiça considerando suas interfaces com a categoria gênero, a criminalização e subjetividades desviantes de mulheres. Para tanto, partimos de objetos de análise distintos, centralizando uma das pesquisas nas produções acadêmicas das Ciências Criminais sobre o tráfico de drogas, enquanto a outra constitui-se em um estudo de caso sobre o *habeas corpus* impetrado em favor de Olga Benário para evitar sua expulsão do Brasil. O método empírico é empregado em ambas, prezando por uma abordagem predominantemente qualitativa, com técnicas de análise documental. Embora tenham partido de materiais, períodos históricos e contextos diferentes, as duas pesquisas se conectam pela abordagem teórica adotada, isto é, as epistemologias feministas, especialmente os estudos de crime e gênero para a leitura do campo. Além disso, ambos os trabalhos questionam os mecanismos de validação eurocêtricos dos saberes jurídicos, as abstrações e racionalidades masculinas do Direito, negando os cientificismos marcados pela neutralidade e universalidade, para adotar uma postura posicionada diante de seus objetos de estudo. As pesquisas também apresentam resultados comuns quanto ao modo como os saberes/poderes jurídicos se articulam, quando dirigidos a mulheres consideradas desviantes. Nesse sentido, foi possível identificar o gênero como forma de significar as relações de poder (SCOTT, 1991, p. 21) entre as mulheres criminalizadas e os operadores do Direito, pois,

-
- 1 Aluna do Mestrado em Direito pela Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP). Bacharel em Direito pela Faculdade de Direito de Ribeirão Preto – USP. Integrante do grupo de pesquisa Núcleo de Estudo e Pesquisa em Aprisionamentos e Liberdades (NEPAL), coordenado pela Prof^{ra}. Dr^a Ana Gabriela Mendes Braga.
 - 2 Aluno da graduação em Direito pela Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP). Membro do grupo de pesquisa Gênero Poder e Resistência, coordenado pela Prof^{ra}. Dr^a Eliana dos Santos Alves Nogueira. Integrante do grupo de pesquisa Núcleo de Estudo e Pesquisa em Aprisionamentos e Liberdades (NEPAL), coordenado pela Prof^{ra}. Dr^a Ana Gabriela Mendes Braga.

quando buscam reconhecimento de seus direitos subjetivos (tais como proteção de suas maternidades), o Direito nega a elas o status de sujeitos de direitos, enquanto, ao mesmo tempo, gerencia o lugar de não ser, moldando seus corpos para que ocupem a posição de sujeitos desviantes. Finalmente, a investigação pautada no gênero permite observar o tratamento dispensado a corpos marculinos e femininos considerados pelo sistema como desviantes. Embora tenhamos identificado a importância de se pensar a categoria gênero no Direito, tal análise não pode se descolar de uma teoria interseccional na qual outros marcadores, como a raça, classe, o delito cometido, a nacionalidade são centrais para a discussão da subjetividade desviante. O confronto entre as pesquisas nesse ponto é interessante, uma vez que demonstra como esses fatores influenciam na construção do discurso jurídico quando se fala em mulheres processadas pelo comércio ilegal de drogas, que normalmente são negras e pobres, marginalizadas, frente a uma mulher branca, comunista, estrangeira e internacionalmente conhecida como Olga Benário. Essa dimensão comparativa reflete-se, por exemplo, nas subjetividades construídas a partir da maternidade, e na possibilidade desse discurso para evocar direitos e as redes de acesso à justiça. Olga Benário era filha de um jurista alemão, tinha conhecimento legal, possibilitando que indicasse, por escrito, um advogado para impetrar *habeas corpus* na sua defesa. Por outro lado, essa é uma realidade dificultada para outras mulheres criminalizadas atualmente, acusadas por delitos contra o patrimônio ou por tráfico, que, em sua maioria não têm acesso à educação, nem ocupam posições sociais privilegiadas e, portanto, não têm condições materiais para questionar as decisões judiciais. Ademais, às mulheres negras, historicamente, foi negado o prestígio social da maternidade. Assim, enquanto, o advogado de Olga, em 1936, mobiliza a maternidade branca tradicional, mononuclear, para convencer a Corte de que a expulsão era incompatível com a proteção da maternidade, os instrumentos jurídicos que permitem às mães criminalizadas brasileiras, em sua maioria negras, de recorrerem, por exemplo, à prisão domiciliar como alternativa da pena privativa de liberdade são recentes. Atualmente, ainda, o estereótipo da criminosa, traficante, é utilizado pela justiça para construir uma subjetividade desviante incompatível com o papel social de mãe. A particularidade dessa subjetividade é a negação da maternidade, ao separar, propositalmente, a mãe de seus filhos, por considerá-la perigosa para a criação deles. No caso de Olga, o exercício da maternidade não foi negado, mas colocado em segundo plano frente à segurança nacional e à ordem pública. De qualquer forma, em ambos os casos nos deparamos com discursos do Direito, sejam eles acadêmicos ou judiciais, que limitam os contextos e experiências dos sujeitos ali estudados/processados. Algumas obras importantes para o Direito Penal, e amplamente utilizadas por estudantes e aplicadores do Direito, reproduzem conceitos como “homem médio” e “sujeito passivo do crime”, dotados de um nível de abstração que desumaniza os corpos. Concepções como essas não levam em consideração os diferentes níveis de exclusão e vulnerabilização, o que permite a reprodução de concepções estereotipadas de quais são os agentes perigosos, passíveis de criminalização e influencia o comportamento daqueles que atuam no sistema de justiça criminal e “selecionam” os corpos criminalizados. A conclusão final a que se chega, portanto, é a da impossibilidade de as Ciências Jurídicas lidarem com o fenômeno da criminalização feminina sem o diálogo com as teorias feministas e a inserção do gênero como categoria de análise. Ao mesmo tempo, fugir de análises abstratas sobre o desvio e a criminalidade, que não definem quem são os sujeitos desviantes e criminalizados, ou que se limite a tratar dessas questões sob perspectivas unilaterais (que considerem apenas a classe, ou mesmo apenas o gênero, sem pensar interseccionalmente, como fazem alguns estudos criminológicos), é o passo inicial para modificar a forma como o Direito Penal e o Processo Penal se constroem

na prática. Também observamos que tanto os estudos acadêmicos no âmbito das Ciências Criminais e a aplicação prática do Direito estão conectados com poderes/saberes e discursos de gênero, que se propõem neutros e abstratos e propositalmente não discutem a experiências das mulheres criminalizadas, mas fazem incidir sobre elas as normas do Direito Penal.

PALAVRAS-CHAVE: subjetividade desviante; teoria crítica do direito; epistemologia feminista; gênero e interseccionalidades.

REFERÊNCIAS

BRAGA, Ana Gabriela Mendes. Entre a soberania da lei e o chão da prisão: a maternidade encarcerada. *Revista de Direito GV*, v. 11, n. 02, p. 523-546, 2015.

COLLINS, Patricia Hill. *Black Feminist Thought*. 2. ed. New York: Routledge, 2000.

GOMES, Camilla de Magalhães. Os sujeitos do performático jurídico: relendo a dignidade da pessoa humana nos marcos de gênero e raça. *Revista Direito e Práxis*, v. 10, n.02, p. 871-905, 2019.

SCOTT, Joan. *Gênero como uma categoria útil de análise*. Recife: SOS Corpo, 1991.

SMART, Carol. *Feminism and the power of law*. London: Routledge, 1989.

LEVANTAMENTO E ANÁLISE DA LEGISLAÇÃO BRASILEIRA SOBRE VIOLÊNCIA OBSTÉTRICA

Ângela Baratto Vicenzi¹

A violência obstétrica no Brasil, identificada como *todo ato praticado por membro da equipe de saúde, do hospital ou por terceiros, em desacordo com as normas regulamentadoras ou que ofenda verbal ou fisicamente as mulheres gestantes, parturientes ou puérperas*, carece de legislação federal especificamente atinente ao tema. Não obstante, diversas unidades federativas contam com suas próprias leis sobre o assunto, das genéricas até as mais robustas. Diante disso, objetivou-se com esta pesquisa o levantamento da legislação existente no território nacional, bem como a análise de seu conteúdo e a identificação de suas possíveis lacunas e falhas do ponto de vista prático. Para tanto, foi realizado, em um primeiro momento, o estudo quantitativo das leis através da consulta às bases de dados das assembleias legislativas e das câmaras de vereadores brasileiras e, quando insuficiente, aos sites que compilam as leis positivadas no ordenamento jurídico. Posteriormente, passou-se ao estudo qualitativo por meio da construção de tabelas comparativas entre os textos normativos encontrados. Até o momento, foram encontradas 37 (trinta e sete) leis, das quais 18 (dezoito) são municipais e 19 (dezenove) são estaduais, classificadas em seis tipos. Desta forma, constatou-se que i) cinco instituem semana ou mês de conscientização; ii) duas tratam especificamente da obrigatoriedade de permitir doulas durante o parto; iii) três dispõem sobre o parto humanizado e/ou sobre o Plano de Parto Individual – PPI; iv) dezoito falam estritamente da violência obstétrica; v) quatro dispõem sobre violência obstétrica, parto humanizado, plano de parto e doulas; e vi) cinco complementam ou regulamentam leis existentes. Com esta amostragem, analisada de modo superficial, já se pode concluir que, apesar de identificarem o que é violência obstétrica, dispõem sobre diretrizes de parto humanizado e sobre a ação da doula e instituem planos de conscientização da população, não foram encontrados nas normativas mecanismos de denúncia da prática, que incluem desde a tipificação penal, prazos prescricionais para a notificação do crime, órgão responsável pelo recebimento das denúncias e processo de julgamento das condutas, **até a disponibilização de** canais de denúncia, tanto no âmbito policial, quanto no âmbito dos conselhos profissionais e nas secretarias de saúde. Além disso, notou-se a necessidade de preconizar a elaboração do PPI, atrelada à informação sobre parto humanizado e violência

¹ Bacharel em Direito pela Universidade Federal do Paraná. Pesquisou sobre violência obstétrica nos anos de 2017 e 2018 e escreveu monografia de conclusão de curso sobre o tema (“Violência Obstétrica no Brasil: o que é, quem sofre e qual a sua regulamentação”, UFPR, 2018). E-mail: angelabvicenzi@gmail.com.

obstétrica, para que haja registro das vontades da pessoa que pare em seu prontuário. Por fim, pode-se verificar que não há previsão de iniciativas técnico-formativas para os profissionais da saúde na atenção ao parto, tanto para que atualizem seus conhecimentos conforme as novas disposições legais na prática, quanto para que não conste mais no conteúdo programático destas áreas o ensino de condutas caracteristicamente violentas – como a episiotomia, o uso da ocitocina sintética para acelerar o trabalho de parto e da posição supina (que facilita o trabalho do médico, mas é desconfortável e pouco eficaz para a parturiente). Ainda se espera deste processo analítico i) a reunião de um conjunto mais numeroso de normas; ii) a inclusão dos projetos de lei em tramitação, assim como de regulamentações dos conselhos profissionais e dos órgãos estatais da saúde; iii) a consulta de cartilhas informativas, vinculadas ou não aos órgãos governamentais, bem como os materiais de apoio disponibilizados por órgãos jurídicos (como Ministério Público); e iv) métodos de acolhimento não institucionalizados que possam diminuir o impacto das falhas legislativas no cotidiano daqueles que dão à luz.

PALAVRAS-CHAVE: Violência obstétrica; Parto humanizado; Legislação.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Câmara dos Deputados. Projeto de Lei nº 7.867/2017. Disponível em: https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1568996&filena me=PL+7867/2017. Acesso em 28 jul. 2020.

FIOCRUZ. NASCER NO BRASIL: INQUÉRITO NACIONAL SOBRE PARTO E NASCIMENTO. 2014. Disponível em <http://www6.ensp.fiocruz.br/nascerbrasil/>. Acesso em 20 ago. 2017.

FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO e SESC. MULHERES BRASILEIRAS E GÊNERO NOS ESPAÇOS PÚBLICO E PRIVADO. Agosto de 2010. Disponível em: https://apublica.org/wpcontent/uploads/2013/03/www.fpa_.org_.br_sites_default_files_pes quisaintegra.pdf. Acesso em 10 ago. 2018.

PARTO DO PRINCÍPIO. Violência obstétrica “parirás com dor”. 2012. Disponível em: <https://www.senado.gov.br/comissoes/documentos/SSCEPI/DOC%20VCM%20367.pdf>> Acesso em 05 abr. 2018.

VENEZUELA. Ley orgânica sobre el derecho de las mujeres a una vida libre de violencia. 23 de abril de 2007. Caracas. Disponível em: <http://www.derechos.org.ve/pw/wp-content/uploads/11.-Ley-Org%C3%A1nica-sobreel-Derecho-de-las-Mujeres-a-una-Vida-Libre-de-Violencia.pdf>. Acesso em 15 ago. 2018.

SHORT “TIPO ANITTA”: COLONIALIDADE DE GÊNERO, RELAÇÃO CORPO E MODA E VIOLÊNCIA

Bruna Nascimento Rodrigues da Silva¹

Júlia Nascimento Rodrigues da Silva²

O presente comunicado se destina demonstrar a influência da Colonialidade de Gênero, conceito desenvolvido pela professora e feminista descolonial María Lugones, na violência de gênero, principalmente, contra as mulheres, analisando o aspecto da relação corpo e moda. Trata-se de pesquisa bibliográfica, com estudo de caso, através de abordagem qualitativa, que tem por objetivos: entender a ligação entre a Colonialidade de Gênero e a violência contra as mulheres, analisar a relação corpo e moda através da Colonialidade de Gênero e realizar estudo de caso concreto de assédio sexual baseado na roupa da vítima. O conceito de Colonialidade de Gênero é importante para apreender as demandas que os estudos de gênero de mulheres europeias, principalmente brancas, não contemplavam. Neste sentido, o fator da colonialidade é central para entendermos as violências sofridas pelas mulheres brasileiras em todas as esferas da sua vida e com a moda não ocorre de modo diverso. Entender que a relação corpo e moda atual foi criada no contexto da colonialidade de gênero é fundamental para entender como essa relação é ferramenta de violência. Além disso, é muito relevante entender que a dinâmica ocorre de modo diferente conforme o lugar que a mulher ocupa na sociedade. Deste modo, as mulheres indígenas, negras, com deficiência, gordas, transexuais ou travestis, apesar de terem algumas pautas em comum e todas sofrerem com a colonialidade, sofrem opressões que operam com algumas diferenças. A autora Maria Alice Ximenes fala sobre a história da moda em relação ao corpo feminino no século XIX, em um contexto da Europa Ocidental, principalmente, na França. Ela aborda a historicidade e assim podemos analisar a influência dessa construção de anos sobre como a mulher dialoga através da roupa, o que deve ou não vestir, que foi influenciada pelo pensamento eurocêntrico, ideias que vieram com a colonização para o Brasil. Ideias essas que repercutem até os dias atuais. Ao analisar o caso de assédio, que ocorreu no início deste ano de 2020, entre uma menina de 17 anos que utilizava um aplicativo de transporte, a atitude do motorista ilustra o quão público os corpos femininos são vistos em sociedade. O

-
- 1 Pós-Graduada em Direito e Gênero pela Escola de Magistratura do Estado do Rio de Janeiro. Graduada em Direito pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Assessora Jurídica no Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro. E-mail: brunanrs.ius@gmail.com
 - 2 Aluna do curso de graduação em Design de Moda pelo Senai-CETIQT. Figurinista. E-mail: julia.nrodrigues@outlook.com

assediador tenta justificar o ato, que foi filmado pela adolescente, pelo fato dela estar utilizando um short muito curto, intitulado por ele como “tipo Anitta”. Anitta que é cantora brasileira de funk, ritmo pelo qual ficou mundialmente conhecida, utiliza um figurino que possui no acervo peças como tops, shorts e hot pants e roupas justas, que são classificadas como roupas sensuais e se uma mulher utiliza esse tipo de roupa, muitas vezes isso é classificado como permissão para um assediador cometer uma violência contra ela. Através do estudo deste caso, é possível perceber como, ainda hoje, a Colonialidade de Gênero informa e transforma a relação corpo e moda, gerando diversos tipos de violência contra as mulheres. Conclui-se com esse trabalho que a colonialidade, ou seja, a consequência da experiência colonial nos territórios e populações colonizadas, principalmente dos corpos negros e indígenas, ainda gera reflexos nos mais diversos âmbitos das relações sociais, inclusive, na relação corpo e moda.

PALAVRAS-CHAVE: mulheres; violência; colonialidade de gênero; moda; corpo.

REFERÊNCIAS

DAVIS, Angela. *Mulheres, raça e classe*. Tradução Heci Regina Candiani. São Paulo: Boitempo, 2016.

LUGONES, María. *Rumo a um feminismo descolonial*. Revista Estudos Feministas, Florianópolis, v. 22, n. 3, p. 935-952, dez. 2014. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2014000300013&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 29 jul. 2020.

MESQUITA, Cristiane. *Moda contemporânea, quatro ou cinco reflexões possíveis*. São Paulo: Anhembi Morumbi, 2004.

XIMENES, Maria Alice. *Moda e arte na reinvenção do corpo feminino do século XIX*. São Paulo: Estação das Letras e Cores, 2009.

EIXO III
CORPOS E SUBJETIVIDADES NAS
QUESTÕES DE SAÚDE



OS IMPACTOS DAS DEMANDAS SOCIAIS NO SOFRIMENTO PSÍQUICO FEMININO

Bruna Gabrielle Lopes¹
Thays Stephanie Costa de Souza²
Valéria de Angelo Ghisi³

As mudanças na vida das mulheres ganharam maior evidência, a partir de 1950, com o ingresso no ambiente universitário e do trabalho, novas possibilidades de vivenciar a sexualidade, transformações nos pactos matrimoniais e a abertura de suas vidas para além do contexto doméstico e do papel materno (ALONSO, 2014). A desestabilização do modelo de homem tradicional, decorrente das mudanças referentes ao papel da mulher, colocou os papéis de gênero em movimento e revisão, reposicionando as mulheres na sociedade. Diante desta abertura social ocorrem diferentes possibilidades de viver e se relacionar conforme o gênero, ultrapassando a diretividade e a imposição dos modelos que se apresentam na sociedade, corroborando com a ideia de autodeterminação de cada sujeito e com a indeterminação subjetiva dos gêneros (FUKS, 2014). Neste comunicado científico são apresentados os resultados parciais do trabalho de conclusão de curso das pesquisadoras, cuja análise dos dados ainda está em andamento. Assim, o objetivo geral do trabalho foi caracterizar as relações entre papéis sociais de gênero e sofrimento psíquico feminino. A coleta de dados foi realizada entre os dias 8 e 10 de junho do ano de 2020 após aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Positivo (CEP-UP). Inicialmente foi enviado um link da plataforma *google forms* através das redes sociais (Facebook, Instagram, Twitter e Whatsapp) com o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) para a participação na presente pesquisa. A partir da assinatura digital do TCLE, as participantes foram direcionadas ao questionário. Todas as mulheres residentes em Curitiba ou Região Metropolitana com idade a partir de 18 anos que se disponibilizaram a respondê-lo tiveram os dados aceitos como parte da amostra que se constitui por 200 mulheres. Dito isso, a amostra é composta, em sua maioria (41%), por mulheres da faixa etária entre 18 e 30 anos que desempenham a ocupação de estudantes, sendo relevante trazer esse dado da amostra para caracterizar sobre quais mulheres esta pesquisa diz respeito, visto o número reduzido de participantes de outras faixas etárias e ocupações/profissões. O questionário contou com 12 perguntas, sendo sete objetivas e cinco discursivas. Neste comunicado científico iremos trazer a análise da primeira questão, que é “Para você, qual o papel da mulher na sociedade?”, sendo que esta foi analisada a partir da Análise de Conteúdo (BARDIN, 1977). Em relação aos dados coletados e analisados com essa questão podem-se destacar dois pontos de discussão. O primeiro ponto diz respeito a contradição presente no discurso das participantes

-
- 1 Aluna do 5º ano do curso de Psicologia da Universidade Positivo. E-mail: lopesgbruna@gmail.com.
 - 2 Aluna do 5º ano do curso de Psicologia da Universidade Positivo. E-mail: thayscdesouza@gmail.com.
 - 3 Doutora em Psicologia (UFSC). Mestra em Filosofia (PUCPR). Especialista em Saúde Mental, Psicopatologia e Psicanálise (PUCPR). Graduada em Psicologia (PUCPR). Psicóloga/psicanalista clínica e Professora Universitária (UP). E-mail: val_ghisi@yahoo.com.br.

que caracteriza a mulher enquanto um sujeito de multitarefas e com grande contribuição social, mas que apresenta um desgaste psíquico em relação à estas atribuições. O segundo ponto de discussão destaca nas respostas obtidas a liberdade das mulheres em decidir o que julgam melhor para suas vidas, em oposição ao que a sociedade espera delas, visto que muitas participantes apresentaram em seu discurso as expectativas sociais sobre os papéis que ela deve exercer. O gênero e seus papéis, determinados de acordo com o contexto histórico e social, repercutem na vida das mulheres em sua participação e ocupação nos diferentes espaços. O que se percebe destacado nos discursos é como essa ocupação é sentida pelas mulheres que apresentam diferentes significações e formas de viver na contemporaneidade, visto que como pontuado anteriormente a mulher além de possuir os papéis que historicamente sempre foram designados à ela - ser mãe e esposa - também possui os papéis ocupados dentro do mercado de trabalho e como cidadã da polis, além de ter que se manter como a mulher desejada (HOMEM; CALLIGARIS, 2019). Essas condições caracterizam o desgaste relatado nos questionários, evidenciando as demandas sociais que a cultura ocidental, sob forma de cobrança, coloca na vida das mulheres, afetando-as diariamente nas diferentes formas de vivenciar o sofrimento psíquico. Quanto ao contraste apresentado pelas participantes em relação a liberdade e as expectativas da sociedade sobre elas, tem-se que o discurso masculino constantemente dita o que é ser uma mulher ideal, colocando-as em um espaço de alienação ao que o Outro espera delas, ao passo que apenas a produção feminina de saberes deslocou a mulher para que ela produzisse seus próprios destinos (KEHL, 2016). A liberdade trazida pelas mulheres no discurso vai de encontro com a ideia de que o sujeito é fruto de uma construção, não devendo as atribuições e funções serem rígidas, posto que os sujeitos apresentam a capacidade de modificar a realidade objetiva que se manifesta a partir das suas próprias ideias (HOMEM; CALLIGARIS, 2019). Assim, tem-se que o funcionamento social inferioriza as mulheres em todos os contextos que estas ocupam e participam, sendo inevitável que o ser mulher na sociedade se construa de forma adjacente ao sofrimento psíquico, necessitando de políticas públicas, pesquisas e reflexões que considerem o sofrimento da mulher frente às demandas sociais.

PALAVRAS-CHAVE: Sofrimento Psíquico; Feminino; Gênero; Papéis Sociais.

REFERÊNCIAS

ALONSO, Silvia Leonor. Interrogando o feminino. In: ALONSO, Silvia Leonor; GURFINKEL, Aline Camargo; BREYTON, Danielle Melanie. *Figuras clínicas do feminino no mal-estar contemporâneo*. 2. ed. São Paulo: Escuta, 2014, p. 13 - 29.

BARDIN, Lawrence. Análise de conteúdo. *Lisboa: edições*, v. 70, p. 225, 1977.

FUKS, Lucia Barbero. Diferentes momentos da evolução feminina. In: ALONSO, Silvia Leonor; GURFINKEL, Aline Camargo; BREYTON, Danielle Melanie. *Figuras clínicas do feminino no mal-estar contemporâneo*. 2. ed. São Paulo: Escuta, 2014, p. 105 - 114.

HOMEM, Maria; CALLIGARIS, Contardo. *Coisa de menina? Uma conversa sobre gênero, sexualidade, maternidade e feminismo*. 1. ed. Campinas: Editora Papirus, 2019.

KEHL, Maria Rita. *Deslocamentos do feminino: a mulher freudiana na passagem para a modernidade*. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2016.

VÍTIMAS DE ABUSO SEXUAL E REFLEXOS SOBRE A SEXUALIDADE NO AMBULATÓRIO DO HOSPITAL DE BASE

Ana Martins Fabris¹

Eliane Tiemi Miyazaki²

A sexualidade e os uso involuntário dos corpos das mulheres, devem ser questões prioritárias, bem como a questão da violência. Contudo, foi só durante a Conferência Mundial dos Direitos Humanos, realizada em Viena, em 1993, que foi estabelecido que os direitos das mulheres são inseparáveis dos direitos humanos universais. Consequentemente, a ONU (organização das nações unidas), publicou no mesmo ano, a Declaração sobre a Eliminação da Violência Contra a Mulher, definiu então, que violência sexual é o ato que obriga uma pessoa a manter contato sexual físico ou verbal, ou a participar de outras relações sexuais com uso da força, ou qualquer mecanismo que anule a vontade pessoal, sendo considerado também quando a vítima é obrigada a relacionar-se com terceiros. É nesse sentido que em 2001, formou-se uma equipe interdisciplinar no Hospital de Base de São José do Rio Preto (HB), para dar suporte a vítimas de abuso sexual, sendo nomeado, esse trabalho, como Projeto Acolher, proporcionando um ambiente em que vítima se sinta confortável e acolhida, tendo por função fornecer: atendimento de emergência para profilaxia de gravidez e DST/AIDS, além de acompanhamento constante para controle e prevenção das consequências físicas, psicológicas e sociais da violência, tendo seu atendimento embasado no modelo cognitivo-comportamental. Devido a história do país de uma sociedade majoritariamente patriarcal, em muitos casos, a violência vem acompanhada do silêncio da vítima, sabe-se que, o assunto em pauta é delicado para as vítimas, pois há questões também relacionadas a assimetria de gênero, tornando-se questão de saúde pública. Por isso, pesquisas recentes têm se voltado para os aspectos psicológicos. Muitas das vítimas

1 Aluna do curso de graduação em Psicologia pela Faculdade de Medicina de São José do Rio Preto; Curso em terapia cognitivo comportamental; presidente da Associação Acadêmica Atlética de Psicologia Famerp; Membro de Projeto da Empresa Júnior PsiCo – consultoria júnior em psicologia.

2 Orientadora do trabalho, Possui graduação e Licenciatura em Psicologia pelo Centro Universitário do Norte Paulista (UNORP 2004, 2005), Especialização em Terapia Cognitivo Comportamental pela FAMERP, Especialização em Psicologia da Saúde pela FAMERP, Aprimoramento em Psicologia da Saúde pela Fundação Faculdade de Medicina (FUNFARME), Mestra em Psicologia da Saúde pela FAMERP. Atualmente é psicóloga contratada do Hospital de Base. Supervisora do Programa de Aprimoramento nas áreas de Transplante de Fígado e Projeto Acolher (Vítimas de Violência Sexual). Professora nos cursos de extensão e especialização do Instituto de Psicologia (IPECS) e FAMERP. Coordenadora do curso de Violência Sexual pelo Instituto de Psicologia (IPECS). Professora da União das Faculdades dos Grandes Lagos (UNILAGO). Psicóloga Clínica conveniada ao HB Saúde.

apresentam disfunções psíquicas, estando dentre essas a dificuldade de manter relações (sexuais e amorosas) e outros reflexos sobre a sexualidade, como distorcer as experiências sexuais e não aceitação do próprio corpo. De acordo com o Manual de Diagnóstico e Estatística das Perturbações Mentais (DSM V), as vítimas de violência sexual possuem uma capacidade acentuadamente reduzida de sentir emoções, especialmente aquelas associadas com intimidade, ternura e sexualidade. A sexualidade é vista como um dos pilares para a qualidade de vida, no entanto as sequelas na sexualidade das mulheres vítimas de violência, não tem sido abordada com muita atenção, sendo de baixo índice os estudos acerca do assunto no Brasil e no mundo. Apenas há, algumas especulações sobre a alteração nas práticas sexuais, dependendo do tipo e das condições da agressão. Nesse contexto, compreende-se a relevância acerca dos estudos que buscam descrever as características das vítimas, da violência sofrida e suas consequências, sabendo que, isto está diretamente relacionado ao atendimento que a vítima tem ao buscar ajuda na rede hospitalar, sendo usado neste o Projeto Acolher. Este estudo, de característica qualitativa, surge da necessidade de chamar a atenção para o assunto, e para que talvez sirva de piloto para outros trabalhos posteriores. **Objetivo:** avaliar nas pacientes atendidas no Projeto Acolher do Ambulatório do Hospital de Base (HB) de São José do Rio Preto- SP, a existência de reflexos da violência sobre a sua sexualidade e suas características emocionais, sociais e culturais relacionadas. **Metodologia:** Serão avaliados cerca de 30 pacientes que virão para atendimento junto ao ambulatório do Projeto Acolher; para os critérios de inclusão, serão avaliadas mulheres que comparecerem ao ambulatório, com idade maior ou igual a 18 anos, sexualmente ativas, as quais tenham sofrido violência sexual; A coleta dos dados será realizada a partir da ficha de atendimento que contém o protocolo de atendimento às vítimas de violência sexual atendidas no Projeto Acolher do Ambulatório de Doenças Infecto Parasitárias (DIP) do Hospital de Base em São José do Rio Preto (período agosto/2019 a agosto/2020), bem como com o uso de questionário qualitativo, o qual foi elaborado pela especialista no tema, Eliane Tiemi Miyazaki. Este é dividido em duas partes, sendo a primeira sociodemográfica, e a segunda contém perguntas específicas, de cunho qualitativo, para avaliação dos reflexos gerados sobre a sexualidade das vítimas de violência sexual do Projeto Acolher; **Resultados e conclusões parciais:** Mediante a coleta de dados por hora realizada, 100% das pacientes entrevistadas confirmam a hipótese de existência de reflexos sobre a sexualidade. Respostas semelhantes foram separadas em categorias e agrupadas. Assim, os reflexos com maior frequência observados e relatados foram: 100% das vítimas relataram: pensamentos negativos sobre si mesmas e sobre relacionamentos futuros; autoimagem e autoestima demasiadamente prejudicadas, desconfiança do sexo oposto, sensibilidade exacerbada; 75% afirmaram sensação de perseguição, sofreram algum tipo de preconceito e não tiveram apoio familiar para enfrentar, bem como necessitaram de apoio psicológico e/ou psiquiátrico; 50% aversão por manter relações sexuais; 25% das vítimas entrevistadas realizaram tentativas de suicídio; Por mais que muitos desses aspectos sejam encontrados no DSM lembra-se que o foco não é diagnóstico, mas sim promover melhoria no atendimento a essas mulheres a fim de diminuir os reflexos negativos sobre a sexualidade valorizando suas singularidades e integralidade. Por fim, ressalta-se o alto absenteísmo de usuários encontrados no atendimento e a necessidade de ações para melhoria desse aspecto, a escassez de literatura, desconhecimento dos aspectos que envolvem a sexualidade tanto dos profissionais atuantes quanto dos profissionais, ressaltando a relevância e importância de mais estudo na área para que esses atendimentos sejam cada vez mais eficazes.

PALAVRAS-CHAVE: Violência sexual; Mulheres; Sexualidade; Projeto Acolher.

REFERÊNCIAS

ASSOCIATION, A. P. *DSM-5: Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais*. Artmed Editora, 2014. 8582711832.

BARBOSA, J. A. G.; DE SOUZA, M. C. M. R.; FREITAS, M. I. D. F. *Violência sexual: narrativas de mulheres com transtornos mentais no Brasil*. Rev Panam Salud Publica, 37, n. 4-5, p. 273-278, 2015/07 2015.

LUCÂNIA, E. R.; MIYAZAKI, M. C. D. O. S.; DOMINGOS, N. A. M. *Projeto Acolher: caracterização de pacientes e relato do atendimento psicológico a pessoas sexualmente vitimadas*. Temas em Psicologia, 16, p. 73-82, 2008.

NUNES, M. C. A.; MORAIS, N. A. D.; LIMA, R. F. F. *Violência Sexual contra Mulheres: um Estudo Comparativo entre Vítimas Adolescentes e Adultas*. Psicol. ciênc. prof, 37, n. 4, p. 956-969, 2017/12 2017.

ZANCAN, N.; HABIGZANG, L. F. *Regulação emocional, sintomas de ansiedade e depressão em mulheres com histórico de violência conjugal*. Psico USF, 23, n. 2, p. 253-265, 2018/00 2018.

UM CORPO QUE SANGRA: A “POBREZA MENSTRUAL” COMO DESAFIO À CONCRETIZAÇÃO DA IGUALDADE CONSTITUCIONAL ENTRE HOMENS E MULHERES

Melina Coelho Garcia¹

A promulgação da Constituição Federal de 1988 não apenas inovou por ser a primeira a trazer, expressamente, o princípio da igualdade entre homens e mulheres, mas igualmente por elencar diversos dispositivos que traduziam ações afirmativas a fim de não apenas efetivar a igualdade formal entre homens e mulheres, mas ainda a igualdade material, ou seja, aquela concretizada no mundo fático e traduzida pela simetria de oportunidade para ambos os sexos. A entrada em vigor da CF/88, portanto, produziu as bases jurídicas para que uma sociedade mais igualitária no Brasil pudesse ser atingida a partir da atuação do Estado Brasileiro como “Estado Preventivo”, ou seja, aquele que garante, no plano material, os princípios elencados como norma constitucional. Por outro lado, a permanência de estruturas sociais e culturais de opressão permanecem a submeter as mulheres brasileiras a uma condição de subalternidade e inferioridade sustentada por preceitos patriarcais os quais regem o fazer político nacional, tanto no imaginário simbólico da sociedade, quanto nas articulações de poder que permeiam o Legislativo, o Executivo e o Judiciário. Nesse sentido, o presente trabalho expõe a “pobreza menstrual”, definida como a falta de acesso a materiais e recursos adequados à gestão da higiene menstrual, como água potável, saneamento básico e absorventes, na maior parte dos casos relacionados a uma situação de vulnerabilidade econômica, como mais um dos fatores que atingem a tentativa de atingir-se a plena igualdade material entre homens e mulheres, uma vez que uma condição específica da biologia feminina, envolta por estigmas, tabus e preconceitos de ordem histórica e cultural, relega a mulher a uma situação em que sua dignidade é inteiramente atingida. Como estratégia para contornar a pobreza menstrual, planos já foram traçados por organizações internacionais e, no âmbito nacional, diversas são as leis e os projetos de lei que buscam transformar a realidade de meninas e mulheres que, por não possuírem o acesso a materiais de gestão da higiene menstrual, são privadas do livre exercício de atividades na esfera pública, como frequentar escolas, atividades de lazer e o ambiente de trabalho, ou seja, mais uma vez são remetidas à esfera da vida privada da qual as constituintes de 1987/88 tanto lutaram para sair. De tal forma, como exemplo, a Lei nº 6.603/2019, da cidade do Rio de Janeiro, institui um programa de distribuição de absorventes para meninas em situação de vulnerabilidade econômica e que frequentam escolas públicas. A Lei serviu de exemplo para a elaboração do Projeto de Lei nº 4.968/2019, de autoria da deputada federal Marília Arraes, na Câmara

¹ Aluna do curso de graduação em Direito na Faculdade de Direito da Universidade Federal do Ceará – FADIR/UFC. Diretora Acadêmica na linha de Direito da União Europeia no Grupo de Estudos em Direito e Assuntos Internacionais - GEDAI/UFC. Monitora bolsista de Antropologia Geral e Jurídica. E-mail: melcoelho1@hotmail.com.

dos Deputados, o qual busca ampliar o âmbito de tal programa para atingir todas as escolas públicas do país. Projetos como o referido traduzem os comprometimentos internacionais já estabelecidos pelo Estado Brasileiro de, por meio de ações afirmativas, contornar estruturas construídas simbolicamente capazes de impetrar no imaginário social a inferioridade das mulheres em relação aos homens, até mesmo quando relacionado a fatores os quais não estão sob seu controle, como o processo biológico e natural que é a menstruação, a qual deve ser apartada de seus estigmas para que seja inteiramente normalizada e não mais considerada como fator de assimetria entre homens e mulheres. Para a construção do presente trabalho, adotou-se uma metodologia de base bibliográfica, referindo-se a artigos que tratam do tema principal da menstruação como fator que enseja, culturalmente, a desigualdade entre os sexos, e a produções científicas acerca do constitucionalismo construído a partir da CF/88, ou seja, a Constituição que proclama a efetiva igualdade entre homens e mulheres. Recorre-se ainda a Projetos de Lei e legislações municipais e estaduais que estabelecem a instituição de programas cujo objetivo principal é combater a pobreza menstrual e assegurar a dignidade e a saúde de mulheres. Em relação aos objetivos do trabalho, a metodologia é de ordem explicativa, ao relacionar a pobreza menstrual ao impedimento da efetiva igualdade material entre os sexos e ao estabelecer a atuação do Estado de forma ativa como principal responsável por, a partir de meios jurídicos, alcançar essa igualdade. Reitere-se ainda que aqui é adotada a nomenclatura “igualdade entre os sexos” ou “igualdade entre homens e mulheres” e não “igualdade de gênero”, pois é assim de tal forma referida pelo texto constitucional de 1988. Pela pesquisa executada, conclui-se que atuar ativamente, portanto, na tentativa de minimizar a problemática oriunda da pobreza menstrual é aquilo que se espera do Estado Preventivo que se ergueu pela ordem constitucional de 1988. Diante disso, proposições como o PL 4.968/2019 surgem como iniciativas que visam a implementar essa conduta positiva por parte do Estado brasileiro e, efetivamente, cumprir com os anseios das mulheres constituintes traduzidos no texto constitucional, o qual perderia seu valor de instituidor de uma ordem democrática ao ter seus princípios fundamentais retidos, apenas, no plano normativo e sem realização no mundo material.

PALAVRAS-CHAVE: Constitucionalismo; Questões de Gênero; Saúde Feminina; Direitos das Mulheres; Direitos Humanos.

REFERÊNCIAS

BRASIL. *Projeto de lei nº 4.968, de 2019*. Institui o programa de fornecimento de absorventes higiênicos nas escolas públicas que ofertam anos finais de ensino fundamental e médio. Brasília: Câmara dos Deputados, 2019.

SAFFIOTI, Heleieth. *Gênero, patriarcado e violência*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.

SARDENBERG, Cecília M. B. De sangrias, tabus e poderes: a menstruação numa perspectiva sócio-antropológica. *Revista Estudos Feministas*, n. 2, p. 315-344, 2. sem. 1994.

SOUSA, Eliane Ferreira de. *O reconhecimento da diferença como garantia da igualdade para afirmação do direito e da identidade da mulher*. 2016. 209 f. Tese (Doutorado em Direito) - Faculdade de Direito, Universidade de Brasília (UNB), Brasília, 2016.

UNITED NATIONS CHILDREN'S FUND (UNICEF). *Guidance on menstrual health and hygiene*. New York: Programme division/WASH, 2019.

MUTILAÇÃO GENITAL FEMININA E O DIÁLOGO INTERCULTURAL NA PERSPECTIVA DOS DIREITOS HUMANOS

Erika Carvalho Ferreira ¹

Conforme o relatório Female Genital Mutilation/Cutting: A Global Concern, divulgado em 2013 pela UNICEF, estima-se que 200 milhões de meninas e mulheres já foram submetidas à mutilação genital feminina (MGF) em mais de 30 países. Fomentada por discursos tanto políticos quanto religiosos e pela vertente mais conservadora do multiculturalismo, a mutilação genital feminina é indiscutivelmente considerada por vários como uma grave violação dos direitos das mulheres, haja vista que provoca danos irreparáveis a curto, médio e longo prazo para a saúde física, psicológica e sexual das mulheres e meninas que sofrerem a prática. A inferiorização a qual a mulher é submetida ocupa um lugar significativo ao longo de sua existência em praticamente todas as culturas. Trata-se, por exemplo, da utilização de expressões orais e escritas com cunho altamente sexista, mas também de práticas menos sutis e das mais controversas, como é o caso da mutilação genital feminina (MGF). A prática, de acordo com a Declaração Conjunta de Eliminação da Mutilação Genital Feminina de 2008, diz respeito a todas as intervenções que removam total ou parcialmente ou provoquem lesões nos órgãos genitais femininos e cuja causa para tanto não seja de origem médica. Dessa forma, o presente trabalho procurará levantar e compreender os motivos pelos quais essa prática persiste, apesar de inúmeras tentativas de erradicação e medidas recentemente aplicadas no que tange aos termos legislativos e políticos, tecendo reflexões acerca do caráter de universalidade que delineou o conceito de direitos humanos desde o início da era moderna, partindo do pressuposto de que a tutela dos direitos humanos depende, invariavelmente, de contextos culturais específicos. Ainda, procurar-se-á realizar um olhar crítico sobre o relativismo cultural, questionando suas implicações especificamente no tocante à realização da MGF, sem questionar a importância dos laços de pertença com a comunidade. Ao final, pretende-se considerar a possibilidade da legitimação irrestrita da prática conhecida como mutilação genital feminina, a fim de compreendê-la e situá-la no debate humanista internacional, verificando seus limites e possibilidades dos discursos dos direitos humanos. A metodologia utilizada, no que diz respeito ao método de abordagem, foi o método dedutivo, visto que se parte da premissa multiculturalista e do diálogo universalismo versus relativismo para analisar a problemática em questão. No que tange ao método de procedimento, foi aplicado o método monográfico, haja vista o estudo aprofundado da prática conhecida como MGF ao redor do globo. Para enfatizar a

¹ Bacharela em Direito pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná. E-mail:erika.carvalhoferreira97@gmail.com.

importância do estudo, foi incluído um tópico a respeito da mutilação genital feminina no Egito; em que pese não seja o país o foco do estudo em questão e sim a prática da MGF, foi descrito o cenário egípcio em decorrência da alta porcentagem de mulheres mutiladas. Foi realizada uma entrevista com o dr. Sameh Sadek, médico ginecologista e professor da Universidade de Alexandria, visto sua expertise e aprofundamento da temática. Por fim, procurou-se retomar, sistematizar e analisar criticamente alguns dos principais relatórios internacionais, resultados de pesquisas realizadas com o objetivo de retratar a prática ao redor do mundo. Em sede de conclusão procurou-se identificar a complexidade da temática, buscando-se lançar premissas para que o diálogo possa continuar envolvendo individualidades na discussão, sejam elas de cunho universalista, relativista, multi ou interculturalista. Apesar de amplamente repreendida, a mutilação genital feminina é uma prática que continua a persistir com o passar dos anos e esta permanência é um dado tão relevante que não cabe ser ignorado enquanto incentivador de um amplo processo de análise e compreensão das razões que levam a realização da citada prática cultural. Vários são os debates que envolvem a relação entre a realização da mutilação genital feminina e os direitos humanos e têm sido, pois, travados sob perspectivas universalistas, defensoras da supremacia dos direitos humanos sobre esta prática; relativistas, que, por sua vez, legitimam o respeito às tradições e particularidades étnicas dos grupos que a realizam; e, também, multiculturalistas, dispondo de um diálogo respeitoso entre as culturas e seus topoi, de modo que o debate possa levar os países praticantes da MGF a extinguirem a prática não pela via repressiva, impondo a visão de mundo ocidental, mas pela argumentativa.

PALAVRAS-CHAVE: direitos humanos; mutilação genital feminina; tradição cultural; multiculturalismo; hermenêutica diatópica.

REFERÊNCIAS

DIRIE, Waris. *Flor do deserto*. São Paulo: Editora Hedra, 2001.

OMS. *Eliminação da Mutilação Genital Feminina: Declaração Conjunta*: OHCHR, ONUSIDA, PNUD, UNECA, UNESCO, UNFPA, ACNUR, UNICEF, UNIFEM. Lisboa: Associação para o Planeamento da Família, 2009. Disponível em: https://apps.who.int/iris/bitstream/handle/10665/43839/9789241596442_por.pdf?sequence=3http. Acesso em: 13 mar. 2020.

SAADAWI, el Nawal. *A face oculta de Eva – As mulheres do mundo árabe*. São Paulo: Global Editora, 2002.

SANTOS, Boaventura de Sousa. *Por uma concepção multicultural de direitos humanos*. In: BALDI, César Augusto (Org.). *Direitos humanos na sociedade cosmopolita*. Rio de Janeiro: Renovar, 2004.

UNICEF. United Nations Children's Fund. *Female Genital Mutilation/Cutting: A statistical overview and exploration of the dynamics of change*. UNICEF, New York, 2013. Disponível em: http://www.unicef.org/media/files/FGCM_Lo_res.pdf. Acesso em: 03 abr. 2020.

VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E SEXUAL CONTRA MENINAS E MULHERES: UMA ANÁLISE DAS NOTIFICAÇÕES NO MUNICÍPIO DE BELÉM DE 2015 A 2018

Emilia Miranda Senapeschi¹

A violência de gênero é um problema estrutural e social que afeta a vida das mulheres, independente da classe socioeconômica, escolaridade, raça ou etnia, faixa etária, crença ou religião. Compreende-se como violência contra a mulher toda conduta baseada na discriminação de gênero que provoca sofrimento e dano físico e psicossocial, podendo levar à morte. A violência doméstica e familiar é compreendida como qualquer ato violento que ocorre na unidade doméstica e representa ameaça à segurança e integridade física, psicológica, sexual, moral e patrimonial da vítima. A violência doméstica impacta principalmente as meninas e mulheres que comumente possuem vínculo afetivo e interpessoal com o agressor, em potencial, o pai, padrasto, cônjuge, ex-cônjuge, namorado, ex-namorado, parente ou pessoa próxima. A violência sexual é uma das mais graves expressões da violência de gênero caracterizada como atitudes de coibição, coerção, constrangimento e exposição que ferem os Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos, bem como qualquer situação que envolva a importunação, chantagem, manipulação, ameaça e uso da força para obrigar a pessoa a presenciar ou manter conjunção carnal (penetração pênis-vagina) e ato libidinoso (sexo anal e oral) sem o consentimento da mesma. O objetivo do estudo aqui apresentado foi realizar um levantamento a partir das notificações de violência doméstica e violência sexual no município de Belém (PA) de 2015 a 2018. Trata-se de uma pesquisa de levantamento de dados (secundários) e abordagem quali-quantitativa. A análise de dados foi desenvolvida a partir do Sistema de Informação de Agravos de Notificação do Ministério da Saúde (SINAN/MS) disponível em Informações de Saúde (TABNET) do Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde (DATASUS). A pesquisa levou em consideração os recortes de gênero, faixa etária, raça, local da ocorrência, tipo de violência, o município da ocorrência e o ano de notificação. O levantamento abrangeu meninas de 0 a 9 anos de idade, adolescentes de 10 a 19 anos e mulheres de 20 a 60 anos ou mais que se declaram como brancas, pretas, amarelas, pardas ou indígenas. Em 2015 foram notificadas 378 ocorrências de violência doméstica e sexual contra meninas, 460 contra adolescentes e 278 contra mulheres. Em 2016, 370 meninas, 609 adolescentes e 993 mulheres foram vítimas da violência doméstica, incluindo a violência sexual. Em 2017 foram notificados 298 casos de violência doméstica e sexual contra meninas, 399 contra

¹ Aluna do curso de pós-graduação em Direitos Humanos, Gênero e Sexualidade pela Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca da Fundação Oswaldo Cruz (ENSP/FIOCRUZ). Psicóloga clínica e social. Integrante da Rede Feminista de Saúde. senapeschiemilia@gmail.com.

adolescentes e 188 contra mulheres. Em 2018 foram 296 notificações envolvendo meninas, 480 adolescentes e 160 mulheres. Concluiu-se que no município de Belém, de 2015 a 2018, as adolescentes de 10 a 19 anos e da raça parda foram as que mais sofreram violência doméstica e sexual. A maior amostra corresponde ao ano de 2016 com 520 notificações de adolescentes pardas, sendo que 374 tinham entre 10 e 14 anos. Em 2016, 993 mulheres foram vítimas da violência doméstica e sexual, sendo 661 mulheres pardas. Conclui-se que as mulheres pardas com idade entre 20 e 49 anos constituem o grupo mais vulnerável à violência doméstica e sexual. A população de mulheres na capital paraense está estimada em 734.391, das quais 469.046 são pardas, número que corresponde a 33,6% da população total do município.

PALAVRAS-CHAVE: violência doméstica; violência sexual; meninas; mulheres; Belém.

REFERÊNCIAS

BRASIL. *Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006*. Lei Maria da Penha. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111340.htm. Acesso em: 30 jul. 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Censo demográfico: população residente, por cor ou raça, segundo a situação de domicílio, o sexo e a idade*. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/Tabela/3175>. Acesso em: 30 jul. 2020.

MINISTÉRIO DA SAÚDE, SECRETARIA DE ATENÇÃO À SAÚDE, DEPARTAMENTO DE AÇÕES PROGRAMÁTICAS ESTRATÉGICAS. *Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher: princípios e diretrizes*. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_nac_atencao_mulher.pdf. Acesso em: 30 jul. 2020.

MINISTÉRIO DA SAÚDE, SISTEMA DE INFORMAÇÃO DE AGRAVOS DE NOTIFICAÇÃO. *Violência doméstica, sexual e/ou outras violências - Pará*. Disponível em: <http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/defthtm.exe?sinannet/cnv/violePA.def>. Acesso em: 30 jul. 2020.

RESIDIR E RESISTIR: A CONDIÇÃO DAS MULHERES EM SITUAÇÃO DE RUA

Adriana Moro¹

Rafaela Prestes de Souza²

Gabriel Lachowicz³

O artigo demonstra que a população em situação de rua está inserida dentro de um contexto de pobreza extrema, com vínculos familiares interrompidos ou fragilizados, inexistência de moradia convencional e consequente utilização das vias públicas como espaço de permanência. O contexto biopsicossocial: sexo, gênero, raça/cor, idade, sexualidade, deficiências físicas e transtornos mentais, também é considerado como determinante que implica na condição em que essas pessoas se encontram. Nota-se que as mulheres representam a menor parte da população de rua, e que elas são mais propensas e vulneráveis às agressões físicas, morais e psicológicas. Além disso, apresentam um percentual maior em relação a diversas doenças, sendo fatores que aumentam o risco de contágio, agravamento da saúde e transmissão do COVID-19, um vírus que enalteceu as diversas vulnerabilidades e desigualdades enfrentadas pelas moradoras em situação de rua. Além dessas situações o preconceito racial também permanece em nossa sociedade, as mulheres, nesse contexto de violência moral e física também são tidas como mais frágeis e, na história até os dias atuais, são consideradas dependentes de seu companheiro. A mulher negra vivencia diversas situações de discriminação, tanto pelo fato de viver em uma sociedade machista e preconceituosa quanto por ser negra e estar em um mundo rodeado pelo racismo. O preconceito sofrido ao procurar o serviço de saúde, a discriminação relacionada a aspectos de higiene, a falta de uma escuta qualificada e do acolhimento das demandas e necessidades de saúde dessa população são situações comuns no seu contexto diário. Para que haja um bem-estar holístico dessas mulheres é importante analisar o perfil de saúde e desenvolver

-
- 1 Enfermeira, Doutora em Políticas Públicas. Docente na Universidade do Contestado Campus Mafra. Rua Presidente Nereu Ramos, 1071, Bairro Jardim Moinho, Mafra/SC, CEP 89300-000. E-mail: adri.moro@gmail.com.
 - 2 Acadêmica da Graduação de Enfermagem da Universidade do Contestado Campus Mafra, Rua Presidente Nereu Ramos, 1071, Bairro Jardim Moinho, Mafra/SC, CEP 89300-000. E-mail: rafaelaprestes@gmail.com.
 - 3 Acadêmico da Graduação de Enfermagem da Universidade do Contestado Campus Mafra, Rua Presidente Nereu Ramos, 1071, Bairro Jardim Moinho, Mafra/SC, CEP 89300-000. E-mail: gabriel.lachowicz@yahoo.com.br.

práticas assistenciais específicas para otimizar e garantir o acesso à saúde, baseando-se em questões subjetivas dessa população. Além disso, outros agravantes à saúde são o uso de drogas, bebidas alcoólicas, falta de higiene, vulnerabilidade à violência, a alimentação incerta, a pouca disponibilidade de água potável, a privação de sono e afeição e a dificuldade de adesão a tratamento de saúde. As mulheres em situação de rua dentro do contexto de agravantes à saúde estão expostas a diversos fatores que tornam a sua qualidade de vida prejudicada. Um dos principais agravantes é a violência sofrida de uma forma geral a qual é subnotificada e o agressor não é identificado por terem receio de retaliação por parte do mesmo. Observa-se que elas vivenciam a pobreza passando por diversas necessidades, têm algum transtorno mental, são dependentes químicas e alcoólicas, sofrem pela falta de amor e a ruptura do vínculo familiar. Viver nas ruas é quase impossível, elas vivenciam as agressões nas ruas e até mesmo fora delas, a situação de agressão física e/ou sexual são presenciadas na maioria das vezes, inclusive, a violência psicológica e verbal é relatada na maioria dos casos. É importante ressaltar que a gestação em mulheres em situação de rua, também é uma condição frequentemente enfrentada. Gestar um filho nessas condições pode ser arriscado à saúde da mãe e do feto caso não haja uma assistência à saúde de forma adequada. Além disso, é discutido de forma abrangente que métodos contraceptivos sejam ensinados e oferecidos à essas mulheres, como uso de preservativo, laqueadura, pílula contraceptiva, DIU e vasectomia para os homens. As mulheres em situação de rua vivem em condições muito preocupantes e a gravidez pode ser considerada um fator de risco social, sendo considerada extremamente alarmante, pois a dificuldade das condições de vida e do acesso aos serviços de saúde para mãe e o bebê são escassos. O fato de residir na rua expõe a gestante a uma série de riscos, pois viver em condições preocupantes, faz com que tenham várias transformações prejudiciais. É possível observar que devido as condições socioeconômicas o indivíduo muitas vezes acaba não tendo saída e fazendo das ruas a sua casa, percebe-se que além das dificuldades que são encontradas todos os dias nas ruas, como a pobreza e miséria, as pessoas em situação de rua estão expostas diversas situações desagradáveis. Ao entender quais os obstáculos e necessidades que essa população vivência, especialmente as mulheres em situação de rua, permite-nos observar qual a potencialidade de cada ser, qual a força e determinação que essas pessoas precisam ter, e com isso concluir que as pessoas são capazes de transformações.

VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER EM IRATI – PR: UM DIÁLOGO ENTRE O CAMPO DA SAÚDE E OS ESTUDOS DE GÊNERO

Juliane Nunes Jose¹

Paula Marques da Silva²

Kátia Alessandra dos Santos³

Este trabalho se insere em uma pesquisa intitulada: “Violência contra a mulher em Irati-PR: mapeamento da incidência e da rede de enfrentamento”, financiada pelo CNPq. Esta pesquisa maior se propôs a fazer um mapeamento da violência contra a mulher no município de Irati, objetivando realizar um levantamento geral dos dados de violência contra a mulher nos campos da assistência social, saúde, educação, segurança pública, judiciário, bem como das redes informais do município de Irati - PR, visto que esse cruzamento de informações não existe no município. Este resumo é oriundo de uma das ramificações dessa pesquisa, que mais especificamente se insere no campo da Saúde. Quando as mulheres vítimas de violência recorrem a uma das unidades do Sistema Único de Saúde, devem receber cuidados imediatos e atendimento humanizado, de acordo com a gravidade da violência sofrida, nos níveis de baixa, média e alta complexidade. Também cabe a unidade de saúde, fazer possíveis conexões necessárias com a rede para assegurar assistência jurídica e acesso a políticas públicas específicas do combate à violência contra a mulher. Além de fornecer esse atendimento, os profissionais de saúde, através da lei nº 10.778, de 24 de novembro de 2003, tem o dever de notificar, de maneira compulsória, a violência ocorrida. Por meio das fichas do SINAN (Sistema de Informação de Agravos de Notificação), é possível mapear a incidência da violência de gênero/doméstica, contra as mulheres, constituindo uma das

-
- 1 Aluna do curso de graduação em Psicologia na UNICENTRO/PR.. Aluna de IC do projeto Violência contra a mulher em Irati-PR: mapeamento da incidência e da rede de enfrentamento (CNPq). E-mail: julianenj@gmail.com.
 - 2 Doutora em Educação (UFRGS\RS). Mestre em Psicologia Social e Institucional (UFRGS\RS). Professora colaboradora no curso de Psicologia UFPR\PR. Professora colaboradora na no curso de Psicologia (UNICENTRO\PR). Integrante do projeto Violência contra a mulher em Irati-PR: mapeamento da incidência e da rede de enfrentamento (CNPq). E-mail: pmspsicologia@gmail.com.
 - 3 Doutora em Psicologia (USP/FFCLRP). Mestre em Estudos Linguísticos (UEM/PR). Professora adjunta do curso de Psicologia e do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Comunitário -PPGDC (UNICENTRO/PR). Coordenadora do Núcleo Maria da Penha-NUMAPE (SETI-UGF).Coordenadora do projeto Violência contra a mulher em Irati-PR: mapeamento da incidência e da rede de enfrentamento (CNPq). E-mail: kalexsandra@unicentro.br.

maiores bases de dados do país desse fenômeno. Metodologicamente, tratou-se de uma pesquisa de caráter descritivo, que faz uso de dados quantitativos e qualitativos, principalmente dos dados das fichas do Sinan (Sistema de Informação de Agravos de Notificação), articulamos esses dados com a literatura da área da saúde coletiva (VIEIRA-DASILVA, PAIM, SCHRAIBER, 2014) juntamente com os estudos de gênero/feministas (SAFFIOTI, 2004; CRENSHAW, 2002; AKOTIRENE, 2018), a fim de fazer esta interlocução entre os dois campos teóricos. Obtivemos alguns resultados dos dados de violência contra a mulher no município que abarcou os anos de 2014 a 2019, os registros apontaram para uma maior incidência das violências sexuais/físicas nas instituições de saúde. Sobre a caracterização das vítimas, foi observado que o pico ocorre na faixa dos 20 aos 39 anos (436 de 881 casos entre os anos de 2014 e 2019), depois dessa idade, o número vai diminuindo progressivamente. Essas mulheres geralmente estiverem ou estão em um relacionamento conjugal (45% dos dados), e de acordo com os dados do município, os homens (cônjuges ou ex-cônjuges) são em sua maioria os principais agressores. Também foi perceptível a baixa concentração de notificação de violência a mulheres pretas, pardas e amarelas (cerca de 4% do total das notificações). Concluímos por meio deste estudo que a notificação dessas violências é de extrema importância, e que essa fonte de dados é uma das principais do município, possibilitando que compreendamos um pouco mais sobre esse fenômeno. A importância da investigação da violência contra a mulher no campo da saúde se dá na medida em que este é o primeiro lugar ao qual as mulheres chegam depois da agressão, de modo que são fundamentais outras pesquisas que se proponham a olhar para esses dados com o intuito de prevenção.

PALAVRAS-CHAVE: Violência contra a mulher, Violência Doméstica, Mapeamento, Rede de Enfrentamento, Saúde.

REFERÊNCIAS

AKOTIRENE, Carla. *O que é interseccionalidade?*. Belo Horizonte: Letramento; Justificando, 2018.

BRASIL. Lei Nº 10.778, de 24 de Novembro de 2003. Estabelece a notificação compulsória, no território nacional, do caso de violência contra a mulher que for atendida em serviços de saúde públicos ou privados. *Diário Oficial da União* 25 Nov 2003.

CRENSHAW, KIMBERLÉ. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. *Rev. Estud. Fem.*, Florianópolis, v. 10, n. 1, p. 171-188, Jan, 2002. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2002000100011&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 18 dez 2020.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. *Gênero, patriarcado e violência*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004. (Coleção Brasil Urgente). 152p.

VIEIRA-DA-SILVA, Lígia Maria; PAIM, Jairnilson Silva; SCHRAIBER, Lilia Blima. O que é saúde coletiva. In: PAIM, Jairnilson Silva, ALMEIDA-FILHO, Naomar de (Org.). *Saúde coletiva: teoria e prática*. Rio de Janeiro: MedBook, 2014. p. 3-12.

EIXO IV
DIREITOS FUNDAMENTAI



DESCONSTRUINDO O SUJEITO UNIVERSAL DO SISTEMA ECONÔMICO CAPITALISTA: REFLEXÕES SOBRE A DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO NO BRASIL A PARTIR DAS NOÇÕES DE GÊNERO, RAÇA E CLASSE

Gabriela Grupp¹

Heloísa Nerone²

O debate sobre as desigualdades de gênero sustentadas pelo sistema econômico capitalista não é recente. Há, historicamente, a construção de uma lógica de divisão sexual do trabalho no Brasil, advinda da cosmovisão europeia, que tem ocasionado consequências violentas na sobrevivência das mulheres em se tratando de baixa remuneração, duplas e triplas jornadas de trabalho, informalidade e altos índices de desemprego. A ideia de uma economia que prioriza o lucro acima de garantias fundamentais básicas à subsistência humana precisa, portanto, ser minada. Para que seja possível traçar estratégias de emancipação da mulher brasileira diante da sua vulnerabilização por este sistema, a interseccionalidade entre as pautas de gênero, raça e classe se faz pré-requisito epistemológico necessário para uma análise crítica sobre as relações econômicas na sociedade brasileira contemporânea. Esta pesquisa se divide, pois, em três eixos. O primeiro se dedica à consolidação e consequente universalização da noção binária de gênero a partir da cosmovisão europeia, cuja divisão repercute até a atualidade no padrão de divisão sexual de trabalho em países colonizados, dentre eles o Brasil. O principal reflexo abordado é a imposição do trabalho doméstico à mulher, compreendendo uma forçosa diferenciação entre trabalho produtivo e trabalho reprodutivo, que justifica a manutenção de uma exploração invisibilizada. Nessa linha, enquanto o trabalho produtivo tem sido entendido como o que permite a circulação de capital, o reprodutivo compreende aquele que não possui uma finalidade permanente, já que se dedica às tarefas cíclicas de manutenção da vida, desde a feitura de alimentos para os membros do núcleo familiar, até a criação de crianças, para que estas um dia também se tornem trabalhadoras produtivas. Em um segundo momento, apresenta o histórico do Brasil frente à incorporação da binaridade de gênero a partir da colonização europeia e, por consequência, da lógica do trabalho reprodutivo, na figura da atividade doméstica, canalizada na figura feminina. Diante das relações raciais e classistas que constroem a

-
- 1 Aluna do curso de graduação em Direito pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). Integrante bolsista do PET Direito UFPR. E-mail: gabrielagrupp@gmail.com.
 - 2 Aluna do curso de graduação em Direito pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). Integrante voluntária do PET Direito UFPR. E-mail: heloisanerone@protonmail.com.

história do país e até hoje sustentam desigualdades econômicas, tece considerações sobre a capitalização do trabalho reprodutivo de corpos femininos, pobres e negros. Aqui, identifica o perfil da empregada doméstica no país como símbolo das continuidades históricas sobre quais mulheres tem ocupado e de qual forma o mercado de trabalho: são elas, em sua maioria, negras, pobres e com baixo nível de instrução. Em sequência, constata a contradição do conflito capital-vida, que no sistema capitalista exige a circulação econômica para a sobrevivência humana, incluindo a capitalização do trabalho doméstico, ao mesmo tempo em que se afasta a proteção da vida das trabalhadoras ao sucateá-lo, expondo-as à instabilidade e ao descaso. Traça, por fim, estratégias de emancipação, concluindo que qualquer avaliação sobre o trabalho reprodutivo que não se pautar pelas questões de gênero, raça e classe é insuficiente. Dada a construção histórica de uma sociedade desigual, a partir de critérios desiguais de divisão de trabalho, a vulnerabilidade que hoje se encontram as mulheres, negras e pobres no Brasil não é mera coincidência. Reivindica, portanto, que qualquer alteração da lógica de vulnerabilização de mulheres no mercado de trabalho, bem como na sobrecarga de atividades domésticas, não será satisfatória sem colocar em dúvida racismo e o capitalismo, propondo, como saída, a socialização do trabalho reprodutivo, ao compreender o protagonismo feminino na consolidação de uma nova organização social. Em suma, o objetivo desta investigação é, para além de reivindicar uma narrativa interseccionalizada sobre o trabalho reprodutivo no Brasil, entender que as mulheres, mesmo que cotidianamente invisibilizadas, são as responsáveis pelas futuras transformações sociais.

PALAVRAS-CHAVE: economia; trabalho reprodutivo; gênero; raça; classe.

REFERÊNCIAS

DAVIS, Angela. *Mulheres, raça e classe*. Trad. Heci Regina Candiani. São Paulo: Boitempo, 2016.

FEDERICI, Silvia. *O ponto zero da revolução: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista*. São Paulo: Editora Elefante, 2019.

GAGO, Verônica. *A razão neoliberal: economias barrocas e pragmática popular*. São Paulo: Elefante, 2018.

HIRATA, Helena; KERGOAT, Danièle. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. *Cadernos de Pesquisa*, v. 37, n. 132, p. 595-609, set/dez 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/cp/v37n132/a0537132.pdf>. Acesso em: 10 jul. 2020.

OROZCO, Amaia Pérez. *Subversión feminista de la economía: aportes para un debate sobre el conflicto capital-vida*. 4ª ed. Madrid: Traficantes de Sueños, 2019.

A REALIDADE DO SISTEMA PRISIONAL FEMININO BRASILEIRO E A VIOLAÇÃO DE DIREITOS HUMANOS: OS DESAFIOS ENFRENTADOS PELA MULHER GESTANTE ENCARCERADA E A LUTA PELA CONQUISTA DA PRISÃO DOMICILIAR (HC 143641/STF, LEIS 13.257/2016 E 13.769/2018)

Diéssica Zonemberg Ferreira¹

Isadora Prado Pinheiro²

Ante o avanço das pesquisas voltadas para a salvaguarda dos direitos humanos, associado ao crescimento do debate em torno das condições do sistema prisional brasileiro, a presente pesquisa tem por objetivo desenvolver uma análise crítica a respeito das violações a garantias fundamentais no interior do cárcere, voltando-se, em especial, para a conjuntura da mulher gestante em reclusão e a busca pelo direito à prisão domiciliar. A importância de tal estudo se dá diante da necessidade de garantia dos direitos fundamentais de um modo geral, com foco na imprescindibilidade de se acautelar os direitos da mulher gestante em situação de encarceramento, ressaltando-se a carência de estudos práticos e de iniciativas públicas neste sentido. Assim, intenta-se demonstrar, em um primeiro momento, as graves violações a direitos humanos no sistema prisional brasileiro sob uma perspectiva genérica, apontando a realidade prática da execução de pena em oposição às previsões legais. Na sequência, busca-se abordar as condições e o perfil da mulher em condição de encarceramento, voltando-se para a precariedade dos estabelecimentos prisionais femininos, em que os efeitos nocivos sobre as mulheres em detenção demonstram ter um peso mais evidente. No intuito de afunilar a análise, objetiva-se, em seguida, propor reflexões a respeito da mulher gestante inserida no sistema carcerário brasileiro, cujos direitos, mesmo previstos legalmente, são assegurados apenas sob um aspecto formal, ao passo que, na prática, são-lhe diariamente renegados. Neste ponto, a relevância das discussões se dá na medida em que, para além da extrapolação dos efeitos da pena, a violação a direitos fundamentais de gestantes em encarceramento atinge o próprio corpo social, na medida em que a mulher terá maiores dificuldades de ressocialização e a criança nascida em uma conjuntura desfavorável a seu desenvolvimento também tende a ser afetada pelas ofensas ao próprio ordenamento jurídico. Assim, a

1 Aluna do curso de graduação em Direito na Universidade Estadual de Maringá. Estudante. diessicazf@hotmail.com.

2 Aluna do curso de graduação em Direito na Universidade Estadual de Maringá. Estudante. isaprado97@hotmail.com.

problemática se mostra mais severa, posto que o cárcere se revela um ambiente inadequado, sem condições básicas de higiene e salubridade, sobretudo para uma mulher nas condições abordadas. Por fim, em conclusão ao estudo, intenta-se aprofundar a análise acerca das possibilidades de melhorias das condições das mulheres gestantes em detenção, de tal forma que sua posterior ressocialização seja facilitada e que sua prole se desenvolva com qualidade. Assim, propõe-se melhoras na legislação vigente no tocante a mulheres gestantes em condição de encarceramento, garantindo-se seus direitos fundamentais e, sobretudo, sua dignidade, durante a gestação, o parto, ou na criação de seus filhos, com foco na possibilidade de prisão domiciliar a mulheres grávidas em detenção. Para tanto, objetiva-se analisar a atual situação legislativa e judiciária, com destaque para a aplicação das Lei nº 13.257 de 2016 e 13.789 de 2018 e do Habeas Corpus Coletivo nº 143641 do Supremo Tribunal Federal, citando-se soluções do Poder Judiciário para atenuar os efeitos degradantes do cárcere. Com este estudo, espera-se explicitar a importância de desenvolver estudos práticos e políticas públicas voltadas para a garantia dos direitos humanos nos estabelecimentos prisionais, especialmente para as mulheres gestantes em situação de encarceramento, a partir de um raciocínio crítico que conduza à criação de uma legislação mais sensível à realidade carcerária e de um olhar menos punitivo por parte do Poder Judiciário. Para tanto, utiliza-se de pesquisa bibliográfica e de abordagem crítico-reflexiva da realidade e do conhecimento, por meio de discussão de obras que se voltam à defesa dos direitos humanos no sistema prisional brasileiro, sobretudo das gestantes em condição de encarceramento, e análise de institutos legais e decisões judiciais.

PALAVRAS-CHAVE: sistema prisional; mulheres; gestantes; direitos humanos; prisão domiciliar.

REFERÊNCIAS

ANGOTTI, Bruna; BRAGA, Ana Gabriela Mendes. Da hipermaternidade à hipomaternidade no cárcere brasileiro. *Revista Internacional de Direitos humanos*: São Paulo, v.12, n.22, p.229-239, 2015. Disponível em: https://www.sur.conectas.org/wp-content/uploads/2015/12/16_SUR-22_PORTUGUES_ANA-GABRIELA-MENDES-BRAGA_BRUNA-ANGOTTI.pdf. Acesso em: jul.2020.

BATISTA, Nilo. *Punidos e Mal Pagos*. Rio de Janeiro: Revan, 1990.

GALVÃO, Mayana Camila Barbosa; DAVIM, Rejane Marie Barbosa. Ausência de assistência à gestante em situação de cárcere penitenciário. *Cogitare Enfermagem*: Curitiba, v. 18, n.3, p. 452-459, 2013. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=483649281005>. Acesso em: jul.2020.

PIMENTEL, Elaine. O lado oculto das prisões femininas: representações dos sentimentos em torno do crime e da pena. *Latitude*, Alagoas, v. 07, n. 02, p. 51-68, 2013. Disponível em: <https://doi.org/10.28998/2179-5428.20130204>. Acesso em: jul. 2020.

VIAFORE, Daniele. A gravidez no cárcere Brasileiro: uma análise da Penitenciária Feminina Madre Pelletier. *Direito & Justiça*, ano XXVII, v. 31, n. 2, p. 91-208, 2005. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fadir/login>. Acesso em: jul. 2020.

A INEFICÁCIA NO ACESSO À SAÚDE PELA MULHER PRIVADA DE LIBERDADE E A NECROPOLÍTICA DO ESTADO BRASILEIRO

Mariana Pabis Balan¹

Murilo Basso²

A pesquisa tem como objetivo verificar em que medida a ineficácia no acesso à saúde pelas mulheres privadas de liberdade no Brasil evidencia a necropolítica do Estado no tocante à população prisional feminina do país, tendo como base teórica o conceito cunhado pelo filósofo camaronês Achille Mbembe (2016) no início do século XXI. Para tanto, utilizou-se como metodologia a pesquisa bibliográfica, com estudos científicos sobre a temática, e a pesquisa documental, a partir da análise de matérias jornalísticas que abordam a questão. Desde a promulgação da Lei 11.343/2006, conhecida como Lei de Drogas, a quantidade de mulheres presas explodiu no Brasil. Entre 2000 e 2016, o encarceramento feminino brasileiro cresceu 698%. Segundo o Departamento Penitenciário Nacional (DEPEN), se no começo do século havia 5,6 mil mulheres em privação de liberdade no país, 16 anos depois o número saltou para 44,7 mil (PONTES; MARTINS, 2017). Atualmente, de acordo com a versão mais recente do Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias (INFOPEN)³, divulgada em fevereiro de 2020 pelo Ministério da Justiça, há 37,1 mil mulheres custodiadas no sistema penitenciário brasileiro, sendo que a maioria esmagadora das presas (46,7%) está detida por algum delito previsto na Lei de Drogas. O déficit verificado é de 3,7 mil vagas. A maioria das presas é jovem, negra, de baixa escolaridade e com pelo menos um filho. Muitas também são as principais responsáveis pelo sustento de suas famílias, e caíram em meio ao redemoinho da verdadeira guerra às drogas no Brasil como o inimigo a ser combatido. As prisões brasileiras são marcadas pela superlotação e por reiteradas violações aos direitos humanos dos indivíduos que se encontram em tais locais. Nesse cenário, verifica-se que o acesso à saúde pelas mulheres custodiadas no sistema prisional do Brasil é ineficaz. A

-
- 1 Aluna do Mestrado no Programa de Pós-Graduação em Direitos Humanos e Políticas Públicas (PPGDH) da Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUCPR), especialista em Sociologia Política (UFPR), advogada, jornalista. E-mail: ma.balan@yahoo.com.br.
 - 2 Aluno do Programa de Pós-Graduação em Direitos Humanos e Políticas Públicas (PPGDH) da Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUCPR), especialista em Políticas Públicas e Desenvolvimento Social (PUCPR), jornalista. E-mail: mbasso89@gmail.com.
 - 3 O levantamento pode ser acessado na íntegra no sítio eletrônico do Departamento Penitenciário Nacional: <http://depen.gov.br/DEPEN/depen/sisdepen/infopen>.

Constituição Federal de 1988 prevê a saúde como um direito social, enquanto a Lei de Execução Penal (Lei 7.210/1984) traz que a assistência à saúde do preso é dever do Estado e direito do encarcerado, que deve ter acesso a atendimento médico, farmacêutico e odontológico. No tocante ao acesso à saúde pelas presas mulheres, ele também está previsto na Política Nacional de Atenção às Mulheres em Situação de Privação de Liberdade e Egressas do Sistema Prisional (PNAMPE), instituída pela Portaria Interministerial número 210, de 16 de janeiro de 2014, do Ministério da Justiça e da Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República. Apesar das previsões legislativas, estudos indicam que esse acesso é bastante falho. Na versão mais recente do INFOPEN, há registro de somente 26 médicos ginecologistas em todo o sistema. Considerando que há 37,1 mil mulheres custodiadas, trata-se de um profissional para cada 1,4 mil presas, aproximadamente. Observa-se, nesse sentido, que as prisões ainda são um ambiente essencialmente masculino. Pelo fato de a população carcerária feminina ter crescido tanto em um período relativamente curto de tempo, o que se constata é que o sistema não estava preparado para receber esse elevado contingente de mulheres, gerando reflexos no acesso à saúde por elas. Sobre o tema, Araújo et. al (2020) afirmam que ainda há muitos entraves, como barreiras institucionais, superlotação crônica e discriminação quanto às pessoas presas – discriminação esta que muitas vezes está envolta em nuances tecnicistas e burocráticas, que acabam por afetar o direito de acesso à saúde. Além disso, o atendimento apresenta, de forma prioritária, ações relativas à maternidade, “tornando a assistência à saúde fragmentada, tendo o intuito primordial de restringir a sexualidade das presidiárias” (ARAÚJO et al., 2020). As presas brasileiras relatam não ter acesso a produtos de higiene básicos para mulheres, como absorventes íntimos, chegando a substituir o item por papel higiênico, jornal e até miolo de pão. Muitas mulheres que chegam grávidas ao presídio também dizem ter passado por pouco ou nenhum acompanhamento médico durante a gestação (QUEIROZ, 2015). Ainda, segundo relatos da Pastoral Carcerária, que age junto às pessoas presas e suas famílias, há detentas que mesmo com nódulos nos seios e hemorragias esperam meses por uma consulta. Problemas de pele também são comuns e faltam dermatologistas (CUNHA, 2017). Essa ineficácia no acesso à saúde pelas mulheres que se encontram privadas de liberdade no país é uma evidência da necropolítica praticada pelo Estado brasileiro no que diz respeito à população prisional. Na necropolítica, segundo Achille Mbembe (2016), a soberania se expressa predominantemente pelo direito de matar, no sentido de que a vida deixa o centro do exercício de domínio para a morte ganhar protagonismo. Dessa forma, o Estado passa a administrar os indivíduos que precisam morrer para que outros possam viver. Sob a justificativa de defender a sociedade, mais do que exercer um controle sobre a vida dos indivíduos que devem prosperar no modelo de humanidade desenhado pelas classes dominantes, é preciso conduzir quem morre – e como. Assim, a necropolítica representaria a aniquilação da vida em relação aos corpos, indivíduos e populações consideradas descartáveis, como se essas pessoas levassem uma vida sem valor, “matável”. Ao não garantir o pleno acesso à saúde às mulheres privadas de liberdade no Brasil, o Estado pratica verdadeira manobra de eliminação de corpos considerados indesejáveis, quais sejam os corpos femininos, negros e periféricos, que não se enquadram no padrão de normalidade imposto por quem detém o poder.

PALAVRAS-CHAVE: acesso à saúde; direitos humanos; encarceramento feminino; necropolítica; sistema prisional.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Moziane Mendonça de. Assistência à saúde de mulheres encarceradas: análise com base na Teoria das Necessidades Humanas Básicas. *Escola Anna Nery - Revista de Enfermagem*, n. 24, v. 3, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br>. Acesso em: 14 jun. 2020.

CUNHA, Fernanda. Além das grades: Uma leitura do sistema prisional feminino no Brasil. *Huffpost Brasil*, 18 jun. 2017. Disponível em: <http://huffpostbrasil.com>. Acesso em: 14 jun. 2020.

MBEMBE, Achille. Necropolítica. *Artes & Ensaios*, n. 32, 2016, p. 122-151.

PONTES, Felipe; MARTINS, Helena. População carcerária feminina cresce 700% em dezesseis anos no Brasil. *Agência Brasil*. Brasília, 26 ago. 2017. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br>. Acesso em: 12 jun. 2020.

QUEIROZ, Nana. *Presos que menstruam*. Rio de Janeiro: Record, 2015.

EIXO

ELEIÇÕES

MULHERES CANDIDATAS A DEPUTADAS NO ESTADO DO PARANÁ NAS ELEIÇÕES 2018: EXPECTATIVAS E PERSPECTIVAS DA PARTICIPAÇÃO FEMININA NA POLÍTICA

Ana Letícia Stori Mendes¹

Karla Diniz Trevisan²

Rafael Egidio Leal e Silva³

O presente resumo⁴ tem como objetivo apresentar pesquisa de investigação acerca da percepção das candidatas a Deputadas – estaduais e federais – pelo Estado do Paraná acerca da participação feminina na política, especialmente em suas expectativas e perspectivas em relação à política, a partir do pleito eleitoral de 2018. Temos aqui como questão norteadora a presença da mulher como protagonista nas eleições parlamentares, considerando que a eleição para o cargo de Deputado – Estadual ou Federal – tem o condão de ser escolher os representantes do “povo”, e, assim sendo, a pessoa que se candidata tem este horizonte de representatividade. Questionamos assim a percepção e expectativa da participação das mulheres em cargos políticos em eleições, e quais são os fatores que influenciam para a pouca participação das mesmas nos cargos, a partir da análise da fala das próprias candidatas durante o pleito eleitoral. Se olharmos para os números das eleições de 2014, obtidos no Tribunal Superior Eleitoral, no tocante ao quesito gênero dos candidatos, verificaremos que ainda há uma relação desfavorável à mulher no tocante ao processo eleitoral e ocupação dos cargos políticos públicos. Assim, na eleição para o cargo de Deputado Federal pelo Estado do Paraná, em 2014, foram 295 candidatos no total, sendo 213 homens (72,2%) e 82 candidatas (27,8%). As 30 cadeiras disputadas foram assim distribuídas: 28 homens eleitos e 02 mulheres eleitas, sendo 93,3% de deputados homens e 6,7% de deputadas pela bancada paranaense na Câmara Federal. Em relação à eleição para Deputados Estaduais no Estado do Paraná, foram 738 candidatos no total, sendo 530 homens e 208 mulheres, sendo 71,8% de homens e 28,2% de mulheres. Das 54 cadeiras disputadas, foram 51 homens eleitos e 03 mulheres eleitas, perfazendo um percentual de 94,4% de homens e 5,6% de mulheres. E isto considerando que cada vez mais a participação feminina é estimulada na política,

-
- 1 Aluna do curso de Psicologia da Unipar Campus Umuarama. Técnica em química integrado ao Ensino Médio do IFPR – Campus Umuarama. E-mail: ana.stori.lele@gmail.com
 - 2 Aluna do Curso Técnico em Informática integrado ao Ensino Médio do IFPR – Campus Umuarama. Bolsista PIBIC-Jr (CNPq). E-mail: karladiniztrevisan@gmail.com
 - 3 Mestre em Psicologia (UEM), Licenciado em Ciências Sociais (UEM). Docente de Sociologia do IFPR – Campus Umuarama. E-mail: rafael.silva@ifpr.edu.br
 - 4 Este texto tem sua origem no projeto de Iniciação Científica Junior, vinculado ao Programa de Bolsas de Iniciação Científica Junior (PIBIC-Jr) do Instituto Federal do Paraná, entre os anos de 2018 a 2019

considerando a cota instituída no parágrafo 3º da Lei 9504/97, com o percentual de candidaturas de 30% a 70% para cada sexo, considerando o partido ou a coligação, o que, como podemos observar, tanto no caso de Deputados Federais como Estaduais, não houve respeito ao limite legal. Desta forma, diante de dados tão discrepantes, temos como hipótese que a mulher candidata faz também da eleição um espaço de luta pela presença da mulher na política, e temos como finalidade dar voz a esta mulher no período eleitoral. Este texto justifica-se por pesquisar e compreender relações sociais que são pouco mostradas pela mídia e mascaradas no processo eleitoral, que são as relações de gênero e o poder. A metodologia utilizada teve como fases: no seu primeiro momento, levantamento bibliográfico acerca da participação da mulher na política e compreensão das regras do processo eleitoral brasileiro; o segundo momento com a realização do levantamento do perfil das candidatas a deputadas (Estadual e Federal) no Paraná, através dos dados públicos fornecidos pela Justiça Eleitoral e também a realização de entrevistas abertas com as candidatas ao cargo de Deputadas no Paraná, questionando-as sobre sua visão da participação feminina na política e suas perspectivas. Nestas entrevistas houve a participação de cerca de um terço das candidatas em entrevistas anônimas, enviadas digitalmente. Como resultado, esperamos ter traçado o perfil da candidatura feminina no pleito em questão, além de investigar a visão da mulher sobre seu empoderamento através das urnas.

PALAVRAS-CHAVE: Mulheres; Paraná; Eleições; Candidatas; Deputadas.

REFERÊNCIAS

BOURDIEU, P. *A dominação masculina*. 8.ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

BRASIL. *Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997*. Estabelece normas para as eleições. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19504.htm. Acesso em: 24/03/2018.

HARAWAY, D. *Gênero” para um dicionário marxista: a política sexual de uma palavra*. Cadernos Pagu, Campinas, n. 22, 2004. p. 201-246.

PANKE, L. & IASULAITIS, S. *Mulheres no poder: aspectos sobre o discurso feminino nas campanhas eleitorais*. Opin. Publica, Campinas, v. 22, n. 2, p. 385-417, ago. 2016.

VAZ, G. *A participação da mulher na política Brasileira: a lei de cotas*. Monografia de Conclusão de Curso apresentada ao Curso de Especialização em Processo Legislativo do Centro de Formação, Treinamento e Aperfeiçoamento, da Câmara dos Deputados, 2008.

ENTRE DESCOLONIZAR E DESPATRIARCALIZAR: A PARTICIPAÇÃO POLÍTICA DAS MULHERES NO ESTADO PLURINACIONAL BOLIVIANO

Mariana Rocha Malheiros¹

Resumo: Esta comunicação oral é parte de pesquisa em andamento que tem como propósito entender a luta dos movimentos de mulheres na Bolívia frente o Estado Plurinacional. A eleição de Evo Morales possibilitou a realização de uma Assembleia Constituinte com ampla participação de movimentos populares, especialmente indígenas e cocaleiros, tendo como reivindicação comum a descolonização do Estado, com a plurinacionalidade. Entre 2006 e 2009, movimentos de mulheres participaram desse processo e também apresentaram suas pautas específicas. Estes movimentos construíram também a compreensão de despatriarcalização da Bolívia. Para as organizações e movimentos de mulheres a descolonização se refletia na implementação do *chachawarmi*, princípio andino que significa homem e mulher como complementares, sendo, dentro das cosmovisões quéchua e aimará, a representação do universo no casal humano. Não se trata somente do casal no espaço privado: para que as decisões sejam equitativas e representem o todo, é preciso que homens e mulheres participem, em igualdades de condições, dos espaços públicos. Este debate se refletiu na Lei nº 18, de 16 de junho de 2010, sobre o órgão eleitoral, constituindo entre seus princípios a complementariedade e a equivalência, que promove a equidade de gênero e igualdade de oportunidades entre mulheres e homens, bem como a aplicação obrigatória da paridade e alternância na eleição de todos os cargos públicos, iniciando com as eleições internas dos partidos e organizações e chegando a prática das democracias comunitárias e representativas. Todavia, mulheres que não integravam a base do Governo de Evo Morales apontavam que mais importante que descolonizar era despatriarcalizar. Na despatriarcalização proposta, o *chachawarmi* era um grande risco à presença das mulheres nos espaços democráticos porque poderiam ser vistas numa lógica complementar hierárquica, ou seja, dentro dos espaços políticos, as mulheres ainda seriam secundárias frente às decisões dos homens. Descolonizar ou despatriarcalizar? Vislumbrou-se que a percepção dos processos coloniais possibilitou reconhecer a atuação do patriarcado após a invasão europeia, apontando a violência dos colonizadores contra as mulheres, mas o

¹ Aluna do Mestrado em Integração Contemporânea na América Latina no Programa de Pós-Graduação em Integração Contemporânea na América Latina pela Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA), especialista em Perspectivas Decoloniais e Educação pela Universidade Estadual do Centro-Oeste do Paraná (UNICENTRO), graduada em Direito pelas Faculdades Guarapuava, pesquisadora do ¡DALE! – Decolonizar a América Latina e Seus Espaços. E-mail: mariana.malheiros.62678@gmail.com.

patriarcado que garantia os privilégios aos homens indígenas continuava intacto. Em suas lutas, as mulheres irão apontar que não queriam nem a igualdade do feminismo branco burguês, nem a diferença proposta pelo *chachawarmi*, descolonizando e despatriarcalizando os espaços ocupados pelas mulheres. Não há descolonização sem despatriarcalização, nem despatriarcalização sem descolonização, conforme se apresenta na luta das mulheres bolivianas. Assim, procura-se visa entender a construção do Estado com bases descolonizadoras e despatriarcalizadoras, analisando a participação das mulheres nos poderes centrais do Estado Plurinacional. Houve a opção em limitar essa análise da inserção das mulheres nos espaços tradicionais de poder (Legislativo, Executivo e Judiciário) para entender esses processos dentro das estruturas do Estado. Assim, o trabalho se divide em duas partes: a primeira, que apresenta a articulação sociopolítica das mulheres após a eleição de Evo Morales durante a Assembleia Constituinte de 2006-2008 a partir das propostas de descolonização e despatriarcalização do Estado, bem como os ganhos jurídicos desse processo, que se refletiram na Constituição Plurinacional de 2009; a segunda, a organização de mulheres dentro do Estado Plurinacional, examinando, a partir de dados quantitativos, sua presença dentro dos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário, com as dificuldades e conquistas frente às compreensões sobre o descolonizar e despatriarcalizar. Analisando-se os indicadores, se constatou que a partir de 2009 a participação das mulheres nesses espaços aumentou significativamente. O que se verificou é que as mulheres ocuparam o Legislativo, garantindo a paridade e alternância; sua presença foi inferior nos cargos titulares do Judiciário, com ocupação das suplências, mas cumprindo com a alternância; todavia, no Executivo, essa alteração foi insignificante. Com o levantamento destes indicadores, se pôde concluir, ao menos parcialmente, que os processos de descolonização e despatriarcalização aconteceram na Bolívia, mas como processos paralelos e interrelacionados na articulação entre Estado e Sociedade, sem os diálogos necessários para inserir quantitativamente e qualitativamente as mulheres nas estruturas estatais de decisão.

PALAVRAS-CHAVE: Plurinacionalidade; Descolonização; Despatriarcalização; Participação Política; Bolívia.

REFERÊNCIAS

BOLÍVIA, Estado Plurinacional da. *Constitucion Política del Estado*, promulgada em 07.02.2009.

FERRO, Larissa Cristina de Sousa. *O acesso à Justiça para as mulheres indígenas no Estado Plurinacional Boliviano*. Dissertação (mestrado). Brasília: Universidade de Brasília – Programa de Pós-Graduação em Estudos Comparados sobre as Américas, 135p, 2019.

GALINDO, María. La revolución feminista se llama Despatriarcalización. In: CURIEL, Ochy; GALINDO, María. *Descolonización y despatriarcalización de y desde los feminismos de Abya Yala – Série Feminista Siempre*. España: Agencia Catalana de Cooperación al Desenvolupament, 2015.

INE – Instituto Nacional de Estadística. *Censos de población y vivienda*. 2012. Disponível em <https://www.ine.gob.bo/index.php/estadisticas-sociales/vivienda-y-servicios-basicos/censos-vivienda/> Acesso em 28.08.2020.

VILLA, Lourdes Saavedra. *“Chacha Warmi”: dualidade y complementariedade - El concepto de “Chacha Warmi” en las prácticas cotidianas de la pareja, en las comunidades de Chhawkha y Wichhuqullu, del pueblo de Orinoca, Oruro – Bolivia*. Tesis (magister). Cochabamba: Universidad Mayor de San Simón – Facultad de Humanidades y Ciencias de la Educación, 157p, 2011.

EIXO VI
HISTÓRIA



O PERCURSO HISTÓRICO-SOCIAL E AS MOTIVAÇÕES À DISCRIMINAÇÃO DO GÊNERO FEMININO: UMA PERSPECTIVA CULTURAL BRASILEIRA E A NECESSIDADE DE EMANCIPAÇÃO DAS MULHERES COM FINS DE COIBIR VULNERABILIDADES

Lorennna Medeiros Toscano de Brito¹

Essa pesquisa visa contemplar o itinerário histórica, social e, conseqüentemente, deflagrado culturalmente, no qual – ainda – permite a submissão e propagação da discriminação ao gênero feminino. Para isso, em um primeiro momento, foi necessário adentrar em preceitos pretéritos, principalmente os quais remontam a Grécia e Roma Antiga, e, assim, observar os cultos domésticos, os quais serviram como sedimento as legislações adotadas no Brasil, inclusive, através da herança portuguesa, da figura inferiorizada da mulher e seu papel no lar. Ainda, há a análise da idade média alta e baixa e as perseguições às mulheres em razão de não serem de um gênero dominante, as quais eram propostas por um poder hegemônico. Nesse seguimento, a fim de concretizar as bases histórico-sociais na qual nosso país está, temos, a partir da colonização lusitana - igualmente influenciada por esses percursos explicitados outrora – a qual promoveu a manutenção desse sistema e, ainda, a violação de povos originários, em especial as mulheres, e, também, aos e as retiradas dos seus países no continente Africano, criando uma classe periférica e hipervulnerável. Para isso, temos como objetivo geral a apresentação histórica e social e suas influências na discriminação de gênero no ontem ao hoje, bem assim, quanto ao objetivo específico, a demonstração da identificação do fator cultural – igualmente histórico - como motivador para a promoção de um micro e macropoder hegemônico. O método é dialético, com procedimentos descritivos e comparativos, e, ainda, análise bibliográfica e legal. Com isso, na conclusão serão apresentadas soluções aos pontos controvertidos que favorecem a manutenção de um sistema legitimador da classe dominante e com privilégios, respondendo, ao final, qual o papel da compreensão do respectivo percurso, com ênfase social, e, ainda, do direito junto a discriminação de gênero. Como resultado, tem-se que, dentro dos maiores influenciadores à cultura brasileira, encontramos as repercussões portuguesas e, ainda, na idade antiga, gregas e romanas, como as tradições no lar. Esses, por sua vez, discutiam, através dos cultos

¹ Lorennna Medeiros Toscano de Brito. Aluna do curso de Pós-graduação em Direito Constitucional pelo Centro Universitário do Rio Grande do Norte (UNI-RN). Graduada em Direito pelo Centro Universitário do Rio Grande do Norte (UNI-RN). Pesquisadora da Escola de Ciências Jurídicas da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO). Pesquisadora do Grupo de Estudos Direito, Estado e Feminismos da Universidade do Rio Grande do Norte (UFRN) Advogada. Email: toscanolorennna@gmail.com.

domésticos, a dominação masculina frente a um endeusamento do homem e que este seria o único percussor, digno, para reproduzi-la ao seio da família. O que, hoje, reflete a dominação e concepções nos discursos quanto a submissão da mulher no lar, fatores que justificam, inclusive, a aplicação da Lei Maria da Penha (11.340/2006). Ademais, na Idade Média, temos movimentos que, mais uma vez, compactua com a discriminação de gênero, coexistindo com os do âmbito doméstico, sendo um dos mais famosos o Caça às Bruxas, o qual era proveniente de uma idealização masculina do que seria moral ou não, bem assim, a criação do livro que fundamentou tal perseguição, o conhecido Martelo das Feiticeiras, que servia de informativo para identificar mulheres que não se comportassem aos ditames sociais à época, bem assim, as consequências dos seus atos, reforçando mais um instrumento opressor. No fim da idade média, a visualização enquanto mulheres à parte da sociedade dominante continuava, muito embora, por relatos históricos no Estado Absolutista, temos elas em linha de frente à reivindicações por seus Direitos, como é o caso da Marcha das Mulheres até Versalhes. As revoluções ideológicas serviram de base para aprofundamentos dos pleitos dessas mulheres, todavia, ainda assim, sofriam represálias como é o caso do termo A República da Discórdia, que trazia as mulheres com imagens de medusas e que seriam a principal figura daqueles que apoiassem um novo marco político, o qual era indesejado pelo macropoder à época, na França. A idade moderna se condensa com as grandes tomadas de terras continentais e invasões a territórios como o Brasil, na América Latina, e, com isso, a subjugação de povos originários – em especial, Mulheres – que sofriam ainda mais os fatores da discriminação de gênero e violações a sua intimidade, junto a elas, temos os povos oriundos dos diversos países do Continente Africano. Esses, por sua vez, também trouxeram mulheres que ficaram à mercê desse sistema opressor baseado em uma perspectiva superior e negacionista dos Direitos Humanos das Mulheres, que, inclusive, traziam as tradições apresentadas outrora, a ponto de, hoje, possuímos duas comunidades periféricas, vulneráveis – quando não hipervulneráveis – ao micro e macrosistema brasileiro, bem assim, ainda com privilégios, as demais que também podem se concretizar em situação de violência, uma vez que status social, poder econômico, não nos livra de viver em discriminação constate ao gênero feminino, mas, dentro dessa vulnerabilidade, existem agravantes, como é o caso de dos povos indígenas e das afrodescendentes. Conclui-se, portanto, que as violências sofridas por mulheres no Brasil foram trazidas por costumes, baseado no percurso histórico de alhures, firmado para alimentar o macro e micro poder que aqui se fincou, bem assim, em razão de dívidas históricas, deturpações culturais, costumes próprios de outras comunidades, foram postos à exposição de hipervulnerabilidade as demais mulheres que neste país se encontram e que, igualmente – se não, mais intensa – sofrem discriminações, violências, baseadas no Ser Mulher. Portanto, a fim de trazer meios resolutivos a exposição acima, tem-se a necessidade de esclarecer o grupo oprimido, através da educação e compreensão dos fatores históricos, uma vez que são justificadores basilares para uma cultura discriminatória, sendo esse um fim libertador, trazendo uma verdadeira revolução intelectual e de encontro a posição que encontramos hoje para, não mais remediar com leis, políticas públicas ou, até mesmo recorrer ao judiciário, mas, em verdade, prevenir. Prevenir de entrarmos em ciclos de violência por sermos subjugadas, apagadas dos espaços de poder, e, ainda, a nos fortalecer para ocupá-los. A rede de apoio deve ser alimentada entre as oprimidas, igualmente esclarecidas, e, com alcance com base no recorte raça, gênero e classe, com fins de englobar as mais hipervulneráveis ao Viver com Dignidade, com autonomia, preservação de suas raízes provenientes de uma verdadeira promoção social com bases históricas.

PALAVRAS-CHAVE: Fatores Históricos. Mulheres. Discriminação de Gênero. Direitos Humanos. Vulneráveis.

REFERÊNCIAS

BRASIL. *Lei n. 11.340, de 7 de agosto de 2006*: Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas [...]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111340.htm. Acesso em: 8 nov. 2018.

COULANGES, Fustel. *A cidade antiga*. 2. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2011.

CASTRO, Flávia Langes. *História do direito geral e do Brasil*. 6. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2008

MICHELET, *Histoire de La Révolution Française*, tomo I. [S.l.]: Pléiade, 1974.

PRIORE, Del Mary. *História das Mulheres no Brasil*. 10. ed. São Paulo: Contexto, 2017.

WOLKMER, Antonio Carlos. *Fundamentos de história do direito*. 8. ed. Belo Horizonte: Dey Rey, 2014.

ÓPERA CARMEN EM DIÁLOGO: CORPO FEMININO E A VIOLÊNCIA DE GÊNERO

Tatiana de Carvalho Castro¹

Jéssica Wisniewski Dias²

A ópera francesa *Carmen* foi composta por Georges Bizet (1838 – 1875), tendo libreto assinado por Henri Meilhac e Ludovic Halévy baseado no romance homônimo. Estreada em 1875, no teatro *Opéra Comique* de Paris, esta obra foi primeiramente tida como um fracasso até tornar-se, paulatinamente, uma das óperas mais populares e executadas ao decorrer do tempo. O melodrama em quatro atos é ambientado na cidade de Sevilha da década de 1830 e narra a estória da personagem Carmen, uma cigana que prega a liberdade, o prazer e a obtenção de seus próprios desejos. Em contrapartida esta envolve-se amorosamente com Don José, um cabo da polícia que, enciumado das atitudes libertárias de Carmen, acaba por assassiná-la. O presente trabalho busca, por meio da análise do texto e dos estudos de gênero, estabelecer um diálogo entre a imagem da personagem Carmen com a violência física e simbólica reproduzida dentro de sua narrativa, como também, organizar meios de leituras possíveis de enquadrar a personagem dentro de uma representação objetificada da dominação patriarcal, inserindo o seu corpo como lugar de violência. Concomitantemente, a personagem também vem representar uma tentativa de embate aos valores morais da época, por representar uma expressão da sexualidade feminina, conforme o conceito de Toneli (2012), em atitudes contrapostas àquelas que regulamentavam a vida das mulheres da época, vivenciando seu corpo, ao invés de silenciá-lo. Desta forma, ao mesmo tempo em que se permite ser um objeto de dominação simbólica, a personagem utiliza-se do recurso da própria sexualidade e de seu corpo para galgar uma posição dominante, o que faz de *Carmen* uma obra bastante paradoxal. Este estudo fez uma cuidadosa leitura do texto da ópera, colocando suas representações como referências fundamentais para o desenvolvimento da crítica estabelecida por esta pesquisa. Foram inseridas também periódicos brasileiros do século XIX – como o jornal especializado em obras eruditas, *Amphion* – como meio de compreender parcialmente o processo de circulação da obra em seu contexto de elaboração e, posteriormente, no século XX, com notas e notícias na *Revista da Semana*, periódico ilustrado voltado para a circulação de ideias e entretenimento. A circulação desta obra, dentro de períodos diferentes, sugere uma releitura, questionando cada vez mais a conduta e as representações de Carmen, de acordo com a compreensão estrutural da figura feminina de cada temporalidade. Por exemplo, no século XX, com o contexto pós-primeira guerra, as

-
- 1 Aluna do Mestrado no Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal Fluminense UFF. Bolsista CAPES. E-mail: tccastro6@gmail.com
 - 2 Aluna do Mestrado no Programa de Pós-graduação em Artes, Cultura e Linguagens da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). Bacharel em Música (UEPA). E-mail: jessicawisnie@gmail.com

mulheres burguesas vivenciaram uma liberdade de consumo, uma liberdade física e social muito maior do que no século XIX. Com base nos periódicos, a ópera *Carmen* é constantemente lida como um clássico, permanecendo por gerações como uma obra de impacto e originalidade, isto é, despertando o olhar inquietante do público ao enfoque da violência feminina em contraste com a liberdade prezada pela personagem da cigana, como exaltada pela mesma. Por fim, relaciona-se e problematiza-se o material e leitura da obra com o suporte teórico-metodológico dos estudos de gênero. Como este trabalho busca entender quais os processos de violência são construídos no corpo de Carmen, seguimos a reflexão de Rachel Soihet (2002), o corpo feminino como um lugar de violência; a violência física e simbólica, questões estudadas por Pierre Bourdieu; a problemática do corpo feminino, como parte das estruturas sociais, enquanto submissão e dominação, a partir dos estudos de Judith Butler (2003). Este processo de violência ao corpo feminino é compreendido como parte da dominação masculina, campo estudado por Bourdieu (2012) e contemplado pela teoria das relações sociais do sexo de Anne-Marie Devreux (2005). A ópera *Carmen* traz uma reflexão sobre como as representações da violência de gênero percorreram os séculos XIX e XX; contextos completamente diferentes no que compreendemos do processo de atuação e participação feminina nos meios e nos campos. O público da época, tanto masculino quanto feminino, consumiam a derrota de Carmen. Consumiam a violência construída sobre seu corpo. A cultura, enquanto meio de leitura das ações humanas, impacta diretamente na formação psicológica dos sujeitos, ou seja, o que reproduzimos é o que a cultura nos fornece como base de representação. O mesmo ocorre no campo da ópera, que, como espelho social de seu tempo, torna possível compreender o papel feminino e seus paradigmas na sociedade dos séculos passados. Assim, *Carmen* faz parte de uma cultura misógina, de um entretenimento do século XIX que separava as mulheres tomando como base o seu estado de liberdade e de escolhas. Pode-se dizer que a obra alimentou as estruturas da violência simbólica, construindo uma leitura de domínio masculino, permitindo o mesmo a violentar, agredir e matar uma mulher que não correspondia com sua decisão. Inúmeros elementos culturais, como a ópera, a música e o cinema, construíram e contribuíram para as estruturas de violência de gênero. Destarte, o presente trabalho busca elucidar tais questões a fim de ressignificá-las a partir das premissas atuais dos estudos de gênero, libertando a figura feminina e, neste caso, a personagem Carmen, de suas amarras e violências sofridas.

PALAVRAS-CHAVE: ópera; estudo de gênero; história das mulheres; representação.

REFERÊNCIAS

- BOURDIEU, Pierre. *A dominação masculina*. 11. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.
- BUTLER, Judith. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2003.
- DEVREUX, Anne-Marie. A teoria das relações sociais de sexo: um quadro de análise sobre a dominação masculina. *Sociedade e Estado*, v. 20, n. 3, p. 561-584, 2005.
- SOIHET, Rachel. O corpo feminino como lugar de violência. *Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História*, v. 25, 2002.

TONELI, MJF. Sexualidade, gênero e gerações: continuando o debate. In: JACÓ-VILELA, AM.; SATO, L. (orgs). *Diálogos em psicologia social* [online]. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, p. 147-167, 2012.

EIXO VII
LITERATURA E LINGUAGENS



GÊNERO, RAÇA E SEXUALIDADE NO LIVRO BEM-VINDOS AO PARAÍSO, DE NICOLE DENNIS-BENN

Lívia Verena Cunha do Rosário ¹

Uma garota de programa lésbica, pobre, negra, na Jamaica. Essa é Margot, a protagonista de Bem-vindos ao paraíso, livro de estreia de Nicole Dennis-Benn, publicado em 2018. A Jamaica fica situada no mar do Caribe, possui uma ilha central e outras ilhas ao seu redor, e é em uma cidade praiana de Kingstons, capital da Jamaica, que ocorre a trama deste romance. As ilhas do Caribe atraem turistas do mundo todo para os famosos resorts, que proporcionam luxo e conforto nesses destinos paradisíacos, cujos turistas são, majoritariamente homens brancos e ricos. Por outro lado, países do Caribe, a exemplo da Jamaica, são marcados pela herança colonial, altos níveis de pobreza e desigualdade social. Margot trabalha como recepcionista em um hotel de luxo, mas furtivamente é contratada por hóspedes como garota de programa e utiliza esse dinheiro para ajudar a mãe e a irmã, com quem mora em um bairro pobre da cidade. A irmã de Margot, Thandi, é uma adolescente em quem a mãe e a irmã depositam todas as esperanças de um futuro melhor. Ambas se esforçam para mandá-la a uma escola católica de elite – na qual Thandi é ora ignorada, ora zombada por ser a menina de pele mais escura por lá. Assim, a jovem recorre ao uso de cremes abrasivos para tentar clarear sua pele e assim sentir-se digna de atenção e afeto. O processo de branqueamento ao qual Thandi se submete é chamado de *Skin whitening*, *Skin Bleaching* ou *Bleaching*, e, segundo Yaba Blay (2011) consiste no uso contínuo de produtos com princípio ativo em mercúrio e hidroquinona química com a finalidade destruir os melanócitos, células responsáveis pela produção de melanina, para obter tons mais próximos da pele branca. Segundo Walker (1982), colorismo remete ao modo como o tom da pele determina que a pessoa tenha privilégios e acesso facilitado a diversos espaços sociais; quanto mais negra a pessoa for, mais dificuldades ela terá. De acordo com os moldes da estrutura social racista, quanto menos traços negros uma pessoa tiver e quanto mais clara for a sua pele, mais e melhor aceita ela será em diversos grupos. Ser negro é um crime apenas pela pessoa existir. E, à medida em que as características raciais forem mais fortes, menores serão os direitos que lhe serão concedidos. Thandi evidencia o auto ódio de pessoas negras (FANON, 2008), isto é, ela materializa a não-aceitação de seu próprio fenótipo negro, um dos efeitos nocivos do colonialismo na psique da população negra. O caminho de Margot também se cruza ao

¹ Mestra em Estudos de Fronteira pela Universidade Federal do Amapá (UNIFAP). Professora substituta no curso de Letras, da Universidade do Estado do Amapá (UEAP). E-mail: liviaverenac@gmail.com.

de Verdene, que sofre constantes ataques homofóbicos da comunidade e com quem Margot mantém um relacionamento amoroso em segredo. A criminalização da homofobia ainda é uma realidade em muitas partes do mundo, e a Jamaica possui altos níveis de crimes violentos contra homossexuais. De acordo com Reddock (2013), a homofobia, na Jamaica é uma força que atua no policiamento das atitudes e comportamentos dos meninos e dos homens, disseminada através de diversos canais: a legislação que proíbe práticas homoafetivas e prevê punições para as mesmas; as canções populares que estimulam a violência contra homossexuais; as instituições religiosas que se unem para combater aquilo que entendem como gay agenda; o léxico; as piadas e comentários. Verdene é chamada de bruxa, demônio e tudo aquilo que a ignorância é capaz de acusar. Verdene, assim como as demais personagens femininas guarda muitos segredos, reflexo do silenciamento e invisibilidade ao qual vivências e narrativas de mulheres estão relegados. Portanto, enquanto oculta sua verdadeira orientação sexual, Margot também recorre à prostituição, em um contexto em que o turismo sexual está fortemente vinculado à hipersexualização das mulheres negras. Dessa forma, este comunicado tem como objetivo analisar o cruzamento dos marcadores gênero, raça e sexualidade nas personagens femininas do romance *Bem-vindos ao paraíso*, evidenciando os efeitos do colonialismo e racismo nas experiências de mulheres negras. São muitas as literaturas das mulheres negras, assim como variam suas experiências, suas disputas no campo literário e as histórias a serem contadas. Conhecer essas estéticas e narrativas pode ser um passeio fora da zona de conforto. É provável que exista o incômodo ao se dar conta de como a ficção pode revelar muito mais do que o noticiário, a revelação dos pontos de vista de personagens comumente abandonados no esquecimento. Assim, ler a produção de mulheres negras é se deparar com um rico trabalho de autoras questionando, produzindo e desafiando o *status quo* há gerações; além de um exercício de alteridade, de se abrir a visões de mundo desconhecidas, como também pode ser a revelação de uma riqueza ancestral, apagada pelo racismo estrutural, que diminui o valor da produção cultural dos negros entre categorias como gosto e classe. Assim, a partir das histórias de quatro mulheres negras em uma região do Caribe, Nicole Dennis Benn, ela também negra, jamaicana e lésbica, proporciona a reflexão sobre a realidade pós-colonial de personagens que vivem dilemas derivados de sua raça, gênero, sexualidade, religião e do direito sobre seus corpos. Embora ficção, as personagens retratam dilemas contemporâneos e mostram como o paraíso, muitas vezes é o inferno para quem trabalha e vive nele.

PALAVRAS-CHAVE: literatura; caribe; racismo; prostituição; homofobia.

REFERÊNCIAS

BLAY, Yaba Amgborale. Skin Bleaching and Global White Supremacy. *The Journal of Pan African Studies*, v. 4, n. 04, p. 07-25, jun. 2011. Disponível em: <http://www.jpanafrican.org/docs/vol4no4/Editorial.pdf>.

DENNIS-BENN, Nicole. *Bem-vindos ao Paraíso*. São Paulo: Editora Morro Branco, 2018.

FANON, Frantz. *Pele negra, máscaras brancas*. Salvador: EDUFBA, 2008.

REDDOCK, Rhoda. *Men as Gendered Beings*: The emergence of masculinity studies in the anglophone Caribbean. *Social and Economic Studies*, v. 52, n. 03, p. 89-117, set. 2003. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/pdf/27865342.pdf>.

WALKER, Alice. *If the Present Looks Like the Past, What Does the Future Look Like?* In: Walker, Alice. *Search of our Mothers' Gardens: Womanist Prose*. New York: Harcourt Inc., 1982.

EIXO VIII
MÍDIA E COMUNICAÇÃO



QUESTÕES DE GÊNERO A PARTIR DA EXPOSIÇÃO NÃO CONSENSUAL DE MATERIAIS COM CONTEÚDO SEXUAL NA INTERNET

Flávia Werner Scholz¹

O comunicado científico a ser apresentado é derivado de uma pesquisa de dissertação realizada no âmbito do Programa de Pós-graduação em Sociologia da Universidade Federal do Paraná. Na pesquisa, finalizada em março de 2020, colaborei com o Programa a partir da investigação na linha de pesquisa Cultura e Sociabilidades no eixo temático Gênero, corpo, sexualidade e saúde. Tenho como objeto de estudo o fenômeno da exposição não consentida de materiais com conteúdo sexual. Com recorte para casos de mulheres que foram vitimadas por seus ex-companheiros. A prática é popularmente conhecida como pornografia de vingança (tradução do inglês “porn revenge”), pornografia de revanche ou pornografia não consensual. Como objetivo principal apresento a disseminação não consensual de conteúdo sexual a partir da narrativa de mulheres que passaram por essa experiência. São duas interlocutoras, Rose Leonel e Annmarie Chiarini, cujas trajetórias convergem ao serem vitimadas, mas também por ambas incorporarem um ativismo que se opõe a exposição não consensual. Com relação aos objetivos específicos, pretendo apresentar as tensões que surgem quando os materiais sexuais são tirados de seu contexto de intimidade transformando-se em violência. Busco refletir como a exposição sexual não consentida se relaciona a opressão e controle dos corpos e da sexualidade feminina. Objetivo também apresentar dados acerca da potencialização do fenômeno e as mudanças em como os indivíduos se relacionam entre si a partir da incorporação da tecnologia. Intento verificar a hipótese se a publicização da violência que essas mulheres sofreram pode ser considerada como um possível processo de enfrentamento da disseminação não consensual de material com conteúdo sexual. Assim, ao longo do artigo, enfatizo que a violência de gênero pode se manifestar de diferentes maneiras e que quando se materializa faz parte de um processo que perpassa todos os âmbitos da sociedade e têm seus alicerces na desumanização das mulheres. Os dispêndios da exposição não consentida de conteúdo sexual são diversos e as consequências podem ser sociais, psicológicas, financeiras e físicas. A interlocutora Rose

¹ Mestra em Sociologia na Universidade Federal do Paraná. cursando especialização em Políticas Públicas e Justiça de Gênero pelo Centro Latino-Americano de Ciências Sociais (CLASCO). Graduada em Relações Públicas pela Universidade Federal do Paraná. Graduada em Relações Internacionais pelo Centro Universitário Uninter. Técnica em Comunicação e Artes pelo Colégio Estadual do Paraná. E-mail: fla.scholz@gmail.com

Leonel (2019) argumenta: “Quando você está na rede social exposta, cada clique, você é violentada a cada clique. Eu penso, eu sinto. O sentimento é esse. Quando você é exposta você está com a sua intimidade sendo exposta para as pessoas. É como se fosse sendo violentada a cada clique. É essa a sensação”². Entendo que a relevância dessa pesquisa se justifica em face a relatos como o de Rose, além de, evidentemente, a prevalência de dados alarmantes de violência de gênero no contexto brasileiro e internacional. Observa-se que a mulher que se torna uma vítima fatal, muitas vezes já foi vítima de uma série de outras formas de violências de gênero como a violência psicológica, física, sexual, patrimonial, entre outras. Em um mundo conectado, a disseminação não consensual passa a integrar esse variado rol de violências. Segundo a Safernet Brasil, o número de denúncias em relação a exposição sexual não consentida cresceu 109,95% em relação ao ano de 2017. Sendo o crime que mais levou as pessoas a procurar ajuda em 2018, com 669 casos contabilizados. Além disso, as mulheres se configuram por representarem 70,1% dos atendimentos realizados devido à exposição sexual. Além da culpabilização das vítimas e a dificuldade de rastrear os culpados, ainda há uma banalização de manifestações de violência online sob a crença de que elas começam e terminam no meio digital, e que, portanto, são passageiras³. No que tange a metodologia, a pesquisa tem o caráter qualitativo e vale como método de procedimento o estudo de caso, utilizando de uma pesquisa bibliográfica e documental. Foram utilizados dois materiais distintos de análise. São eles: dados recolhidos a partir de sites oficiais de governos, sites de organizações nacionais e internacionais, blogs, sites, jornais, vídeos, programas de televisão, dissertações e teses. E entrevistas semiestruturadas realizadas com as interlocutoras, já mencionadas, Rose Leonel e Annmarie Chiarini. Com relação aos resultados, verifico a hipótese que a publicização da violência que as interlocutoras sofreram, bem como a luta que empreenderam na justiça e nas organizações Marias da Internet e Cyber Civil Rights Initiative, podem ser consideradas como um – entre tantos – caminhos possíveis para o enfrentamento da disseminação não consensual de material com conteúdo sexual. A violência que é perpetrada por outrem, muitas vezes revela tentativas de cercear a autonomia do corpo e liberdade sexual feminina. Nesse caso, vê-se que a decisão pelo enfrentamento das interlocutoras foi de encontro, não somente pela busca por justiça, mas também a reafirmação da autonomia de seus próprios corpos.

PALAVRAS-CHAVE: Gênero. Internet. Disseminação não consensual.

-
- 2 LEONEL, Rose. Entrevista concedida a Flávia Werner Scholz, Maringá, fevereiro, 2019. In: Questões de gênero a partir da visibilidade compulsória de mulheres na internet. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Sociologia. Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2020.
 - 3 CODING RIGHTS; INTERNETLAB. Violências contra mulher na internet: diagnóstico, soluções e desafios. Contribuição conjunta do Brasil para a relatora especial da ONU sobre violência contra a mulher. São Paulo, 2017.

REFERÊNCIAS

CODING RIGHTS; INTERNETLAB. *Violências contra mulher na internet: diagnóstico, soluções e desafios*. Contribuição conjunta do Brasil para a relatora especial da ONU sobre violência contra a mulher. São Paulo, 2017.

LEONEL, Rose. Entrevista concedida a Flávia Werner Scholz, Maringá, fevereiro, 2019. In: *Questões de gênero a partir da visibilidade compulsória de mulheres na internet*. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Sociologia. Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2020.

O DIABO ESTÁ NOS DETALHES: A RELAÇÃO DE *THE HANDMAID'S TALE* COM O ATUAL CENÁRIO POLÍTICO BRASILEIRO

Fernanda Ramos Crevelin¹

A série *The Handmaid's Tale* (HULU, 2016) é uma distopia na qual as mulheres sofrem todos os dias com a intensa repressão e misoginia por parte de um sistema patriarcal. Parece difícil imaginar que essas questões seriam ainda discutidas na atualidade, é impossível pensar que essa distopia da década de 1980 estaria tão próxima da realidade de hoje. Segundo Margaret Atwood, autora da obra que deu origem à série televisiva, tudo o que está na obra já ocorreu alguma vez na história, seja em um estado totalitário, regime militar ou por ordem religiosa. Nenhum dispositivo imaginário, nenhuma lei imaginária, nenhuma atrocidade imaginária. Na introdução da edição 2017, a autora escreve que “dizem que Deus está nos detalhes. O diabo também está”. Pensando na possível relação entre o sistema da república retratada na série, chamada de Gilead, e na crescente onda de conservadorismo no Brasil, utilizando as teorias da análise de discurso crítica, este projeto tem como objetivo avaliar essa proximidade da obra com a realidade. Considerando que a ADC não se preocupa apenas com a articulação de palavras mas sim de escolhas de termos carregados de ideologia usados pela dominação e preconceito, este projeto visa a fazer essa comparação com notícias acerca do cenário político brasileiro e discursos presentes na obra de Atwood. O que a obra *The Handmaid's Tale* quer nos mostrar na atualidade? Foi pensando nessa problemática que esse projeto surgiu. A proposta é analisar a série *The Handmaid's Tale* (HULU, 2016) sob uma perspectiva política e feminista de direitos, vozes e papéis sociais das minorias. Através do primeiro objetivo, este projeto pretende também discutir o destino biológico das mulheres. *The Handmaid's Tale* apresenta mulheres (as chamadas Aias) como escravas sexuais responsáveis pela reprodução e continuidade da força de trabalho. Na série, as mulheres que são férteis precisam cumprir com seu “destino biológico”: a maternidade. Isso porque o futuro distópico ali representado é também regido por um sistema totalitário cristão. Dessa forma, as aias são forçadas a engravidar, de maneira a seguirem o que é considerado, de certa forma, normal e obrigatório no Antigo Testamento. Ainda sobre o destino biológico, mas agora fora da ficção, pode-se afirmar que em toda a vida as mulheres foram reduzidas ao uso do seu corpo, mais especificamente, ao útero. Sendo assim, toda sua racionalidade e autonomia foram – e são – negadas, de modo a estigmatizá-las como donas de casa, mães, dependentes financeiramente dos maridos etc. Por consequência da análise comparativa, este

¹ Pós-graduada em Produção e Recepção de texto e graduada em Letras – Português/Inglês. Já participou de diversos congressos sobre estudos feministas e, atualmente, se concentra no mestrado em estudo de gênero na perspectiva da Análise de Discurso. É editora de conteúdo de Língua Portuguesa por profissão e também atua como redatora e revisora de textos.

estudo também trará questões sobre os retrocessos dos direitos sexuais, e do corpo da mulher brasileira. Quais serão as realidades brasileiras que as minorias, principalmente as mulheres, além de conhecer, experienciam? Muito do que se vê na série também se vê por aqui, no país tropical que, na verdade, não é bonito pela natureza de suas culturas de discriminação e opressão com as mulheres. Diante do exposto, este projeto será desenvolvido na cidade de Curitiba e terá como metodologia um estudo bibliográfico e midiático. Pretende-se fazer estudos das teorias da ADC e relacioná-las com notícias atuais que trazem essa ligação com a série. Além disso, será feita uma análise de todas as temporadas da série *The Handmaid's Tale*, com descrição das cenas, das nuances, da fotografia e da linguagem e dos discursos utilizados. Então, tudo o que tenha relação com o mundo distópico criado por Atwood e esteja fazendo alguma referência aos acontecimentos da realidade atual do Brasil será analisado neste projeto. Por mais que as pesquisas ainda estejam em estágio inicial, é possível perceber um retrocesso na sociedade no que tange os direitos das mulheres a partir da comparação das notícias relacionadas às falas do atual presidente com o discurso usado por alguns personagens da série. A prerrogativa de atos em nome de Deus, da família, do cidadão de bem estão muito presentes em ambos os discursos. Dessa forma, é necessário posicionar as pessoas, seus papéis e níveis de poder, pois é por meio das marcas dos textos que são determinadas as estruturas sociais e essas relações de poder. Portanto, o poder não é discurso, mas é operado por ele para determinar a posição de cada pessoa e, assim, perpetuar o arranjo social.

PALAVRAS-CHAVE: Série. Repressão. Patriarcado. Brasil. Política.

REFERÊNCIAS

ATWOOD, M. *The Handmaid's Tale*. Rio de Janeiro: Editora Rocco. 2017.

BATISTA, J. *Análise de Discurso Crítica para linguistas e não linguistas*. São Paulo: Parábola 2018.

BOURDIEU, p. *A Dominação Masculina*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

BUTLER, J. *Fundamentos contingentes: o feminismo e a questão do pós-modernismo*. *Cadernos Pagu*, n. 11, p. 11-42, 1998. Tradução de Pedro Maia Soares para versão do artigo "Contingent Foundations: Feminism and the Question of Postmodernism", no *Greater Philadelphia Philosophy Consortium*, em setembro de 1990.

OSTERMANN, A. C. e FONTANA, B. *Linguagem, Gênero, Sexualidade: clássicos traduzidos*. São Paulo: Parábola Editorial, 2010.

GIRL BOSS: EMPODERAMENTO FEMININO OU MERCANTILIZAÇÃO DISCURSIVA?

Juliana Maria da Cruz ¹

Karoliny Felipe Martins ²

A presente proposta de trabalho pretende analisar o discurso promovido pelo coaching feminino, metodologia de desenvolvimento pessoal e profissional voltado ao público feminino, a partir de uma perspectiva interdisciplinar entre antropologia e psicanálise. A pesquisa, que se encontra em andamento, objetiva analisar como o discurso feminista é mercantilizado valendo -se de perfis e discussões na rede Instagram. Para isso está sendo realizada uma pesquisa exploratória baseada na revisão bibliográfica sobre o tema partindo do ponto de vista de Bauman (2008), Federici (2004), Saffioti (1976) e também contribuições da teoria psicanalítica. Bauman elucida sobre a modernidade estar centrada na incapacidade de inércia. Com isso, o consumismo assume uma potência de quebra dos sólidos e novas configurações (2008). A partir da obra de Federici (2004) buscamos compreender de que forma se deu a acumulação de trabalho e a degradação das mulheres, bem como, a construção da “diferença” - de gênero - na “transição para o capitalismo, pautando a divisão sexual do trabalho”. Saffioti (1976) contudo, nos auxilia em “A mulher na Sociedade de Classes” a pensar sobre o processo do advento do capitalismo e, consequentemente, a posição social da mulher, partindo da ideia de que o modo de produção capitalista acentua as contradições e tendo o sexo como fator de discriminação social “enquanto perdurasse o modo de produção baseado na apropriação privada dos meios de produção” (p. 31). Ao falarmos sobre capitalismo, mais especificamente no contexto neoliberal, é importante situar que o neoliberalismo é, antes de tudo, uma nova forma de racionalidade, a qual é capaz de transformar o discurso sobre os homens e as mulheres e também a percepção de sua identidade. Esse modo de racionalidade e governabilidade se espalha com um conjunto de discursos, práticas e dispositivos que alteram modelos de governo e os regimes de existência dos sujeitos, baseado numa construção de subjetividades

-
- 1 Psicóloga com especialização em Psicologia Clínica: Abordagem Psicanalítica pela PUCPR, Graduada em Psicologia pelo Unibrasil- Centro Universitário. Psicóloga Clínica (CRP: 08/27388). E-mail: psijulianacruz@gmail.com
 - 2 Aluna do Mestrado em Antropologia pela UFPR (PPGAA/UFPR), Especialista em Antropologia pela PUCPR, Licenciada em Ciências Sociais pela mesma universidade e professora de Sociologia da Rede Estadual de Ensino do Paraná (SEED/PR). E-mail: karol_pgem@msn.com

pautadas na competição e nos critérios de desempenho (ROSSI, 2018). Sobre essa perspectiva, Damasceno (2011) chama a atenção para “uma onda” que cresce de forma significativa desde a década de 80, o *coaching*, que se trata de um processo de elaboração e busca por metas, onde um profissional (*coach*) ajuda o cliente (*coachee*) a realizar seus objetivos. A forma de atuação do *coaching* é por meio de técnicas oriundas principalmente de abordagens cognitivistas, neolinguística e psicologia positiva. É a partir das mudanças de “mapas mentais” e “modelagens de comportamento” que o cliente parte nas conquistas seus objetivos, como um melhor emprego, fama, prosperidade, autoconfiança e mais tudo o que é exigência do mercado, ou seja, os significantes mais falados e temidos. Esse mercado capitalista atua por meio de metáforas e metonímias capazes de agir como leis no inconsciente do sujeito, como por exemplo, “o mercado tem pressa” ou “são regras do mercado”. Esse significante *mercado* é a máxima do novo capitalismo e age como um incentivo ao consumismo e a compulsão, sendo o objeto de consumo sempre sendo colocado em primeiro plano, em detrimento do sujeito, tornando assim a economia do capitalismo uma economia de um gozo ilimitado, uma cultura da pulsão de morte (DAMASCENO, 2011). Dessa forma, valendo -se de uma leitura crítica acerca do sistema capitalista como catalisador das diferenças e desigualdades de gênero, pretendemos entender quais relações são possíveis entre empoderamento feminino - com base em recortes do discurso feminista - e a incorporação deste mesmo discurso pelo mercado. Além de uma análise acerca da forma como esse discurso capitalista influencia na construção subjetiva e quais suas possíveis consequências.

PALAVRAS-CHAVE: Empoderamento, coaching, discurso, feminismo, mercantilização.

REFERÊNCIAS

BAUMAN, Zygmunt. *O segredo mais bem guardado da sociedade de consumidores* in: Vida para o consumo: a transformação das pessoas em mercadoria. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008.

DAMASCENO, Bianca. *A sociedade contemporânea e seus meios de competência: uma crítica ao coaching à luz da teoria psicanalítica*. In: VI Congresso Nacional de Psicanálise e do XV Encontro de Psicanálise da UFC, Fortaleza. 2011. Disponível em <<http://www.psicanalise.ufc.br/hot-site/pdf/Mesas/06.pdf>> Acesso em 18 de julho de 2020.

FEDERICI, Silvia; *A acumulação do trabalho e a degradação das mulheres* in: Calibã e a bruxa . Mulheres, corpo e acumulação primitiva. Trad. de Coletivo Sycorax. São Paulo: Elefante, 2017. Tomo I: Migraciones. Ciudad de México: Palabra de Clío, 2017. 194p.

SAFFIOTI, Heleieth. *A Mulher na Sociedade de Classe: Mito e Realidade*. Petrópolis: Vozes, 1976.

ROSSI, Helena Costa; JÚNIOR, Cláudio Kazuo Akimoto. *Neoliberalismo e sujeito*. Revista da Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, v. 113, p. 761-774, 2018. Disponível

em <<http://www.periodicos.usp.br/rfdusp/article/view/156656>> Acesso em 17 de julho de 2020.

MULHERES NO PODER: BARREIRAS E DESAFIOS PARA A VISIBILIDADE FEMININA NAS ORGANIZAÇÕES

Kely Cristina Mendonça Couto¹

Ainda hoje, após significativas mudanças nos padrões socioculturais ao longo dos anos, existem fatores que mostram o quanto há distinção de gêneros em ambientes corporativos e não somente nestes. Isso faz com que os cargos de liderança se tornem mais desafiadores para as mulheres, além das tarefas do trabalho em si. O comportamento da mídia e de representantes das organizações afeta drasticamente a evolução destes padrões e, também a vida das mulheres que são submetidas a tais comportamentos machistas. O objetivo do presente trabalho é apresentar as principais dificuldades enfrentadas por mulheres ao assumirem posições de lideranças e como a mídia e as organizações estão relacionadas a este processo, colaborando ou dificultando para a visibilidade feminina e ascensão de mulheres. Para isto, foram analisadas referências bibliográficas sobre o tema e, também, coletadas publicações na internet, como reportagens e artigos online sobre a realidade atual das mulheres ao assumirem cargos de liderança, a fim de construir um apanhado de informações e apresentar as partes mais relevantes sobre o preconceito e as dificuldades enfrentadas pelas mulheres, para a produção de uma análise crítica sobre os materiais analisados. Um artigo sobre carreiras e desafios das mulheres no mercado de trabalho, publicado no site PRAVALER, apresenta informações gritantes sobre as diferenças entre homens e mulheres relacionadas ao mercado de trabalho, profissões e carreira. Os dados, retirados dos resultados de uma pesquisa realizada em 2018 pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), mostram a porcentagem de pessoas no mercado de trabalho de acordo com o sexo, sendo 54,7% homens e apenas 45,3% de mulheres. O valor médio por hora trabalhada, sendo R\$ 14,20 a remuneração para os homens e R\$ 13,00 para as mulheres. O rendimento médio total é de R\$ 2.579,00 para os homens e R\$ 2.050,00 para as mulheres. Já em relação ao nível de escolaridade, apenas 18,4% dos homens tem ensino superior, enquanto a porcentagem de mulheres é de 22,8%. Quando comparado o rendimento e escolaridade, o salário mais baixo de acordo com o nível de instrução foi de mulheres com rendimento médio de R\$ 800,00 do grupo sem instrução e com ensino fundamental incompleto, já o mais elevado foi recebido por homens com ensino superior completo, o rendimento médio de R\$

1 Aluna do Mestrado em Comunicação e Poder pela Universidade Federal de Mato Grosso, MBA em Gestão de Equipes e Marketing pela Faculdade Batista de Minas Gerais, Especialista em Análises Clínicas e Toxicologia pela Universidade José do Rosário Vellano, Bacharel em Comunicação Social com Habilitação em Publicidade e Propaganda pela Universidade do Estado de Minas Gerais, Bacharel em Bioquímica pela Universidade Federal de São João Del-Rei. Pesquisador Membro do Grupo de Pesquisa CICLO (Grupo de Pesquisa em Comunicação, Política e Cidadania). Gerente de Comunicação da JMV Technology. kelycrismc@gmail.com.

5.928,00. O salário médio de diretores e gerentes do sexo masculino é de R\$ 6.216,00, já para o mesmo cargo, a média salarial para o sexo feminino é de apenas R\$ 4.435,00. A pesquisa também mostrou que as mulheres ocupam 45% dos cargos de liderança. Para as mulheres que estão dando um salto em sua carreira e alcançando cargos elevados, ao lidar com as barreiras e preconceitos, é comum buscar por referências de outras mulheres que já chegaram ao topo para se inspirar. Contudo, há grandes dificuldades para encontrar exemplos por haver poucas referências de mulheres no poder em determinados segmentos. De fato, as representações midiáticas influenciam nos padrões de comportamento da sociedade, o que afeta diretamente a vida e carreira das mulheres. Sabendo disto, as marcas e organizações investem cada vez mais de forma estratégica na representação de seus valores através da mídia. Ainda falta a apresentação de discursos que condizem com a realidade da sociedade atual onde a mulher trabalha, estuda, tem suas metas e perspectivas assim como qualquer outro indivíduo, e não mais leva uma vida doméstica resumida em cozinhar, cuidar da casa e dos filhos. O fator que mais dificulta que evoluções ocorram é o contexto sociocultural com valores patriarcais enraizados na sociedade ao longo dos anos. Evoluções ocorrem, mesmo que bem lentamente. Porém falta representatividade nos discursos midiáticos e, principalmente no dia a dia das organizações. Os padrões de uma sociedade patriarcal ainda reverberam em nossa sociedade e são motivo de muitas discussões e controvérsias. Ainda hoje, existem muitos defensores da cultura machista, confirmando que tais padrões não são alterados a curto prazo. São necessárias muitas mudanças e, para que elas ocorram, é preciso que haja muitos esforços e lutas diárias. É urgente a necessidade de conscientização acerca destes problemas e, principalmente discursos e análises mais críticos sobre o preconceito que ocorre, a realidade do dia a dia das mulheres, suas dificuldades e desafios simplesmente por serem mulheres. As mudanças no posicionamento da mídia e das organizações frente às distinções de gêneros são importantes e significativas quando se fala em evolução. Porém, para que elas ocorram, são necessárias diversas outras mudanças nos costumes que começam a ser desenvolvidos no próprio seio familiar. A divisão de tarefas domésticas por exemplo, formas de comportamento e postura em relação as mulheres precisam ser ressignificadas e adaptadas de forma a excluir a distinção de gênero assim como ocorre ainda atualmente. O que nos traz pequenas esperanças de mudanças, são as conquistas femininas em diversos segmentos ocorridas ao longo dos anos, principalmente quando avaliamos, historicamente, os acontecimentos sociopolíticos relacionados aos direitos das mulheres. Mudanças que ocorrem, muitas vezes, através de muito sofrimento, mas que contribuem para as adaptações urgentes e necessária para um futuro mais igualitário, humano e menos violento em relação à vida das mulheres.

PALAVRAS-CHAVE: Mulheres; liderança feminina; mídia e organizações.

REFERÊNCIAS

HRYNIEWICZ, Lygia Gonçalves Costa; VIANNA Maria Amorim. Mulheres em posição de liderança: obstáculos e expectativas de gênero em cargos gerenciais. *Cad. EBAPE.BR*, v. 16, nº 3, Rio de Janeiro, 2018. p. 331-344.

COUTO, Kely Cristina Mendonça. Mulheres e saberes: Fernanda Tonelli – A luta, força e representatividade da mulher cientista. In: _____. (Org.). *Mulheres na sociedade: Desafios para a visibilidade feminina*. Belo Horizonte: D'Plácido, 2018, p. 499-512.

LAPORTA, Taís. Mulheres na Liderança: as barreiras que ainda prejudicam a ascensão feminina no mercado de trabalho. *GI*. 2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/concursos-e-emprego/noticia/2019/07/02/mulheres-na-lideranca-as-barreiras-que-ainda-prejudicam-a-ascensao-feminina-no-mercado-de-trabalho.ghtml>. Acesso em: 11 jul. 2020.

PRASABER. Mulheres no mercado de trabalho: Carreiras e Desafios. *PRAVALER*. 2020. Disponível em: <https://www.pravaler.com.br/mulheres-no-mercado-de-trabalho-carreiras-e-desafios/>. Acesso em: 13 jul. 2020.

TORRES, Talita. Noiva expõe machismo em curso de igreja e provoca reflexão. *Campo Grande News*. 2020. Disponível em: <https://www.campograndenews.com.br/lado-b/comportamento-23-08-2011-08/noiva-expoe-machismo-em-curso-de-igreja-e-provoca-reflexao?fbclid=IwAR1rqmqPVd2zzRk3J7hGdo0nPJggtNAc6Zx-J6si5sVGfnYfXwrENahUIZ4/>. Acesso em: 27 jul. 2020.

TRADICIONALISMO GAÚCHO E FEMINISMO: UMA EXPERIÊNCIA PRÁTICA DE EMPODERAMENTO FEMININO ATRAVÉS DAS MÍDIAS SOCIAIS

Ana Carla Batista¹

Fernanda Aparecida Giongo²

O Movimento Tradicionalista Gaúcho surge em 1947 após a reunião de jovens que buscavam um resgate do folclore de seu estado e realizaram a primeira ronda gaúcha no Colégio Julio de Castilhos em Porto Alegre. Com o tempo, esse movimento cresceu e, atualmente alcança, aproximadamente, dezenove estados brasileiros, que possuem CTGs (Centros de Tradições Gaúchas) e cultuam o folclore gaúcho das mais variadas formas. Segundo a perspectiva sociológica, a tradição teria “função de preservar para a sociedade costumes e práticas que já demonstraram ser eficazes no passado” (TRADIÇÃO, 2006, p. 405). Apesar de possuir um caráter conservador, muito se discute sobre o caráter móvel das tradições e, conseqüentemente, do tradicionalismo. Ele precisa se adaptar às sociedades em que se insere, se renovando para que possa manter-se vivo. Ainda assim, é possível perceber dentro do movimento tradicionalista gaúcho a forte presença do conservadorismo e do machismo enraizado que, geralmente é considerado como ‘característica natural’ do gaúcho. Se o mundo é uma constante transformação, as formas de manutenção de expressões culturais do passado não devem manter vivos padrões de opressão e subjugação. Cultuar o passado deve ser entendido como um resgate da identidade buscando o fortalecimento dos grupos locais enquanto minorias que podem ser devastadas pela globalização, mas nunca pautar misoginia como manifestação cultural. Dessa forma, o Vida de Prenda se apresenta como uma alternativa para combater o machismo presente dentro do movimento tradicionalista e de toda a sociedade patriarcal. Através de estudos culturais, ele se insere no contexto da comunicação através das mídias sociais, buscando o empoderamento das mulheres integrantes do movimento tradicionalista. O projeto existe desde 2016, nas mídias sociais, iniciando pela plataforma *Facebook*, por meio de uma página. Mas, em 2019 começou a ser ativo na busca pelo empoderamento feminino, com a ampliação da atuação para outras plataformas, como *Twitter* e *Instagram*, principalmente. Um dos objetivos é mostrar que as representações feitas por meio da dança, declamação, etc, não reduzem o comportamento feminino à essas circunstâncias em que as mulheres eram submissas. É preciso olhar para o

-
- 1 Aluna no curso de Pós-Graduação em Direito Constitucional. Bacharel em Direito pela UNOESC. Advogada. Administradora da página Vida de Prenda. anacarla@advbatista.com.
 - 2 Mestra em Ciências Humanas pela UFFS campus Erechim. Pós-Graduada em Educação, Cultura e Diversidade pela UNIASSELVI. Licenciada em História pela UFFS campus Chapecó. Professora de História. Administradora da página Vida de Prenda. fer.giongo2@gmail.com

movimento tradicionalista com olhos do século XXI e não com as concepções dos séculos passados, entendendo as razões para as vestimentas recatadas, por exemplo, mas pensando criticamente sobre os problemas sociais que ainda são mascarados pelo conservadorismo. Se reconhecermos o marco inicial do movimento como 1947, temos mais de 70 anos de existência dessa instituição. Contudo, apenas em 2019, uma mulher foi eleita presidente do MTG-RS, eleição considerada um marco para a história do movimento. Neste sentido, a visão de Miguel (p.65), demonstra o movimento que se entende necessário dentro da estrutura da organização, buscar não apenas o acesso e possibilidade de que mulheres estejam ocupando esses lugares, mas redefinir os critérios de valoração que colocam cada pessoa, pautado na divisão de gênero, em um lugar específico. A construção da imagem da prenda, pautada nas mulheres dos séculos XVII e XVIII, e os discursos difundidos sobre seu comportamento, são reflexos da cultura machista da sociedade gaúcha dessa época e que, mascarados pela desculpa de manter a tradição, ainda são enaltecidos dentro do movimento. Acredita-se que a prenda precise ser uma mulher impecável em suas atitudes e falas, sempre sorridente e que reflita uma imagem de fragilidade e doçura. Com base nessas informações, é notável a necessidade de, cada vez mais, inserir esses debates e desconstruir essas imagens sexistas existentes. Utilizando como meio de comunicação a plataforma *Instagram* (através do usuário @vidadeprenda) e as interações feitas com as seguidoras, propõe-se um relato de experiência em que é possível perceber na prática situações de machismo sofridas por diferentes mulheres em diferentes estados mas no mesmo contexto: dentro dos Centros de Tradições Gaúchas. Até o momento, recolheram-se relatos de mulheres que foram aconselhadas a melhorar suas aparências em uma apresentação, ou condenadas por levantar a voz em reuniões (compostas majoritariamente por homens). Com base na troca de experiências, e no intuito de evitar boicotes pelas redes sociais, criou-se também site e blog, com a intenção de hospedar e gerar mais debates através de uma visão educativa, responsável e prática das bases do feminismo. Através dessa experiência é possível perceber que grande parte das mulheres já passou por situações misóginas dentro das entidades e/ou eventos tradicionalistas gaúchos e compreendem que o tradicionalismo não pode mais aceitar e reproduzir esses padrões patriarcais. Outro fator importante de abordagem, é a desconstrução do estereótipo da feminista, uma das formas de opressão utilizadas pelo machismo para impedir o movimento de libertação das meninas e mulheres. Conforme citado por Adichie (p.14), cria-se uma lógica de que a mulher feminista está distante de tudo que é considerado feminino, essa conotação negativa acaba retirando meninas e mulheres da luta pelos seus direitos. Dessa forma, o papel representado pelo Vida de Prenda é servir de ponte entre conteúdo e compreensão do movimento feminista, e mulheres (prendas) que buscam se desconstruir ou se reinventar dentro do movimento tradicionalista gaúcho, levando para dentro dele questionamentos e conceitos feministas, com o objetivo de torná-lo, de fato, mais igualitário e justo. Empoderando mulheres, através do Vida de Prenda, objetiva-se libertá-las das amarras sociais do machismo, ainda tão presente na sociedade gaúcha e brasileira de forma geral, e dos estereótipos colocados sob o papel social da prenda, fazendo com que o movimento tradicionalista acompanhe as mudanças da sociedade em que está inserido e se constitua, realmente, como um movimento integrante e acolhedor.

PALAVRAS-CHAVE: feminismo; tradicionalismo; vida de prenda; internet; empoderamento.

REFERÊNCIAS

ADICHIE, Chimamanda N. *Sejamos todos feministas*. 1 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

ALVES, Branca M. PITANGUY, Jacqueline. *O que é feminismo*. São Paulo: Brasiliense, 1981, 78 p.

MIGUEL, Luis Felipe. A igualdade e a diferença. In:____. BIROLI, Flávia (orgs). *Feminismo e política: uma introdução*. 1 ed. São Paulo: Boitempo, 2014, p. 63-77.

TRADIÇÃO. In: SILVA, Kalina Vanderlei; SILVA, Maciel Henrique. *Dicionário de Conceitos Históricos*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2006. p. 405-408.

Conselho Científico da Editora GRD

Alexandre Godoy Dotta - Doutor em História e Políticas da Educação, Mestre em Educação. Especialista em administração; Direito à educação e Instituições de ensino; em Metodologia do ensino superior e em Método da pesquisa e do trabalho científico. Bacharel em Tecnologia e Licenciado em Sociologia e Pedagogia.

Eloi Rodrigues Barreto Pethechust - Doutor e Mestre em Direito, graduado com Distinção de Mérito Acadêmico – Prêmio Marcelino Champagnat. Especialista em direito processual civil. Professor de direito na graduação e especialização.

Eneida Desiree Salgado - Doutora e Mestra em Direito do Estado, com pesquisa de pós-doutorado na Universidade da Califórnia (Visiting scholar), Universidade Nacional Autônoma de México e em Ciência Política da UFPR. Professora do Programa de Pós-graduação em Direito e líder do NINC.

Letícia Regina Camargo Kreuz - Doutora e Mestra em Direito do Estado. Pesquisadora especialista em Direito Administrativo. Editora-Chefe da Revista Instituto Política por.de.para Mulheres.

Maíra Silva Marques da Fonseca – Doutora em Direito pela USP e Mestra em Direito pela UFPR. Possui graduação e mestrado em direito. Especialista em direito do Trabalho.

Nadia Maria Guariza - Doutora, mestra e graduada em História com Licenciatura e Bacharelado. Professora do PPGH - Mestrado em História na UniCentro. Pesquisadora do Núcleo de Estudos de Gênero.

Ozias Paese Neves – Professor de História e Direito em fase de pesquisa de Pós-doutoramento na USP. Doutor em História com estágio na Università degli Studio di Genova. Mestrado e em História pela UFPR Graduado em história pela UTP e em Direito pela UniCuritiba. Professor da USP.

Rodrigo Alvarenga - Doutor em Filosofia, com estágio na Université Paris I (Panthéon-Sorbonne). Professor do PPGDH e Políticas Públicas da PUCPR. Líder do Grupo de pesquisa em Direitos humanos, saúde mental e políticas públicas e membro do Grupo de pesquisa Direitos Humanos e Fluxos Migratórios.

Ronaldo Ferreira de Araujo – Doutor, Mestre e graduado em Ciência da Informação e graduado em Ciência da Informação. Professor visitante na Universidade do Porto. Professor do Programa de Pós-graduação em Ciências da Informação na UFAL e no PPG-GOC/UFMG. Líder do Laboratório iMetrics e pesquisador do GPoliTICs e do INCT-DD.

Vivian Cristina Lima López Valle - Doutora e Mestra em Direito com estágio de Pós-doutorado pela Universitat Rovira i Virgili. Especialização em Direito Administrativo pelo IBEJ e em Contratação Pública pelo Centro de Estudos de Direito Público e Regulação pela Universidade de Coimbra. Líder do GESPAD vinculado ao NUPED.

Luiz Alberto Blanchet – Doutor, Mestre e Bacharel em Direito. Professor da graduação em Direito do Programa de Pós-graduação em Direito da PUCPR, Membro Catedrático da ABDConst e pesquisador do NUPED.



Copyright © 2021 GRD Editora LTDA

Rua José Zalski, 60 – Capão Raso
Curitiba-PR CEP 81312-110
CNPJ 10.632.153/0001-05
Desde 2009

